



# MEDIEVALISTA

JULHO - DEZEMBRO 2020 - N<sup>o</sup> 28

ISSN 1646-740X





**Director | Director**

Luís Filipe Oliveira – UAlg e IEM / NOVA FCSH

**Subdirector | Deputy director**

João Luís Inglês Fontes – IEM / NOVA FCSH e CEHR-UCP

**Editores | Editors**

Adelaide Millán da Costa – UAb e IEM / NOVA FCSH

Adelaide Miranda – IEM / NOVA FCSH

Bernardo de Vasconcelos e Sousa – IEM / NOVA FCSH

Isabel Cristina Fernandes – IEM / NOVA FCSH e GEsOS / C. M. Palmela

Isabel Barros Dias – UAb, IELT | IEM / NOVA FCSH

José Carlos Quaresma – IEM / NOVA FCSH

Maria Coutinho – CITAR-EA / UCP Porto

Pedro Chambel – IEM / NOVA FCSH

**Consultora técnica / Technical advisor**

Paula Ochôa – CHAM / NOVA FCSH

**Secretariado | Secretariat**

Ana Celeste Glória – Infraestrutura ROSSIO e IHA / NOVA FCSH

**Edição | Edition**

IEM / NOVA FCSH - Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

**Concepção gráfica e paginação / Graphic design and layout**

Ana Celeste Glória – Infraestrutura ROSSIO e IHA / NOVA FCSH

Carlos Moreira – IEM / NOVA FCSH

A propriedade intelectual dos conteúdos pertence aos respectivos autores e os direitos de edição e publicação à *Medievalista*. Os conteúdos dos artigos são da inteira responsabilidade científica e ética dos seus autores, bem como os critérios ortográficos adoptados.

Avaliação por *double blind peer review*.

The intellectual property of the journal's contents belong to the authors and the editing and publishing rights belongs to the *Medievalista*. The contents of the articles are those of the scientific and ethical responsibility of their authors, as well as the spelling criteria adopted.

Evaluation by double blind peer review.



Esta revista é financiada por fundos nacionais através dos Financiamentos Base, com a referência UIDB/00749/2020 e Programático, com a referência UIDP/00749/2020, do Instituto de Estudos Medievais.

This journal is funded by national funds: Base funding, with reference UIDB/00749/2020, and Programmatic funding, UIDP/00749/2020, from the Institute for Medieval Studies.



## ÍNDICE

### *Contents*

**Editorial: A *Medievalista* e a continuidade das mudanças**  
*Editorial: Medievalista - Continuity and Change* 5

#### DESTAQUE | HIGHLIGHT

***In memoriam* Francisc Rapp (n. 1926) e Michel Parisse (n. 1936): dois insignes medievistas franceses que o COVID 19 vitimou**

*In memoriam Francisc Rapp (b. 1926) and Michel Parisse (b. 1936): two distinguished medievalists victims of COVID 19*

Armando Luís de Carvalho Homem 11

#### DOSSIER TEMÁTICO | THEMATIC DOSSIER

**“Eclesiásticos na diplomacia, na administração e na legitimação das monarquias medievais: Portugal, Leão e Castela, França e Inglaterra”**

*“Ecclesiastics in diplomatic affairs, the administration of the Realm and the Legitimation of Medieval Monarchies: Portugal, León and Castile, France and England”*

**“Eclesiásticos na diplomacia, na administração e na legitimação das monarquias medievais: Portugal, Leão e Castela, França e Inglaterra”: uma apresentação**

*“Ecclesiastics in diplomatic affairs, the administration of the Realm and the Legitimation of Medieval Monarchies: Portugal, León and Castile, France and England”: a foreword*

Maria João Branco, Hermínia Vasconcelos Vilar 23

**O clero e as Cortes de 1361: redes e protagonistas ao tempo de D. Pedro**

*The clergy and the Cortes of 1361: networks and protagonists in the time of Pedro I of Portugal*

Hermínia Vasconcelos Vilar 35

- De João das Regras ao Conselho Régio: os legistas na afirmação da nova dinastia**  
*From João das Regras to the Royal Council: men of law in the affirmation of the new dynasty*  
 Armando Luís de Carvalho Homem 67
- El rol de los eclesiásticos en la construcción de la legitimidad “internacional” de la dinastía portuguesa de los Avis (1383-1433)**  
*The role of ecclesiastics in the construction of “international” legitimacy of the Portuguese Avis dynasty (1383-1433)*  
 Néstor Vigil Montes 87
- Clérigos al servicio de las Coronas de León y Castilla: administración y esfera doméstica (siglos XII-XV)**  
*Clergy at the service of the Crown: Leon and Castile administration and kings’ domestic sphere (12th-15th centuries)*  
 Francisco Díaz Marcilla 133
- Diplomacia y construcción monárquica: la participación eclesiástica castellana**  
*Diplomacy and the building of monarchy: the participation of ecclesiastics in Castile*  
 Óscar Villarroel González 191
- Les évêques de Provence et la diplomatie royale sous Charles II (1285-1309)**  
*The Bishops of Provence and royal diplomacy under Charles II, 1285-1309*  
 Thierry Pécout 225
- Clerk, Chancellor, Castaway (1374–1419): Faction and Politics in the International Career of a Lancastrian Servant**  
*Partidarismo e política na carreira internacional de um servidor da Casa de Lencastre (1374–1419)*  
 Tiago Viúla de Faria 255

## ARTIGOS | ARTICLES

- A Santidade Enfurecida: monges e bispos medievais em uma disputa pelas emoções públicas**  
*The Infuriated Holiness: Medieval Monks and Bishops in a Struggle for Public Emotions*  
 Leandro Duarte Rust 279

**O realismo directo na teoria da cognição intelectual de Tomás de Aquino: análise e objecções**

*Direct realism in Tomás de Aquino's theory of intellectual cognition: analysis and objections*

Gilson Damasceno Linhares 311

**The Evolution of Different Fonts in the Coptic Churches Throughout the Centuries**

*A evolução das diferentes fontes de água nas igrejas coptas ao longo dos séculos*

Mary Magdy Anwar 335

## RECENSÕES | BOOK REVIEWS

**ANDRADE, Amélia Aguiar; TENTE, Catarina; SILVA, Gonçalo Melo; PRATA, Sara (eds.) – *Inclusão e Exclusão na Europa Urbana Medieval. Inclusion and Exclusion in Medieval Urban Europe*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais-Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2019 (552 pp.)**

Maria Helena da Cruz Coelho 365

**CLÉMENT, François (dir.) – *Épidémies, épizooties. Des représentations anciennes aux approches actuelles*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2017 (264 pp.)**

André Filipe Oliveira da Silva 379

**MUÑOZ GÓMEZ, Víctor – *El poder señorial de Fernando “el de Antequera” y los de su Casa. Señorío, redes clientelares y sociedad feudal en Castilla durante la baja Edad Media*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2018 (533 pp.)**

Arsénio Dacosta 385

**LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *Ciudades de la España Medieval. Introducción a su estudio*. Madrid: Dykinson, 2019 (264 pp.)**

Paula Pinto Costa 391

**DONNELLY, Andrew - *Cooking pots, and cultural transformation in Imperial and Late Antique Italy*. PhD thesis. Loyola University Chicago, 2016 (298 pp.)**

José Carlos Quaresma 397

## APRESENTAÇÕES DE TESES | DISSEMINATION OF ACADEMIC THESIS

***Arquivos e práticas arquivísticas de famílias de elite (Portugal, séculos XV-XVII).*** Tese de Doutoramento em História/Arquivística Histórica, apresentada à FCSH-UNL em novembro de 2019. Orientação da Professora Doutora Maria de Lurdes Rosa

Alice Borges Gago 407

***Paisajes monásticas. El monacato altomedieval en los condados catalanes (siglos IX-X).*** Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade de Barcelona (Espanha), Julho de 2019. Orientação das Professoras Blanca Garí e Maria Soler-Sala

Xavier Costa Badia 419

***The Discourses of Holy War and the Memory of the First Battles of Islam. Al-Andalus, 10<sup>th</sup>-13<sup>th</sup> centuries.*** Tese de doutoramento em História Medieval, apresentada à Universidad Autónoma de Madrid, 2020. Orientação dos Professores Carlos de Ayala Martínez e Mercedes García-Arenal

Javier Albarrán Iruela 435

## VARIA | VARIES

**Materialidades e Devoções (sécs. V-XV)**

*Materialities and Devotions (5th-15th centuries)*

Vincent Debiais 461

**Investigando os cancioneiros medievais galego-portugueses – novas pistas de trabalho**

*New research trails on medieval galician-portuguese songbooks*

Margarida Leme, Graça Videira Lopes 467

**Exposição MNAA: Alvaro Pirez d'Évora. Um pintor português em Itália nas vésperas do Renascimento**

*Alvaro Pirez d'Évora. A Portuguese Painter in Italy on the Eve of the Renaissance*

Isabel Cristina Fernandes 481

**Terra, Pedras e Cacos no Garb Al-Andalus. Jornadas Internacionais**

*Earth, Stones and Sherds of Gharb al-Andalus. International Congress*

Isabel Cristina Fernandes 493



## **Editorial: A *Medievalista* e a continuidade das mudanças**

### **Editorial: *Medievalista* - Continuity and Change**

A *Medievalista* renovou-se e a vários títulos. Para começar, simplificou o nome e renunciou ao *on line* no título, que fizera sentido em 2005, quando Luís Krus a criou e eram poucas as revistas electrónicas. Se o apodo era testemunho do suporte que a revista escolhia, não havia então, nem há agora, outra *Medievalista* e ele nunca foi necessário para a designar, nem para a distinguir. Desapareceu desta vez, sem que o facto altere a natureza electrónica da revista e a sua disponibilização em acesso aberto.

A mudança do nome acompanhou outras modificações. Uma foi interna e consistiu na alteração do director da *Medievalista*. O facto não é novidade na história da revista, onde a rotação dos mandatos sempre se encarou como uma rotina habitual, salutar em todos os grupos e instituições. Essa alternância não terá outras consequências, tanto mais que o anterior director se manterá como membro activo da Redacção. A segunda delas é mais facilmente reconhecível e passou pela renovação do grafismo que a revista agora apresenta e que se manterá nos próximos números. Não foi a primeira vez que isso aconteceu: em 2010, ao celebrar os primeiros cinco anos de publicação, já se modificara o figurino precedente.

Mas a actual renovação gráfica é diferente. Em boa parte, porque resulta de uma decisão estratégica, que vinha a ser há muito discutida e preparada pela Redacção

e que era necessária para resolver os custos e os problemas postos pela comunicação entre os conteúdos da *Medievalista* e as plataformas que a indexavam e divulgavam (Scielo, Lusopen, Dialnet, Latindex, etc). Do ponto de vista técnico, a transferência entre elas exigia trabalhos adicionais para adequar os textos aos seus distintos critérios e um investimento que nos últimos anos crescera mais que o orçamento da *Medievalista*. O problema resolveu-se através do abandono do sistema anterior e da adopção de um programa de gestão e de edição de revistas electrónicas, o *Open Journals Systems* (OJS), de acesso aberto e que facilita a migração dos conteúdos para aquelas plataformas. Pelas novidades e alterações que implicava, a transferência para o novo programa foi aproveitada para renovar o grafismo da revista.

Com tantas mudanças, manteve-se o que era essencial. A *Medievalista* preservou a herança do passado — processo de avaliação duplamente anónimo (autor e avaliadores), abertura a investigadores doutras geografias e doutras línguas, aposta na difusão de novos estudos através da organização de dossiers e de números temáticos —, e conservou boa parte da sua identidade gráfica, talvez até com algum ganho de causa. Mas ela pode fazer mais e quer fazer melhor. Se é verdade que o novo programa de gestão e de edição simplifica o processo de submissão de artigos e de proposta de dossiers e de números temáticos, podendo permitir o aumento das submissões com outras proveniências, a *Medievalista* pretende multiplicar essas colaborações e afirmar-se como uma revista de referência internacional nos estudos medievais. Tal como já aconteceu em números anteriores e volta a suceder no actual, apostará na edição regular de dossiers com abordagens inovadoras e multidisciplinares, capazes de cruzar diferentes realidades e perspectivas. Mas procurará dar, de igual modo, um carácter mais sistemático e mais abrangente a algumas das rubricas habituais. Como as resenhas, as notícias, e, em particular, as apresentações de teses, que podem e devem servir como montra do que de melhor se vai fazendo num medievalismo que ganha cada vez mais uma escala global. Por estar certa do interesse e da competência do trabalho já realizado, a *Medievalista* espera que a qualidade da sua actividade editorial seja reconhecida, à imagem do que aconteceu



recentemente com a investigação desenvolvida nos últimos anos pelo Instituto de Estudos Medievais.

O número actual não foge aos propósitos atrás enunciados. Dele faz parte um dossier sobre o papel dos eclesiásticos na diplomacia, na administração e na legitimação das monarquias medievais, coordenado por Maria João Branco e por Hermínia Vilar. Ainda que este seja adiante apresentado por quem de direito, há que sublinhar a diversidade dos estudos e das perspectivas, bem como a importância das colaborações vindas de outros países e de outras historiografias. Que se regista com agrado.

O número integra, ainda, outros três artigos, vindos de áreas disciplinares distintas e todos de autores exteriores à península. No primeiro deles, Leandro Rust oferece uma estimulante análise dos processos de confronto e de afirmação dos poderes eclesiásticos na Florença do século XI, feita a partir do questionamento específico do papel das emoções nessas dinâmicas. Insere-se num campo historiográfico em afirmação, e, pela variedade das fontes e pelo prisma com que estas foram analisadas, traz observações importantes sobre a relação do discurso histórico com a narrativa literária e sobre o papel das emoções na construção de uma visão mais complexa do passado. Por outro lado, Gilson Linhares trata o universo da filosofia tomista, discutindo e problematizando o lugar do realismo directo na gnoseologia do Doutor dominicano. Por fim, Mary Magdy Anwar propõe um itinerário pela geografia do mundo cristão copta. Pelas suas igrejas e pelo papel que nelas tinham as diferentes fontes, evocativas, desde logo, da centralidade do baptismo na tradição cristã, sem descartar outros usos da água, como elemento de purificação ritual, ou integrador de outras celebrações sacramentais, como a unção dos doentes. Os dados apresentados estimulam o interesse pelo universo menos conhecido desta outra tradição cristã, que desde os primeiros séculos medievais se distinguiu da ortodoxia vigente e se afirmou através de costumes muito próprios.

Nas secções seguintes mantem-se a diversidade das abordagens e das proveniências dos autores. Assim nas recensões, com a apresentação de obras sobre a história urbana e a estruturação das casas senhoriais, a arqueologia tardoantiga e altomedieval, ou sobre o tema das epidemias, infelizmente tão actual.

Assim nas teses apresentadas, agora com um maior peso das que foram defendidas em Espanha. Aí se divulgam investigações inovadoras nos domínios da arquivística histórica, em particular dos arquivos de família, pela mão de Alice Borges Gago; da configuração do monacato nos condados catalães dos séculos IX e X, numa região de fronteira entre a área de influência carolíngia e o espaço ibérico, estudada por Xavier Costa Badia; e dos discursos de guerra santa e da construção da memória das primeiras batalhas do Islão no al-Andaluz, analisados com perspicácia por Javier Albarrán Iruela. Assim, também, na *Varia*, com notícias de eventos promovidos por várias entidades, desde congressos a exposições. Como se desta junção de áreas diversas, da história à arqueologia, à literatura e à história da arte, resultasse uma outra polifonia.

Como seria de esperar, termina-se com o texto de abertura. Da responsabilidade de Armando Luís de Carvalho Homem, faz-se nele uma justa e sentida homenagem a dois historiadores franceses recentemente falecidos, por causa da actual pandemia: Francis Rapp e Michel Parisse. Fazer memória do seu contributo é um dever de elementar justiça no âmbito do medievalismo europeu, que tanto recebeu dos seus estudos, das equipas e projectos que lideraram, ou das sínteses que propuseram sobre aspectos tão fundamentais da história comum. Ao mesmo tempo, eles constituem um desafio à constante reinvenção da investigação no campo das ciências sociais e humanas, ao rigor e à abertura ao novo e ao diferente e aos questionamentos com que se abrem outras perspectivas. É com estes singelos avanços que se constrói um saber que procura, afinal, a compreensão mais profunda e integradora da condição humana e dos traços da sua construção no espaço e no tempo em que esta inevitavelmente acontece.

*A Medievalista*

**COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:**

REDACÇÃO – “Editorial”. *Medievalista* 28 (Julho-Dezembro 2020), pp. 5-8  
[Consultado dd.mm.aaaa]. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.

DESTAQUE

*HIGHLIGHT*

---





***In memoriam* Francisc Rapp (n. 1926) e Michel Parisse  
(n. 1936): dois insignes medievistas franceses que o  
COVID 19 vitimou**

***In memoriam* Francisc Rapp (b. 1926) and Michel Parisse  
(b.1936): two distinguished medievalists victims of COVID 19**

***Armando Luís de Carvalho Homem***

Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de História e de Estudos  
Políticos e Internacionais; Universidade do Porto, Centro de Estudos de População,  
Economia e Sociedade; Universidade Autónoma de Lisboa, Centro de Investigação em  
Ciências Históricas

4099-002 Porto; 1169-023 Lisboa, Portugal

[almisch@gmail.com](mailto:almisch@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0001-9337-6995>

Data recepção do artigo / Received for publication: 7 de Maio de 2020

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.3277>



**Francis Rapp**



**Michel Parisse**

A pandemia em que estamos mergulhados não tem poupado homens e mulheres de Ciência, artistas, criadores literários, músicos, actores ...: pensemos, tão somente e entre nós, na imunologista Maria de Sousa (1939-2020).

Março e Abril do ano em curso levaram-nos dois nomes sonantes do medievismo francês. Evoquemo-los, portanto.

Membro do Institut de France (Académie des Inscriptions et Belles-Lettres) [1993 ss.], professor emérito da Universidade de Estrasburgo, **Francis Rapp** nasceu nesta cidade a 27 de Junho de 1926. Feitos os estudos secundários e superiores em colégios e liceus e por último na Universidade da sua cidade-natal; entusiasta, também, do escotismo<sup>1</sup>, em 1952 obterá a *agrégation d'Histoire*, com elevada classificação.

Seguiram-se alguns tempos como bolseiro da Fondation Dosne-Thiers (1956-1961). No último ano mencionado torna-se *chargé de cours* da Universidade de Nancy e em 1972 assistente de História Medieval da Université Marc Bloch de

---

<sup>1</sup> O que, a partir de 1942, lhe serviu para evitar a incorporação conscrita nas forças alemãs, ao que era *refractário*.

Estrasburgo<sup>2</sup>. No mesmo ano obtém o *doctorat d'État*, e em 1974 ascende a *maître de conférences* e depois a professor em Estrasburgo.

A tese principal para o *doctorat* intitulou-se *Réformes et réformation à Strasbourg. Église et société dans le diocèse de Strasbourg (1450-1525)*<sup>3</sup>. Teve como orientador Robert Folz (1910-1996)<sup>4</sup> e como co-orientador Jean Schneider (1903-2004)<sup>5</sup>. Ou seja, Rapp surge-nos geograficamente marcado por cidades, figuras e instituições da Alsácia-Lorena, bem como pelos destinos iniciais dos *Annales*. Para além disto, a sua geografia predominante tê-lo-á levado a um encarar em termos colaborantes do catolicismo e do protestantismo.

A sua cátedra de Estrasburgo não o impediu de ensinar também “História do Cristianismo” na Faculdade de Teologia Protestante da mesma cidade (1972-1991), e ainda na Universidade de Neuchâtel e em múltiplas escolas superiores da Europa e da América.

Em 1971 editou, na colecção “Nouvelle Clio”, o volume sobre Igreja e vida religiosa nos finais da Idade Média<sup>6</sup>, que de algum modo faz conjunto com os volumes sincrónicos de Jacques Heers (1924-2013) – para a história económica e social – e de Bernard Guenée (1927-2010) – para as estruturas políticas<sup>7</sup>.

---

<sup>2</sup> Entre 1968 e 2008 a Universidade em causa dividiu-se em Strasbourg-I, II, e III, sendo que Strasbourg-II chegou a ostentar o nome de Université Marc Bloch.

<sup>3</sup> Paris: Ophrys, 1974.

<sup>4</sup> Natural de Metz, estudou também em Estrasburgo, mas a Guerra retardou-lhe o *doctorat* para 1949. Viria a ensinar longamente em Dijon (1950-1986). De qualquer modo, tornar-se-ia um verdadeiro mediador historiográfico entre a Alemanha e a França (foi um notável estudioso de Carlos Magno, da sua memória e da sua lenda, bem como da santidade de reis e rainhas medievais), onde teve o seu papel na divulgação de autores como E.-H. Kantorowicz (1895-1963). Membro correspondente do Institut de France.

<sup>5</sup> Membro do Institut de France, natural de Metz, estudou em Besançon e Estrasburgo, e começou por ensinar nos liceus de Sarreguemines, Metz (1932-1939) e Montpellier, e por último na Universidade de Nancy, como *chargé d'enseignement* (1943). Mas no ano seguinte é preso pela Gestapo e deportado para Struthof e depois para Dachau. Regressa a Nice com o fim da guerra, e em 1948 aí obtém o *doctorat d'État* (tese: *La Ville de Metz aux XIII<sup>e</sup> et XIV<sup>e</sup> siècles*, 1950). Em Nancy vai ensinar longamente, tornando-se também *directeur d'études* da École pratique des hautes études (1957-1974).

<sup>6</sup> V. *infra*, bibliografia activa.

<sup>7</sup> Cf., respectivamente: *L'Occident aux XIV<sup>e</sup> et XV<sup>e</sup> siècles. Aspects économiques et sociaux*. Paris: PUF, 1970 (com reedições) e *L'Occident aux XIV<sup>e</sup> et XV<sup>e</sup> siècles. Les États*, 4.<sup>a</sup> ed. Paris: PUF, 1991.

E em 1989 dar-nos-ia *Les origines médiévales de l'Allemagne moderne*<sup>8</sup>. As sínteses, aliás, nunca deixaram de o atrair, sobre o Império germânico, Estrasburgo (a cidade, religião e reformas religiosas, a diocese...), a Alsácia, instituições monásticas alemãs<sup>9</sup>, entre outros.

Morreu a 29 de Março do ano em curso, no Centre hospitalier universitaire d'Angers, onde se encontrava internado.

Foi casado com Marie-Rose Sutter (1936-2018), e de tal matrimónio houve três filhos.

**Michel Parisse** nasceu em 1936 em Void-Vacon (Mosa). Fez os seus estudos liceais e superiores em Nancy, e em 1959 obteve a *agrégation d'histoire*. Professor liceal em Metz de 1959 a 1965, neste último ano começa a ensinar, primeiro como assistente, depois como professor de História Medieval, na Universidade de Nancy-II<sup>10</sup>. Obtido, entretanto, o *doctorat de III<sup>e</sup> cycle* (1966, tese: *Actes des évêques de Metz [1120-1179]*) e o *doctorat d'État* (1975, tese: *La Noblesse lorraine [XI<sup>e</sup> – XIII<sup>e</sup> siècle]*), torna-se definitivamente professor em Nancy-II, instituição a que ficará ligado até 1992.

Será entretanto Director do ARTEM (Atelier de recherche sur les textes médiévaux et leur traitement assisté), de 1983 à 1993. O ARTEM, fundado em 1966 enquanto “Centre de Recherches et d'Applications Linguistiques”, pela iniciativa de Jean Schneider de desenvolver a pesquisa sobre os textos, graças aos recém-nascidos utensílios da ciência informática, assume à partida como tarefa o estudo do vocabulário e da língua dos textos diplomatísticos da Idade Média, constituindo um recenseamento exaustivo dos actos originais conservados em França até 1120 (neste eixo de trabalho, a sucessão de Michel Parisse foi assegurada por Benoît-

---

<sup>8</sup> V. *infra*, bibliografia activa.

<sup>9</sup> V. *infra*, bibliografia activa, títulos publicados entre 1971 e 2010.

<sup>10</sup> Entre 1970 e 2012, esta Universidade dividiu-se em Nancy-I e Nancy-II. No último ano mencionado, e seguindo uma tendência que é já do século XXI, deu-se a reunificação, que englobou ainda a Universidade Paul Verlaine – Metz e o l'Institut national polytechnique de Lorraine, tudo isto dando origem à nova Universidade da Lorena.



Michel Tock). Outros eixos ou “ateliers” vieram completar o primeiro (*atelier* Vincent de Beauvais em 1974, *atelier* de textos monásticos em 1986 e *atelier* de prosopografia e de história social em 1994). Enquanto director do ARTEM, Michel Parisse foi substituído por Pierre Pégeot.

Dirigiu igualmente a *Mission historique française* na Alemanha, em Göttingen, de 1985 a 1991. E em 1991-1992 estava de regresso a Nancy.

Em 1993 foi eleito professor de História Medieval em Paris-I, e aí ficará até se aposentar (2002).

Pela sua acção à frente do ARTEM e depois na Universidade de Paris-I, nomeadamente no seio do Laboratoire de médiévistique occidentale de Paris (LaMOP), contribuiu para o desenvolvimento dos estudos medio-latinos (introduziu o estudo do latim medieval nos cursos de licenciatura e de *post-graduação* de Paris-I) e estudos de diplomática e de paleografia, particularmente no que toca os actos episcopais, as pancartas e os cartulários.

Num balanço de carreira, dir-se-á que os seus campos de investigação foram a Lorena medieval (incluindo a nobreza respectiva), o Sacro-Império, os cónegos regulares e as religiosas, o latim e as fontes diplomatísticas.

Embora as notícias biográficas a que tive acesso não indiquem o(s) orientador(es) de tese, pude, entretanto, verificar a muita consideração que suscitava junto de figuras como Robert-Henri Bautier (1922-2010) e Robert Fossier (1927-2012).

Lisboa, 3 de Maio de 2020

### **Francis Rapp: Bibliografia activa (selecção)**

*Inventaire des sources manuscrites de l'histoire d'Alsace conservées dans les bibliothèques publiques de France*. Paris: Fédération des sociétés d'histoire et d'archéologie d'Alsace, 1956.

*Le Château-Fort dans la vie médiévale: Le Château-Fort et la Politique territoriale*. Strasbourg: Centre d'Archéologie médiévale, 1968.

*L'Église et la Vie Religieuse en Occident à la fin du Moyen Âge*. Paris: PUF, 1971 [coll. "Nouvelle Clio", n.º 25].

*Réformes et Réformation à Strasbourg. Église et Société dans le diocèse de Strasbourg (1450-1525)*. Paris: Ophrys, 1974.

(Dir.) *Grandes Figures de l'humanisme alsacien. Courants, milieux, destins*. Strasbourg: Istra, 1978.

(Dir.) *Histoire de Strasbourg des origines à nos jours*. 9 vols. Strasbourg: Dernières nouvelles de Strasbourg, 1981.

*Les Origines médiévales de l'Allemagne moderne. De Charles IV à Charles Quint (1346-1519)*. Paris: Aubier, 1989.

*Histoire des diocèses de France: Le Diocèse de Strasbourg*. Paris: Éditions Beauchesne, 1997.

(Colaboration avec. Claude Muller) *Koenigsbruck : l'histoire d'une abbaye cistercienne*. Strasbourg: Société d'histoire et d'archéologie du Ried Nord, 1998.

*Le Saint-Empire romain germanique, d'Otton le Grand à Charles Quint*. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

(Dir.) *Christentum und Kirche im 4. und 5. Jahrhundert*. Heidelberg: Universitätsverlag Winter, 2003

(Dir.) *Christentum IV: Zwischen Mittelalter und Neuzeit (1378-1552)*. Stugard: Kohlhammer, 2006.

*Maximilien d'Autriche*. Paris: Éditions Tallandier, 2007.

(Dir.) *Protestants et Protestantisme en Alsace de 1517 à nos jours*. Strasbourg: Fédération des sociétés d'histoire et d'archéologie d'Alsace, 2007.

(Dir.) *Strasbourg*. Paris: La Nuée Bleue, 2010.

### **Francis Rapp: Bibliografia passiva**

BISCHOFF, Georges – "Francis Rapp". *Arche. Arts, Civilisation et histoire de l'Europe* (2020/03/20) [em linha]. [Consultado a 2 Maio 2020]. Disponível em [https://arche.unistra.fr/actualites-agenda/fil-infos/actualite/?tx\\_ttnews%5Btt\\_news%5D=11535&cHash=5cfb23a51f7fe7647d6d21be42cd1a85](https://arche.unistra.fr/actualites-agenda/fil-infos/actualite/?tx_ttnews%5Btt_news%5D=11535&cHash=5cfb23a51f7fe7647d6d21be42cd1a85).

CATINCHI, Philippe-Jean – “Le Médiéviste Francis Rapp est mort”. *Le Monde* [em linha] (2020/03/30). [Consultado a 2 Maio 2020]. Disponível em [https://www.lemonde.fr/disparitions/article/2020/03/30/le-medieviste-francis-rapp-est-mort\\_6034926\\_3382.html](https://www.lemonde.fr/disparitions/article/2020/03/30/le-medieviste-francis-rapp-est-mort_6034926_3382.html).

“Francis Rapp”. *Académie d'Alsace des Sciences, Lettres et Arts* [em linha]. [Consultado a 3 Maio 2020]. Disponível em <http://www.academie-alsace.fr/comit%C3%A9/comit%C3%A9-d-honneur/francis-rapp/>.

FUCHS, François-Joseph – “Francis Rapp”. in *Nouveau Dictionnaire de Biographie alsacienne*. Fasc. 30. Strasbourg: Fédération des Sociétés d'Histoire et d'Archéologie d'Alsace, 1997, pp. 3083-3084.

“L’Historien Francis Rapp meurt à 93 ans du coronavirus”, *Le Figaro* [em linha] (2020/03/30). [Consultado a 2 Maio 2020]. Disponível em <https://www.lefigaro.fr/culture/l-historien-francis-rapp-meurt-a-93-ans-du-coronavirus-20200330>.

MEHL, Jean-Michel – “Francis Rapp: un historien amoureux”. *Mélanges offerts à Francis Rapp, Revue d'Alsace* 122 (1996), pp. 5-8.

RACINE, Pierre – “Hommage à Francis Rapp”. *Revue des Sciences religieuses* 69-2 (1995), pp. 143-145.

“Rapp Francis, Jean, Josep”. in *Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* [em linha]. [Consultado a 2 Maio 2020]. Disponível em <https://www.aibl.fr/membres/academiciens-depuis-1663/article/rapp-francis-jean-joseph?lang=fr>.

THEIS, Laurent – “Francis Rapp est mort”, *L’histoire* [em linha] (2020/04/02). [Consultado a 2 Maio 2020]. Disponível em <https://www.lhistoire.fr/hommage/francis-rapp-est-mort>.

### **Michel Parisse: Bibliografia activa (selecção)**

“Le nécrologe de Gorze. Contribution à l’histoire monastique”. *Mémoires des Annales de l’Est* 40 (1971).

*Actes des princes lorrains*. Nancy: Université de Nancy-II, U.E.R. de recherche régionale, 1972-1974.

“Les chartes des évêques de Metz au XII<sup>e</sup> siècle: étude diplomatique et paléographique”. *Archiv für Diplomatik* 22 (1976), pp. 272-316.

*Histoire de Nancy*. Toulouse: Privat, 1978.

*La Lorraine monastique au Moyen Âge*. Nancy: Service des publications de l’Université de Nancy II, 1981.

“Les Benedictines de Lorraine et leurs Documents Necrologiques”. *Consuetudines monasticae: eine Festgabe für Kassius Hallinger aus Anlass seines 70. Geburtstages* (Rome: Pontificio Ateneo S. Anselmo) 85 (1982), pp. 249-262.

*La Noblesse lorraine (XI<sup>e</sup> – XIII<sup>e</sup> siècle)*. Ed. parcial: *Noblesse et chevalerie en Lorraine médiévale: les familles nobles du XI<sup>e</sup> au XIII<sup>e</sup> siècle*. Nancy: Service des publications de l'Université de Nancy II, 1982.

*Les Nonnes au Moyen Âge*. Lepuy-en-Velay: C. Benneton, 1983.

*La tapisserie de Bayeux: Un documentaire du XI<sup>e</sup> siècle*. S.l.: Denoël, 1983.

*Les religieuses en France au XIII<sup>e</sup> siècle*. Nancy: Service des publications de l'Université de Nancy II, 1985 (2<sup>e</sup> éd., 1989).

*Histoire de la Lorraine*. Toulouse: Privat, 1987.

*Austrasie, Lotharingie, Lorraine*. Metz: Editions Serpenoise; Nancy: Presses universitaires de Nancy, 1990.

*Actes des évêques de France*. Nancy: Presses universitaires de Nancy, 1991.

*Atlas de la France de l'an Mil: état de nos connaissances*. Paris: Picard, 1994.

*Atlas de l'an Mil*. Paris: Picard, 1994.

*La Vie de Jean, abbé de Gorze*. Paris: Picard, 1999. Apresentação e tradução da obra.

*Les Médiévistes français*. Paris: Picard, 2001.

*Allemagne et Empire au Moyen Âge: 400-1510*. Paris: Hachette, 2002.

*Manuel de paléographie médiévale: manuel pour grands commençants*. Paris: Picard, 2006.

*Allemagne et Empire au Moyen âge*. 2<sup>e</sup> éd. revue et augmentée. Paris: Hachette supérieur, 2008.

### **Michel Parisse: obras colectivas**

(Dir., c/ Stéphane Gaber et Gérard Canini). *Grandes dates de l'histoire lorraine*. Nancy: Service des publications de l'Université de Nancy-II, 1982.

(Dir., c/ Xavier Barral i Altet). *Colloque Hugues Capet, 987-1987, la France de l'an mil. Le roi de France et son royaume autour de l'An mil*. Paris: Picard, 1992.

(Dir., c/ Otto Gerhard Oexle). *L'abbaye de Gorze au X<sup>e</sup> siècle: table ronde de Gorze, septembre 1988*. Nancy: Presses universitaires de Nancy, 1993.

(Dir., c/ Olivier Guyotjeannin e Laurent Morelle). *Les cartulaires: actes de la Table ronde organisée par l'Ecole nationale des chartes et le GDR 121 du CNRS, Paris, 5-7 décembre 1991*. Paris: École des chartes, 1993.

(Dir., c/ Sylvain Gouguenheim, Pierre Monnet e Joseph Morsel). *L'Allemagne au XIII<sup>e</sup> siècle: de la Meuse à l'Oder*. Paris: Picard, 1994.

(Dir., c/ Pierre Heili). *Les chapitres de dames nobles entre France et Empire: actes du colloque d'avril 1996*. Remiremont: Société d'histoire locale de Remiremont / Messene, 1998.

(Dir., c/ Monique Bourin). *L'Europe au siècle de l'an Mil*. Paris: Hachette, 1999.

(Dir., c/ Monique Goulet). *Les historiens et le latin médiéval: colloque tenu à la Sorbonne, les 9, 10 et 11 septembre 1999*. Paris: Presses de la Sorbonne, 2001.

(Dir., c/ Monique Goulet). *Apprendre le latin médiéval: manuel pour grands commençants*, 3<sup>e</sup> éd. Revue et corrigée. Paris: Picard, 2005.

(Dir.) *Les chanoines réguliers: émergence et expansion, XIe – XIIIe siècles, Colloque international du Puy-en-Velay, 29 juin-1er juillet 2006*. Saint-Étienne: Publications de l'Université de Saint-Étienne, 2009.

### **Michel Parisse: Bibliografia passiva**

GAZEAU, Véronique – “Michel Parisse est mort”. *L'histoire* [em linha] (2020/04/06). [Consultado a 2 Maio 2020]. Disponível em <https://www.lhistoire.fr/hommage/michel-parisse-est-mort>.

MORELLE, Laurent – “Mort du médiéviste Michel Parisse, emporté par le Covid-19 à l'âge de 83 ans”. *Le Monde* [em linha] (2020/04/20). [Consultado a 2 Maio 2020]. Disponível em [https://www.lemonde.fr/disparitions/article/2020/04/20/la-mort-du-medieviste-michel-parisse\\_6037180\\_3382.html](https://www.lemonde.fr/disparitions/article/2020/04/20/la-mort-du-medieviste-michel-parisse_6037180_3382.html).

PERREAUX, N. – “Décès de Michel Parisse”. *Les Carnets du LaMOP* [em linha] (2020/04/07). [Consultado a 3 Maio 2020]. Disponível em <https://lamop.hypotheses.org/6738>.

**COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:**

HOMEM, Armando Carvalho – “*In memoriam* Francisc Rapp (n. 1926) e Michel Parisse (n. 1936): dois insignes medievistas franceses que o COVID 19 vitimou”. *Medievalista* 28 (Julho-Dezembro 2020), pp. 11-20 [Consultado dd.mm.aaaa]. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



# DOSSIER TEMÁTICO

“ECLESIÁSTICOS NA DIPLOMACIA, NA  
ADMINISTRAÇÃO E NA LEGITIMAÇÃO DAS  
MONARQUIAS MEDIEVAIS: PORTUGAL, LEÃO E  
CASTELA, FRANÇA E INGLATERRA”

## *THEMATIC DOSSIER*

*“ECCLESIASTICS IN DIPLOMATIC AFFAIRS, THE  
ADMINISTRATION OF THE REALM AND THE  
LEGITIMATION OF MEDIEVAL MONARCHIES:  
PORTUGAL, LEÓN AND CASTILE, FRANCE AND  
ENGLAND”*

---







**“Eclesiásticos na diplomacia, na administração e na legitimação das monarquias medievais: Portugal, Leão e Castela, França e Inglaterra”: uma apresentação**

**“Ecclesiastics in diplomatic affairs, the administration of the Realm and the Legitimation of Medieval Monarchies: Portugal, León and Castile, France and England”: a foreword**

(a) ***Maria João Branco*** ; (b) ***Hermínia Vilar***

(a) Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,  
Instituto de Estudos Medievais  
1070-312 Lisboa, Portugal

[mjbranco@fcs.unl.pt](mailto:mjbranco@fcs.unl.pt)

<https://orcid.org/0000-0002-7165-5958>

(b) Universidade de Évora, CIDEHUS - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e  
Sociedades  
7000-803 Évora, Portugal

[hmav@uevora.pt](mailto:hmav@uevora.pt)

<https://orcid.org/0000-0003-3300-8335>



Em Setembro de 2013, dávamos início ao projecto DEGRUPE, acrónimo do título *A Dimensão Europeia de um Grupo de Poder: o clero na construção política das Monarquias Peninsulares (sécs. XIII-XV)*<sup>1</sup>, liderado por Hermínia Vilar e sediado no CIDHEUS, com a colaboração activa de diversos outros Centros de Estudos portugueses, entre os quais o IEM. O DEGRUPE, como ficou conhecido, propunha-se elaborar uma base de dados prosopográfica sobre os membros do clero com ligações às monarquias peninsulares, de forma a permitir aprofundar a nossa reflexão sobre o papel e a importância desse grupo social, *maxime* do clero secular, na criação de um espaço de mobilidade e de circulação de modelos culturais e políticos extensível ao conjunto da *christianitas* europeia e conseqüentemente do seu contributo para o perfil das monarquias peninsulares.

O projecto, que decorreu durante os dois anos e meio subsequentes, nasceu de forma muito subsidiária de um anterior, no qual a grande maioria dos membros da equipa também tinha estado envolvida, e que influenciou, de forma decisiva, o progresso no nosso conhecimento acerca do grupo social e a esfera de influência que este projecto se propunha estudar. Falamos, obviamente dos *Fasti Ecclesiae Portugaliae: prosopografia do clero catedralício português (1071-1325)*<sup>2</sup>, cujo decurso e resultados nos tinham aberto muitas perspectivas críticas de investigação e que nos permitira já determinar um conjunto de dinâmicas internas destes eclesiásticos, as quais, dez anos mais tarde, queríamos explorar. O DEGRUPE nascia também em estreita colaboração com um Grupo de Investigação Europeia do CNRS que entretanto se formara, e no qual participava activamente o GDRE - *At the Foundations of the Modern European State: the Legacy of the Medieval*

---

<sup>1</sup> DEGRUPE - *A dimensão europeia de um grupo de poder: o clero e a construção política das monarquias ibéricas (XIII-XV) / The european dimension of a group of power: ecclesiastics and the political state building of the iberian monarchies (13th-15th centuries)*, com referência FCT PTDC/EPH-HIS/4964/2012 financiado por fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade - COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT- Fundação para a Ciência e Tecnologia.

<sup>2</sup> *Fasti Ecclesiae Portugaliae: prosopografia do clero catedralício português, 1071-1325*, com referência POCTI/HAR/42885/2001, financiado pela FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia e sediado no Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR-UCP).

*Clergy*. Todos estes elementos – todos os projectos têm a sua história, e este não é excepção a essa regra – contribuíram de forma fundamental para a forma como o trabalho decorreu, para os resultados a que chegámos e para a formulação de questões de investigação que, depois de tantos anos de trabalho, continuam a mostrar-se plenas de novidade.

É esta a história e a razão de existir do dossier temático que hoje trazemos a público, um dossier que teve origem no segundo encontro internacional do Projecto DEGRUPE (realizado em Setembro de 2015), subordinado ao tema “*The Medieval Monarchy and its Legitimizing Strategies: The Role of Ecclesiastics, Scholars and Jurists (12th-15th centuries)*”, mas que, passados cinco atribulados anos e fruto da erosão que o tempo sempre causa nos formatos e planos iniciais, acaba por se concretizar de forma bastante autónoma em relação aos trabalhos desse encontro de 2015, embora fiel ao seu espírito inicial.

\*

É impossível evitar comparar o estado da produção sobre o papel dos eclesiásticos junto ao poder régio, quer do ponto de vista da sua intervenção como agentes políticos activos, quer da perspectiva da sua contribuição teórica para a consolidação e legitimação das monarquias, nos anos 10s deste século, quando este processo começou a tomar forma, e nos dias de hoje, período durante o qual o panorama historiográfico se alterou de forma muito sensível.

Os progressos feitos nos estudos sobre a importância do clero como elemento fundamental na fase de constituição e afirmação das monarquias, a diferentes níveis, desde o da influência pessoal e jurídica ao contributo dado na construção da legitimação política, do exercício de cargos administrativos ou no oficialato régios ao controle de redes de influência, do exercício de funções e responsabilidade por missões diplomáticas até ao mais expectável papel de capelães ou confesores régios, têm vindo a ser sistematicamente escarpelizados por autores de quase todas as nacionalidades.

Embora dependendo do diferente grau de tratamento dos dados de base, ou seja, do melhor ou pior conhecimento que temos das circunstâncias das vidas destas personagens eclesíásticas e dos que circulavam no seu entorno, bem como do progressivo alargamento dos estudos que pretendem observar as suas carreiras individuais como integradas em tendências e modelos que os interligavam a todos num comum ambiente politico-cultural, os últimos anos têm assistido a uma proliferação de trabalhos sobre indivíduos específicos, sobre dioceses, regiões e relações entre diferentes instituições. Mais recentemente, o papel dos eclesíásticos na diplomacia tem sido objecto de uma particular atenção através dos estudos dos seus percursos como agentes diplomáticos e das suas estratégias de desempenho.

Muito embora se tenha operado um progresso decisivo nos estudos sobre o papel dos eclesíásticos junto aos poderes temporais e espirituais, e sobre a influência que carreiras individuais ou de grupos de indivíduos tiveram na constituição de modelos de inter-relacionamento entre poderes de naturezas distintas – por vezes opostas – e mesmo na criação de uma auto-percepção desses indivíduos em relação ao seu próprio estatuto e ao seu grupo de pertença, essa evolução não foi homogénea, e variou muito de país para país. As bibliografias patentes nos artigos colacionados no presente dossier revelam com clareza esta realidade díspar.

Talvez se possa aventar a hipótese de que, nesta evolução dissemelhante, o papel desempenhado pela pré-existência de bem sucedidos projectos prosopográficos ou repositórios de referências documentais, como é o caso dos *Fasti Ecclesiae Anglicanae* para Inglaterra e dos *Fasti Ecclesiae Gallicanae* para França, seja a chave para a compreensão dessa diferente produção historiográfica. Os projectos inglês e francês não estão separados apenas pela geografia ou pela cronologia de produção que os separa, antes foram concebidos em moldes muito diversos e com objectivos, também eles, fundamentalmente diferentes, num caso listas de bispos e dignitários com as respectivas referências documentais exaustivas, noutra reconstituição prosopográfica e enquadramento institucional na diocese.

Parece lógico que, detentora de um tal poderoso mecanismo de busca e recurso de investigação com o potencial dos *Fasti Ecclesiae Gallicanae*, a França pareça, neste

momento protagonizar uma profícua e inovadora investigação de “segunda” e “terceira” geração, sobre o papel destes eclesiásticos, quer ao nível das suas dioceses, quer ao nível da representação junto à monarquia, quer ao nível diplomático. Uma historiografia que alterna entre a análise de percursos individuais e sínteses de conjunto que os dados ao seu dispor permitem.

Os estudos em Inglaterra, com base nos levantamentos documentais, se parecem menos exuberantemente numerosos, não abandonam a já antiga e profícua tradição da observação das carreiras de eclesiásticos – e não eclesiásticos – junto ao poder régio, na corte e na administração, no tesouro, na justiça, na escrita e no aconselhamento espiritual. O papel dos bispos e das dioceses junto à Realeza e como agentes das comunidades políticas acompanha sintetizando, esse esforço. Para a Península Ibérica, a realidade dos estudos sobre estas relações tem-se centrado sobretudo em torno de historiadores que investigam estes homens e estas carreiras no âmbito de trabalho sobre as dioceses, ou no âmbito da biografia de personagens - chave que representam bem o grupo, ou que estudam a realidade política e pactual da realeza medieval e das relações entre poder político e eclesiásticos, com especial enfoque para os séculos mais tardios da Idade Média.

Em Portugal, os anos mais recentes, no rescaldo dos trabalhos do projecto *Fasti Ecclesiae Portugaliae*<sup>3</sup> e do empenho das diversas gerações que nesse projecto confluíram, e que desde então se têm sentido seduzidas pelo tema, assistem também a uma renovada produção nos mesmos âmbitos, com um crescimento que se poderia apelar de sensível, muito embora moderado pelo número daqueles que se dedicam a estes temas e pelas hipóteses de poder continuar a trabalhar em investigação depois do doutoramento. Ainda assim, algumas obras de vulto sobre diversos episcopados e micro-biografias sobre clero catedralício, bem como teses de Mestrado e Doutoramento onde as carreiras de eclesiásticos e o seu papel como agentes diplomáticos, jurídicos, culturais e políticos junto à monarquia e em Roma, têm vindo a proliferar, parecem revelar uma renovada apetência, plena de promessa e possibilidade.

---

<sup>3</sup> Cujas base de dados ainda não está disponível ao público.

\*

O conjunto de artigos que hoje apresentamos à vossa apreciação crítica deriva, como já se disse, da reestruturação dos trabalhos realizados nesse encontro de 2015, mas integra também colaborações de investigadores membros do projecto que não participaram nesse evento ou que nele participaram com outras comunicações. Todas foram profundamente reestruturadas e actualizadas.

Apesar das vicissitudes, o dossier que vos apresentamos, subordinado ao tema “Eclesiásticos na diplomacia, na administração e na legitimação das monarquias medievais: Portugal, Leão e Castela, França e Inglaterra”, título que pretende corresponder ao conteúdo da colectânea, constitui mais um *output* do projecto que envolveu a equipa de investigadores, os consultores e todos os colegas de outras latitudes que deram a sua contribuição nos nossos encontros e debates. Os artigos presentes nesta compilação alternam entre a revisão da síntese de conjunto e os estudos de caso tendentes a apresentar resultados que questionam realidades há muito tomadas como consensuais, interpelando o leitor a repensar as lógicas de interpretação por vezes reproduzidas sem bases, colocando-lhes novas questões.

O texto de Hermínia Vilar, ao analisar as petições e respostas do clero do tempo de D. Pedro I, tal como ficou patente nas cortes de 1361, acaba por nos colocar, ou recolocar, a questão da relevância do elemento eclesiástico na governança, especialmente num tempo em que as relações entre o rei e o clero estavam tensas e pouco claras. Com a sua análise, reforça não só algumas constatações já levadas a cabo por Armando Luís de Carvalho Homem, mas, recorrendo a dados recolhidos no âmbito do Projecto DEGRUPE de forma mais sistemática que anteriormente, reitera a ideia de que o século XIV assistiu, em determinadas cronologias e conjunturas, neste caso, no reinado de D. Pedro, a um recuo da influência da presença dos eclesiásticos junto à corte régia. Designados como executores ou diplomatas para missões e questões específicas, o seu papel deixa de ser sistémico e passa a ser mais pontual, pautado pela necessidade do momento e não pela centralidade da sua presença como únicos possíveis conselheiros régios. Verificando embora esta realidade, a autora não deixa de constatar, de forma bastante eloquente, como o clero acaba por encontrar formas “alternativas” de

participar e beneficiar do favor régio e da proximidade da corte do rei, reencontrando assim um lugar na ordem da *res* política.

O texto de Armando Luís de Carvalho Homem, investigador do Projecto DEGRUPE, cuja participação não decorreu dentro do marco do encontro de 2015, mas que se integrou neste dossier pela coerência temática óbvia, alerta-nos com especial acuidade para a realidade oposta àquela que Hermínia Vilar tinha identificado para D. Pedro I de Portugal, a saber, a da presença numericamente considerável de eclesiásticos junto a D. João I, quer como juristas e legistas, primeiro, quer como conselheiros régios mais tarde. Descrita por ele como a primeira geração de homens junto ao rei no que ele mesmo qualifica de *dernier souffle* dos clérigos junto aos monarcas, o autor descreve-nos como esta conjuntura abriu aos eclesiásticos que se encontravam junto de D. João I e integravam o seu controverso Conselho, a possibilidade de um protagonismo activo, num último fulgor, a fazer lembrar o seu peso e influência em séculos anteriores. Mas também nos alerta para as renovações levadas a cabo pelo primeiro rei dos de Avis, no sentido de trazer um conjunto de *homens novos* para a sua administração e justiça, que no futuro permitiria encarar este tipo de funções como “carreiras” de corte, afastando assim os eclesiásticos da cena política. Neste contexto, o recurso à capacidade legislativa régia como elemento e símbolo de afirmação inquestionável e legitimador da soberania régia, presente já desde o século XIII, mas apenas evidente aos olhos de todos a partir dos séculos XIV e XV, resulta evidente na sua análise conjuntural, que engloba os anos finais de D. João, mas também o período de governação de D. Duarte, que ganha de novo um protagonismo destacado na sua análise.

O estudo prosopográfico do clero que assessorou a construção da legitimidade “internacional” da dinastia de Avis, que o artigo de Néstor Vigil Montes põe em relevo, vem muito na linha do artigo anterior e permite, com uma abordagem minuciosa, reafirmar e confirmar com casos concretos todas as afirmações do artigo que o precede. A sua abordagem dos *homens novos* de D. João I, entretanto reconfirmada pelas microbiografias publicadas, em 2018, na obra *Bispos e Arcebispos de Lisboa*, permite-nos olhar para estes homens à luz de uma nova perspectiva. Ao analisar o seu papel na esfera internacional e nas negociações

diplomáticas, Néstor Vigil desvenda um mundo mais dinâmico, mais multifacetado, que não pretende já reduzir os eclesiásticos a lógicas unívocas de interpretação, mas que acolhe a ideia de alterações na orgânica deste relacionamento em períodos mais curtos, o que nos permite olhar as diferentes situações à luz de cambiantes raramente equacionadas, ou seja, à luz de mudanças que podem inverter as equações do poder consoante os reinados, as épocas, os contextos históricos, políticos e teóricos. E isto não só de um reinado a outro, mas até mesmo dentro do mesmo reinado.

Estes três artigos permitem e promovem a ideia de que o mundo medieval dos homens de poder e nesse o relacionamento entre os poderes temporais e espirituais, nem é estático nem permanente, nem unívoco. Tem de ser visto à luz das dinâmicas da época e dos contextos específicos em que se desenrola. Não deveremos mais pretender verificar a presença ou ausência continuada de eclesiásticos junto às monarquias nem querer para eles papéis que, uma vez alterados, não possam ser revertidos, ou pretender que neste jogo de influências recíprocas possa haver estabilidade permanente, ou tendências constantes, ou fluindo sempre num ou noutro sentido. A realidade, quando estudada com profundidade, revela-se sempre muito mais complexa do que poderíamos imaginar.

De natureza diferente é o artigo de Francisco Diaz Marcilla, que nesses anos de 2013 a 2015 foi um dos bolsiros do Projecto DEGRUPE. O seu trabalho incide sobre os dados compilados pela equipa de investigação e parte da recolha inserida na base de dados do Projecto DEGRUPE. Disponível para consulta, embora em constante construção e actualização, foi pensada tendo como base os objectivos específicos do projecto, ou seja, os eclesiásticos que encontramos junto à corte e na esfera de influência dos reis peninsulares. E é disso que nos falam as extensas tabelas e listas de nomes com que Francisco Diaz nos brinda. Neste momento, há uma recolha considerável de dados que podemos começar a trabalhar, para podermos olhar com outros olhos o conjunto dos eclesiásticos peninsulares. Os oficiais da administração e da esfera doméstica em Leão e Castela recenseados por este investigador permitem-nos vislumbrar com bastante precisão a riqueza dos



dados que a base de dados pode oferecer no que respeita, quer às funções e suas designações, quer àqueles que ocuparam essas funções e cargos. Neste momento, pouco mais temos que as listagens, mas a exploração dos documentos que levantámos sobre todas e cada uma das personagens por ele elencadas revelam um promissor campo de trabalho, onde os estudos de caso poderão alimentar as sínteses mais inovadoras.

Um exemplo diverso do que se pode fazer com uma base de dados prosopográfica bem estruturada e ricamente fornecida é o artigo de Óscar Villarroel, que desde há muito trabalha com clero castelhano na baixa Idade Média e com a sua relação com a monarquia, e que recentemente tem estudado o papel dos eclesiásticos ao serviço da diplomacia régia e dos processos diplomáticos. Num trabalho exaustivo e bem ilustrado, Óscar Villarroel leva-nos pelos meandros da construção e legitimação da monarquia castelhana, pela mão dos eclesiásticos ao serviço dos reis, através do estudo das biografias dos clérigos, mas também dos processos diplomáticos onde eles se envolvem ou são envolvidos. Nesse percurso, atravessamos reinados e conjunturas políticas que mudam de forma sensível a nomenclatura dos cargos e da relevância que eles vão ganhando, assim como as diversas missões diplomáticas formais e as redes de influência informais que esses homens integraram. Os muitos casos e carreiras por ele trabalhados convergem no sentido de nos alertarem para outro elemento relevante neste tipo de abordagem, ou seja, como as conjunturas globais e os conhecimentos pessoais podem permitir e facilitar a ascensão e o protagonismo de indivíduos que por seu lado também se esforçam por conseguir chegar aos lugares onde sabem que podem ter influência e poder.

Thierry Pécout brinda-nos com um impressionante quadro, quer sob o ponto de vista da teorização das relações entre o poder real e os bispos no mundo angevino, de meados do século XIII aos inícios do XIV, no que toca ao papel desempenhado pelos segundos como diplomatas ao serviço do rei, quer sob o ponto de vista da exemplificação que leva a cabo, através de quatro casos paradigmáticos que escolheu de forma cirúrgica, para ilustrar os pontos que pretende realçar.

Começando por esclarecer o que para ele é e deve ser considerado diplomacia e diplomata, nos finais do século XIII e no século XIV, é com pragmatismo que nos fala de como a diplomacia pode estar ligada ao nascimento e desenvolvimento do direito das gentes e do conceito jurídico de paz, mas como ela também é uma necessidade básica de gestão de conflitos e de relações de força entre poderes temporais. Não restam dúvidas quanto à importância dos homens que devem desempenhar este papel de pacificadores e mediadores e da influência que daí lhes advém. Do artigo de Thierry Pécout ressalta com muita força o poder desta combinação de vontade e determinação - ambição pessoal e conjuntura política, ao mesmo tempo que se entende como a monarquia e os sectores eclesiásticos mais influentes beneficiam reciprocamente da entreatajuda que se proporcionam. E de quão frágil essas harmonias também podem ser, sujeitas à influência de um elemento externo ou interno, de um mau passo ou uma má palavra, que podem condicionar esse mesmo relacionamento e alterar os pactos não escritos de lealdade e colaboração entre as duas instâncias de poder. Mas o artigo de Thierry Pécout também nos alerta para como o desempenho de cargos importantes nas missões diplomáticas relacionadas com questões do interesse régio também foi utilizado por estes homens como uma forma de notoriedade que, pelo menos em dois dos casos estudados, os conduziram ao cardinalato, sem passar pelo episcopado. Mais uma vez, um artigo muito sugestivo, que nos leva pelo mundo da diplomacia, das ambições pessoais e do não conformismo à aceitação de modelos pré-convencionados, que um estudo menos minucioso desta realidade poderia enganosamente distorcer no sentido da generalização grosseira.

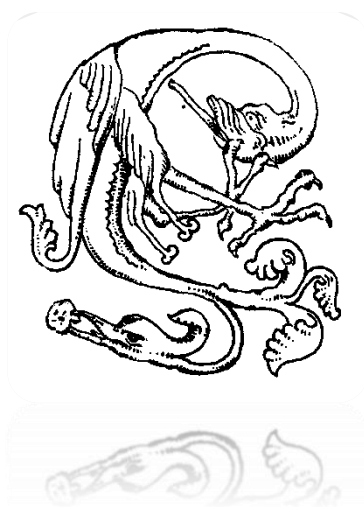
O artigo de Tiago Viúla Faria fecha este dossier, com um estudo biográfico de caso, que analisa, com um extraordinário detalhe, a vida de um clérigo inglês que acompanhou a rainha D. Filipa de Lencastre para Portugal e que aqui viveu e foi seu chanceler privado durante muitos anos. Este artigo fecha de forma singularmente interessante o conjunto de estudos que compõem este dossier, pois o clérigo cujo percurso o autor escolheu como objecto de estudo tem uma vida particularmente relevante, na medida em que, por um lado, se enquadra no paradigma do oficial régio, neste caso chanceler da rainha, mas que, por outro lado, não se adequa ao “nosso” preconcebido paradigma sobre o que deveria ser a

carreira de um chanceler da rainha Filipa de Lencastre. Este foi um simples clérigo de uma paróquia pouco notável de Inglaterra, que acaba por ser escolhido pelos Lencastre para acompanhar a futura rainha de Portugal, ascendeu ao cargo de seu chanceler e homem de sua confiança e aparentemente também de D. João I, envolvido em diversos processos diplomáticos, e que acaba por regressar a Inglaterra, aparentemente por vontade própria, onde as suas expectativas eram apenas as de conseguir um benefício modesto que lhe permitisse sustentar-se com dignidade, noutra paróquia decente. Este é um caso que permite colocar de novo em perspectiva muitas das asserções sobre o tipo e formas de poder que a influência junto à realeza pode granjear aos eclesiásticos, sobre o tipo de clérigos que esperamos ver a desempenhar cargos destacados e alegadamente de poder e sobre as ambições que os próprios actores desse relacionamento acalentam. Despertando-nos, de forma ainda mais acutilante, para a necessidade de mantermos sempre em aberto a forma como encaramos esta realidade e a necessidade de continuarmos a entender quão fundamental é não sermos reducionistas quando tentamos construir modelos e esquemas interpretativos para um mundo muito mais plurifacetado do que por vezes aceitamos, sob pena de não nos apercebermos de todas as nuances de um universo humano muito mais rico do que nós conseguimos imaginar.

Todo o dossier, na sua análise deste complexo universo humano sob tão diversas perspectivas, nos convida à já diversas vezes mencionada revisitação das nossas anteriores concepções acerca dos papéis e desempenhos dos agentes e actores deste relacionamento, ao longo da leitura dos sete artigos que o compõem. O estudo aprofundado dos casos que agora vêm a público permite-nos reposicionar e questionar temas e certezas anteriores, que à luz destas multifacetadas mas coerentes abordagens resultam muito mais ricos e potencialmente desafiantes do que antes de os termos podido analisar. Reassegurando-nos que o estudo da História em geral é sempre um campo inesgotável de novas e provisórias observações e hipóteses e o estudo das relações entre os eclesiásticos e o poder real nas suas inúmeras vertentes um campo de estudo inesgotável.

**COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:**

BRANCO, Maria João; VILAR, Hermínia – “*Eclesiásticos na diplomacia, na administração e na legitimação das monarquias medievais: Portugal, Leão e Castela, França e Inglaterra: uma apresentação*”. *Medievalista* 28 (Julho-Dezembro 2020), pp. 23-34 [Consultado dd.mm.aaaa]. Disponível em <https://medievalista.iem.fcs.unl.pt>.





MEDIEVALISTA

N.º 28 | Julho – Dezembro 2020

ISSN 1646-740X

---

**O clero e as Cortes de 1361: redes e protagonistas ao tempo de D. Pedro**

**The clergy and the Cortes of 1361: networks and protagonists in the time of Pedro I of Portugal**

*Hermínia Vasconcelos Vilar*

Universidade de Évora, CIDEHUS - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades  
7000-803 Évora, Portugal

[hmav@uevora.pt](mailto:hmav@uevora.pt)

<https://orcid.org/0000-0003-3300-8335>

Data recepção do artigo / Received for publication: 10 de Abril de 2020

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 5 de Junho de 2020

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.3297>

## RESUMO

Em 1361 D. Pedro reunia Cortes em Elvas, lugar excêntrico no quadro do que até então tinham sido os lugares escolhidos para essas reuniões. Das actas dessas Cortes ressalta um conjunto de capítulos, apresentado pelo clero português, e coligidos, mais tarde, nas Ordenações Afonsinas.

Tidos como um reflexo da permanência de problemas anteriores, o conteúdo destes capítulos bem como o contexto da sua apresentação merecem uma análise mais detalhada, tendo em linha de conta o quadro mais amplo das relações clero - realeza em meados do século XIV em Portugal. O questionário subjacente a esta análise tem assim em linha de conta, por um lado, as implicações e condicionalismos do recurso à apresentação de queixas por parte do clero ao rei ou ao papa e, por outro, a importância que a crise de 1355-56, bem como as sequelas da política afonsina, podem ter tido nestes primeiros anos do reinado de D. Pedro.

**Palavras-chave:** Realeza; Cortes 1361; Bispos; Agravos.

## ABSTRACT

In 1361 D. Pedro gathered Cortes in Elvas, a very uncommon place if we take in account the places chosen for these meetings. One of things most remarkable of this Cortes was the presentation of a list of grievances by the Portuguese clergy to the king. List that was, several decades after, collected in the *Ordenações Afonsinas*.

Normally seen as a reflection of the persistence of previous problems between clergy and kings, the content and context of these grievances deserve a more detailed analysis. In this article, we intend to draw attention to the implications of the frequent presentation of grievances by the clergy to the king or pope and also to the importance of the crisis of 1355 -1356 in the first years of governance of D. Pedro.

**Keywords:** Kingship; "Cortes" of 1361; Bishops; Grievances.



Quando as *Ordenações Afonsinas* tomaram forma<sup>1</sup>, os seus compiladores acharam por bem integrar, enquanto documentos representativos da relação entre reis e Igreja, os capítulos apresentados pelo clero nas Cortes de 1361, realizadas em Elvas. E intercalaram-nos entre, por um lado, a publicação dos acordos firmados em 1289 entre D. Dinis e o conjunto dos bispos das dioceses portuguesas, sob a égide e mercê da intervenção papal, em 1292, entre o mesmo monarca e quatro dos bispos responsáveis pelas dioceses do Porto, Guarda, Lamego e Viseu e, em 1309, com o Bispo de Lisboa João Martins de Soalhães e, por outro, os artigos estabelecidos entre D. João I e a cleresia do reino em 1390/91 e em 1427<sup>2</sup>.

Os documentos integrados nos primeiros títulos do segundo livro das *Ordenações Afonsinas* parecem, pois, corresponder a um grupo documental cuja importância, reconhecida pelos compiladores, justificava a sua fixação na memória legislativa que esta compilação representava. Firmados ao longo de um período que se estende desde 1289 a 1427, estes documentos têm em comum o facto de terem, na base, listas de agravos apresentadas pelos bispos ao papa, no caso da concordata de 1289, ou apenas por alguns prelados ao rei como é o caso dos acordos parciais de 1292 e de 1309 ou pelo clero, aqui denominado de forma mais indistinta, como acontece nos documentos datados do reinado de D. Pedro I e de D. João I. Contudo, nada nos autoriza a pensar que os documentos coligidos compreendam a totalidade dos agravos apresentados durante estas décadas. Nada nos é dito, aliás, sobre os critérios subjacentes a esta escolha nem mesmo sobre a existência ou não de outras listas de queixas aqui não consideradas.

---

<sup>1</sup> Sobre o processo de constituição e divulgação das *Ordenações Afonsinas* e sobre a sua organização em cinco livros veja-se DOMINGUES, José – *As Ordenações Afonsinas: três séculos de direito medieval [1211-1512]*. Sintra: Zéfiro, 2008.

<sup>2</sup> *Ordenações Afonsinas*, 2<sup>a</sup> ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, Livro II, pp. 3 a 156 para todos os acordos. Os capítulos respeitantes a Elvas estão inseridos entre as páginas 61 e 87. Ainda sobre estes acordos e a sua integração nas *Ordenações Afonsinas* veja-se CAETANO, Marcello – *História Do Direito Português. Fontes- Direito Público (1140-1495)*. 2<sup>a</sup> ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1985, em especial pp. 538-540.

Torna-se claro, contudo, que, para os compiladores, o acento é colocado no acordo, ou seja, na integração da resposta régia, pelo que os artigos apresentados o são em função dessa mesma resposta e não em função das situações que o clero pretendia ver corrigidas. Ou seja, o que as *Ordenações Afonsinas* fixaram foi, predominantemente, o texto que resulta da conjugação dos agravos com as respostas dadas pelos diferentes monarcas.

Sendo esta uma prática comum a outros reinos europeus desde, pelo menos, meados do século XIII<sup>3</sup>, a verdade é que a apresentação de listas de agravos não vale apenas pelo rol de queixas apresentadas e pelos que estas nos deixam entrever sobre o quotidiano das relações entre poderes e dos níveis de interferência mútua nas respectivas esferas de actuação, mas também pelo que reflectem de aceitação tácita da realeza como protagonista do espaço político e destinatário privilegiado das queixas eclesiásticas. Neste quadro, os agravos apresentados pelos bispos das dioceses portuguesas na Cúria, em 1268, parecem constituir uma excepção e não a regra. Em Portugal, tal como noutros reinos, os agravos eram, muitas vezes, enviados ou apresentados ao rei, fosse em contexto de Cortes, fosse em contexto específico de diálogo entre poderes.

No caso dos artigos de 1361, a sua apresentação terá sido feita no quadro das Cortes convocadas para Elvas por D. Pedro. Realizadas em Maio deste ano, numa localidade relativamente excêntrica, se tivermos em consideração os locais escolhidos para a realização destas reuniões em reinados anteriores, mas cuja escolha se poderá explicar pelos circuitos da itinerância régia<sup>4</sup>, as actas das Cortes

---

<sup>3</sup> Para o caso inglês veja-se JONES, W. R. – “Bishops, Politics, and the Two Laws: The *Gravamina* of the English Clergy”. *Speculum* 41:2 (1966), pp. 209-245 e DENTON, J. H. – “The Making of the “*Articuli Cleri*” of 1316”. *The English Historical Review* 101.400 (1986), pp. 564-595. No caso de Castela atente-se na importância dessas listas realçada por LINEHAN, Peter – *The Spanish Church and the Papacy in the Thirteenth Century*. Cambridge: University Press, 2005.

<sup>4</sup> A itinerância de D. Pedro foi estudada por MACHADO, J. T. Montalvão – *Itinerários de El-Rei D. Pedro (1357-1367)*, Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1978. Sobre os locais escolhidos para as reuniões de Cortes entre 1250 e 1490 atente-se no mapa incluído em MARQUES, A. H. de Oliveira e DIAS, João Alves – *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2003, p. 110, no qual é visível a escolha exclusiva de Elvas por D. Pedro. A representação gráfica dos itinerários descritos pelos diferentes reis a partir de Afonso III e até D. Pedro encontra-se na mesma obra nas páginas 101 a 104.



de 1361 constituem um elemento documental privilegiado no quadro da documentação sobrevivente para os dez anos da governação de D. Pedro. A par dos capítulos gerais e especiais do povo e de dois artigos gerais da nobreza que surgem preservados, realçam-se os trinta e três artigos coligidos respeitantes ao clero<sup>5</sup>.

Assim, e apesar das referências a estas Cortes, dispersas por diferentes obras, vale a pena ainda reflectir sobre as razões subjacentes à apresentação destes capítulos e a importância que lhes foi conferida nas décadas seguintes e que explicam a sua inclusão nas *Ordenações Afonsinas*.

Desta forma, e sem propor encetar uma análise exaustiva do seu conteúdo, procuraremos realçar alguns aspectos que individualizam estes capítulos na comparação com os acordos estabelecidos no reinado de D. Dinis e também coligidos nas *Ordenações*, para, num segundo momento, reflectir sobre a conjuntura compreendida entre os anos finais do reinado de D. Afonso IV e os primeiros de D. Pedro, anos de transição e de passagem, nem sempre pacífica, entre dois reinados e no contexto dos quais, mais uma vez e à semelhança do que já tinha ocorrido algumas décadas antes, no final do reinado de D. Dinis, grupos e facções se definiram e dividiram em torno do monarca em exercício e do infante herdeiro.

Sobre este pano de fundo, os bispos são elementos cuja centralidade política oscila entre a representatividade de um grupo, nem sempre coeso e muito menos com identidade própria, e as trajetórias individuais realizadas em função de interesses e relações que em muito ultrapassam o campo eclesiástico<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.

<sup>6</sup> Uma reflexão interessante sobre o papel dos bispos na comunidade política, embora centrada no caso inglês, pode ser encontrada em AMBLER, S. T. – *Bishops in the Political Community of England, 1213-1272*. Oxford: Oxford University Press, 2017, pp. 12-31. Para o caso francês merece realce a análise feita por TABBAGH, Vincent – *Les Évêques dans Le Royaume de France au XIVe Siècle*. Dijon: Éditions universitaires de Dijon, 2015.

Assim, embora a apresentação destes capítulos nos reenvie para uma imagem de coesão entre membros do clero, aquela poderá não reflectir mais do que a partilha possível de um conjunto de preocupações por alguns membros cuja identificação nos escapa, contudo, por completo, se considerarmos apenas o texto das actas das Cortes.

Atender aos protagonistas episcopais para os anos que se estendem entre o final do reinado de D. Afonso IV e 1361 será, pois, também um dos objetivos deste trabalho, sem que tal implique qualquer pretensão de reconstituição detalhada de percursos ou carreiras, mas apenas uma reflexão sobre as redes e a importância do serviço na definição da amplitude dessas redes.

### **Rei e clero no discurso das Cortes de 1361**

À semelhança das razões invocadas por seu pai para a convocação das Cortes de 1352<sup>7</sup>, também D. Pedro expressa, no preâmbulo com que inicia as actas sobreviventes da reunião de 1361, a sua preocupação com a correção dos *agravamentos* que os seus povos sofriam em virtude da acção dos oficiais régios e apresenta-a como uma das razões subjacente à realização destas Cortes de Elvas. E mencionava ainda que nessa vila se encontravam então os infantes, seus filhos, bem como o arcebispo de Braga, bispos, abades e priores além dos ricos homens e vários filhos de algo. Tal como é realçado por Armindo de Sousa<sup>8</sup>, para uma cronologia um pouco posterior, é bem possível que esta presença tão numerosa, a ser real, cedo se dispersasse após os primeiros dias de reunião. As negociações dos capítulos apresentados pelos concelhos implicavam, não raras vezes, um prolongamento temporal que nem sempre os representantes dos grupos dominantes estavam disponíveis nem interessados em acompanhar. No caso específico do clero, a sua presença nem sempre é atestada nas reuniões de Cortes, fruto, por um lado, da escassez documental e, por outro, de um efectivo distanciamento em relação a estas reuniões. Distanciamento que se saldaria por

---

<sup>7</sup> *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982, p. 123.

<sup>8</sup> SOUSA, Armindo de – *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*. 2 vols, Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990 em especial pp. 184-189.

uma presença parcial ou limitada a alguns membros ou por uma participação limitada e curta no evoluir dos trabalhos.

No entanto, quando presente, é de supor que o clero se faria representar, tendencialmente, por membros do clero episcopal<sup>9</sup>, embora a identificação desses representantes raramente seja feita, o que é também o caso dos capítulos apresentados em 1361.

Silêncio que se estende ao conteúdo dos próprios artigos. Com efeito, o perfil de agravos, tal como foi fixado pelas actas das Cortes, reenvia-nos para um discurso genérico, alusivo às acções que o clero pretende ver condenar ou corrigir por parte do rei, mas sem que seja feita qualquer alusão específica a um espaço ou a figuras às quais se reportam as queixas. Opção também ela comum a todos os demais textos de acordos. Ou seja, o articulado é sempre estabelecido em função de um perfil genérico que aponta para um abuso ou para um desrespeito, sem indicar protagonistas nem vítimas.

E são a estes agravos, sem alusões individualizadoras de quem as pratica ou de quem as sofre, que os monarcas respondem.

De uma forma geral os capítulos apresentados ou melhor os artigos respondidos pelo rei em 1361 não parecem trazer grandes novidades quando comparados com os artigos incluídos nos acordos de 1289 e de 1292. Daí a tendência para concluir que o retomar e a longevidade dos temas em discussão entre realeza e clero, constitua o reflexo de uma prática continuada de desrespeito pelos compromissos anteriormente assumidos<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> SOUSA, Armindo de – *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490) ...*, vol. I, p. 184 e sobre a participação do clero nas cortes castelhanas: O' CALLAGHAN, Joseph – “The Ecclesiastical Estate in the Cortes of Leon-Castille, 1252-1350”. *The Catholic Historical Review* LXVII.2 (1981), pp. 185-213 e ARRANZ DE GUZMAN, Ana – “Reconstrucción y verificación de las Cortes castellano-leonesas: la participación del clero”. *En La España Medieval* 13 (1990), pp. 33-132.

<sup>10</sup> MARQUES, José – “Igreja e poder régio”. in *A Génesis do Estado Moderno no Portugal Tardomedieval. Ciclo de conferências*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1999, pp. 217-256, em especial, pp. 227-228.

No entanto, e sem questionar a continuidade dessas práticas, a questão que se deve colocar reside, também, na inevitabilidade ou não dessas práticas e logo das queixas que elas suscitam. Ou seja, mais do que reflexos de problemas conjunturais, os agravos apresentados pelo clero e respondidos por D. Pedro correspondem à modelação progressiva da actuação dos poderes em presença e à redefinição das respectivas esferas de actuação. E assim, da mesma forma que D. Pedro reitera princípios de diálogo e de respeito pelos direitos e liberdades religiosas sem questionar ou obstaculizar de forma clara a actividade dos seus oficiais, também prelados e membros do clero se vêem obrigados a reiterar, de forma recorrente, a necessidade de acatar e de respeitar os privilégios e as isenções eclesiásticas.

O discurso vertido nas respostas régias reflecte assim o equilíbrio possível entre poderes e os limites implícitos da actuação régia e da reivindicação eclesiástica.

Contudo, isto não impede a constatação da continuidade das temáticas inerentes aos agravos. Continuidade que se estende também à argumentação utilizada pelo rei, bem como à noção de uma articulação temporal entre estes capítulos apresentados em 1361 e os agravos avançados em datas anteriores. Ou seja, tanto os representantes do clero como o próprio monarca estão cientes da continuidade temporal das temáticas abordadas e do retomar de velhos problemas que viram já soluções de consenso e de concórdia anteriormente estabelecidas e depois não cumpridas.

As referências feitas a cartas assinadas no reinado de D. Dinis e de D. Afonso IV bem como as menções explícitas ao acordo de 1289 pressupõem o recurso a estes textos pelas partes em presença, tanto na altura da redacção dos capítulos como no momento de elaboração das respostas, sendo esgrimidas como fontes de legitimidade para caucionar comportamentos ou como limites à actuação de oficiais e nobres, cujos comportamentos, quando desrespeitadores desses mesmos limites, recaíam na esfera do condenável.

E daí que a invocação do acordado entre monarcas e clero não fosse um exclusivo do discurso régio. Também os representantes do clero faziam eco desses acordos como elemento de fixação de uma prática que cabia preservar, ou seja, filiavam no desrespeito pelo acordado a justificação para a apresentação de queixas, assumindo assim que o estabelecido tinha correspondido a momentos de negociação e de fixação de equilíbrios. Os artigos 9º e 15º são particularmente elucidativos a este respeito<sup>11</sup>. Neles, os representantes do clero invocam, de forma clara, as cartas de D. Dinis e o artigo “que antre El rey e a Igreja he prometido e jurado em Corte de Roma” a propósito dos atentados praticados pelos corregedores do rei no que respeitava às jurisdições exercidas pelo clero nos seus espaços coutados<sup>12</sup>.

Mas, ao contrário do que ficou fixado no texto de 1289 vertido nas *Ordenações Afonsinas*, em 1361 D. Pedro não se limitou a assumir compromissos futuros de respeito pelo estabelecido ou a negar tais práticas, como seu avô D. Dinis fez, através dos seus procuradores. As respostas de 1361 são bastante mais elaboradas e denotam uma preocupação em assegurar o cumprimento das disposições régias, dentro dos limites de respeito por alguns privilégios da Igreja.

Assim, se bem que o rei assumia o respeito pelos direitos e liberdades da igreja, fá-lo sem deixar de afirmar o espaço de actuação dos seus oficiais no quadro do disposto em cartas e legislação anterior e exigindo documentos que comprovassem os abusos praticados pelos mesmos e dos quais os clérigos se queixavam.

Estas queixas incidiam, na sua maioria, sobre a intervenção dos oficiais ligados ao exercício da justiça e ao desrespeito pela aplicação do foro eclesiástico, sobre os abusos praticados pela nobreza e família real no exercício do direito de aposentadoria e sobre a desconsideração pelas sentenças eclesiásticas e mesmo pelas normas religiosas que muitos oficiais régios evidenciavam na sua actuação. O artigo 31º faz eco dessas práticas ao relatar que os representantes régios não

---

<sup>11</sup> *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I ...*, respetivamente p. 17 e p. 19.

<sup>12</sup> *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I ...*, p. 19.

hesitavam em realizar reuniões e audiências aos domingos e dias de festas nas igrejas e nos seus adros, ignorando o carácter sagrado destes dias dedicados à oração. E, quando admoestados, ameaçavam prelados e vigários escarnecendo das penas com que eram ameaçados ao declararem que “a escumunham nom brita osso e que o vinho nom amargua ao escumungado”<sup>13</sup>. Queixa face à qual o rei se limitou a exortar as suas justiças a que respeitassem os officios divinos e se abstivessem de causar conflitos com os clérigos. Recomendação bastante genérica, fundamentada mais na capacidade de acatamento dos oficiais do que na condenação explícita dos comportamentos.

Algo de semelhante acontece com o artigo seguinte, no qual o clero se referia ao chamado *beneplácito régio*, queixando-se do atraso na publicação das cartas papais em virtude da ordenação régia que estabelecia a obrigatoriedade de uma prévia aprovação por parte do rei, situação que suscitava o envio de repreensões papais para as quais os bispos portugueses não tinham resposta. Face a este agravo, D. Pedro limitou-se a responder “Que nos mostrem estes rrescriptos e lletras e ve llas emos e mandaremos que sse provyquem pela guysa que devem”<sup>14</sup>, ignorando desta forma o pedido feito para a revogação da referida ordenação.

Centrados, como já referimos, na acção dos oficiais ligados à justiça, no desrespeito pelo disposto pelo direito canónico e nos abusos protagonizados pelos ricos homens, os capítulos de 1361 parecem ignorar temáticas presentes em 1289, com realce para os problemas decorrentes das eleições episcopais e da intervenção indevida do rei nestes processos, bem como do exercício do direito de padroado ou mais especificamente do exercício da capacidade de confirmação dos apresentados pelo bispo.

Estas ausências podem ser consideradas, à partida, aleatórias ou tidas como resultados das escolhas feitas pelos representantes do clero ou pelos compiladores das respostas sobre o que seriam os problemas mais prementes em 1361 e que

---

<sup>13</sup> *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I ...*, p. 26.

<sup>14</sup> *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I ...*, p. 26.

deveriam ser, assim, sujeitos ao registo escrito. Contudo, ausências como as referidas acima podem também reflectir novos equilíbrios entre os protagonistas dos processos de designação episcopal, com a crescente capacidade de intervenção papal no sistema de escolha e o implícito reconhecimento do espaço de intervenção real<sup>15</sup>. Desta forma, a capacidade de reivindicação dos bispos em 1268 e vertida na concordata de 1289 talvez não fosse a mesma em 1361, nomeadamente no que se referia à possibilidade de controlar a capacidade de intervenção do rei nos processos de designação, sobretudo quando estes decorriam no âmbito capitular. Até porque desde o final do século XIII que o papado tinha também vindo a desenhar e a circunscrever um novo espaço para a sua intervenção.

À partida, os agravos apresentados em 1361 podem ser encarados como reflexo de um mal-estar latente que os representantes do clero fazem chegar ao rei nestas Cortes convocadas quatro anos após o início do seu reinado. Para alguns autores, os artigos apresentados expressam os problemas derivados de uma relação conflituosa entre D. Pedro e o clero<sup>16</sup>. No entanto esta poderá ser uma leitura parcial.

A apresentação de agravos a um rei, sobretudo em contexto de Cortes, pode não ser sinónimo obrigatório de mal-estar ou de conflito latente, mas antes da capacidade de repensar equilíbrios e obter compromissos.

Para aferir vale a pena reflectir sobre o lugar ocupado por estas Cortes no contexto do reinado de D. Pedro e determo-nos sobre os indícios documentais de um relacionamento.

---

<sup>15</sup> VILAR, Hermínia Vasconcelos – “Episcopal appointments and royal power: theory and practice of an unwritten privilege in medieval Portugal”. *Imago Temporis. Medium Aevum* 11 (2017), pp. 233-254.

<sup>16</sup> Oliveira Marques frisava-o em 1987 aquando da publicação do IV volume da *Nova História de Portugal*, argumentando que D. Pedro tinha perseguido o clero, sendo os capítulos de 1361 um reflexo das queixas que o clero dirigia contra o rei, senhores e mesmo contra os concelhos protegidos por D. Pedro. MARQUES, A.H. de Oliveira – *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Vol. IV. *Nova História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1987, p. 507.

### Rei e clero na chancelaria

Num reinado marcado por uma acentuada escassez documental, o ano de 1361 caracteriza-se pela existência de um volume assinalável de documentação, dirigida a diferentes prelados do reino<sup>17</sup>. No decurso do mês de Maio e estando o rei em Elvas, a chancelaria de D. Pedro exarou, pelo menos, seis cartas dirigidas aos bispos de Lamego e de Silves e ao arcebispo de Braga. Datadas de entre 21 e 27 de Maio, será lícito pressupor que a sua redacção foi paralela à realização das Cortes e visaram recompensar os ou alguns dos bispos presentes. No caso, tiveram como destinatários Durão Lourenço de Lamego, Vasco Lourenço de Silves e Guilherme de La Garde, arcebispo de Braga.

Ao primeiro, o rei confirmou os privilégios detidos pelo bispo e cabido ainda a 12 de Maio, estando em Évora<sup>18</sup> e cerca de dez dias mais tarde, a 23 de Maio, reforçou o disposto em cartas anteriores de seu pai e avô sobre a proibição de aposentadoria nos coutos, celeiros, honras e lugares do bispo e do cabido de Lamego<sup>19</sup>. Cartas feitas a pedido de D. Durão, delas foram elaboradas cópias guardadas no arquivo da diocese<sup>20</sup>, além das registadas na chancelaria.

Também ao bispo e ao cabido de Silves D. Pedro confirmou privilégios e liberdades em carta datada de 21 de Maio<sup>21</sup> e, alguns dias mais tarde, foi a vez de D. Guilherme de La Garde, arcebispo de Braga, ser agraciado com o favor régio.

Nas vésperas da sua transferência para Arles<sup>22</sup>, Guilherme de La Garde foi o destinatário de quatro cartas, todas elas datadas de 27 de Maio e através das quais

---

<sup>17</sup> De entre os reis da Primeira Dinastia, D. Pedro é talvez o monarca sobre cujo governo mais incidem os problemas decorrentes da escassez documental. A sobrevivência de um único livro de chancelaria é um limite claro ao conhecimento desta governação e nem mesmo o facto deste livro incluir documentação oriunda dos dez anos do reinado permite ultrapassar, de forma clara, as consequências dessa escassez documental. E se bem que a *Crónica de D. Pedro* constitua um elemento adicional de inegável importância para o conhecimento destes anos, a verdade é que a valorização de determinados acontecimentos tem igualmente limitado ou enviesado a reflexão sobre este período.

<sup>18</sup> *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I*, nº 538, p. 219.

<sup>19</sup> *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I*, nº 547, pp. 234-235.

<sup>20</sup> ANTT, *Cabido da Sé de Lamego*, maço 3 de doações, cartas e mercês régias, nº 8 e 10.

<sup>21</sup> *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I*, nº 558, p. 241.



o rei lhe reconheceu a posse de privilégios e direitos, como foi o caso das competências exercidas pelos tabeliães, nomeados pelo arcebispo, em todo o território do arcebispado. Nesta carta, D. Pedro ordenou o retorno aos termos dispostos pelo pai e anteriores ao embargo colocado por ele próprio<sup>23</sup>. E dispôs o mesmo no que se refere ao exercício de jurisdição sobre Braga e outros lugares, a qual lhe tinha sido tomada a seu mandado<sup>24</sup> e sobre Provesende, nas condições em que o arcebispo a exercia, antes do disposto por seu pai e isto enquanto fosse sua mercê<sup>25</sup>.

Desta forma, e através destas cartas, D. Pedro fazia alusão à existência de conflitos anteriores e de sentenças que teriam julgado a apropriação do exercício da jurisdição por parte do rei. Por um lado, D. Pedro aludia, possivelmente, às consequências inerentes ao “chamamento geral” realizado por seu pai para confirmação do exercício da jurisdição cível e crime por parte de diferentes senhores e aos duros conflitos travados entre D. Afonso e o arcebispo D. Gonçalo Pereira sobre a amplitude da jurisdição exercida pelo arcebispo em Braga e especificamente em torno da legitimidade de nomeação dos tabeliães<sup>26</sup>, mas, por

---

<sup>22</sup> A nomeação do seu sucessor data de 18 de Junho de 1361 e a sua transferência terá possivelmente sido autorizada em 16 de Junho de 1361. EUBEL, Conradus – *Hierarchia Catholica Medii Aevi sive Summorum Pontificum, S.R.E. Cardinalium, Ecclesiarum Antistitum Series: ab Anno 1198 usque ad annum 1431 perducta: et Documentis tabularii praesertim Vaticani collecta, digesta. Monasterii, 1935-1978*, p. 144.

<sup>23</sup> *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I*, nº 554 e 555, pp. 237-238. Em carta de 1341, Afonso IV reconhecia ao arcebispo de Braga, então Gonçalo Pereira, vários privilégios, entre os quais a capacidade de nomear tabeliães, embora tenha ressalvado a correição entregue ao rei. Com esta carta, Afonso IV fechava o conflito iniciado alguns meses antes com D. Gonçalo Pereira, arcebispo cujo percurso foi estudado por COELHO, Maria Helena – “O arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir”. in *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas. Vol. II/1. A Catedral de Braga na História e na Arte (séculos XII-XIX)*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia, Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 389-462. Ainda sobre este conflito, VILAR, Hermínia Vasconcelos – “No tempo de Avinhão: Afonso IV e o episcopado em meados de Trezentos”. *Lusitania Sacra*, 2ª série, 22 (2010), pp. 149-168, COSTA, Adelaide Millán – “Comunidades urbanas de senhorio eclesiástico; a divergente experiência das Cidades do Porto e de Braga”. in *Estudos em Homenagem ao Prof. Dr. José Marques. Vol. I*. Porto: FLUP, 2006, pp. 77-85.

<sup>24</sup> *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I*, nº 552, pp. 236-237.

<sup>25</sup> *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I*, nº 553, p. 237.

<sup>26</sup> Uma reflexão recente e sugestiva sobre as relações entre rei e Igreja no que se refere, em particular, a Portugal e Castela na primeira metade do século XIV é a de LINEHAN, Peter – *At the Edge of Reformation: Iberia before the Black Death*. New York: Oxford University Press, 2019, obra na qual algumas destas questões e protagonistas são analisados. O chamado “chamamento geral” datado da primeira metade de 1334 é conhecido a partir das cartas que resultaram das confirmações e inquirições feitas a partir da apresentação dos documentos por parte dos

outro, aludia aos seus próprios mandados, os quais teriam resultado na apropriação de direitos que agora o rei devolvia. Mandados que incidiriam sobre o âmbito da jurisdição exercida pelo arcebispo em Braga, questão à qual D. Pedro retornaria nos anos seguintes, numa altura em que também a jurisdição episcopal sobre o Porto se mantinha em discussão<sup>27</sup>.

No que se refere a esta diocese, logo no início do reinado, D. Pedro dirigiu ao bispo do Porto uma carta de reconhecimento de privilégios<sup>28</sup>, mantendo com o prelado uma relação aparentemente pacífica, não obstante os problemas latentes sobre o senhorio da cidade<sup>29</sup>.

A sucessão de cartas dirigidas a bispos e redigidas durante os meses centrais de 1361, surge assim articulada com a realização das Cortes.

À semelhança de cronologias anteriores, tanto o rei como os prelados parecem aproveitar a realização destas reuniões para obterem novas cartas de confirmação de privilégios ou para verem corrigidos aspectos menos claros do funcionamento da justiça régia e do exercício da jurisdição eclesiástica. Mas a elaboração destas

---

detentores das jurisdições, tal como é realçado por MARQUES, José – “D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais”. in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Vol. IV. Porto: INIC, 1990, pp. 1527-1566 e SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *D. Afonso IV*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores: 2005, p. 102 e seguintes.

<sup>27</sup> COSTA, Adelaide Millán da – “Comunidades urbanas de senhorio eclesiástico” ..., pp. 77-85; CRUZ, António – “Os bispos senhores da cidade. II – de D. Pedro Salvadores a D. Vasco Martins”. in PERES, Damião e CRUZ, António (eds.) – *História da cidade do Porto*. Vol. I. Porto: Portucalense Editora, 1962, pp. 184-248.

<sup>28</sup> *Chancelaria de D. Pedro I*, nº 130, p. 57. Também em Junho de 1361 um novo acordo é estabelecido entre o rei e bispo. ANTT, *Gavetas*, Gaveta XIII, maço 5, nº 4. Monsenhor José Augusto Ferreira refere ainda uma outra confirmação de jurisdição datada de 1359 e referente aos coutos de Paranhos, Crestuma, Loriz e Régua e uma carta de restituição de propriedades, anteriormente usurpadas, datada de 1360. FERREIRA, Monsenhor J. Augusto – *Memórias Archeológico-Históricas da cidade do Porto*. Braga: Livraria Cruz, 1923, p. 375.

<sup>29</sup> FREITAS, Eugénio Cunha e – “Os bispos senhores da cidade. III- de D. Pedro Afonso a D. Gil Alma”. in PERES, Damião e CRUZ, António (eds.) – *História da cidade do Porto*. Vol. I, ..., pp. 249-297. Nesse sentido vai também a opinião de Cristina Pimenta numa perspectiva ampla sobre as relações com o clero. PIMENTA, Cristina – *D. Pedro I*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005, pp. 126-127. Em Janeiro de 1360, D. Pedro pede ao papa a confirmação do acordo estabelecido entre Afonso IV e o Bispo do Porto, argumentando que o acordo não teria seguido os trâmites normais em virtude da morte do bispo, referindo-se então a Pedro Afonso. COSTA, António Domingues de Sousa (ed.) – *Monumenta Portugaliae Vaticana. I - Súplicas dos pontificados de Clemente VI, Inocêncio VI e Urbano V*. Braga - Porto: Editorial Franciscana, 1968, p. 362.

cartas também atesta o que já tem vindo a ser realçado sobre a amplitude dos intercâmbios e das manobras políticas desenvolvidas dentro e fora das reuniões, ou seja, os representantes do clero e da nobreza, tal como os procuradores dos povos, mas talvez com mais realce para os primeiros, não se deslocavam à localidade onde as Cortes se realizavam apenas para apresentar os seus agravos sob a forma de capítulos. Tão ou mais importante era a negociação paralela entrevista na promulgação coeva de cartas ou de privilégios.

Assim, as cartas exaradas nestes dias de Maio e Junho parecem completar o acordo estabelecido em torno dos artigos apresentados nas Cortes, demarcando o âmbito do exercício das jurisdições e privilégios. Mas o que parece ressaltar destas cartas é também a referência constante à situação existente no reinado de seu pai D. Afonso IV.

Aludindo muito possivelmente aos efeitos e às consequências derivadas do lançamento do já mencionado “chamamento geral” e às sentenças que resultaram da obrigação de demonstração por parte dos senhores dos documentos que fundamentavam a posse de jurisdição cível e crime, D. Pedro menciona em quase todas os documentos o disposto pelo pai, ora para acatar e confirmar, ora para questionar ou mesmo negar.

É o que parece acontecer com uma das cartas já referida e dirigida a D. Guilherme de La Garde, arcebispo de Braga, sobre a jurisdição exercida sobre Provesende e na qual o rei lhe permitia regressar ao exercício da sua jurisdição nos termos anteriores à apropriação feita pelo pai<sup>30</sup>.

Aliás a invocação do disposto por Afonso IV e o contraponto com o estabelecido nos anos do seu governo não se limita às cartas exaradas em 1361. Desde os primeiros anos, ou seja, logo desde 1357, que D. Pedro responde a solicitações dos bispos em exercício sobre o exercício de jurisdições e sobre a continuidade ou não da aplicação das regras dispostas por Afonso IV.

---

<sup>30</sup> *Chancelaria de D. Pedro I*, nº 553, p. 237.

Logo em Agosto de 1357, D. Pedro respondeu a uma solicitação de D. Durão, bispo de Lamego, sobre a jurisdição episcopal nos coutos de Lamego, Parada, Vila Seca e outros lugares<sup>31</sup>. D. Durão pedia ao rei o regresso à situação anterior à sentença favorável obtida por Afonso IV sobre a jurisdição episcopal nestes locais, a qual tinha impedido o bispo de a exercer nos termos do que acontecia anteriormente. Pedido que D. Pedro autorizou, ressaltando que o fazia apenas em vida do bispo e não embargando a sentença obtida pelo monarca anterior. Desta forma, após a morte de D. Durão, todos os direitos reverteriam para o rei nos termos anteriores.

No mesmo sentido foi a carta exarada em Outubro do mesmo ano, na qual D. Pedro outorgou ao bispo de Tui o padroado da igreja de Santo Estêvão de Valença, mencionando que o fazia para impedir conflitos entre ele e o bispo sobre a posse desta igreja que D. Afonso IV tinha reivindicado e, embora D. Pedro afirmasse possuir provas concretas dos seus direitos sobre esta igreja, fazia dela doação em virtude do muito serviço prestado pelo bispo e pela igreja de Tui<sup>32</sup>.

Também no ano seguinte, mas em Junho, D. Pedro respondeu a uma solicitação de D. Lourenço Martins, bispo de Coimbra, no sentido de confirmar a amplitude e a legitimidade da jurisdição exercida pelo bispo e cabido em vários locais e coutos. A carta exarada deteve-se no elenco pormenorizado dos diferentes locais, identificando a forma como devia ser aplicada em cada lugar, ressaltando que a doação seria válida enquanto sua mercê fosse e sem prejuízo de si nem dos seus sucessores<sup>33</sup>.

E também ao bispo e igreja da Guarda confirmou privilégios e direitos em Abril de 1360<sup>34</sup>.

À partida, todas estas cartas poderiam não representar mais do que a preocupação legítima dos prelados em verem confirmados os seus privilégios no início de um

---

<sup>31</sup> *Chancelaria de D. Pedro I*, n.º 112, p. 50.

<sup>32</sup> *Chancelaria de D. Pedro I*, n.º 181, pp. 70-71.

<sup>33</sup> *Chancelaria de D. Pedro I*, n.º 310, pp. 113-116.

<sup>34</sup> *Chancelaria de D. Pedro I*, n.º 438, p. 174.

novo reinado<sup>35</sup>. Contudo, mais do que essa preocupação, o que estas cartas também parecem reflectir são tentativas de alteração ou de reversão, parcial ou integral, de processos e sentenças recentes sobre o exercício jurisdicional, aproveitando a mudança de reinado e as oscilações nas alianças. E D. Pedro parece também aproveitar essa mudança para alterar, circunstancialmente, algumas situações e reconfirmar outras, alargando assim o espaço de intervenção do novo rei.

Aliás, não o fará apenas em favor do clero episcopal. Também ao convento e abade de Alcobaça, por exemplo, exarou uma carta de resposta ao pedido feito pelo abade sobre o couto de Beringel, cuja jurisdição lhes teria sido retirada por Afonso IV, após contenda com o concelho de Beja. E invocava então o abade que sempre tinha sido sua pretensão pedir a revisão da sentença, mas que, em virtude da peste e de outras situações, o não tinha feito até agora. Face a este pedido, de novo D. Pedro altera a situação anterior, restituindo ao abade a capacidade de exercício da jurisdição cível e crime, bem como todos os direitos reais sobre o couto de Beringel<sup>36</sup>.

Não pretendendo reflectir sobre a política mais geral de D. Pedro a propósito do exercício das jurisdições senhoriais, a verdade é que a acumulação de pedidos de revisão e alteração de situações logo nos primeiros anos de governo e reportadas a sentenças ou decisões tomadas no reinado anterior não pode ser entendida à margem do processo de transição entre reinados, reforçada pelo facto de os últimos anos do governo de Afonso IV terem sido marcados pela conflitualidade com o infante herdeiro.

Esta crise que parece repetir, em vários aspectos, um conflito similar ocorrido entre 1319 e 1324 entre D. Dinis e o então infante Afonso, surge aclarada num

---

<sup>35</sup> É o que parece acontecer com o Porto, Coimbra e Viseu e com as cartas genéricas de confirmação exaradas logo em 1357. *Chancelaria de D. Pedro I*, nº 130, p. 57; nº 161, p. 63 e nº 236, p. 84.

<sup>36</sup> *Chancelaria de D. Pedro I*, nº 408, pp. 162-163.

conjunto de documentos de concórdia firmados entre 1355 e 1356, os quais merecem uma pequena análise no quadro das relações com o clero.

Estas cartas exaradas entre Agosto de 1355 e Janeiro de 1356 reúnem os compromissos realizados, individualmente, pelo infante, pelo rei e pela rainha, a lista de mercês concedidas pelo rei ao infante e o outorgamento feito pelo rei dessas mesmas doações, bem como as cartas de procuração dos representantes do rei e do infante. Juntam-se a este conjunto duas cartas abertas de D. Pedro, uma dirigida aos mestres das ordens militares de Avis e de Santiago e ao prior do Hospital e outra a todos os concelhos do reino solicitando a confirmação do acordado e o compromisso em cumprir o disposto<sup>37</sup>.

De entre a numerosa informação colhida nestes documentos, vários autores têm ressaltado a lista de vassalos que, de um e de outro lado, asseguravam o respeito do rei e do infante pelo cumprimento do estabelecido. A partir dos nomes dos doze vassalos do infante, bem como dos nomes dos doze vassalos indicados pelo rei, desenham-se alianças e apoios e perfilam-se divisões entre linhagens no apoio ao monarca ou ao jovem infante.

Mas, a par dessas identificações que permitiram, por exemplo, a Bernardo Vasconcelos e Sousa afirmar o possível domínio político do jovem infante face ao rei<sup>38</sup>, domínio que lhe teria permitido negociar e obter do rei mercês e favores que o seu próprio pai não tinha obtido quando era ainda um infante rebelde, a verdade é que o conjunto destes documentos nos permite ainda entrever aspectos vários do processo de negociação.

---

<sup>37</sup> O conjunto destas cartas, existente no Arquivo Municipal de Lisboa foi publicado, recentemente, por LOUREIRO, Sara – “O conflito entre D. Afonso IV e o infante D. Pedro (1355-1356).” *Cadernos do Arquivo Municipal*, 1ª série, 7 (2003), pp. 8-62. Entre outras publicações, refira-se a realizada em *Livro I de Místicos de Reis, Livro II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV D. Pedro – Documentos para a História da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1947.

<sup>38</sup> SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *D. Afonso IV ...*, pp. 168-173. Ainda deste autor, ver “A Guerra Civil de 1355”. in *A Guerra e a sociedade na Idade Média. Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*, 2 vols. Coimbra: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, vol. II, pp. 393-407, onde analisa detalhadamente as fases deste processo de estabelecimento de acordos.

Os motivos tradicionalmente avançados para explicar este confronto entre Afonso e Pedro residem na morte violenta de D. Inês, às mãos de alguns fidalgos próximos do rei, em Janeiro de 1355. E com efeito, essa morte é assinalada e referida como estando na origem do “desvayro” havido entre o rei e seu filho. Mas aos efeitos decorrentes desta morte, o texto refere ainda “alguas outras cousas que des entom aaca recrecerom”. E nas cartas enviadas por D. Pedro, tanto aos mestres das ordens militares como aos concelhos, o infante limitar-se-á a invocar “os desvairros que antre nos recreçerom sobre alguas cousas”, não fazendo então qualquer menção à morte de D. Inês.

Assim, de uma forma ou de outra, a morte da Castro terá acelerado um movimento de revolta do infante, cujo protagonismo político se tinha, contudo, vindo a acentuar já desde o início da década de 1350, mesmo no contexto dos equilíbrios políticos peninsulares<sup>39</sup>.

A reivindicação do exercício da justiça pelo infante, é um dos indícios mais presentes desse protagonismo e da amplitude do que estava em causa.

As primeiras cartas referem-se à aceitação e juramento pelas partes das condições acordadas. O infante jurou a 5 de Agosto em Canaveses, onde então sua mãe se encontrava, mas a partir daí passou a estar em Braga, nos paços do arcebispo, e aí exarou todas as restantes cartas. Já Afonso IV jurou as condições em S. Francisco de Guimarães a 14 de Agosto, mas a partir desta data permaneceu no Porto, nos paços do bispo. Enquanto isto, a rainha D. Beatriz, presente tanto em Canaveses como em Guimarães, parece também ela ter-se dirigido ao Porto, onde, no mosteiro de S. Domingos, se comprometeu, a 20 de Agosto, a respeitar as condições estabelecidas.

---

<sup>39</sup> O contexto peninsular subjacente à morte de Inês de Castro foi analisado na recente biografia dedicada a esta figura da autoria de COSTA, Adelaide Pereira Millán da – “As mulheres de D. Pedro I. Branca de Castela, Constança Manuel e Inês de Castro.” in MENINO, Vanda Lourenço; COSTA, Adelaide Lopes Pereira Millán – *A rainha, as infantas e a aia: Beatriz de Castela, Branca de Castela, Constança Manuel, Inês de Castro*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012, em especial, pp. 339-457.

Ressalta assim, numa primeira leitura, o deambular dos diferentes protagonistas, sem que nunca rei e infante se encontrem face a face. E numa segunda leitura, ressalta o facto de quase todos os juramentos ou actos de registo coincidirem com espaços religiosos, nomeadamente mosteiros mendicantes de Guimarães e do Porto, mas também paços episcopais das duas cidades que eram então e ainda senhorios episcopais, apesar dos conflitos que tinham marcado as décadas anteriores.

Guilherme de La Garde, arcebispo de Braga, não se limitará aliás a albergar o infante. A sua presença é referida amiúde no texto, a par da rainha e enquanto testemunha dos compromissos assumidos. Já no caso do bispo do Porto, o rei parece limitar-se a ocupar os seus paços, pelo menos nos momentos de redacção e de registo documental, facto que se poderá ter ficado a dever ao facto desta diocese se encontrar num processo de transição entre o governo de Pedro Afonso e de Afonso Pires, nomeado em Outubro de 1355<sup>40</sup>.

O deambular assim desenhado pelo rei e pelo infante, sem que qualquer encontro entre eles se efective, pode reflectir a situação tensa ainda vivida. Da mesma forma que a fixação de Afonso no Porto e de Pedro em Braga pode corresponder ao resultado das campanhas militares encabeçadas pelo infante contra o Entre-Douro e Minho, Trás-os-Montes e mesmo contra a cidade do Porto, nos primeiros meses de 1355.

Um outro aspecto que ressalta da leitura destes primeiros documentos é a presença e a importância da intervenção da rainha D. Beatriz em todo este processo. D. Pedro afirma, de forma repetida, que o compromisso de tréguas que assume se deve ao pedido de sua mãe, jurando, tal como é descrito, sobre os Santos Evangelhos e a cruz que se encontrava nas mãos da rainha, enquanto o rei jurará

---

<sup>40</sup> Em Dezembro de 1355, Inocêncio VI dirigia uma carta ao rei de Portugal, ainda Afonso IV, e pedia-lhe que não transferisse para o actual bispo os rancores que tinha para com o anterior, Pedro Afonso, numa clara alusão aos problemas havidos sobre o senhorio do Porto. *Innocent VI (1352-1362). Lettres secrètes et curiales*, publiées ou analysées par Pierre Gasnault. Tome III, fascicule IV. Paris: Éd. de Boccard, 1968, p. 160.



sobre os Evangelhos e a cruz que se encontrava nas mãos de D. Guilherme, arcebispo de Braga. Aliás o acordo identifica, desde o início, a rainha, bem como o arcebispo D. Guilherme, como os responsáveis pelo estabelecimento da composição e confere o papel central que lhes é devido no desenrolar do processo.

Mas o que parece igualmente retirar-se da leitura dos primeiros documentos é o aparente estatuto de igualdade que o texto reconhece aos dois protagonistas.

Tal como refere Bernardo Vasconcelos e Sousa, o exercício da justiça bem como do poder terão sido partilhados entre esta data e a morte do rei<sup>41</sup>. A aparente igualdade que ressalta da leitura destes textos e que é formalizada na repetição integral dos cerimoniais de juramento, no reconhecimento da validade dos respectivos selos de validação das cartas, nas lógicas semelhantes de preservação das cópias produzidas e guardadas nos respectivos arquivos, nos processos de designação dos vassallos que assumiriam os compromissos em nome dos dois protagonistas, no próprio exarar de cartas em paralelo – tal como a carta dirigida aos concelhos por D. Pedro deixa entrever, ao mencionar que uma carta semelhante de convocatória dos procuradores dos concelhos para virem jurar os acordos, tinha já sido feita por seu pai –, sai reforçada pelo texto que formaliza a entrega do exercício da justiça ao infante.

Em todo este processo ressaltam duas figuras do clero episcopal: D. Guilherme de La Garde, arcebispo de Braga e Afonso Pires, bispo do Porto. Figuras que veremos serem agraciadas, o primeiro ainda no contexto das Cortes, o segundo, tal como já referimos, numa carta logo no início do reinado e, mais tarde, em 1362. Duas figuras centrais no conjunto do clero episcopal português ou não fossem estes dois bispos os senhores das respectivas cidades.

---

<sup>41</sup> SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *D. Afonso IV ...*, p. 172.

### **Bispos e serviço régio: uma dicotomia central?**

Tal como acima referimos, não sabemos ao certo quais os prelados presentes nas Cortes de 1361. É possível, dada a importância dos artigos apresentados, que uma parte significativa desse grupo tenha estado presente ou se tenha feito representar. É mesmo possível supor, como foi mencionado, que as cartas exaradas em 1361 correspondam a presenças efectivas dos prelados em causa. Mas pouco mais é possível afirmar.

Tal não impede, bem pelo contrário, que possamos olhar para o conjunto de eclesiásticos que estavam, por estes anos, no governo das dioceses portuguesas e que, de uma forma ou de outra, fizeram eco do mal-estar que dominava as relações com a realeza e com a nobreza.

E uma das características que ressalta deste grupo, se tomarmos o ano de 1361 como referencial, reside no número de bispos nomeados durante a década de 1350, e logo, contemporâneos dos últimos anos do reinado de Afonso IV e, em alguns casos, da crise que marcou os anos de 1355-1356.

Guilherme de la Garde de Braga, nomeado em 1349 e Afonso Pires do Porto, confirmado nos últimos meses de 1355<sup>42</sup>, são dois dos casos já mencionados, aos quais se juntam Durão Lourenço de Lamego, João Martins de Viseu, João Gomes de Chaves de Évora e Vasco de Silves<sup>43</sup>. Este facto, embora possa parecer fortuito, coloca-os como testemunhas de um processo de transição política e de reconfiguração de alianças em torno dos dois protagonistas régios.

A estes junta-se um pequeno grupo de prelados nomeados ou transferidos entre dioceses, em 1358, e cujos governos se estendem até 1363 ou 1364, como é o caso

---

<sup>42</sup> EUBEL, Conradus – *Hierarchia Catholica Medii Aevi ...*, p. 144 para Guilherme de La Garde, nomeado a 27 de Julho de 1349 e p. 406 para Afonso Pires do Porto, nomeado por carta de 26 de Outubro de 1355.

<sup>43</sup> EUBEL, Conradus – *Hierarchia Catholica Medii Aevi ...*, pp. 236 (Évora), 291 (Lamego), 452 (Silves) e 531 (Viseu). O intervalo de nomeações vai de Junho de 1349 a Fevereiro de 1350, com a excepção de João Gomes, confirmado em Novembro de 1356.

de Lourenço Martins de Lisboa, Pedro Gomes de Coimbra e Gil Viana da Guarda<sup>44</sup>. No entanto, todos estes exerciam cargos na hierarquia eclesiástica nos anos anteriores, fosse como bispos de outras dioceses fosse na estrutura capitular, como era o caso de Gil de Viana, deão da Guarda antes da sua nomeação para bispo <sup>45</sup>.

Se alargarmos um pouco o âmbito de análise e olharmos para o conjunto de prelados responsáveis pelas dioceses portuguesas, entre 1355 e 1361, um curto espaço de tempo sem dúvida e que não permite grandes conclusões, outros dados parecem ressaltar e prendem-se com a importância das transferências e com as linhas descritas por estes processos de transferência.

Com efeito, e sem particular admiração, tendo em conta a crescente importância da intervenção papal nas designações episcopais, assistimos a um número importante de transferências realizadas, aparentemente, por iniciativa do Papa. Estas parecem afectar particularmente as dioceses de Braga, Lisboa e Coimbra. A par dos clérigos estrangeiros que foram transferidos de dioceses estrangeiras e que ocuparam, a título passageiro, lugares em dioceses portuguesas, como é o caso de Reginaldo de Maubernard em Braga, o que merece destaque são as transferências internas: entre 1358 e 1369 a diocese de Lisboa conhece dois bispos sucessivos que são transferidos a partir de Coimbra<sup>46</sup>. Esta diocese, por seu turno, também recebe dois prelados que vêm de diferentes dioceses: Lourenço Rodrigues, proveniente da Guarda, onde era bispo, e Pedro Gómez Barroso, prelado de Sigüenza, os quais serão sucessivamente transferidos para Lisboa. Se ampliarmos a cronologia, vemos

---

<sup>44</sup> EUBEL, Conradus – *Hierarchia Catholica Medii Aevi ...*, pp. 196 (Coimbra), 235 (Guarda) e 507 (Lisboa).

<sup>45</sup> EUBEL, Conradus – *Hierarchia Catholica Medii Aevi ...*, p. 235 e CASTRO, José Osório da Gama e, *Diocese e Districto da Guarda*. Porto: [s.e.], 1902, pp. 414-416 e GOMES, Josué Pinharanda - *História da Diocese da Guarda*, Braga: [edição de autor], 1981, p. 153.

<sup>46</sup> São eles Lourenço Rodrigues, identificado por Mário Farelo como Lourenço Martins de Barbudo, e Pedro Gómez Barroso. O primeiro é transferido em 1358 e permanecerá em Lisboa até 1364. O segundo vai para Lisboa em 1364, onde permanece até 1369 e à sua transferência para Sevilha. LEITÃO, André de Oliveira – “Lourenço Rodrigues (ou Lourenço Martins de Barbudo)”. in FONTES, João Luis (dir); GOUVEIA, António Camões; ANDRADE, Maria Filomena; FARELO, Mário (coord.) – *Bispos e Arcebispos de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2018, pp. 329-344 e DIAZ IBÁÑEZ, Jorge; FARELO, Mário – “Pedro Gómez Barroso, O jovem”. in FONTES, João Luis (dir); GOUVEIA, António Camões; ANDRADE, Maria Filomena; FARELO, Mário (coord.) – *Bispos e Arcebispos de Lisboa ...*, pp. 345-351.

que também Vasco Fernandes, bispo de Coimbra entre 1364 e 1371, transitou da Guarda para Coimbra e daqui para Lisboa<sup>47</sup>. Em outras dioceses, mantém-se a tendência para a escolha de membros do próprio cabido, como aconteceu com Durão de Lamego, anteriormente cónego dessa diocese, com Gil de Viana, deão da Guarda e com João Martins deão, também, de Viseu.

Os trajectos desenhados pelas transferências reforçam assim a centralidade de Lisboa enquanto destino privilegiado do *cursus honorum* episcopal entre dioceses portuguesas e um reforço das hierarquias internas já entrevistas em décadas anteriores. Em paralelo, a manutenção do *cursus honorum* entre cabido e prelazia parece manter-se, quando possível, em dioceses nas quais a pressão externa pela procura de benefícios era menor.

Os bispos das dioceses portuguesas destes anos parecem refletir nos seus trajectos, em alguns casos apenas parcialmente conhecidos, redes de diferente amplitude e constituição. Ao predomínio das relações curiais e dos percursos feitos na Cúria ou ao serviço do Papa, contrapõe-se uma aparente menor notoriedade do serviço régio. Embora alguns, como Lourenço Rodrigues /Martins de Barbudo se possam identificar como clérigos do rei nos anos anteriores ao reinado de D. Pedro e apesar de vermos Guilherme de la Garde e Afonso Pires na vanguarda do processo de estabelecimento dos acordos entre Afonso IV e o infante, a verdade é que nem a chancelaria régia nem os trajectos passíveis de serem estabelecidos permitem afirmar a presença de colaboradores próximos do rei à frente das dioceses portuguesas nestes anos<sup>48</sup>.

---

<sup>47</sup> E poucos meses depois será transferido para Braga. Uma síntese dos percursos destes bispos de Coimbra da segunda metade do século XIV encontra-se em MORUJÃO, Maria do Rosário – “Bispos em tempo de guerra: os prelados de Coimbra na segunda metade do século XIV”. in *A Guerra e a sociedade na Idade Média. Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*. Vol. II, ..., pp. 539-550 e mais recentemente em LEITÃO, André de Oliveira; NORTE, Armando – “Vasco Rodrigues”. in *Bispos e Arcebispos de Lisboa ...*, pp. 361-379.

<sup>48</sup> Alguns destes prelados pertenciam a linhagens que se caracterizam pela continuidade do serviço eclesiástico como é o caso de Afonso Pires, bispo do Porto. Sobre este prelado SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – “O processo de inquirição do espólio de um prelado trecentista: D. Afonso Pires, bispo do Porto (1359-1372).” *Lusitania Sacra*, 2ª série, 13-14 (2001-2002), pp. 197-228.

Facto que não deixa de ir ao encontro do já analisado por Armando Luís de Carvalho Homem no início dos anos 90 quando afirmava a queda assinalável de eclesiásticos no desembargo de D. Pedro<sup>49</sup> e em particular a partir de 1361, ano de realização das Cortes de Elvas, bem como a perda de importância dos cargos tradicionalmente entregues a eclesiásticos. Mas mesmo para os anos anteriores, coincidentes com o início do reinado, a presença dos eclesiásticos parece limitada a alguns clérigos cujos trajectos não culminam com a obtenção de postos na estrutura episcopal, como é o caso de Mestre Gonçalo das “Decretais”<sup>50</sup>. Ou seja, o que parece assinalável para estes curtos anos do governo de D. Pedro é uma aparente dissociação entre o serviço régio prestado no desembargo e os detentores de cargos episcopais. É obvio que o preenchimento destes estava sempre dependente da existência de momentos de vacância, mas é também claro que quando estes se apresentam, os candidatos escolhidos não se caracterizam por trajectos de acentuado serviço régio.

Tal não significa que a retribuição do serviço prestado não estivesse entre as preocupações de D. Pedro<sup>51</sup>. O próprio rei se faz eco dessa preocupação em muitas das cartas exaradas, e podemos entrever nas doações feitas e, sobretudo, na reversão de determinadas sentenças uma preocupação com a recompensa da lealdade e do serviço, bem como uma tendência para acentuar a diferença com alguns dos aspectos da política de seu pai.

Por outro lado, esta aparente dissociação não impede a colaboração entre bispos e rei, tal como é atestada no relato feito por Fernão Lopes sobre a declaração feita

---

<sup>49</sup> HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O Desembargo Régio (1320-1433)*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1990, pp. 176-179 e do mesmo autor “Subsídios para o estudo da administração central no reinado de D. Pedro I”. in HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *Portugal Nos Finais Da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, pp. 63-107. Um levantamento de alguns dos mais próximos colaboradores do rei foi realizado mais recentemente por MUXAGATA, Ana Filipa Coelho – *A Corte de D. Pedro I (1320-1367)*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2019. Dissertação de Mestrado.

<sup>50</sup> HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O Desembargo Régio (1320-1433) ...*, pp. 315-317. Para um período posterior ver o trajecto de Vicente Domingues sintetizado na pp. 391-392.

<sup>51</sup> Fernão Lopes escreve mesmo que o rei afirmava que “dia que o rrei não dava não devia seer avudo por rrei”, realçando assim a centralidade do rei enquanto distribuidor de graça. LOPES, Fernão - *Crónica de D. Pedro*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007, p. 8.

por D. Pedro sobre o seu casamento com D. Inês em Junho de 1360, ou seja, no ano anterior à realização das Cortes. Uma das testemunhas chamada para confirmar a declaração foi o bispo da Guarda, D. Gil, mas outros bispos, como D. Lourenço de Lisboa, D. Afonso do Porto e D. João de Viseu, presenciaram esta declaração, dando o aval a esta declaração e pretensão de D. Pedro<sup>52</sup>.

No entanto, como também já foi realçado por Carvalho Homem, D. Pedro não deixará de retomar e mesmo de acentuar muitos dos aspectos da política anteriormente desenvolvida por seu pai, muito em particular a partir de 1361, quando uma nova reforma do Desembargo toma corpo e novas ordenações alteram os trâmites judiciais.

A questão, no que ao clero episcopal diz respeito, passa pela necessidade de entender a aparente menor importância do serviço régio entre o clero episcopal não como um indício da menor capacidade de intervenção do rei, mas como um indício da mudança na relação entre intervenientes no processo de designação episcopal, com realce para o papa e os monarcas. Ou seja, a multiplicação das situações que implicavam a intervenção papal nos processos de designação não diminuía a capacidade de intervenção régia, da mesma forma que o aumento da presença de clérigos estrangeiros em Portugal precipitaria muitos clérigos portugueses a integrarem os círculos mais próximos do rei e a dependerem dele para a obtenção de novos benefícios<sup>53</sup>. Mesmo que estes não fossem lugares na hierarquia episcopal.

---

<sup>52</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. Pedro ...*, pp. 125-127 e ARNAUT, Salvador Dias – *A Crise Nacional Dos Fins Do Século XIV. I - A Sucessão de D. Fernando*. Lisboa: Imprensa de Coimbra, 1960, pp. 82-84.

<sup>53</sup> A este nível, vale a pena realçar o número relativamente importante de súplicas dirigidas por D. Pedro ao papa no decurso do seu reinado. Súplicas que contemplam vários eclesiásticos e seus colaboradores, como é o caso de Guilherme de Piloti, Afonso Domingues de Linhares, Gonçalo Vasques, Lourenço Esteves filho de Lourenço Esteves, um membro do Desembargo régio e do Conselho do rei, Vasco Gonçalves, João Eanes, Gomes Lourenço do Avelal. Identificados em alguns casos como comensais do rei, seus servidores ou familiares, esta lista reflecte o papel do rei como intermediário e como elemento de pressão junto ao Papado na obtenção de favores para eclesiásticos que eram seus protegidos, mas também a importância e a amplitude das redes que atravessam e unem leigos e eclesiásticos na órbita régia e nos círculos administrativos. Lógicas e articulações que matizam o impacto da ausência dos eclesiásticos do desembargo régio e o que esta ausência pode indicar de diminuição da influência dos clérigos. COSTA, António Domingues de Sousa (ed.) – *Monumenta Portugaliae Vaticana. I - Súplicas dos pontificados de Clemente VI, Inocêncio*

Desta feita, que dizer sobre a importância destes artigos apresentados nas Cortes de 1361 pelo clero e que dizer deste clero episcopal?

Nomeados no decurso da década de 1350, muitos dos bispos governantes em 1361 tinham sido testemunhas da crise de 1355-56 e nela tinham participado de forma mais ou menos directa ou tinham, pelo menos, acompanhado a progressiva implantação do poder do infante nos últimos anos do reinado de D. Afonso IV. Herdeiros de sentenças que, promulgadas nos anos anteriores, tinham alterado as formas de exercício da jurisdição detida por muitos prelados nos seus coutos e em diversos lugares das suas dioceses, cedo muitos deles tentam alterar situações, aproveitando a mudança de reinado e de alguns dos protagonistas dos círculos políticos. E fazem-no, com maior ou menor êxito, através de esforços individuais que se saldaram pela promulgação de cartas particulares onde o favor régio se formaliza e a recompensa do serviço surge como argumento central da outorga, ou através de pedidos gerais como são os artigos apresentados em 1361.

Ao contrário de outros anteriormente apresentados, os capítulos de 1361 não me parecem reflectir a existência de uma crise particular ou próxima, para lá da que resultava da necessidade de reavaliação recorrente dos equilíbrios políticos, mas antes uma tentativa de formalizar nas Cortes um conjunto de pedidos que resultavam da política prosseguida por Afonso IV e que os bispos de alguma forma tentam inverter em 1361.

Já para D. Pedro este aparente acordo poderá ter representado um ponto de chegada possível entre os interesses dos bispos e a reafirmação do poder régio, após uma crise, a qual mais uma vez tinha demonstrado a fragilidade inerente ao poder real em momentos de transição. Sem questionar a amplitude do exercício do poder real, D. Pedro concedia aos bispos a revisão de alguns abusos praticados pelos nobres, a garantia do respeito pelo foro canónico dentro dos limites do

---

*VI e Urbano V.* Braga- Porto: Editorial Franciscana, 1968. Sobre as implicações e características destas petições no século XIV vejam-se as interessantes reflexões de ZUTSHI, Patrick – “Petitions to the Pope in the Fourteenth Century”. in ORMROD, W. Mark, et al. (ed.) – *Medieval Petitions: Grace and Grievance*. Suffolk: Boydell & Brewer, 2009, pp. 82-98.

exercício da justiça que cabia ao rei, a isenção do pagamento ilegítimo de alguns tributos extraordinários, reafirmando, em muitos casos, o carácter temporário e excepcional destas doações, porque dependentes da mercê e do favor régios. Tal como em outros momentos, as Cortes assumiam-se como o palco de reequilíbrios e de afirmação dos discursos do(s) poder(es) em presença.

## Referências bibliográficas

### Fontes:

#### Fontes manuscritas

Lisboa, ANTT

- *Cabido da Sé de Lamego*, maço 3 de doações, cartas e mercês régias, n.º8 e 10.

- *Gavetas*, Gaveta XIII, maço 5, n.º 4.

#### Fontes impressas

*Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984.

*Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982.

*Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.

COSTA, António Domingues de Sousa (ed.) – *Monumenta Portugaliae Vaticana. I Súplicas dos pontificados de Clemente VI, Inocêncio VI e Urbano V*. Braga/ Porto: Editorial Franciscana, 1968.

*Innocent VI (1352-1362). Lettres secrètes et curiales*, publiées ou analysées par Pierre Gasnault. Tome III, fascicule IV. Paris: Éd. de Boccard, 1968.

*Livro I de Místicos de Reis, Livro II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV D. Pedro. Documentos para a História da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1947.

LOPES, Fernão – *Crónica de D. Pedro*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007.

*Ordenações Afonsinas*, 2ª ed., livros I-V. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.



### Estudos:

AMBLER, S. T. – *Bishops in the Political Community of England, 1213-1272*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

ARNAUT, Salvador Dias – *A Crise Nacional Dos Fins Do Século XIV. I - A Sucessão de D. Fernando*. Lisboa: Imprensa de Coimbra, 1960.

ARRANZ DE GUZMAN, Ana – “Reconstrucción y verificación de las Cortes castellano-leonesas: la participación del clero”. *En La España Medieval* 13 (1990) pp. 33-132.

CAETANO, Marcello – *História Do Direito Português. Fontes- Direito Público (1140-1495)*, 2ª ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1985.

CASTRO, José Osório da Gama e – *Diocese e Districto da Guarda*. Porto: [s.e.] 1902.

COELHO, Maria Helena da Cruz – “O arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir”. in *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas*, volume II/1 - *A Catedral de Braga na História e na Arte (séculos XII-XIX)*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia, Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 389-462.

COSTA, Adelaide Millán – “Comunidades urbanas de senhorio eclesiástico; a divergente experiência das Cidades do Porto e de Braga”. in *Estudos em Homenagem ao Prof. Dr. José Marques*. Vol. I. Porto: FLUP, 2006, pp. 77-85.

COSTA, Adelaide Pereira Millán da, “As mulheres de D. Pedro I. Branca de Castela, Constança Manuel e Inês de Castro”. in MENINO, Vanda Lourenço; COSTA, Adelaide Lopes Pereira Millán – *A rainha, as infantas e a aia: Beatriz de Castela, Branca de Castela, Constança Manuel, Inês de Castro*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012

CRUZ, António – “Os bispos senhores da cidade. II – de D. Pedro Salvadores a D. Vasco Martins”. in PERES, Damião e CRUZ, António (eds.) – *História da cidade do Porto*. Vol. I. Porto: Portucalense Editora, 1962, pp. 184-248.

DENTON, J. H. – “The Making of the “Articuli Cleri” of 1316”. *The English Historical Review* 101.400 (1986), pp. 564–595.

DIAZ IBÁÑEZ, JORGE; FARELO, Mário – “Pedro Gómez Barroso, O jovem”. in FONTES, João Luis (dir); GOUVEIA, António Camões, ANDRADE, Maria Filomena e FARELO, Mário (coord.) – *Bispos e Arcebispos de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2018, pp. 345-351.

DOMINGUES, José – *As Ordenações Afonsinas: três séculos de direito medieval [1211-1512]*. Sintra: Zéfiro, 2008.

EUBEL, Conradus – *Hierarchia Catholica Medii Aevi sive Summorum Pontificum, S.R.E. Cardinalium, Ecclesiarum Antistitum Series: ab Anno 1198 usque ad annum 1431 perducta: et Documentis tabularii praesertim Vaticani collecta, digesta*. Monasterii, 1935-1978.

FERREIRA, Monsenhor J. Augusto – *Memórias Archeológico-Históricas da cidade do Porto*. Braga: Livraria Cruz, 1923.

FREITAS, Eugénio Cunha e – “Os bispos senhores da cidade. III- de D. Pedro Afonso a D. Gil Alma”. in PERES, Damião e CRUZ, António (eds) – *História da cidade do Porto*. Vol. I. Porto: Portucalense Editora, 1962, pp. 249-279.

GOMES, Jesué Pinharanda – *História da Diocese da Guarda*. Braga: [edição do autor] 1981.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O Desembargo Régio (1320-1433)*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1990.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “Subsídios para o estudo da administração central no reinado de D. Pedro I”. in HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *Portugal nos finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, pp. 63-107.

JONES, W. R. – “Bishops, Politics, and the Two Laws: The Gravamina of the English Clergy”. *Speculum* 41:2 (1966), pp. 209–245.

LEITÃO, André de Oliveira – “Lourenço Rodrigues (ou Lourenço Martins de Barbudo)”. in FONTES, João Luis (dir); GOUVEIA, António Camões, ANDRADE, Maria Filomena; FARELO, Mário (coord.) – *Bispos e Arcebispos de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2018, pp. 329-344.

LEITÃO, André de Oliveira; NORTE, Armando – “Vasco Rodrigues”. in FONTES, João Luis (dir); GOUVEIA, António Camões, ANDRADE, Maria Filomena; FARELO, Mário (coord.) – *Bispos e Arcebispos de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2018, pp. 361-379.

LINEHAN, Peter – *At the Edge of Reformation: Iberia before the Black Death*. New York: Oxford University Press, 2019.

LINEHAN, Peter - *The Spanish Church and the Papacy in the Thirteenth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

LOUREIRO, Sara – “O conflito entre D. Afonso IV e o infante D. Pedro (1355-1356)”. *Cadernos do Arquivo Municipal*, 1ª série, 7 (2003), pp. 8-62.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Vol. IV. *Nova História de Portugal*. Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Estampa, 1987.

MARQUES, A. H. de Oliveira; DIAS, João Alves – *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2003.

MARQUES, José – “D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais”. in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Vol. IV. Porto: INIC, 1990, pp. 1527-1566.

MARQUES, José – “Igreja e poder régio”. in *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-medieval. Ciclo de conferências*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1999, pp. 217-256.

MACHADO, J.T. Montalvão – *Itinerários de El-Rei D. Pedro (1357-1367)* Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1978.

MORUJÃO, Maria do Rosário – “Bispos em tempo de guerra: os prelados de Coimbra na segunda metade do século XIV”. in *A Guerra e a sociedade na Idade Média. Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*, 2 vols. Coimbra: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, vol. II, pp. 539-550.

MUXAGATA, Ana Filipa Coelho – *A Corte de D. Pedro I (1320-1367)*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2019. Dissertação de Mestrado.

O'CALLAGHAN, Joseph – “The Ecclesiastical Estate in the Cortes of Leon-Castille, 1252-1350”. *The Catholic Historical Review*, 67.2 (1981), pp. 185-213.

PIMENTA, Cristina – *D. Pedro I*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa - “O processo de inquirição do espólio de um prelado trecentista: D. Afonso Pires, bispo do Porto (1359-1372).” *Lusitania Sacra*, 2ª série, 13-14 (2001-2002), pp. 197-228.

SOUSA, Armindo de – *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, 2 vols. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e - *D. Afonso IV*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e - “A Guerra Civil de 1355”. in *A Guerra e a sociedade na Idade Média. Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*. Vol. II. Coimbra: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, pp. 393-407.

TABBAGH, Vincent – *Les Évêques dans le Royaume de France au XIVe Siècle*. Dijon: Éditions universitaires de Dijon, 2015.

VILAR, Hermínia Vasconcelos – “Episcopal appointments and royal power: theory and practice of an unwritten privilege in medieval Portugal”. *Imago Temporis. Medium Aevum* 11 (2017), pp. 233-254.

VILAR, Hermínia Vasconcelos – “No tempo de Avinhão: Afonso IV e o episcopado em meados de Trezentos”. *Lusitania Sacra*. 2ª série, 22 (2010), pp. 149-168.

ZUTSHI, Patrick – “Petitions to the Pope in the Fourteenth Century”. in ORMROD, W. Mark, et al. (ed.) – *Medieval Petitions: Grace and Grievance*. Suffolk: Boydell & Brewer, 2009, pp. 82-98.

#### COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

VILAR, Herminia Vasconcelos – “O clero e as Cortes de 1361: redes e protagonistas ao tempo de D. Pedro”. *Medievalista* 28 (Julho-Dezembro 2020), pp. 35-66.  
Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.





MEDIEVALISTA

N.º 28 | Julho – Dezembro 2020

ISSN 1646-740X

---

**De João das Regras ao Conselho Régio: os legistas na  
afirmação da nova dinastia**

**From João das Regras to the Royal Council: men of law in the  
affirmation of the new dynasty**

*Armando Luís de Carvalho Homem*

Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de História e de Estudos  
Políticos e Internacionais; Universidade do Porto, Centro de Estudos de População,  
Economia e Sociedade; Universidade Autónoma de Lisboa, Centro de Investigação em  
Ciências Históricas  
4099-002 Porto; 1169-023 Lisboa, Portugal

[almisch@gmail.com](mailto:almisch@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0001-9337-6995>

Data recepção do artigo / Received for publication: 1 de Dezembro de 2019

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 27 de Abril de 2020

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.3302>

## RESUMO

O organograma da oficialidade burocrática após 1383-1385 reproduz, no essencial, o que se esboçara entre as décadas de 30 e de 70 de Trezentos. Quando se passa aos oficiais concretos o panorama difere, uma vez que se verifica uma acentuada renovação dos burocratas, com destaque para clérigos e homens de Leis. O século XV vai afirmar-se, logo em tempos joaninos, como um tempo de desempenhos da oficialidade mais longos e cada vez mais qualificáveis como *carreiras*. Quanto ao Conselho Régio, a instância política dos órgãos do poder, com actividade mais ou menos intensa, o monarca reserva-se o direito de o organizar e de designar os seus titulares. A nova dinastia irá ainda reforçar a imagem jurídica da realeza pela vertente do *rei-legislador*, não tanto agora pela criação como pela recolha e sistematização do Direito vigente.

**Palavras-chave:** Burocracia régia; Conselho Régio; Códigos legislativos; Legistas.

## ABSTRACT

The organization of bureaucratic officiality after 1383-1385 essentially reproduces what had been outlined between the 30s and the 70s of the 14th. Century. When it comes to specific officers, the scene differs, since there is an obvious renewal of bureaucrats, mainly clerics and lawmen. The 15th. Century will be, already in the days of King John I, a time when official status is held longer, being increasingly categorized as *careers*. As for the Royal Council, the king reserves to himself the right to organize the political level of the governmental organs (of more or less intense activity), and to appoint their members. The new dynasty will also reinforce the legal image of royalty, through idea of *King-legislator*, not so much as the result of creation, as of collection and systematization of the law in force.

**Keywords:** Royal bureaucracy; Royal Council; Legislative codes; Jurists.



## 1. 1383 e depois...: as instituições e os indivíduos

Começarei por uma ideia que anteriormente expus já, mas em que creio não ser demais insistir: o desfecho de 1383-1385 não é propriamente *revolucionário* em termos de estritos quadros institucionais do poder régio. Com efeito, o organograma da oficialidade burocrática joanina reproduz no essencial aquilo que se fora esboçando entre as décadas de 30 e de 70, reinando os três últimos monarcas da dinastia fundadora. E significativo é, a tal respeito, o ‘desencontro’ revelado entre as reivindicações dos artigos 2.º e 3.º dos *Capítulos Gerais* das Cortes de Coimbra e as respectivas respostas do Rei:

- Assim, no primeiro dos mencionados artigos, os povos reivindicam para o regimento do que chamam o *Conselho* régio a existência de um ofício de Chancelaria, outro de Tesouraria, outro do livramento da Fazenda e um último do livramento das graças; o articulado mostra um conhecimento ténue da orgânica existente à data da morte de D. Fernando, ao omitir a existência de ofícios como o de Corregedor da Corte (que vinha dos tempos finais de Afonso IV) e o de Vedor da Fazenda (remontando ao *terminus* da década de 1360), e isto para já não falar dos escritvães vários, *maxime* o da Puridade;

- a resposta régia é algo ‘esquiva’, escudando-se em expressões tais como “El [o Rei] dara carrego a estes que ham de estar em seu Conselho que muito melhor sabem fazer como ajam introduzir em no Conselho os negocios e cousas que se ouverem de Livrar”, e referindo sequentemente os Vedores da Fazenda para os feitos respectivos;

- quanto ao artigo 3.º, de menor importância no contexto, prende-se com a reivindicação da existência, em Lisboa, de dois ouvidores, com competência tanto cível quanto criminal na área da urbe e do bispado, e do Chanceler;

complementarmente se pede a existência de casas de Justiça em Évora e em Coimbra, com competência, respectivamente, a Sul e a Norte do Tejo;

- a resposta, uma vez mais, patenteia a desactualização do requerido: se o Rei concorda com a territorialização das Justças nos moldes pedidos, já considera escassos dois oficiais para livramento dos feitos de Justiça, subindo o seu número para três, em articulação com o Chanceler<sup>1</sup>.

Ou seja: reivindicações não plenamente assentes na realidade próxima-passada das instituições, respostas esquivas, ambíguas (v.g. pelo reiterado uso do termo “Conselho”) e não propriamente expressantes de qualquer *programa régio* para os órgãos do poder; o que, note-se, nada tem de surpreendente em Cortes.

## **2. Meio século de reinado como factor de institucionalização das carreiras burocráticas: as três gerações dos oficiais joaninos**

Mas se da orgânica institucional passarmos aos oficiais concretos o panorama difere. Desde logo por uma circunstância que se prende ao simples fluir das existências: vivendo até meio da casa dos 70, D. João I terá o mais longo reinado da Idade Média portuguesa, de praticamente meio século; apenas D. Dinis, com 46 régios anos, dele se aproxima. Tal meio século, ainda por cima sem situações de ruptura que se não prendam à simples caducidade biológica das gerações, tem desde logo uma consequência e permite, por outro lado, dar-nos conta de um facto primacial em termos de evolução das instituições:

- Assim, e em primeiro lugar, uma consequência: os oficiais joaninos vão normalmente permanecer em funções até ao fim da existência ou até que a falta de saúde ou de boa forma física (v.g., a capacidade para montar a cavalo, no quadro de uma Corte itinerante) os impeçam de continuar no ofício; e assim poderemos neste reinado, a bem dizer pela vez primeira, dar-nos conta

---

<sup>1</sup> Torre do Tombo [TT] – *Livro II de Cortes*, fls. 1-18; publ. em apêndice, doc. n.º 4, a CAETANO, Marcello – “As Cortes de 1385” [1951], reed.in CAETANO, Marcello – *A Crise Nacional de 1383-1385. Subsídios para o Seu Estudo*. Lisboa / São Paulo: Verbo, 1985, pp. 109-111.



da sucessão de três *gerações* de servidores do aparelho burocrático da Coroa: 1384-ca. 1405; ca. 1405-ca. 1420; e ca. 1420 ss.

- Em segundo lugar uma constatação de facto: Trezentos havia sido ainda um tempo de fragilidade dos ofícios régios, sendo mesmo problemático o poder falar-se de *carreiras burocráticas*; situações de mudança de reinado, de guerra, de crise política, de mutações na Corte eram normalmente o suficiente para desencadear uma substituição, radical ou acentuada, do pessoal da Chancelaria; aliás, pode dizer-se que o século XIV conheceu uma única transição de reinado qualificável como *normal*: a de D. Pedro I para D. Fernando. Ora, Quatrocentos vai afirmar-se, logo em tempos joaninos, como um tempo de desempenhos da oficialidade mais longos e cada vez mais qualificáveis como *carreiras*, situação que poderá dizer-se consolidada em tempos manuelinos, sem embargo, até lá, da complexidade, por exemplo, dos anos 1438-1449 e 1480-1483; mas a verdade é que percursos da oficialidade estendendo-se por mais de duas ou de três décadas, clara raridade até então, tendem a tornar-se algo de relativa e crescentemente corrente e normal.

Voltando, entretanto, aos tempos iniciais do fundador da dinastia de Avis, e retomando uma ideia já exposta: continuidade, portanto, de uma orgânica institucional, mas desempenho dos ofícios predominantemente por indivíduos sem antecedentes (ou com escassos antecedentes) no serviço régio. De facto, dos 16 oficiais em funções nos tempos terminais de D. Fernando, 12 desaparecem definitivamente da cena pública, havendo supletivamente a ter em conta 2 casos de continuidade quase linear e mais 2 de afastamento com ulterior reintegração, sendo que num destes casos o intervalo de funções é de 8 anos.

Quanto ao total de 24 oficiais que vão estar em funções no período 1384-1395, uma primeira e reiterada observação diz respeito à sua falta de antecedentes pessoais no serviço régio (apenas, pontualmente, no serviço do município de Lisboa). *Homens novos*, portanto, e até a mais de um título, já que de um modo geral bem poderiam ser mais jovens ao entrar no serviço do Rei do que os seus

predecessores. Mas antecedentes de outro tipo podem existir: a circunstância, por demais conhecida, de João das Regras como enteado do antigo oficial petrino e fernandino Álvaro Pais, está longe de ser única. Com efeito, uma investigação já antiga de Maria de Lurdes Rosa<sup>2</sup> veio chamar a atenção para um total de 4 situações de parentesco entre novos desembargadores de D. João I e antigos oficiais de D. Fernando, os quais já não se encontrariam em funções em 1383, mas antes em situações de alguma 'dissidência' no quadro de uma *sociedade de Corte* que, e desde os alvares da década de 1370, vivia algumas *perturbações*, ligadas a circunstâncias que depois poderei particularizar.

As novidades dos burocratas joaninos não se ficam por aqui:

- Quase ausentes do Desembargo tardo-fernandino, clérigos e homens de Leis vão ter presença destacada nos tempos subsequentes a 1383. Só que, com uma diferença entre uns e outros: os clérigos, em declínio desde o segundo quartel do século, vão ter, na primeira geração joanina, um *dernier souffle*, prolongado até meados da década de 1410: é o caso de homens como João Afonso da Azambuja, João Afonso Aranha, Martim Afonso Charneca (ulteriores prelados) ou Rui Lourenço (deão do cabido de Coimbra), entre outros. Depois será o quase desaparecimento no âmbito deste subsector da sociedade política (ainda que, por Quatrocentos adiante, prelados, clérigos e mais pontualmente abades de mosteiros possam ser membros do Conselho, encarregados de missões diplomáticas ou presidentes de um dos tribunais superiores do Reino, entre outras tarefas).

- Relativamente aos legistas, não raro, à partida, membros do clero secular, retomam, com a nova dinastia, o caminho ascendente que vinha da quarta década de Trezentos, chegando, nos alvares do novo século, a ultrapassar o terço da totalidade dos oficiais; destaquem-se nomes como o Lic.<sup>o</sup> Fernão Gonçalves, os irmãos Dr. Diogo Martins e Dr. Gil Martins, o Bach. João Afonso

---

<sup>2</sup> ROSA, Maria de Lurdes – *Pero Afonso Mealha. Os bens e a gestão de riqueza de um proprietário leigo do século XIV*. Redondo: Patrimonia, 1995.

da Azambuja, o escolar João Afonso de Santarém, o Dr. João das Regras, o Dr. Lançarote Esteves, o Dr. Martim Afonso Charneca, o mais tardio Dr. Rui Fernandes ou o Lic.<sup>o</sup> Rui Lourenço; acrescente-se uma particularidade: a tomada de peso, a partir do início de Quatrocentos, dos doutores em Leis, por vezes formados por Universidades italianas, circunstância iniciada em tempos fernandinos e que agora se retoma, se reforça e se prolonga pela centúria.

### **3. A instância *política*: rumos do Conselho de D. João I**

Passemos agora à instância propriamente política dos órgãos do Poder, ou seja, o Conselho Régio.

É corrente afirmar-se que os conselhos régios de finais da Idade Média oscilam entre o carácter de *órgão representativo da comunidade* (qual “micro-parlamento”, micro-Cortes) e o carácter de *órgão assessor da realeza*. As duas situações acabam por ser verificáveis em tempos joaninos.

Remontemos, uma vez mais, às Cortes de Coimbra e ao que nelas se pede e se responde em matéria de Conselho (salientando de novo que os textos dos Capítulos utilizam então o substantivo “conselho” para referir tanto o propriamente dito quanto a burocracia do Desembargo). A este respeito é também conhecido de há muito o artigo 1.<sup>o</sup> dos Capítulos Gerais:

- Considerando que o Rei teria “mister” de “boos consilheiros” recrutados nos quatro estados do Reino, propõem os povos a inclusão no Conselho de 14 personalidades, a saber, 2 pelos prelados, 4 pelos fidalgos, 4 pelos letrados e 4 pelos cidadãos de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora;

- o monarca confirma apenas 6 dos propostos, concretamente D. João Eanes (bispo de Évora), Diogo Lopes Pacheco, Vasco Martins de Melo, o Dr. Gil do Sem, o Dr. João das Regras e o Dr. Martim Afonso Charneca; a resposta refere ainda, em termos algo ambíguos, o(s) representante(s) dos quatro meios

urbanos referidos<sup>3</sup>; de salientar, entretanto, que nenhum dos nomeados por D. João I possui qualquer antecedente no Conselho fernandino, ainda que um ou outro pontualmente possam ter detido alguma presença na Corte antes de 1383.

Ou seja, o Rei, em última análise, reserva-se o direito de organização do seu Conselho e de designação dos titulares respectivos. A reivindicação em Cortes configuraria um Conselho formado na base da representação “estamental”, conceito este de alguma prática na Historiografia jurídica incidente sobre a Idade Média castelhana<sup>4</sup>. Na prática, uma “estamentalização” *racionalizada*, isto é, mediante a presença, entre os conselheiros, de indivíduos de todas as condições com *poder suficiente* para ter acesso a tal órgão do Poder, ainda que o *estado* dos fidalgos tenda para algum predomínio, que os *letrados* detenham um montante de presenças que o futuro não confirmará e que o *estado* dos “cidadãos” se pautem normalmente por uma presença algo discreta.

Certo é também que os primeiros 10 / 15 anos do reinado joanino conhecerão, com certa naturalidade, um funcionamento mais assíduo do Conselho e em termos de uma certa *colegialidade*; o órgão de assessoramento político da realeza intervirá então, e por exemplo, previamente à resposta a agravos em Cortes, em questões diplomáticas, em questões jurisdicionais (normalmente quando estão em jogo direitos na matéria de altas individualidades) e até previamente ao despacho de actos de Chancelaria.

Depois... a assiduidade e a colegialidade atenuam-se, as marcas documentais da actuação do Conselho pontualizam-se, a renovação do mesmo permanece limitada até à década de 1410 e só na ponta final do reinado assistiremos a uma reintensificação da sua actividade. Mas verdadeiramente só a diplomacia e as

---

<sup>3</sup> Fonte cit. *supra*, nota 1; publ.: CAETANO, Marcello – *A Crise Nacional de 1383-1385. Subsídios para o Seu Estudo ...*, pp. 108-109.

<sup>4</sup> DIOS, Salustiano de – *El Consejo Real de Castilla (1385-1522)*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1982; TORRES SANZ, David – *La Administracion Central Castellana en la Baja Edad Media*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1982.

jurisdições manterão peso constante entre os domínios da actividade do Conselho. Mas quando, em fim de reinado, a tal reintensificação ocorrer, já os protagonismos na condução dos destinos do Reino se terão diversificado.

#### **4. A afirmação de D. Duarte-Infante (1411 ss.)**

E isto leva-nos a um último feixe de questões que por hoje quererei abordar. Os 22 anos finais do reinado joanino serão tempo como que de governo *a duo*, aqui tirei as aspas à francesa e coloquei em itálico por ser uma expressão feita entre o monarca e o herdeiro da Coroa. Dispondo de *Casa* própria e de um património de elevado montante de direitos a partir de 1408, D. Duarte cedo passará da gestão pessoal da dita Casa e direitos à intervenção directa em assuntos ‘de Estado’, com um corpo próprio de oficiais e conselheiros e produção própria de actos escritos. O monarca atingira, entretanto, os 50 anos (fronteira medieval da *juventude* e da *velhice*, considerada esta como tempo de plena maturidade, experiência e sabedoria), e a partir de então – mormente depois de Ceuta – irá reduzir acentuadamente a sua intervenção no quotidiano governativo.

Ora, em 1418, nas Cortes de Santarém, os povos apontam ao Rei os problemas referentes à vigência das múltiplas leis dos monarcas portugueses decretadas desde Duzentos: documentalmente dispersas, muitas delas redigidas em Latim, ou então num Português já não familiar aos oficiais régios de Quatrocentos, por vezes árduas de interpretar pela dissociação entre o conteúdo original e os posteriores e sucessivos aditamentos e modificações de outros monarcas... E requer-se então, para além do esclarecimento dos conteúdos, a organização de uma recolha da legislação régia que obviasse os inconvenientes apontados. D. João I mostra-se de acordo. E é este o ponto de partida de um processo que culminará apenas cerca de três décadas mais tarde, com as *Ordenações Afonsinas* (1446-1448).

A situação presente às Cortes de 1418 não era nova. Pela década de 1390, e no seio da oficialidade régia, concretizara-se um primeiro ‘ensaio’ de recolha legislativa, plasmada no chamado *Livro das Leis e Posturas*, um código constando hoje do

*Núcleo Antigo* da Torre do Tombo<sup>5</sup> e contendo um total de 264 leis régias. O critério de organização não se apresenta como particularmente apurado, à luz das subsequentes experiências quatrocentistas: de facto, o conteúdo não se encontra ‘arrumado’ por reinados ou matérias, havendo além disso diversos casos de repetição de textos, não raro com divergências de datação e não total coincidência de conteúdo. Não se pensa hoje que esta primeira recolha deva incluir-se na decorrência de 1418, nem se continua a atribuir a responsabilidade máxima ao Corregedor da Corte João Mendes. Pelo contrário, e apesar de o assunto requerer ainda longo e atento estudo, tende-se a considerar o *Livro das Leis e Posturas* como algo de pioneiro, sem dúvida, mas isolado face a iniciativas posteriores, em relação às quais é bem mais antigo.

Ora, o ulterior processo de recolha dos textos legais arrancado em 1418 será portanto demorado, e até algo acidentado (apanhou pelo meio com duas sucessões régias – 1433 e 1438 – e uma regência), e o seu grande protagonista, ao nível dos cumes do poder político, será justamente D. Duarte, sucessivamente enquanto Infante associado à governação e enquanto Rei.

O nome de D. Duarte aparece desde logo ligado ao título de uma segunda recolha de textos legais: o códice dos *Reservados* da Biblioteca Nacional conhecido justamente como *Ordenações del-Rei Dom Duarte*<sup>6</sup>. Bastante mais apurada na sua organização do que o *Livro das Leis e Posturas*, esta segunda iniciativa relectora de leis (num total de 409) apresenta as mesmas arrumadas por reinado e, até certo ponto, sistematizadas por matérias. Remontante, provavelmente, a meados da década de 1430, estas *Ordenações* poderão ter sido ‘encomendadas’ por D. Duarte como instrumento de consulta dos superiores titulares do Poder – e não para funcionarem como Direito vigente –, poderá o próprio D. Duarte ser o autor da “tauoa” de matérias que as abre, poderão ter integrado a livraria pessoal do

---

<sup>5</sup> *Livro das Leis e Posturas*. Ed. Nuno Espinosa Gomes da Silva e Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa: Faculdade de Direito, 1971.

<sup>6</sup> *Ordenações del-Rei Dom Duarte*. Ed. Martim de Albuquerque e Eduardo Borges Nunes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1988.

segundo dinasta de Avis; e são claramente trabalho preambular às *Ordenações Afonsinas*<sup>7</sup>.

### **5. Os homens de Leis e a legitimação da dinastia pela construção do “corpus jurídico-normativo”: do Livro das Leis e Posturas às Ordenações Afonsinas**

No processo de, como já disse, cerca de três décadas a elas conducente terão sucessivamente intervenção os oficiais régios João Mendes (Corregedor da Corte), Dr. Rui Fernandes (ao tempo Chanceler), Dr. Lopo Vasques de Serpa (Corregedor de Lisboa) e ainda os Desembargadores Luís Martins e Fernão Rodrigues. Nem todos serão estritamente *homens de Leis*, i.e., com habilitações jurídicas académicas. Mas faça-se notar que o Corregedor João Mendes, o primeiro a superintender no empreendimento, era à data alguém com quase duas décadas numa área fulcral do serviço régio como era a intervenção em matérias jurisdicionais<sup>8</sup>; e, para além disto, interveniente na elaboração e publicitação da maior parte das leis de D. João I subsequentes a 1402<sup>9</sup>.

Processo longo e acidentado, repito. Legislar era algo já remoto no reino de Portugal. Fizera-o, pioneiramente, Afonso II, em 1211, coevamente à *Magna Carta* inglesa ou a Filipe Augusto de França. Continuadamente se voltara a fazer, e agora sem soluções de continuidade, a partir de Afonso III. O primeiro dinasta de Avis, sem deixar de legislar, iria no entanto presenciar e ajudar a protagonizar os primeiros tentames de compilação dos textos; e, também nisto, os Reis de Portugal foram precoces em termos ocidentais. A iniciativa essencial (1418) deu-se, entretanto, já em fase de protagonismo, outrossim, do herdeiro da Coroa, que nessa matéria será mesmo de protagonismo redobrado. Ou seja, se dos tempos pré-1383 nos ficara mais de um século de normativização régia, a nova dinastia

---

<sup>7</sup> Veja-se um ponto da situação, com indicações de *Fontes* e de *Bibliografia*, em HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “Estado moderno e legislação régia: produção e compilação legislativa em Portugal (séculos XIII-XV)”. in COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho (coord.) – *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval (séculos XIII-XV)*. Lisboa: UAL, 1999, pp. 111-130.

<sup>8</sup> HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O Desembargo Régio (1320-1433)*. Porto: INIC/CHUP, 1990, pp. 346 e 442-443.

<sup>9</sup> Cf. o trabalho cit. *supra*, nota 7.

logo iria reforçar a imagem jurídica da realeza pela vertente do *rei-legislador*<sup>10</sup>, não tanto agora pela criação como pela recolha e sistematização do Direito vigente.

Um *superavit* legitimatório? Sem dúvida. Mas, pelas circunstâncias apontadas, com algumas consequências porventura inesperadas. Assim, as “Ordenações Afonsinas” irão, antes de mais, apresentar, qual reflexo de diferentes *mãos* organizadoras, um contraste de fundo entre:

- Por um lado, o livro I, cujos artigos apresentam aquilo que o *jargon* histórico-jurídico costuma designar como *estilo decretório*, i.e., uma abstracção e uma impessoalidade que o aproximam do discurso jurídico que vimos conhecendo a partir de Oitocentos;

- e, por outro, os livros II a V, onde nos sucessivos títulos frequentemente se apresenta a *genealogia* da norma, por vezes a partir de monarcas de Duzentos, e até à forma final, procedimento este, está bem de ver, claramente mais arcaico.

Para além disto, e talvez até mais fundamental, o *Código Afonsino*, em termos de conteúdo, apresenta-se-nos mais como uma compilação e adaptação de sucessivas leis de Duzentos e de Trezentos, bem mais do que um legislar *ex novo*. E não é por acaso que, mal entradas em vigor, se começa a legislar sobre matérias omissas ou a alterar matérias efectivamente consignadas. Não será, pois, de estranhar que diversos historiadores, para além de apontarem a vigência relativamente efémera das *Ordenações Afonsinas* (1448-1521), questionem a própria intensidade da sua vigência, tendo até em conta o baixo número dos manuscritos quatrocentistas.

Ou seja: a recolha legislativa com o seu *minuto zero* no ano de 1418 acaba por se revelar uma das circunstâncias responsáveis por um acentuado cristalizar do legado institucional da nossa Idade Média Tardia, sobrevivendo inclusivamente às

---

<sup>10</sup> NIETO SORIA, José Manuel – *Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (siglos XIII-XVI)*. Madrid: EUDEMA, 1988, pp. 151-164.



duas versões (1512-1514 e 1521) da reforma manuelina das *Ordenações*, para só se deter, verificada em Quinhentos a feição já bem diversa do montante da população do Reino, perante – quem diria? – os impulsos reformadores do monarca predominantemente ainda recordado pela introdução entre nós do Tribunal do Santo Ofício...

## ANEXOS

### A. Ofícios da burocracia régia em tempos joaninos (1384-1433)

1. Chanceler-Mor
2. Escrivão da Pureza
3. Escrivão da Chancelaria
4. Corregedor da Corte
5. Vedores da Fazenda (quatro)
6. Desembargadores (três)
7. Sobrejuízes [cível] (quatro)
8. Ouvidores [crime] (três)
9. Contadores (quatro)
10. Juiz dos feitos de el-Rei (1391 ss.)

### B. Oficiais burocratas

#### 1. Primeira geração (1384-ca. 1405)

- Álvaro Gonçalves
- Álvaro Gonçalves Machado
- Bach. João Afonso da Azambuja
- João Afonso de Santarém
- Dr. João das Regras
- Lourenço Anes Fogaça
- Dr. Martim Afonso Charneca
- Martim da Maia
- Lic.<sup>o</sup> Rui Lourenço
- -----

#### 2. Segunda geração (ca. 1405-ca. 1420)

- Álvaro Gonçalves de Freitas
- Dr. Diogo Martins
- Lic.<sup>o</sup> Fernão Gonçalves
- Dr. Gil Martins

- Dr. Gomes Martins
- Gonçalo Caldeira
- Gonçalo Lourenço de Gomide
- João Afonso de Alenquer
- João Afonso Aranha
- João Mendes
- Dr. Lançarote Esteves
- Lic.º Vasco Gil de Pedroso
- -----

### **3. Terceira geração (ca. 1420 ss.)**

- Diogo Afonso
- Dr. Fernando Afonso da Silveira
- D. Fernando da Guerra
- Fernão Álvares
- Fernão Lopes
- João de Alpoim
- Luís Martins
- Pero Gonçalves Malafaia
- Dr. Rui Fernandes
- -----

## **C. Conselheiros de D. João I**

### **1. Nomeados em 1384-1400**

- Afonso Eanes Nogueira
- Diogo Lopes Pacheco
- Dr. Gil do Sem
- Gomes Martins de Lemos
- Gonçalo Peres
- Gonçalo Vasques de Melo
- Bach. João Afonso da Azambuja
- João Afonso de Santarém

- D. João Eanes
- João Fernandes Pacheco
- Dr. João das Regras
- Lourenço Esteves («o Moço»)
- Dr. Martim Afonso Charneca
- Martim Afonso de Melo
- Nuno Álvares Pereira
- Vasco Martins de Melo
- -----

## 2. Ulteriores

- D. Afonso de Cascais
- Aires Gomes da Silva
- Álvaro Gonçalves de Ataíde
- D. Fernando da Guerra
- D. Fernando de Castro
- D. Fernando de Noronha
- Fernão Álvares
- João Gomes da Silva
- João Vaz de Almada
- Luís Gonçalves Malafaia
- Dr. Martim do Sem
- Pero Gonçalves Malafaia
- -----

## Referências bibliográficas

### Fontes impressas:

*LIVRO das Leis e Posturas*. Ed. Nuno Espinosa Gomes da SILVA e Maria Teresa Campos RODRIGUES. Lisboa: Faculdade de Direito, 1981.

*ORDENAÇÕES AFONSINAS*, livs. I-V, reimpr. da ed. de 1792. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian., 1984.

*ORDENAÇÕES DEL-REI Dom Duarte*. Ed. Martim de ALBUQUERQUE e Eduardo Borges NUNES. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

### Estudos:

ALBUQUERQUE, Ruy de; ALBUQUERQUE, Martim de – *História do Direito Português*, 10.<sup>a</sup> ed.. Lisboa: Pedro Ferreira – Artes Gráficas, 1999.

BARROS, Henrique da Gama – *Historia da Administração Publica em Portugal nos seculos XII a XV*. Ed. Torquato de Sousa SOARES, t. III. Lisboa: Sá da Costa, 1947.

CAETANO, Marcello – *A Crise Nacional de 1383-1385. Subsídios para o Seu Estudo*. Lisboa / São Paulo: Verbo, [1985].

CAETANO, Marcello – *História do Direito Português*. 4.<sup>a</sup> ed., seguida de “Subsídios para a História das fontes de Direito em Portugal no século XVI”, textos introdutórios e notas de Nuno Espinosa Gomes da SILVA. Lisboa / São Paulo: Verbo, 2000.

COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006.

COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho (coord.) – *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval (séculos XIII-XV)*. Lisboa: UAL, 1999.

DIOS, Salustiano de – *El Consejo Real de Castilla (1385-1522)*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1982.

FAVIER, Jean (dir.) – *XIV<sup>e</sup> et XV<sup>e</sup> siècles: crises et genèses*. Paris: PUF, 1996.

FREITAS, Judite A. Gonçalves de – *A Burocracia do “Eloquente” (1433 -1438). Os textos, as normas, as gentes*. Cascais: Patrimonia, 1996.

FREITAS, Judite A. Gonçalves de – *“Teemos por bem e mandamos”. A Burocracia Régia e os seus oficiais em meados de Quatrocentos (1439-1460)*. Cascais: Patrimonia, 2001.

GOMES, Rita Costa – *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995.

GRAF, Carlos Eduardo de Verdier – *D. João Esteves da Azambuja: exemplo da interligação de poderes (séculos XIV e XV)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. Tese de mestrado.

GUENÉE, Bernard – *L'Occident aux XIV<sup>e</sup> et XV<sup>e</sup> siècles. Les États*, 4.<sup>a</sup> ed. Paris: PUF, 1991.

HESPANHA, António M. – *História das Instituições. Épocas medieval e moderna*. Coimbra: Almedina, 1982.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “O Doutor João das Regras no Desembargo e no Conselho Régios (1384-1404). Breves notas”. in *Estudos de História de Portugal*, I. Séculos X-XV. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Estampa, 1982, pp. 241-253. Reed. in HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *Portugal nos Finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, pp. 149-158.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “Uma crise que sai d’ “A Crise” ou o Desembargo Régio na década de 1380”. *Revista de História* (Centro de História da UP) 5 (1983-1984), pp. 53-92. Reed. in HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *Portugal nos Finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, pp. 175-213.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “Em torno de Álvaro Pais”. *Estudos Medievais* 3/4 (1983/84), pp. 93-130. Reed. in HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *Portugal nos Finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, pp. 108-148.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “Conselho Real ou Conselheiros do Rei? A propósito dos ‘Privados’ de D. João I”. *Revista da Faculdade de Letras [UP]. História*, II sér., 4 (1987), pp. 9-68 (Separata, Porto, 1987). Reed. in HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *Portugal nos Finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, pp. 221-278.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “A sociedade política joanina (1384-1433): para uma visão de conjunto”. *En la España Medieval* 12 (1989), pp. 231-241.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “État, institutions, société politique sous Jean I<sup>er</sup> et Édouard I<sup>er</sup> (1384-1438)”. *Arquivos do Centro Cultural Português* 26 (1989), pp. 35-48.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *Portugal nos Finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O Desembargo Régio (1320-1433)*. Porto: INIC – Centro de História da Universidade do Porto, 1990.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “Prelados e Clérigos Régios no meio-século joanino (1384-1433): para uma reapreciação de situações”. in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Martim de Albuquerque*, vol. I. Lisboa - Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa - Coimbra Editora, 2010, pp. 205-211.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV* (= *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão; A. H. de Oliveira Marques, vol. IV). Lisboa: Presença, 1987.

MATTOSO, José (dir.) – *A Monarquia Feudal (1096-1480)* (= *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 2). Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.

MORENO, Humberto Baquero (coord.) – *História de Portugal Medieval: político e institucional*. 2 vols. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

NIETO SORIA, José Manuel – *Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (siglos XIII-XVI)*. Madrid: EUDEMA, 1988.

NIETO SORIA, José Manuel (dir.) – *Orígenes de la monarquía hispánica: propaganda y legitimación (ca. 1400-1520)*. Madrid: Dykinson, 1999.

ROSA, Maria de Lurdes – *Pero Afonso Mealha. Os bens e a gestão de riqueza de um proprietário leigo do século XIV*. Redondo: Patrimonia, 1995.

SILVA, Nuno J. Espinosa Gomes da – *História do Direito Português. Fontes de Direito*. 4.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

SOUSA, João Silva de – *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

TAVARES, Maria José Ferro – “Jaime Cortesão: a Revolução de 1383 e Álvaro Pais”. in *Cidadania e História: em homenagem a Jaime Cortesão*. Lisboa: Sá da Costa, 1985, pp. 111-125 (“Cadernos da *Revista de História Económica e Social*”, n.ºs 6-7).

TORRES SANZ, David – *La Administracion Central Castellana en la Baja Edad Media*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1982.

VENTURA, Margarida Garcez – *Igreja e Poder no século XV. Dinastia de Avis e Liberdades Eclesiásticas*. Lisboa: Colibri, 1997.

**COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:**

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “De João das Regras ao Conselho Régio: os legistas na afirmação da nova dinastia”. *Medievalista* 28 (Julho – Dezembro 2020), pp. 67-86. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.







**El rol de los eclesiásticos en la construcción de la legitimidad “internacional” de la dinastía portuguesa de los Avis (1383-1433) \***

**The role of ecclesiastics in the construction of “international” legitimacy of the Portuguese Avis dynasty (1383-1433)**

*Néstor Vigil Montes*

Universidade de Évora, CIDEHUS - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades  
7000 Évora, Portugal

[Vigilnestor@gmail.com](mailto:Vigilnestor@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-1163-2228>

Data recepção do artigo / Received for publication: 13 de Dezembro de 2019

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 15 de Maio de 2020

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.3306>

---

\* Este estudio ha sido posible gracias al disfrute de una beca posdoctoral (bolsa de pós-doutoramento) financiada por la Fundação para a Ciência e a Tecnologia do Ministério da Educação e Ciência de Portugal (SFRH/BPD/94257/2013), e inserto dentro del proyecto “DEGRUPE - A dimensão europeia de um grupo de poder: o clero e a construção política das monarquias ibéricas (XIII-XV) / The European Dimension of a Group of Power: Ecclesiastics and the political State Building of the Iberian Monarchies (13th-15th centuries)” financiado por fondos nacionales a través de la FCT/MCTES y cofinanciado por los fondos europeos FEDER a través del programa COMPETE (PDTC/EPH-HIS/4964/2012).

## RESUMEN

La llegada al trono de la dinastía portuguesa Avis encarnada en la persona de Juan I de Portugal supuso la necesidad de llevar a cabo iniciativas diplomáticas destinadas a garantizar la supervivencia de la dinastía, la cual entrañaba alcanzar la legitimación de la nueva situación política. Eclesiásticos ligados a la administración del reino, entre los que destacan figuras como João Afonso Esteves de Azambuja o Rui Lorenço, pusieron sus conocimientos, su experiencia y su prestigio al servicio de las exigencias del programa diplomático de la nueva dinastía. Unos recursos humanos escasos y apreciados que no pudieron abarcar todos los campos de actuación de la política exterior joanina, y se especializaron en tres cuestiones: las negociaciones con el pontificado, la construcción de la paz con los castellanos y la participación en la solución del Gran Cisma de Occidente mediante los concilios ecuménicos. Negociadores duros y persistentes que aprovecharon estos encargos para progresar en su carrera eclesiástica mediante la consecución de beneficios, unas veces ofrecidos por el pontífice para ganarse su favor, y otras veces por su monarca como reconocimiento tras alcanzar exitosamente los objetivos marcados.

**Palabras-clave:** Diplomacia; Embajadores; Eclesiásticos; Legitimación; Dinastía Avis.

## ABSTRACT

The accession to the throne of the Portuguese Avis dynasty embodied in the person of John I of Portugal implied the need to carry out diplomatic initiatives aimed at guaranteeing the survival, which involved achieving the legitimation of the new political situation. Distinguished ecclesiastics linked to the administration of the kingdom, among which was João Afonso Esteves de Azambuja or Rui Lorenço, put their knowledge, experience and prestige at the service of the demands of the diplomatic program of the new dynasty. Scarce and appreciated human resources that they could not cover all the fields of action of the John I of Portugal's foreign policy, reason why they specialized in three questions: the negotiations with the pontificate to legitimize John I of Portugal, the construction of peace with the Kingdom of Castile, and the participation in the ecumenical councils that led to a solution for the Great Occidental Schism. Hard and persistent negotiators who took advantage of these diplomatic assignments to advance in their ecclesiastical career by achieving ecclesiastical benefits, sometimes offered by a Pope, which tried to win their favor, and other times offered by their monarch as recognition after successfully achieving the diplomatic objectives.

**Keywords:** Diplomacy; Ambassadors; Ecclesiastics; Legitimation; Avis dynasty.



La proclamación de Juan I como soberano de Portugal en las Cortes de Coimbra de 1385 supuso un auténtico “golpe de estado”<sup>1</sup>, ya que el advenimiento de la nueva dinastía Avis significó la ruptura con la legalidad vigente, según la cual el trono portugués debería haber sido ocupado por Beatriz de Portugal, hija de Fernando I de Portugal. Todo “golpe de estado” implica un proceso de legitimidad, y en el caso de Juan I de Portugal este supuso llevar a cabo una ingente actividad diplomática en la que procuró la supervivencia y la legitimidad de la nueva dinastía Avis. Comprender las claves “internacionales”<sup>2</sup> de este contexto supone entender muchas de las tendencias geoestratégicas de la política exterior portuguesa, que con algunos matices perduraron hasta la actualidad, y es que los avatares de la llegada al trono portugués de la dinastía Avis supusieron una obligada entrada en el complejo contexto europeo con la elaboración de una primera política exterior coherente, esto supuso dejar atrás la actitud dubidativa en esta materia de su antecesor en el trono, Fernando I de Portugal, y tomar partido con firmeza en cuestiones como la Guerra de los Cien Años o el Gran Cisma de Occidente<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> El término “golpe de estado” ha sido utilizado de forma anacrónica por los medievalistas para referirse a los diversos cambios dinásticos producidos en el periodo bajomedieval, en los cuales un candidato alternativo lograba suplantar al monarca legítimo y establecer una nueva dinastía. GENET, Jean-Philippe – “Le coup d’État ou les légitimités contrariées”. in FORONDA, François; GENET, Jean-Philippe; NIETO SORIA, José Manuel (eds.) – *Coups d’État à la fin du Moyen Âge? Aux fondements du pouvoir politique en Europe occidentale*. Madrid: Casa de Velázquez, 2005, pp. 1-17. La cuestión de los cambios dinásticos y la legitimidad fue objeto de debate más recientemente en dos congresos celebrados en Lisboa en 2015, uno de ellos tuvo por título *Kings and Queens 4: Dynastic changes and Legitimacy*, y el otro *Debuerit habere regnum: Deponer y proclamar reyes en la Edad Media*. Cabe destacar que algunos de los trabajos presentados en este último congreso fueron publicados en el número 23 de la revista *Medievalista online*.

<sup>2</sup> El término internacional se tiene que utilizar de forma anacrónica para describir las implicaciones que tuvo el ascenso al trono de la dinastía Avis en otras formaciones políticas de su entorno, es decir, del Occidente Medieval Europeo. Por ello nos hemos decantado por entrecollarlo, así como han hecho Stéphane Péquignot y Jean-Marie Moeglin en su reciente manual sobre diplomacia y “relaciones internacionales” en la Edad Media. MOEGLIN, Jean-Marie; PÉQUIGNOT, Stéphane – *Diplomatie et “relations internationales” au Moyen Âge (IXe-XVe siècle)*. Paris: Publications Universitaires de France, 2017.

<sup>3</sup> FONSECA, Luis Adão de – “Significado da Batalha de Aljubarrota no contexto da conjuntura política europeia no último quartel do século XIV”. in COELHO, Maria Helena da Cruz; GOMES, Saul António; REBELO, António Manuel Ribeiro (coords.) – *A guerra e a sociedade na Idade Média. VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*. Vol. 2. Coimbra: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, pp. 57-74.

El nuevo monarca mediante una calculada estrategia logró cumplir el primer objetivo encomendado por los sectores sociales en rebeldía que le encumbraron<sup>4</sup>, el de consolidar la independencia del reino de Portugal frente a la amenaza exterior proveniente del poderoso vecino castellano, cuyo monarca Juan I de Castilla reclamaba los derechos sucesorios al trono luso de su esposa Beatriz de Portugal<sup>5</sup>. Para mantener esa independencia frente a un adversario que le superaba en tamaño y población, se encontró con la necesidad de conseguir apoyos provenientes de otros reinos interesados en oponerse a las aspiraciones castellanas. En este sentido, su aliado natural en la política peninsular, la Corona de Aragón, no pudo ser su aliado frente a Castilla, puesto que se encontraba en una situación interna delicada<sup>6</sup>, y además, había entrado en la órbita de los intereses castellanos y franceses, al haberse decantado por el papado aviñonense<sup>7</sup>. Por consiguiente, el único reino que podía garantizar la supervivencia de la nueva dinastía era el de Inglaterra, cuya dinastía gobernante estaba enfrentada con la dinastía castellana de los Trastámara desde sus orígenes, dado que en la Guerra Civil Castellana (1351-1369) tomaron partido por los derrotados petristas y posteriormente reclamaron los derechos al trono de Constanza de Castilla, casada con el infante Juan de Gante desde 1371<sup>8</sup>. La alianza entre las monarquías inglesa y portuguesa fue ratificada en el Tratado de Windsor de 1386 entre Juan I de Portugal y Ricardo II de Inglaterra<sup>9</sup>.

<sup>4</sup> MATTOSO, José – “Lutas de classes?”. in SARAIVA, José Hermano (dir.) – *História de Portugal*. Vol. 3. Lisboa: Publicações Alfa, 1983, pp. 193-199.

<sup>5</sup> Las relaciones luso-castellanas durante el reinado de D. João I de Portugal han sido analizadas por diversos autores. SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Relaciones entre Portugal y Castilla en la época del infante don Enrique*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Escuela de Estudios Medievales, 1960. ARÁUJO, Julieta – *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2009. ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente – “El restablecimiento de la paz entre Castilla y Portugal: 1402-1431”. in COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto; HOMEM, Armando Luis de Carvalho; PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor (eds.) – *Ibéria, quatrocentos/quinhentos, duas décadas de cátedra (1984-2006): homenagem a Luís Adão da Fonseca*. Porto: CEPESSE, 2009, pp. 47-90.

<sup>6</sup> MUHAJ, Ardian – *Portugal e a Coroa de Aragão nos séculos XIV-XV. A guerra dos Cem Anos e a sua influência na decadência da Catalunha e na expansão de Portugal*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2006. Dissertação de Mestrado, pp. 55-56.

<sup>7</sup> SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Castilla, el cisma y la crisis conciliar (1378-1440)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Escuela de Estudios Medievales, 1960, pp. 16-19.

<sup>8</sup> RUSSELL, Peter Edward – *The English intervention in Spain and Portugal in the time of Edward III and Richard II*. Oxford: Clarendon Press, 1955.

<sup>9</sup> FONSECA, Luis Adão de – *O essencial sobre o Tratado de Windsor*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986.

El advenimiento de la nueva dinastía también supuso una nueva alteración en la política de fidelidades en el Gran Cisma de Occidente. El predecesor en el trono portugués de Juan I de Portugal, Fernando I de Portugal, había llevado a cabo una errática estrategia en este sentido en la que incluso llegó a cambiar en varias ocasiones su fidelidad entre los distintos pontífices dependiendo de la situación en la que se encontraban sus relaciones con los vecinos castellanos<sup>10</sup>. Fernando I de Portugal se decantó en un primer momento (1378-1379) por Clemente VII, es decir, por el papa aviñonés, pero la guerra con Castilla de 1380 y la alianza con Inglaterra forzaron un cambio de obediencia, y por tanto, al consecuente reconocimiento de la autoridad de Urbano VI. Finalmente se alcanzó un acuerdo de paz con Castilla que supuso un nuevo acercamiento al reino vecino, esto se tradujo en volver a tomar partido por la causa clementista<sup>11</sup>, al mismo tiempo que concedió a Juan I de Castilla en matrimonio a su heredera Beatriz de Portugal. Una vez que falleció Fernando I de Portugal, la causa de su hija y de Juan I de Castilla fue defendida por los sectores clementistas, y el futuro Juan I de Portugal, entonces maestre de Avis, aglutinó la causa urbanista, la única que tenía sentido geoestratégico para mantener la independencia del reino de Portugal frente a Castilla, al unirse al pontífice que se encontraba enfrentado a los castellanos, y al que seguían sus potenciales aliados ingleses. Con el acercamiento al pontífice romano, el monarca portugués obtuvo, no sin antes de llevar a cabo un proceso arduo de negociación, la eliminación de los dos impedimentos que pesaban sobre la persona de Juan I para ejercer como monarca portugués: su condición de bastardo como hijo natural de Pedro I de Portugal<sup>12</sup>, y su estatus de religioso como Maestre de Avis que le impedía contraer matrimonio con Filipa de Lancaster<sup>13</sup>.

<sup>10</sup> SÁNCHEZ SESA, Rafael – “El Cisma de Occidente en la Península Ibérica: religión y propaganda en la guerra castellano-portuguesa”. in *Estudos em homenagem ao professor doutor José Marques*. Vol. 4. Porto: Universidade do Porto, 2006, pp. 307-320.

<sup>11</sup> Para el conocimiento de la situación portuguesa en el Cisma de Occidente contamos con dos monografías: BAPTISTA, Julio – “Portugal e o Cisma de Ocidente”. *Lusitania Sacra* 1 (1956), pp. 65-203; y COSTA, António Domingues de Sousa – *Monumenta Portugaliae Vaticana*. Vol. 3/1: *A Península Ibérica e o Cisma de Ocidente, repercussão do cisma na nacionalidade portuguesa do século XIV e XV*. Roma-Braga: Livraria Editorial Franciscana, 1982.

<sup>12</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Bulas*, maço 26, documento 15. Editado en COSTA, António Domingues de Sousa – *Monumenta Portugaliae Vaticana*. Vol. 2. Roma-Braga: Livraria Editorial Franciscana, 1970, pp. CVIII-CXXII.

<sup>13</sup> ANTT, *Bulas*, maço 5, documento 9, y ASV, *Registra Lateraniensia*, 12, fols. 10v.-12v. Editado en COSTA, António Domingues de Sousa – *Monumenta Portugaliae Vaticana*. Vol. 2, pp. CVIII-CXXII.

El nuevo monarca habiendo alcanzado los suficientes acuerdos con otros poderes políticos para procurarse su supervivencia y su legitimidad, tras décadas de conflicto con los castellanos y diversas negociaciones de treguas, logró alcanzar un primer acuerdo de paz, el Tratado de Ayllón de 1411, por el que la monarquía castellana lo reconoció definitivamente como soberano legítimo de Portugal y rechazaba continuar luchando por las aspiraciones dinásticas de Beatriz de Portugal<sup>14</sup>. Igualmente Carlos VI de Francia como aliado de los castellanos se avino a aprobar el tratado de paz y también reconocer al soberano luso<sup>15</sup>. Posteriormente este acuerdo con los castellanos fue renovado con un nuevo tratado de paz en 1423<sup>16</sup> y establecida definitivamente en el Tratado de Medina del Campo de 1433<sup>17</sup>. Una vez garantizada la supervivencia de su reinado, el monarca portugués emprendió diversas acciones en política exterior conducentes a aumentar el prestigio de la nueva dinastía Avis en las que los eclesiásticos tuvieron cierta influencia. Las más destacadas fueron la continuación de la empresa bélica contra los sarracenos en los territorios norteafricanos con la conquista de Ceuta en 1415<sup>18</sup> y la actuación portuguesa en los concilios ecuménicos con el objetivo de tener un protagonismo en la solución del cisma<sup>19</sup>.

<sup>14</sup> ANTT, *Gavetas*, gaveta 18, maço 11, documento 4. Editado como documento 5 en *Monumenta Henricina*. Vol. 2. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961, pp. 7-32; y como documento 4576 en *As Gavetas da Torre do Tombo*. Vol. 9. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1971, pp. 608-636.

<sup>15</sup> Archivo General de Simancas (AGS), *Patronato Regio*, legajo 49, documento 15. Editado como documento 43 en SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Relaciones entre Portugal y Castilla...*, pp. 177-178. SANTAREM, Visconde de – *Quadro elementar das relações políticas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo, desde o principio da monarchia portugueza ate aos nossos dias*. Vol. 3. París: J. P. Aillaud, 1843, pp. 40-41.

<sup>16</sup> ANTT, *Gavetas*, gaveta 18, maço 11, documento 4. Editado como documento 37 en *Monumenta Henricina*. Vol. 3. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961, pp. 58-69; y como documento 4576 en *As Gavetas da Torre do Tombo...* Vol. 9, pp. 608-636.

<sup>17</sup> AGS, *Patronato Regio*, legajo 49, documentos 15 y 53. ANTT, *Gavetas*, gaveta 17, maço 6, documento 16. ANTT, *Leitura Nova*, livro 61 (livro das pazes), fols. 142r.-165r. Editado como documento 9 en *Monumenta Henricina*. Vol. 4. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961, pp. 18-53; como documento 4555 en *As Gavetas da Torre do Tombo...* Vol. 9, pp. 500-501; y como documento 165 en SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis, TORRE, Antonio de la – *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*. Vol. 1. Valladolid: Consejo Superiore de Investigaciones Científicas, 1958, pp. 253-273.

<sup>18</sup> DUARTE, Luis Miguel – *Ceuta 1415, seicentos anos depois*. Lisboa: Livros Horizonte, 2015.

<sup>19</sup> La participación de Portugal en los concilios de Pisa (1409) y de Constanza (1414-1418) ha sido estudiada en MILLET, Hélène – “La participation de Portugal au Concile de Pise (1409)”. in *A Igreja e o clero português no contexto europeu*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da

En toda esa ingente actividad diplomática destinada a la construcción de la legitimidad “internacional” de la dinastía portuguesa de Avis observamos una destacada actuación de diversos eclesiásticos, algunos de ellos figuras destacadas como João Afonso Esteves de Azambuja o Rui Lourenço. Un hecho que no había pasado inadvertido en la historiografía sobre el reinado de Juan I de Portugal, pero sobre el que todavía quedan algunas cuestiones por responder, tales como: ¿quiénes fueron los diversos eclesiásticos que intervinieron en esa política exterior?, ¿por qué fueron elegidos para dicha tarea?, ¿en qué situaciones fueron requeridos y en cuáles no?, ¿cuáles son los intereses de cada uno de los eclesiásticos?, ¿Cuál fue el resultado de esa aportación?

Para alcanzar respuestas claras sobre estas cuestiones hemos procedido a realizar un estudio prosopográfico de los principales eclesiásticos que han participado en la diplomacia joanina, en este sentido hemos tenido en cuenta no solamente su aportación en labores diplomáticos sino que también hemos analizado otros factores importantes en este tipo de análisis, tales como: orígenes familiares, formación académica, relación con la dinastía reinante, participación en otros órganos de la administración regia, colaboración en la política eclesiástica, y recompensa regia y trayectoria eclesiástica.

Con tal fin hemos recurrido a la bibliografía sobre esta cuestión<sup>20</sup> y a toda la documentación necesaria para ampliar los datos aportados por otros

---

Universidade Católica Portuguesa, 2005, pp. 233-254; FILHO, Franklin Manuel Tavares – “Os Portugueses no Concílio de Constança (1416-1418): Questões e Problemas”. *Plêthos*. Niterói 4, 1 (2014), pp. 187-203; GROHE, Johannes – “Spanien und die großen Konzilien von Konstanz und Basel”. in HERBERS, Klaus, JASPERT, Nikolas (ed.) – “*Das kommt mir spanisch vor*” - *Eigenes und Fremdes in den deutsch-spanischen Beziehungen des späten Mittelalters*. Münster: LIT Verlag, 2004, pp. 493-509.

<sup>20</sup> En este sentido resulta interesantes trabajos de conjunto como los de ALMEIDA, Fortunato – *História da Igreja em Portugal*. Vol. 2. Porto: Editorial Portucalense, 1967, y VIGIL MONTES, Néstor – “Eclesiásticos en la construcción política de una nueva dinastía: los *clerici regis* de la primera generación de la administración de Juan I de Portugal (1385-1415)”. *e-Humanista* 43 (2019), pp. 89-106; así como algunos que tratan sobre cuestiones particulares como los de SANTOS, Maria Alice Pereira – *A sociologia da representação político-diplomática no Portugal de D. João I*. Lisboa: Universidade Aberta, 2015. Tese de doutoramento; GOMES, Rita Costa – *The Making of a Court Society. Kings and Nobles in Late Medieval Portugal*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003; HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O desembargo régio: 1320-1433*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de História da Universidade do Porto, 1985. HOMEM, Armando Luís

historiadores, de este modo hemos analizado documentación de múltiples archivos dependiendo de cada uno de estos objetivos. En primer lugar, para ampliar sobre la cuestión de la participación de los eclesiásticos en diplomacia resulto de enorme utilidad acceder a los grandes *corpora* en los que se recopila documentación para la diplomacia del Archivo Nacional de Torre do Tombo y del Archivo General de Simancas<sup>21</sup>. En segundo lugar, para adentrarnos en las cuestiones relacionadas con la concesión pontificia de privilegios al monarca portugués y a los eclesiásticos que acudían a la corte papal en representación de su rey, resultan enormemente interesantes los asientos de los registros pontificios del Archivo Secreto Vaticano y la colección de bulas del Archivo Nacional da Torre do Tombo<sup>22</sup>. Finalmente, para conocer los detalles de la formación académica de aquellos eclesiásticos que han podido acudir a la Universidad de Bolonia, hemos podido analizar los libros de registro de títulos de esa institución académica y los registros de los notarios de esa localidad italiana<sup>23</sup>.

Con todo ello podremos finalmente determinar el grado de influencia de los eclesiásticos en la política exterior joanina, y definir las pautas de un caso

---

de Carvalho – “Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos privados de D. João I”. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: História (Série II)* 4 (1987), pp. 9-68. Tampoco debemos olvidar las biografías de alguno de estos eclesiásticos que serán destacadas en el momento de introducirlos.

<sup>21</sup> En este sentido resultan de enorme interés las recopilaciones de documentos de la *Monumenta Henricina*, de las Gavetas da Torre do Tombo y la obra de Luis Suárez Fernández sobre las relaciones entre Castilla y Portugal en época del infante don Enrique. *Monumenta Henricina*. Vols. 1-3. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1961. *As Gavetas da Torre do Tombo*. Vols. 1, 2, 7, 8 y 9. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1971. SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Relaciones entre Portugal y Castilla ...*

<sup>22</sup> Para el conocimiento de las fuentes documentales procedentes del Archivo Secreto Vaticano es fundamental acudir a la *Monumenta Portugaliae Vaticana* de António Domingues da Sousa Costa. COSTA, António Domingues de Sousa – *Monumenta Portugaliae Vaticana ...*, Vol. 2. COSTA, António Domingues de Sousa – *Monumenta Portugaliae Vaticana ...*, Vol. 3/1.

<sup>23</sup> La documentación boloñesa fue objeto de edición por parte de algunos investigadores italianos de comienzos del siglo XX como Ludovico Prati o Albano Sorbelli. Asimismo, para el caso portugués algunos de estos datos fueron ampliados por Artur Moreira de Sá en la obra *Chartularium Universitatis Portugalensis*. PRATI, Ludovico – *Chartularium Studii Bononiensis*. Vol. 4. Bologna: Commissione per la Storia dell'Università di Bologna, 1919. SORBELLI, Albano (ed.) – *Liber secretus iuris cesarei dell'Università di Bologna*. Vol. 1: 1378-1420. Bologna: Università di Bologna, 1938. SÁ, Artur Moreira de (ed.) – *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Vol. 2: 1377-1408. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1968.



paradigmático en el estudio de la aportación de los eclesiásticos en la construcción política de las monarquías medievales del Occidente Europeo.

### **1. Los eclesiásticos en la elaboración de la política exterior joanina**

Durante la Baja Edad Media, la política exterior de los reinos fue controlada y determinada directamente por el monarca siguiendo las recomendaciones de sus consejeros y otros personajes de destacada relevancia en la administración. Un carácter personalista de la política exterior, cuya principal razón es que eran conscientes de que se trataba de una materia de especial responsabilidad y competencia como para delegarla a administradores profesionales<sup>24</sup>. No podemos conocer con exactitud cómo se elaboraba esa política exterior, puesto que no contamos con fuentes documentales de la actividad del consejo regio y menos aún de los posibles debates extraoficiales que pudieran tener consecuencias en las decisiones tomadas por el monarca. Lo que sí podemos reconstruir a través del análisis prosopográfico, es la trayectoria de aquellos eclesiásticos que sabemos de su influencia en la diplomacia regia, para poder acercarnos a cuáles podrían ser sus intereses y su valía en la elaboración de las relaciones “internacionales”.

Las bases de la política exterior joanina se desarrollaron en su primera etapa de gobierno caracterizada por la búsqueda de supervivencia y reconocimiento de esa nueva dinastía, la cual podemos demarcar entre la llegada al poder en 1383 y los inicios de la expansión africana con la conquista de Ceuta en 1415. Una etapa que coincide con un protagonismo de primera magnitud de los eclesiásticos dentro del gobierno de la nueva dinastía, una etapa de connivencia entre el nuevo monarca y un renovado estamento clerical compuesto por eclesiásticos fieles a la monarquía<sup>25</sup>.

<sup>24</sup> BECEIRO PITA, Isabel – “La consolidación del personal diplomático entre Castilla y Portugal, 1392-1455”. in GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (ed.) – *La Península Ibérica en la era de los descubrimientos 1391-1492, Actas de las III Jornadas Hispano-Portuguesas de Historia Medieval*. Vol. 2. Sevilla: Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, 1997, p. 1735.

<sup>25</sup> VENTURA, Margarida Garcez – *Igreja e poder no século XV. Dinastia de Avis e liberdades eclesiásticas (1383-1450)*. Lisboa: Edições Colibri, 1997, pp. 95-99. MARQUES, José – “Relações entre a Igreja e o Estado em Portugal, no século XV”. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: História (Série II)* 11 (1994), pp. 141-145.

La composición del alto clero en los primeros compases del reinado de Juan I de Portugal tuvo una relación directa con la defensa de la causa romana y de la nueva dinastía portuguesa. En ese sentido hubo una purga de los obispos simpatizantes de la causa aviñonense, los cuales pertenecían a sedes sufragáneas de los arzobispados de Santiago de Compostela y Sevilla<sup>26</sup>, nos referimos a hombres como: Martinho Zamora (Lisboa)<sup>27</sup>, Martinho (Évora), Pedro Lourenço (Lamego), Afonso Domingues de Linhares (Guarda) o Pedro (Silves)<sup>28</sup>.

En la mencionada cronología, los eclesiásticos desempeñaron un importante papel en las dos principales instituciones de la administración joanina: el consejo regio<sup>29</sup> y la cancillería regia (desembargo)<sup>30</sup>, conformando un tercio y un sexto de sus integrantes respectivamente. En esa primera administración joanina podemos reconocer claramente dos perfiles de eclesiástico en la alta administración: el de “hombre nuevo” que por su apoyo desde los primeros momentos del reinado recibe la confianza regia y es premiado con una carrera eclesiástica; y el de eclesiástico ligado a anteriores reinados que toma partido por el cambio dinástico. Por consiguiente, no existió discordia alguna entre el clero como estamento y las relaciones “internacionales”, ni de forma individual ni tampoco colectivamente como podemos comprobar en la falta de constancia de su protagonismo en las cortes portuguesas, una asamblea que en este periodo fue llamada con frecuencia por la necesidad de financiación para mantener las actuaciones bélicas contra los castellanos<sup>31</sup>.

<sup>26</sup> BRÁSIO, António – “Ereção da Metrópole Lisbonense”. *Lusitania Sacra* 2 (1957), pp. 51-56.

<sup>27</sup> MARQUES, António Henrique de Oliveira – *Nova História de Portugal*. Direcção de Joel Serrão e António Henrique de Oliveira Marques. Vol. 4: *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 2000, p. 379. OLIVEIRA SERRANO, César – *Beatriz de Portugal, la pugna dinástica Avis-Trastámara*. Santiago de Compostela: Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento, 2005, p. 82 y 96.

<sup>28</sup> Este proceso de purga fue analizado en DÍAZ MARCILLA, Francisco José – “El papel del clero en el cambio dinástico en Portugal (1378-1388)”. *Reti Medievali* 19/2 (2018), pp. 131-170.

<sup>29</sup> HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos privados de D. João I” ..., pp. 9-68.

<sup>30</sup> HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O desembargo régio: 1320-1433 ...*

<sup>31</sup> SOUSA, Armindo de – *As cortes medievais portuguesas: 1385-1490*. Vol. 1. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

Posteriormente, en la segunda etapa del reinado de D. João I que se desarrolló entre 1416 y 1433, fueron asentadas las bases de la política exterior y solamente se buscó profundizar la posición de la nueva dinastía en el contexto “internacional”. Sin embargo, en este momento la presencia de los eclesiásticos se vió reducida al mínimo al producirse un divorcio entre la monarquía y la iglesia portuguesa<sup>32</sup>. Las causas anteriores de unión entre el monarca y los eclesiásticos portugueses habían dejado de tener efecto ya que ese catalizador que era el cisma se había extinguido con el conciliarismo, a lo que debemos de añadir unas ansias regalistas de una monarquía fortalecida y legitimada en el espíritu de expansión ultramar de la fe cristiana. El momento coincide con el fallecimiento de todos los eclesiásticos del primer periodo del reinado, y a pesar de que las principales mitras fueron ocupadas por familiares del monarca como Fernando da Guerra en Braga y Pedro de Noronha en Lisboa<sup>33</sup>, los eclesiásticos fueron apartados sistemáticamente de la administración joanina y de gran parte de la labor diplomática.

A continuación, analizaremos detenidamente las personalidades eclesiásticas que influyeron directamente en la primera fase del reinado joanino, la de construcción de la política exterior de la nueva dinastía. De esta forma pretendemos desvelar quienes dentro del clero eran esos “hombres nuevos” de la administración joanina y quienes eran esos hombres procedentes de la administración fernandina, para determinar cuál era su aportación en la construcción de la política exterior.

### **1.1. Eclesiásticos en los “hombres nuevos” de la primera administración joanina**

Los eclesiásticos que forman parte de los “hombres nuevos” en los inicios de la administración joanina son nobles de segundo rango que decidieron apoyar desde un primer momento la causa del mastre de Avis. Consecuencia de ello destacaron

<sup>32</sup> VENTURA, Margarida Garcez – *Igreja e poder no século XV...*, pp. 95-99. MARQUES, José – “Relações entre a Igreja e o Estado em Portugal, no século XV”..., pp. 141-145. MARQUES, José – “Legislação e prática judicial como fontes de tensões entre D. João I e a Igreja”. *Revista de História* 10 (1990), pp. 9-34.

<sup>33</sup> Una biografía sobre este eclesiástico se puede encontrar en VIGIL MONTES, Néstor – “Pedro de Noronha (1423-1452)”. in FONTES, João Luís Inglês (ed.) – *Bispos e arcebispos de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2018, pp. 495-501.

por su enorme cercanía y confianza a la figura regia, siendo designados como miembros del consejo real<sup>34</sup>. Al mismo tiempo fueron recompensados con una meteórica carrera eclesiástica de nuevo cuño en la que desempeñaron cargos de relevancia desde un primer momento. Dentro de este grupo de “hombres nuevos” encontramos a eclesiásticos como Martim Afonso de Charneca que fue nombrado obispo de Coimbra en 1386<sup>35</sup> y arzobispo de Braga en 1398<sup>36</sup>; a João Afonso Esteves Azambuja que fue nombrado obispo de Silves en 1389, de Oporto en 1391, de Coimbra en 1398, arzobispo de Lisboa en 1402, y finalmente alcanzó el cardenalato con el papa pisano João XXIII en 1411<sup>37</sup>; y a João Eanes de quien tenemos las primeras noticias de su designación como obispo de Évora en 1385<sup>38</sup>.

Aquellos “hombres nuevos” cuyos orígenes familiares nos son conocidos comparten el hecho de que procedían de familias de la baja nobleza que ya habían colaborado en la corte de anteriores monarcas, pero que fueron firmes defensoras del cambio dinástico ante la esperanza de progresar socialmente. Martim Afonso da Charneca era hijo de Afonso Pires da Charneca, castellano de nacimiento, pero que tuvo que refugiarse en Portugal tras haber sido perseguido por Pedro I de Castilla<sup>39</sup>. Una vez allí entró al servicio de la corte de Fernando I de Portugal como escribano de la puridad<sup>40</sup>. Asimismo, Martim era hermano de Afonso Peres da

<sup>34</sup> HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos privados de D. João I” ..., pp. 56-60.

<sup>35</sup> ASV, *Obligaciones*, registro 48A, fol. 110r. Citado en EUBEL, Konrad – *Hierarchia Catholica Medii Aevi*. Vol.1. Ratisbona: Monasterii Sumptibus et typis librariae Regensbergianae, 1913, p. 196.

<sup>36</sup> ASV, *Obligaciones*, registro 48A, fol. 101r. Citado en EUBEL, Konrad – *Hierarchia Catholica Medii Aevi* ..., p. 144.

<sup>37</sup> Los hitos de la carrera eclesiástica de João Afonso Esteves de Azambuja, enormemente ligados a su trayectoria diplomática, serán analizados detalladamente en el transcurso del artículo. Una biografía de enorme interés sobre su figura la escribió COSTA, Antonio Domingues de Sousa – “D. João Afonso de Azambuja, cortesão, bispo, arcebispo, cardeal e fundador do convento das dominicanas do Salvador de Lisboa”. *Arquivo Histórico Dominicano Português* 4/2 (1989), pp. 1-150. También resultan interesantes los trabajos de GRAF, Carlos Eduardo de Verdier – *D. João Esteves da Azambuja: exemplo da interligação de poderes (séculos XIV e XV)*. Porto: Universidade do Porto, 2011. Dissertação de Mestrado; y de FONTES, João Luís Inglês – “João Afonso Esteves de Azambuja (1402-1415)”. in FONTES, João Luís Inglês (ed.) – *Bispos e arcebispos de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2018, pp. 471-484.

<sup>38</sup> VILAR, Hermínia Vasconcelos – *As dimensões de um poder, a diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999, p. 97. VILAR, Hermínia Vasconcelos – “Na sombra da crise de 1383-85: o governo do bispo D. João de Évora”. *Eborensia* 39-40 (2008), pp. 103-116.

<sup>39</sup> CUNHA, Rodrigo da – *Historia ecclesiastica dos arcebispos de Braga*. Vol. 2. Braga: Imprensa Manoel Cardozo, 1635, p. 216.

<sup>40</sup> HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O desembargo régio: 1320-1433* ..., p. 272.

Charneca, una de las personas que ayudaron al maestre en la defensa del Reino<sup>41</sup> y participaron en la batalla de Aljubarrota en 1385, en la que fue nombrado caballero<sup>42</sup>. Por todos estos servicios fue premiado con la concesión regia del señorío de Alcáçovas<sup>43</sup> y de unas viñas y lagares en Lisboa<sup>44</sup>. Por su parte, João Afonso Esteves de Azambuja era nieto de João Esteves de Azambuja, vasallo de Pedro I de Castilla<sup>45</sup>, e hijo de Afonso Esteves de Azambuja, *reposteiro-mor* de Pedro I de Portugal<sup>46</sup> y vasallo del conde João Afonso Tello<sup>47</sup>, por lo que participó en la armada que este capitaneó en la Tercera Guerra Fernandina<sup>48</sup>. Posteriormente, defendió la causa del maestre de Avis y fue premiado en 1384 con el señorío de Salvaterra de Magos, Sacarabotão y Lezíria da Atalaia (Vila Nova de Barquinha) por los servicios realizados “en esta guerra que habíamos por exaltación del reino” y por los prestados a sus antecesores Pedro I y Fernando I de Portugal<sup>49</sup>. Afonso Esteves de Azambuja falleció antes del 16 de junio de 1393, fecha en la que Juan I de Portugal concedió su señorío a su hijo, que entonces era obispo de Oporto<sup>50</sup>. Asimismo, João Afonso Esteves de Azambuja era sobrino de João Esteves de Azambuja, alcaide mayor de Lisboa y privado de Fernando I de Portugal<sup>51</sup>.

En cuanto a la formación académica no encontramos tanta homogeneidad, puesto que mientras Martim Afonso da Charneca tuvo una reconocida etapa boloñesa, otras personalidades no alcanzaron ese nivel académico. Como hemos señalado

<sup>41</sup> LOPES, Fernão – *Chronica de el-rei D. João I editada por Luciano Cordeiro*. Vol. 3. Lisboa: Escriptorio, 1898, pp. 98-103 (parte I, cap. CLIX).

<sup>42</sup> GOMES, Rita Costa – *The Making of a Court Society ...*, p. 64.

<sup>43</sup> ANTT, *Chancelaria de D. João I*, liv. 1, 29r.

<sup>44</sup> ANTT, *Chancelaria de D. João I*, liv. 1, 113r.

<sup>45</sup> CUNHA, Rodrigo da – *Catálogo dos bispos do Porto (Segunda impressam adicionado e com supplementos de varias memorias ecclesiasticas)*. Vol. 2. Porto: Oficina prototypa episcopal, 1742.

<sup>46</sup> SYLVA, Joseph Soares de – *Memorias para a História de Portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*. Vol. 2. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1730, p. 581.

<sup>47</sup> LOPES, Fernão – *Chronica de el-rei D. Fernando*. Ed. Luciano Cordeiro. Vol. 2. Lisboa: Escriptorio, 1895, pp. 17-20 (cap. LXV). Citado en GOMES, Rita Costa – *The Making of a Court Society. Kings and Nobles in Late Medieval Portugal*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 115.

<sup>48</sup> LOPES, Fernão – *Chronica de el-rei D. Fernando*. Ed. Luciano Cordeiro. Vol. 3. Lisboa: Escriptorio, 1896, pp. 28-30 (cap. CXXIV).

<sup>49</sup> COSTA, Antonio Domingues de Sousa – “D. João Afonso de Azambuja” ..., p. 15.

<sup>50</sup> ANTT, *Chancelaria de D. João I*, liv. 2, 87r.

<sup>51</sup> FARELO, Mário – *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2009. Tese de doutoramento, p. 735.

Martim Afonso da Charneca estudió en la Universidad de Bolonia<sup>52</sup> y alcanzó el título de doctor en derecho civil el 4 de julio de 1382, así como atestigua el correspondiente apunte en el *Libri segreti del Collegio di diritto civile*<sup>53</sup>. Este fue resultado de una prolongada estancia como estudiante en la mencionada universidad, desde al menos 1376<sup>54</sup>, en la que también obtuvo el grado de licenciado en decretos – es decir, en derecho canónico – entre esa fecha y la obtención del título de doctor<sup>55</sup>. Asimismo, parece que su intención inicial no era la de regresar a su lugar natal, sino la de desarrollar su carrera como docente en la propia universidad, donde llegó a ejercer como profesor en 1383<sup>56</sup>. Sin embargo, es probable que la muerte de Fernando I de Portugal y la crisis sucesoria precipitasen su vuelta a Portugal y el cambio en su itinerario profesional. Todo esto contrasta con el caso de João Afonso Esteves de Azambuja, del que únicamente sabemos que alcanzó el título de bachiller en decretos en un momento anterior a mayo de 1384<sup>57</sup>, el cual probablemente fue obtenido en el Estudo Geral de Lisboa<sup>58</sup>. También, con el caso de João Eanes, del que no tenemos constancia de que hubiese obtenido título alguno<sup>59</sup>.

Como su propio nombre indica, son hombres nuevos sin apenas experiencia en gobernación que entraron a dirigir los órganos más importantes de la

<sup>52</sup> LEITÃO, André de Oliveira – “*Leges et canones*. Portuguese law students in 14th and 15th century Italy. Methodological horizons and problems”. in VILAR, Hermínia; BRANCO, Maria João (Eds.) – *Ecclesiastics and political state building in the Iberian monarchies, 13th-15th centuries*, Évora: Publicações do CIDEHUS, 2016, pp. 275-290.

<sup>53</sup> ASB, *Liber Secretus Iuris Caesarei*, liber 1, 6v. Editado en SORBELLI, Albano (ed.) – *Liber secretus iuris caesarei dell'Università di Bologna*. Vol. 1: 1378-1420. Bolonia: Università di Bologna, 1938, pp. 19-20; y en SÁ, Artur Moreira de (ed.) – *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Vol. 2: 1377-1408. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1968, p. 206. SILVA, Nuno Espinosa Gomes da – “João das Regras e outros juristas portugueses da Universidade de Bolonha (1378-1421)”. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa* 12 (1960), pp. 16-17.

<sup>54</sup> COSTA, António Domingues de Sousa – *Portugueses no Colégio de S. Clemente e Universidade de Bolonha durante o século XV*. Vol. 1. Bolonia: Publicaciones del Real Colegio de España, 1990, p. 269.

<sup>55</sup> PIANA, Celestino – *Nuovi documenti sull'Università di Bologna e sul Collegio di Spagna*. Vol. 1. Bolonia: Publicaciones del Real Colegio de España, 1976, p. 313.

<sup>56</sup> MAZZETTI, Serafino – *Repertorio di tutti i professori antichi e moderni della famosa Università e del célebre istituto delle scienze di Bologna*. Bolonia: Arnaldo Forni Editore, 1988, p. 203.

<sup>57</sup> Arquivo da Casa da Moeda de Lisboa (ACML), *Livro dos moedeiros*, 2v. Editado como documento 4 en PERES, Damião – *História dos moedeiros de Lisboa como classe privilegiada*. Vol. 1. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1964, p. 105

<sup>58</sup> FONTES, João Luís Inglês – “João Afonso Esteves de Azambuja (1402-1415)” ..., p. 472.

<sup>59</sup> VILAR, Hermínia Vasconcelos – “Na sombra da crise de 1383-85: o governo do bispo D. João de Évora” ..., pp. 108.

administración regia. Además de su aportación al consejo regio de estas tres personalidades, tenemos constancia del trabajo en la cancillería regia (en Portugal conocida como el desembargo regio) como encargados de la redacción de las cartas regias de Martim Afonso de Charneca (1384-1397)<sup>60</sup> y João Afonso Esteves de Azambuja (1384-1395)<sup>61</sup>. Asimismo, tal y como analizaremos con detenimiento en el siguiente capítulo, como personas de confianza del monarca también colaboraron en diversas embajadas, aunque en esta faceta particular destaca la participación de João Afonso Esteves de Azambuja que con al menos media docena de misiones en el exterior en diversos ámbitos: corte papal, reino castellano, concilios ecuménicos..., alcanzó cierta especialización en la representación exterior.

Podemos señalar que estamos ante casos de carreras directamente patrocinadas por la corona. Por tanto se trata de personas cuyas carreras dependen de su fidelidad a la figura regia y que supeditan todas sus acciones al interés del monarca, son lo que Bernard Guenee definió como: “servidores de la corona que a su vez se sirven de la propia corona”<sup>62</sup>. No van a tener ningún problema para seguir la política eclesiástica de mayor interés para la corona aunque sea costa de sus propias diócesis, como podemos interpretar de la permuta a la corona del señorío episcopal bracarense realizada por Martim Afonso de Charneca en 1402<sup>63</sup> o de la venta a la corona del señorío episcopal portocalense por parte de João Afonso Esteves de Azambuja en 1406<sup>64</sup>. En las relaciones con la cabeza de la iglesia también seguirán la defensa de los intereses reales, por lo que no tendrán problema por comenzar siendo urbanistas convencidos y cuando los tiempos cambien convertirse en patrocinadores de la solución conciliar o incluso apoyar al papado pisano.

<sup>60</sup> HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O desembargo régio: 1320-1433 ...*, p. 349.

<sup>61</sup> HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O desembargo régio: 1320-1433 ...*, pp. 330-331.

<sup>62</sup> GUENÉE, Bernard – *Occidente durante los siglos XIV y XV, los estados*. Barcelona: Labor, 1973, p. 215.

<sup>63</sup> ANTT, *Gavetas*, gaveta 14, maço 1, documento 20, fols. 3v.-10r. Editado en MARQUES, José – “O senhorio de Braga no século XV: principais documentos para o seu estudo”. *Bracara Augusta* 46 (1997), pp. 39-51.

<sup>64</sup> RIBEIRO, Luís Mário Araújo – *A transição do senhorio episcopal portocalense para a Coroa em 1406*. Porto: Universidade do Porto, 2009. Dissertação de mestrado.

## 1.2. Rui Lourenço, un eclesiástico de carrera en la primera administración joanina

La administración joanina no se limitó a reclutar “hombres nuevos” recompensados con carreras eclesiásticas, sino que también se nutrió de un eclesiástico con experiencia en la burocracia de los anteriores monarcas, pero que por diversas razones decidieron formar parte de la causa del maestro de Avis, ese eclesiástico es Rui Lourenço<sup>65</sup>.

Rui Lourenço fue uno de los protagonistas de la embajada compartida con los castellanos en 1379 que tenía por objeto recabar información en la corte de los dos papas sobre lo sucedido en los prolegómenos del Gran Cisma de Occidente<sup>66</sup>, la cual tuvo como desenlace el apoyo inicial a la causa clementista de ambas monarquías. Posteriormente, no tendría reparos en seguir el cambio de fidelidad a la causa urbanista de Fernando I de Portugal en 1381 coincidiendo con la alianza con los ingleses para el reinicio de las hostilidades con los castellanos conocido como Tercera Guerra Fernandina en la que de este modo un conflicto por la legitimidad dinástica se encubrió como cruzada cismática. Sin embargo, Rui Lourenço no estuvo dispuesto a retornar a la causa clementista cuando D. Fernando I de Portugal firmó el Tratado de Salvaterra de Magos en 1383 por el que finalizaba las hostilidades y acordaba el enlace matrimonial entre Juan I de Castilla y Beatriz de Portugal, su hija y única heredera del trono luso<sup>67</sup>. De hecho el eclesiástico fue protagonista en la Asamblea de Santarem de 1383 donde se dio una réplica de los urbanistas a la arenga proclamada por el cardenal Pedro de Luna con la intención de convencer a los portugueses del retorno a la causa clementista<sup>68</sup>. Por tanto, no vió con malos ojos la llegada de un candidato regio

---

<sup>65</sup> Podemos encontrar algunos datos sobre la biografía de este eclesiástico en ALMEIDA, Fortunato – *História da Igreja em Portugal*. Vol. 2. Porto: Editorial Portucalense, 1967, p. 380.

<sup>66</sup> Archivo General de la Corona de Aragón (ACA), *Chancillería*, registro 1256, fol. 188r. Editado en ARNAUT, Salvador Dias – *A crise nacional dos fins do século XIV*. Vol. 1: A sucessão de D. Fernando. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960, pp. 143-144.

<sup>67</sup> Para conocer con más detenimiento las relaciones entre los cambios de fidelidad entre los papas del Cisma de Occidente protagonizados por D. Fernando I de Portugal y sus vaivenes en política exterior. OLIVEIRA SERRANO, César – *Beatriz de Portugal, la pugna dinástica Avis-Trastámara*. Santiago de Compostela: Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento, 2005, pp. 72-82.

<sup>68</sup> Biblioteca Apostolica Vaticana (BAV), *Barberiniani latini*, código 872, fol. 99r-104r. Publicado en COSTA, António Domingues de Sousa – *Monumenta Portugaliae Vaticana ...*, Vol. 3/1, pp. 387-392.



cuyas pretensiones sobre la fidelidad pontificia eran similares, y formó parte en la proclamación de Juan I de Portugal<sup>69</sup>.

Estamos ante una de las personalidades más cultas dentro de la corte portuguesa, algo de lo que era consciente el cronista Fernão Lopes al presentarlo como “grande letrado”<sup>70</sup>. Rui Lourenço había alcanzado el título de licenciado en decretos en la especialidad de derecho canónico por la Universidad de Bolonia desde 1376<sup>71</sup> y había demostrando sólidos conocimientos de derecho romano (*Corpus Iuris Civilis, Digesto...*) y de derecho canónico (decretales de Graciano y de Gregorio IX) en la mencionada respuesta a la arenga del clementista Pedro de Luna<sup>72</sup>. A todo esto hay que añadir que su bien máspreciado era una biblioteca repleta de títulos de derecho, la cual fue legada en su testamento a favor de las iglesias de Coimbra, Lisboa y Silves a cambio de misas de aniversaria<sup>73</sup>. En un documento por el que se da fe de la entrega de los libros por parte de su sobrino y testamentario Álvaro Martínez<sup>74</sup>, podemos observar la enumeración de las obras que componían la colección, entre ellas algunas referencias del saber jurídico de la época que entremezcla las obras clásicas del derecho romano, las colecciones decretales de los pontífices, y los comentarios de juristas de la escuela de Bolonia.

Además, era una personalidad con enorme experiencia en la burocracia que desempeñó un papel de consejero en la corte de D. Fernando I sin ser reconocido

<sup>69</sup> LOPES, Fernão – *Chronica de el-rei D. João I...* Vol. 3, p. 172 (parte I, cap. CLXXXII). COELHO, André Madruga – “Ecclesiastical Support to the Master of Avis: An Analysis from the Acclamation Act of 1385”. *En la España Medieval* 40 (2017), p. 153.

<sup>70</sup> LOPES, Fernão – *Chronica de el-rei D. João I...* Vol. 3, p. 172 (parte I, cap. CLXXXII).

<sup>71</sup> Archivio di Stato di Bologna (ASB), *Rogiti di Paolo Cospi*, busta protoc. 16, fol. 37v. Editado como documento 219 en PRATI, Ludovico – *Chartularium Studii Bononiensis...*, pp. 139-140, y en COSTA, António Domingues de Sousa – *Monumenta Portugaliae Vaticana ...*, Vol. 3/1, pp. 616-617.

<sup>72</sup> Así lo sugiere COSTA, António Domingues de Sousa – *Monumenta Portugaliae Vaticana ...*, Vol. 3/1, pp. 387-392.

<sup>73</sup> Se conserva la entrada correspondiente en el libro de aniversarias de la catedral de Coimbra, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, livro 5 (livro das calendas 2), 81v., editado en DAVID, Pierre, y SOARES, Torquato da Sousa – *Liber anniversariorum ecclesiae cathedralis colimbriensis: livro das kalendas*. Vol. 2. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1947, p. 45.

<sup>74</sup> ANTT, *Sé de Coimbra, 2ª Incorporação*, maço 94, documento 4498. Editado en GOMES, Saul António – “Três bibliotecas particulares na Coimbra de Trezentos, em torno das elites e das culturas urbanas medievais”. *Revista de História das Ideias* 24 (2003), pp. 45-49, y en COSTA, Avelino de Jesus da – “A biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI”. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra* 38 (1983), pp. 201-203.

como tal<sup>75</sup>, aunque puede que ese antiguo cargo fuera ocultado a propósito por la administración joanina ante el establecimiento de la prohibición de ejercer cargos públicos a aquellos que fueran consejeros en el reinado fernandino, acordada por las cortes de Coimbra de 1385<sup>76</sup>. En la corte fernandina le fueron confiadas diversas misiones en Castilla como la embajada de 1380 para negociar el matrimonio de la infanta Beatriz de Portugal con el príncipe Enrique de Castilla<sup>77</sup>, o la negociación del Tratado de Pinto de 1382, en el que se profundizó sobre las consecuencias del matrimonio que finalmente tendría lugar entre Beatriz de Portugal y el recién enviudado Juan I de Castilla<sup>78</sup>, en lugar de su joven heredero. Posiblemente, por aquel entonces Rui Lourenço mantenía comunicación con la oposición liderada por el maestre de Avis, e incluso se llega a afirmar que el eclesiástico comunicó al futuro monarca que no pudo hacer más para que el tratado fuese más favorable a sus intereses<sup>79</sup>.

Rui Lourenço participó activamente en la administración joanina desde su contribución en las cortes de Coimbra de 1385. En ningún documento aparece nombrado como consejero real, pero tenemos sospecha de que pudo ejercer este cargo de facto<sup>80</sup> y no fuese reconocido por su pasado fernandino, por otra parte tenemos la noticia de su propuesta como consejero por parte de los representantes

<sup>75</sup> Cristina Cunha y Judite Freitas lo consideraron *conselheiro ad-hoc* de D. Fernando, en CUNHA, Maria Cristina; FREITAS, Judite – “Homens de estado, crises políticas e guerra: Portugal, séculos XIV-XV”. in COELHO, Maria Helena da Cruz; GOMES, Saul António; REBELO, António Manuel Ribeiro (coords.) – *A guerra e a sociedade na Idade Média. VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*. Vol. 2. Coimbra: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais 2009, p. 139.

<sup>76</sup> Arquivo Histórico da Câmara do Porto (AHMP), *Livro B*, fols. 302-308v. SOUSA, Armindo de – *As cortes medievais portuguesas: 1385-1490*. Vol. 2. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

<sup>77</sup> LOPES, Fernão – *Chronica de el-rei D. João I*. Ed Luciano Cordeiro. Vol. 2. Lisboa: Escripório, 1897, pp. 185-188 (parte I, cap. CXII), y ANTT, *Gavetas*, gaveta 17, maço 6, documento 11, editado como documento 4190 en *As Gavetas da Torre do Tombo*. Vol. 7. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1968, pp. 252-255. SANTAREM, Visconde de – *Quadro elementar das relações políticas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo, desde o principio da monarchia portugueza ate aos nossos dias*. Vol. 1. París: J. P. Aillaud, 1842, p. 247.

<sup>78</sup> ANTT, *Gavetas*, gaveta XVII, maço 6, documento 10, editado como documento 4189 en *As Gavetas da Torre do Tombo*. Vol. 7. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1968, pp. 198-241. SANTAREM, Visconde de – *Quadro elementar ...*, Vol. 1, p. 242.

<sup>79</sup> Así lo señaló Salvador Días Arnaut pero no podemos confirmarlo ya que este autor no refrenda este dato con una fuente primaria que tampoco hemos encontrado. ARNAUT, Salvador Dias – *A crise nacional dos fins do século XIV ...*, p. 43.

<sup>80</sup> CUNHA, Maria Cristina; FREITAS, Judite – “Homens de estado, crises políticas e guerra: Portugal, séculos XIV-XV” ..., p. 139.

urbanos de las cortes de Coimbra<sup>81</sup>. Sin embargo si aparece en los registros como desembargador real (1386-1401), conservándose un total de 277 documentos suscritos bajo su autorización<sup>82</sup>, un cargo que nos indica su proximidad a la corte joanina ya que según Armando Luís de Carvalho Homem en aquella cronología no se diferenciaba claramente del puesto de consejero<sup>83</sup>.

A diferencia de los “hombres nuevos”, este eclesiástico destaca más por su trayectoria que por su fidelidad a la monarquía, tanto en sus inicios en el reinado fernandino como en la etapa joanina. No parece que su interés sea la promoción en su carrera sino la defensa de la causa del papa romano convergiendo de este modo con los intereses “internacionales” del cambio dinástico. No obstante, su preparación y su trayectoria resultan de enorme utilidad a la nueva administración para cuestiones de política exterior ya que tiene una forjada experiencia en dos cuestiones vitales para la nueva estrategia joanina: la cuestión del Cisma de Occidente y el eterno conflicto con el vecino castellano. Por todo ello podemos considerar a Rui Lourenço como un verdadero servidor del estado, o mejor dicho, de la corona<sup>84</sup>, que sin esperar recompensa alguna, consagró sus fuerzas a una causa como la del papado romano que consideraba como representativa del bien común de los súbditos de la monarquía portuguesa como miembros de la *Universitas Christiana*.

A pesar de ser una de las figuras clave para la comprensión de la política exterior joanina, no disponemos de un estudio sobre su trayectoria, cuya importancia es comparable a la de otros jurisconsultos laicos que también contaban con experiencia en la corte fernandina cuando decidieron apoyar a la nueva dinastía, a

---

<sup>81</sup> LOPES, Fernão – *Chronica de el-rei D. João I*, ed. cit. Vol. 4. Lisboa: Escritorio, 1897, p. 12 (parte II, cap. I).

<sup>82</sup> HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O desembargo régio: 1320-1433 ...*, pp. 382-383.

<sup>83</sup> HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos privados de D. João I” ..., pp. 9-68.

<sup>84</sup> CONTAMINE, Philippe – “Le moyen âge occidental a-t-il connu des serviteurs de l’État?”. in *Les serviteurs de l’état au moyen âge. Actes du 29e congrès de la Société des historiens médiévistes de l’enseignement supérieur public*. Pau: Publications de la Sorbonne, 1998, pp. 9-20.

saber: João das Regras<sup>85</sup> y Gil do Sem, acompañantes de Rui Lourenço en la respuesta contra Pedro de Luna en la asamblea de Santarém; y Lourenço Anes de Fogaça, la personalidad con mayor experiencia en cuestiones diplomáticas que fue enviado a las cortes papal y de los reinos de Inglaterra, Francia y Castilla<sup>86</sup>.

## 2. Los eclesiásticos como ejecutores de la política exterior de Juan I de Portugal en misiones diplomáticas

La labor de los eclesiásticos en política exterior no se limitaba a su cuota de participación en las instancias de decisión regia, y fueron empleados como importantes activos en la ejecución de las misiones diplomáticas. A pesar de que las posibilidades de negociación de los miembros de las embajadas bajomedievales eran muy limitadas al tener que atenerse a los dictámenes del monarca registrados en poderes e instrucciones, se solía designar a personas de confianza que por su lealtad y su formación, generalmente coincidían con los miembros que trabajan en la alta administración del gobierno<sup>87</sup>.

Los eclesiásticos por el protagonismo activo en política exterior mantenido en el contexto del Gran Cisma de Occidente contaban con una enorme experiencia en

---

<sup>85</sup> OLAVO, Carlos – *João das Regras, jurisconsulto e homem de estado*, Guimarães: Lisboa: Livraria Editora Guimarães e C<sup>a</sup>, 1941. SILVA, Nuno Espinosa Gomes da – “João das Regras e outros juristas portugueses da Universidade de Bolonha (1378-1421)”. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa* 12 (1960), pp. 5-35. HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “O doutor João das Regras no desembargo e no conselho régios (1384-1404). Breves notas”. in *Estudos de história de Portugal, Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*. Vol. 1: séculos X-XV. Lisboa: Estampa, 1982, pp. 241-253.

<sup>86</sup> HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “Diplomacia e diplomatas nos finais da Idade Média: a propósito de Lourenço Anes Fogaça, chanceler-mor (1374-99) e negociador do Tratado de Windsor”. in *Colóquio comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor*. Porto: Universidade do Porto, 1986, pp. 221-240. FARELO, Mario – “La représentation de la couronne portugaise à Avignon et ses agents (1305-1377)”. *Anuario de Estudios Medievales* 40/2 (2010), pp. 723-763. FARIA, Tiago Viúla de – “Por proll e serviço do reino? O desempenho dos negociantes portugueses do Tratado de Windsor e suas consequências nas relações com Inglaterra”. in COELHO, Maria Helena da Cruz; GOMES, Saul António; REBELO, António Manuel Ribeiro (coords.) – *A guerra e a sociedade na Idade Média. VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*. Vol. 2. Coimbra: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, pp. 209-227.

<sup>87</sup> VIGIL MONTES, Néstor – “Cuestiones metodológicas acerca del rol de los eclesiásticos en la formación de la diplomacia de las monarquías europeas en la Baja Edad Media”. *Vegueta, Anuario de la Facultad de Geografía e Historia de la Universidad de las Palmas de Gran Canaria* 18 (2018), pp. 403-423.

asuntos diplomáticos<sup>88</sup>. Si a esta experiencia práctica, le añadimos una excelente formación<sup>89</sup> en derecho, retórica y latín; su prestigio<sup>90</sup> y el valor legitimador de su juramento<sup>91</sup>, la importancia de la representación social del reino<sup>92</sup>, y sobre todo su fidelidad a la causa monárquica; hacen de los eclesiásticos un factor humano de indudable valor para la representación diplomática en todos los ámbitos.

El trabajo diplomático de los eclesiásticos en otros reinos occidentales se enmarcó dentro de sus labores dentro de la administración monárquica, como recursos económicos pero no por ello poco preparados ni carentes de lealtad a la causa de sus reyes, y fue muchas veces recompensado dentro de su carrera política y eclesiástica<sup>93</sup>. Por consiguiente, las etapas de mayor actividad de los eclesiásticos en embajadas siempre son coincidentes con una amplia participación de éstos en la administración del reino, aunque esta a su vez se puede relacionar con las necesidades de política exterior ante la influencia mediterránea del cisma. En el caso portugués es claramente palpable dentro de los cambios sufridos en la administración joanina, mientras en la primera etapa observamos como los eclesiásticos tuvieron un amplio papel en todos los órganos de poder y a su vez en las misiones diplomáticas, posteriormente en la segunda etapa percibimos lo contrario.

A continuación, analizaremos los tres escenarios de negociaciones diplomáticas en los que participaron decisivamente los eclesiásticos portugueses en pro de la legitimación de Juan I de Portugal y la dinastía Avis: la búsqueda del reconocimiento

---

<sup>88</sup> NIETO SORIA, José Manuel – *Iglesia y génesis del estado moderno en Castilla (1369-1480)*. Madrid: Editorial Complutense, 2009, p. 291. Para observar el caso portugués DÍAZ MARCILLA, Francisco José – “El clero en el contexto diplomático de la Guerra de los Cien Años: una mirada desde las crónicas oficiales al período ibérico (1366-1388)”. in VIGIL MONTES, Néstor (dir.) – *Comunicación política y diplomacia en la Baja Edad Media*. Évora: Publicações do CIDEHUS, 2019, pp. 47-74.

<sup>89</sup> VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Eclesiásticos en la diplomacia castellana en el siglo XV”. *Anuario de Estudios Medievales* 40/2 (2010), pp. 810-812.

<sup>90</sup> PÉQUIGNOT, Stephane – *Au nom du roi: pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques II d'Aragon, 1291-1327*. Madrid: Casa de Velázquez, 2009, p. 193.

<sup>91</sup> NIETO SORIA, José Manuel – *Iglesia y génesis del estado moderno en Castilla ...*, p. 292.

<sup>92</sup> BECEIRO PITA, Isabel – “La consolidación del personal diplomático entre Castilla y Portugal, 1392-1455”. in GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (ed.) – *La Península Ibérica en la era de los descubrimientos 1391-1492, Actas de las III Jornadas Hispano-Portuguesas de Historia Medieval*. Vol. 2. Sevilla: Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, 1997, p. 1736

<sup>93</sup> VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Eclesiásticos en la diplomacia castellana”..., pp. 816-817.

del pontífice romano (1385-1391), las negociaciones de las treguas con Castilla (1389-1411) y la participación en la solución conciliar (1409-1417).

### **2.1. Los eclesiásticos como embajadores en la búsqueda del reconocimiento del pontífice romano (1385-1391)**

Juan I de Portugal buscó obtener el reconocimiento del papado romano como nuevo monarca portugués, lo cual era especialmente interesante para conseguir eliminar los dos impedimentos que pesaban sobre su persona para poder ser un monarca legítimo y dispuesto a conformar una nueva dinastía: su condición de bastardo y su estatus religioso como maestro de Avis. Por ello, tras su proclamación como soberano de las cortes de Coimbra de 1385, Juan I de Portugal envió una delegación a la corte de Urbano VI conformada por João Eanes, obispo de Évora, y Gonçalo Gomes de Silva, que si bien obtuvo la dispensa del pontífice de forma oral, no pudo obtener su confirmación mediante bula papal. La crónica de Fernão Lopes lo achacó a la interferencia de un enviado inglés de Juan de Gante, duque de Lancaster, que en opinión del cronista defendió erróneamente los posibles derechos del duque sobre la corona portuguesa, en un momento donde Ricardo II de Inglaterra iba a establecer una alianza con la nueva dinastía portuguesa<sup>94</sup>.

Una segunda delegación fue enviada tres años después en 1388<sup>95</sup>, momento en el que había quedado clara la posición inglesa en torno a la dinastía Avis con el establecimiento de una alianza permanente mediante el Tratado de Windsor de 1386<sup>96</sup> y la cesión de cualesquier derechos que los Lancaster ingleses tuvieran

<sup>94</sup> LOPES, Fernão – *Chronica de el-rei D. João I*, ed. cit., vol. 6. Lisboa: Escritorio, 1898, pp. 9-12 (parte II, cap. CLXXIII). Citado en COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I: o que re-colheu Boa Memória*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005, pp. 66-68.

<sup>95</sup> No contamos con un testimonio escrito sobre el desarrollo de la embajada, pero podemos datarla a través de un documento de 25 de junio de ese año en el que se da testimonio de unos dineros que mercaderes genoves habían prestado a los delegados de la embajada y otro documento de 1 de julio en el que se recompensan los servicios prestados en la embajada al canónigo de Lisboa, ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 5, 9r. y 5v. Publicados en COSTA, António Domingues de Sousa – *Monumenta Portugaliae Vaticana...*, Vol. 3/1, pp. 587-588.

<sup>96</sup> ANTT, *Gavetas*, gaveta 18, maço 3, documento 25. Editado *As Gavetas da Torre do Tombo*. Vol. 8. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970, pp. 312-320.

sobre la corona portuguesa<sup>97</sup>. La embajada a la corte pontificia fue conformada por tres eclesiásticos: João Eanes, obispo de Évora, João Afonso Esteves de Azambuja, por aquel entonces todavía prior de Santa Maria da Alcáçova de Santarém, y Rodrigo Anes, canónigo de Lisboa. En esta ocasión la delegación volvió a repetir el fracaso de 1385, puesto que Urbano VI seguía negándose a conceder la ansiada bula, algo que en esta ocasión en la que el motivo político había desaparecido, se atribuyó a diferencias económicas. En la crónica de Fernão Lopes se retrató un enfrentamiento entre el pontífice y João Afonso Esteves de Azambuja, por el que el eclesiástico portugués le hizo saber su preocupación por la demora en la expedición de dicha bula, y finalmente cumplió la amenaza de retirarse. Parece que la cesión pontificia de la mitra algarvia a João Afonso Esteves de Azambuja fue una especie de premio de consolación al “impertinente” eclesiástico<sup>98</sup>. En la vuelta a territorio luso, la delegación fue apresada cuando atravesaban territorios alemanes<sup>99</sup>, posiblemente como represalia a su atrevida actitud, lo que sin duda fue utilizado como prueba de su esfuerzo al servicio del monarca por parte de João Afonso Esteves de Azambuja, como podremos observar posteriormente en el reconocimiento de Juan I de Portugal cuando finalmente alcanzó a cumplir los objetivos regios.

El monarca portugués no desistió en su intento de obtener esa bula imprescindible para el reconocimiento de la nueva dinastía, y aprovechó el cambio de pontífice tras el fallecimiento de Urbano VI en 1389. Por consiguiente, se envió una nueva delegación a la corte de Bonifacio IX en 1390 compuesta por João Afonso Esteves de Azambuja, obispo de Silves, y el caballero João Rodrigues de Sá. La embajada se tradujo en un éxito rotundo con la obtención de las bulas *Divina disponente clementia*<sup>100</sup> y *Quia rationi congruit*<sup>101</sup> de enero de 1391. Las bulas significaban la

<sup>97</sup> ANTT, *Gavetas*, gaveta 17, maço 6, documento 7; y ANTT, *Gavetas*, gaveta 18, maço 3, documento 26. Publicadas en *As Gavetas da Torre do Tombo*. Vol. 7. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1968, pp. 161-163, y en *As Gavetas da Torre do Tombo ...*, Vol. 8, pp. 321-323.

<sup>98</sup> ASV, *Obligaciones et Solutiones*, registro 51, fols. 20v. y 66r. Publicado en COSTA, António Domingues de Sousa – *Monumenta Portugaliae Vaticana ...*, Vol. 3/1, pp. 515-516.

<sup>99</sup> LOPES, Fernão – *Chronica de el-rei D. João I ...*, Vol. 6, pp. 13-14 (parte II, cap. CLXXIV).

<sup>100</sup> ANTT, *Bulas*, maço 5, documento 9; ASV, *Registra Lateranensia*, registro 12, fols. 10v.-12v.; y ANTT, *Leitura Nova*, livro 38 (Livro I dos Reis), fols. 8r.-9v. Publicado en COSTA, António Domingues de Sousa – *Monumenta Portugaliae Vaticana ...*, Vol. 2, p. CVIII-CXXII. Traducida al

oficialización de la dispensa del anterior pontífice y ratificar la validez de la proclamación de Juan I de Portugal y de la celebración de su matrimonio con Filipa de Lancaster. Asimismo, también lograron que el papa absolviese de las penas en que incurrían todos los eclesiásticos que habían participado en armas, es decir, a todos los clérigos y prelados que combatieron en la guerra contra el Reino de Castilla, lo cual se había autorizado dada la condición de cismáticos de los castellanos<sup>102</sup>. Finalmente, consiguieron que los cismáticos que retornasen a la obediencia romana fuesen perdonados de las penas que recaían sobre ellos por parte de los decretos establecidos por Urbano VI<sup>103</sup>, algo que resultaba problemático en un reino como el de Portugal que había mudado varias veces de fidelidad, y que al mismo tiempo también resultaba provechoso para recuperar ese elemento propagandístico que eran los exiliados castellanos. El más importante de todos ellos fue el arzobispo compostelano Juan García Manrique, que tras ser derrotado en el enfrentamiento con el arzobispo toledano Pedro Tenorio por mediatizar la regencia de Enrique III de Castilla<sup>104</sup>, aceptó el acogimiento ofrecido por Juan I de Portugal en 1395<sup>105</sup> y no tuvo reparos en declararse romanista, e incluso utilizar esta cuestión como excusa de su escapada al reino vecino. Las noticias sobre la trayectoria portuguesa de este eclesiástico son escasas y confusas, si bien se le atribuye la mitra bracarense entre 1398 y 1399<sup>106</sup>, solamente tenemos

---

portugués en la crónica de LOPES, Fernão – *Chronica de el-rei D. João I ...*, Vol. 6, pp. 17-21 (parte II, cap. CLXXV). Citada en SANTAREM, Visconde de – *Quadro elementar das relações políticas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo, desde o principio da monarchia portugueza ate aos nossos dias*. Vol. 8. Paris: J. P. Aillaud, 1853, pp. 393-394.

<sup>101</sup> ANTT, *Bulas*, maço 26, documento 15; ASV, *Registra Lateranensia*, registro 12, fols. 40r.-41r.; y ANTT, *Leitura Nova*, livro 38 (Livro I dos Reis), fols. 8r.-9v. Publicado en COSTA, António Domingues de Sousa – *Monumenta Portugaliae Vaticana ...*, Vol. 2, p. CVIII-CXXII. Traducida al portugués en la crónica de LOPES, Fernão – *Chronica de el-rei D. João I ...*, Vol. 6, pp. 21-28 (parte II, cap. CLXXVI). Citada en SANTAREM, Visconde de – *Quadro elementa ...*, Vol. 8, pp. 395-396.

<sup>102</sup> ASV, *Registra Lateranensia*, registro 17, fol. 47r. Publicado en COSTA, António Domingues de Sousa – *Monumenta Portugaliae Vaticana ...*, Vol. 3/1, p. 589.

<sup>103</sup> ASV, *Registra Lateranensia*, registro 12, fols. 64v.-65r., 159v. Publicado en COSTA, António Domingues de Sousa – *Monumenta Portugaliae Vaticana ...*, Vol. 3/1, pp. 590-591.

<sup>104</sup> SÁNCHEZ HERRERO, José – “Los obispos castellanos y su participación en el gobierno de Castilla, 1350-1406”. in RUCQUOI, Adeline (coord.) – *Realidad e imágenes de poder. España a fines de la Edad Media*. Valladolid: Ámbito Ediciones, 1988, pp. 106-107.

<sup>105</sup> CUNHA, Rodrigo da – *Historia ecclesiastica dos arcebispos de Braga ...*, p. 214.

<sup>106</sup> CUNHA, Rodrigo da – *Historia ecclesiastica dos arcebispos de Braga ...*, pp. 212-215.



certeza de que haya ocupado la mitra conimbricense desde 1402<sup>107</sup> hasta su muerte en 1404<sup>108</sup>.

Otra consecuencia *a posteriori* del establecimiento de unas buenas relaciones entre el reino de Portugal y el papado romano fue el otorgamiento en 1393 de la bula *In eminentissimae dignitatis* por la que todos los obispados que dependían de arzobispados castellanos: Lisboa, Évora, Lamego y Guarda (sufraganeas de Santiago de Compostela) y Silves (sufraganea de Sevilla), quedaban anexadas a un nuevo arzobispado de Lisboa<sup>109</sup>. De esta forma se sancionó la separación existente de facto entre las iglesias castellana y portuguesa.

La embajada de 1391 supuso para João Afonso Esteves de Azambuja el nombramiento como obispo de Oporto<sup>110</sup>, y también el reconocimiento de su monarca con la entrega del padroado de la iglesia de Salvador de Lisboa y la jurisdicción de la villa de Aveiras, como reconocimiento a sus “muitos e stremados serviços... specialmente como duas vezes, poendo seu corpo em aventura, foe por nosso embaxador a corte de Roma aderençar nosso factos e negocios, que nos muito compriam, e aderençou segundo a nos fazia menester”<sup>111</sup>.

Esta primera misión diplomática trascendental para el futuro de la dinastía Avis supuso la utilización de dos recursos eclesiásticos de primera fila en la administración joanina, los consejeros João Eanes y João Afonso Esteves de Azambuja. El empleo de estos eclesiásticos era obligatorio al tratarse de una negociación con el papado, pero esta oportunidad no fue desaprovechada por João

<sup>107</sup> ASV, *Obligaciones*, registro 57, fol. 35. Citado en EUBEL, Konrad – *Hierarchia Catholica Medii Aevi...*, p. 196.

<sup>108</sup> SILVA, Manuel Telles de – *Collecçam dos documentos e memorias da Academia Real da Historia Portuguesa*. Lisboa: Oficina de Pascual de Silva, 1724, pp. 138-139.

<sup>109</sup> ASV, *Registra Lateranensia*, registro 29, fols. 188r.-188v. Publicado en BRÁSIO, António – “Erecção da Metrópole Lisbonense”. *Lusitania Sacra*. Lisboa 2 (1957), pp. 51-56.

<sup>110</sup> ASV, *Obligaciones et Solutiones*, registro 48, 152v. Publicado en COSTA, António Domingues de Sousa – *Monumenta Portugaliae Vaticana ...*, Vol. 3/1, p. 592.

<sup>111</sup> Expresión repetida en las dos concesiones, la del padroado en ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, 45r.-45v. Publicado en COSTA, António Domingues de Sousa – *Monumenta Portugaliae Vaticana ...*, Vol. 3/1, pp. 776-777; y la de la jurisdicción en ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, 91v.-92r. Publicado en COSTA, António Domingues de Sousa – *Monumenta Portugaliae Vaticana ...*, Vol. 3/1, pp. 777-778.

Afonso Esteves de Azambuja, cuyos méritos fueron reconocidos por su monarca y al que se le confiaron algunos de los negocios más importantes de la política exterior portuguesa: las negociaciones de paz con los castellanos y la participación portuguesa en los concilios que llevaron a la solución del Gran Cisma de Occidente.

## **2.2. La participación de los eclesiásticos en la negociación de las treguas con los castellanos (1389-1411)**

La supervivencia de la nueva dinastía Avis dependía de dos factores en el contexto “internacional”: una alianza permanente con el Reino de Inglaterra que sirviera de contrapeso a la amenaza castellana, y un tratado de paz con garantías con el Reino de Castilla. Consecuencia de ello se abrió un periodo de intensas relaciones diplomáticas en las que los eclesiásticos tuvieron una desigual participación, mientras que no tuvieron participación directa en los acuerdos con los ingleses, confiadas al sector anglófilo de la nobleza portuguesa representado en Fernão Afonso de Albuquerque, maestre de la orden de Santiago, y a Lourenço Anes de Fogaça<sup>112</sup>, sí tuvieron un papel destacado en la negociación de las diferentes treguas con los castellanos.

Los eclesiásticos no fueron protagonistas directos en las primeras negociaciones con los castellanos que derivaron en las treguas de Monção de 1389<sup>113</sup>, pero si estuvieron presentes en ellas dado que aparecen Lourenço Vicente, arzobispo de Braga, y João Eanes, obispo de Évora, como testigos del documento<sup>114</sup>. En cambio, en la renovación de esas treguas en 1392<sup>115</sup> sí observamos la participación directa de Rui Lourenço, deán de Coimbra, hasta entonces el único eclesiástico con experiencia en cuestiones castellanas. Su aparición tiene lugar en la última fase de las negociaciones, no como embajador de los portugueses sino como testigo

<sup>112</sup> RUSSELL, Peter Edward – *The English intervention in Spain and Portugal...*, pp. 398-399. SANTAREM, Visconde de – *Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo, desde o principio da monarchia portugueza ate aos nossos dias*. Vol. 14. París: J. P. Aillaud, 1865, pp. 82-94.

<sup>113</sup> AGS, *Patronato Real*, legajo 47, documento 27. SANTAREM, Visconde de – *Quadro elementar...* Vol. 1, pp. 275.

<sup>114</sup> ANTT, *Manuscritos*, número 364, fol. 457r. British Museum of London (BML), *Biblioteca Cotton, Nero, B. I.*, fol. 41r. Editado en PIMENTA, Alfredo – “As treguas de Monção de 1389”. in *Idade-Média (Problemas & soluções)*. Lisboa: Edições Ultramar, 1946, pp. 320-328.

<sup>115</sup> SANTAREM, Visconde de – *Quadro elementar...*, Vol. 1, pp. 276-277.

presencial de lo negociado<sup>116</sup>, lo que puede ser síntoma de que haya podido tener cierto protagonismo a la hora de desbloquear los acuerdos.

Un año más tarde el propio Rui Lourenço fue enviado por Juan I de Portugal<sup>117</sup> para exigir al consejo de regencia Enrique III de Castilla, la entrega de un documento de ratificación de las treguas que cumpliera la cláusula de ser signado por todos los magnates más poderosos del reino, garantía exigida por el monarca portugués, consciente de las divisiones internas de la política castellana. A pesar de que los castellanos tenían de plazo hasta el mes de noviembre, la misión se dilató unos meses más en un intento de los regentes de obtener la suscripción de todos los nobles, intento que finalmente fracasó ante la negativa de Alfonso Enríquez de Noreña, conde de Noreña y de Gijón, y del marqués de Villena<sup>118</sup>. Rui Lourenço tras una estancia de cinco meses en la corte castellana, tuvo que regresar en marzo de 1393 con una ratificación que no cumplía todo lo requerido y con un documento de la cancillería castellana que justificaba el retraso<sup>119</sup>. Este hecho fue utilizado posteriormente por el monarca portugués para romper unilateralmente la tregua en 1396 e iniciar una campaña militar que tuvo su epicentro en la toma de Badajoz<sup>120</sup>, la cual era una respuesta al temor que causaba el fortalecimiento del vecino castellano<sup>121</sup>.

Las negociaciones para superar esta nueva situación de conflicto se abrieron en 1399<sup>122</sup> y en ellas se designó como embajador portugués a João Afonso Esteves de Azambuja, por aquel entonces obispo de Oporto y célebre por el éxito en las

<sup>116</sup> AGS, *Patronato Real*, legajo 47, documentos 29,4, 30, 31 y 32, y legajo 49, documento 1.

<sup>117</sup> AGS, *Patronato Real*, legajo 47, documento 33, editado como documento 5 en SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Relaciones entre Portugal y Castilla ...*, pp. 93-96.

<sup>118</sup> LÓPEZ DE AYALA, Pedro – *Crónica de Enrique III*. in *Crónicas de los reyes de Castilla*. Ed. Eugenio Llaguno Amirola. Vol. 1: Crónicas de Pedro I, Enrique II, Juan I y Enrique III. Madrid: Imprenta de Don Antonio de Sancha, 1779, pp. 509-510 (Crónica de Enrique III, año IV, cap. V).

<sup>119</sup> AGS, *Patronato Real*, legajo 49, documento 10 editado como documento 7 en SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Relaciones entre Portugal y Castilla ...*, pp. 96-98.

<sup>120</sup> SANTAREM, Visconde de – *Quadro elementar ...*, Vol. 1, p. 278.

<sup>121</sup> MONTOJO JIMÉNEZ, Carlos – *La diplomacia castellana bajo Enrique III, estudio especial de la embajada de Ruy González de Clavijo a la corte de Tamerlán*. Madrid: Escuela Diplomática, 2004 (1944), p. 67. MITRE FERNÁNDEZ, Emilio – “Notas sobre la ruptura castellano-portuguesa de 1396”. *Revista Portuguesa de História* 12 (1969), pp. 213-221.

<sup>122</sup> SANTAREM, Visconde de – *Quadro elementar ...*, Vol. 1, pp. 281-282.

misiones en el papado. Sin embargo, también se contó con Rui Lourenço en calidad de asesor jurídico<sup>123</sup>, probablemente para suplir la falta de experiencia del primero en asuntos castellanos. En esas negociaciones se produce un choque entre la estrella del “hombre nuevo” y el saber del “grande letrado” en las desavenencias en torno a las condiciones que se le tenían que exigir a los castellanos. João Afonso Esteves de Azambuja partidario de imponer mayores exigencias para alcanzar un acuerdo, informó a su monarca en una expresiva misiva con data el 28 de febrero de 1399<sup>124</sup>, que no apartó a Rui Lourenço por la intervención del otro embajador, el condestable Nuno Álvares Pereira<sup>125</sup>, y que informaría de sus actuaciones para que sean juzgados por ello. El monarca era consciente de tal situación y probablemente pensaba que si dos caracteres tan diferentes se ponían de acuerdo, siempre sería en pro de su reino. Por ello Juan I de Portugal impuso a João Afonso Esteves de Azambuja la presencia de Rui Lourenço hasta el final de la misión y exigió la unanimidad de los embajadores para tomar decisiones, tal y como atestigua una misiva redactada el 4 de diciembre de 1399<sup>126</sup>, hecho que coincidía con los últimos compases de unas negociaciones que resultaron ser un estrepitoso fracaso ante dos partes que no querían ceder un ápice en sus posiciones y que mantuvieron las escaramuzas fronterizas<sup>127</sup>. A pesar del fracaso, la participación de João Afonso Esteves de Azambuja en la negociación había sido recompensada con la mitra conimbricense, la misma sede en la que Rui Lourenço ejercía como deán, desde el comienzo de la misma. En el salvoconducto que le otorgó el monarca castellano para poder acudir a las negociaciones en mayo de 1399, lo vemos por

<sup>123</sup> BECEIRO PITA, Isabel – “Las negociaciones entre Castilla y Portugal en 1399”. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: História (Série II)* 13 (1996), p. 168.

<sup>124</sup> ANTT, *Gavetas*, gaveta 17, maço 8, documento 32, editada con datación errónea en 28 de febrero de 1392, que debemos de corregir a 1399 por encontrarse todos los protagonistas y la coyuntura de las negociaciones de esa fecha, editado como documento 2391 en *As Gavetas da Torre do Tombo*. Vol. 2. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962, pp. 762-764.

<sup>125</sup> Paradojicamente en la breve descripción de la actuación de Nuno Álvares de Pereira en su propia crónica del Condestable, se omite la participación de Rui Lourenço y Álvaro Peres. LOPES, Fernão – *Chronica do Condestabre de Portugal Dom Nuno Alvarez Pereira*. Ed. Joaquim Mendes dos Remédios. Lisboa: F. Franca Amado, 1911, pp. 188-191 (cap. LXXII).

<sup>126</sup> En palabras de Fernão Lopes, el poder otorgado por D. João I para las negociaciones a sus cuatro delegados: Nuno Álvares Pereira, João Afonso Esteves de Azambuja, Rui Lourenço y Álvaro Peres, exigía la unanimidad para las decisiones tomadas: “E posto que os quatro acordassem e huu delles nã, que seu acordo fose nada”; LOPES, Fernão – *Chronica de el-rei D. João I*, ed. cit., vol. 7. Lisboa: Escripatorio, 1898, p. 44 (parte II, cap. CLXXIX).

<sup>127</sup> SANTAREM, Visconde de – *Quadro elementar ...*, Vol. 1, p. 282.

primera vez como obispo electo de Coimbra<sup>128</sup>, dignidad que ocupó plenamente en noviembre de 1399<sup>129</sup>.

Rui Lourenço falleció el 21 de julio de 1401 en Medina del Campo cuando se encaminaba a la corte regia de Enrique III, situada en ese momento en Segovia<sup>130</sup>, para acordar el retorno de las negociaciones. No se trataba de una embajada solemne, sino de una negociación puntual, de ahí que no se conservase testimonio alguno en crónicas y documentos de archivo, y conozcamos solamente la noticia de la muerte del deán en plena misión diplomática a través del asiento de su obituario en el libro de aniversarias de la catedral de Coimbra<sup>131</sup>.

La embajada solemne para celebrar unas nuevas treguas de mayor entidad se celebró un año después<sup>132</sup>, todo ello a pesar de la oposición mostrada por el infante Fernando de Castilla en una carta dirigida a la delegación portuguesa<sup>133</sup>, que ya por aquel entonces tenía un protagonismo en la corte castellana. En abril de 1402, Juan I de Portugal apoderó a João Afonso Esteves de Azambuja, entonces obispo de Coimbra, junto a Juan Vázquez de Almada, caballero, y Martim do Sem, doctor en leyes<sup>134</sup>, para acudir a Segovia para negociar unas nuevas treguas, que finalmente se alcanzaron el 15 de agosto<sup>135</sup>. Sin embargo, la misión se quedó en Castilla hasta el 6 de octubre esperando a que Enrique III de Castilla confirmase las treguas con el juramento de los principales personajes del reino<sup>136</sup>, para después estar presente el 18 de noviembre en la correspondiente confirmación de Juan I de

<sup>128</sup> AGS, *Patronato Real*, legajo 47, documento 34, editado como documento 18 en SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Relaciones entre Portugal y Castilla ...*, pp. 116-117.

<sup>129</sup> EUBEL, Konrad – *Hierarchia Catholica Medii Aevi ...*, p. 196.

<sup>130</sup> VEAS ARTESEROS, Francisco de Asís – *Itinerario de Enrique III*. Murcia: Universidad de Murcia, 2003, p. 111.

<sup>131</sup> ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, livro 5 (livro das calendas 2), fol 81v., editado en DAVID, Pierre, y SOARES, Torquato da Sousa – *Liber anniversariorum ecclesiae cathedralis colimbriensis ...*, p. 45.

<sup>132</sup> SANTAREM, Visconde de – *Quadro elementar ...*, Vol. 1, pp. 283-285.

<sup>133</sup> Arquivo Histórico da Câmara do Porto (AHCP), *Vereações*, livro 2, fol 47v., editada como documento 119 en *Monumenta Henricina*. Vol. 1. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960, p. 277.

<sup>134</sup> AGS, *Patronato Real*, legajo. 49, documento 7, editado como documento 31 en SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Relaciones entre Portugal y Castilla ...*, pp. 135-136.

<sup>135</sup> AGS, *Patronato Real*, legajo 49, documentos 3 y 9, editados como documentos 32 y 34 en SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Relaciones entre Portugal y Castilla ...*, pp. 136-158 y 162-164.

<sup>136</sup> AGS, *Patronato Real*, legajo 49, documento 4, editado como documento 33 en SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Relaciones entre Portugal y Castilla ...*, pp. 159-162.

Portugal con los juramentos debidos, la cual tuvo lugar en el palacio que el propio João Afonso tenía en Santarém<sup>137</sup>. Las negociaciones fueron un éxito rotundo, puesto que se logró una tregua que finalmente terminó siendo el punto y final a los enfrentamientos entre ambos reinos, cuestión que remarcó Fernão Lopes: “E d’ esta guisa cessou entonce a guerra que entre Portugal e Castella havia”<sup>138</sup>. Para el exitoso João Afonso Esteves de Azambuja supuso ser nombrado arzobispado de Lisboa, si bien en el mencionado documento de poder de abril de 1402 aparece como postulante de Lisboa<sup>139</sup>, posteriormente figura como electo confirmado en el momento de su presencia en la confirmación de las treguas por el rey castellano<sup>140</sup>, pero por razones lógicas no pudo tomar posesión del arzobispado hasta su vuelta a Portugal en noviembre en el momento de la confirmación de las treguas por su propio monarca<sup>141</sup>.

En los años siguientes, el arzobispo de Lisboa fue responsable de los asuntos cotidianos que tenían que ver con el reino de Castilla. Por ejemplo, a finales de 1405 escribió a Diego López de Estúñiga para comunicarle que el monarca luso había dispuesto enviarle un escribano para tomar nota de sus reclamaciones de asaltos a sus navíos por parte de barcos portugueses<sup>142</sup>. Posteriormente, en agosto de 1407 vuelve a ser el protagonista de unas negociaciones diplomáticas con Castilla para renovar las treguas de 1402 ante la temprana muerte de Enrique III de Castilla y el inicio de una nueva problemática regencia en el Reino de Castilla<sup>143</sup>. Unas negociaciones en las que únicamente se acordó un aplazamiento de estas

<sup>137</sup> AGS, *Patronato Real*, legajo 49, documento 9, editado como documento 34 en SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Relaciones entre Portugal y Castilla ...*, pp. 162-164.

<sup>138</sup> LOPES, Fernão – *Chronica de el-rei D. João I ...*, Vol. 7, p. 70 (parte II, cap. CLXXXVIII).

<sup>139</sup> AGS, *Patronato Real*, legajo 49, documento 7, editado como documento 31 en SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Relaciones entre Portugal y Castilla ...*, pp. 135-136.

<sup>140</sup> AGS, *Patronato Real*, legajo 49, documento 4, como documento 33 en SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Relaciones entre Portugal y Castilla ...*, pp. 159-162.

<sup>141</sup> AGS, *Patronato Real*, legajo 49, documento 9, editado como documento 34 en SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Relaciones entre Portugal y Castilla...*, pp. 162-164. Esto supone que debemos de refutar la datación del 29 de mayo de 1402 dada por EUBEL, Konrad – *Hierarchia Catholica Medii Aevi ...*, Vol.1, p. 507.

<sup>142</sup> AGS, *Estado, Castilla*, legajo 1-1º, fol. 86. Documento en cuya edición se data sin argumentos suficientes en diciembre de 1405, editado como documento 372 en SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Relaciones entre Portugal y Castilla ...*, p. 186.

<sup>143</sup> AGS, *Patronato Real*, legajo 49, documento 8, editado como documento 42 en SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis, SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Relaciones entre Portugal y Castilla ...*, pp. 170-171.

para agosto de 1408<sup>144</sup>, un nuevo encuentro que parece que nunca tuvo lugar ante el silencio de las fuentes. A pesar de que las treguas se mantuvieron de facto hasta el Tratado de paz de Ayllón de 1411, las divisiones en el consejo de regencia castellano entre la madre de Juan II de Castilla, Catarina de Lancaster, cercana a su hermana la reina portuguesa, y el tío de nuevo monarca, el infante Fernando, este último menos partidario de la negociación con el reino vecino<sup>145</sup>, impidieron alcanzar un nuevo acuerdo inmediato con los portugueses<sup>146</sup>. En el mencionado aplazamiento se requería que cada una de las dos delegaciones de la futura embajada debería estar compuesta por tres personas: un obispo o arzobispo, un caballero y un letrado. Una disposición basada en la costumbre que no fue seguida rigurosamente en la última fase de la construcción de las paces con Castilla (1411-1432), ya que ningún eclesiástico portugués volvió a participar en ella. Esto se debe a que dos factores: la pérdida de protagonismo de los eclesiásticos en la administración joanina y su ocupación en la larga serie de concilios celebrados para superar el Cisma de Occidente.

Desde entonces la única misión diplomática enviada por Juan I de Portugal a otro reino en la que participó un eclesiástico portugués fue la negociación del matrimonio del príncipe Duarte de Portugal con Leonor de Aragón en 1428, en la que Pedro de Noronha, arzobispo de Lisboa, tuvo un enorme protagonismo al estar relacionado con la futura princesa y reina de Portugal, al ser ambos descendientes de Enrique II de Castilla, fundador de la dinastía Trastámara<sup>147</sup>. Esta misma

---

<sup>144</sup> AGS, *Patronato Real*, legajo 49, documento 14, editado como documento 43 en SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Relaciones entre Portugal y Castilla ...*, pp. 172-175.

<sup>145</sup> GONZÁLEZ SÁNCHEZ, Santiago – *Las relaciones exteriores de Castilla a comienzos del siglo XV. La minoría de Juan II (1407-1420)*. Madrid: Comité Español de Ciencias Históricas, 2013, pp. 134-142. ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente – “Relations between Portugal and Castile in the Late Middle Ages - 13th-16th centuries”. *E-Journal of Portuguese History* 1/1 (2003), p. 13.

<sup>146</sup> Todo este proceso de las frustradas negociaciones de renovación de las treguas de 1402 sucedidas entre 1407 y 1411 aparece descrito en SANTAREM, Visconde de – *Quadro elementar ...*, Vol. 1., pp. 285-288.

<sup>147</sup> Pedro de Noronha representó a D. Duarte en la celebración por poderes de su matrimonio con Leonor de Aragón. ANTT, *Gavetas*, gaveta 17, maço 4, documento 8, y Archivo General de la Corona de Aragón (ACA), *Cancillería Real*, Registro 2692, fols. 13v.-19v. editado como documento 91 en *Monumenta Henricina ...* Vol. 3, pp. 180-197. Posteriormente acompañó a la princesa en su viaje hacia Portugal a través de Castilla como se relata en la crónica de CARRILLO DE HUETE, Pedro – *Crónica de Pedro Carrillo de Huete, halconero de Juan II de Castilla*. Ed. Juan de Mata Carriazo.

tendencia es la que se observa en los siguientes reinados, los eclesiásticos fueron apartados sistemáticamente de la diplomacia portuguesa con otros monarcas<sup>148</sup>, salvo algunas excepciones durante el reinado de Alfonso V de Portugal como las de João Galvão<sup>149</sup> o Jorge da Costa<sup>150</sup>.

### **2.3 Eclesiásticos portugueses como protagonistas en la solución conciliar (1409-1417)**

Los concilios celebrados con el objetivo de buscar una solución a la crisis del Gran Cisma Occidental, el primero fallido en Pisa (1409) y el segundo finalizado con éxito en Constanza (1414-1417), canalizaron los recursos eclesiásticos de la diplomacia portuguesa, puesto que eran recursos de obligado concurso al tratarse cuestiones de índole eclesiástica.

En este sentido, destaca la presencia de estos eclesiásticos en la delegación portuguesa del concilio de Pisa de 1409; la embajada estuvo capitaneada por el entonces experimentado João Afonso Esteves de Azambuja, arzobispo de Lisboa, acompañado de dos letrados de primer nivel como eran Lançarote Esteves y Diogo Martins, y de una serie de eclesiásticos de menor rango como eran Gonçalo Gonçalves, obispo de Lamego, el franciscano João Xira, confesor de Juan I de Portugal, y mestre Lorenço<sup>151</sup>; quienes no volverán a tener más protagonismo en otros concilios y en otras misiones diplomáticas. Los embajadores fueron los encargados de apoyar decididamente el nombramiento de Alejandro V tras el cambio de actitud del monarca portugués, que pasó de la neutralidad en la cuestión a intentar sacar réditos del apoyo a un nuevo pontífice pisano. Bajo el pontificado de su sucesor, Juan XXIII, se obtuvo la bula “Eximie Devocionis” el 20 de marzo de 1411 a petición de Juan I de Portugal que autorizaba a la corona lusa a

---

Madrid: Espasa-Calpe, 1946, pp. 18-19 (cap. 1). SANTAREM, Visconde de – *Quadro elementar ....* Vol. 1, p. 291.

<sup>148</sup> BABO, Duarte – *Os embaixadores portugueses nos reinos ibéricos (1431-1474): um estudo sociodemográfico*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2017. Tese de Doutoramento.

<sup>149</sup> VIGIL MONTES, Néstor – “Un eclesiástico para un reinado: el servicio del obispo conimbricense João Galvão a D. Afonso V de Portugal”. *Lusitania Sacra* 35 (2017), pp. 185-206.

<sup>150</sup> MENDONÇA, Manuela – *D. Jorge da Costa, cardeal de Alpedrinha*. Lisboa: Edições Colibri, 1991.

<sup>151</sup> MILLET, Hélène – “La participation de Portugal au Concile de Pise (1409)” ..., pp. 233-254.



ejercer la guerra justa contra los sarracenos<sup>152</sup>, la cual fue probablemente aquella que publicó el franciscano João de Xira<sup>153</sup> en los prolegómenos de la conquista de Ceuta para legitimar la empresa que impulsó a la dinastía Avis en el contexto “internacional”. Todo apunta a que la persona encargada de gestionar la obtención de esta bula fuese João Afonso Esteves de Azambuja<sup>154</sup>, que en junio de 1411 fue promocionado al cardenalato de *Sancti Petri ad vincula*<sup>155</sup>. De esta forma, Juan I de Portugal tuvo la suficiente legitimidad para iniciar esa campaña que ligaría a su dinastía con la defensa de la cristiandad y que le permitiría relegar al estamento eclesiástico a un segundo plano, cuestión que es visible desde la propia gestión de la campaña de Ceuta en la que los eclesiásticos no tuvieron protagonismo alguno<sup>156</sup>.

En las primeras sesiones del concilio de Constanza en 1414 se volvió a conformar otra embajada portuguesa liderada por el cardenal João Afonso Esteves de Azambuja, el cual estaba acompañado por Antão Martins de Chaves, deán de Évora, y un misterioso obispo de Oporto, que bien podría ser Fernando da Guerra<sup>157</sup>. El avezado eclesiástico llegó a presentarse en el concilio, pero falleció en Brujas a su regreso a Portugal en 1416<sup>158</sup>, por lo que tuvo que modificarse la composición de la delegación lusa y se incorporó a Vasco Peres, canónigo de Coimbra, junto con laicos como el doctor en leyes Gil Martins, desembargador y protector de la Universidad de Lisboa, y Fernando de Castro y Álvaro Fernandes de Ataíde,

<sup>152</sup> ASV, *Registra Supplicationum*, registro 145, fol. 145r. Editado como documento 147 en *Monumenta Henricina ...*, Vol. 1, p. 336. Citada en SANTAREM, Visconde de – *Quadro elementar ...*, Vol. 8, p. 402.

<sup>153</sup> ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica da Tomada de Ceuta*. Ed. Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 56 (cap. 52).

<sup>154</sup> BAEZA HERRATZI, Alberto – *Bulas de cruzada en la reconquista de Ceuta*. Ceuta: Caja de ahorros y monte de piedad de Ceuta, 1987, p. 12.

<sup>155</sup> EUBEL, Konrad – *Hierarchia Catholica Medii Aevi ...*, p. 507.

<sup>156</sup> VILAR, Hermínia Vasconcelos – “Bispos na conquista de Ceuta ou os possíveis significados de uma ausência”. in COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Carvalho (coord.) – *As décadas de Ceuta (1385-1460)*. Lisboa: Caleidoscópio e Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões, 2018, pp. 93-108.

<sup>157</sup> PEREIRA, Reina Marisol Troca – *Discursos dos embaixadores portugueses no Concílio de Constança: 1415*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1999. Dissertação de mestrado, pp. 42-45.

<sup>158</sup> En este caso seguimos la teoría apuntada por HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O desembargo régio: 1320-1433...*, pp. 330-331.

caballeros que habían participado en la conquista de Ceuta<sup>159</sup>. El concilio coincidió con la presentación del monarca portugués como nuevo cruzado de la cristandad, y este hecho que sirvió para que en los últimos compases antes del cierre del concilio, la delegación portuguesa pudiese plantear al recién nombrado Martín V una serie de peticiones como el reconocimiento de los derechos portugueses en las tierras que tomase a los sarracenos, la posibilidad de solicitar el subsidio de cruzada para proseguir las conquistas, y la creación de una diócesis en el nuevo territorio. Asimismo, también solicitó que el nuevo pontífice dispensase a todos sus hijos para poder iniciar una política matrimonial destinada a garantizar la supervivencia de la dinastía Avis, una disposición que realmente estaba dirigida a su hijo Enrique el Navegante, quien iba a ser nombrado maeste de la orden de Cristo<sup>160</sup>. El nuevo pontífice en respuesta le concedió una bula de cruzada *Rex Regum* por la que le concedió indulgencia plenaria y la predicación de cruzada para todas las empresas portuguesas contra los sarracenos<sup>161</sup>; y la bula *Romanus Pontifex* por la que se autorizaba la erección de una catedral en Ceuta<sup>162</sup>.

A partir de entonces se abre una intensa línea diplomática entre el monarca portugués y el nuevo pontífice entre 1418 y 1426 en la que Juan I de Portugal fue arrancando diversos privilegios en torno a los intereses norteafricanos y canarios, o sobre el estatus de su hijo Enrique el Navegante<sup>163</sup>. En estas pequeñas misiones se emplearon recursos diplomáticos eclesiásticos como el mencionado Antão

---

<sup>159</sup> ACA, *D. Fernando I*, caja 12, documento 2120. Editado como documento 114 en *Monumenta Henricina...*, Vol. 2, pp. 237-239.

<sup>160</sup> Así aparece en la suplica enviada por D. João I de Portugal al papa Martín V el 4 de abril de 1418 ASV, *Registra Supplicationum*, registro 110, fol. 178r. Editado como documento 141 en *Monumenta Henricina...*, Vol. 2, pp. 277-281.

<sup>161</sup> ASV, *Registra Vaticana*, registro 352, fol. 153v. Editado como documento 143 en *Monumenta Henricina ...* Vol. 2, pp. 282-286. Citada en SANTAREM, Visconde de – *Quadro elementar ...* Vol. 8, pp. 393-394.

<sup>162</sup> ASV, *Registra Lateraniense*, registro 195, 289r. ANTT, *Bulas*, maço 11, documento 13. Editado como documento 144 en *Monumenta Henricina*. Vol. 2. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1962, pp. 287-289. Citada en SANTAREM, Visconde de – *Quadro elementar ...* Vol. 8, pp. 404-405.

<sup>163</sup> Así lo atestiguan las numerosas súplicas y bulas publicadas en *Monumenta Henricina*. Vols. 2-3. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1962-1964. Siendo la base material de la expansión portuguesa según WITTE, Charles-Martial de – *Les bulles pontificales et l'expansion portugaise au XV<sup>e</sup> siècle*. Lovaina la Nueva: Université catholique de Louvain, 1958.

Martins de Chaves, entonces obispo de Oporto desde 1423<sup>164</sup>, o Pedro de Noronha, obispo de Évora en 1419<sup>165</sup> y arzobispo de Lisboa en 1424<sup>166</sup>, los cuales las utilizaron para catapultar sus correspondientes carreras eclesiásticas.

Como hemos observado la actuación portuguesa en los concilios tuvo como objetivo la defensa de los intereses dinásticos, donde se apoyaron determinadas soluciones siempre con miras a la obtención de prebendas que legitimasen la nueva política exterior de la corona portuguesa como defensora del cristianismo ultramar, un objetivo en el que los eclesiásticos designados por el monarca actuaron como meros peones de sus intereses.

### 3. Conclusiones

El elemento eclesiástico fue fundamental en la legitimación de la nueva dinastía portuguesa Avis, tanto en el ámbito interior como en la política exterior. Los eclesiásticos que fueron promocionados por la defensa de la causa urbanista encarnada en la figura del maestre de Avis, bien como “hombres nuevos” o bien cambiando su servicio al nuevo candidato, se convirtieron en recursos humanos de gran potencialidad para la diplomacia de Juan I de Portugal. Los eclesiásticos contaban con una enorme experiencia en asuntos de administración, participando en el consejo real y en el desembargo regio, y también en diplomacia, en una época de enorme actividad exterior derivada del Gran Cisma de Occidente. Asimismo, se debe de tener en cuenta de que eran recursos humanos con una excelente formación, sobre todo en derecho civil y canónico, en un contexto en el que los jurisconsultos laicos no eran abundantes. Asimismo, por su condición resultaban fundamentales ideológicamente para sancionar cuestiones como la obtención de prebendas papales, la aportación en las sesiones conciliares, la construcción de una paz entre reinos cristianos (la *pax* cristiana), o la celebración de matrimonios;

---

<sup>164</sup> EUBEL, Konrad – *Hierarchia Catholica Medii Aevi ...*, p. 407.

<sup>165</sup> ASV, *Registra Lateraniense*, registro 32, 131r. Citado en EUBEL, Konrad – *Hierarchia Catholica Medii Aevi ...*, p. 236.

<sup>166</sup> ASV, *Registra Lateraniense*, registro 233, 301r. Citado en EUBEL, Konrad – *Hierarchia Catholica Medii Aevi ...*, p. 507.

todas ellas fundamentales para los objetivos de supervivencia y legitimación en la política externa de la dinastía Avis.

No obstante, los eclesiásticos eran recursos finitos que no podían abarcar toda la enorme amplitud de la política exterior joanina, siendo la prioridad todo lo relacionado con la cabeza de la Iglesia, por ello cuando estaban negociando el reconocimiento inicial del papado romano (1385-1391), desaparecieron de algunos ámbitos como las negociaciones del Tratado de Windsor de 1386 con el Reino de Inglaterra o en las primeras compases de la pacificación con los castellanos, las Treguas de Monção de 1389; o en el momento de elaborar la solución conciliar (1409-1418) y obtener prebendas de Martín V (1417-1431), se ausentaron de la celebración de las paces con los castellanos en Ayllón en 1411 y su posterior ratificación en 1423, o en Medina del Campo en 1433. Al mismo tiempo debemos tener en cuenta de que en la segunda parte del reinado de Juan I de Portugal hubo una marginación sistemática del elemento eclesiástico en la administración joanina derivada del rumbo regalista que había tomado el gobernante luso tras haber logrado su legitimación, lo que reducirá aun más si cabe la cantidad de recursos eclesiásticos disponibles para la diplomacia portuguesa.

Los eclesiásticos defendieron con ahinco los intereses de la monarquía, aunque siempre mediatizados por la búsqueda de una contrapartida en forma de beneficios eclesiásticos, ésto se observa especialmente en la trayectoria de eclesiásticos como João Afonso Esteves de Azambuja en el que cada misión se traducía directamente con un ascenso en la Iglesia, desde el priorato de Santa Maria da Alcáçova de Santarém hasta el cardinalato de *Sancti Petri ad vincula*, pasando por diferentes mitras portuguesas tales como Silves, Oporto, Coimbra o Lisboa. Aunque en otros casos no había una correspondencia tan evidente como es el caso de Rui Lourenço, por lo que podemos entrever la posible existencia de servidores del estado, o al menos, de la dinastía.

Con todo, los eclesiásticos fueron un elemento imprescindible para la consecución de los objetivos en política exterior encaminados a la consolidación de la dinastía Avis, teniendo un protagonismo incluso más importante que lo conocido en situaciones similares de surgimiento de nuevas dinastías europeas en contextos de ilegitimidad como puede ser el caso de los Trastámaras castellanos<sup>167</sup>. Prueba de la estrecha vinculación entre la colaboración del estamento eclesiástico y la legitimación del empoderamiento de las monarquías en el occidente medieval que pretendimos dilucidar en el proyecto “La dimensión europea de un grupo de poder: el clero y la construcción política de las monarquías ibéricas entre los siglos XIII y XV” en el que se enmarca este trabajo.

## Referencias Bibliográficas

### 1. Fuentes manuscritas

Archivo Secreto Vaticano (ASV)

*Obligaciones*: registro 48A, fols. 101r. y 110r.; registro 57, fol. 35.

*Obligaciones et Solutiones*: registro 48, fol. 152v.; registro 51, fols. 20v. y 66r.

*Registra Lateranensia*: registro 12, fols. 10v.-12v., 40r.-41r., 64v.-65r.; registro 17, 47r.; registro 29, fols. 188r.-188v.; registro 32, 131r.; registro 195, 289r.; registro 233, 301r.

*Registra Supplicationum*, registro 110, fol. 178r.; registro 145, fol. 145r.

*Registra Vaticana*, registro 352, fol. 153v.

Biblioteca Apostolica Vaticana (BAV)

*Barberiniani latini*: códice 872, fol. 99r-104r.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

*Bulas*: maço 5, documento 9; maço 11, documento 13; maço 26, documento 15.

*Cabido da Sé de Coimbra*: livro 5 (livro das calendas 2), 81v.; 2ª *Incorporação*, maço 94, documento 4498.

*Chancelaria de D. João I*: livro 2, fols. 45r.-45v. y 91v.-92r.

*Gavetas*: gaveta 14, maço 1, documento 20, fols. 3v-10r.; gaveta 17, maço 4, documento 8; gaveta 17, maço 6, documentos 7, 10, 11 y 16; gaveta 18, maço 3, documentos 25 y 26; gaveta 18, maço 11, documento 4.

---

<sup>167</sup> DÍAZ MARTÍN, Luis Vicente – “Los inicios en política internacional de Castilla (1360-1410)”. in RUCQUOI, Adeline (coord.) – *Realidad e imágenes de poder. España a fines de la Edad Media*. Valladolid: Ámbito Ediciones, 1988, pp. 57-83.

*Leitura Nova*: livro 38 (Livro I dos Reis), fols. 8r.-9v.; livro 61 (Livro das pazes), fol. 142r.-165r.  
*Manuscritos*: número 364, fol. 457r.

Arquivo da Casa da Moeda de Lisboa (ACML)  
*Livro dos moedeiros*, fol. 2v.

Arquivo Histórico da Câmara do Porto (AHMP)  
*Livro B*, fols. 302-308v.  
*Vereações*: livro 2, fol. 47v.

Archivo General de Simancas (AGS)  
*Patronato Regio*: legajo 47, documentos 27, 29.4, 30, 31, 32, 33 y 34; legajo 49, documentos 1, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 14, 15 y 53  
*Estado, Castilla*: legajo 1-1º, fol. 86.

Archivo General de la Corona de Aragón (ACA)  
*Cancillería Real*: Registro 1256, fol. 188r.; Registro 2692, fols. 13v.-19v.  
*D. Fernando I*, caja 12, documento 2120.

British Museum of London (BML)  
*Biblioteca Cotton*, Nero, B. I., fol. 41r.

Archivio di Stato di Bologna (ASB)  
*Liber secretus iuris cesarei ab anno 1378 ad annum 1512*, fol. 6v.  
*Rogiti di Paolo Cospi*, busta protoc. 16, fol. 37v.

## 2. Fuentes impresas

*As Gavetas da Torre do Tombo*. Vol. 1, 2, 7, 8, 9. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1971.

CARRILLO DE HUETE, Pedro – *Crónica de Pedro Carrillo de Huete, halconero de Juan II de Castilla*. Ed. Juan de Mata Carriazo. Madrid: Espasa-Calpe, 1946.

COSTA, António Domingues de Sousa – *Monumenta Portugaliae Vaticana*. Vol. 2. Roma-Braga: Livraria Editorial Franciscana, 1970.

*Liber anniversariorum ecclesiae cathedralis colimbriensis: livro das kalendas*. Ed. Pierre David y Torquato da Sousa Soares, Vol. 2. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1947.

LOPES, Fernão – *Chronica de el-rei D. Fernando*. Ed. Luciano Cordeiro. Vol. 2 e 3. Lisboa: Escripório, 1895-1896.

LOPES, Fernão – *Chronica de el-rei D. João I*. Ed. Luciano Cordeiro. Vol. 2-7. Lisboa: Escripório, 1897-1898.

LÓPEZ DE AYALA, Pedro – *Crónica de Enrique III*. in *Crónicas de los reyes de Castilla*. Ed. Eugenio Llaguno Amirola. Vol. 1: *Crónicas de Pedro I, Enrique II, Juan I y Enrique III*. Madrid: Imprenta de Don Antonio de Sancha, 1779.

*Monumenta Henricina*. Ed. A. J. Dias Dinis. Vol. 1-3. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1961.

PIANA, Celestino – *Nuovi documenti sull'Università di Bologna e sul Collegio di Spagna*. Vol. 1. Bolonia: Publicaciones del Real Colegio de España, 1976.

PRATI, Ludovico – *Chartularium Studii Bononiensis*. Vol. 4. Bologna: Commissione per la Storia dell'Università di Bologna, 1919.

SÁ, Artur Moreira de (ed.) – *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Vol. 2: *1377-1408*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1968.

SANTARÉM, Visconde de – *Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo, desde o principio da monarchia portugueza ate aos nossos dias*. Vol. 1, 3, 8, 14. París: J. P. Aillaud, 1842-1865.

SILVA, Manuel Telles de – *Collecçam dos documentos e memorias da Academia Real da Historia Portuguesa*. Lisboa: Oficina de Pascual de Silva, 1724.

SYLVA, Joseph Soares de – *Memorias para a História de Portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*. Vol. 2. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1730.

SORBELLI, Albano (ed.) – *Liber secretus iuris cesarei dell'Università di Bologna*. Vol. 1: *1378-1420*. Bolonia: Università di Bologna, 1938

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis; TORRE, Antonio de la – *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*. Vol. 1. Valladolid, 1958.

ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica da Tomada de Ceuta*. Ed. Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Sciencias de Lisboa, 1915.

### 3. Bibliografia / Estudos

ALMEIDA, Fortunato – *História da Igreja em Portugal*. Vol. 2. Porto: Editorial Portucalense, 1967.

ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente – “Relations between Portugal and Castile in the Late Middle Ages - 13th-16th centuries”. *E-Journal of Portuguese History* 1/1 (2003).

ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente – “El restablecimiento de la paz entre Castilla y Portugal: 1402-1431”. in COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto; HOMEM, Armando Luis de Carvalho; PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor (eds.) – *Ibéria*,

*quatrocentos/quinhentos, duas décadas de cátedra (1984-2006): homenagem a Luís Adão da Fonseca*. Porto: CEPES, 2009, pp. 47-90.

ARÁUJO, Julieta – *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2009.

ARNAUT, Salvador Dias – *A crise nacional dos fins do século XIV*. Vol. 1: *A sucessão de D. Fernando*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960.

BABO, Duarte – *Os embaixadores portugueses nos reinos ibéricos (1431-1474): um estudo sociodemográfico*. Porto: Universidade do Porto, 2017. Tese de Doutoramento.

BAEZA HERRATZI, Alberto – *Bulas de cruzada en la reconquista de Ceuta*. Ceuta: Caja de ahorros y monte de piedad de Ceuta, 1987.

BAPTISTA, Julio – “Portugal e o Cisma de Ocidente”. *Lusitania Sacra* 1 (1956), pp. 65-203.

BECEIRO PITA, Isabel – “Las negociaciones entre Castilla y Portugal en 1399”. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: História (Série II)* 13 (1996), pp. 149-185.

BECEIRO PITA, Isabel – “La consolidación del personal diplomático entre Castilla y Portugal, 1392-1455”. in GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (ed.) – *La Península Ibérica en la era de los descubrimientos 1391-1492, Actas de las III Jornadas Hispano-Portuguesas de Historia Medieval*. Vol. 2. Sevilla: Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, 1997, pp. 1735-1744.

BRÁSIO, António – “Erecção da Metrópole Lisbonense”. *Lusitania Sacra* 2 (1957), pp. 51-56.

COELHO, André Madruga – “Ecclesiastical Support to the Master of Avis: An Analysis from the Acclamation Act of 1385”. *En la España Medieval* 40 (2017), pp. 147-162.

COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I: o que re-colheu Boa Memória*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005.

CONTAMINE, Philippe – “Le moyen âge occidental a-t-il connu des serviteurs de l'état?”. in *Les serviteurs de l'état au moyen âge. Actes du 29e congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public*. Pau: Publications de la Sorbonne, 1998, pp. 9-20.

COSTA, António Domingues de Sousa – *Monumenta Portugaliae Vaticana*. Vol. III/1: *A Península Ibérica e o Cisma de Ocidente, repercussão do cisma na nacionalidade portuguesa do século XIV e XV*. Roma-Braga: Livraria Editorial Franciscana, 1982.

COSTA, António Domingues de Sousa – “D. João Afonso de Azambuja, cortesão, bispo, arcebispo, cardeal e fundador do convento das dominicanas do Salvador de Lisboa”. *Arquivo Histórico Dominicano Português* 4/2 (1989), pp. 1-150.



COSTA, António Domingues de Sousa – *Portugueses no Colégio de S. Clemente e Universidade de Bolonha durante o século XV*. Vol. 1. Bolonha: Publicaciones del Real Colegio de España, 1990.

COSTA, Avelino de Jesus da – “A biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI”. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra* 38 (1983), pp. 1-220.

CUNHA, Maria Cristina; FREITAS, Judite – “Homens de estado, crises políticas e guerra: Portugal, séculos XIV-XV”. in COELHO, Maria Helena da Cruz; GOMES, Saul António; REBELO, António Manuel Ribeiro (coords.) – *A guerra e a sociedade na Idade Média. VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*. Vol. 2. Coimbra: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, pp. 121-139.

CUNHA, Rodrigo da – *Historia ecclesiastica dos arcebispos de Braga*. Vol. 2. Braga: Imprensa Manoel Cardozo, 1635.

CUNHA, Rodrigo da – *Catálogo dos bispos do Porto (Segunda impressam addicionado e com supplementos de varias memorias ecclesiasticas)*. Vol. 2. Porto: Oficina prototypa episcopal, 1742.

DÍAZ MARCILLA, Francisco José – “El papel del clero en el cambio dinástico en Portugal (1378-1388)”. *Reti Medievali* 19/2 (2018), pp. 131-170.

DÍAZ MARCILLA, Francisco José – “El clero en el contexto diplomático de la Guerra de los Cien Años: una mirada desde las crónicas oficiales al período ibérico (1366-1388)”. in VIGIL MONTES, Néstor (dir.) – *Comunicación política y diplomacia en la Baja Edad Media*. Évora: Publicações do CIDEHUS, 2019, pp. 47-74.

DÍAZ MARTÍN, Luis Vicente – “Los inicios en política internacional de Castilla (1360-1410)”. in RUCQUOI, Adeline (coord.) – *Realidad e imágenes de poder. España a fines de la Edad Media*. Valladolid: Ámbito Ediciones, 1988, pp. 57-83.

DUARTE, Luis Miguel – *Ceuta 1415, seiscentos anos depois*. Lisboa: Livros Horizonte, 2015.

EUBEL, Konrad – *Hierarchia Catholica Medii Aevi*. Vol. 1. Ratisbona: Monasterii Sumptibus et typis librariae Regensbergianae, 1913.

FARELO, Mário – *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2009. Tese de doutoramento.

FARELO, Mário – “La représentation de la couronne portugaise à Avignon et ses agents (1305-1377)”. *Anuario de Estudios Medievales* 40/2 (2010), pp. 723-763

FARIA, Tiago Viúla de – “Por proll e serviço do reino? O desempenho dos negociantes portugueses do Tratado de Windsor e suas consequências nas relações com Inglaterra”. in COELHO, Maria Helena da Cruz; GOMES, Saul António; REBELO, António Manuel Ribeiro (coords.) – *A guerra e a sociedade na Idade Média. VI*

*Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*. Vol. 2. Coimbra: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, pp. 209-227.

FILHO, Franklin Manuel Tavares – “Os Portugueses no Concílio de Constança (1416-1418): Questões e Problemas”. *Plêthos* 4/1 (2014), pp. 187-203.

FONSECA, Luis Adão de – *O essencial sobre o Tratado de Windsor*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986.

FONSECA, Luis Adão de – “Significado da Batalha de Aljubarrota no contexto da conjuntura política europeia no último quartel do século XIV”. in COELHO, Maria Helena da Cruz; GOMES, Saul António; REBELO, António Manuel Ribeiro (coords.) – *A guerra e a sociedade na Idade Média. VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*. Vol. 1. Coimbra: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, pp. 57-74.

FONTES, João Luís Inglês – “João Afonso Esteves de Azambuja (1402-1415)”. in FONTES, João Luís Inglês (ed.) – *Bispos e arcebispos de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2018, pp. 471-484.

GENET, Jean-Philippe – “Le coup d’État ou les légitimités contrariées”. in FORONDA, François; GENET, Jean-Philippe; NIETO SORIA, José Manuel (eds.) – *Coups d’État à la fin du Moyen Âge? Aux fondements du pouvoir politique en Europe occidentale*, Madrid: Casa de Velázquez, 2005, pp. 1-17.

GOMES, Rita Costa – *The Making of a Court Society. Kings and Nobles in Late Medieval Portugal*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

GOMES, Saul António – “Três bibliotecas particulares na Coimbra de Trezentos, em torno das elites e das culturas urbanas medievais”. *Revista de História das Ideias* 24 (2003), pp. 9-49.

GONZÁLEZ SÁNCHEZ, Santiago – *Las relaciones exteriores de Castilla a comienzos del siglo XV. La minoría de Juan II (1407-1420)*. Madrid: Comité Español de Ciencias Históricas, 2013, pp. 134-142.

GRAF, Carlos Eduardo de Verdier – *D. João Esteves da Azambuja: exemplo da interligação de poderes (séculos XIV e XV)*. Porto: Universidade do Porto. 2011. Dissertação de Mestrado.

GROHE, Johannes – “Spanien und die großen Jonzilien von Konstanz und Basel”. In HERBERS, Klaus, JASPERT, Nikolas (ed.) – *“Das kommt mir spanisch vor” - Eigenes und Fremdes in den deutsch-spanischen Beziehungen des späten Mittelalters*. Münster: LIT Verlag, 2004, pp. 493-509.

GUENÉE, Bernard – *Occidente durante los siglos XIV y XV, los estados*. Barcelona: Labor, 1973.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “O doutor João das Regras no desembargo e no conselho régios (1384-1404). Breves notas”. in *Estudos de história de Portugal*,

*Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*. Vol. 1: séculos X-XV. Lisboa: Estampa, 1982. pp. 241-253.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho - *O desembargo régio: 1320-1433*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de História da Universidade do Porto, 1985.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho - "Diplomacia e diplomatas nos finais da Idade Média: a propósito de Lourenço Anes Fogaça, chanceler-mor (1374-99) e negociador do Tratado de Windsor". in *Colóquio comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor*. Porto: Universidade do Porto, 1986. pp. 221-240.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho - "Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos privados de D. João I". *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: História (Série II)* 4 (1987), pp. 9-68.

LEITÃO, André de Oliveira - "Leges et canones. Portuguese law students in 14th and 15th century Italy. Methodological horizons and problems". in VILAR, Hermínia; BRANCO, Maria João (Eds.) - *Ecclesiastics and political state building in the Iberian monarchies, 13th-15th centuries*, Évora: Publicações do CIDEHUS, 2016, pp. 275-290.

MARQUES, António Henrique de Oliveira - *Nova História de Portugal*. Direcção de Joel Serrão e António Henrique de Oliveira Marques. Vol. 4: *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

MARQUES, José - "Legislação e prática judicial como fontes de tensões entre D. João I e a Igreja". *Revista de História* 10 (1990), pp. 9-34.

MARQUES, José - "Relações entre a Igreja e o Estado em Portugal, no século XV". *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: História (Série II)* 11 (1994), pp. 137-172.

MARQUES, José - "O senhorio de Braga no século XV: principais documentos para o seu estudo". *Bracara Augusta* 46 (1997), pp. 5-136.

MATTOSO, José - "Lutas de classes?". in SARAIVA, José Hermano (dir.) - *História de Portugal*. Vol. 3. Lisboa: Publicações Alfa, 1983, pp. 193-199.

MAZZETTI, Serafino - *Repertorio di tutti i professori antichi e moderni della famosa Università e del célebre istituto delle scienze di Bologna*. Bolonia: Arnaldo Forni Editore, 1988.

MENDONÇA, Manuela - *D. Jorge da Costa, cardeal de Alpedrinha*. Lisboa: Edições Colibri, 1991.

MILLET, Hélène - "La participation de Portugal au Concile de Pise (1409)". in *A igreja e o clero português no contexto europeu*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2005, pp. 233-254.

MITRE FERNÁNDEZ, Emilio – “Notas sobre la ruptura castellano-portuguesa de 1396”. *Revista Portuguesa de História* 12 (1969), pp. 213-221.

MOEGLIN, Jean-Marie; PÉQUIGNOT, Stéphane – *Diplomatie et “relations internationales” au Moyen Âge (IXe-XVe siècle)*. París: Publications Universitaires de France, 2017.

MONTOJO JIMÉNEZ, Carlos – *La diplomacia castellana bajo Enrique III, estudio especial de la embajada de Ruy González de Clavijo a la corte de Tamerlán*. Madrid: Escuela Diplomática, 2004 (1944).

MUHAJ, Ardian – *Portugal e a Coroa de Aragão nos séculos XIV-XV. A guerra dos Cem Anos e a sua influência na decadência da Catalunha e na expansão de Portugal*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2006. Dissertação de Mestrado.

NIETO SORIA, José Manuel – *Iglesia y génesis del estado moderno en Castilla (1369-1480)*. Madrid: Editorial Complutense, 2009.

OLAVO, Carlos – *João das Regras, jurisconsulto e homem de estado*. Guimarães: Lisboa: Livraria Editora Guimarães e C<sup>a</sup>, 1941.

OLIVEIRA SERRANO, César – *Beatriz de Portugal, la pugna dinástica Avis-Trastámara*. Santiago de Compostela: Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento, 2005.

PÉQUIGNOT, Stéphane – *Au nom du roi: pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques II d'Aragon, 1291-1327*. Madrid: Casa de Velázquez, 2009.

PEREIRA, Reina Marisol Troca – *Discursos dos embaixadores portugueses no Concílio de Constança: 1415*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1999. Dissertação de mestrado.

PERES, Damião – *História dos moedeiros de Lisboa como classe privilegiada*. Vol. 1. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1964.

PIMENTA, Alfredo – “As treguas de Monção de 1389”. in *Idade-Média (Problemas & soluções)*. Lisboa: Edições Ultramar, 1946. pp. 317-328.

RIBEIRO, Luís Mário Araújo – *A transição do senhorio episcopal portugalense para a Coroa em 1406*. Porto: Universidade do Porto, 2009. Dissertação de mestrado.

RUSSELL, Peter Edward – *The English intervention in Spain and Portugal in the time of Edward III and Richard II*. Oxford: Clarendon Press, 1955.

SÁNCHEZ HERRERO, José – “Los obispos castellanos y su participación en el gobierno de Castilla, 1350-1406”. in RUCQUOI, Adeline (coord.) – *Realidad e imágenes de poder. España a fines de la Edad Media*. Valladolid: Ámbito Ediciones, 1988, pp. 85-114.

SÁNCHEZ SESA, Rafael – “El Cisma de Occidente en la Península Ibérica: religión y propaganda en la guerra castellano-portuguesa”. in *Estudos em homenagem ao professor doutor José Marques*. Vol. 4. Porto: Universidade do Porto, 2006, pp. 307-320.

SANTOS, Maria Alice Pereira – *A sociologia da representação político-diplomática no Portugal de D. João I*. Lisboa: Universidade Aberta, 2015. Tese de doutoramento.

SILVA, Nuno Espinosa Gomes da – “João das Regras e outros juristas portugueses da Universidade de Bolonha (1378-1421)”. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa* 12 (1960). pp. 223-253.

SOUSA, Armindo de – *As cortes medievais portuguesas: 1385-1490*. Vol. 1-2. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Castilla, el cisma y la crisis conciliar (1378-1440)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Escuela de Estudios Medievales, 1960.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Relaciones entre Portugal y Castilla en la época del infante don Enrique*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Escuela de Estudios Medievales, 1960.

VEAS ARTESEROS, Francisco de Asís – *Itinerario de Enrique III*. Murcia: Universidad de Murcia, 2003.

VENTURA, Margarida Garcez – *Igreja e poder no século XV. Dinastia de Avis e liberdades eclesiásticas (1383-1450)*. Lisboa: Edições Colibri, 1997.

VIGIL MONTES, Néstor – “João Afonso Esteves de Azambuja y Rui Lourenço, dos perfis de eclesiástico diferentes en los primeros compases de la construcción de las paces entre Portugal y Castilla (1389-1407)”. in VILAR, Hermínia; BRANCO, Maria João (eds.) – *Ecclesiastics and political state building in the Iberian monarchies, 13th-15th centuries*, Évora: Publicações do CIDEHUS, 2016, pp. 129-146.

VIGIL MONTES, Néstor – “Un eclesiástico para un reinado: el servicio del obispo conimbricense João Galvão a D. Afonso V de Portugal”. *Lusitania Sacra* 35 (2017), pp. 185-206.

VIGIL MONTES, Néstor – “Cuestiones metodológicas acerca del rol de los eclesiásticos en la formación de la diplomacia de las monarquías europeas en la Baja Edad Media”. *Vegueta, Anuario de la Facultad de Geografía e Historia de la Universidad de las Palmas de Gran Canaria* 18 (2018), pp. 403-423.

VIGIL MONTES, Néstor – “Pedro de Noronha (1423-1452)”. in FONTES, João Luís Inglês (ed.) – *Bispos e arcebispos de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2018, pp. 495-501.

VIGIL MONTES, Néstor – “Eclesiásticos en la construcción política de una nueva dinastía: los *clerici regis* de la primera generación de la administración de Juan I de Portugal (1385-1415)”. *e-Humanista* 43 (2019), pp. 89-106.

VILAR, Hermínia Vasconcelos – *As dimensões de um poder, a diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

VILAR, Hermínia Vasconcelos – “Na sombra da crise de 1383-85: o governo do bispo D. João de Évora”. *Eborensia* 39-40 (2008), pp. 103-116.

VILAR, Hermínia Vasconcelos – “Bispos na conquista de Ceuta ou os possíveis significados de uma ausência”. in COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Carvalho (coords.) – *As décadas de Ceuta (1385-1460)*. Lisboa: Caleidoscópio e Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões, 2018, pp. 93-108.

VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Eclesiásticos en la diplomacia castellana en el siglo XV”. *Anuario de Estudios Medievales* 40/2 (2010), pp. 791-819.

WITTE, Charles-Martial de – *Les bulles pontificales et l'expansion portugaise au XVe siècle*. Lovaina la Nueva: Université catholique de Louvain, 1958.

#### COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

VIGIL MONTES, Nestor – “El rol de los eclesiásticos en la construcción de la legitimidad internacional de la dinastía portuguesa de los Avis (1385-1433)”. *Medievalista* 28 (Julho-Dezembro 2020), pp. 87-132. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.





MEDIEVALISTA

N.º28 | Julho – Dezembro 2020

ISSN 1646-740X

**Clérigos al servicio de las Coronas de León y Castilla:  
administración y esfera doméstica (siglos XII-XV)\***

**Clergy at the service of the Crown: Leon and Castile  
administration and kings' domestic sphere (12th-15th centuries)**

*Francisco José Díaz Marcilla*

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,  
Instituto de Estudos Medievais  
1070-312 Lisboa, Portugal

[fdiaz@fcsh.unl.pt](mailto:fdiaz@fcsh.unl.pt)

<https://orcid.org/0000-0002-2651-1664>

Data recepção do artigo / Received for publication: 7 de Fevereiro de 2020

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 27 de Abril de 2020

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.3307>

---

\* Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da celebração do contrato-programa previsto nos números 4, 5 e 6 do art. 23.º do D.L. n.º 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho.

## RESUMO

El presente artículo muestra los resultados de la investigación que se llevó a cabo en el Proyecto DEGRUPE (2013-2015) sobre los clérigos que participaron en la conformación de las monarquías bajomedievales peninsulares, concretamente en lo referido a los reinos de León y Castilla, tanto por separado desde 1157, como en conjunto desde 1230. El estudio analiza los diferentes cargos ocupados por clérigos dentro de la administración regia, así como los cargos dentro de la esfera doméstica de las casas reales.

**Palavras-chave:** Iglesia medieval; Administración real; Servicio regio; Castilla y León; Monarquía.

## ABSTRACT

This article aims to show the research results of the DEGRUPE Project (2013-2015), focused on the clergy involved in the consolidation of Late Medieval Iberian monarchies. In this case, the data are related to the kingdoms of Leon and Castile, both separately (1157 to 1230) and united (from 1230 onwards). The study analyses all the positions held by clerics within the royal administration, as well as within the royal house, as royal private service.

**Keywords:** Medieval Church; royal administration; royal service; Castile and Leon; monarchy.





## Introducción

El presente artículo recoge los resultados de la investigación que se llevó a cabo en el marco del proyecto DEGRUPE (“A dimensão europeia de um grupo de poder: o clero e a construção política das monarquias ibéricas, séculos XIII-XV”), realizado entre 2013 y 2015. En ese proyecto tuve ocasión de trabajar como becario de investigación, ocupándome principalmente de la documentación relativa a los reinos de Castilla y León desde 1157 hasta 1454. Fue así posible individuar a 1985 perfiles de clérigos al servicio de la Corona o vinculados de algún modo con ella, presentes en 2385 documentos de cancillería relativos a los reinos de León y Castilla, tanto en su fase de reinos diferenciados como único reino a partir de 1230, hasta el final del reinado de Juan II<sup>1</sup>. Todos estos clérigos desempeñaban sus funciones en dos ámbitos concretos: la administración real y la esfera del servicio doméstico a la monarquía.

Tanto el tema de los clérigos y sus relaciones de la monarquía, como la constitución y características de las diferentes cancillerías regias, son asuntos que ya han sido tratados y analizados convenientemente para varios de los reinados estudiados<sup>2</sup>. El presente trabajo pretende aportar una información más detallada

---

<sup>1</sup> Cabe comentar, a modo de aclaración, que el proyecto analizó también perfiles de eclesiásticos vinculados con la Corona para los reinos de Portugal (trabajo prácticamente completado), Navarra y Aragón (ambos trabajados parcialmente). Tanto estos perfiles como los que van a ser presentados en este artículo – así como la información más específica de cada uno que, por motivos de espacio, no se incluirá aquí – pueden ser consultados y estudiados en la base de datos del proyecto DEGRUPE: <http://degrupe.cidehus.uevora.pt>. Un agradecimiento especial va para el Prof. Óscar Villarroel (UCM).

<sup>2</sup> Remitimos a los siguientes trabajos, entre los muchos posibles, por responder a criterios de mayor amplitud y sistematización: GARCÍA MARÍA, José María – *El oficio público en Castilla durante la Baja Edad Media*. Madrid: Instituto Nacional de la Administración Pública, 1987; TORRES SANZ, David – *La administración central castellana en la Baja Edad Media*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1982; ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel – “Iglesia y monarquía en el reinado de Fernando II”. in *San Martino de León: ponencias del I Congreso Internacional sobre San Martino en el VIII centenario de su obra literaria*. León: Isidoriana, 1987, pp. 133-152; AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – “Alfonso VIII y la iglesia de su reino”. in LÓPEZ OJEDA, Esther – *1212, un año, un reinado, un tiempo de despegue*. Nájera: Instituto de Estudios Riojanos, 2013, pp. 237-296; DÍAZ IBÁÑEZ, Jorge – “Fernando III, Inocencio IV y los fundamentos de la soberanía regia sobre la iglesia en la corona de Castilla”. in *Fernando III y su tiempo (1201-1252)*. Madrid: Fundación Sánchez Albornoz, 2003, pp. 323-342;

de los clérigos presentes en la documentación de cancillería, presentando las listas de componentes de ese estamento que desempeñan funciones tanto en la administración central como en el servicio doméstico a la monarquía. Tarea secundaria de este trabajo será indicar la posible evolución de los diferentes tipos de cargos desde un punto de vista diacrónico.

Por tanto, se acometerá, en primer lugar, una presentación por categorías de los roles ocupados por eclesiásticos en la administración del reino; y, en segundo lugar, se analizarán los tipos de funciones desempeñados por los clérigos en el ámbito de la esfera doméstica de la monarquía, ámbito más restringido, pero igual de relevante en el funcionamiento de la monarquía medieval.

No obstante, conviene hacer una aclaración muy importante. Las tablas que se encontrarán a lo largo del artículo han sido elaboradas con los datos extraídos exclusivamente de la documentación de la cancillería regia y de las cancillerías de las principales sedes episcopales – como los arzobispados de Toledo, Santiago y Sevilla –, motivo por el cual no siempre aparecen todos los eclesiásticos que se sabe que ejercieron determinados cargos. La motivación de esta elección fue la de anteponer la información que emana directamente del círculo monárquico a la proveniente de otras fuentes literarias o de otra índole. Así, se pueden comprobar, de una manera más fidedigna, las preferencias de los monarcas a la hora de mencionar o especificar quiénes estaban a su lado.

---

KLEINE, Marina – *La cancillería real de Alfonso X*. Sevilla: Editorial de la Universidad de Sevilla, 2015; SÁNCHEZ BELDA, Luis – “La cancillería castellana durante el reinado de Sancho IV (1284-1295)”. *Anuario de Historia del Derecho Español* 21-22 (1951-1952), pp. 171-223; OSTOLAZA ELIZONDO, María Isabel – “La cancillería y otros organismos de expedición de documentos durante el reinado de Alfonso XI (1312-1350)”. *Anuario de Estudios Medievales* 16 (1986), pp. 147-226; PASCUAL MARTÍNEZ, Lope – “Notas para un estudio de la cancillería castellana en el siglo XIV: la cancillería de Pedro I (1350-1369)”. *Miscelánea Medieval Murciana* 5 (1980), pp. 189-243; SÁNCHEZ HERRERO, José – “Los obispos castellanos y su participación en el gobierno de Castilla, 1350-1406”. in RUCQUOI, Adeline – *Realidad e imágenes del poder. España a fines de la Edad Media*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1988, pp. 85-113; NIETO SORIA, José Manuel – *Iglesia y génesis del estado moderno en Castilla (1369-1480)*. Madrid: Editorial Complutense, 1993; VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – *Las relaciones monarquía - iglesia en época de Juan II de Castilla (1406-1454)*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2006. Tesis Doctoral.

## 1. Clérigos en la administración real: cargos y funciones

### 1.1. Consejero real

Siguiendo con el primer aspecto que se va a estudiar – los cargos y las funciones en el aparato administrativo del reino –, existe una primera posición de alto rango, el *consejero real*. Han sido identificados 64 clérigos en la documentación de cancillería<sup>3</sup>.

**Tabla 1**

NOMBRE	CARGO Y AÑOS <sup>4</sup>	CARGO ECLESIAÍSTICO	REINADO
1. Mauricio* <sup>5</sup>	Consejero Real (1232)	Obispo de Burgos	Fernando III
2. Bernardo*	Consejero Real (1239)	Obispo de Segovia	Fernando III
3. Gonzalo*	Consejero Real (1239)	Obispo de Cuenca	Fernando III
4. Juan de Soria* = T3N23 <sup>6</sup>	Consejero Real (1239)	Obispo de Osma	Fernando III
5. Lope*	Consejero Real (1239)	Obispo de Córdoba	Fernando III
6. Rodrigo Jiménez de Rada* = T3N27 y T18N5	Consejero Real (1239)	Arzobispo de Toledo	Fernando III
7. Martín Rodríguez*	Consejero Real (1239)	Maestre de Calatrava	Fernando III
8. (Anónimo)*	Consejero Real (1250-1251)	Gran Comendador de la Orden del Hospital	Fernando III
9. Payo Gómez*	Consejero Real (1250-1251)	Maestre de la Orden del Temple	Fernando III
10. Juan Arias* = T3N29	Consejero Real (1250)	Arzobispo de Santiago	Fernando III
11. Raimundo de Losana* = T4N13, T14N1 y T18N9	Consejero Real (1250-1251)	Obispo de Segovia	Fernando III
12. Fernando Ordóñez*	Consejero Real (1250-1251)	Maestre de la Orden de Calatrava	Fernando III

<sup>3</sup> Para aligerar el artículo de referencias, invitamos a los investigadores a utilizar la base de datos del proyecto DEGRUPE (ver nota 1), pues en ella encontrarán toda la bibliografía y la documentación utilizada, de la cual se han obtenido los datos y fechas que aquí se exponen. Valga esta información para el resto de los perfiles que serán analizados.

<sup>4</sup> Los años se refieren a los documentos en que aparece la mención al cargo, no a los años efectivos de desempeño del cargo.

<sup>5</sup> Todos los nombres seguidos por un asterisco (\*) indican que en la documentación aparecen como consejeros del rey para resolver un caso concreto y en un momento concreto, no desempeñando por tanto una función continuada.

<sup>6</sup> Cada vez que un mismo personaje ocupe varios cargos, se hará referencia a la Tabla (T) y Número (N) donde aparece.

13. Pelayo Pérez Correa* = T10N2	Consejero Real (1250-1251)	Maestre de Santiago	Fernando III
14. Rodrigo*	Consejero Real (1250-1251)	Obispo de Palencia	Fernando III
15. Felipe*	Consejero Real (1261)	Arzobispo de Sevilla	Alfonso X
16. Sancho de Castilla* = T3N30	Consejero Real (1261)	Arzobispo de Toledo	Alfonso X
17. Sancho de Aragón = T3N31 y T16N11	Consejero del Príncipe D. Fernando (1275)	Arzobispo de Toledo	Alfonso X
18. Fernán Pérez = T4N22	Consejero Real (1287-1288)	Arzobispo de Sevilla	Sancho IV
19. Gonzalo García Gudiel = T3N35 y T4N18	Consejero Real (1287)	Arzobispo de Toledo	Sancho IV
20. Juan Fernández de Sotomayor* = T4N25 y T3N36	Consejero Real (1287)	Obispo de Tuy	Sancho IV
21. Martín = T4N23, T6N11 y T10N4	Consejero Real (1287)	Obispo de Astorga	Sancho IV
22. Juan Osorez = T10N5, T11N1 y T20N4	Consejero Real (1295-1301)	Maestre de Santiago	Fernando IV
23. Rodrigo Pérez = T19N1 y T20N3	Consejero Real (1301)	Maestre de Calatrava	Fernando IV
24. Alfonso* = T3N34	Consejero Real (1302)	Obispo de Coria	Fernando IV
25. García López*	Consejero Real (1305)	Maestre de Calatrava	Fernando IV
26. Juan Núñez* = T4N39	Consejero Real (1345)	Maestre de Calatrava	Alfonso XI
27. Gil*	Consejero Real (1345)	Arzobispo de Toledo	Alfonso XI
28. Pedro* = T16N26	Consejero Real (1345)	Arzobispo de Santiago	Alfonso XI
29. Diego Arias Maldonado	Consejero Real (1355)	Arcediano de Toro	Pedro I
30. Juan Serrano	Consejero Real (1401)	Obispo de Sigüenza	Enrique III
31. Juan Vázquez de Cepeda	Consejero Real (1407)	Obispo de Segovia	Juan II
32. Sancho de Rojas = T2N2, T3N66, T8N12 y T9N22	Consejero del regente infante D. Fernando (1407-1410)	Obispo de Palencia	Juan II
33. Juan de Illescas = T2N3 y T8N15	Consejero Real (1407-1408 y 1413-1414)	Obispo de Sigüenza	Juan II
34. Gutierre Álvarez de Toledo = T3N68 y T10N10	Consejero Real (1413-1445)	Obispo de Palencia (1423-1439); Arzobispo de Sevilla (1439-1442); Arzobispo de Toledo (1442-1445)	Juan II

35. Fernando de Illescas = T9N10, T15N5 y T18N10	Consejero Real (1416)	Fraile Franciscano	Juan II
36. Fernando Pérez de Ayala =T9N30	Consejero Real (1416)	Clérigo	Juan II
37. Diego de Anaya y Maldonado = T8N9 y T9N27	Consejero Real (1416 y 1421)	Obispo de Cuenca (1407-1418); Arzobispo de Sevilla (1418-1431)	Juan II
38. Alfonso de Cartagena = T8N18 y T9N35	Consejero Real (1418 y 1427)	Deán de Segovia (1418), Canónigo de Burgos (1427)	Juan II
39. Lope de Mendoza = T8N6, T9N12 y T16N49	Consejero del infante Enrique de Aragón (1420); Consejero Real (1427-1441)	Arzobispo de Santiago	Juan II
40. Diego Gómez de Fuensalida = T8N20	Consejero Real (1421-1429)	Obispo de Zamora (1413-1424); Obispo de Ávila (1424-1437)	Juan II
41. Fortún Velázquez de Cuéllar = T8N21, T10N11 y T16N80	Consejero Real (1421-1453)	Canónigo de Segovia (1426); Canónigo de Oviedo y León (1434); Deán de Segovia (1435)	Juan II
42. Juan Martínez de Contreras	Consejero Real (1422-1433)	Arzobispo de Toledo	Juan II
43. Diego Bedán de Mayorga = T9N40	Consejero Real (1424-1437)	Obispo de Cartagena	Juan II
44. Sancho López de Velasco = T9N39	Consejero Real (1424)	Obispo de Salamanca	Juan II
45. Francisco de Soria = T9N41	Consejero Real (1427)	Fraile Franciscano	Juan II
46. Gonzalo de Santa María = T8N23 y T9N31	Consejero Real (1427)	Obispo de Plasencia	Juan II
47. Pedro López de Miranda = T8N24 y T16N77	Consejero Real (1427-1444)	Canónigo de Burgos (1425); Abad de Santander (1431); Obispo de Coria (1438-1443); Obispo de Calahorra (1443-1453)	Juan II
48. Alfonso de Cusanza = T15N16	Consejero Real (1427-1437)	Obispo de León (1424-1437)	Juan II
49. Álvaro Núñez de Isorna = T3N67, T8N14 y T9N23	Consejero Real (1427-1442)	Obispo de Cuenca (1418-1445)	Juan II
50. Sancho de Rojas = T8N22 y T9N44	Presidente del Consejo Real (1431); Consejero Real (1441-1447)	Obispo de Astorga (1423-1440); Obispo de Córdoba (1440-1447)	Juan II

51. Pedro de Bocanegra = T9N42 y T16N84	Consejero Real (1436)	Obispo de Tuy	Juan II
52. Pedro de Castilla = T8N25	Consejero Real (1436, 1441-1442 y 1452)	Obispo de Osma (1433-1440); Obispo de Palencia (1440- 1461)	Juan II
53. Lope de Barrientos = T3N73, T8N28, T15N17 y T19N5	Consejero Real (1439-1440 y 1441-1469); Consejero del Príncipe (1443- 1444)	Obispo de Segovia (1438- 1441); Obispo de Ávila (1441- 1445); Obispo de Cuenca (1445-1469)	Juan II
54. Juan de Cervantes = T9N32	Consejero Real (1440)	Obispo de Ávila	Juan II
55. Pedro Fernández Cabeza de Vaca	Consejero Real (1440-1448)	Obispo de León	Juan II
56. Juan de Cerezuela = T3N72	Consejero Real (1441)	Arzobispo de Toledo	Juan II
57. Gonzalo de Estúñiga = T11N8	Consejero Real (1441-1443)	Obispo de Jaén	Juan II
58. Juan Alfonso de Cuenca o Cherino = T9N63 y T16N75	Consejero Real (1442)	Clérigo	Juan II
59. Alfonso Carrillo de Acuña = T9N49	Consejero Real (1446)	Arzobispo de Toledo	Juan II
60. Rodrigo de Luna = T8N30 y T16N117	Consejero Real (1448)	Abad de Jerez	Juan II
61. Gonzalo de Vivero = T8N31	Consejero Real (1449)	Obispo de Salamanca	Juan II
62. Alfonso de Madrigal = T8N32, T9N62 y T16N90	Consejero Real (1453)	Maestrescuela de Salamanca (1446); Obispo de Ávila (1454- 1455)	Juan II
63. Alfonso de Fonseca	Consejero Real (1453)	Obispo de Ávila (1445-1454)	Juan II
64. Alfonso Vázquez Peleas = T15N19 y T16N121	Consejero Real (1454)	Abad de Parraces (1454)	Juan II

Es uno de los cargos más importantes de la administración, ya que el *consejero real* está a contacto directo con el rey, sugiriendo estrategias y acciones, así como dando recomendaciones sobre aspectos concretos<sup>7</sup>.

A la vista de los datos, se pueden realizar una serie de observaciones de sumo interés sobre la evolución histórica de la clerecía ocupando esta figura de la administración real. En primer lugar, hay que comentar que, con la definición expresa en la documentación de *consejero real*, no es hasta el reinado de Fernando III, ya en 1232, cuando aparece. Además, todos los denominados de esta manera lo son únicamente porque el rey les pide su presencia en la corte para dirimir una cuestión, que puede ser un pleito o un asunto puntual. Es decir, no son un cargo como tal, sino una función que puntualmente el rey delega en personas de su confianza y que, una vez terminada esa necesidad, finaliza. Quizá este sea el motivo para que la denominación de *consejero real* no acompañe en la documentación a ninguno de los clérigos que ejercieron momentáneamente esa tarea, como ocurre en cambio con casi todo el resto de los cargos que veremos más adelante.

Se observa una cierta cuestión de confianza con el pasar del tiempo. Si durante los reinados de Fernando III hasta Alfonso XI, los clérigos son mencionados como *consejeros* explícitamente porque son llamados para ayudar al rey a tomar una decisión, con posterioridad las menciones parecen aludir a una presencia más constante. De hecho, sabemos de estos consejeros muchas veces porque el rey les otorga un privilegio, con expresiones como “de quien yo más me fío”<sup>8</sup>.

Sobre el grado jerárquico en el seno de la Iglesia que ocupaban estos eclesiásticos, cabe comentar que la mayoría pertenecen a las más altas esferas de la Iglesia castellana, tanto arzobispos como obispos. Especial mención hay que hacer de los maestros de las órdenes militares, presentes como *consejeros* en los reinados de

<sup>7</sup> Si bien no cubre todo el período objeto de análisis, cabe consultar la obra de DIOS, Salustiano de – *El consejo real de Castilla (1385-1522)*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1982.

<sup>8</sup> Como fue el caso de Juan, obispo de Sigüenza, cuando es presentado al cabildo de Sevilla por Enrique III para que fuera elegido arzobispo en 1401. Archivo de la Catedral de Sevilla, *Fondo Histórico General*, c. 185, d. 7/4.

Fernando III, Fernando IV y Alfonso XI, pero desapareciendo después de este cargo con posterioridad. La tendencia antes mencionada cambia con Juan II – con la excepción del único clérigo que ocupa ese cargo en el reinado de Pedro I – ya que a los preladados se les suman clérigos de menor rango, como abades o canónigos, o, incluso, simples frailes.

No obstante, no hay que olvidar el vínculo existente entre los *consejeros* y otras figuras relevantes dentro del ámbito de la esfera doméstica, como es el caso de los *confesores* y los *cancilleres*. Se puede comprobar también cómo varios de los nombres que aparecen como *consejeros* desempeñarán igualmente las funciones de *confesor* o *canciller*, especialmente durante el siglo XV.

Antes de cerrar este apartado, cabe incluir en él a aquellos religiosos que desempeñaron la importantísima y crucial tarea de regencia, especificada como tal en la documentación solamente en el período de minoridad de Enrique III y Juan II. El número es muy escaso (4), pues no es hasta la llegada de los Trastámara que la Iglesia es requerida para desempeñar esta función. Siendo siempre una función colegiada con otros miembros de la realeza o de la nobleza, puede equipararse al cargo de *consejero*.

**Tabla 2**

NOMBRE	CARGO Y AÑOS	CARGO ECLESIASTICO	REINADO
1. Pedro Tenorio	Miembro del Consejo de Regencia (1390-1393)	Arzobispo de Toledo (1377-1399)	Enrique III
2. Sancho de Rojas = T1N32, T3N66, T8N12 y T9N22	Regente (1411-1419)	Obispo de Palencia (1403-1415); Arzobispo de Toledo (1415-1422)	Juan II
3. Juan de Illescas = T1N33 y T8N15	Regente (1412-1413)	Obispo de Sigüenza	Juan II
4. Pablo de Santa María = T3N64, T9N21, T16N42 y T19N3	Regente (1412-1416) representando a Fernando I de Aragón	Obispo de Cartagena	Juan II



## 1.2. Canciller

Se va a utilizar aquí la división entre las dos funciones, detectadas en las cancillerías medievales castellanas en los reinados de Alfonso X hasta Alfonso XI, identificadas por Marina Kleine<sup>9</sup>: la figura del *canciller*, que parece más ligada a una cuestión de prestigio que a una función específica en la corte; y la del *iussor* o aquel que transmite o manda la orden real de redactar un documento legal, quien sí tiene una función bien clara dentro de la cancillería real, aunque careciendo de un título específico para el cargo, pudiendo así ser desempeñada por el propio *canciller*, un *notario mayor*, un *escribano* o la figura que se ha denominado *iussor*. El primero tendría una cierta función de supervisor de los segundos, si bien no se puede concluir, por los datos emanados de la documentación, que esta aseveración sea la correcta.

En lo concerniente a la función de *canciller*, se puede afirmar que es la figura que ejerce el control último teórico sobre la manera definitiva en que se redactan los textos que transmiten las órdenes reales<sup>10</sup>. Cabe comentar que desde 1206 la cancillería real de Castilla fue asignada al arzobispo de Toledo, a través de un privilegio otorgado por Alfonso VIII. Por su parte, Fernando II de León confirmó en 1180 el privilegio que hacía recaer el cargo de canciller real de ese reino en el arzobispo de Santiago de Compostela desde que así lo decretara Alfonso VII en 1140<sup>11</sup>. Sin embargo, concretamente para León, se puede constatar la existencia de varios cancilleres al mismo tiempo durante los reinados de Fernando II y Alfonso IX, como se podrá apreciar en la Tabla 3. Igualmente, en Castilla se dan casos de convivencia entre el teórico *canciller real*, el arzobispo de Toledo, y otros cancilleres que ejercieron el cargo con mucho más poder efectivo. De ahí, el pensar que se trató de un privilegio de carácter más económico que administrativo, en

<sup>9</sup> KLEINE, Marina – *La cancillería real de Alfonso X ...*, pp. 52-57.

<sup>10</sup> SALAZAR Y ACHA, Jaime de – “La cancillería real en la Corona de Castilla”. in SARASA SÁNCHEZ, Esteban – *Monarquía, crónicas, archivos y cancillerías en los reinos hispano-cristianos: siglos XIII-XV*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2014, p. 313.

<sup>11</sup> SALAZAR Y ACHA, Jaime de – “La cancillería real en la Corona de Castilla” ..., pp. 311-312. El autor comparte la opinión de que es por influencia ultrapirenaica, ya que Alfonso VII, al ser designado emperador, optó por ampliar la estructura burocrática copiando la del Sacro Imperio para adaptarse mejor a las nuevas necesidades de gobierno.

cuanto la extensión de un documento válido por la cancillería regia conllevaba unas tasas que irían a las arcas del arzobispo en cuestión<sup>12</sup>.

Tras la unión de los reinos de León y Castilla, Fernando III certificó la disociación entre la connotación honorífica y la función administrativa efectiva. Con todo, fue con Alfonso X que se procedió a desenvolver la cancillería en cuatro figuras administrativas: *canciller mayor de Castilla*, *canciller mayor de León*, *canciller mayor de Andalucía* y un menos específico *canciller mayor del Rey*<sup>13</sup>. Esta división también se produjo en la categoría administrativa inmediatamente inferior, las notarías, como se verá en breve.

Cabe comentar aquí que una atenta lectura de lo que disponen las *Partidas* respecto al cargo de canciller, podría llevar a pensar que no se contemplaba en un primer momento la presencia de eclesiásticos. Son dos los motivos de esta idea: por un lado, el hecho de diferenciarse de una manera bastante explícita el ámbito del *capellán* del que pertenecerá al *canciller*, especificándose que el primero atañe a las cuestiones espirituales, mientras que el segundo se vincula a las cuestiones temporales; por otro lado, cuando el texto indica que “el rey debe escoger tal hombre para este oficio que sea de buen linaje”, siendo mediados del siglo XIII una época en que aún no hay presencia masiva de nobles entre la clerecía, resulta dudoso que Alfonso X pensara específicamente en clérigos para la cancillería<sup>14</sup>.

Tras el reinado del Rey Sabio, sucede en época de Sancho IV que dos eclesiásticos desempeñarán las tres funciones administrativas territoriales al mismo tiempo,

<sup>12</sup> Esta es la opinión que ya formuló en el siglo XVII SALAZAR Y CASTRO, Luis – *Historia genealógica de la Casa de Lara*. Vol. 1. Madrid: Imprenta Real, 1697, p. 13, y que han seguido hasta hoy muchos investigadores. Ciertamente, muchos arzobispos de Santiago o Toledo no han participado activamente en las cancillerías regias, pero afirmar que todos no lo hicieron sería excesivo, ya que ejemplos como los de Gonzalo García Gudiel o Pablo de Santa María, lo desmentiría.

<sup>13</sup> No es tarea de este estudio entrar a analizar cuestiones más problemáticas, pero cabe indicar que se piensa que la mención “*domini regis cancellarius*” – que se encuentra en la documentación de los reinados de Fernando II y Alfonso IX de León, y Alfonso VIII y Fernando III de Castilla – sería indicativo de un canciller específico cercano al monarca y verdadero ejecutor de las órdenes reales, existiendo por tanto desde antes.

<sup>14</sup> ALFONSO X – *Las Siete Partidas*. SÁNCHEZ-ARCILLA BERNAL, José (ed.). Madrid: Reus, 2004. La cita, siguiendo la nomenclatura al uso, en *Partidas* II, 9, 4.

tanto a nivel de la cancillería como a nivel de las notarías. Se trata de Gonzalo García Gudiel, arzobispo de Toledo, y de Martín, obispo de Astorga, desde 1290 hasta el final del reinado en 1295. Las causas de esta especie de intento de unificación administrativa no están claras, aunque ya con Fernando IV se vuelve a la división por territorios. A mediados de la centuria siguiente se añadió otro tipo de canciller: el *canciller mayor de la Poridat* (Secretos), *del Sello de la Poridat* o *del Sello*. Probablemente, era el encargado de llevar expresamente el sello real, con el que se sigilaban todas las cartas importantes<sup>15</sup>. Solo en tres ocasiones recayó el cargo en un clérigo, con Enrique II y con Juan II.

Por otro lado, parece existir alguna correspondencia, tras la unión de las coronas de León y Castilla en 1230, entre la función de *canciller mayor de Castilla* y la de *canciller mayor del Rey*, como se aprecia en el hecho de que, en cinco ocasiones, hasta el reinado de Alfonso XI ambos cargos son ejercidos por la misma persona. Al mismo tiempo, otra correspondencia se puede observar entre las funciones de *canciller mayor de León* y de *notario mayor de León*, siendo el arzobispo de Santiago quien ocupará en varias ocasiones los dos cargos.

La aparición de eclesiásticos para cargos de canciller asociados ya no al rey, sino a alguno de los otros miembros de la realeza (reina, príncipe o infantes) se produce a partir del reinado de Sancho IV, siendo práctica común en adelante.

Concluyo este apartado indicando que resulta bastante significativo el hecho de que no haya ningún clérigo ejerciendo estos cargos de cancillería durante el reinado de Pedro I. La razón podría encontrarse en una decisión premeditada del rey, como ocurrió con los consejeros reales. Esto ayudaría a explicar en parte el por qué la alta clerecía castellana se pasó mayoritariamente al bando de Enrique II tras 1366<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> Así lo comentan las crónicas de la época. SALAZAR Y ACHA, Jaime de – “La cancillería real en la Corona de Castilla” ..., pp. 313-314.

<sup>16</sup> NIETO SORIA, José Manuel – “Iglesia y orígenes del Estado moderno en la Castilla Tratámara”. *Espacio, Tiempo y Forma. Serie III: Historia Medieval* 4 (1991), p. 143.

**Tabla 3**

<b>NOMBRE</b>	<b>CARGO Y AÑOS</b>	<b>CARGO ECLESIAÍSTICO</b>	<b>REINADO</b>
1. Ferdinando	Canciller real (1159)	Arcediano de la Corte (1159)	Fernando II de León
2. Pedro Suárez	Canciller real (1165)	Obispo de Salamanca	Fernando II de León
3. Adam	Canciller real (1166)	Prior (no especificado)	Fernando II de León
4. Pedro	Canciller real (1168)	Maestrescuela de Santiago	Fernando II de León
5. Rodrigo	Canciller real (1168)	Arcediano (no especificado)	Fernando II de León
6. Pelayo de Lauro	Canciller real (1169-1181)	Arcediano de Santiago	Fernando II de León
7. Guillermo de Hasta Forti	Canciller real (1178)	Arcediano de Toledo	Alfonso VIII de Castilla
8. Pedro de Cardona	Canciller real (1178-1182)	Abad de Husillos (1178-1181); Arzobispo de Toledo (1181-1182)	Alfonso VIII de Castilla
9. Pedro (III) Suárez	Canciller real (1182-1185)	Arzobispo de Santiago	Alfonso IX de León
10. Gonzalo	Canciller real (1183)	Arzobispo de Toledo	Alfonso VIII de Castilla
11. Pedro Vele = T20N1	Canciller real (1184-1188)	Arcediano de Santiago	Alfonso IX de León
12. Pedro <sup>17</sup>	Canciller real (1200)	Clérigo	Alfonso IX de León
13. Froila = T4N5	Canciller real (1202-1203)	Canónigo de Santiago	Alfonso IX de León
14. Pedro Suárez	Canciller real (1202-1203)	Arcediano (no especificado)	Alfonso IX de León
15. Fernando	Canciller real (1203-1209)	Deán de Santiago	Alfonso IX de León
16. Martín López de Pisuerga = T18N3	Canciller real (1206)	Arzobispo de Toledo	Alfonso VIII de Castilla
17. Juan Arias	Canciller real (1210)	Canónigo de Santiago	Alfonso IX de León
18. Fernando Arias	Canciller real (1211)	Canónigo de Santiago	Alfonso IX de León
19. Martín Muñoz	Canciller real (1213-1214)	Abad de Arbás	Alfonso IX de León
20. Pedro Suárez	Canciller real (1213)	Deán de Astorga	Alfonso IX de León
21. Pedro Pérez	Canciller real (1213-1224)	Arcediano de Salamanca (1213-1220); Maestrescuela de Ourense (1224)	Alfonso IX de León

<sup>17</sup> Como ocurre en este caso, en que podría pensarse en que este Pedro, clérigo, y Pedro Suárez, arcediano, fueran la misma persona, no existiendo la certeza absoluta, como sí que la hay en otros casos, se ha optado por mencionar a los dos de forma separada. Mismo criterio se ha aplicado para otros casos de homonimia.

22. (Anónimo)	Canciller real (1217)	Abad de Ourense	Alfonso IX de León
23. Juan de Soria = T1N4	Canciller real (1217-1245)	Abad de Santander (1217); Abad de Valladolid (1219-1231); Obispo de Osma (1231-1240); Obispo de Burgos (1241-1245)	Fernando III
24. Bernardo = T16N3	Canciller real (1222); Canciller real de León (hasta 1231)	Deán de Santiago (1222); Arzobispo de Santiago (1224-1237)	Alfonso IX de León, Fernando III
25. Martín	Canciller real (1222) en nombre de Bernardo	Canónigo de Santiago	Alfonso IX de León
26. Ainense	Canciller real (1228)	Canónigo de Santiago	Alfonso IX de León
27. Rodrigo Jiménez de Rada = T1N6 y T18N5	Canciller real (1231)	Arzobispo de Toledo	Fernando III
28. Pedro	Canciller real (1249)	Obispo de Jaén	Fernando III
29. Juan Arias = T1N10	Canciller real (1255)	Arzobispo de Santiago	Alfonso X
30. Sancho de Castilla = T1N16	Canciller real (1255-1261)	Arzobispo de Toledo	Alfonso X
31. Sancho de Aragón = T1N17 y T16N11	Canciller de Castilla (1266); Canciller real (1267-1272)	Arzobispo de Toledo	Alfonso X
32. Pelayo Pedro	Canciller real (1283)	Abad de Valladolid	Alfonso X
33. Juan Alfonso de Molina	Canciller real (1284-1286)	Obispo de Palencia	Sancho IV
34. Alfonso = T1N24	Canciller de la reina María (1284-1286)	Obispo de Coria	Sancho IV
35. Gonzalo García Gudiel = T1N19 y T4N18	Canciller mayor de Castilla (1286-1295); Canciller mayor de Castilla, León y Andalucía (1290-1295); Canciller mayor del rey (1297)	Arzobispo de Toledo	Sancho IV, Fernando IV
36. Juan Fernández de Sotomayor = T1N20 y T4N25	Canciller de la reina María (1290-1300)	Obispo de Tuy	Sancho IV, Fernando IV
37. Rodrigo González	Canciller de León (1290, 1292 <sup>18</sup> y 1299-1302)	Arzobispo de Santiago	Sancho IV, Fernando IV
38. Juan García	Canciller del infante regente D. Enrique de Castilla (1298)	Abad de Covarrubias	Fernando IV

<sup>18</sup> Al tratarse de un documento donde el propio arzobispo es el autor, autodenominándose *canciller*, y no siendo pues emanado por la cancillería regia, puede pensarse que el por entonces oficialmente *canciller mayor de León*, el arzobispo Gonzalo, seguía siéndolo a todos los efectos. Archivo de la Catedral de Sevilla, *Fondo Histórico General*, c. 133, d. 9/4.

39. Gonzalo Díaz	Canciller mayor de Castilla (1299-1310); Canciller real (1301-1310)	Arzobispo de Toledo	Fernando IV
40. Monio Pérez = T4N32	Canciller de la reina María (1301-1308)	Abad de Santander (1301-1325); Arcediano de Campos y Canónigo de Burgos (1308)	Fernando IV
41. Gutier Gómez	Canciller de la reina Constanza (1309)	Arcediano de Toledo	Fernando IV
42. Rodrigo Padrón = T4N28 y T16N19	Canciller mayor de León (1309-1315)	Arzobispo de Santiago	Fernando IV, Alfonso XI
43. Gutierre	Canciller mayor de Castilla (1310-1315); Canciller real (1318)	Arzobispo de Toledo	Fernando IV, Alfonso XI
44. Gonzalo = T4N27, T6N17 y T16N17	Canciller de la reina Constanza (1312)	Abad de Arbás	Fernando IV
45. Simón	Canciller real (1314)	Obispo de Sigüenza	Alfonso XI
46. Berenguel = T4N31 y T16N24	Canciller mayor de León (1318-1330)	Arzobispo de Santiago	Alfonso XI
47. Sancho Blázquez = T4N29	Canciller mayor del rey (1325); Canciller mayor de Castilla (1326)	Obispo de Ávila	Alfonso XI
48. Juan de Aragón	Canciller mayor de Castilla (1326)	Arzobispo de Toledo	Alfonso XI
49. Jimeno	Canciller mayor de Castilla (1329-1331)	Arzobispo de Toledo	Alfonso XI
50. Juan Fernández de Limia = T4N35 y T16N25	Canciller mayor de León (1331)	Arzobispo de Santiago	Alfonso XI
51. Juan	Canciller mayor del príncipe D. Pedro (1335)	Obispo de Palencia	Alfonso XI
52. Bernabé	Canciller mayor del príncipe D. Pedro (1342)	Obispo de Osma	Alfonso XI
53. Vasco = T4N40	Canciller mayor de la reina María (1345-1353)	Obispo de Palencia	Alfonso XI, Pedro I
54. Gómez Manrique = T4N44	Canciller mayor del Rey (1366-1374); Canciller mayor de Castilla (1369-1371)	Arzobispo de Toledo	Enrique II
55. Juan	Canciller de la Poridat (1367)	Obispo de Badajoz	Enrique II
56. Sancho = T9N9	Canciller mayor del príncipe D. Juan (1367)	Obispo de Oviedo	Enrique II
57. Gutierre = T4N45 y T8N2	Canciller mayor de la reina (1368-1376)	Obispo de Palencia	Enrique II
58. Rodrigo de Moscoso = T4N48 y T16N34	Canciller mayor de León (1371-1374)	Arzobispo de Santiago	Enrique II

59. Juan García Manrique = T4N50, T7N16, T8N3, T10N8 y T16N37	Canciller mayor del rey (1376-1392)	Obispo de Sigüenza (1376-1381); Obispo de Burgos (1381-1382); Arzobispo de Santiago (1383-1388)	Enrique II, Juan I, Enrique III
60. Gutierre Gómez de Toledo = T16N36	Canciller de la reina (1377-1379)	Abad de Husillos	Enrique II
61. Juan Serrano	Canciller del Sello de la Poridat (1385-1390)	Prior de Santa María de Guadalupe	Juan I
62. Juan	Canciller mayor de la reina (1392)	Obispo de Calahorra	Enrique III
63. Juan Alfonso de Madrid	Canciller real (1404-1405)	Chantre de Segovia (1404); Arcediano de Alcaraz (1404); Deán de Santiago (1405)	Enrique III
64. Pablo de Santa María = T2N4, T9N21, T16N42 y T19N3	Canciller mayor del Príncipe D. Juan (1405); Canciller mayor de Castilla (1406 y 1420)	Obispo de Cartagena (1403-1415); Obispo de Burgos (1415-1435)	Enrique III, Juan II
65. Pedro Díaz = T8N11	Canciller mayor de la reina Catalina (1406-1407)	Obispo de Ourense	Juan II
66. Sancho de Rojas = T1N32, T2N2, 8N12 y T9N22	Canciller mayor del Sello de la Poridat (1415)	Obispo de Palencia	Juan II
67. Álvaro Núñez de Isorna = T1N49, T8N14 y T9N23	Canciller mayor de la infanta Catalina (1419)	Obispo de Cuenca (1418-1445)	Juan II
68. Gutierre Álvarez de Toledo = T1N34 y T10N10	Canciller mayor de la reina (1420)	Arcediano de Guadalajara	Juan II
69. Fernando Díaz de Toledo = T16N48 y T21N4	Canciller mayor del infante Enrique (1427)	Canónigo de Sevilla y Toledo	Juan II
70. Luis Martínez de Toledo = T16N81	Canciller real (1429)	Chantre de Burgos; Canónigo de Salamanca; Canónigo de Burgos	Juan II
71. García Sánchez de Quincoces	Canciller mayor de la infanta Catalina (1429)	Clérigo de Burgos	Juan II
72. Juan de Cerezuela = T1N56	Canciller mayor de Castilla (1436)	Arzobispo de Toledo	Juan II
73. Lope de Barrientos = T1N53, T8N28, T15N17 y T19N5	Canciller mayor del Príncipe D. Enrique (1440)	Obispo de Segovia	Juan II
74. Martín Fernández de Vilches = T5N10 y T16N98	Canciller del Sello (1454)	Canónigo de Jaén y Segovia	Juan II

### 1.3. Notario real y secretario

El cargo de *notario real* tuvo una evolución similar a la de *canciller*: diversificación en paralelo con las conquistas. El número de clérigos que ejercieron este tipo de cargo es 51, si bien hay que tener presente que, a partir de principios del siglo XV, a finales del reinado de Enrique III aparece un nuevo cargo, el *secretario real*, que sustituirá al *notario*.

**Tabla 4**

NOMBRE	CARGO Y AÑOS	CARGO ECLESIASTICO	REINADO
1. Pelayo de Vizu	Notario real (1158)	Subdiácono de Santiago	Fernando II de León
2. Domingo	Notario real (1180-1207)	Abad de Valladolid	Alfonso VIII de Castilla
3. Geraldo (magister)	Notario real (1184)	Arcediano de Palencia	Alfonso VIII de Castilla
4. Mica	Notario real (1192)	Canónigo de Toledo	Alfonso VIII de Castilla
5. Froila = T3N13	Notario real (1197)	Canónigo de Santiago	Alfonso IX de León
6. Pedro Pérez	Notario real (1208-1209)	Canónigo de Ourense (1208); Canónigo de Santiago (1209)	Alfonso IX de León
7. Martín Muñoz	(Notario o escribano) (1211)	Subdiácono (no especificado)	Alfonso IX de León
8. Martín	(Notario o escribano) (1223)	Arcediano de Salamanca	Alfonso IX de León
9. Miguel Rodríguez	Notario real (1223)	Canónigo de Mondoñedo	Alfonso IX de León
10. Jordanus	Notario real (1223)	Canónigo de Santiago	Alfonso IX de León
11. Sancho Fernández	Notario real (1225)	Clérigo de Ourense	Alfonso IX de León
12. Martín Pérez	(Notario o escribano) (1237)	Canónigo de Segovia	Fernando III
13. Raimundo de Losana = T1N11, T14N1 y T18N9	Notario real (1250-1252)	Obispo de Segovia	Fernando III
14. Fernando = T17N11	Notario real (1252-1256); Notario mayor de Castilla (1255-1256)	Arcediano de Reina (1253-1255); Obispo de Palencia (1256-1265)	Alfonso X
15. Juan Alfonso	Notario real (1254); Notario real en León (1259-1266)	Arcediano de Santiago	Alfonso X
16. Suero Pérez	Notario mayor de León (1255)	Obispo de Zamora	Alfonso X
17. Fernando Anes = T9N4	Notario real (1263)	Deán de Braga	Alfonso X



18. Gonzalo García Gudiel = T1N19 y T3N35	Notario mayor de Castilla (1270-1276); Notario real (1271-1278)	Arcediano de Toledo (1270-1271), Obispo de Cuenca (1274), Obispo de Burgos (1275-1278)	Alfonso X
19. Fernando (magister)	Notario real de León (1273-1274)	Obispo de Oviedo; Arcediano de Zamora	Alfonso X
20. Sancho Pérez = T6N10	Notario de la Cámara Real (1276)	Arcediano de Baeza	Alfonso X
21. Gómez García	Notario mayor de León (1284-1286)	Abad de Valladolid	Sancho IV
22. Fernán Pérez = T1N18	Notario mayor de Castilla (1284-1287); Notario mayor de León (1289)	Obispo de Sigüenza (1284-1286); Arzobispo de Sevilla (1287-1289, no consagrado); Deán de Sevilla (1289)	Sancho IV
23. Martín = T1N21, T6N11 y T10N4	Notario mayor de Andalucía (1284-1286); Notario mayor de León (1286-1288); Notario mayor de Castilla, León y Andalucía (1290-1295)	Obispo de Calahorra (1284-1286); Obispo de Astorga (1287-1295)	Sancho IV
24. Gil	Notario mayor de la Cámara Real (1285-1286)	Obispo de Badajoz	Sancho IV
25. Juan Fernández de Sotomayor = T1N20 y T3N36	Notario mayor de Andalucía (1286-1287); Notario mayor de León (1301)	Obispo de Tuy	Sancho IV, Fernando IV
26. Alonso	Notario mayor de León (1297-1310)	Obispo de Astorga	Fernando IV
27. Gonzalo = T3N44, T6N17 y T16N17	Notario mayor de Andalucía (1310-1312)	Abad de Arbás	Fernando IV
28. Rodrigo Padrón = T3N42 y T16N19	Notario mayor de León (1310-1315)	Arzobispo de Santiago	Fernando IV
29. Sancho Blázquez = T3N47	Notario mayor de Castilla (1314)	Obispo de Ávila	Alfonso XI
30. Fernando = T7N13	Notario mayor de Andalucía (1314-1315)	Arzobispo de Sevilla	Alfonso XI
31. Berenguel = T3N46 y T16N24	Notario mayor de León (1318-1330)	Arzobispo de Santiago	Alfonso XI
32. Monio Pérez = T3N40	Notario mayor de Castilla (1325)	Abad de Santander	Alfonso XI
33. Pedro (magister)	Notario mayor de Toledo (1325-1327); Notario mayor de Andalucía (1328)	Maestrescuela de Toledo (1325); Obispo de Cartagena (1327-1328)	Alfonso XI

34. Juan del Campo	Notario mayor de Andalucía (1325-1328 y 1329); Notario mayor de León (1328); Notario mayor de Castilla (1332-1333)	Arcediano de Sarria (1325); Arcediano de Lugo (1326); Arcediano de Carballeda (1327); Obispo de Cuenca (1328); Obispo de Oviedo (1328-1333); Obispo de León (1333-1344)	Alfonso XI
35. Juan Fernández de Limia = T3N50 y T16N25	Notario mayor de León (1331)	Arzobispo de Santiago	Alfonso XI
36. Suero Pérez	Notario mayor de Castilla (1335)	Maestre de Alcántara	Alfonso XI
37. Gonzalo	Notario mayor de León (1345)	Obispo de Sigüenza	Alfonso XI
38. Nuño	Notario mayor de Andalucía (1348)	Obispo de Astorga	Alfonso XI
39. Juan Núñez = T1N26	Notario mayor de Castilla (1350-1353)	Maestre de Calatrava	Pedro I
40. Vasco = T3N53	Notario mayor de León (1351-1353)	Obispo de Palencia	Pedro I
41. Pedro Alfonso = T16N29 y T17N38	Notario de Castilla (1351); Notario de Andalucía (1353)	Arcediano de Castro	Pedro I
42. Gutier Gomes	Notario mayor de Latín (1352)	Chantre de Santiago	Pedro I
43. Gómez = T16N30	Notario mayor de León (1354-1357); Notario mayor de Castilla (1360-1361)	Arzobispo de Santiago	Pedro I
44. Gómez Manrique = T3N54	Notario mayor de Castilla (1363-1364)	Arzobispo de Toledo	Pedro I
45. Gutierre = T3N57 y T8N2	Notario mayor de Andalucía (1367)	Obispo de Palencia	Enrique II
46. Juan Martín Manrique	Notario mayor de los Privilegios rodados (1367)	Arcediano de Calatrava	Enrique II
47. Alfonso Barrasa = T8N4	Notario mayor de León (1368); Notario mayor de Andalucía (1371-1374)	Obispo de Salamanca (1361-1382)	Enrique II
48. Rodrigo de Moscoso = T3N58 y T16N34	Notario mayor de León (1369-1374)	Arzobispo de Santiago	Enrique II
49. Pedro Fernández de Soria	Notario mayor de los Privilegios rodados (1369-1374)	Arcediano de Alcaraz	Enrique II
50. Juan García Manrique = T3N59, T7N16, T8N3, T10N8 y T16N37	Notario mayor de León (1384-1392)	Arzobispo de Santiago	Juan I, Enrique III
51. Pedro	Notario mayor de los Privilegios rodados (1392)	Obispo de Plasencia	Enrique III

Se puede observar una cierta evolución – *cursus honorum* dentro de la administración – para aquellos prelados que ocuparon el cargo de *notario mayor* de alguna de las regiones administrativas y acabaron ejerciendo el de *canciller mayor* (destacados en la Tabla 3).

El primer cargo de *notario real* ocupado por un eclesiástico de la alta jerarquía aparece solamente a partir de 1250, en los últimos años del reinado de Fernando III, siendo todos los restantes canónigos, arcedianos, frailes o clérigos, a excepción de Domingo, abad de Valladolid. Con su hijo, Alfonso X, los prelados empiezan a desempeñar con asiduidad los cargos de *notario mayor de Castilla*, *notario mayor de León* y *notario mayor de Andalucía*.

Como ya se comentó anteriormente, existe solo un caso de un prelado que ocupara los tres cargos al mismo tiempo, también entre 1290 y 1295, como ocurrió con el cargo de *canciller*. En este caso, se trató de Martín, obispo de Astorga, en la época de Sancho IV. Se podría conjeturar una cierta intencionalidad del rey por centralizar la administración real, precisamente después de las disputas con su padre y la hipótesis de cercenar el reino para favorecer a los hijos del fallecido heredero al trono y hermano de Sancho IV, Fernando de la Cerda<sup>19</sup>. No obstante, al no haber datos concluyentes, queda en simple posibilidad, puesto que, tras la muerte del rey en 1295, esos cargos vuelven a quedar separados territorialmente.

Otros cargos de notario que han sido desempeñados por eclesiásticos son los de *notario de la Cámara Real* (durante los reinados de Alfonso X y Sancho IV), *notario mayor de latín* (solamente durante el reinado de Pedro I) y *notario mayor de los privilegios rodados* (con Enrique II y Enrique III).

Estrechamente ligado al cargo de *notario* se encuentra el de *secretario*, que aparece por primera vez en la cancillería regia, para eclesiásticos, en 1403. No hay

---

<sup>19</sup> DÍAZ MARCILLA, Francisco José – “Lealtades y deslealtades eclesiásticas durante la *cuestión sucesoria* entre Alfonso X y Sancho IV (1282-1284)”. *Edad Media. Revista de Historia* 18 (2017), p. 200.

un motivo claro, pero podría intuirse que ese cambio se produce por una cuestión semántica, ya que se generaliza el término “notario” para todos aquellos que ejercen funciones de redacción de documentos legales, desde el ámbito de la ciudad y los gremios hasta instancias más superiores como cortes de nobles o eclesiásticas. En cambio, el “secretario” se circunscribiría a la estricta esfera de la monarquía.

Se recogen 10 personajes que desempeñaron esa función, no siendo ninguno de ellos un miembro del alto clero (clérigos simples, canónigos catedralicios o arcedianos). Parecen trabajar varios al mismo tiempo y, en época de Juan II, suelen compaginar este cargo con el de *embajador* y de *capellán real*.

**Tabla 5**

<b>NOMBRE</b>	<b>CARGO Y AÑOS</b>	<b>CARGO ECLESIASTICO</b>	<b>REINADO</b>
1. Pedro Fernández de la Cámara = T9N16	Secretario real (1403)	Clérigo	Enrique III
2. Enrico Schulte = T9N37	Secretario real (1419-1424)	Clérigo de Utrecht	Juan II
3. Juan Alfonso de Zamora = T9N34	Secretario real (1421-1424)	Canónigo de León	Juan II
4. Rodrigo Gutiérrez de Barcenilla = T9N47	Secretario real (1431)	Arcediano de Toro	Juan II
5. Luis González de los Llanos	Secretario real (1433-1442)	Canónigo de León	Juan II
6. Juan González de la Maina = T9N56 y T16N113	Secretario real (1434-1435)	Maestrescuela de Sigüenza	Juan II
7. Juan González de Valladolid = T16N47	Secretario real (1435)	Abad de Covarrubias	Juan II
8. Rodrigo Sánchez de Arévalo = T9N59 y T16N100	Secretario real (1441)	Canónigo de Burgos y Arcediano de Treviño	Juan II
9. Fernando González de Sigüenza = T16N118	Secretario real (1448)	Chantre de Sigüenza	Juan II
10. Martín Fernández de Vilches = T3N74 y T16N98	Secretario del Príncipe (1452)	Canónigo de Jaén y Segovia	Juan II

#### 1.4. *Iussor* y escribano

Como se comentó anteriormente, la función de *iussor* es un apelativo que, recientemente, la Marina Kleine<sup>20</sup> ha utilizado, con mucho criterio, para denominar a aquel que transmite la orden regia para que sea transformada en texto escrito. Esa transformación es la que corre a cargo de los escribanos. No está clara la asignación de tareas entre *iussores*, *notarios*, *cancilleres* y *escribanos*, por lo menos en los primeros reinados en León y Castilla hasta Alfonso X, pudiéndonos encontrar con textos redactados o “mandados hacer” por alguno de estos perfiles indistintamente. Se puede, además, evidenciar el recorrido curricular de algunos de ellos pues van subiendo en el escalafón de *iussores* a *notarios* y de ahí, en el caso solamente de Gonzalo, abad de Arbás, a *canciller*. Sí parece claro que los clérigos que desempeñaban esta función de *iussor* dejaron de hacerlo tras el reinado de Alfonso XI.

Para el caso de los escribanos, queda también patente que fueron muy pocos los clérigos implicados en esa tarea (solamente 2 y en los primeros reinados), no volviendo a aparecer después. Se ha optado por incluir a un clérigo denominado *letrado* pues se considera que su función era muy semejante a la de los *escribanos*.

**Tabla 6**

NOMBRE	CARGO Y AÑOS	CARGO ECLESIASTICO	REINADO
1. Martino	<i>Iussor</i> (1159)	Arzobispo de Santiago	Fernando II de León
2. Pedro	<i>Iussor</i> (1159)	Obispo de Mondoñedo	Fernando II de León
3. Ferdinando	<i>Iussor</i> (1161)	Arzobispo de Santiago (1161)	Fernando II de León
4. Michaelis	Scriptor (1210)	Clérigo de S. Vicente de la Barquera	Alfonso VIII de Castilla
5. Fernando Velasco	Escribano (1227)	Fraile de Junquera	Alfonso IX de León
6. Suero	<i>Iussor</i> (1253)	Arcediano (no especificado)	Alfonso X
7. Pedro	<i>Iussor</i> (1262-1263)	Obispo de Cuenca	Alfonso X

<sup>20</sup> KLEINE, Marina – *La cancellería real de Alfonso X ...*, pp. 58-66.

8. Fernán García = T14N3 y T17N14	<i>Iussor</i> (1263-1273); <i>Iussor</i> del infante D. Fernando de la Cerda (1275)	Arcediano de Niebla	Alfonso X
9. Juan Pérez	<i>Iussor</i> (1274)	Arcediano de Murcia	Alfonso X
10. Sancho Pérez = T4N20	<i>Iussor</i> (1278)	Arcediano de Baeza	Alfonso X
11. Martín = T1N21, T4N23 y T10N4	<i>Iussor</i> (1282) del infante Sancho	Deán de Astorga	Alfonso X
12. Rodrigo Díaz = T13N3 y T17N24	<i>Iussor</i> (1284-1296)	Abad de Valladolid	Sancho IV, Fernando IV
13. Rodrigo Martínez	<i>Iussor</i> (1286-1290)	Chantre de Toledo	Sancho IV
14. Bartolomé Estébanez	<i>Iussor</i> (1289)	Canónigo de Astorga	Sancho IV
15. Gonzalo = T16N13	<i>Iussor</i> (1290-1292)	Abad de Alfaro	Sancho IV
16. Gonzalo Pérez	<i>Iussor</i> (1291-1292)	Arcediano de Úbeda	Sancho IV
17. Gonzalo = T3N44, T4N27 y T16N17	<i>Iussor</i> (1292-1310)	Abad de Arbás	Sancho IV, Fernando IV
18. Gonzalo Rodríguez	<i>Iussor</i> (1293)	Arcediano de Salamanca	Sancho IV
19. Juan Gil	<i>Iussor</i> (1293-1294)	Chantre de Astorga	Sancho IV
20. Juan Pérez	<i>Iussor</i> (1294)	Canónigo de Córdoba	Sancho IV
21. Pedro Yáñez = T17N28	<i>Iussor</i> de la reina (1294); <i>Iussor</i> del rey y del regente D. Enrique (1301)	Maestrescuela de Lugo (1294-1301); Arcediano de Cervera (1301)	Sancho IV, Fernando IV
22. Sancho	<i>Iussor</i> (1304)	Abad de Arbás	Fernando IV
23. Juan Martínez	<i>Iussor</i> (1326)	Arcediano de Huete	Alfonso XI
24. Pedro Fernández	<i>Iussor</i> (1326)	Canónigo de Oviedo	Alfonso XI
25. Pedro Sánchez	Letrado de la Cancillería real (1428)	Clérigo	Juan II

### 1.5. Otros cargos

Para terminar esta exposición de eclesiásticos en el servicio de la administración real, es necesario hacer referencia a otros cargos que han ocupado a lo largo del período estudiado, si bien no con continuidad ni con tanta presencia. En primer lugar, nos referiremos al cargo de *pesquisador*, es decir, aquel al que el rey le encarga dirimir una cuestión concreta, como un pleito, una delimitación de lindes o una cuestión de jurisdicciones. Como se puede observar por los años de desempeño, no es una función continuada en el tiempo, sino circunstancial y, solo en un caso, repite la misma persona. Es una tarea que fue encargada a clérigos más

profusamente en los reinados de Fernando III y su nieto, y mucho más esporádicamente en el resto, hasta ir siendo sustituido por un cargo mucho más orgánico, estable y atinente a las cuestiones judiciales como el de *oidor de la Real Audiencia*, que se verá a continuación. Por último, comentar que prácticamente no aparecen nada más que 2 clérigos de alto rango (obispos): uno en 1314, siendo la siguiente aparición precisamente la última, ya en 1379 y en concomitancia con la articulación de los *oidores*.

**Tabla 7**

<b>NOMBRE</b>	<b>CARGO Y AÑOS</b>	<b>CARGO ECLESIAÍSTICO</b>	<b>REINADO</b>
1. Primitus	Pesquisador (1225)	Arcipreste de Frías	Fernando III
2. S.	Pesquisador (1226 y 1232)	Abad de San Pedro de Gumiel	Fernando III
3. Stephanus	Pesquisador (1226)	Abad de Santa María de la Vid	Fernando III
4. Pedro Fernández = T16N5	Pesquisador (1238)	Arcediano de Astorga	Fernando III
5. Pedro Guillérmez	Pesquisador (1250)	Chantre de Santiago	Fernando III
6. Pedro Martínez	Pesquisador (1250)	Arcediano de Santiago	Fernando III
7. Garci Campos	Pesquisador (1262)	Chantre de Burgos	Alfonso X
8. José de Medina	Pesquisador (1262)	Abad de San Quirce	Alfonso X
9. Fernán	Juez del rey (1285)	Maestrescuela de Córdoba	Sancho IV
10. Pascual = T17N21	Pesquisador (1291)	Arcediano de Olmedo	Sancho IV
11. Pedro Díaz	Pesquisador (1294)	Arcediano de Montenegro	Sancho IV
12. Gonzalo Pérez	Juez (1305)	Maestre de Alcántara	Fernando IV
13. Fernando = T4N30	Pesquisador (1311)	Arzobispo de Sevilla	Fernando IV
14. Gonzalo	Juez (1314)	Obispo de Burgos	Alfonso XI
15. Juan Alfonso de Ribadeo	Pesquisador (1352)	Canónigo de Mondoñedo	Pedro I
16. Juan García Manrique = T3N59, T4N50, T8N3, T10N8 y T16N37	Pesquisador (1379)	Obispo de Sigüenza	Juan I

Es más que probable que, en la articulación del estado que se va haciendo necesaria a lo largo del siglo XIV, la monarquía prefiriera estructurar la gestión de la justicia ordinaria con la creación del cargo de los *oidores de la Real Audiencia*<sup>21</sup>. La administración de justicia deja entonces de ser algo esporádico y de competencia exclusiva del monarca, para articularse en un organismo como la Real Audiencia que actúa en nombre del rey, pero requiriéndolo solamente para refrendar sentencias o ser la última instancia. Cabe el honor de incorporar a clérigos en esta nueva tarea a Pedro I, aunque solo fuera una vez. Posteriormente, serán los Trastámara quienes generalicen este cargo, con la presencia de dos o más *oidores* al mismo tiempo y los estabilicen en el tiempo.

**Tabla 8**

NOMBRE	CARGO Y AÑOS	CARGO ECLESIASTICO	REINADO
1. Fernán Estébanez	Oidor (1358)	Abad de Santa Coloma	Pedro I
2. Gutierre = T3N57 y T4N45	Oidor (1371)	Obispo de Palencia	Enrique II
3. Juan García Manrique = T3N59, T4N50, T7N16, T10N8 y T16N37	Oidor (1371 y 1376-1381)	Obispo de Orense (1370-1375; Obispo de Sigüenza (1376-1381)	Enrique II, Juan I
4. Alfonso Barrasa = T4N47	Oidor (1378)	Obispo de Salamanca	Enrique II
5. Gonzalo	Oidor (1391)	Obispo de Segovia	Enrique III
6. Lope de Mendoza = T1N39, T9N12 y T16N49	Oidor (1391)	Abad de Husillos	Enrique III
7. Juan Ramírez de Guzmán	Oidor (1394)	Obispo de Tuy	Enrique III
8. Vicente Arias de Balboa = T9N13	Oidor (1396 y 1413)	Arcediano de Toledo (1396); Obispo de Plasencia (1413)	Enrique III, Juan II
9. Diego de Anaya y Maldonado = T1N37 y T9N27	Oidor (1401 y 1415)	Obispo de Salamanca; Obispo de Cuenca	Enrique III, Juan II
10. Gonzalo Rodríguez de Neyra	Oidor (1406)	Arcediano de Almazán	Enrique III

<sup>21</sup> DÍAZ MARTÍN, Luis Vicente – “Sobre los orígenes de la Real Audiencia”. *Historia, Instituciones, Documentos* 21 (1994), pp. 125-308.



11. Pedro Díaz = T3N65	Oidor (1407)	Obispo de Ourense	Juan II
12. Sancho de Rojas = T1N32, T2N2, T3N66 y T9N22	Oidor (1407 y 1415)	Obispo de Palencia	Juan II
13. Alfonso de Illescas	Oidor (1410-1414)	Deán de Segovia (1403); Obispo de Zamora (1403-1413); Obispo de Burgos (1413-1415)	Juan II
14. Álvaro Núñez de Isorna = T1N49, T3N67 y T9N23	Oidor (1410-1442)	Obispo de Mondoñedo (1400-1415); Obispo de León (1415-1418); Obispo de Cuenca (1418-1445)	Juan II
15. Juan de Illescas = T1N33 y T2N3	Oidor (1413)	Obispo de Sigüenza	Juan II
16. Gonzalo Sánchez	Oidor (1413-1419)	Arcediano de Salnes (1413-1415); Arcediano de Calatrava (1416)	Juan II
17. Alfonso Fernández	Oidor (1415)	Obispo de Salamanca (1412-1422)	Juan II
18. Alfonso de Cartagena = T1N38 y T9N35	Oidor (1415 y 1440)	Deán de Santiago (1415); Obispo de Burgos (1435-1456)	Juan II
19. Fernando Martínez Dávalos = T9N29	Oidor (1416)	Deán de Segovia	Juan II
20. Diego Gómez de Fuensalida = T1N40	Oidor (1419)	Obispo de Zamora	Juan II
21. Fortún Velázquez de Cuéllar = T1N41, T10N11 y T16N80	Oidor (1419)	Canónigo de Palencia	Juan II
22. Sancho de Rojas = T1N50 y T9N44	Oidor (1423)	Obispo de Astorga	Juan II
23. Gonzalo de Santa María = T1N46 y T9N31	Oidor (1427)	Obispo de Plasencia	Juan II
24. Pedro López de Miranda = T1N47 y T16N77	Oidor (1431)	Abad de Santander	Juan II
25. Pedro de Castilla = T1N52	Oidor (1435 y 1452)	Obispo de Osma (1433-1440); Obispo de Palencia (1440-1461)	Juan II
26. Luis Álvarez de Paz = T9N53	Oidor (1436)	Clérigo	Juan II
27. Pedro Alfonso de Valladolid = T9N58 y T16N45	Oidor (1438)	Obispo de Zamora	Juan II

28. Lope de Barrientos = T1N53, T3N73, T15N17 y T19N5	Oidor (1440)	Obispo de Segovia	Juan II
29. Pedro García de Huete = T16N120	Oidor (1449)	Canónigo de Toledo	Juan II
30. Rodrigo de Luna = T1N60 y T16N117	Oidor (1448)	Abad de Jerez	Juan II
31. Gonzalo de Vivero = T1N61	Oidor (1449)	Obispo de Salamanca	Juan II
32. Alfonso de Madrigal = T1N62, T9N62 y T16N90	Oidor (1453)	Canónigo de Salamanca (1442); Maestrescuela de Salamanca (1446)	Juan II

Ni qué decir tiene que el cargo de *embajador* fue ampliamente ejercido por clérigos desde los inicios del período<sup>22</sup>, si bien no hay constancia documental para los reinados de las monarquías leonesas y castellanas antes de la unión. Por sus conocimientos de latín, lengua franca de la época, y las posibilidades de conexiones con clérigos de otros reinos europeos, la profusa presencia de religiosos en la siguiente tabla no es de extrañar, llegando al número de 66. No hay constancia de clérigos como *embajadores* únicamente para los reinados de Fernando IV, Alfonso XI y Enrique II. Por contrapartida, la presencia de 51 clérigos como *embajadores* solamente en el reinado de Juan II tiene una explicación lógica: es en ese momento que se producen los sucesivos concilios de Pisa, Constanza, Siena y Basilea para acabar con el Cisma de Occidente<sup>23</sup>.

<sup>22</sup> Una aproximación general en VIGIL MONTES, Néstor – “Cuestiones metodológicas acerca del rol de los eclesiásticos en la formación de la diplomacia de las monarquías europeas en la Baja Edad Media”. *Vegueta* 18 (2018), pp. 403-423.

<sup>23</sup> VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Eclesiásticos en la diplomacia castellana en el siglo XV”. *Anuario de Estudios Medievales* 40/2 (2010), pp. 791-819.

Tabla 9

NOMBRE	CARGO Y AÑOS	CARGO ECLESIASTICO	REINADO
1. Juan	Embajador: Alemania (1220)	Abad de San Zoilo de Carrión	Fernando III
2. Guillermo	Embajador: Roma (1239)	Abad de Sahagún	Fernando III
3. Martín Núñez = T10N1	Embajador- Procurador: Portugal (1263)	Maestre del Temple	Alfonso X
4. Fernando Anes = T4N17	Embajador- Procurador: Portugal (1263)	Deán de Braga	Alfonso X
5. Suero	Embajador: Francia (1283)	Obispo de Cádiz	Alfonso X
6. Ademaro	Embajador: Santa Sede (1283)	Obispo de Ávila	Alfonso X
7. (Anónimo)	Embajador: Aragón (1294)	Arcediano de Segovia	Sancho IV
8. Alberto	Embajador: Aragón (1294)	Fraile franciscano	Sancho IV
9. Sancho = T3N56	Embajador: Navarra (1364)	Obispo de Oviedo	Pedro I
10. Fernando de Illescas = T1N35, T15N5 y T18N10	Embajador: Navarra (1383); Juan de Gante (1387); Francia (1396); Corte Benedicto XIII (1416); Constanza (1417)	Fraile franciscano	Juan II
11. Gómez Fernández	Embajador: Aviñón (1389)	Clérigo	Juan I
12. Lope de Mendoza = T1N39, T8N6 y T16N49	Embajador: Francia y Aviñón (1393-1395)	Obispo de Mondoñedo	Enrique III
13. Vicente Arias de Balboa = T8N8	Embajador: Aviñón (1395)	Arcediano de Toledo	Enrique III
14. Alfonso de Argüelles	Embajador: Aviñón (1401)	Obispo de León (1403-1415)	Enrique III
15. Juan de Guzmán	Embajador: Corte de Benedicto XIII (1402)	Obispo de Zamora	Enrique III
16. Pedro Fernández de la Cámara = T5N1	Embajador: Inglaterra (1403); Corte de Benedicto XIII (1408); Constanza (1417)	Clérigo (1403 y 1408); Canónigo de Burgos y Arcediano de Grado (1417)	Enrique III, Juan II
17. Alonso de Egea	Embajador: Corte Benedicto XIII (1405)	Obispo de Ávila; Arzobispo de Sevilla	Enrique III
18. Alfonso de Alcocer = T15N6	Embajador: Corte Benedicto XIII e Inocencio VII (1405-1406)	Fraile franciscano	Enrique III

19. Fernando García	Embajador: Corte de Benedicto XIII (1407) por la reina Catalina de Lancaster	Prior de Medina	Juan II
20. Juan Rodríguez de Villalón = T10N9 y T16N46	Embajador: Corte de Benedicto XIII (1407); Constanza (1416-1417).	Prior de Husillos (1407); Deán de Ourense (1407); Canónigo de Oviedo (1407); Arcediano de Gordón (1407); Obispo de Badajoz (1415-1417)	Juan II
21. Pablo de Santa María = T2N4, T3N64, T16N42 y T19N3	Embajador: Perpiñán (1408)	Obispo de Cartagena	Juan II
22. Sancho de Rojas = T1N32, T2N2, T3N66 y T8N12	Embajador: Aragón (1411) por el regente infante D. Fernando	Obispo de Palencia	Juan II
23. Álvaro Núñez de Isorna = T1N49, T3N67 y T8N14	Embajador: Roma (1415 y 1421); Basilea (1434-1436)	Obispo de Mondoñedo (1400-1415); Obispo de León (1415-1418); Obispo de Cuenca (1418-1445)	Juan II
24. Luis de Valladolid	Embajador: Constanza (1416-1417); Aragón (1422)	Fraile Dominico	Juan II
25. Juan	Embajador: Constanza (1416)	Obispo de Badajoz	Juan II
26. Juan Fernández de Rupello	Embajador: Constanza (1416)	Clérigo	Juan II
27. Diego de Anaya y Maldonado = T1N37 y T8N9	Embajador: Constanza (1416-1417); Francia (1419-1420)	Obispo de Cuenca; Arzobispo de Sevilla	Juan II
28. Rodrigo Díaz de Torres	Embajador: Corte de Benedicto XIII (1416) por la reina Catalina	Canónigo y Arcediano de Gordón	Juan II
29. Fernando Martínez Dávalos = T8N19	Embajador: Constanza (1416-1417)	Deán de Segovia	Juan II
30. Fernando Pérez de Ayala = T1N36	Embajador: Constanza (1416-1417)	Clérigo	Juan II
31. Gonzalo de Santa María = T1N46 y T8N23	Embajador: Corte de Benedicto XIII (1416); Basilea (1434-1436)	Arcediano de Briviesca (1410-1422); Maestrescuela de Cartagena (1418-1422)	Juan II
32. Juan de Cervantes = T1N54	Embajador: Corte de Benedicto XIII (1417) por la reina Catalina; Siena (1423-1424)	Canónigo de Toledo (1415); Arcediano de Sevilla (1423); Canónigo de Burgos (1423); Obispo de Astorga (1423-1430)	Juan II

33. Rodrigo de Bernal	Embajador: Francia (1419)	Canónigo de Sevilla	Juan II
34. Juan Alfonso de Zamora = T5N3	Embajador: Portugal (1421); Basilea (1434)	Canónigo de León (1410); Racionero de León (1433)	Juan II
35. Alfonso de Cartagena = T1N28 y T8N18	Embajador: Emisario regio (1421); Portugal (1421, 1423 y 1424); Alemania (1437-1439)	Canónigo de Burgos (1421-1435); Obispo de Burgos (1435-1456)	Juan II
36. Alfonso (el Licenciado)	Embajador: Roma (1423)	Licenciado en Decretos	Juan II
37. Enrico Schulte = T5N2	Embajador: Siena (1423-1424)	Clérigo de Utrecht	Juan II
38. Alfonso Martínez de Toledo = T16N87	Embajador: Aragón (1424)	Arcediano de Talavera (1424-1433)	Juan II
39. Sancho López de Velasco = T1N44	Embajador: Aragón (1424)	Obispo de Salamanca	Juan II
40. Diego Bedán de Mayorga = T1N43	Embajador: Aragón (1424)	Obispo de Cartagena	Juan II
41. Francisco de Soria = T1N45	Embajador: Navarra (1429)	Fraile franciscano	Juan II
42. Pedro de Bocanegra = T1N51 y T16N84	Embajador: Navarra (1429); Florencia (1436)	Obispo de Tuy	Juan II
43. Juan Álvarez de Toledo	Embajador: Roma (1429)	Canónigo de Palencia	Juan II
44. Sancho de Rojas = T1N50 y T8N22	Embajador: Inglaterra (1430)	Obispo de Astorga	Juan II
45. Juan del Corral	Embajador: Inglaterra (1430); Basilea (1434)	Fraile dominico	Juan II
46. Alonso Carrillo de Albornoz	Embajador: legado de Castilla en Basilea (1431 y 1432)	Cardenal de San Eustaquio	Juan II
47. Rodrigo Gutiérrez de Barcenilla = T5N4	Embajador: Roma (1432)	Arcediano de Toro	Juan II
48. Juan de Torquemada	Embajador: Basilea (1432-1434); Roma (1449)	Fraile dominico (1432-1434); Cardenal de San Sixto (1449)	Juan II
49. Alfonso Carrillo de Acuña = T1N59	Embajador: Basilea (1434)	Obispo de Sigüenza (1434-1446); Arzobispo de Toledo (1446-1482)	Juan II
50. Alfonso de Santa María	Embajador: Basilea (1434)	Deán de Santiago (1434)	Juan II

51. Juan de Silva	Embajador: Basilea (1434)	Clérigo	Juan II
52. Lope de Galdo	Embajador: Basilea (1434)	Ministro Provincial en Hispania de la O. Dominica	Juan II
53. Luis Álvarez de Paz = T8N26	Embajador: Basilea (1434)	Clérigo	Juan II
54. Pedro Sánchez	Embajador: Basilea (1434)	Clérigo	Juan II
55. Gil Fernández de Toledo = T16N86	Embajador: Roma (1434)	Abad de Alfaro	Juan II
56. Juan González de la Maina = T5N6 y T16N113	Embajador: Basilea (1434); Aragón (1451, 1454 y 1456)	Maestrescuela de Sigüenza (1417-1443); Tesorero de León (1448)	Juan II
57. Juan Carrillo	Embajador: Francia (1435)	Arcediano de Cuenca	Juan II
58. Pedro Alfonso de Valladolid = T8N27 y T16N45	Emisario regio: en Jaén (1438-1439)	Obispo de Zamora	Juan II
59. Rodrigo Sánchez de Arévalo = T5N8 y T16N100	Embajador: Alemania (1438 y 1442-1443)	Clérigo de Segovia (1438); Canónigo de Burgos y Arcediano de Treviño (1440)	Juan II
60. Alfonso González de Herrera	Embajador: Roma (1439-1442)	Abad de Santa Colomba (1439-1447)	Juan II
61. Alfonso de Velasco	Embajador: Navarra (1440)	Abad de Valladolid y Arcediano de Valpuesta (1440)	Juan II
62. Alfonso de Madrigal = T1N62, T8N32 y T16N90	Embajador: Nápoles (1443)	Canónigo de Salamanca (1442)	Juan II
63. Juan Alfonso de Cuenca o Cherino = T1N58 y T16N75	Embajador: Sicilia (1444); Aragón (1445)	Abad de Alcalá la Real	Juan II
64. Pedro de Cervantes = T16N114	Embajador: Aragón (1444)	Canónigo de Burgos y de Cuenca	Juan II
65. Antonio de Regondi	Embajador: Aragón (1445)	Clérigo de Jaén	Juan II
66. Alfonso de Segura	Embajador: Portugal (1445)	Deán de Sevilla	Juan II

Existe otra figura, calificada por la documentación como *emisario* o *procurador*, que tendría la misma potestad plena que un *embajador*, pero sin salir del territorio. Está relacionado principalmente con las reuniones que se producen entre *embajadores* de otros reinos o estados, o con reuniones entre grupos de poder, que buscan solucionar un conflicto o problema. Estas figuras representan al rey en las negociaciones, pero sin estar presente el mismo, bien por ser un asunto no excesivamente importante, bien para salvaguardar su seguridad. Las veces que los clérigos han desempeñado esta función es mucho menor, con un total de 12. Hay reinados que no cuentan con ninguno y otros, como los de Alfonso X o Juan II que sí contaron con hasta tres y cuatro clérigos. Cabe terminar resaltando que la vinculación entre *embajadores* y *procuradores* es más bien escasa, contándose únicamente con dos clérigos que ejercieron ambas funciones.

Tabla 10

NOMBRE	CARGO Y AÑOS	CARGO ECLESIASTICO	REINADO
1. Martín Núñez = T9N3	Procurador- Embajador (1263)	Maestre del Temple	Alfonso X
2. Pelayo Pérez Correa = T1N13	Procurador- Embajador (1263)	Maestre de Santiago	Alfonso X
3. Pascual	Procurador (1263)	Obispo de Jaén	Alfonso X
4. Martín = T1N21, T4N23 y T6N11	Representante del Rey (1284) en Burgos	Obispo de Calahorra	Sancho IV
5. Juan Osorez = T1N22, T11N1 y T20N4	Procurador (1304- 1305)	Maestre de Santiago	Fernando IV
6. Gonzalo	Procurador (1308)	Obispo de Zamora	Fernando IV
7. Juan Sánchez de Roelas	Apoderado (1351)	Obispo de Segovia	Pedro I
8. Juan García Manrique = T3N59, T4N50, T7N16, T8N3 y T16N37	Procurador (1383)	Arzobispo de Santiago	Juan I
9. Juan Rodríguez de Villalón = T9N20 y T16N46	Emisario regio: ante la embajada portuguesa (1408); ante la embajada francesa (1408)	Prior de Husillos (1407); Deán de Ourense (1407); Canónigo de Oviedo (1407); Arcediano de Gordón (1407).	Juan II

10. Gutierre Álvarez de Toledo = T1N34 y T3N68	Emisario regio ante embajada de Francia (1408); Emisario regio en las conversaciones con los Infantes de Aragón (1429-1445)	Arcediano de Guadalajara (1408); Obispo de Palencia (1423-1439); Arzobispo de Sevilla (1439-1442); Arzobispo de Toledo (1442-1445)	Juan II
11. Fortún Velázquez de Cuéllar = T1N41, T8N21 y T16N80	Representante del Rey (1443) en Roma	Deán de Segovia	Juan II
12. Juan de Castro	Procurador (1451)	Canónigo de Burgos	Juan II

Entrando ya en la categoría de cargos más relacionados con la gestión administrativa de cuestiones más territoriales como la hacienda o la guerra, donde el cargo se suele desempeñar ya lejos de la corte, se debe comentar en primer lugar el cargo de *adelantado mayor*<sup>24</sup>. Dadas las características principalmente militares que implica, los *adelantados mayores* de la Frontera, de Murcia o de Galicia, han recaído – cuando están en manos de religiosos – en maestros de las órdenes militares.

Como se puede observar en la tabla, no fueron muchos (6) ni tampoco en todos los reinados. De hecho, el primero no aparece hasta el siglo XIV, con Fernando IV, época en la que también aparece el último, con Juan I. Ningún maestre o prior ocupó el cargo de *adelantado mayor de Castilla, de León o de Andalucía*, siendo principalmente destinados a las zonas “calientes” como la frontera o Murcia, con la excepción de Galicia, si bien, en plena guerra entre Enrique II y Pedro I.

<sup>24</sup> ORTUÑO SÁNCHEZ-PEDREÑO, José María – *El Adelantado de la Corona de Castilla*. Murcia: EDITUM, 1993.



**Tabla 11**

NOMBRE	CARGO Y AÑOS	CARGO ECLESIAÍSTICO	REINADO
1. Juan Osorez = T1N22, T10N5 y T20N4	Adelantado mayor de Murcia (1300-1305)	Maestre de Santiago	Fernando IV
2. Vasco Rodríguez = T19N2 y T20N6	Adelantado mayor de la Frontera (1328)	Maestre de Santiago	Alfonso XI
3. Gutier Gómez de Toledo = T20N9	Adelantado mayor de Murcia (1360-1365)	Prior de San Juan (1360-1365); Maestre de Alcántara (1364)	Pedro I
4. Martín López	Adelantado mayor de Murcia (1365)	Maestre de Alcántara	Pedro I
5. Gómez Pérez de Porres	Adelantado mayor de Galicia (1367)	Prior de San Juan	Enrique II
6. Pedro Muñiz	Adelantado mayor de la Frontera (1367-1382)	Maestre de Calatrava	Enrique II, Juan I

Cabe añadir a esta lista unas definiciones de funciones en la documentación, que, si bien sin especificar un título concreto, podrían asociarse a la función del *adelantado mayor*, por tratarse de asuntos militares. Se trata de estos puestos:

7. Lorenzo Suárez de Figueroa	Responsable de la frontera de Badajoz (1402)	Maestre de Santiago	Enrique III
8. Gonzalo de Estúñiga = T1N57	Defensor de Jaén (1439)	Obispo de Jaén	Juan II

Otro cargo que está a mitad de camino entre el ámbito de la justicia y el de la administración territorial es el *merino*. Clérigos ejerciendo esta función son solamente 3, ya que el cargo de *merino* recayó desde temprano entre los miembros de la nobleza.

**Tabla 12**

NOMBRE	CARGO Y AÑOS	CARGO ECLESIASTICO	REINADO
1. Gutierre	Merino (1170)	Abad (no especificado)	Alfonso VIII
2. Fernando	Merino real en Galicia (1194)	Abad (no especificado)	Alfonso IX de León
3. Fernando Rodríguez de Valbuena = T19N5	Merino mayor de Galicia (1332)	Prior del Hospital de San Juan	Alfonso XI

Algunos religiosos más (6) desempeñaron la función de *colector de rentas*, cargo estrechamente vinculado a la hacienda real. Cabe destacar que solamente actuaron bajo los reinados de Sancho IV y Fernando IV, nunca tratándose de altos prelados.

**Tabla 13**

NOMBRE	CARGO Y AÑOS	CARGO ECLESIASTICO	REINADO
1. Alfonso Martínez	Recaudador del diezmo en León (1285)	Canónigo de Astorga	Sancho IV
2. Fernán Fernández = T17N23	Recaudador real en Tuy (1294)	Canónigo de Tuy	Sancho IV
3. Rodrigo Díaz = T6N12 y T17N24	Recaudador real (1294)	Abad de Valladolid	Sancho IV
4. Bartolomeo Sánchez de Sevilla = T17N29	Recaudador de la "cruzada" para la O. de Santiago (1303)	Clérigo del Maestre de Santiago	Fernando IV
5. Gonzalo Pérez	Recaudador de la infanta D. Blanca (1312)	Clérigo	Fernando IV
6. Sancho Yáñez	Recaudador de la infanta D. Blanca (1312)	Criado de la infanta (sacerdote)	Fernando IV

Hay un puesto administrativo, que solo tuvo vigencia en el reinado de Alfonso X y que atañe de lleno al asunto del reparto de las nuevas tierras conquistadas en Andalucía principalmente. En la documentación aparece como *partidor*, que es el término que hemos preferido conservar. Estos son los 5 clérigos que actuaron como tales:

**Tabla 14**

NOMBRE	CARGO Y AÑOS	CARGO ECLESIASTICO	REINADO
1. Raimundo de Losana = T1N11, T4N13 y T18N9	Partidor (1253)	Obispo de Segovia	Alfonso X
2. Martín de Fitero = T17N13	Partidor (1263)	Arcediano de Córdoba	Alfonso X
3. Fernán García = T6N8 y T17N14	Censor (1263) y Partidor (1267)	Arcediano de Niebla	Alfonso X
4. Miguel	Partidor (1263)	Obispo de Lugo	Alfonso X
5. Juan	Partidor (1264)	Obispo de Ourense	Alfonso X

## 2. Clérigos en la esfera doméstica de la monarquía: cargos y funciones

### 2.1. El *confesor real*

En lo concerniente al servicio doméstico en la casa real, también aquí encontraremos una amplia gama de cargos y funciones, con la especificidad de que algunos de ellos son competencia exclusiva de la clerecía. Es lo que ocurre con el primero que se va a analizar: la figura del *confesor real*. El conocimiento sobre esta importantísima e influyente figura ha tenido un cierto auge en las últimas décadas<sup>25</sup>, si bien sigue siendo un cargo poco estudiado. Ciertamente es que el carácter secreto y reservado de sus deliberaciones con el monarca, reina o los infantes impide poder esclarecer con seguridad qué papel jugó en la toma de decisiones de cariz político. 19 son los confesores identificados hasta ahora, aunque nada menos que 14 pertenecen a la época de Juan II. Esto, obviamente, no quiere decir que antes no hubiera confesores, sino que estos personajes difícilmente aparecen en la documentación producida por las cancillerías reales. Se sabe que cada miembro de la casa real (rey, reina, infantes y herederos) tenía su propio confesor.

<sup>25</sup> ARQUERO CABALLERO, Guillermo Fernando – *El confesor real en la Castilla de los Trastámara: 1366-1504*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2016. Tesis Doctoral.

El motivo para que no aparezca claramente puede deberse a que esté implícita su función en otras categorías, como el *clérigo del rey*, *testamentero* o incluso *consejero* o *canciller*, dependiendo de la época. Dado que no es el objetivo de este estudio averiguar la causa de este asunto, pasaremos a enumerar la lista de los *confesores*:

**Tabla 15**

NOMBRE	CARGO Y AÑOS	CARGO ECLESIAÍSTICO	REINADO
1. Pedro Ruiz	Confesor del infante regente D. Enrique de Castilla (1303)	Fraile	Fernando IV
2. Pedro Pérez	Confesor del infante regente D. Pedro de Castilla (1317)	Fraile franciscano	Alfonso XI
3. Pedro López de Aguiar	Confesor real (1352)	Obispo de Lugo	Pedro I
4. Pedro de Belorado	Confesor real (1380)	Fraile	Juan I
5. Fernando de Illescas = T1N35, T9N10 y T18N10	Confesor real (1389 y 1416)	Fraile franciscano	Juan I; Juan II
6. Alfonso de Alcocer = T9N18	Confesor real (1406-1410)	Fraile franciscano	Enrique III, Juan II
7. Antonio	Confesor del infante D. Fernando (1410)	Prior de Caleruega	Juan II
8. Pedro	Confesor del infante D. Fernando (1410)	Fraile	Juan II
9. Juan de Santiago	Confesor del infante D. Enrique de Aragon (1416)	Fraile franciscano	Juan II
10. Juan de Morales	Confesor de la reina Catalina (1417)	Fraile	Juan II
11. Diego de Támara	Confesor de la reina Leónor de Alburquerque (1418)	Desconocido	Juan II
12. García de Castronuño	Confesor de la reina Catalina (1418)	Obispo de Coria	Juan II
13. Juan Conejo	Confesor de la infanta D. Catalina de Castilla (1419)	Fraile dominico	Juan II
14. Luis de Valladolid	Confesor real (1422)	Deán de la Facultad de Teología de Valladolid	Juan II
15. Álvaro de Córdoba	Confesor de la reina Catalina (1423)	Vicario de los dominicos en Hispania (1427)	Juan II

16. Alfonso de Cusanza = T1N48	Confesor real (1423-1437)	Fraile dominico; Obispo de Ourense (1420-1424); Obispo de León (1424-1437)	Juan II
17. Lope de Barrientos = T1N53, T3N73, T8N28 y T19N5	Confesor real (1438-1454)	Obispo de Segovia (1438-1441); Obispo de Ávila (1441-1445); Obispo de Cuenca (1445-1469)	Juan II
18. Sancho de Canales	Confesor de la reina Maria de Aragón (1441)	Fraile franciscano	Juan II
19. Alfonso Vázquez Peleas = T1N64 y T16N121	Confesor del príncipe D. Enrique (1452)	Canónigo de Segovia	Juan II

## 2.2. El capellán real y el clérigo del rey

Un cargo que perdura en el tiempo es el de *capellán real*<sup>26</sup>. Desde los primeros reinados por separado de León y Castilla – con la excepción de Alfonso VIII –, al principio del período objeto de estudio, hasta Juan II, quien fomentó notablemente la estructuración de la Capilla Real, encontramos nada menos que 123 clérigos ocupando esta función. Cabe indicar, a la vista de la evolución del cargo, una tendencia a la “honorificación”, ya que si para Alfonso X el *capellán del rey* estaba equiparado con el *canciller* en lo alto de la jerarquía administrativa del reino<sup>27</sup>, posteriormente encontramos que Enrique II estipuló en 1366 que todos los abades de monasterios de patronato regio fueran reconocidos automáticamente como *capellanes reales*<sup>28</sup>. Cabe comentar, además, que el arzobispo de Santiago de Compostela fue designado casi siempre como *capellán mayor del rey* desde Fernando IV en adelante, confirmando esta hipótesis del cargo honorífico.

<sup>26</sup> Uno de los estudios más completos en: NOGALES RINCÓN, David – *La representación religiosa de la monarquía Castellano-leonesa: la Capilla Real (1252-1504)*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2009.

<sup>27</sup> KLEINE, Marina – “Para la guarda de la poridad, del cuerpo y de la tierra del rey: los oficiales reales y la organización de la corte de Alfonso X”. *Historia, Instituciones, Documentos* 35 (2008), pp. 236-237.

<sup>28</sup> Archivo Histórico Nacional, *Clero-Secular Regular*, c. 313, n. 19.

**Tabla 16**

<b>NOMBRE</b>	<b>CARGO Y AÑOS</b>	<b>CARGO ECLESIAÍSTICO</b>	<b>REINADO</b>
1. Martín Muñoz	Capellán Real (1163)	Clérigo	Fernando II de León
2. Pedro	Capellán de la Reina (1200-1209)	Clérigo	Alfonso IX de León
3. Bernardo = T3N24	Capellán real de León (1231)	Arzobispo de Santiago	Fernando III
4. Martín	Capellán de la Reina-madre (1231)	Abad de Santo Domingo de Silos	Fernando III
5. Pedro Fernández = T7N4	Capellán Real (1238 y 1248)	Arcediano de Astorga (1238); Obispo de Astorga (1248-1250)	Fernando III
6. Fernando	Capellán Real (1253-1258)	Abad de Santillana (1253); Obispo de Córdoba (1258)	Alfonso X
7. Garci Perez	Capellán Real (1253)	Canónigo de Sevilla	Alfonso X
8. Juan	Capellán real (1253)	Canónigo de Sevilla	Alfonso X
9. Domingo	Capellán de la reina Juana (1255)	Clérigo	Alfonso X
10. Polo	Capellán de la reina Violante (1255)	Clérigo	Alfonso X
11. Sancho de Aragón = T1N17 y T3N31	Capellán mayor del rey (1272)	Arzobispo de Toledo	Alfonso X
12. Juan Martínez	Capellán mayor de la Capilla Real (1283-1284)	Clérigo	Alfonso X
13. Gonzalo = T6N15	Capellán real (1288-1290)	Abad de Alfaro	Sancho IV
14. Pedro Martínez	Capellán Real (1291)	Abad de Covarrubias	Sancho IV
15. Ruy Pérez	Clérigo de la Capilla real (1291)	Abad de Santillana	Sancho IV
16. Gonzalo Pérez	Capellán Real (1294)	Abad de Santander	Sancho IV
17. Gonzalo = T3N44, T4N27 y T6N17	Capellán Real (1294-1297)	Abad de Arbás	Sancho IV, Fernando IV
18. Alfon Pérez	Capellán Real (1303-1304)	Abad de Santillana	Fernando IV
19. Rodrigo Padrón = T3N42 y T4N28	Capellán mayor del rey (1310-1315)	Arzobispo de Santiago	Fernando IV, Alfonso XI
20. Gonzalo Martínez	Capellán real (1311)	Clérigo	Fernando IV
21. Pedro Álvarez	Capellán real (1311)	Clérigo	Fernando IV

22. Domingo Martín	Capellán Real (1312)	(Desconocido)	Fernando IV
23. Francisco Martínez	Capellán de la reina María (1312)	Clérigo	Alfonso XI
24. Berenguel = T3N46 y T4N31	Capellán mayor del rey (1318-1330)	Arzobispo de Santiago	Alfonso XI
25. Juan Fernández de Limia = T3N50 y T4N35	Capellán mayor del rey (1331)	Arzobispo de Santiago	Alfonso XI
26. Pedro = T1N28	Capellán mayor del rey (1345)	Arzobispo de Santiago	Alfonso XI
27. Diego González = T17N36	Prior de la Capilla real de Toledo (1347)	Arcediano de Talavera	Alfonso XI
28. García	Capellán Real (1348)	Abad de Valdedios	Alfonso XI
29. Pedro Alfonso = T4N41 y T17N38	Capellán mayor de la Capilla Real de Córdoba (1351)	Arcediano de Castro	Pedro I
30. Gómez = T4N43	Capellán mayor del rey (1354)	Arzobispo de Santiago	Pedro I
31. Suer Gomes	Capellán mayor del rey (1363-1364)	Arzobispo de Santiago	Pedro I
32. Juan Martínez	Capellán mayor de la Capilla Real en Toledo (con Enrique II)	Clérigo	Enrique II
33. Lope	Capellán real o Capellán mayor del rey (1366-1371)	Abad de San Salvador de Oña	Enrique II
34. Rodrigo de Moscoso = T3N58 y T4N48	Capellán mayor del rey (1368-1374)	Arzobispo de Santiago	Enrique II
35. Diego Fernández = T17N40	Capellán real (1371)	Prior de Santa María de Guadalupe	Enrique II
36. Gutierre Gómez de Toledo = T3N60	Capellán mayor de la reina (1379)	Abad de Husillos	Enrique II
37. Juan García Manrique = T3N59, T4N51, T7N16 y T8N3	Capellán real (1384)	Arzobispo de Santiago	Juan I
38. Juan Martínez de Melgar	Capellán de la Capilla de los Reyes Nuevos de Toledo (1385, 1397, 1403 y 1422)	Clérigo	Juan I, Enrique III, Juan II

39. Juan Martínez de Burgos	Capellán real (con Juan I)	Clérigo	Juan I
40. Gonzalo Sanchez de Mena	Capellán real (1393)	Clérigo	Enrique III
41. Juan Martínez de Vitoria	Capellán real (1393)	Arcediano de Berberiego	Enrique III
42. Pablo de Santa María = T2N4, T3N64, T9N21 y T19N3	Capellán mayor del rey (1403)	Obispo de Cartagena	Enrique III
43. Martín González	Capellán real (1407)	Clérigo de Medina de Pomar	Juan II
44. Francisco Díaz	Capellán real (1407)	Racionero de Toledo	Juan II
45. Pedro Alfonso de Valladolid = T8N27 y T9N58	Capellán real (1407)	Racionero de Toledo	Juan II
46. Juan Rodríguez de Villalón = T9N20 y T10N9	Capellán de la reina (1407-1417)	Prior de Husillos (1407); Deán de Ourense (1407); Canónigo de Oviedo (1407); Arcediano de Gordón (1407); Obispo de Badajoz (1415-1417)	Juan II
47. Juan González de Valladolid = T5N7	Capellán real (1418-1436)	Abad de Covarrubias (1427); Canónigo de Burgos (1436)	Juan II
48. Fernando Díaz de Toledo = T3N69 y T21N4	Capellán mayor de la reina Leonor de Alburquerque (1418); Capellán mayor de la Capilla Real de Toledo (1426)	Arcediano de Alzira (1418); Canónigo de Sevilla y Toledo (1426)	Juan II
49. Lope de Mendoza = T1N39, T8N6 y T9N12	Capellán mayor del rey (1420)	Arzobispo de Santiago	Juan II
50. Juan García	Capellán mayor del rey (con Juan II, muerto en 1424)	Abad de Santander	Juan II
51. Pedro Rodríguez de Moya	Capellán mayor de la Capilla de Catalina de Lancaster en Toledo (1415); Capellán mayor de la Capilla de los reyes nuevos de Toledo (1420)	Clérigo	Juan II



52. Pablo García	Capellán real de la Capilla de los Reyes Nuevos de Toledo (1420)	Canónigo de Toledo	Juan II
53. Alfonso Martínez Logrosán	Capellán real de la Capilla de los Reyes Nuevos de Toledo (1420-1422); Capellán de la reina-madre D. Leonor de Alburquerque (1420-1422)	Clérigo	Juan II
54. Alfonso Fernández de Villalón	Capellán real de la Capilla de los Reyes Nuevos de Toledo (1422)	Clérigo	Juan II
55. Alfonso Rodríguez de Peñalver	Capellán real de la Capilla de los Reyes Nuevos de Toledo (1422)	Clérigo	Juan II
56. Antonio Fernández	Capellán real de la Capilla de los Reyes Nuevos de Toledo (1422)	Clérigo	Juan II
57. Antonio Martínez de Utrera	Capellán real de la Capilla de los Reyes Nuevos de Toledo (1422)	Clérigo	Juan II
58. Diego Gómez	Capellán real de la Capilla de los Reyes Nuevos de Toledo (1422)	Clérigo	Juan II
59. Fernando Alfonso de Guadalupe	Capellán de la Capilla de los Reyes Nuevos de Toledo (1422)	Clérigo	Juan II
60. Fernando Gómez de Madrigal	Capellán de la Capilla de los Reyes Nuevos de Toledo (1422)	Clérigo	Juan II
61. Juan Fernández de Pedrosa	Capellán de la Capilla de los Reyes Nuevos de Toledo (1422)	Clérigo	Juan II
62. Juan Fernández de Santander	Capellán de la Capilla de los Reyes Nuevos de Toledo (1422)	Clérigo	Juan II
63. Juan González Frato	Capellán de la Capilla de los Reyes Nuevos de Toledo (1422)	Clérigo	Juan II

64. Juan Martínez de Toledo	Capellán de la Capilla de los Reyes Nuevos de Toledo (1422)	Abad de Covarrubias	Juan II
65. Martín Fernández de Sevilla	Capellán de la Capilla de los Reyes Nuevos de Toledo (1422)	Clérigo	Juan II
66. Miguel Sánchez	Capellán de la Capilla de los Reyes Nuevos de Toledo (1422)	Clérigo	Juan II
67. Nuño González de Cáceres	Capellán de la Capilla de los Reyes Nuevos de Toledo (1422)	Clérigo	Juan II
68. Pedro Alfonso de Cruz	Capellán de la Capilla de los Reyes Nuevos de Toledo (1422)	Clérigo	Juan II
69. Pedro Fernández de Carrera	Capellán de la Capilla de los Reyes Nuevos de Toledo (1422)	Clérigo	Juan II
70. Pedro Fernández de las Cañas	Capellán de la Capilla de los Reyes Nuevos de Toledo (1422)	Clérigo	Juan II
71. Pedro González de Ocaña	Capellán de la Capilla de los Reyes Nuevos de Toledo (1422)	Clérigo	Juan II
72. Pedro Ramírez	Capellán de la Capilla de los Reyes Nuevos de Toledo (1422)	Clérigo	Juan II
73. Toribio Fernández	Capellán de la Capilla de los Reyes Nuevos de Toledo (1422)	Clérigo	Juan II
74. Juan Martínez de Villarreal	Chantre de la Capilla de los Reyes Nuevos de Toledo (1422-1454)	Clérigo	Juan II
75. Juan Alfonso de Cuenca o Cherino = T1N58 y T9N63	Capellán de la Capilla de los Reyes Nuevos de Toledo (1422); Capellán real (1433-1445)	Clérigo (1422-1436); Abad de Alcalá la Real (1436-1445)	Juan II
76. Alfonso Martínez de Burguillos	Capellán en la Capilla de los Reyes Viejos de Toledo (1422-1436)	Arcipreste de Canales (1422); Tesorero de Toledo (1425); Prior de la Algaba (1434-1436)	Juan II

77. Pedro López de Miranda = T1N47 y T8N24	Capellán mayor del rey (1425-1438)	Abad de Santillana (1424); Canónigo de Oviedo (1424); Canónigo de Burgos (1425); Abad de Santander (1431)	Juan II
78. Alfonso Sánchez de Valladolid	Capellán real (1425-1430)	Arcediano de Gordón (1430); Abad de Jerez (1430-1433)	Juan II
79. Pedro Fernández de Fonte	Capellán de la reina (1426)	Deán de Astorga	Juan II
80. Fortún Velázquez de Cuéllar = T1N41, T8N21 y T10N11	Capellán mayor (1427)	Canónigo de Segovia	Juan II
81. Luis Martínez de Toledo = T3N70	Capellán real (1429)	Canónigo de Burgos y Salamanca	Juan II
82. Diego Fernández de Vadillo	Capellán real (1429-1444)	Canónigo de Burgos (1429); Abad de Truiga (1436); Canónigo de Toro (1444)	Juan II
83. Fernando Ruiz de Aguayo	Capellán real (1430)	Chantre de Córdoba	Juan II
84. Pedro de Bocanegra = T1N51 y T9N42	Capellán real (1430)	Obispo de Tuy	Juan II
85. Alfonso de Villegas	Capellán real (1431)	Arcediano de Lara (1431)	Juan II
86. Gil Fernández de Toledo = T9N55	Capellán real (1431)	Abad de Alfaro	Juan II
87. Alfonso Martínez de Toledo = T9N38	Capellán de la Capilla de los Reyes Viejos de Toledo (1432-1438)	Arcediano de Talavera (1424-1433)	Juan II
88. Juan Alfonso	Capellán real (1433-1436)	Presbítero de Zamora	Juan II
89. Juan López de Castro	Capellán real (1434)	Canónigo de Toledo (1434-1440); Arcediano de Palenzuela (1434)	Juan II
90. Alfonso de Madrigal = T1N62, T8N32 y T9N62	Capellán real de la Capilla de los Reyes Nuevos de Toledo (1436)	Canónigo de Salamanca (1442)	Juan II
91. Alfonso Solís	Capellán real (1436)	Canónigo de Salamanca (1436)	Juan II
92. Francisco Fernández	Capellán real (1436)	Canónigo de Coria	Juan II
93. García Álvarez	Capellán real (1436)	Clérigo	Juan II

94. Juan Rodríguez de Camargo	Capellán real (1436)	Canónigo de Coria	Juan II
95. Juan Sánchez	Capellán real (1436)	Abad de San Salvador de Sevilla	Juan II
96. Juan Vázquez	Capellán real (1436)	Prior de Aroche	Juan II
97. Luis Núñez de Toledo	Capellán real (1436)	Clérigo	Juan II
98. Martín Fernández de Vilches = T3N74 y T5N10	Capellán real (1436)	Maestro de la Capilla Real	Juan II
99. Pedro de Cabañas	Capellán real (1436)	Clérigo	Juan II
100. Rodrigo Sánchez de Arévalo = T5N8 y T9N59	Capellán real (1436)	Clérigo de Segovia	Juan II
101. Sancho Martín	Capellán real (1436)	Provisor de Villafranca	Juan II
102. Juan González	Chantre de la Capilla real (1436)	Clérigo	Juan II
103. Vasco López	Capellán real (1436); Capellán mayor del rey (1439)	Prior de Aracena	Juan II
104. Alfonso Sánchez de Jaén	Capellán real (1436-1442)	Canónigo de Toledo (1436)	Juan II
105. Juan Martínez	Capellán y Tesorero de la Capilla Real (1436)	Canónigo de Santiago	Juan II
106. Juan Rodríguez de Toro	Capellán y Sacristán real (1437)	Arcediano de Valderas	Juan II
107. Juan Carrillo	Capellán real (1438)	Arcediano de Ledesma	Juan II
108. Diego García de Comontes	Capellán real (1439)	Arcediano de Cartagena	Juan II
109. Alfonso de Contreras	Capellán real (1440)	Canónigo de León	Juan II
110. Juan Núñez	Capellán de la reina (1440)	Arcipreste de Madrid	Juan II
111. Fernando Vázquez	Capellán mayor de la reina María (1442-1445)	Deán de Palencia	Juan II
112. Juan García de Melgosa	Capellán real (1443)	Deán de Lugo	Juan II
113. Juan González de Maina = T5N6 y T9N56	Capellán real (1443)	Maestrescuela de Sigüenza	Juan II

114. Pedro de Cervantes = T9N64	Capellán real (1444)	Canónigo de Cuenca y de Burgos	Juan II
115. Gome Díaz de Ysla	Capellán real (1445)	Arcediano de Carballada	Juan II
116. Pedro de Vega	Capellán real (1447)	Canónigo de Palencia	Juan II
117. Rodrigo de Luna = T1N60 y T8N30	Capellán mayor del rey (1448)	Abad de Jerez	Juan II
118. Fernando González de Sigüenza = T5N9	Capellán real (1448)	Chantre de Sigüenza	Juan II
119. Rodrigo Díaz de Teixeiro	Capellán real (1448)	Tesorero de Ourense	Juan II
120. Pedro García de Huete = T8N29	Capellán real (1449); Capellán mayor del rey (1453)	Canónigo de Toledo (1448); Deán de Toledo (1453)	Juan II
121. Alfonso Vázquez Peleas = T1N64 y T15N19	Capellán real (1452)	Canónigo de Segovia (1452)	Juan II
122. Arias Díaz	Capellán real (1453)	Presbítero de Toledo	Juan II
123. Diego de Durango	Capellán real (1453)	Canónigo de Palencia	Juan II

En consonancia con el cargo anterior, existe un puesto dentro de la esfera doméstica que estaría más estrechamente vinculado con el asesoramiento espiritual – y por lo tanto también temporal – a los monarcas: el *clérigo del rey*. Su vinculación es más estrecha y personal pues están continuamente en la corte, a diferencia de los *capellanes*, cuya presencia ante el monarca es requerida muchas veces solo para eventos especiales. Como se comentó anteriormente, podría pensarse que estos *clérigos del rey* también habrían ejercido la función de *confesores*, ya que su presencia en la documentación se remonta al principio del período estudiado y desaparecen con Enrique II, precisamente el momento en que el *capellán real* aumenta en número y en presencia. Del por qué no hay constancia con Fernando III no hay una respuesta clara, pudiendo ser que el *capellán* ya incluía esta figura o que otros clérigos con otros cargos la desempeñaran. De cualquier forma, el número total es de 40.

Tabla 17

NOMBRE	CARGO Y AÑOS	CARGO ECLESIASTICO	REINADO
1. Fernando Martínez	Clérigo del rey (1162)	Canónigo de León	Fernando II de León
2. Nuño Díaz	Clérigo del rey (1162)	Clérigo	Fernando II de León
3. Martín Xira	Clérigo del rey (1164)	Clérigo	Fernando II de León
4. Pelayo Íñiguez	Clérigo del rey (1179)	Canónigo de Mondoñedo	Fernando II de León
5. Pedro	Clérigo del rey (1188)	Arcediano de Plasencia y Arcipreste de Ávila	Alfonso VIII de Castilla
6. Michael	Vasallo del rey (1193)	Clérigo	Alfonso VIII de Castilla
7. Pedro Franco	Clérigo y Vasallo del Rey (1195)	Canónigo de Astorga	Alfonso IX de León
8. Nicholas	Clérigo del rey (1229)	Clérigo	Alfonso IX de León
9. Lope Pérez	Clérigo del rey (1254)	Obispo de Córdoba	Alfonso X
10. Pedro Pérez	Clérigo del rey (1255)	Clérigo	Alfonso X
11. Fernando (maese) = T4N14	Clérigo del rey (1263)	Arcediano de Reina	Alfonso X
12. Bernaldo	Clérigo del Rey (1263)	Clérigo	Alfonso X
13. Martín de Fitero = T14N2	Clérigo del Rey (1263)	Arcediano de Córdoba	Alfonso X
14. Fernán García = T6N8 y T14N3	Clérigo del Rey (1267)	Arcediano de Niebla	Alfonso X
15. Miguel Díaz	Clérigo del Rey (1267-1270)	Arcediano de Córdoba	Alfonso X
16. García Martínez	Clérigo del Rey (1268)	Deán de Cartagena	Alfonso X
17. Juan Mateo	Clérigo del Rey (1277)	Maestrescuela de Córdoba	Alfonso X
18. Gonzalo	Clérigo del Rey (1284)	Clérigo	Alfonso X
19. García Martínez	Clérigo del Rey (1289)	Abad de Santa Pía	Sancho IV
20. Gutier González	Clérigo del Rey (1290)	Clérigo	Sancho IV
21. Pascual = T7N10	Clérigo del Rey (1291)	Arcediano de Olmedo	Sancho IV
22. Pedro	Clérigo del Rey (1293)	Obispo de Ávila	Sancho IV
23. Fernán Fernández = T13N2	Clérigo del Rey (1294)	Canónigo de Tuy	Sancho IV
24. Rodrigo Díaz = T6N12 y T13N3	Clérigo del Rey (1294)	Abad de Valladolid	Sancho IV

25. Alfonso Martínez	Clérigo del Rey (1294)	Arcediano de Álava (1294)	Sancho IV
26. Jufre de Loaysa	Clérigo del Rey (1294)	Arcediano de Toledo	Sancho IV
27. Pedro Domínguez	Clérigo del Rey (1297)	Arcediano de Segovia y Canónigo de Toledo	Fernando IV
28. Pedro Yáñez = T6N21	Clérigo del Rey (1300)	Arcediano de Murcia y Maestrescuela de Lugo	Fernando IV
29. Bartolomeo Sánchez de Sevilla = T13N4	Clérigo del Rey (1303)	Clérigo del Maestre de Santiago	Fernando IV
30. Pedro González de Villareal	Clérigo del Rey (1303)	Clérigo del Maestre de Santiago	Fernando IV
31. Gonzalo Pérez	Clérigo del rey (1304-1311)	Abad de Covarrubias	Fernando IV
32. Martín Sánchez	Clérigo del Rey (1311)	Clérigo	Fernando IV
33. Alfonso Martínez	Clérigo del Rey (1312)	Prior de San Marcos de León (1303)	Fernando IV
34. Gil Pérez	Clérigo de la Reina (1312)	Arcediano de Pedroche	Alfonso XI
35. Pedro	Clérigo del Rey (1340)	Prior de Guadalupe y Cardenal de España	Alfonso XI
36. Diego González = T16N27	Clérigo del Rey (1347)	Arcediano de Talavera	Alfonso XI
37. Toribio Fernández	Clérigo del Rey (1348-1365)	Prior de Santa María de Guadalupe	Alfonso XI, Pedro I
38. Pedro Alfonso = T4N41 y T16N29	Clérigo del Rey (1353)	Arcediano de Castro	Pedro I
39. Martín García	Clérigo del Rey (1358)	Prior de La Algaba	Pedro I
40. Diego Fernández = T16N35	Clérigo del Rey (1368-1376)	Prior de Santa María de Guadalupe	Enrique II

Cabe hacer un inciso, antes de continuar, para aclarar que existieron otros cargos vinculados con la esfera doméstica de la casa real y su faceta religiosa, como los *limosneros*, *cantores*, *organistas*, etc. Sin embargo, dado que no aparecen explícitamente en la documentación de cancillería, se decidió no incluirlos entre los listados<sup>29</sup>.

<sup>29</sup> Remitimos en este sentido a CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula – “La Casa de Juan I de Castilla: aspectos domésticos y ámbitos privados de la realeza castellana a finales del siglo XIV (ca. 1370-1390)”. *En la España Medieval* 34 (2011), pp. 133-180.

### 2.3. Otros cargos

Muchas veces, los eclesiásticos que desempeñan el papel de *testamentarios* tienen una relevancia mayor que otras posiciones teóricamente más altas, incluso en casos en que los clérigos no hayan ejercido ningún cargo en el servicio regio administrativo o doméstico. Son aquellos en los que es depositado el mandato regio y son los veladores de que se cumpla. No obstante, se encuentran en esta categoría solamente 11 clérigos, siendo los reyes que confiaron en ellos Alfonso VIII de Castilla, Alfonso X y Enrique III.

**Tabla 18**

NOMBRE	CARGO Y AÑOS	CARGO ECLESIASTICO	REINADO
1. Fernando Díaz	Testamentario real (1204)	Maestre de Santiago	Alfonso VIII de Castilla
2. Guterius Ermildi	Testamentario real (1204)	Prior del Hospital	Alfonso VIII de Castilla
3. Martín López de Pisuerga = T3N16	Testamentario real (1204)	Arzobispo de Toledo	Alfonso VIII de Castilla
4. Rodrigo	Testamentario real (1204)	Obispo de Segovia	Alfonso VIII de Castilla
5. Rodrigo Jiménez de Rada = T1N6 y T3N27	Testamentario real (1214)	Arzobispo de Toledo	Alfonso VIII de Castilla
6. Tellius	Testamentario real (1214-1215)	Obispo de Palencia	Alfonso VIII de Castilla
7. Garci Fernández	Testamentario real (1284)	Maestre de Alcántara	Alfonso X
8. Juan Martínez	Testamentario real (1284)	Clérigo	Alfonso X
9. Raimundo de Losana = T1N11, T4N13 y T14N1	Testamentario real (1284)	Arzobispo de Sevilla	Alfonso X
10. Fernando de Illescas = T1N35, T9N10 y T15N5	Testamentario real (1406)	Fraille franciscano	Enrique III
11. Juan Enríquez	Testamentario real (1406)	Ministro franciscano	Enrique III



Un cargo relevante dentro de la esfera doméstica de la monarquía, más por su impacto en el futuro que en el presente, es el de *ayo* o *maestro*, es decir, el encargado de la educación y formación de los príncipes. En la documentación, sin embargo, aparecen mencionados explícitamente, como cargo reconocido, muy pocas veces, encontrándose entre los clérigos que desempeñaron esta función los cinco siguientes:

**Tabla 19**

NOMBRE	CARGO Y AÑOS	CARGO ECLESIASTICO	REINADO
1. Rodrigo Pérez = T1N23 y T20N3	"Amo" del rey (1293-1295)	Maestre de Calatrava	Sancho IV
2. Vasco Rodríguez = T11N2 y T20N6	Ayo del infante D. Pedro (1335)	Maestre de Santiago	Alfonso XI
3. Pablo de Santa María = T2N4, T3N64, T9N21 y T16N42	Maestro del Príncipe (1405)	Obispo de Cartagena	Juan II
4. Juan	Maestro del rey (1419)	Obispo de Badajoz	Juan II
5. Lope de Barrientos = T1N53, T3N73, T8N28 y T15N17	Maestro del Príncipe (1429-1434)	Fraile	Juan II

También muy cercanos a la vida cotidiana de los monarcas y la familia real se encuentran los *mayordomos mayores*<sup>30</sup>, quienes, prácticamente desde Sancho IV en adelante, fueron únicamente maestros y priores de órdenes militares, quizá debido a la intrínseca función derivada de servir de guardia personal del rey. De cualquier forma, los reyes Trastámara optaron por la nobleza para este cargo.

<sup>30</sup> Para una panorámica general del cargo: VEAS ARTESEROS, Francisco de Asís; VEAS ARTESEROS, María del Carmen – “Alférez y mayordomo real en el siglo XIII”. *Miscelánea medieval murciana* 13 (1986), pp. 29-48.

Tabla 20

NOMBRE	CARGO Y AÑOS	CARGO ECLESIASTICO	REINADO
1. Pedro Vele = T3N11	Mayordomo real (1188)	Arcediano de Santiago	Alfonso IX
2. Juan Arias	Vice-Mayordomo del rey (1218)	Clérigo	Alfonso IX
3. Rodrigo Pérez = T1N23 y T19N1	Mayordomo del rey (1293-1294)	Maestre de Calatrava	Sancho IV
4. Juan Osorez = T1N22, T10N5 y T11N1	Mayordomo mayor del rey (1298-1301)	Maestre de Santiago	Fernando IV
5. Fernando Rodríguez de Valbuena = T12N3	Mayordomo mayor del rey (1328-1332)	Prior del Hospital de San Juan	Alfonso XI
6. Vasco Rodríguez = T11N2 y T19N2	Mayordomo mayor del infante D. Pedro (1335)	Maestre de Santiago	Alfonso XI
7. Garci Álvarez	Mayordomo mayor del infante D. Alfonso (1360-1361)	Maestre de Santiago	Pedro I
8. Diego García	Mayordomo mayor del rey (1361-1364)	Maestre de Calatrava	Pedro I
9. Gutier Gómez de Toledo = T11N3	Mayordomo mayor del infante D. Fernando (1363)	Prior del Hospital de San Juan	Pedro I

Otros cargos también vinculados a la gestión cotidiana de la casa real son los de *despensero mayor*, *camarero mayor* o *médico*. Dado que solamente hay un clérigo para cada uno de estos cargos recogidos en la documentación, los presentamos todos juntos, incluyendo un *colaborador del rey* y un *servicio regio*, cuya función no queda clara, aunque se intuye que tiene que ver con esa ayuda diaria en la casa del rey.

Tabla 21

NOMBRE	CARGO Y AÑOS	CARGO ECLESIASTICO	REINADO
1. Gonzalo Martínez	Despensero mayor del Rey (1338)	Maestre de Calatrava	Alfonso XI
2. Pedro Fernández de Velasco	Camarero mayor del rey (1374)	Obispo de Palencia	Enrique II
3. Pedro Fernández de Frías	Colaborador del rey (1394)	Obispo de Osma	Enrique III

4. Fernando Díaz de Toledo = T3N69 y T16N48	Médico del infante Enrique de Aragón (1411); Médico de Fernando I de Aragón (1412)	Clérigo	Enrique III
5. Pedro Fernández de Poblaciones	Servicio regio (1412)	Clérigo	Juan II

### 3. Conclusiones

Dadas la extensión del artículo y el objetivo último – que era la presentación de los resultados, distribuidos por listas, del análisis documental – las conclusiones serán breves. No obstante, antes de ir a ellas, cabe destacar un dato más que sirve para contextualizar toda esta información. Hay documentos, principalmente catedralicios y pontificios, y otro tipo de fuentes, como las crónicas, que evidencian que las decisiones políticas tomadas por clérigos en momentos especialmente delicados – como la pugna entre Alfonso X y su hijo Sancho, o Pedro I contra su hermanastro Enrique – jugaron un papel crucial, a pesar de no tener un cargo específico asignado, o aparecer ocupando un cargo menor. Esto no queda reflejado en la documentación de cancillería, por lo que remitimos a futuros estudios sobre el tema<sup>31</sup>.

A esto habría que sumar toda la información concerniente a los beneficios y privilegios que la Corona otorgó a determinados clérigos y/o a comunidades de clérigos (cabildos catedralicios y monasterios), que puede ser consultada en la página web del proyecto DEGRUPE, pero que se ha decidido no incluir en este trabajo por necesitar de un estudio separado y detallado.

<sup>31</sup> El autor de este artículo ha desarrollado durante tres años un estudio sistemático sobre la presencia de clérigos en las crónicas oficiales de los reinos de Castilla, Portugal, Aragón y Navarra durante el período de la Guerra de los Cien Años. Aunque todavía se está trabajando en futuras publicaciones que den a la luz más datos, sirva como ejemplo este estudio: DÍAZ MARCILLA, Francisco José – “El período aviñonés y el Cisma como trasfondo de los conflictos internos en la cristiandad: una perspectiva desde la narrativa historiográfica (1309-1417)”. in ARAUS BALLESTEROS, Luis; PRIETO SAYAGÜÉS, Juan Antonio (eds.) – *Las tres religiones en la Baja Edad Media peninsular. Espacios, percepciones y manifestaciones*. Madrid: La Ergástula, 2018, pp. 187-202.

Dicho esto, una primera conclusión es que la presencia de eclesiásticos en las esferas doméstica y administrativa de la Corona es constante y significativa. Muchos de ellos desempeñan más de una función dentro del sistema de gestión del reino, o bien van ocupando cargos de mayor responsabilidad, a la par que van ascendiendo en el escalafón interno de la Iglesia. Es evidente que algunos de ellos llegan a puestos como el de arzobispo de Toledo o Sevilla, precisamente por el servicio al rey, aunque también hay ejemplos de prelados elegidos por los papas que colaborarán estrechamente con los monarcas. Lo que sí está claro es que no hay Iglesia sin monarquía, ni mucho menos monarquía sin Iglesia.

Trazar las carreras eclesiásticas y políticas de cada uno de los clérigos mencionados en las listas que se han visto será tarea de un trabajo posterior, que podrá especificar de qué manera influyen la una en la otra y de qué manera los monarcas han usado o aprovechado los conocimientos de los clérigos. Sirva, de todas formas, como dato interesante el hecho de que los clérigos que quizá más influencia han ejercido sobre los monarcas, como es el caso de los *confesores* y *clérigos del rey* raramente han ocupado otros puestos en la administración o la esfera doméstica (4 de 18 en el primer caso; 9 de 40 en el segundo). En cambio, otros cargos como el de *consejero*, *canciller*, *notario*, *secretario* u *oidor* presentan una tasa de más del 50% de compaginar y/o evolucionar a otros cargos. Se podría concluir, por lo tanto, en un primer momento, que los clérigos que desempeñan su función en el ámbito de la administración del reino y de la cancillería real – entendida en sentido amplio como el conjunto de cargos que redactan o mandan redactar documentos regios y/o se ocupan de la administración de justicia – tienden a ocupar otros cargos, mientras que los que pertenecen a la esfera doméstica suelen entrar y salir del foco político sin interaccionar con otras parcelas de la gestión del reino.

Cabe terminar con unas palabras de invitación a la comunidad científica para utilizar de la mejor manera que consideren los datos que aquí se presentan, esperando que puedan, además, verse incrementados con otros estudios sobre otros reinos – para realizar comparaciones – y otras cancillerías como las

catedralicias, monásticas o pontificias – para ampliar la información prosopográfica –, y completar así el cuadro general de la participación de los clérigos en la construcción y consolidación de las monarquías modernas.

## **Bibliografía**

### **Fuentes escritas:**

Archivo Histórico Nacional, *Clero-Secular Regular*, c. 313, n. 19.

### **Fuentes impresas:**

ALFONSO X – *Las Siete Partidas*. SÁNCHEZ-ARCILLA BERNAL, José (ed.). Madrid: Reus, 2004.

### **Estudios:**

ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel – “Iglesia y monarquía en el reinado de Fernando II”. in *San Martino de León: ponencias del I Congreso Internacional sobre San Martino en el VIII centenario de su obra literaria*. León: Isidoriana, 1987, pp. 133-152.

ARQUERO CABALLERO, Guillermo Fernando – *El confesor real en la Castilla de los Trastámara: 1366-1504*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2016. Tesis Doctoral.

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – “Alfonso VIII y la iglesia de su reino”. in LÓPEZ OJEDA, Esther – *1212, un año, un reinado, un tiempo de despegue*. Nájera: Instituto de Estudios Riojanos, 2013, pp. 237-296.

CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula – “La Casa de Juan I de Castilla: aspectos domésticos y ámbitos privados de la realeza castellana a finales del siglo XIV (ca. 1370-1390)”. *En la España Medieval* 34 (2011), pp. 133-180.

DÍAZ IBÁÑEZ, Jorge – “Fernando III, Inocencio IV y los fundamentos de la soberanía regia sobre la iglesia en la corona de Castilla”. in *Fernando III y su tiempo (1201-1252)*. Madrid: Fundación Sánchez Albornoz, 2003, pp. 323-342.

DÍAZ MARCILLA, Francisco José – “Lealtades y deslealtades eclesiásticas durante la cuestión sucesoria entre Alfonso X y Sancho IV (1282-1284)”. *Edad Media. Revista de Historia* 18 (2017), pp. 177-206.

DIOS, Salustiano de – *El consejo real de Castilla (1385-1522)*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1982.

GARCÍA MARÍA, José María – *El oficio público en Castilla durante la Baja Edad Media*. Madrid: Instituto Nacional de la Administración Pública, 1987.

KLEINE, Marina – “Para la guarda de la poridad, del cuerpo y de la tierra del rey: los oficiales reales y la organización de la corte de Alfonso X”. *Historia, Instituciones, Documentos* 35 (2008), pp. 229-240.

KLEINE, Marina – *La cancillería real de Alfonso X*. Sevilla: Editorial de la Universidad de Sevilla, 2015.

NIETO SORIA, José Manuel – “Iglesia y orígenes del Estado moderno en la Castilla Tratámara”. *Espacio, Tiempo y Forma. Serie III: Historia Medieval* 4 (1991), pp. 137-160.

NIETO SORIA, José Manuel – *Iglesia y génesis del estado moderno en Castilla (1369-1480)*. Madrid: Editorial Complutense, 1993.

NOGALES RINCÓN, David – *La representación religiosa de la monarquía Castellano-leonesa: la Capilla Real (1252-1504)*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2009.

ORTUÑO SÁNCHEZ-PEDREÑO, José María – *El Adelantado de la Corona de Castilla*. Murcia: EDITUM, 1993.

OSTOLAZA ELIZONDO, María Isabel – “La cancillería y otros organismos de expedición de documentos durante el reinado de Alfonso XI (1312-1350)”. *Anuario de Estudios Medievales* 16 (1986), pp. 147-226.

PASCUAL MARTÍNEZ, Lope – “Notas para un estudio de la cancillería castellana en el siglo XIV: la cancillería de Pedro I (1350-1369)”. *Miscelánea Medieval Murciana* 5 (1980), pp. 189-243.

SALAZAR Y ACHA, Jaime de – “La cancillería real en la Corona de Castilla”. in SARASA SÁNCHEZ, Esteban – *Monarquía, crónicas, archivos y cancillerías en los reinos hispano-cristianos: siglos XIII-XV*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2014, pp. 309-324.

SALAZAR Y CASTRO, Luis – *Historia genealógica de la Casa de Lara*. Vol. 1. Madrid: Imprenta Real, 1697.

SÁNCHEZ BELDA, Luis – “La cancillería castellana durante el reinado de Sancho IV (1284-1295)”. *Anuario de Historia del Derecho Español* 21-22 (1951-1952), pp. 171-223.

SÁNCHEZ HERRERO, José – “Los obispos castellanos y su participación en el gobierno de Castilla, 1350-1406”. in RUCQUOI, Adeline – *Realidad e imágenes del*

*poder. España a fines de la Edad Media*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1988, pp. 85-113.

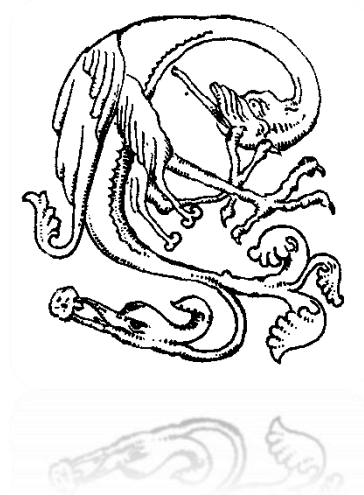
TORRES SANZ, David – *La administración central castellana en la Baja Edad Media*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1982.

VEAS ARTESEROS, Francisco de Asís; VEAS ARTESEROS, María del Carmen – “Alférez y mayordomo real en el siglo XIII”. *Miscelánea medieval murciana* 13 (1986), pp. 29-48.

VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar - *Las relaciones monarquía - iglesia en época de Juan II de Castilla (1406-1454)*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2006. Tesis Doctoral.

#### COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

DÍAZ MARCILLA, Francisco José – “Clérigos al servicio de las Coronas de León y Castilla: administración y esfera doméstica (siglos XII-XV)”. *Medievalista* 28 (Julho – Dezembro 2020), pp. 133-189. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.









MEDIEVALISTA

N.º 28 | Julho – Dezembro 2020

ISSN 1646-740X

---

## **Diplomacia y construcción monárquica: la participación eclesiástica castellana**

### **Diplomacy and the building of monarchy: the participation of ecclesiastics in Castile**

*Óscar Villarroel González*

Universidad Complutense de Madrid, Departamento de Historia Medieval  
28040 Madrid, España

[osvillar@ucm.es](mailto:osvillar@ucm.es)

<https://orcid.org/0000-0001-6221-5689>

Data recepção do artigo / Received for publication: 13 de Dezembro de 2019

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 5 de Junho de 2020

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.3313>

## RESUMO

A lo largo del presente trabajo se analiza el desarrollo de la diplomacia regia y la contribución de algunos eclesiásticos, a lo largo de los siglos XIV y XV, en Castilla. A través del análisis de la aparición y desarrollo de algunos oficios de la corte con especial relevancia para la diplomacia, así como del análisis de algunos casos un tanto especiales de eclesiásticos al servicio regio en embajadas, se ofrecen algunas respuestas y otras preguntas para la futura investigación del funcionamiento y organización de la diplomacia castellana.

**Palavras-chave:** Diplomacia; Monarquía; Castilla, Burocracia; Embajadores.

## ABSTRACT

In this paper we analyse the development of the royal diplomacy and the contributions of some ecclesiastics among the fourteenth and fifteenth century in Castile. Through the analysis of the birth and grown of the special diplomatic offices in the court and in the royal bureaucracy, and through some special cases of study of the role played by churchmen in the royal service, here offer some initial results and answers to some questions, and many questions for the future about the operation and development of the castillian diplomacy.

**Keywords:** Diplomacy; Monarchy; Castile; Burocracy; Ambassadors.



## Introducción

La participación de eclesiásticos en la diplomacia no supone ninguna novedad para la historiografía actual. Son múltiples los casos de análisis en los que, desde un punto de vista u otro (el análisis de la monarquía, de la diplomacia, de los conflictos...), se ha podido constatar la presencia de eclesiásticos en funciones diplomáticas. Esto es extensible para la historiografía de la Corona de Castilla y yo mismo, en alguna ocasión anterior, he participado en ese análisis<sup>1</sup>. No vamos aquí a descubrir nuevos mediterráneos, ni a transitar rutas ya conocidas. El objetivo de este trabajo es profundizar en una vía que está apenas esbozada: el funcionamiento de la diplomacia castellana y la participación eclesiástica en su evolución.

Hoy día empezamos a comprender cómo funcionaba la diplomacia en el periodo medieval: los usos, formas, documentos, la organización institucional... No importa ya tanto (aunque también) conocer todas las embajadas y su evolución, sino que se pone el foco de atención en cómo funcionaba todo el sistema y sus aparatos<sup>2</sup>. Esto es prácticamente común a la mayor parte de los reinos occidentales, aunque el caso castellano supone una excepción, puede que parcial. Como se sabe, la falta de documentación es la fuente del problema, al no conservarse apenas documentación diplomática castellana<sup>3</sup>. Sólo ahora estamos siquiera empezando a caminar en un mejor análisis y comprensión de su organización y funcionamiento. Todo ello por dos vías: por un lado, gracias al análisis, según nuevos puntos de vista, de la documentación existente y ya conocida; y en segundo lugar de las

---

<sup>1</sup> Puede verse: VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Eclesiásticos en la diplomacia castellana en el siglo XV”. *Anuario de Estudios Medievales* 40-2 (2010), pp. 791-819.

<sup>2</sup> Véanse las apreciaciones que realiza PÉCQUIGNOT, Stéphane – *Au nom du roi. Pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques II d'Aragon (1291-1327)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2009, pp. 1-8.

<sup>3</sup> Véase lo ya expuesto en: VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Corte y diplomacia en la Castilla bajomedieval”. *Mélanges de la Casa de Velázquez. Nouvelle série* 45-2 (2015), pp. 105-124, en concreto pp. 110-113.

nuevas fuentes que van apareciendo con el rastreo de archivos extranjeros a Castilla.

Y ahora lo que se plantea, aunque sea de forma tímida y apenas tanteando el terreno, es analizar si hubo eclesiásticos que participasen de una forma u otra en la organización o mejora de los aparatos diplomáticos de la monarquía. Es decir, si ayudaron a construir la monarquía por medio de la diplomacia, y especialmente por medio de la organización de las tareas diplomáticas. Esta participación en la génesis del Estado, que se ha analizado de forma exhaustiva de forma general en los diversos poderes occidentales, no se ha tratado de forma específica en lo que toca a la organización de la diplomacia. Sí su participación en ella, como se ha dicho, pero no la impronta que pudieron dejar en la misma.

Esta participación en la construcción paulatina de la diplomacia castellana y sus formas organizativas pudo llevarse a cabo de diversas formas:

- Organización de misiones concretas de una forma específica y que luego perdurase en el tiempo.
- Colaboración en la organización de una base institucional para la diplomacia en la corte castellana, es decir, en su vertiente más burocrática.

Ciertamente, cualquiera de los dos caminos es complicado por la falta de fuentes. Sin embargo, sí podemos encontrar algunos jalones y retazos de noticias que nos muestran a eclesiásticos realizando tareas específicas en ese sentido. Por un lado, podemos atender a cómo participaron en los diversos niveles burocráticos de la diplomacia. Tanto en el interior de la propia organización institucional, como en los puestos más representativos de la misma (los que participaban en embajadas). De esta forma, podemos llegar a vislumbrar tanto la propia organización interna, como el papel de los eclesiásticos en ella.

Por otro lado, nos encontramos también con el desarrollo de lo que podríamos denominar auténticas misiones *ejemplares*, que nos sirven para observar el

funcionamiento de la diplomacia (y del servicio de estos eclesiásticos). Las que así denominamos pueden serlo por dos vías distintas. O bien porque encontramos que algunos eclesiásticos desarrollaron su misión con tal capacidad que suponen claros ejemplos a imitar en otras posteriores, o bien porque tenemos conjuntos documentales excepcionales de esas misiones que nos permiten un mejor conocimiento de las mismas. Sea como fuere, en ambos casos nos permiten vislumbrar por un lado una vertiente representativa o simbólica: la preocupación por mostrar y defender una imagen determinada de la monarquía castellana. Por otro lado, merced a esa documentación excepcional, podemos atender a la vertiente organizativa (cómo se preparaban las cuestiones, qué documentación se utilizaba, quién la gestionaba y cómo, la división de los roles a jugar...).

A estas dos vías de aproximación dedicaremos el presente trabajo. Por un lado, trataremos si es posible detectar la presencia de eclesiásticos en la formación de la burocracia en el entorno de la diplomacia (si es que esta existió: no se ha visto o apreciado hasta ahora nada parecido, salvo los análisis ingleses<sup>4</sup>, si acaso la especial relación que en los archivos tiene, en ocasiones, la documentación diplomática<sup>5</sup>). Por otro, veremos cómo cuando participaban en las embajadas también podían suponer un ejemplo organizativo. Con ello se pretende ilustrar cómo los eclesiásticos participaban también en la construcción de un importante aparato regio como era la diplomacia, así como alguno de sus principales aportes en el caso castellano.

### **La participación de eclesiásticos en el desarrollo de la diplomacia**

Como se ha comentado ya, la participación de eclesiásticos en la diplomacia en Castilla es un hecho ya conocido y analizado, aunque sea de forma general en

---

<sup>4</sup> CUTTINO, George Peddy – *English Diplomatic Administration, 1259-1399*. Londres: Oxford University Press, 1940; CHAPLAIS, Pierre – *Essays in Medieval Diplomacy and Administration*. Londres: Hambledon, 1981.

<sup>5</sup> MOEGLIN, Jean-Marie; PÉQUIGNOT, Stéphane – *Diplomatie et «relations internationales» au Moyen Âge (IX-XV siècles)*. París: Presses Universitaires de France, 2017, pp. 145 y ss.

ocasiones, o demasiado concreta en otros<sup>6</sup>. Gracias a ello sabemos que estamos en un punto realmente inicial de la aproximación a su conocimiento. La falta de fuentes no permite, de momento, un análisis exhaustivo. Lo que conocemos, sin lugar a dudas, no es más que una parte muy superficial de lo que esperamos conocer en los próximos años<sup>7</sup>. Pese a ello, podemos esbozar la forma en la que estos eclesiásticos participaron en el desarrollo del aparato diplomático monárquico.

¿Es viable este tipo de análisis? No podemos negar que puede resultar complicado por la falta de fuentes. Y que esto tiene como consecuencia que cualquier resultado que se extraiga en estos estadios iniciales de la investigación serán siempre inestables y provisionales, al albur siempre de que nuevos hallazgos documentales o incluso reinterpretaciones y relecturas de los ya conservados, sirvan para modificar (en parte o en todo) lo ya indicado. Pese a ello, a día de hoy existen menciones y documentación que permiten hilvanar una evolución (aunque sea muy superficial y a grandes rasgos) de la presencia de eclesiásticos en la organización burocrática y con ello de su participación en el funcionamiento del sistema.

### **La presencia en la organización burocrática**

Interesa especialmente el desarrollo que pudieron tener los eclesiásticos en este tipo de papeles, fundamentales para el buen funcionamiento de la diplomacia. Es obvio que participaron como embajadores, y también con otros roles entre los enviados (como veremos), pero lo cierto es que también en la propia corte podemos rastrear otro tipo de actuaciones. Dentro del personal al servicio regio en

---

<sup>6</sup> Por ejemplo, como las razones para su importancia en la diplomacia: dominio del latín, el peso del juramento... NIETO SORIA, José Manuel – *Iglesia y poder real en Castilla: el episcopado 1250-1350*. Madrid: Universidad Complutense, 1998, pp. 48-58.

<sup>7</sup> Buen ejemplo es la misma nómina de embajadores. A las ya realizadas (véase, por ejemplo: VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Eclesiásticos en la diplomacia castellana en el siglo XV” ..., pp. 792-801; VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Comunicar y negociar por el rey: los eclesiásticos al frente de embajadas en la diplomacia castellana (siglos XIII al XV)”. in VIGIL MONTES, Néstor (dir.) – *Comunicación política y diplomacia en la Baja Edad Media*. Évora: Publicações do Cidehus, 2019 [Consultado a 17 Octubre 2019]. Disponible en <http://books.openedition.org/cidehus/6979>. Se podrán añadir muchos más nombres en los próximos años.

ocasiones nos encontramos con funciones específicas que tenían un especial significado para la diplomacia y, sobre todo, una especial funcionalidad. Obviamente no era, en muchas ocasiones, algo único e incompatible. Es conocido cómo desde mediados del XIII se fue desarrollando la administración regia en diversos aparatos con funciones específicas: las cámaras de cuentas, los tribunales de justicia y los órganos de asesoramiento político fueron apareciendo de forma casi simultánea en todo el occidente, y Castilla no fue una excepción. La aparición y/o evolución de la fiscalidad regia<sup>8</sup>, de la Cancillería Real<sup>9</sup>, de la Audiencia Real<sup>10</sup> o del Consejo Real<sup>11</sup> han sido tratadas tanto desde el punto de vista institucional como en su papel en la génesis del Estado Moderno. En todo ello, además, había una cierta tendencia a la burocratización, con personal dedicado a esas instituciones de forma específica y especializada<sup>12</sup>. En algunos casos, ocurría que dentro de alguno de estos organismos había algunos oficios que tenían especial relación con la diplomacia, o que llevaban a cabo tareas de especial peso para la diplomacia.

La cuestión que se nos plantea es si, dentro de ese cada vez más abundante personal, encontramos algunos con un peso específico en el servicio diplomático o, al menos, con dedicación a estas tareas. Ciertamente desde el siglo XV empezamos

---

<sup>8</sup> LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *La Hacienda Real de Castilla (1369-1504)*. Madrid: Real Academia de la Historia, 2009.

<sup>9</sup> Sin duda el más antiguo de los aparatos regios, que siguió evolucionando ya en la Baja Edad Media. Para los orígenes plenomedievales: MARTÍN PRIETO, Pablo – “Invención y tradición en la cancillería de Alfonso VIII de Castilla (1158-1214)”. *Espacio Tiempo y Forma. Serie III Historia Medieval* 26 (2013), pp. 209-244; KLEINE, Marina – *La cancillería real de Alfonso X: actores y prácticas en la producción documental*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2015. Un ejemplo de participación en diplomacia: CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula – “La diplomacia castellana durante el Reinado de Juan II: la participación de los letrados de la cancillería real en las embajadas regias”. *Anuario de Estudios Medievales* 40-2 (2010), pp. 691-722.

<sup>10</sup> GARRIGA ACOSTA, Carlos Antonio – *La Audiencia y las chancillerías castellanas (1371-1525): historia política, régimen jurídico y práctica institucional*, Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1994; sobre su origen DÍAZ MARTÍN, Luis Vicente – *Los orígenes de la Audiencia Real castellana*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1997.

<sup>11</sup> Es clásico y básico el trabajo de DIOS, Salustiano de – *El Consejo Real de Castilla (1285-1522)*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1982.

<sup>12</sup> Sobre la burocracia regia véase: CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula – *Burocracia y cancillería en la corte de Juan II de Castilla (1406-1454) estudio institucional y prosopográfico*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2012.

a encontrar algunos de sus nombres, así como las funciones que llevaron a cabo, especialmente en algunas áreas.

Así, por ejemplo, cabe destacar la secretaría de latín. La existencia de esta secretaría, que podemos documentar desde la década de los años treinta del siglo XV<sup>13</sup>, tenía, en el caso castellano una especial importancia para la comunicación diplomática. En la Corona de Castilla convivían diversas lenguas romances (gallego, leonés, castellano) y una lengua no romance (la lengua vasca evolucionando hacia los dialectos actuales del euskera). Eso la asemejaba a otros ámbitos peninsulares donde ocurría lo mismo (la Corona de Aragón, por ejemplo, con el aragonés, catalán y siciliano). Sin embargo, había una diferencia fundamental con todos ellos: la lengua oficial de la monarquía. De forma efectiva desde el siglo XIII (y con antecedentes en el reinado de Alfonso VIII) la lengua que utilizaba la monarquía en todas sus facetas administrativas del reino era el castellano. Esto la diferenciaba de la cancillería aragonesa, donde además de utilizar las diversas lenguas romances de la Corona el latín actuaba como lengua de la administración<sup>14</sup>. Es por ello que en Castilla la utilización de la lengua latina en la cancillería y el resto de las instituciones regias tenga una especial característica. Efectivamente, el latín era utilizado para algunas comunicaciones con la Iglesia (siempre hacia el exterior y no de forma exclusiva), y para cuestiones diplomáticas y relaciones exteriores del reino. No era la única, ciertamente, pues sabemos que también había especialistas en árabe en la corte castellana, aunque no conozcamos mucho ni de su funcionamiento orgánico ni de la producción documental que emanaba de ellos (pues no se conserva)<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula – *Burocracia ...*, p. 184.

<sup>14</sup> Una aproximación a esa variedad y su importancia en: ZALDÍVAR, Antonio – *Language and Power in the Medieval Crown of Aragon: The Rise of Vernacular Writing and Codeswitching Strategies in the Thirteenth-Century Royal Chancery*. Los Angeles: Universidad de California en Los Ángeles, 2014. Tesis doctoral.

<sup>15</sup> CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula – *Burocracia...*, pp. 150-151.



Uno de los primeros jalones de su existencia lo encontramos en 1312, cuando en las Cortes de Valladolid se establece la figura del escribano de latín y su salario<sup>16</sup>. ¿Data de ese momento la primera presencia de tal cargo? De momento es la primera noticia que tenemos.

Anteriormente sí nos encontramos, obviamente, escribanos regios que dominan el latín y que redactan documentos regios en esta lengua, pero no tienen ningún cargo especial. Así, por ejemplo, durante el reinado de Alfonso X, cuyo entorno cancilleresco conocemos bastante bien gracias al trabajo de Marina Kleine, nos encontramos con escribanos que escriben de forma recurrente en latín, aunque no de forma exclusiva: Diego Ibáñez, por ejemplo, aparece redactando en diversas ocasiones documentación diplomática, pero no era su único cometido, aunque es relevante que tienen ese objetivo 6 de los 10 documentos que recopiló Kleine, es decir un 60%<sup>17</sup>; otro ejemplo, Sancho Pérez, que actuó en tres cartas del infante Alfonso, hijo de Alfonso X, dirigidas a Jaime I (aunque sólo el protocolo y escatocolo estaban en castellano), suponiendo un 100% de sus actuaciones al servicio del infante, pero solo un 3,7% dentro de las 82 actuaciones al servicio de la monarquía<sup>18</sup>; o Juan Pérez de León, que escribió en latín dos cartas con destino diplomático, de entre 15 que se tienen documentadas (un 13,3%)<sup>19</sup>. No deja de ser curioso, eso sí, que cuando escribían en latín siempre era con destino diplomático.

<sup>16</sup> GONZÁLEZ CRESPO, Esther – “Organización de la cancillería castellana en la primera mitad del siglo XIV”. En *la España Medieval* 8 (1986), pp. 447-470, en concreto p. 449. La noticia la toma de *Cortes de los antiguos reinos de León y Castilla*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1861, vol. 1, p. 203.

<sup>17</sup> KLEINE, Marina – *La cancillería real de Alfonso X. Actores y prácticas en la producción documental*, Sevilla: Universidad de Sevilla, 2015, anexo prosopográfico, p. 336 y ss. En concreto tienen un destino diplomático las de 1255, 06, 15 (archivo de la Catedral de Toledo (en adelante ACT), I.11.3.C.62, doc. 1); 1254, 04, 01 (RYMER, Thomas – *Foedera, conventiones, litterae, et cujuscunque generis acta publica, inter reges Angliae et alios quosvis imperatores, reges, pontifices, principes, vel communitates : ab ingressu Gulielmi I. in Angliam, A.D. 1066, ad nostra usque tempora habita aut tractata*. Londres, 1816-1869, vol. I-1, p. 179); 1254, 04, 22 (RYMER, Thomas – *Foedera...*, vol. I-1, pp. 180-181); 1255, 05, 05 (ACT, I.11.3.C.62 doc. 4); 1255, 05, 05 (ACT, I.11.3.C.62 doc. 2); y 1255, 06, 15 (ACT, I.11.3.C.62 doc. 1).

<sup>18</sup> KLEINE, Marina – *La cancillería...*, apéndice prosopográfico, p. 522; Archivo de la Corona de Aragón (en adelante ACA), Cartas Reales, Jaime I, caja 1, nº 101, 101bis y 125.

<sup>19</sup> KLEINE, Marina – *La cancillería...*, apéndice prosopográfico, pp. 83-84.

Sea como fuere, desde principios del XIV encontramos, pues, al menos a personal destinado específicamente para la documentación en latín. Eso continuaría a lo largo del siglo, aunque conocemos muy poco al respecto y solo menciones aisladas. Así, en 1352 aparece mencionado Gutier Gómez, que era chantre de Santiago de Compostela, como notario mayor de latín<sup>20</sup>. No es baladí, además, el hecho de que aparezca como tal en una carta de nombramiento de embajadores para negociar la paz con el rey Pedro IV de Aragón. Sin lugar a dudas es un salto cualitativo el pasar de la existencia de escribanos de latín a la de un notario mayor de latín, puesto que nos hablaría, sin duda, de una mayor organización institucional bajo el notario, con escribanos a su servicio.

Durante el resto del reinado de Pedro I esa estructura administrativa seguía existiendo, y el cargo también era ejercido por un eclesiástico. Al menos así se puede afirmar en 1364 cuando era notario mayor de latín Fernán González de Castro, arcediano de Alcaraz y vicario en el arzobispado de Toledo por el primado Gómez Manrique<sup>21</sup>. Un dato de interés nos aporta este nuevo notario mayor: su vinculación con el arzobispado de Toledo, algo que se repitió en los decenios siguientes.

Las siguientes noticias, sin embargo, nos llevan a principios del siglo XV y damos un paso atrás en cuanto a la organización institucional. En este caso nos encontramos con la mención del cargo específico de escribano en latín. La primera mención hallada a la presencia de este puesto lo encontramos en 1407. Se trata en concreto de Pedro Fernández de la Guardia. En la carta que se dirigió al reino el 15 de enero de 1407 con los acuerdos para la gobernación del reino de Catalina de Lancáster y el infante Fernando, aparece el dicho Fernández de la Guardia entre los

---

<sup>20</sup> DÍAZ MARTÍN, Luis Vicente – *Colección documental de Pedro I de Castilla (1350-1369)*. Salamanca: Junta de Castilla y León, 1999, vol. 3, doc. 749, p. 95. Agradezco a Francisco José Díaz Marcilla haberme facilitado esta noticia. También aparece mencionado como tal, ese mismo año, en el convenio de paz firmado entre Pedro I de Castilla y Pedro el Ceremonioso de Aragón: ACA, Cancillería, Reg. 557, ff. 142v-147r; publicado en FERRER I MALLOL, María Teresa – *Entre la paz y la guerra. La Corona catalano-aragonesa y Castilla en la Baja Edad Media*. Barcelona: CSIC, 2005, p. 555.

<sup>21</sup> CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula – *Colección diplomática de Santo Domingo el Real de Toledo. Documentos Reales I. 1249-1473*. Madrid: Sílex ediciones, 2010, doc. 17, p. 52 y ss.

testigos, con la titulación “escrivano de latín”<sup>22</sup>. No deja de ser curiosa esa posición, teniendo en cuenta que unos años antes era secretario del rey Enrique III y embajador en Inglaterra<sup>23</sup>, así como sus importantes funciones diplomáticas posteriores<sup>24</sup>, y que ese mismo año de 1407 vuelve a aparecer como secretario, esta vez de Juan II<sup>25</sup>. Una carrera al servicio regio que compaginó con su condición eclesiástica: canónigo de Burgos, arcediano de grado, arcediano de Madrid ...<sup>26</sup>.

De esta forma, aparentemente nos encontramos con una reducción o destrucción de un aparato más consolidado (con un notario mayor de latín), que tras la primera guerra civil castellana pasa a tener solo escribanos de latín (al menos aparentemente pues no hay menciones a notarios mayores). Sin embargo, desde este punto se avanzaría hacia una organización centrada en torno a un personaje específico para el trabajo en latín: el secretario de latín. Con ello nos encontraríamos con que se produce el mismo cambio que, en general, se introduce en la forma de trabajo de la monarquía con la llegada de la dinastía tratámara dentro de la dinámica de cambios administrativos. Al tiempo que el sistema de los secretarios empieza a imponerse<sup>27</sup>, como personajes trabajando en estrecha colaboración con el rey. Es digno de reseña que los secretarios tuvieron notables funciones diplomáticas también (fruto, sin duda, de esa estrecha colaboración con el monarca). El mejor ejemplo de ese cambio sería el ya mencionado Pedro Fernández de la Guardia: secretario, embajador y también escribano de latín. En él se unen ambas facetas: secretario y especialista en latín. El paso a dar, pues, era breve.

La existencia del secretario de latín la tenemos documentada ya desde 1429, cuando ejerce tal función Gonzalo González Capoche<sup>28</sup>. Después de él conocemos,

<sup>22</sup> Archivo Histórico de la Nobleza (en adelante AHNob), Osuna, C. 3484, doc. 22, f. 2r.

<sup>23</sup> GOÑI GAZTAMBIDE, José – “Los españoles en el Concilio de Constanza II”. *Hispania Sacra* 16 (1963), pp. 106-200, en concreto p. 197.

<sup>24</sup> Véanse, sucintamente, en Villarroel González, Óscar, *El rey y la Iglesia castellana. Relaciones de poder en época de Juan II*. Madrid: Fundación Ramón Areces, 2011, pp. 607-608.

<sup>25</sup> CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula – *Burocracia...*, p. 311.

<sup>26</sup> VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – *El rey y la Iglesia castellana ...*, pp. 607-608.

<sup>27</sup> CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula – *Burocracia ...*, p. 182.

<sup>28</sup> CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula – *Burocracia ...*, p. 196.

antes de mediados de siglo, otros tres secretarios de latín: Luis González de Llanos en 1433<sup>29</sup>, Martín de Ávila en 1449<sup>30</sup> y entorno a esa fecha, pero con seguridad en 1452 a Juan de Mena<sup>31</sup>. Es decir, empezamos a encontrar una continuidad en la existencia del puesto. Lo relevante, además de su propia existencia, es que de nuevo encontramos una especial vinculación entre estos personajes y la diplomacia. Así, Gonzalo González Capoche, por ejemplo, participó en las negociaciones de Ágreda-Tarazona de 1430-1433<sup>32</sup> y Luis González de Llanos estuvo en el Concilio de Basilea<sup>33</sup>.

Martín de Ávila y Juan de Mena, sin embargo, suponen cambios relevantes. En primer lugar forman parte del entorno cultural de la corte (aunque también lo sean del burocrático), y en segundo lugar, algo achacable al final solo al primero, no era clérigo. Así, Martín de Ávila, del entorno del marqués de Santillana y luego de Alonso Carrillo<sup>34</sup>, además de secretario de latín y luego cronista, también realizó diversas traducciones del latín, alguna por orden del marqués de Santillana<sup>35</sup>. Juan de Mena, por su parte, fue también cronista y secretario de latín, como se ha dicho. Este insigne poeta no parece que participase en la diplomacia, aunque sí sabemos que estuvo en Italia. Primero se supuso que estuvo en Roma y se decía que en la comitiva del cardenal Cervantes, pero no hay datos al respecto<sup>36</sup>; y más tarde se supo que había estado en Florencia en la comitiva, como familiar continuo comensal, del cardenal Juan de Torquemada al menos hasta 1443<sup>37</sup>. Noticia relevante, sabemos además de que era clérigo (pero sólo de tonsura, y que sobre

<sup>29</sup> CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula – *Burocracia ...*, p. 374.

<sup>30</sup> CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula – *Burocracia ...*, p. 289.

<sup>31</sup> CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula – *Burocracia ...*, p. 413.

<sup>32</sup> VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Castilla, Navarra y Aragón: negociación y conflicto en los años 30 del siglo XV.” in NIETO SORIA, José Manuel; VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar (coords.) – *Comunicación y conflicto en la cultura política peninsular (siglos XIII al XV)*. Madrid: Sílex, 2018, pp. 83-112.

<sup>33</sup> SERRANO, Luciano, *Los conversos don Pablo de Santamaría y Alonso de Cartagena. Obispos de Burgos, gobernantes, diplomáticos y escritores*. Madrid: CSIC, 1942, p. 187.

<sup>34</sup> CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula – *Burocracia ...*, pp. 288-289.

<sup>35</sup> GÓMEZ REDONDO, Fernando – *Historia de la prosa medieval castellana*. III. *Los orígenes del humanismo. El marco cultural de Enrique III y Juan II*. Madrid: Cátedra, 2002, pp. 2541-2542.

<sup>36</sup> STREET, Florence, “La vida de Juan de Mena”. *Bulletin Hispanique* 55-2 (1953), pp. 154-155.

<sup>37</sup> BELTRÁN DE HEREDIA, Vicente – “Nuevos documentos inéditos sobre el poeta Juan de Mena”. *Salmanticensis* 3-1 (1956), pp. 502-508, en concreto p. 505 y ss.

los años 50 dejó tal condición al contraer matrimonio), que tenía algún beneficio y que aspiraba a algún otro<sup>38</sup>.

Hay otro elemento en común entre algunos de estos secretarios de latín: su paso del servicio a los arzobispos de Toledo al del rey. Esto ocurre en el caso de Gonzalo González Capoche y en el de Martín de Ávila. No es extraño que el servidor de un grande del reino acabase sirviendo al monarca, por la misma colaboración del noble o eclesiástico con el rey, y no fue la primera ni la última ocasión en que ocurrió, pero no deja de ser digno de reseña también esa coincidencia.

De esta forma, podemos ver cómo en la organización de la secretaría de latín, que consideramos especialmente vinculada a la diplomacia, tuvieron un cierto peso escribanos, notarios y luego secretarios que tenían condición eclesiástica. Una condición que unieron a su participación en actos diplomáticos (embajadas, negociaciones...) y que sin duda fueron una base para su participación en ese nuevo puesto que estaba desarrollándose en la corte.

### **Presencia en embajadas: embajadores y otros servidores**

Es obvio que, además de en el aparato burocrático, los eclesiásticos también desempeñaron importantes funciones incardinados dentro de alguna embajada. De esta forma tuvieron también una participación relevante que influyó, en algunos casos, en la propia organización diplomática de la monarquía. Principalmente los encontramos mencionados en las embajadas de tres formas distintas: como secretarios, como doctores y como embajadores.

Los secretarios de embajada están claramente documentados en las misiones enviadas a los Concilios del siglo XV, donde se les menciona con ese cargo concreto. Así, los tenemos localizados en Constanza, Siena y Basilea. En el caso de Constanza actuó como tal Pedro Fernández de Cámara, personaje ya conocido, que era ya

---

<sup>38</sup> Sobre este personaje véase: CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula – “Juan de Mena: secretario de latín y cronista del rey.” in MOYA GARCÍA, Cristina (ed.) – *Juan de Mena. De letrado a poeta*. Woodbridge, 2015, pp. 11-22.

secretario real y que actuó como secretario de la legación y como tal se especificaba en su nombramiento<sup>39</sup>. En Siena fue Enrico Schulte, secretario real de origen neerlandés, que actuó a la vez como secretario del presidente de legación y como notario de la misma<sup>40</sup>. Y en Basilea, por último, fue Juan González de la Maina (o de Atienza), también secretario real<sup>41</sup>. Como vemos, son nombrados secretarios de las legaciones por el monarca (claramente documentado en dos de ellos), pero es más significativo el hecho de que todos eran, además, secretarios reales. Un nuevo dato curioso, de nuevo nos encontramos un eclesiástico, embajador y secretario regio que actúa también al servicio de los arzobispos de Toledo: Enrico Schulte.

No es la única ocasión en la que encontramos a eclesiásticos actuando como secretarios de una embajada. Así, por ejemplo, en 1422 estaba en Portugal, negociando junto a Alfonso de Cartagena, y posiblemente en calidad de secretario de la legación, Juan Alfonso de Zamora<sup>42</sup>. No es baladí: también era secretario regio. También tuvo un papel relevante como notario de una legación castellana Gonzalo González Capoché, en las negociaciones de Ágreda de 1431, donde actuó, además, junto a un aragonés, como fedatario de todas las negociaciones<sup>43</sup>.

¿Hubo más secretarios de embajadas eclesiásticos? Es muy plausible que sí, sin embargo, en pocas ocasiones, como vemos, hay mención expresa. Parece lógico que en las misiones más amplias e importantes ocurriese así, como es el caso de los

<sup>39</sup> Archivo General de Simancas (en adelante AGS), Patronato Real, caj. 21, nº 9, f. 20v.

<sup>40</sup> VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Castilla y el Concilio de Siena (1423-1424): la embajada regia y su actuación”. *En la España Medieval* 30 (2007), pp. 131-172, en concreto p. 141.

<sup>41</sup> AGS, Estado-Francia, K.1711, ff. 445v.

<sup>42</sup> Así lo presentó Luciano Serrano (*Los conversos...*, p. 126). La crónica de Juan II indica que envió a Alonso de Cartagena “e mandó que fuese con él un escribano de Cámara suyo que llamaban Joan Alfonso de Zamora” (GALÍNDEZ DE CARVAJAL, Lorenzo (comp.) – *Crónica del serenísimo príncipe don Juan*, en *Crónicas de los Reyes de Castilla*. Madrid, 1877, en el volumen 69 de la Biblioteca de Autores Españoles, p. 411b). La indicación de cómo se le envió hace plausible que su misión fuese más como secretario que como embajador. En el prólogo a la traducción de Cicerón que hizo Cartagena a petición de Alonso de Zamora estando en Portugal, se presenta a éste último como secretario real (Biblioteca Nacional de España (en adelante BNE), ms. 7815, f. 5r. Y el mismo Cartagena presenta a ambos como embajadores (f. 6r).

<sup>43</sup> Véase tal condición en: BOFARULL Y SARTORIO, Manuel – *Guerra entre Castilla, Aragón y Navarra: compromiso para terminarla (año 1431)*. Barcelona: Colección de Documentos Inéditos del Archivo de la Corona de Aragón, 1869, p. 26. Sobre las negociaciones: VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Castilla, Navarra y Aragón (...)”...

concilios o de negociaciones de paz de cierta importancia; pero es difícil estimarlo en el conjunto de las embajadas que, normalmente, no eran ni tan duraderas ni contaban con tanto personal. De todas formas, podemos ver que muchos eclesiásticos embajadores eran secretarios regios, pero los que mencionaremos actuaban como lo primero y no tanto como secretarios de embajada.

Además de secretarios de embajada en muchas ocasiones nos encontramos otros eclesiásticos sirviendo en embajadas. En muchas ocasiones es difícil deslindar quienes acudían como embajadores y quiénes como servidores de la embajada, dado el carácter de las fuentes. En las ocasiones en que se conservan las cartas de creencia y nombramiento, lo que no es nada habitual en el caso castellano, podemos delimitar claramente quiénes eran nombrados como embajadores. Con ello el resto del personal que aparece mencionado en ocasiones podemos considerarlo como servidores de otro tipo de las embajadas. Normalmente actuaban como consejeros y colaboradores en un sentido amplio, la mayor parte de las veces por su formación jurídica. Es por ello que encontramos muchos doctores y licenciados entre ellos. No hay estudios estadísticos al respecto, con lo que hemos de conformarnos con mostrar algunos ejemplos. Por ejemplo, los letrados suponían el 36% de los enviados castellanos a Portugal en la primera mitad del siglo XV, frente al 26% de eclesiásticos titulados<sup>44</sup>; sin embargo, hay que tener en cuenta que muchos de esos letrados, que actuaban como doctores o licenciados, también eran eclesiásticos, beneficiados, canónigos e incluso prebendados. Un buen ejemplo es Juan Alfonso de Zamora, que era secretario real, pero también canónigo de León<sup>45</sup>. De cualquier forma, en la mayor parte de las ocasiones es difícil deslindar este tipo de personal de los embajadores.

Los embajadores, pues, eran el principal elemento de las misiones diplomáticas y entre ellos es muy habitual encontrar eclesiásticos. Con su servicio ayudaron a

---

<sup>44</sup> BECEIRO PITA, Isabel – “La consolidación del personal diplomático entre Castilla y Portugal (1392-1455).” in GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (ed.) –*La península ibérica en la era de los descubrimientos 1301-1492. Actas de las III jornadas hispano portuguesas de Historia Medieval*. Sevilla, 1997, pp. 1735-1744, en concreto p. 1741-1742.

<sup>45</sup> VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – *El rey y la Iglesia castellana ...*, pp. 561-562.

construir, como poco, la diplomacia regia por medio de su desarrollo cotidiano. Es muy habitual encontrar eclesiásticos de todo tipo dentro de este grupo, del que ya se ha realizado algún análisis de forma general (aunque los resultados sean, sin duda, revisables en cuanto a las cifras, a la luz de nueva documentación<sup>46</sup>). Sin embargo, nos sirve al menos para comprobar el elevado número de eclesiásticos que, a lo largo del siglo XV, actuaron al servicio de la monarquía en el ámbito diplomático: un total de 90<sup>47</sup>. Analizar el papel de cada uno de ellos sería extenso y no hay lugar aquí para ello. Del mismo modo, analizar el rol en cada una de sus embajadas daría lugar a algo más que una monografía, trabajo que, además, está en gran parte por hacer. Sin embargo, hubo algunas de esas participaciones de eclesiásticos en embajadas que brillan con luz propia, y que supusieron un avance importante en la construcción de los aparatos monárquicos y de la imagen monárquica. Algunas de esas misiones diplomáticas, dirigidas por eclesiásticos, supusieron auténticos ejemplos a imitar en cuanto al trabajo realizado.

### **Las misiones ejemplares**

Efectivamente algunas de las embajadas llevadas a cabo por eclesiásticos pueden ser tomadas como auténticas misiones ejemplares por el hecho de suponer un notable avance en alguno de los aspectos que interesaban a la monarquía. En general podemos ver que brillan por la capacidad de dirigir la negociación y la delegación castellana, en otras ocasiones por la elaboración de una defensa específica de la posición de su monarca y reino. También hay misiones que destacan por la construcción de una imagen determinada del rey castellano (principalmente de cara a la escena internacional: la magnificencia regia de la entrada en Basilea, por ejemplo; o la defensa de la prelación castellana). Sea como fuere, en muchas de esas ocasiones nos sirven para ver el funcionamiento interno de esa diplomacia.

---

<sup>46</sup> Véase por ejemplo: VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Eclesiásticos en la diplomacia castellana en el siglo XV” ... .

<sup>47</sup> VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Eclesiásticos en la diplomacia castellana en el siglo XV” ..., pp. 793-801.



En este sentido analizaremos aquí, aunque sea someramente, algunas de esas misiones ejemplares dirigidas por eclesiásticos y que suponen, desde nuestro punto de vista, un momento de especial relevancia en la organización de la diplomacia. Misiones que destacan desde dos puntos de vista concretos y que atañen al interés del presente estudio: la organización concreta del trabajo diplomático. Misiones que fueron imitadas a posteriori, lo que confirma, efectivamente, que supusieron un jalón en la construcción del aparato regio. Como veremos, en algunos casos el conocimiento que tenemos de estas misiones se debe a la excepcional conservación de fuentes documentales.

### **La construcción de una imagen simbólica**

Como se ha comentado en diversas ocasiones una embajada sirvió para crear, defender o ensalzar una imagen determinada de la monarquía castellana. Esto tenía una utilidad clara en el ámbito internacional: el mostrar al rey y reino de Castilla con una entidad determinada dentro del juego político de Europa occidental. Esto supuso, en algunas ocasiones, una auténtica preocupación para la monarquía<sup>48</sup>, y sabemos que algunas legaciones tuvieron especial cuidado (y tenían órdenes al respecto) para que la posición castellana no se viese menoscabada<sup>49</sup>.

En este caso, nos encontramos con varias misiones en las que se produjo una defensa de la preeminencia castellana. A lo largo de los sucesivos conflictos se ha visto cómo se tenía conocimiento del estado de la cuestión en anteriores misiones, con lo cual muestran la preocupación regia porque esa posición e imagen del reino castellano no se viese menoscabada. En ellas, además, por medio de la labor de los embajadores al frente de la misión, se iba construyendo y presentando en el ámbito internacional una visión determinada del reino. Son tres las misiones que destacan en este aspecto, y todas fueron dirigidas por un eclesiástico: la misión en

---

<sup>48</sup> Véase: VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Autoridad, legitimidad y honor en la diplomacia: los conflictos anglo-castellanos en los concilios del siglo XV”. *Espacio, Tiempo y Forma. Serie III Historia Medieval* 29 (2016), pp. 777-813.

<sup>49</sup> Véase al caso de Basilea: VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Autoridad, legitimidad y honor en la diplomacia (...)” ..., p. 798.

la Curia de Álvaro de Isorna de 1422; la del Concilio de Siena de 1423-1424 dirigida por Juan Martínez Contreras, arzobispo de Toledo; y la de Alfonso de Cartagena en el Concilio de Basilea de 1434 a 1438<sup>50</sup>.

Álvaro de Isorna, obispo de Cuenca, encabezó la misión dirigida por el rey ante el papa para presentar una serie de solicitudes y oponerse, a su vez, a la misión enviada por el infante Enrique<sup>51</sup>. Sin embargo, en el transcurso de la misma el obispo tuvo que hacer frente a un enfrentamiento con los enviados ingleses por la preeminencia de ambos reinos. Castilla alegaba precedencia sobre Inglaterra, lo que llevó, incluso, al enfrentamiento violento de los embajadores<sup>52</sup>. En dos ocasiones Álvaro de Isorna se opuso a que los ingleses tuviesen precedencia sobre los castellanos: en las celebraciones litúrgicas de la fiesta de la Candelaria, y en las celebraciones de la Pascua<sup>53</sup>. En este caso nos encontramos con una misión que supuso un antecedente para otras posteriores dado que por primera vez se enfrentaban castellanos e ingleses por la posición de cada reino.

Más relevante, en cuanto a la construcción ideológica, fue la misión encabezada por Juan Martínez Contreras en Siena<sup>54</sup>. En esa reunión conciliar de nuevo surgieron los roces entre los embajadores ingleses y, de una forma más amplia, los hispanos. A lo largo del mismo el primado toledano organizó la defensa de la posición hispana por medio de la elaboración de los discursos en los que se sostenía la primacía hispana (aunque en ocasiones se deslizaba el caso castellano). En esta ocasión nos encontramos con una construcción ideológica para defender la primacía hispana, elaborada por el presidente de la legación (aunque indicaba que con el apoyo de doctores de la embajada). Con el uso de la historia, de la geografía

<sup>50</sup> Sobre la continuidad de este conflicto y su reflejo en las fuentes me remito a la obra citada en las dos notas anteriores.

<sup>51</sup> VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – *El rey y el papa. Política y diplomacia en los albores del Renacimiento (el siglo XV en Castilla)*. Madrid: Sílex ediciones, 2009, pp. 93-94 y, especialmente, 128-130.

<sup>52</sup> Sobre la labor diplomática del prelado y esta misión: VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Alvaro Núñez de Isorna: un prelado y el poder”. *Edad Media. Revista de Historia* 18 (2017), pp. 263-292.

<sup>53</sup> Sobre el conflicto: VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Autoridad, legitimidad y honor en la diplomacia (...)” ..., pp. 789-792.

<sup>54</sup> Sobre este Concilio y la actuación castellana: VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Castilla y el Concilio de Siena (1423-1424): la embajada regia y su actuación”, ... .

eclesiástica y de la legislación pontificia y conciliar el embajador castellano buscaba mostrar la superioridad hispana, basando en ello las razones para la preeminencia<sup>55</sup>. De esta forma, aunque se basaba en un conflicto semejante de Constanza (que fue gestionado por los embajadores franceses principalmente), Martínez Contreras tuvo un papel ciertamente relevante y por primera vez Castilla era tomada como actor en ese discurso, en el que se mostraba conocer lo ocurrido en Constanza<sup>56</sup>.

La más relevante de las actuaciones de este tipo, sin embargo, es la conocida de Alfonso de Cartagena en el entorno cronológico del Concilio de Basilea. En primer lugar, por la continuación de la defensa de la preeminencia ante Inglaterra (ahora ya exclusivamente castellana) y que se llevó a cabo en el mismo Concilio. Y en segundo lugar por llevar a cabo el mismo papel en la defensa de la posesión castellana de las islas Canarias, frente a Portugal, que se llevó a cabo en la Curia pontificia radicada en Florencia<sup>57</sup>. Recordemos que fue él el que realizó los alegatos castellanos en ambas cuestiones, demostrando su erudición y capacidad dialéctica a lo largo de los mismos<sup>58</sup>. A lo largo de ambas piezas (una compuesta como un discurso y la segunda como una prueba jurídica) Alfonso de Cartagena utilizó todo su saber histórico y jurídico, así como su experiencia diplomática, para

---

<sup>55</sup> El desarrollo del conflicto, con los discursos de ambas legaciones, en: VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Castilla y el Concilio de Siena (1423-1424): la embajada regia y su actuación” ..., pp. 162-168. El texto original donde se copiaron los discursos en: BRANDMÜLLER, Walter, *Das Konzil von Pavia-Siena*. Munster: Aschendorf, 1968-1974, vol. 2, pp. 303-432.

<sup>56</sup> VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Autoridad, legitimidad y honor en la diplomacia (...)” ..., pp. 793-795.

<sup>57</sup> El mejor análisis del conflicto se encuentra en: FERNÁNDEZ GALLARDO, L. – *Alonso de Cartagena. Iglesia, política y cultura en la Castilla del siglo XV*, Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1998, pp. 924-1004. Tesis doctoral. [Consultado el 12 junio 2020] Disponible en <http://eprints.ucm.es/2509/>.

<sup>58</sup> Ambos trabajos han sido editados y analizados en diversas ocasiones. Sobre la precedencia con Inglaterra: ECHEVARRÍA GAZTELUMENDI, María Victoria – *Edición crítica del Discurso de Alfonso de Cartagena "Propositio super altercatione praeminentia sedium inter oratores regum castellae et angliae in Concilio Basiliense", versiones en latín y castellano*. Madrid: Universidad Complutense, Servicio de Reprografía, 1992. Es una edición difícil de localizar, sin embargo, de ahí que sea más utilizada la más antigua: CARTAGENA, Alfonso de – “Discurso sobre la precedencia del rey Católico sobre el de Inglaterra en el Concilio de Basilea.” in PENNA, Mario (ed.) – *Prosistas castellanos del siglo XV*. Vol. I. Madrid: Atlas, 1959, pp. 205-233. Y sobre el conflicto con Portugal: GONZÁLEZ ROLÁN, T.; HERNÁNDEZ GONZÁLEZ, F.; SAQUERO SUÁREZ-SOMONTE, P. – *Diplomacia y humanismo en el siglo XV Edición crítica, traducción y notas de las «Allegationes super conquesta Insularum Canariae contra portugaleses» de Alfonso de Cartagena*. Madrid: UNED, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1994.

defender los intereses castellanos, presentando con ello una imagen determinada de los derechos del reino<sup>59</sup>.

Estos son tres buenos ejemplos de cómo los eclesiásticos al frente de la legación podían asumir un papel principal en la defensa de la posición del rey de Castilla en el exterior, con lo que colaboraban en la construcción de una imagen simbólica del reino y su monarca. Lo relevante, además del hecho de su propia participación, es que nos muestran una forma de trabajar siguiendo una línea determinada con el paso de los años. Así, vemos cómo de la defensa que hace Álvaro de Isorna en la curia en 1422, basada simplemente en la preminencia y en evitar que se vea menoscabada la posición castellana, se pasó a una defensa sistemática utilizando el derecho, la cultura y la historia. Esto, que ya lo vemos en el trabajo de Juan Martínez Contreras en Siena llegó a su punto más elevado con Alonso de Cartagena en Basilea, al profundizar en las líneas marcadas por el arzobispo toledano. Así, entre la dialéctica (ya fuese verbal o física) y la elocuencia, los eclesiásticos participaron en esa construcción paulatina.

Asistimos, así, a una paulatina evolución y mejora en la línea trazada con anterioridad. Esto denota el conocimiento de lo que había ocurrido en casos anteriores, así como la preparación de las embajadas de forma cuidadosa, atendiendo a las posibles necesidades. Así, por ejemplo, sabemos que Juan Martínez Contreras y Alonso de Cartagena contaron con materiales procedentes de las misiones anteriores (como las actas de los concilios y obras de diverso tipo que podían ser utilizadas y mencionadas en sustento de sus teorías<sup>60</sup>). Eso nos lleva a lo que parece más relevante en el sentido de este trabajo: nos muestra cómo había una continuidad en el trabajo diplomático. Se conservaba y consultaba la documentación de misiones anteriores, como forma de garantizar el éxito de una

<sup>59</sup> Sobre ambas cuestiones puede verse: FERNÁNDEZ GALLARDO, Luis – *Alonso de Cartagena (1385-1456). Una biografía política en la Castilla del siglo XV*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 2002, pp. 133-160 (conflicto anglo-castellano), y 185-208 (luso-castellano). También ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel – *La situación europea en época del Concilio de Basilea. Informe de la delegación del reino de Castilla*. León: Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, 1992, pp. 55-70 (conflicto anglo-castellano), y pp. 81-95 (luso-castellano).

<sup>60</sup> Véase, por ejemplo, como eso ocurre en el transcurso de los conflictos anglocastellanos: VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Autoridad, legitimidad y honor en la diplomacia (...)” ..., pp. 805-807.

misión. La repetición de temas y líneas de acción lo demuestra, como veremos a continuación y nos muestra claramente esa segunda faceta de la participación activa de los eclesiásticos en la construcción de ese aparato diplomático.

### **La organización y funcionamiento de la base diplomática**

De esta forma, al hilo de lo que las fuentes nos muestran podemos ver cómo se estaba llevando a cabo toda una organización de la función diplomática. Estas “misiones ejemplares” nos sirven en ocasión para conocer mejor ese funcionamiento y podemos apreciar, como se verá, que en todo ello hubo algunos eclesiásticos que tuvieron, como colaboradores regios, un papel de cierto peso.

Un papel que les venía dado por el hecho de que fuesen los presidentes de la legación, de iure o de facto, es decir, hubiesen sido nombrados como tal o no, puesto que hay ocasiones en las que no se conserva un nombramiento como tal en el que se especifique que actúan como cabeza de la misma<sup>61</sup>. Sea como fuere, lo cierto es que actúan como tal y con esa actuación nos muestran su labor y organización de la misión lo que, en ocasiones, fue imitado a posteriori como veremos.

A la hora de atender a cómo lo hicieron podemos llegar a vislumbrar tres aspectos distintos: preparación de la embajada, organización de la misión y organización de los testimonios de lo que se había hecho.

En la preparación de la embajada tuvieron que tener un papel fundamental. Podemos sospechar una preparación previa (algo lógico) por los materiales que utilizan a lo largo de su misión, que debieron ser llevados por ellos desde Castilla. Esto se puede identificar en los materiales que se mencionan y que utilizaban en sus tareas diplomáticas. Como se ha comentado al hilo de la creación de una imagen del reino castellano, estos solían proceder de reuniones anteriores y, a veces, son claramente identificables: actas, obras jurídicas e históricas...

---

<sup>61</sup> Se ha dicho de alguno, como Gonzálo de Santa María de Basilea (ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel – *La situación...*, p. 299; cfr. VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Comunicar y negociar ...”, p. 6).

Así, por ejemplo, en 1422 Juan Martínez Contreras, enviado a la Curia a Roma, impartía órdenes a los embajadores que iban a hablar ante el papado aportando documentación regia. Es decir, se había recopilado previamente lo que pudiese ser necesario y lo había llevado consigo a Roma<sup>62</sup>. Esto entra dentro de lo que podríamos pensar como algo básico: llevar los materiales necesarios para la misión; pero en muchas ocasiones se iba más allá y se era previsor. Por ejemplo, sabemos que el mismo Juan Martínez Contreras, ya en el Concilio de Siena de 1424, y como presidente de la *natio* hispana, tenía a su disposición obras históricas y las actas del Concilio de Constanza<sup>63</sup>. Para todo ello tuvo que contar, sin duda, con la colaboración del secretario regio Enrico Schulte. Material que, como sabemos, se utilizó para la elaboración de diversos textos.

El mismo Juan Martínez Contreras acudió a las negociaciones en la frontera de Ágreda con Navarra y Aragón, y de nuevo aparece gestionando toda la comunicación con los embajadores rivales (a ellos les escribe en diversas ocasiones), así como la propia (en las actas de la negociación se reflejan sus poderes y los de sus compañeros de embajada)<sup>64</sup>.

Ejemplo capital de todo ello es el ya mencionado Concilio de Basilea. Gracias a los trabajos que allí realizó Cartagena (su defensa de la preeminencia castellana y del derecho de propiedad sobre Canarias), sabemos que contaba con diversas obras históricas (algunas ya utilizadas por Martínez Contreras en Siena), con las actas de los concilios de Siena y de Constanza... Además, sabemos que conocía los discursos

---

<sup>62</sup> A Roma se llevaron, por ejemplo, copia de las cartas que el rey había enviado a cardenales, así como al mismo arzobispo, también del cabildo al papa. También muestra el conocimiento del derecho canónico en lo tocante a las elecciones y quién puede y quién no reclamar. Todo ello, junto a otras piezas que se recogen en: AC Toledo, A-8. L.1. 1., también copias en BNE, ms. 13018, ff. 147r-181r.

<sup>63</sup> Los mismos hispanos citan las actas y los ingleses les remiten a ellas en otra ocasión (asumiendo que las tienen): BRANDMÜLLER, Walter – *Das Konzil...*, vol. 2, pp. 375-378. La remisión inglesa en pp. 410-412. Las obras las identifica el mismo Brandmüller: la *historia ecclesiástica tripartita de Casiodoro Epifanio, el Chronicon Mundi* de Lucas de Tuy (BRANDMÜLLER, Walter – *Das Konzil...*, vol. 2, pp. 375).

<sup>64</sup> Las cartas de Juan Martínez Contreras, por ejemplo, ACA, Cancillería Real, Cartas Reales, Alfonso el Magnánimo, 1698, 1699, 1705, 1710... (a los diputados de los reinos de Aragón y Navarra); 1519 (a los consejeros de Barcelona), 1601 (a los oficiales reales de Aragón). Sobre estas negociaciones véase: VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Castilla, Navarra y Aragón (...)” ... .

de Siena, pues utiliza los mismos recursos y ejemplos<sup>65</sup>. En el material preparado para la defensa de la propiedad castellana de las Canarias nos encontramos de nuevo con la muestra de ese aporte de obras posiblemente necesarias para cumplir su misión, en este caso con un mayor peso del carácter jurídico<sup>66</sup>, aunque utiliza obras como las *Etimologías* de Isidoro de Sevilla<sup>67</sup>, también textos jurídicos como el *Codex Iustiniani* o textos históricos de Landulfo de Colonia<sup>68</sup>.

Obviamente, en la organización de la propia misión diplomática tenían un papel fundamental, y de nuevo podemos rastrear en esas misiones el buen trabajo realizado. Por ejemplo, Juan Martínez Contreras dio instrucciones a los emisarios que iban a hablar ante el papa<sup>69</sup>. En ellas había cuestiones concretas en las que se maneja la información. Se indicaba, por ejemplo, cómo se debían comunicar las cuestiones al papa, ocultando o manejando los datos y hechos (en un juego de información y desinformación muy interesante<sup>70</sup>): indicaba que debían ser escuchados primero, que consiguiesen que el tema no se tratase en público y solo en consistorio secreto (donde realizaría un curioso alegato contra el entorno de la Curia<sup>71</sup>). Es decir, muestra un claro control del funcionamiento de la misión.

Parecido papel desempeñaba de nuevo Martínez Contreras poco después en Siena, aunque en esta ocasión era incluso más relevante, al asumir la cabeza de la *natio*

<sup>65</sup> VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Castilla y el Concilio de Siena (1423-1424): la embajada regia y su actuación” ..., p. 169.

<sup>66</sup> FERNÁNDEZ GALLARDO, Luis – *Alonso de Cartagena* ..., pp. 188-189.

<sup>67</sup> FERNÁNDEZ GALLARDO, Luis – *Alonso de Cartagena* ..., p. 192.

<sup>68</sup> FERNÁNDEZ GALLARDO, Luis – *Alonso de Cartagena* ..., pp. 196-197.

<sup>69</sup> Conservadas todas ellas en ACT, A.8.L.1.1., con copia en BNE, ms. 13018, ff. 147-149v. Véase VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Juan Martínez Contreras: el ascenso de un clérigo menor y el servicio regio.” in VILAR, Hermínia Vasconcelos; BRANCO, Maria João (eds.) – *Ecclesiastics and political state building in the Iberian monarchies, 13th-15th centuries*. Lisboa: Publicações do Cidehus, 2016 [Consultado el 17 octubre 2019]. Disponible en <http://books.openedition.org/cidehus/1539>, pp. 183-201, en concreto pp. 188-189.

<sup>70</sup> Sobre la desinformación en el periodo medieval puede verse: VERDON, Jean – *Information et désinformation au Moyen Âge*. París: Perrin, 2010.

<sup>71</sup> “Tamen debet laborari ne audiantur in publico consistorio, quia transire per linguas advocatorum in publico consistorio peius est quam transire per linguas diabolorum, qui propter pecunias iterum venderent papam et beatum Petrum si viveret, deponendum de papatu facerent, sed dato quod debuissent audiri quod audiantur solum coram cardinalibus commisariis uel coram papa et cardinalibus in secreto consistorio et non in publico”, ACT, A.8. L.1. 1a, f. 6r. Obviamente al final del mismo se preocupa porque todo lo dicho no salga del secreto entre ambos enviados “ista quod persona scribens nullo modo detegatur”, *ibídem*.

hispana, que englobaba en el Concilio a todos los reinos peninsulares. Sin embargo, incluso como tal demostró que era capaz de hacerse cargo de la organización. Así, por ejemplo, le vemos aceptar a los embajadores aragoneses ante el Concilio aunque fuesen laicos, utilizando la misma fórmula empleada en Constanza. En esto, además, sirvió también a los intereses castellanos, pues en tal Concilio Aragón no contaba con los votos de sus sedes italianas y, con ello, la primacía de la *natio* quedaba en Castilla<sup>72</sup>. Además, actuó en nombre de esta y como su representante en los actos conciliares, lo que le situó en una posición relevante. Y ahí supo desenvolverse con soltura, consciente de su posición y de lo que eso suponía. Buen ejemplo es la cuestión del doble voto que exigió (y que utilizó) a la hora de elegir la sede del siguiente Concilio: uno como primado (que equivalía a patriarca) y otro como presidente de la *natio* hispana<sup>73</sup>, además de muchos otros actos en los que participó y tuvo un papel fundamental<sup>74</sup>. Su principal labor organizativa, sin embargo, se pudo apreciar en el conflicto con Inglaterra donde, junto a doctores de legación peninsular, se encargó de presentar y defender su posición<sup>75</sup>.

En este arzobispo tenemos, sin lugar a dudas, a uno de los principales eclesiásticos al servicio diplomático de Castilla de los años 20 y 30 del siglo XV. Sus buenas labores fueron apreciadas por Juan II, razón por la que actuaría en diversas ocasiones, como vemos. Aún después de Siena participó en diplomacia, y de nuevo al frente de una misión amplia y complicada, en este caso las negociaciones con Aragón y Navarra de 1430 a 1433. En este caso nos encontramos con uno de los casos de los que tenemos una excepcional documentación que nos permite un conocimiento único sobre su funcionamiento y el papel de un eclesiástico en ella. Pese a que aún conocemos poco, supuso un nuevo reto organizativo para Juan Martínez Contreras, era una misión amplia en el tiempo, con numeroso personal, y

<sup>72</sup> BRANDMÜLLER, Walter – *Das Konzil...*, II, p. 252.

<sup>73</sup> BRANDMÜLLER, Walter – *Das Konzi ...*, II, p. 314.

<sup>74</sup> Veáse al respecto: VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Castilla y el Concilio de Siena (1423-1424): la embajada regia y su actuación” ..., p. 146 y ss.

<sup>75</sup> VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Legitimidad, autoridad y conflicto...”, *passim*.



en la que la negociación a tres bandas y con múltiples problemas que se mezclaron complicaron su evolución<sup>76</sup>.

A lo largo de esta misión Juan Martínez Contreras tuvo que ordenar una amplia embajada, que por la peste que se declaró en Ágreda tuvo que repartirse entre diversas localidades menores de la frontera<sup>77</sup>, que afrontó un largo periodo de negociaciones (con la consiguiente renovación de poderes<sup>78</sup>), que negoció tanto en Tarazona como con los representantes de los reyes situados en diversos lugares (se conservan actas de negociación<sup>79</sup> y decenas de cartas enviadas por Martínez Contreras a los diversos delegados de Aragón o Navarra, o a los mismos monarcas<sup>80</sup>). Es decir, el arzobispo de Toledo en esta ocasión, sin duda con la colaboración de los burócratas del monarca que le acompañaron (desde un secretario real, Gonzalo González Capoche<sup>81</sup> a oidores de la Audiencia o un refrendario<sup>82</sup>), demostró de nuevo una notable capacidad de organización de una misión diplomática que, debido a su muerte, no vio culminar.

Y un último ejemplo de la capacidad organizativa de los eclesiásticos en las misiones diplomáticas lo tenemos de nuevo en Basilea. En esta ocasión Alonso de Cartagena es quien la dirigió de hecho, como se ha dicho, y el que aparece ordenando qué debe hacerse y cuándo. Casi se podría decir que, incluso, el obispo Isorna, que era superior en jerarquía y tenía también experiencia diplomática, seguía sus instrucciones. En este caso, además, contó con la colaboración de Juan González de la Maina a la hora de todo el manejo documental. En este caso nos encontramos de nuevo con un conjunto de fuentes excepcional, que nos permite

---

<sup>76</sup> En la actualidad estoy analizando su evolución y los frutos espero vean la luz pronto. Puede verse una somera descripción de la embajada y de las fuentes disponibles en: VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Corte y diplomacia en la Castilla bajomedieval. En busca de las fuentes”. *Mélanges de la Casa de Velázquez* 45-2 (2015), pp. 105-124, en concreto pp. 115-118; también en VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar, “Castilla, Navarra y Aragón (...)”, ... .

<sup>77</sup> ACA, Cancillería, Cartas reales, Alfonso IV [V], 1514.

<sup>78</sup> BOFARUL Y SATORIO, Manuel – *Guerra ...*, p. 349.

<sup>79</sup> BOFARUL Y SATORIO, Manuel – *Guerra ...*, p. 184 y ss.

<sup>80</sup> Véase, por ejemplo, ACA, Cancillería, Cartas reales, Alfonso IV [V], desde 1514 hasta 2413. En ese lapso (todo de cartas relativas a la negociación) hay 44 cartas del prelado.

<sup>81</sup> Por ejemplo en: ACA, Cancillería, Cartas Reales, Alfonso IV [V], 1552.

<sup>82</sup> BOFARUL Y SATORIO, Manuel – *Guerra ...*, pp. 18-19.

conocer mejor cómo pudo organizarse y trabajar esa legación, en este caso guiada por un eclesiástico y con un secretario también eclesiástico. Se conservan las cartas de nombramiento, documentación que recibió la embajada, la comunicación con otras embajadas presentes en el Concilio, materiales organizados por Cartagena para la defensa de los intereses castellanos (la precedencia y el caso de las Canarias)... La mayor parte de ello recopilado en el famoso volumen K1711 del Archivo General de Simancas.

¿Acaso este volumen es un ejemplo de cómo trabajaban esas embajadas? ¿La recopilación de información que se produce en ese legajo pudo ser el fruto del trabajo de Cartagena y del secretario González de la Maina, en su afán por dejar testimonio de todo el trabajo realizado para que luego se pudiese informar al monarca?<sup>83</sup>

Se ha podido comprobar, de hecho, que en algunas de estas embajadas que se han ido describiendo los embajadores contaban con material y conocimiento de anteriores misiones. ¿Acaso cada misión realizó el mismo trabajo y esos materiales pudieron ser consultados por los embajadores antes de partir? ¿Podría ser que el legajo K1711 no fuese más que uno de muchos, pero sí el único que se nos ha conservado? Como se ve son muchas preguntas e hipótesis más o menos lógicas pero, de momento, de difícil respuesta. Lo cierto es que sí parece plausible pensar que efectivamente en los archivos regios se conservase la documentación de misiones anteriores y que esta era consultada en aras de preparar mejor la misión que se encomendaba a los embajadores (lo que explicaba que fuesen preparados para determinadas cuestiones y conflictos conociendo los hechos pasados, o que Cartagena reutilizase temas empleados por Martínez Contreras, y este por los franceses en Constanza). Esa documentación, como es el caso del K1711 nos permite observar cómo se organizaba esa diplomacia y cómo funcionaba. Por casualidad, de nuevo, es por un eclesiástico.

---

<sup>83</sup> De hecho a lo largo del indicado legajo se conservan múltiples menciones a cosas que ya se han comunicado al rey, véase, por ejemplo, como en el margen del f. 67r se indica cómo se le había enviado ya un salvoconducto que se indica en el texto fue enviado al rey con más copias de escrituras el 3 de abril de ese mismo año: AGS, Estado-Francia, leg. K1711, f. 67r.

## Conclusiones

A lo largo del presente trabajo se ha analizado cómo los eclesiásticos participaron de forma activa en la construcción del aparato diplomático castellano. Aún conocemos muy poco del mismo y casi se ha ido construyendo a la par que este relato en algunas cuestiones, pero no cabe duda que ya desde el siglo XIV algunos eclesiásticos tuvieron un papel muy activo en el desarrollo de esa diplomacia.

Es obvio que su papel lo desempeñaban por su condición de servidores regios, y no como eclesiásticos. También que sus conocimientos y estudios era lo que les capacitaba para el desarrollo de esas funciones, así como su propia valía. Pero aun así es evidente que esos clérigos participaron en la construcción paulatina de un aparato de gobierno de la monarquía de tanto peso como era la diplomacia.

De esta forma hemos podido ver cómo de forma paulatina se fue produciendo una especialización en el ámbito de la administración regia, que en el caso castellano se detecta en el ámbito del latín, que acabó desembocando en una estructura bastante relevante a mediados del siglo XIV, con la existencia del notario mayor de latín. En esos puestos, además, encontramos usualmente a eclesiásticos que servían al monarca. ¿Y antes de principios del siglo XIV? No tenemos datos todavía, pero sin duda hemos de seguir buscando, pues la presencia de especialistas en latín en la chancillería regia de Alfonso X con una especial participación en diplomacia nos hace sospechar que ya entonces estaba iniciándose ese procedimiento. Nos falta encontrar datos más concretos y específicos o realizar una estadística más completa que nos permita llegar a conclusiones más firmes.

Con la primera guerra civil castellana y la llegada de la dinastía Trastámara nos encontramos el fin de esa estructura, al desaparecer los notarios mayores de latín. Sin embargo, poco a poco se irá reconstruyendo con unas fechas que nos son bastante desconocidas. Reconstruyéndose y tomando nueva forma por medio de escribanos de latín y ya en el XV con secretarios de latín. La unión de esta figura con secretarios regios nos permite ver cómo se une a la más estrecha colaboración con el monarca (algo lógico si tenemos en cuenta que la diplomacia podía tener una importancia capital). De nuevo en estos puestos localizamos a eclesiásticos de

forma muy habitual, si no constante. Aún no sabemos claramente cuándo y cómo se desarrolló de forma efectiva, tampoco su organización funcional, pero paulatinamente vamos teniendo pruebas y rastros que nos permiten hacer un dibujo siquiera esquemático de su funcionamiento.

Pero, además, se ha visto cómo los eclesiásticos colaboraban también en el desarrollo de la propia diplomacia y cómo, a través de ella, se iba perfilando una forma de trabajo determinada. Esas formas de trabajo, además, podemos sospechar (al menos hasta que existan más pruebas) que fueron desarrollándose gracias al aporte de alguno de esos eclesiásticos. La documentación existente al menos nos permite en algunos casos concretos (y gracias a conjuntos ciertamente excepcionales) ver cómo algunas cuestiones y usos eran repetidos de una misión a la otra (sin duda por la conciencia de su buen funcionamiento), pero también mejorados.

Gracias a ello las figuras de Juan Martínez Contreras y Alonso de Cartagena se muestran como dos grandes organizadores de embajadas. Si en el caso del segundo era más conocido, no es así sobre el primero de ellos, a quien, poco a poco, vamos conociendo más y mejor y de quien en el futuro seguramente conoceremos más. De esta forma, con los nuevos aportes documentales que se van realizando y con el nuevo análisis y reinterpretación de los que ya teníamos avanzamos poco a poco en un mejor conocimiento de la diplomacia regia. Y con ello, se nos va mostrando claramente cómo los eclesiásticos participaron de forma activa en todo el proceso colaborando con el monarca y adoptando, en ocasiones, papeles fundamentales.

## Bibliografía

### Fuentes manuscritas

ACA, Cancillería, Cartas Reales, Alfonso IV [V], 1514 hasta 2413.

ACA, Cancillería, Reg. 557.

ACA, Cartas Reales, Jaime I, caja 1.

ACT, A-8. L.1.1. ; I.11.3.C.62.

AGS, Estado-Francia, K. 1711

AGS, Patronato Real, caj. 21, nº 9.

BNE, mss. 7815 y 13018.

AHNob, Osuna, C. 3484, doc. 22.

### Fuentes impresas

BOFARULL Y SARTORIO, Manuel – *Guerra entre Castilla, Aragón y Navarra: compromiso para terminarla (año 1431)*. Barcelona: Colección de Documentos Inéditos del Archivo de la Corona de Aragón, 1869.

CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula – *Colección diplomática de Santo Domingo el Real de Toledo. Documentos Reales I. 1249-1473*. Madrid: Sílex ediciones, 2010.

*Cortes de los antiguos reinos de León y Castilla*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1861, vol. 1.

DÍAZ MARTÍN, Luis Vicente – *Colección documental de Pedro I de Castilla (1350-1369)*, Salamanca: Junta de Castilla y León, 1999, vol. 3.

EHEVARRÍA GAZTELUMENDI, María Victoria – *Edición crítica del Discurso de Alfonso de Cartagena "Propositio super altercatione praeminentia sedium inter oratores regum castellae et angliae in Concilio Basiliense", versiones en latín y castellano*. Madrid: Universidad Complutense, Servicio de Reprografía, 1992.

GALÍNDEZ DE CARVAJAL, Lorenzo (comp.) – *Crónica del serenísimo príncipe don Juan*, en *Crónicas de los Reyes de Castilla*. Madrid, 1877, en el volumen 69 de la Biblioteca de Autores Españoles.

GONZÁLEZ ROLÁN, T.; HERNÁNDEZ GONZÁLEZ, F.; SAQUERO SUÁREZ-SOMONTE, P. – *Diplomacia y humanismo en el siglo XV Edición crítica, traducción y notas de las «Allegationes super conquesta Insularum Canariae contra portugalenses» de Alfonso de Cartagena*. Madrid: UNED, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1994.

RYMER, Thomas – *Foedera, conventiones, litterae, et cujuscunque generis acta publica, inter reges Angliae et alios quosvis imperatores, reges, pontifices, principes, vel communitates: ab ingressu Gulielmi I. in Angliam, A.D. 1066, ad nostra usque tempora habita aut tractata*. Londres, 1816-1869, vol. I-1,

## Estudios

ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel – *La situación europea en época del Concilio de Basilea. Informe de la delegación del reino de Castilla*. León: Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, 1992.

BECEIRO PITA, Isabel – “La consolidación del personal diplomático entre Castilla y Portugal (1392-1455).” in GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (ed.) – *La península ibérica en la era de los descubrimientos 1301-1492. Actas de las III jornadas hispano portuguesas de Historia Medieval*. Sevilla: 1997, pp. 1735-1744.

BELTRÁN DE HEREDIA, Vicente, “Nuevos documentos inéditos sobre el poeta Juan de Mena”. *Salmanticensis* 3-1 (1956), pp. 502-508.

BRANDMÜLLER, Walter – *Das Konzil von Pavia-Siena*. Munster: Aschendorf, 1968-1974, vol. 2.

CARTAGENA, Alfonso de – “Discurso sobre la precedencia del rey Católico sobre el de Inglaterra en el Concilio de Basilea.” in PENNA, Mario (ed.) – *Prosistas castellanos del siglo XV*. Vol. I. Madrid: Atlas, 1959.

CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula, “La diplomacia castellana durante el Reinado de Juan II: la participación de los letrados de la cancillería real en las embajadas regias”. *Anuario de estudios medievales* 40-2 (2010), pp. 691-722.

CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula – *Burocracia y cancillería en la corte de Juan II de Castilla (1406-1454) estudio institucional y prosopográfico*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2012.

CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula – “Juan de Mena: secretario de latín y cronista del rey.” in MOYA GARCÍA, Cristina (ed.) – *Juan de Mena. De letrado a poeta*. Woodbridge: Tamesis books, 2015, pp. 11-22.

CHAPLAIS, Pierre – *Essays in Medieval Diplomacy and Administration*. Londres, Hambledon, 1981.

CUTTINO, George Peddy – *English Diplomatic Administration, 1259-1399*. Londres: Oxford University Press, 1940.

DÍAZ MARTÍN, Luis Vicente – *Los orígenes de la Audiencia Real castellana*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1997.

DIOS, Salustiano de – *El Consejo Real de Castilla (1285-1522)*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1982.

FERNÁNDEZ GALLARDO, Luis – *Alonso de Cartagena (1385-1456). Una biografía política en la Castilla del siglo XV*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 2002.

FERNÁNDEZ GALLARDO, Luis – *Alonso de Cartagena. Iglesia, política y cultura en la Castilla del siglo XV*, Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1998,

pp. 924-1004. Tesis doctoral. [consultada el 12 junio 2020]. Disponible en <http://eprints.ucm.es/2509/>.

FERRER I MALLOL, María Teresa – *Entre la paz y la guerra. La Corona catalano-aragonesa y Castilla en la Baja Edad Media*. Barcelona: CSIC, 2005.

GARRIGA ACOSTA, Carlos Antonio – *La Audiencia y las chancillerías castellanas (1371-1525): historia política, régimen jurídico y práctica institucional*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1994.

GÓMEZ REDONDO, Fernando – *Historia de la prosa medieval castellana*. III. *Los orígenes del humanismo. El marco cultural de Enrique III y Juan II*. Madrid: Cátedra, 2002.

GONZÁLEZ CRESPO, Esther – “Organización de la cancillería castellana en la primera mitad del siglo XIV”. *En la España Medieval* 8 (1986), pp. 447-470.

GOÑI GAZTAMBIDE, José – “Los españoles en el Concilio de Constanza II”. *Hispania Sacra* 16 (1963), pp. 106-200.

KLEINE, Marina – *La cancillería real de Alfonso X: actores y prácticas en la producción documental*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2015.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *La Hacienda Real de Castilla (1369-1504)*. Madrid: Real Academia de la Historia, 2009.

MARTÍN PRIETO, Pablo – “Invención y tradición en la cancillería de Alfonso VIII de Castilla (1158-1214)”. *Espacio, Tiempo y Forma. Serie III Historia Medieval* 26 (2013), pp. 209-244.

MOEGLIN, Jean-Marie; PÉQUIGNOT, Stéphane – *Diplomatie et «relations internationales» au Moyen Âge (IX-XV siècles)*. París: Presses Universitaires de France, 2017.

NIETO SORIA, José Manuel – *Iglesia y poder real en Castilla: el episcopado 1250-1350*. Madrid: Universidad Complutense, 1998.

PECQUIGNOT, Stéphane – *Au nom du roi. Pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques II d'Aragon (1291-1327)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2009.

SERRANO, Luciano – *Los conversos don Pablo de Santamaría y Alonso de Cartagena. Obispos de Burgos, gobernantes, diplomáticos y escritores*, Madrid: CSIC, 1942.

STREET, Florence – “La vida de Juan de Mena”. *Bulletin Hispanique* 55-2 (1953), pp. 154-155.

VERDON, Jean – *Information et désinformation au Moyen Âge*. París: Perrin, 2010.

VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Castilla y el Concilio de Siena (1423-1424): la embajada regia y su actuación”. *En la España Medieval* 30 (2007), pp. 131-172.

VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – *El rey y el papa. Política y diplomacia en los albores del Renacimiento (el siglo XV en Castilla)*, Madrid: Sílex ediciones, 2009.

VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Eclesiásticos en la diplomacia castellana en el siglo XV”. *Anuario de Estudios Medievales* 40-2 (2010), pp. 791-819.

VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – *El rey y la Iglesia castellana. Relaciones de poder en época de Juan II*. Madrid: Fundación Ramón Areces, 2011.

VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Corte y diplomacia en la Castilla bajomedieval”. *Mélanges de la Casa de Velázquez. Nouvelle série* 45-2 (2015), pp. 105-124.

VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Autoridad, legitimidad y honor en la diplomacia: los conflictos anglo-castellanos en los concilios del siglo XV”. *Espacio, Tiempo y Forma. Serie III Historia Medieval* 29 (2016), pp. 777-813.

VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Juan Martínez Contreras: el ascenso de un clérigo menor y el servicio regio.” in VILAR, Hermínia Vasconcelos; BRANCO, Maria João (eds.) – *Ecclesiastics and political state building in the Iberian monarchies, 13th-15th centuries*. Lisboa: Publicações do Cidehus, 2016 [Consultado el 17 octubre 2019]. Disponible en <http://books.openedition.org/cidehus/1539>.

VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Alvaro Núñez de Isorna: un prelado y el poder”. *Edad Media. Revista de Historia* 18 (2017), pp. 263-292.

VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Castilla, Navarra y Aragón: negociación y conflicto en los años 30 del siglo XV.” in NIETO SORIA, José Manuel; VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar (coords.) – *Comunicación y conflicto en la cultura política peninsular (siglos XIII al XV)*. Madrid: Sílex, 2018, pp. 83-112.

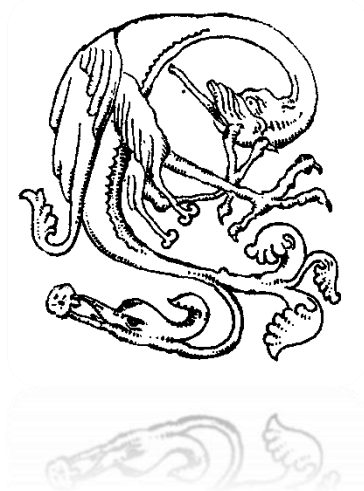
VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Comunicar y negociar por el rey: los eclesiásticos al frente de embajadas en la diplomacia castellana (siglos XIII al XV)” in VIGIL MONTES, Néstor (dir.) – *Comunicación política y diplomacia en la Baja Edad Media*. Évora: Publicações do Cidehus, 2019 [Consultado el 17 octubre 2019]. Disponible en <http://books.openedition.org/cidehus/6979>.

ZALDÍVAR, Antonio – *Language and Power in the Medieval Crown of Aragon: The Rise of Vernacular Writing and Codeswitching Strategies in the Thirteenth-Century Royal Chancery*. Los Angeles: Universidad de California en Los Ángeles, 2014. Tesis doctoral.



**COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:**

VILLAROEL GONZÁLEZ, Óscar - “Diplomacia y construcción monárquica: la participación eclesiástica castellana”. *Medievalista* 28 (Julho – Dezembro 2020), pp. 191-223. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.







MEDIEVALISTA

N.º 28 | Julho – Dezembro 2020

ISSN 1646-740X

---

**Les évêques de Provence et la diplomatie royale sous  
Charles II (1285-1309)**

**The Bishops of Provence and royal diplomacy under  
Charles II, 1285-1309**

*Thierry Pécout*

Université de Saint-Étienne, UMR LEM-CERCOR  
42023 Saint-Étienne Cedex 2, France

[thierry.pecout@univ-st-etienne.fr](mailto:thierry.pecout@univ-st-etienne.fr)  
<https://orcid.org/0000-0001-9969-3334>

Data recepção do artigo / Received for publication: 13 de Dezembro de 2019

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 5 de Junho de 2020

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.3323>

## RÉSUMÉ

L'épiscopat et les prévôts des cathédrales ont joué sous Charles II un rôle politique accru, s'intégrant aux rouages du gouvernement sous une forme plus aboutie au regard du règne de Charles d'Anjou. La diplomatie en constitue l'un des aspects, quand le magistère de la parole, les compétences en matière de droit canonique et les réseaux personnels ou bénéficiaux, sont mis à profit pour servir les ambitions méditerranéennes de la monarchie.

**Mots clés:** Épiscopat; Provence; Diplomatie; Prévôt; Angevins de Provence-Sicile.

## ABSTRACT

In comparison to the reign of Charles of Anjou, the bishops and provosts of the cathedrals of Provence gained an increasing political importance under Charles II inasmuch as they were able to smoothly integrate themselves into the government apparatus. One aspect of this integration is diplomacy, which through the *magisterium* of speech, skills in canon law and personal or beneficial networks serves the Mediterranean ambitions of the Monarchy.

**Keywords:** Bishop; Provence; Diplomacy; Provost; Dynasty of Provence-Sicily.



Lors d'un colloque tenu à Szeged en 2007, j'avais étudié l'activité d'un procureur de la reine Jeanne de Naples *in Romana Curia*, au milieu du XIV<sup>e</sup> siècle<sup>1</sup>. À l'occasion de la présentation des actes de cette manifestation par l'*Institutum Pontificium Ecclesiasticum Hungaricum in Urbe*, je m'étais interrogé comme bien d'autres sur l'existence de la diplomatie aux temps médiévaux. Évidemment, nous entendions par là que la pratique diplomatique ne connaissait pas alors de spécialisation, ni en tant qu'art politique autonome, ni en tant que profession. La diplomatie et le diplomate sont intimement liés à l'émergence d'un droit des gens et de la notion juridique d'état de paix. Mais assurément aussi, la diplomatie en tant que nécessité politique de gestion des rapports de force et des rivalités entre puissances, quelle que soit leur échelle, n'a pas attendu les temps modernes pour émerger<sup>2</sup>. Et c'est là

---

\* Registres des papes édités par l'École française de Rome: abréviations suivies du nom du pontife; L: lettres ou registres, LC: Lettres communes, LCu: Lettres curiales. Pour alléger des notes déjà nourries, nous n'avons pas cité systématiquement ces mêmes lettres avec, quand le cas se présente, un renvoi à leur édition intégrale dans DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ, Santiago (éd.) – *Documentos de Martin IV (1281-1285) referentes a España*. León: Universidad de León, 2010; DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ, Santiago (éd.) – *Documentos de Honorio IV (1285-1287) referentes a España*. León: Universidad de León, 2015; DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ, Santiago (éd.) – *Documentos de Nicolás IV (1288-1292) referentes a España*. León: Universidad de León, 2009; DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ, Santiago (éd.) – *Documentos de Bonifacio VIII (1294-1303) referentes a España*. León: Universidad de León, 2006; DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ, Santiago (éd.) – *Documentos de Clemente V (1305-1314) referentes a España*. León: Universidad de León, 2014.

<sup>1</sup> PÉCOUT, Thierry – “Diplômes, diplomates et diplomatie: le registre du maître rational Jean de Revest, procureur de la reine Jeanne in Romana Curia, 1343-1347”. in Kordé, Zoltán; PETROVICS, István (dir.) – *La diplomatie des États angevins aux XIII<sup>e</sup> et XIV<sup>e</sup> siècles, Actes du colloque international de Szeged, Visegrád et Budapest, 13-16 septembre 2007*. Rome-Szeged: Accademia d'Ungheria in Roma, 2010, pp. 251-287.

<sup>2</sup> La négociation à la Curie et les réseaux cardinalices qui la sous-tendent ont fait l'objet de travaux précurseurs, à la suite des ouvrages classiques sur la légation: BRESCH, Henri (éd.) – *La correspondance de Pierre Ameilh, archevêque de Naples puis d'Embrun (1363-1369)*. Paris: Éditions du Centre national de la recherche scientifique, 1972; BRESCH, Henri – “Les partis cardinalices et leurs ambitions dynastiques”. in FAVIER, Jean; et al. (dir.) – *Genèse et débuts du Grand Schisme d'Occident (actes du colloque international du CNRS, Avignon 25-28 septembre 1978)*. Paris: Éditions du Centre national de la recherche scientifique, 1980, pp. 45-57; GALLAND, Bruno – “Les hommes de culture dans la diplomatie pontificale au XIII<sup>e</sup> siècle”. *Mélanges de l'École française de Rome. Moyen Âge, Temps modernes* 108/2 (1996), pp. 615-643; JUGIE, Pierre – “L'activité diplomatique du cardinal Gui de Boulogne en France au milieu du XIV<sup>e</sup> siècle”. *Bibliothèque de l'École des chartes* 145/1 (1987), pp. 99-127. Tout particulièrement, la dernière génération de recherches insiste sur les méthodes et le personnel de la négociation. FERRER MALLOL, María Teresa; MOEGLIN, Jean-Marie; PÉQUIGNOT, Stéphane; SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Manuel (eds.) – *Negociar en la Edad Media – Negociar au Moyen Âge*. Barcelone: CSIC, 2005; DROCOURT, Nicolas – “Ambassadeurs étrangers à

justement la spécificité de la diplomatie médiévale, que de n'être avant tout que praxis et de s'intégrer dans une relation globale. Le "diplomate" de ces temps, est celui qui met à disposition un réseau personnel et professionnel, issu tant de sa parenté que des affinités créées au cours de ses études et de sa carrière ; qui entretient avec le prince des relations personnelles, voire intime, puisqu'il en est la bouche et les yeux; qui s'avère expert dans le ministère de la parole, de la négociation et qui impose sa reconnaissance à ses interlocuteurs par certaine vertu politique, renommée ou charisme. À la lecture de cette énumération, on ne s'étonnera guère de voir ainsi se profiler avec elle un personnel issu du sacerdoce, de l'hôtel, de la ville et de l'Université. À propos des Angevins de Provence-Sicile, quelques carrières significatives nous permettront d'illustrer ces considérations, entre les années 1280 et les premiers temps de la papauté d'Avignon, moment où le cadre provençal s'impose comme haut-lieu de pourparlers et zone de contacts,

---

Constantinople: moyens de contacts, d'échanges et de connaissances partielles du monde byzantin (VIII<sup>e</sup>-XII<sup>e</sup> siècles)". in CLÉMENT, François; TOLAN, John; WILGAUX, Jérôme (dir.) – *Espaces d'échanges en Méditerranée. Antiquité et Moyen Âge* [en ligne]. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2006, pp.107-134. [Consulté le 31 décembre 2015]. Accessible in <https://doi.org/10.4000/books.pur.7841>; DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ, Santiago – *Los procuradores de los reinos hispánicos ante la curia romana en el siglo XIII*. León: Universidad de León, 2007; VALÉRIAN, Dominique – "Les agents de la diplomatie des souverains maghrébins avec le monde chrétien (XII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècle)". *Anuario de Estudios Medievales* 38/2 (2008), pp. 985-900; PÉQUIGNOT, Stéphane – *Au nom du roi. Pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques II d'Aragon (1291-1327)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2009; SOCIÉTÉ DES HISTORIENS MÉDIÉVISTES DE L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR PUBLIC (FRANCE), Congrès – *Les relations diplomatiques au Moyen Âge. Formes et enjeux*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2011; COLLARD, Franck; COTTRET, Monique (dir.) – *Conciliation, réconciliation aux temps médiévaux et modernes* [en ligne]. Nanterre: Presses universitaires de Paris Nanterre, 2012. [Consulté le 31 décembre 2015]. Accessible in <https://doi.org/10.4000/books.pupo.2016>; BERTHE, Pierre-Marie – *Les procureurs français à la cour pontificale d'Avignon, 1309-1376*. Paris: Université Paris 4, 2014. Thèse de doctorat en Histoire médiévale; VALLERY-RADOT, Sophie – "La diplomatie menée par l'ambassade du roi de France au Concile de Constance". in SIGNORI, Gabriela; STUDDT, Birgit (dir.) – *Das Konstanzer Konzil als europäisches Ereignis: Begegnungen, Medien und Rituale* [en ligne] 79 (2014), pp. 89-106 [Consulté le 31 décembre 2015]. Accessible in <https://doi.org/10.11588/vuf.2014.0.41846>; ANDRETTA, Stefano; PEQUIGNOT, Stéphane; WAQUET, Jean-Claude (dir.) – *De l'ambassadeur: les écrits relatifs à l'ambassadeur et à l'art de négocier du Moyen Âge au début du XIX<sup>e</sup> siècle*. Rome: École française de Rome, 2015; LAZZARINI, Isabella – "À propos de diplomatie médiévale: pratiques, modèles et langages de la négociation en Italie (XIV<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècles)". *Médiévales* [en ligne] 74 (2018), pp. 133-154 [Consulté le 31 décembre 2019]. Accessible in <https://doi.org/10.4000/medievales.8653>. L'édition scientifique s'est également orientée vers une diplomatie de la diplomatie: SCARLATA, Marina (éd.) – *Carte reali diplomatiche di Giacomo II d'Aragona (1291-1327) riguardanti l'Italia*. Palermo: Società Siciliana per la Storia Patri, 1993. Ces processus s'insèrent dans une lente construction des conditions juridiques de l'état de belligérance, que l'on doit aux canonistes, ainsi que de ses rites: RUSSEL, Frederick H. – *The Just War in the Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975; BACHRACH, David S. – *Religion and the Conduct of War, c. 300 - c. 1215*. Woodbridge: Boydell Press, 2003.

dans un contexte hautement conflictuel en Méditerranée occidentale<sup>3</sup>. La première maison d'Anjou-Provence-Sicile régna en effet sur les comtés de Provence et de Forcalquier puis d'Anjou et du Maine à partir de 1246 et accéda à la couronne de Sicile en 1265 avec le soutien de la papauté. À partir de 1282, elle entra dans un cycle de conflits avec la couronne d'Aragon.

À compter du règne de Charles II (1285-1309), l'épiscopat de Provence semble se déterminer en fonction du rôle que lui assigne la monarchie dans son projet d'administration du peuple chrétien. En cela, il se rapproche de plus en plus du milieu des grands officiers. L'épiscopat poursuit un processus d'homogénéisation politique entamé au début du siècle<sup>4</sup>. Il s'achemine vers une communauté de pensée reposant sur une formation intellectuelle dominée par le droit, un même idéal de rationalisation du gouvernement chrétien, déployant particulièrement une fonction médiatrice qui s'investit dans la diplomatie<sup>5</sup>.

<sup>3</sup> Sur ces enjeux européens, on pourra se rapporter à deux actes de colloques: GIUNTA, Francesco; CORRAO, Pietro (dir.) – *La società mediterranea all'epoca del Vespro, 11° Congresso di Storia della Corona d'Aragona, Palermo, Trapani, Erice, 23-30 aprile 1982*. Palerme: Accademia di Scienze Lettere e Arti, 1983-1984; CANTEAUT, Olivier, HÉLARY, Xavier, THÉRY, Julien (dir.) – *1314, une Europe en crise? La conjoncture politique européenne à la mort de Philippe le Bel (Université de Paris-Sorbonne, 2-4 octobre 2014)*, à paraître. Sur les négociations propres à l'empire: MALECZEK, Werner – "Die Urkunden des päpstlichen Legaten Johannes Boccamazza, Kardinalbischofs von Tusculum, aus den Jahren 1286 und 1287 (Legation ins Reich in der Spätzeit König Rudolfs von Habsburg)". *Archiv für Diplomatik. Schriftgeschichte, Siegel- und Wappenkunde* 59 (2013), pp. 35-132.

<sup>4</sup> PÉCOUT, Thierry – "Épiscopat et papauté en Provence: une refondation". *Cahiers de Fanjeaux: Innocent III et le Midi* 50 (2015), pp. 419-452.

<sup>5</sup> PÉCOUT, Thierry – *Ultima ratio. Vers un État de raison. L'épiscopat, les chanoines et le pouvoir des années 1230 au début du XIV<sup>e</sup> siècle (provinces ecclésiastiques d'Arles, Aix et Embrun)*. Paris: Université de Paris I, 2011. Mémoire d'Habilitation à diriger les recherches. PÉCOUT, Thierry – "Une technocratie au service d'une théocratie. Culture et formation intellectuelle des évêques de Provence (milieu du XIII<sup>e</sup> siècle - milieu du XIV<sup>e</sup> siècle)". in CÉVINS, Marie-Madeleine; MATZ, Jean-Michel (dir.) - *Formation intellectuelle et culture du clergé dans les territoires angevins (milieu du XIII<sup>e</sup>-fin du XV<sup>e</sup> siècle), colloque d'Angers, 15-16 novembre 2002*. Rome: École française de Rome, 2005, pp. 95-116. Les travaux sur le rôle des "hommes de culture" dans les activités diplomatiques ont tendance à privilégier le milieu cardinalice plutôt que l'épiscopat: GALLAND, Bruno – "Les hommes de culture dans la diplomatie pontificale au XIII<sup>e</sup> siècle" ..., pp. 615-643. Au sujet de la Provence angevine, les recherches concernant les échanges diplomatiques ont fait la part belle aux villes, mais le clergé séculier a peu attiré l'attention: GRAVA, Yves – "Les ambassades provençales au XIV<sup>e</sup> siècle et les enjeux de la communication". in *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public, 24<sup>e</sup> congrès, Avignon. La circulation des nouvelles au Moyen Âge*. Paris-Rome: Éditions de la Sorbonne, École française de Rome, 1994, pp. 25-36; REYNAUD, Marcelle-Renée – "La politique de la Maison d'Anjou et la soustraction d'obédience en Provence (1398-1402)". *Cahiers d'histoire* 24 (1979), pp. 45-57; GALLO, Alexandra – "Le développement d'un réseau diplomatique par le conseil de ville de Sisteron au XIV<sup>e</sup> siècle". in *Les relations diplomatiques au Moyen Âge. Formes et enjeux* [en ligne]. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2011, pp. 219-225 [Consulté le 31 décembre 2015]. Accessible in

Deux types d'hommes d'Église caractérisent ce processus. Tout d'abord, des proches du souverain qui s'illustrent par une carrière bénéficiaire prestigieuse, mais d'un rang auprès du prince bien supérieur à leur statut dans l'Église locale. Ils préfèrent des bénéfices *sine cura*, avec une ordination sacerdotale tardive, et n'accèdent pas à l'épiscopat, en partie par choix. Ils font un usage pragmatique du bénéfice ecclésiastique. Ainsi de Guillaume de Ferrières († 1295) et de Guillaume *Agarini* († 1311), qui demeurent prévôts pendant presque toute leur carrière, respectivement à Marseille et à Apt. Toutefois, le premier accède au cardinalat, tandis que l'autre échoue à l'épiscopat. Au service du roi, Guillaume *Agarini* a grandement concouru à structurer l'office de procureur *in romana curia*. À côté d'eux, viennent des prélats ponctuellement chargés de missions diplomatiques. Ce sont des auxiliaires du souverain, sans postes dans l'appareil administratif. Ainsi de Rostaing de *Capra* (1286-1303), Rostaing de Noves (1283-1311), archevêques d'Arles et d'Aix, et d'André d'Anguissola (1291-1294), évêque d'Avignon<sup>6</sup>.

Guillaume de Ferrières illustrera ici le premier cas de figure, car je n'insisterai pas sur Guillaume *Agarini* dont j'ai déjà présenté ailleurs l'action fondatrice comme procureur royal<sup>7</sup>. Guillaume de Ferrières est un universitaire et un homme de loi. Issu d'une famille toulousaine, il se forme à l'université d'Orléans. Professeur de droit civil, il enseigne à Toulouse entre 1284 et 1289: il en est le premier docteur dont l'œuvre soit connue. Quand il paraît aux côtés du roi, il dispose déjà d'une longue expérience savante, qui s'est exercée dans la consultation juridique et illustrée en un recueil sur la coutume, des leçons sur les *Institutes* de 1285-1286, des traités et gloses. Il est fiscaliste, spécialiste de droit municipal et de procédure,

---

<https://doi.org/10.4000/books.psorbonne.16469>; OTCHAKOVSKY-LAURENS, François – “Le statut des ambassadeurs marseillais au regard des pratiques diplomatiques au XIV<sup>e</sup> siècle”. in *La diplomatie des villes au Moyen Âge et au premier âge moderne, XII<sup>e</sup>-XVI<sup>e</sup> siècle (actes du colloque international, Montpellier, 17-18 novembre 2017)*, à paraître.

<sup>6</sup> Ou plutôt Andrea d'Anguissola. Anguissola, d'une famille d'origine placentine, plutôt que Languissel, patronyme francisé habituellement utilisé par l'historiographie. BEAUMONT, Jean-Pierre – *Une famille de banquiers italiens, les Anguissola de Plaisance (première moitié du XIV<sup>e</sup> siècle)*. Chartres: École Nationale des Chartes, 1968. Thèse de la Promotion.

<sup>7</sup> PÉCOUT, Thierry – “Diplômes, diplomates et diplomatie: le registre du maître rational Jean de Revest, procureur de la reine Jeanne in Romana Curia, 1343-1347” ..., pp. 251-287.



ainsi que des juridictions entre roi et seigneurs<sup>8</sup>. Il mène une belle carrière bénéficiaire en Provence en œuvrant au service de Charles II. Il est pourvu de la prévôté de Marseille en mai 1289 par Nicolas IV, alors qu'il n'est que clerc tonsuré, après la nomination du catalan Hugo de Mataplana au siège de Saragosse<sup>9</sup>. C'est sa fonction auprès du prince qui explique sa promotion: dès 1290, Guillaume porte la titulature de familier et conseiller, tout comme celles de clerc du roi et de chapelain de Nicolas IV. Du reste, il est nommé vice-chancelier du royaume de Sicile peu avant mai 1290<sup>10</sup>. Il entretient une grande proximité avec les milieux gouvernant alors la Provence. On le rencontre fréquemment aux côtés des grands officiers de la cour d'Aix entre 1291 et 1294<sup>11</sup>. Il est probablement présent à Perugia avec Charles II et son fils Charles Martel († 1295) lors du conclave en mars 1294<sup>12</sup>. Son accession au cardinalat, comme prêtre de San Clemente le 18 septembre 1294 par la grâce de Célestin V, en fait l'un des chefs de file du parti angevin au Sacré

<sup>8</sup> MEIJERS, Eduard Maurits – “La première époque d'épanouissement de l'enseignement du droit à l'université de Toulouse (1280-1330)”. in MEIJERS, Eduard Maurits; FEENSTRA, Robert; FISCHER, Herman Frederik Willem Daniel (éd.) – *Études d'histoire du droit*. T. 3. *Le droit romain au Moyen Âge*. Leyde: Universitaire Pers Leiden, 1959, pp. 167-208; GILLES, Henri – “Le traité de la coutume de Guillaume de Ferrières”. in GILLES, Henri - *Université de Toulouse et enseignement du droit, XIII<sup>e</sup> - XVI<sup>e</sup> siècles*. Toulouse; Presses de l'Université Toulouse I Capitole, 1992, pp. 127-138, qui place ses études à Bologne; DOSSAT, Yves – “L'Université de Toulouse, Raymond VII, les Capitouls et le roi”. *Cahiers de Fanjeaux: Les Universités du Languedoc au XIII<sup>e</sup> siècle* 5 (1970), pp. 75-76; CADIER, Léon - *Essai sur l'administration du royaume de Sicile sous Charles I<sup>er</sup> et Charles II d'Anjou*. Paris: E. Thorin, 1891, p. 240; GIORDANENGO, Gérard – “Ferrières, Guillaume de”. in ARABEYRE, Patrick; HALPÉRIN, Jean-Louis; KRYNEN, Jacques – *Dictionnaire historique des juristes français, XII<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècle*. Paris: Éditions PUF, 2007, p. 327.

<sup>9</sup> ALBANÈS, Joseph Hyacinthe – *Gallia christiana novissima, Marseille. / d'après les documents authentiques recueillis dans les registres du Vatican et les archives locales par le chanoine J.-H. Albanès [...]; complétée, annotée et publiée par le chanoine Ulysse Chevalier [...]*. Marseille: P. Hoffmann (Montbéliard); impr. valentinoise (puis), 1899 [désormais *GCNN, Marseille*], col. 771-777; le 11 août 1291, la provision pontificale ajoute à sa prévôté la perception des revenus des églises de Saint-Anatole et *Causideriis* au diocèse de Toulon, attachées à sa prébende, ce qui nécessite l'ordination de Guillaume par l'évêque de Marseille, à laquelle il s'engage pour l'année suivant sa provision, ce qui lui permet d'obtenir dispense pour en percevoir les fruits (*L Nicolas IV*, n° 5823; *GCNN, Marseille*, n° 1272).

<sup>10</sup> KIESEWETTER, Andreas – “La cancelleria angioina”. in *L'État angevin. Pouvoir, culture et société entre XIII<sup>e</sup> et XIV<sup>e</sup> siècle. Actes du colloque international, Rome-Naples, novembre 1995*. Paris-Rome: École Française de Rome, 1998, p. 383.

<sup>11</sup> *GCNN, Marseille*, n° 1276. FILANGIERI, Riccardo (éd.) – *I registri della cancellaria angioina ricostruiti*. Naples: Regia Cancellaria, 1950 *sqq.* [désormais *RCA*], t. 39, n° 10-12, pp. 12-18, 23-27 avril 1291; *RCA*, t. 49, n° 99, pp. 59; *RCA*, t. 49, n° 181, pp. 101; *RCA*, t. 47, n° 580, pp. 207; *RCA*, t. 47, n° 722, pp. 248. *RCA*, t. 48, n° 49, pp. 34, 4 février 1294, concession à Philippe de la principauté de Tarente; *RCA*, t. 48, n° 45, pp. 29, 5 février 1294, en faveur de Tommaso Scillato de Salerno; *RCA*, t. 48, n° 13, pp. 11, 5 janvier 1294, en faveur d'Othon de Tucziaco.

<sup>12</sup> Le 8 mars il est encore à Arles (*GCNN, Marseille*, n° 1276) et le 27 juillet il est de retour à Aix.

Collège<sup>13</sup>. Il demeure bien en cour auprès de Boniface VIII aussi<sup>14</sup>. Il supervise les négociations de mariage entre Blanche d'Anjou († 1310), fille de Charles II, et Jacques II d'Aragon (1291-1327) qui vient de laisser la couronne de Sicile à son frère Frédéric<sup>15</sup>. C'est alors une période complexe des relations entre Angevins et Aragonais, entre état de guerre et négociations. Une paix se conclut le 12 juin 1295 à Agnani, avec comme dispositif la renonciation à toute union entre Sicile et Aragon, l'indépendance du royaume de Majorque, la création d'un royaume de Sardaigne et Corse pour Jacques, l'abandon par Philippe IV (1285-1314) de toute prétention sur l'Aragon, le mariage de Jacques et Blanche, dont la dot sera financée par le pape (le mariage est célébré le 1<sup>er</sup> novembre 1295), et la libération des fils de Charles II<sup>16</sup>. Mais Guillaume de Ferrières décède prématurément à Perpignan, le 7 septembre 1295. D'autres négociateurs prennent le relais, tandis que son neveu ou frère Pierre de Ferrières prolonge sa carrière par bien des aspects.

L'action diplomatique fut vraisemblablement le principal ressort de l'éphémère carrière de Guillaume de Ferrières. Pour certains de ses collègues elle ne joue qu'un rôle secondaire, à l'occasion de missions ponctuelles. Des liens étroits noués avec l'entourage pontifical ont sans doute incliné le souverain à les leur confier. Au vrai, les deux cas ici évoqués sont liés au Sacré Collège et plus particulièrement au cardinal de Porto Bernard d'Anguissola († 1291), archevêque d'Arles en 1274 sous Clément IV et nommé cardinal par Martin IV en 1281. Ils occupent des sièges où

<sup>13</sup> Parmi les nominations du 18 septembre 1294, la quasi-totalité des promus est proche du roi angevin. Le cardinal Latino Malabranca (OP), neveu de Nicolas III, doyen du Sacré Collège est rallié par Charles II, mais il décède dès août 1294. Guglielmo Longhi († 1319), créé cardinal diacre par Célestin V le 18 septembre à l'instigation de Charles II, devient quant à lui son chancelier vers 1294-1295. Voir aussi le Sacré Collège lors du conclave de juillet 1294: ASV, *Archivum Arcis, Arm. I-XVIII*, 2177 et 2178 (édités par A. Martini, Cité du Vatican, 2008, dactylographié); TRINCI, Annalaura – "Il collegio cardinalizio di Celestino V". in CAPEZZALI, Walter (dir.) – *Celestino V e i suoi tempi: realtà spirituale et realtà politica*. L'Aquila: Centro Celestiniano/Sezione storica, 1990, pp. 19-34; PALMIERI, Stefano – *La cancelleria del regno di Sicilia in età angioina*. Naples: M. D'Auria Editore, 2006, p. 168.

<sup>14</sup> *L Boniface VIII*, n° 227. *L Boniface VIII*, n° 797: prévôté, canonicat et prébende de Marseille, revenus des églises de Saint-Anatole et de *Causideris*.

<sup>15</sup> Allusion à son incapacité pour maladie, dans une lettre du 19 septembre 1295: *LCu Boniface VIII*, n° 827. Guillaume avait reçu licence de tester le 11 juillet 1295, mais son testament ne nous est pas parvenu: BAGLIANI, Agostino Paravicini – *I testamenti dei cardinali del duecento*. Rome: Società alla Biblioteca Vallicelliana, 1980, p. 59.

<sup>16</sup> SALAVERT Y ROCA, Vicente – *Cerdeña y la expansión mediterránea de la corona de Aragón (1297-1314)*. Madrid: CSIC, 1956, pp. 47-117, jusqu'au traité d'Agnani.

l'emprise royale est traditionnellement peu présente, au profit de celle du pape. Ce statut leur permet d'occuper des fonctions médiatrices dans les négociations des années 1290.

Rostaing de *Capra* († 22 août 1303) procède du chapitre cathédral d'Arles et vraisemblablement d'une famille locale. C'est un régulier, comme l'est ce chapitre. Il est chanoine et prêtre depuis 1278, ouvrier et administrateur des anniversaires en 1284<sup>17</sup>. Le 5 août 1286, il est pourvu comme archevêque d'Arles, en pleine période de vacance du pouvoir royal, alors que Charles II est en captivité en Aragon<sup>18</sup>. Il est membre de la *familia* du cardinal Bernard d'Anguissola, son prélat consécrateur. Le pape l'affecte à des tâches concourant au sauvetage de la monarchie angevine. À la fin de son pontificat, Honorius IV (1285-1287) lui confie ainsi le soin de transférer la décime en faveur du roi de Sicile et derechef sous Nicolas IV (1288-1292)<sup>19</sup>. Après le retour du roi, Rostaing est attesté dans sa suite, ce qui est inédit pour un archevêque d'Arles. Il porte les titres de familier et conseiller en 1294, sans pour autant exercer de fonction dans l'appareil

<sup>17</sup> MOREMBERT, Henri Tribout de – “Capre, Rostang de”. in PRÉVOST, Michel; D'AMAT, Jean-Charles Roman – *Dictionnaire de biographie française*. T. 7. Paris: Letouzey et Ané, 1956, col. 1081; CALENDINI, Paul – “Capre, Bx Rostang de”. in BAUDRILLART, Alfred; VOGT, Albert; ROUZIÈS, Urbain (dir.) – *Dictionnaire d'histoire et de géographie ecclésiastiques*. T. 11. Paris: Letouzey et Ané, 1949, col. 957-958; ALBANÈS, Joseph Hyacinthe – *Gallia christiana novissima, Arles / d'après les documents authentiques recueillis dans les registres du Vatican et les archives locales par le chanoine J.-H. Albanès [...]; complétée, annotée et publiée par le chanoine Ulysse Chevalier [...]*. Valence: P. Hoffmann (Montbéliard) / impr. valentinoise (puis), 1900 [désormais *GCNN, Arles*], n° 1301, 8 avril 1278. Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône [désormais AD13], 4G 6, n° 252 et *GCNN, Arles*, n° 1302, 4 juin 1278. *GCNN, Arles*, n° 1280, 29 janvier 1285. Avant son épiscopat, Rostaing apparaît comme chanoine (AD13, 4G 1, n° 12, 12 novembre 1284, et 4G 9, n° 224, 13 octobre 1285), mais beaucoup plus fréquemment avec son titre d'ouvrier: AD13, 4G 3, n° 283, 8 avril 1276; 4G 3, n° 317, 9 février 1284; 4G 2, n°s 133 et 138, 29 avril 1284; 4G 3, n° 291, 29 avril 1284; 4G 5, n°s 160-161, 29 avril 1284 et 16 novembre 1284; 4G 1, n°s 65, 21 et 22, les 2, 12 et 16 novembre 1284; 4G 3, n° 304 et 4G 9, n° 223, 12 novembre 1284; 4G 4, n° 97, 20 juillet 1286.

<sup>18</sup> *GCNN, Arles*, n° 1332 et *L Nicolas IV*, n° 587. Le chapitre, après la mort de Bertrand *Amalrici*, a désigné trois compromissaires qui se sont accordés sur son nom, le précenteur Raymond *Saboni*, le prieur claustral Raymond de *Coirano* et Raymond de *Auraga*, prieur de Châteauneuf, ce dernier l'emportant en cas de désaccord des trois. Rostaing est pourvu avec le conseil des cardinaux Girolamo Masci OFM, évêque de Palestrina, Gervais Jeancolet de Clinchamp, du titre de San Martino in Montibus, et Benedetto Caetani, diacre de San Niccolò in Carcere Tulliano.

<sup>19</sup> *GCNN, Arles*, n° 1333-1334, 19-20 septembre 1286. *GCNN, Arles*, n° 1340 *LCu Nicolas IV*, n° 583, 3 mai 1288; n° 1342 et *L Nicolas IV*, n° 601-603, 12 août 1288. *L Nicolas IV*, n° 1095 et *GCNN, Arles*, n° 1345 et *L Nicolas IV*, n° 1095 et 1136, 23 juillet 1289, sur les versements au sénéchal de Provence.

administratif angevin<sup>20</sup>. Il effectue un voyage diplomatique dans les Pyrénées avec Charles II, ponctué par l'échec des négociations de Guillaume de Villaret, prieur hospitalier de Saint-Gilles<sup>21</sup>. En septembre 1295, il se trouve à Perpignan avec Guillaume de Ferrières<sup>22</sup>. Il le remplace sur ordre de Boniface VIII<sup>23</sup>. L'année suivante, il est nonce du pape<sup>24</sup>. Il joue ainsi un rôle de médiation et d'information entre la curie et la cour, particulièrement au sujet des affaires de Sicile et d'Aragon.

Son collègue André d'Anguissola († 1296) procède du même milieu, mais son action est bien plus limitée. Il est frère du cardinal de Porto. L'aide de l'aîné est déterminante pour la carrière du cadet<sup>25</sup>. En 1290, André accède au siège d'Avignon par la faveur du pape<sup>26</sup>. Son épiscopat dans une cité frontalière le conduit à jouer un rôle diplomatique précis. Au début de l'année 1291, il participe ainsi aux négociations de Tarascon, associant Charles II, le légat et cardinal Gerardo Bianchi, Benedetto Caetani, Charles de Valois, Jacques de Majorque, des représentants de Philippe IV, d'Édouard I<sup>er</sup> d'Angleterre (1272-1307), d'Alphonse III de Castille (1285-1291) et des Cortes d'Aragon<sup>27</sup>. Elles aboutissent au traité de Brignoles, du 19 février 1291<sup>28</sup>. André d'Anguissola n'intervient alors qu'en tant qu'évêque d'Avignon, la coseigneurie de celle ville étant l'objet d'un échange entre Philippe IV et Charles II qui l'obtient moyennant la cession de

<sup>20</sup> RCA, t. 49, n° 167, 22 février 1294, si l'on en croit la titulature du prévôt de Grasse (n° 166) bénéficiant de la même protection et sur la lettre duquel celle-ci est copiée.

<sup>21</sup> GCNN, Arles, nos 1347-1348. MINIERI-RICCIO, Camillo – *Genealogia di Carlo I d'Angiò, prima generazione*. Naples: Stabilimento Tipografico di Vincenzo Priggioba, 1857, n° 38, pp. 176-178: Charles II se rend au col de Panissars, mais le roi d'Aragon ne s'y trouve pas; un procès-verbal est alors dressé, auxquels souscrivent notamment Albert archidiacre d'Arles, maître Guillaume sacriste de Riez, Amiel Botella sacriste d'Aix, Elzéar de Sabran, Raymond de Puyricard, Raynaud Porcelet de Sénas, Jean de Burlats le vieux, Philippe de Laveno.

<sup>22</sup> GCNN, Arles, n° 1359, 7 septembre 1295.

<sup>23</sup> L Boniface VIII, n° 1691, 5 février 1297.

<sup>24</sup> LCu Boniface VIII, n° 856, 2 janvier 1296.

<sup>25</sup> En revanche, on connaît peu de choses sur l'entourage d'André: Guillaume de Rabastens est son procureur et clavaire en 1303 (ALBANÈS, Joseph Hyacinthe – *Gallia christiana novissima, Avignon / par feu le chanoine J.-H. Albanès [...]; complétée, annotée et publiée par le chanoine Ulysse Chevalier [...]*. Valence: impr. Valentinoise, 1920 [désormais GCNN, Avignon], n° 783, 17 avril 1303).

<sup>26</sup> GCNN, Avignon, n° 755.

<sup>27</sup> GCNN, Avignon, n° 758-759: il ne peut ainsi assister à l'élection de l'abbé de Saint-André de Villeneuve-lès-Avignon, Bertrand de Laudun, vers le début du mois de janvier 1291.

<sup>28</sup> RYMER, Thomas – *Fœdera, conventiones, literæ et cujuscumque generis acta publica, inter reges Angliæ et alios*. T. 1-2. Hagae comitis (apud Joannem Neauline), 1745, pp. 77-78.

l'Anjou et du Maine à Charles de Valois<sup>29</sup>. André est toutefois membre du conseil royal et familial en 1292<sup>30</sup>.

Sous Charles II, le clergé séculier et singulièrement l'épiscopat exercent une activité accrue dans le gouvernement de la monarchie, à la mesure de leur rôle déterminant dans la survie de celle-là durant la crise de 1282-1288, après les Vêpres siciliennes, la défaite et la captivité en Aragon du jeune souverain. Tandis que se déploie leur magistère et que se redéfinit l'*officium episcopi* au sein de la théocratie pontificale, leur fonction médiatrice s'investit dans l'activité diplomatique.

Mais le sacerdoce n'est point toujours le socle à partir duquel se déploie celle-ci. Pour certains de nos clercs, la prélature couronne à l'inverse ou accompagne une éminente carrière de grand officier. Elle s'appuie sur des stratégies bénéficiales différenciées. Dans tous les cas cependant, office et prélature trouvent à s'imbriquer car ils participent d'un même magistère de la parole. À chaque fois aussi, un milieu s'esquisse dont les réseaux mettent en jeu la nécessité désormais de disposer de solides capacités de recueil de l'information auprès du gouvernement central de l'Église.

Voici en premier lieu deux distingués ministres, entre Église et État pour paraphraser Bernard Guenée<sup>31</sup>. Pierre de Ferrières et Guillaume de Mandagout se caractérisent par une indéniable stature intellectuelle, l'un dans le droit civil, l'autre dans le droit canon. Ils œuvrent chacun au service de deux appareils d'État, le premier pour le roi, le second pour le pape. L'obtention de l'archiépiscopat marque leur cursus bénéficial, dont l'un seulement aboutit au cardinalat, faute de longévité suffisante pour l'autre. La diplomatie y occupe une place singulière, parmi les activités qui distinguent ces deux hommes d'État.

---

<sup>29</sup> THEIS, Valérie – *Le gouvernement pontifical du Comtat Venaissin (v. 1270-v. 1350)*. Rome: École Française de Rome, 2012, p. 230.

<sup>30</sup> RCA, t. 44, n° 572, pp. 757-758, 21 mai 1292, lettre royale aux officiers d'Avignon et de Tarascon pour faciliter à l'évêque le recouvrement des dettes auprès de particuliers.

<sup>31</sup> GUENÉE, Benard – *Entre l'Église et l'État. Quatre vies de prélats français à la fin du Moyen Âge (XIII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècles)*. Paris: Gallimard, 1987.

Pierre de Ferrières († 1308), procède de la *familia* cardinalice de Guillaume, son parent<sup>32</sup>. Il est aussi familier de Louis d'Anjou, comme toute une génération<sup>33</sup>. Chez lui, le bénéfice rétribue l'office exercé auprès du souverain. Il préfigure par bien des aspects l'ascension de Jacques Duèze et sans doute Pierre aurait-il reçu le cardinalat s'il avait vécu davantage. Docteur en droit civil de l'université de Toulouse et gradué dans les deux droits, il y enseigne jusqu'en 1294. Il devient recteur du *studium* de Naples<sup>34</sup>. Trésorier, vice-chancelier du royaume de Sicile dès novembre 1295, avec le titre d'auditeur en 1298, c'est un grand officier<sup>35</sup>. Il est vicaire général dans le *Regno* en 1305 et promulgue des statuts sur les juridictions en Provence en 1304. Doté de la prêtrise en 1295, il cumule les bénéfices<sup>36</sup>: doyen du Puy en 1295, puis de Douai, évêque de Lectoure en 1299, de Noyon en 1301, chanoine de Lyon et d'Auch, outre divers revenus dans les diocèses du Puy et de

<sup>32</sup> MOREMBERT, Henri Tribout de – “Ferrières, Pierre de”. in BAUDRILLART, Alfred; VOGT, Albert; ROUZIÈS, Urbain (dir.) – *Dictionnaire d'histoire et de géographie ecclésiastique*. T. 16. Paris: Letouzey et Ané, 1967, col. 1287-1288; GIORDANENGO, Gérard – *Lexikon des Mittelalters*. T. 4. *Erzkanzler bis Hiddensee*. München. Zürich: Artemis, 1989, pp. 397-398. Il est l'auteur d'un petit traité, *De mero et mixto imperio* (Naples, Bibl. Nazionale, III A 6, fol. 167av-168b, cité par Gérard GIORDANENGO, *Lexikon des Mittelalters* ...), d'additions à la *Glose* d'Accurse, au *Digeste* et au *Code*. On connaît le contenu de sa bibliothèque: POMMEROL, Marie-Henriette Jullien de; MONFRIN, Jacques (éd.) – *Bibliothèques ecclésiastiques au temps de la papauté d'Avignon*. T. 2. *Inventaires de prélats et de clercs français*. Édition. Paris: CNRS éditions, 2001, 2, 307.8, pp. 52-54.

<sup>33</sup> Il est familier de Louis d'Anjou et l'assiste lors de sa mort en août 1297. BUGHETTI, P. Benvenutus (éd.) – *Processus canonizationis et legendæ variæ sancti Ludovici O. F. M. episcopi Tolosani, Analecta franciscana*. T. 7. Quaracchi - Firenze: ex Typographia Collegii S. Bonaventurae, 1951, p. 76 et n° 29, pp. 452-455. PÉCOUT, Thierry – “Jacques Duèze, évêque de Fréjus (1300-1310)”. *Cahiers de Fanjeaux: Jacques Duèze-Jean XXII et le Midi* 45 (2013), pp. 41-68.

<sup>34</sup> Sur ce milieu: BOYER, Jean-Paul – “Le droit civil entre *studium* et cour de Naples”. in BOYER, Jean-Paul; MAILLOUX, Anne; VERDON, Laure (dir.) – *La justice temporelle dans les territoires angevins aux XIII<sup>e</sup> et XIV<sup>e</sup> siècles. Théories et pratiques, colloque d'Aix-en-Provence, 21-23 février 2002*. Paris: École française de Rome, 2005, pp. 47-82.

<sup>35</sup> Sa première mention comme chancelier date du 15 avril 1296 (PALMIERI, Stefano – *La cancelleria...*, pp. 167 et n. 299); de même, 3 octobre 1298 (*L Boniface VIII* n° 2789). Bien que l'époque voie la charge de chancelier perdre de sa valeur au profit du lieutenant du logothète, l'activité de Pierre de Ferrières en Provence est loin d'être négligeable (Palmieri, Stefano – *La cancelleria...*, pp. 167-168). Sur les chanceliers et vice-chanceliers de Charles II: KIESEWETTER, Andreas – “La cancelleria angioina” ..., pp. 383-384: Pierre de Ferrières succède à Adam de Douzy, attesté en 1291 et mort le 25 août 1294 (Adam de Douzy, chanoine de Chartres, est élu archevêque de Cosenza mais fait reporter plusieurs fois le délai de sa consécration: *L Nicolas IV*, n° 5481, 29 juin 1291); il est suivi lui-même par Jacques Duèze en 1308-1310. Digne-les-Bains, Arch. départementales des Alpes-de-Haute-Provence, 1G 25, 14 avril 1298.

<sup>36</sup> *L Boniface VIII*, n° 4080.

Viviers<sup>37</sup>. Il refuse cependant l'archevêché de Salerno en 1298<sup>38</sup>, mais accepte celui d'Arles en 1304<sup>39</sup>: sa résidence en Provence semble essentielle à ses fonctions.

Il assure de nombreuses missions pour son maître le roi. En Italie du nord tout d'abord, auprès de Manfredo marquis de Saluzzo en 1305 et de la commune de Gênes en 1307<sup>40</sup>. Puis auprès du nouveau pape Clément V, à Poitiers avec son maître Charles II en 1307. Il présente alors un mémoire sur les dettes de la monarchie, avec le protonotaire et logothète Bartolomeo di Capua, en arguant du rôle joué par celle-ci dans la défense de l'Église romaine<sup>41</sup>. Il combine la maîtrise de la parole et de l'art oratoire, le savoir juridique et la connaissance des milieux entourant le pontife. Comme la première génération de professeurs de droit civil entourant les Angevins en Provence, le droit semble pour lui continuer une entreprise de domination politique et militaire<sup>42</sup>. Mais la génération de Pierre de Ferrières ajoute une œuvre considérable de mise en ordre des juridictions et des instances dans les comtés provençaux.

<sup>37</sup> Le 23 décembre 1299, il est nommé évêque de Lectoure, grâce à l'intervention de Boniface VIII dans l'élection du chapitre (*L Boniface VIII*, n° 3289), et en février suivant il réorganise le temporel suite aux aliénations de son prédécesseur (*L Boniface VIII*, n° 3439). Le 22 décembre 1301, il est transféré à Noyon (*L Boniface VIII*, n° 4260).

<sup>38</sup> *L Boniface VIII*, n° 2790, à la mort de l'archevêque de Salerno Filippo. Guillaume de *Godonio* est originaire du Quercy. Il est lieutenant du chancelier de Sicile en 1296 puis chancelier du duc de Calabre. Il obtient l'archevêché de Salerno après la renonciation de Pierre de Ferrières le 3 octobre 1298, puis reçoit plusieurs dispenses pour différer sa consécration entre 1299 et 1303, grâce à l'appui de Robert de Calabre. Il est mort avant le 22 janvier 1306. PALMIERI, Stefano – *La cancelleria...*, pp. 169 et 176.

<sup>39</sup> Pierre de Ferrières est élu archevêque par voie de scrutin dès le 23 août 1303, mais il n'est pourvu par le pape que le 30 janvier 1304: *GCNN, Arles*, n° 1412. CADIER, Léon – *Essai sur l'administration du royaume de Sicile ...*, pp. 251-252. DOSSAT, Yves – “L'Université de Toulouse, Raymond VII, les Capitouls et le roi”, pp. 75-76. GIORDANENGO, Gérard – “Ferrières, Pierre de”. in ARABEYRE, Patrick; HALPÉRIN, Jean-Louis; KRYNEN, Jacques – *Dictionnaire historique des juristes français, XII<sup>e</sup> XX<sup>e</sup> siècle ...*, pp. 327-328.

<sup>40</sup> PAPON, Jean-Pierre – *Histoire générale de Provence*. T. 3. Paris: L'Imprimerie de Ph. D. Pierres, 1784, p. XLIX.

<sup>41</sup> MONTI, Gennaro Maria – “Carlo II e i debiti angioino verso la Santa Sede”. in MONTI, Gennaro Maria – *Da Carlo I a Roberto d'Angio. Ricerche e documenti*. Trani: Vecchi, 1936, pp. 117-132 et ici pp. 121-123; HOUSLEY, Norman – *The Italian Crusades. The Papal-Angevin Alliance and the Crusades against Christian Lay Powers, 1254-1343*. Oxford: Clarendon Press, 1982, p. 244.

<sup>42</sup> PÉCOUT, Thierry – “Docteurs et professeurs de droit civil parmi les grands officiers de Provence angevine, 1246-1343”. in MATHIEU, Isabelle; MATZ, Jean-Michel (dir.) – *Formations et cultures des officiers et de l'entourage des princes dans les territoires angevins (milieu XIII<sup>e</sup>-fin XV<sup>e</sup> siècle) - Percorsi di formazione e culture degli ufficiali e dell'entourage dei principi nei territori angioini (metà XIII<sup>e</sup>-fine XV secolo)* [en ligne]. Rome: Publications de l'École Française de Rome, 2019, pp. 119-142 [Consulté le 31 décembre 2019]. Accessible in <https://doi.org/10.4000/books.efr.4047>.

De son côté, Guillaume de Mandagout († 1321) provient de la basse vallée du Rhône et du royaume de France<sup>43</sup>. Il débute dans le chapitre de Nîmes dès 1275. Il s'inscrit à l'origine dans ce modèle d'ascension bénéficiale dont le point de départ est la *familia* du cardinal Bernard d'Anguissola, mais il s'en distingue rapidement<sup>44</sup>. Par ses compétences intellectuelles, il dépasse des collègues tels Jacques Duèze, Bérenger Frédol et Pierre de Ferrières<sup>45</sup>. En outre, son cursus prolonge une stratégie de promotion lignagère mise en place par les siens dès les années 1260 et fondée sur le cumul bénéficial. Bien plus que pour Pierre de Ferrières étroitement lié au seul Charles II, sa fonction de médiation est remarquable, entre papauté, capétiens et Angevins et marque toute sa carrière, y compris lors de ses tentatives d'élection en conclave.

Guillaume de Mandagout est docteur du *studium* de Bologne et doit son ascension à son statut de savant juriste. Il est archidiacre d'Uzès, notaire apostolique en 1291, chapelain du cardinal Bernard d'Anguissola en 1286, prévôt de Toulouse en 1291<sup>46</sup>. En avril 1295, Boniface VIII le pourvoit archevêque d'Embrun<sup>47</sup>. Parallèlement, il débute un travail de compilation juridique en 1296: le *Sexte* promulgué en 1298, les *Clémentines* probablement aussi, ainsi qu'un libelle sur les élections<sup>48</sup>. Clément V le promeut archevêque d'Aix en mai 1311, tandis que son

<sup>43</sup> La carrière de Guillaume de Mandagout est retracée par VIOLLET, Paul – “Guillaume de Mandagout, canoniste”. in *Histoire littéraire de la France*. T. 34. Paris: Imprimerie Nationale, 1915, pp. 1-61, dont nous reprenons bon nombre de références.

<sup>44</sup> GUILLEMAIN, Bernard – “Le milieu épiscopal et cardinalice de Bernard Gui”. *Cahiers de Fanjeaux: Bernard Gui et son monde* 16 (1981), pp. 317-332, et ici pp. 324-325.

<sup>45</sup> Son opuscule sur la date de Pâques composé après 1280 est destiné vraisemblablement au sénéchal de Beaucaire: BRUNEL, Clovis – “Une table pascale de Guillaume de Mandagout”. *Bibliothèque de l'École des chartes* [en ligne] 84 (1923), pp. 161-165 [Consulté le 31 décembre 2015]. Accessible in <https://doi.org/10.3406/bec.1923.448690>.

<sup>46</sup> *GCNN, Arles*, n° 2760, 28 août 1286.

<sup>47</sup> *L Boniface VIII*, n° 63 et *Gallia christiana*, t. 3, Paris, 1725, *Instr.*, n° 5, col. 183-184: Guillaume est pourvu archevêque le 28 mars 1295, est consacré le 10 avril et reçoit le pallium le 13 avril suivant. L'archevêque délègue alors Bertrand *Planterii*, vicaire, et *Rifridus Siguini*, camérier, pour prendre possession de sa charge, ce qui est fait le 1<sup>er</sup> mai. Il se rend à Embrun le 19 juin et fait son entrée dans la cité le 25 juin.

<sup>48</sup> SCHULTE, Johann Friedrich von – *Die Geschichte der Quellen und Literatur des Canonischen Rechts von Papst Gregor IX. bis zum Concil von Trient*. Stuttgart: Ferdinand Enke, 1877, pp. 183-185. MOLLAT, Guillaume – “Guillaume de Mandagout”. in NAZ, Raoul (dir.) – *Dictionnaire de droit canonique*. T. 5. Paris: Letouzey et Ané, 1953, col. 1077-1078. BÉGOU-DAVIA, Michèle – “Mandagout Guillaume de”. in Arabeyre, Patrick; HALPÉRIN, Jean-Louis; KRYNEN, Jacques – *Dictionnaire historique des juristes français, XII<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècle...*, p. 533; BAGLIANI, Agostino Paravicini – *Boniface VIII. Un pape hérétique?* Paris: Editions Payot & Rivages, 2003, p. 201. Le *Tractatus de*



chapelain lui succède à Embrun<sup>49</sup>. En décembre 1312 enfin, il devient évêque de Palestrina.

Son activité diplomatique est intense. Elle est favorisée par sa dispense de résidence dans ses bénéfices obtenue en 1297<sup>50</sup>. Mais dès 1291 il est dépêché auprès du roi d'Aragon et à Majorque<sup>51</sup>. Les questions touchant au royaume de Sicile occupent une place prépondérante. Guillaume de Mandagout est un intermédiaire précieux auprès du pape. Il participe lui aussi à la mission de 1295 à la suite de la mort de Guillaume de Ferrières, notamment lors des négociations finales de la fin de l'année 1295 et du début de la suivante, qui débouchent sur le mariage de Blanche d'Anjou et de Jacques d'Aragon en novembre 1295<sup>52</sup>. Il œuvre aussi à propos du Dauphiné, en particulier au temps de son épiscopat à Embrun. En juillet 1301, il mène les tractations entre le dauphin et Amédée V de Savoie, sous l'arbitrage de Charles de Valois et avec l'épiscopat local, ses collègues de Gap,

---

*electionibus* ou *Libellus de episcoporum electionibus*, composé de 60 chapitres et rédigé peu avant 1294, propose une synthèse de l'apport des décrétalistes plutôt qu'une réflexion théorique sur l'élection. Il s'agit d'un manuel de patricien (présentation analytique dans VIOLLET, Paul – "Guillaume de Mandagout, canoniste" ..., pp. 1-61). VIOLLET, Paul – "Les élections ecclésiastiques au Moyen Âge d'après Guillaume de Mandagout". *Revue canonique des églises* 4 (1907), pp. 65-91; BALBERGHE, Émile van – "Une copie exceptionnelle du *Libellus de episcoporum electionibus* de Guillaume de Mandagout". in RAMAN, Anny; Manning, Eugène (éd.) – *Miscellanea Martin Wittek. Album de codicologie et de paléographie offert à Martin Wittek*. Louvain-Paris: Peters, 1993, pp. 315-322; DÉLIVRÉ, Fabrice – "Le *Libellus super electionibus* de Guillaume de Mandagout (1286/1287). Histoire d'un succès dans l'Occident médiéval". in GOERING, Joseph Ward; DUSIL, Stephan; THEIR, Andreas (dir.) – *Proceedings of the Fourteenth International Congress of Medieval Canon Law, Toronto, 5-11 August 2012*. Cité du Vatican: Biblioteca Apostolica Vaticana, 2016, pp. 233-242; DÉLIVRÉ, Fabrice – "*Mandagotus*. Les avatars d'un traité juridique à succès". in BILOTTA, Maria Alessandra (dir.) – *Medieval Europe in Motion. Circulations juridiques et pratiques artistiques, intellectuelles et culturelles en Europe au Moyen Âge (XIII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècle)*. Lisbonne, 25-25 février 2016, à paraître.

<sup>49</sup> LC Clément V, n<sup>os</sup> 7001, 6865.

<sup>50</sup> L Boniface VIII, n<sup>o</sup> 1919, 1<sup>er</sup> juin 1297.

<sup>51</sup> LCu Nicolas IV, n<sup>os</sup> 6761, 6763, 6764, 6774-6777, 1<sup>er</sup>-21 août 1291, diverses instructions à Guillaume au sujet de sa mission auprès de Jacques, roi d'Aragon et sa citation à comparaître, et du clergé du royaume d'Aragon. LCu Nicolas IV, n<sup>os</sup> 6762 et 6835, 1<sup>er</sup> août et 1<sup>er</sup> octobre 1291, exhortations du pape au roi d'Aragon et appel à l'aide au roi de France. LCu Nicolas IV, n<sup>o</sup> 6733, 22 août 1291: lettre du pape au clergé de Majorque au sujet de l'envoi de Guillaume de Mandagout, son notaire, pour veiller à la prestation de fidélité au roi Jacques.

<sup>52</sup> L Boniface VIII, n<sup>o</sup> 827 et App., n<sup>os</sup> 5575, 5577, 5579, 5580, 19 septembre 1295; L Boniface VIII, App., n<sup>o</sup> 5581, après novembre 1295. LCu Boniface VIII, n<sup>o</sup> 856, 2 janvier 1296. L'accord débouche aussi sur la révocation de Frédéric III comme roi de Sicile et sur la renonciation par le roi d'Aragon ou sa mère Constance à toute aide en sa faveur. Il est probable alors que Guillaume de Mandagout ait eu à négocier avec Guillelm Llul, conseiller du roi d'Aragon, actif diplomate entre 1291 et 1301, et fréquemment en contact avec Charles II, mais leurs profils sociaux et intellectuels sont tout à fait différents: PÉQUIGNOT, Stéphane – *Au nom du roi ...*, pp. 240-241.

Valence et Vienne<sup>53</sup>. En 1304, il est désigné par Clément V comme protecteur de Béatrice de Savoie Faucigny<sup>54</sup>. En 1300, il arbitre entre Charles II et le dauphin sur la question de Gap et de ses juridictions, aux côtés de Jacques Duèze<sup>55</sup>. Enfin, tout comme Bernard d'Anguissola à l'issue de son archiépiscopat à Arles, il est désigné comme recteur du comté Venaissin, où il est attesté entre 1303 et 1310<sup>56</sup>. En 1304, il prononce une consultation juridique sur l'héritage des Montauban, un lignage des confins dauphinois de la Provence, mais essuie les reproches de Charles II<sup>57</sup>. En 1307, il joue sans doute un rôle déterminant dans le transfert de la moitié de la cité d'Orange au roi, ce qui occasionne un bouleversement des rapports de force aux marges du Venaissin pontifical<sup>58</sup>.

Son activité diplomatique est l'une des manifestations de la puissance et de l'étendue de ses réseaux personnels. Elle le conduit souvent à rechercher un difficile équilibre entre les puissances, dont il fait les frais en 1307 à propos des Montauban. Il ne s'agit pas, à la différence de Pierre de Ferrières, d'un agent angevin. Il dispose d'un réseau de relations qui tend à s'autonomiser et qu'il s'efforce de mettre au service de sa propre carrière bénéficiaire.

<sup>53</sup> CHEVALIER, Ulysse – *Regeste dauphinois. Répertoire chronologique et analytique des documents imprimés et manuscrits relatifs à l'histoire du Dauphiné, des origines chrétiennes à l'an 1349*, Valence: L'Imprimerie Valentinoise, 1913-1926, nos 15863-15865, 3 juillet 1301.

<sup>54</sup> *L Benoît XI*, n° 847, 19 février 1304.

<sup>55</sup> PÉCOUT, Thierry – *Jacques Duèze...*, pp. 41-68.

<sup>56</sup> *LCu Benoît XI*, n° 1121. *LC Clément V*, n° 2228, 23 octobre 1307 (à propos de Carpentras); n° 4775, 11 octobre 1309. Son successeur Raymond Guilhem de Budos est nommé le 13 septembre 1310. THEIS, Valérie – *Le gouvernement pontifical du Comtat Venaissin (v. 1270-v. 1350) ...*, pp. 262-264 et 268-269.

<sup>57</sup> AD13, B 1088 (48 folios), 25 octobre - 1<sup>er</sup> novembre 1304: procédure concernant la dévolution des biens de Roncelin de Lunel et de Montauban, qui teste en 1294. Les clauses de son testament n'ayant pas été respectées par son héritier Hugues Adémar, les biens passent donc au roi. Le 25 octobre 1304, les procureurs de Charles II, dont Pierre *Gomberti*, cherchent à éviter que les domaines de Montauban n'échoient au dauphin, avec la complicité des exécuteurs testamentaires, les évêques de Tricastin et de Vaison, le provincial et le custode OFM d'Avignon. Ces derniers s'en remettent à l'archevêque, qui préconise de vendre la baronnie au dauphin, ce qui suscite l'opposition de Charles II. Guillaume de Mandagout recule alors et proteste de son ignorance des clauses du testament, expédiant deux lettres aux deux évêques où il récuse son conseil. ALBANÈS, Joseph Hyacinthe – *Histoire des évêques de Saint-Paul-Trois-Châteaux au quatorzième siècle. Corrections et documents*. Montbéliard: Imprimerie de P. Hoffmann, 1885, pp. 3-5 et nos 3-4. VIOLLET, Paul – "Guillaume de Mandagout, canoniste"..., pp. 1-61. PÉCOUT, Thierry (dir.); BERNARDI, Philippe; BONNAUD, Jean-Luc; CASSIOLI, Marco; MAILLOUX, Anne et al. (éd.) – *L'enquête générale de Leopardo da Foligno dans le comté de Forcalquier (juin-septembre 1332)*. Paris: Comité des travaux historiques et scientifiques, 2017, pp. 1007-1009.

<sup>58</sup> THEIS, Valérie – *Le gouvernement pontifical du Comtat Venaissin (v. 1270-v. 1350)...*, pp. 263-264.

Pour certains clercs, la fonction médiatrice et diplomatique passe enfin par des missions fiscales, qui structurent leurs carrières bénéficiales. La décime, arme politique par excellence dès ses régulières concessions au roi de Sicile, en est le principal acteur. La fonction de collecteur échoit souvent à des prévôts de chapitres cathédraux. Cette dignité comporte déjà des obligations de gestion temporelle et de reddition des comptes et c'est sans conteste une excellente école pour le futur comptable<sup>59</sup>. Ce bénéfice peut de surcroît être occupé par un titulaire absentéiste. La collecte de la décime, ou du moins sa supervision, est une activité qui prépare à la diplomatie ou, bien plus, qui lui est intrinsèquement liée. Elle intègre en outre le prélat ou le dignitaire dans des stratégies militaires<sup>60</sup>.

Un exemple significatif est celui de Durand de *Tres Eminas*, évêque de Marseille (1289-1312). Il provient lui aussi d'un milieu identique aux précédents, la *familia* de Bernard d'Anguissola<sup>61</sup>. Il reçoit d'importantes commissions de Nicolas IV et

<sup>59</sup> PÉCOUT, Thierry - "Aux origines d'une culture administrative: le clergé des cathédrales et la genèse d'une comptabilité princière en Provence à la fin du XIII<sup>e</sup> siècle". in PÉCOUT, Thierry (dir.) - *De l'autel à l'écritoire. Aux origines des comptabilités princières en Occident (XII<sup>e</sup>-XIV<sup>e</sup> siècle), Actes du colloque international d'Aix-en-Provence, 13-14 juin 2013*. Paris: De Boccard, 2017, pp. 49-67.

<sup>60</sup> TOOMASPOEG, Kristjan - *Decimae. Il sostegno economico dei sovrani alla Chiesa del Mezzogiorno nel XIII secolo. Dai lasciti di Eduard Sthamer e Norbert Kamp*. Rome: Roma Viella, 2009, pp. 71-83; TOOMASPOEG, Kristjan - "L'Église et la fiscalité au royaume de Sicile (XI<sup>e</sup>-XIV<sup>e</sup> siècles)". in MENJOT, Denis; SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Manuel (dir.) - *El dinero de Dios. Iglesia y fiscalidad en el Occidente medieval (siglos XIII-XV)*. Madrid: Instituto de Estudios Fiscales, 2011, pp. 91-100. On dispose désormais de précieux travaux sur la collecte de la décime et le milieu des collecteurs, avec une attention particulière pour les diocèses de Provence: LE ROUX, Amandine - "Mise en place des collecteurs et des collectories dans le royaume de France et en Provence (1316-1378)". *Lusitania sacra. O papado de Avinhão nos reinos do Ocidente* 22 (2010), pp. 45-62; LE ROUX, Amandine - "Des collecteurs spécialisés aux collecteurs généralistes, l'établissement du système collectoral en Provence (1249-1514)". in MORELLO BAGET, Jordi (dir.) - *Financiar el reino terrenal. La contribución de la Iglesia a finales de la Edad Media (s. XIII-XVI)*. Barcelone: CSIC, 2013, pp. 107-129; LE ROUX, Amandine - "L'écrit, un outil de gouvernement financier de la papauté. L'exemple de la correspondance entre la papauté et ses collecteurs". in BÉRENGER, Agnès; DARD, Olivier (éd.) - *Gouverner par les lettres, de l'Antiquité à l'époque contemporaine. Actes du colloque de Metz, 10-12 octobre 2013*. Metz: Centre de Recherche Universitaire Lorrain d'Histoire, 2015, pp. 287-311; LE ROUX, Amandine - "Le recouvrement de la décime par les collecteurs pontificaux de 1316 à 1503 (royaume de France et Provence)". in BALOUP, Daniel; SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Manuel (dir.) - *Partir en croisade à la fin du Moyen Âge. Financement et logistique*. Toulouse: Presses Universitaires du Midi, 2015, pp. 55-80; LE ROUX, Amandine - "Pratiques comptables du gouvernement pontifical. L'histoire scripturale des comptes des collecteurs pontificaux provençaux (1274-1406)". *Comptabilités* [en ligne] 10 (2019) [Consulté le 31 décembre 2019]. Accessible in <https://journals.openedition.org/comptabilites/2545>.

<sup>61</sup> *GCNN*, *Marseille*, n° 322, 21 mars 1287, à Rome. Quand Nicolas IV le pourvoit du siège de Marseille le 17 avril 1289, c'est le cardinal de Porto Bernard qui est chargé de le consacrer (*GCNN*,

Boniface VIII<sup>62</sup>. Dès le retour de captivité de Charles II, Durand intègre l'entourage royal, sans doute comme conseiller, mais sans détenir de fonction administrative. Il veille sur les fondations royales de Notre-Dame de Nazareth d'Aix, devenue nécropole de Charles II en 1309, et du couvent de Saint-Maximin voué au culte dynastique de la Madeleine<sup>63</sup>. Son action politique s'investit dans la fiscalité pontificale. Entre 1296 et 1304, il est collecteur de la décime alors levée *pro negotio regni Sicilie*. Il opère dans les provinces de Lyon, Vienne, Besançon, Tarentaise, Aix, Arles et Embrun, autrement dit le royaume d'Arles<sup>64</sup>. Tandis que

---

Marseille, n° 323 et *L Nicolas IV*, n° 943; BOESPFLUG, Thérèse – *La Curie au temps de Boniface VIII. Étude prosopographique*. Rome: Istituto Storico Italiano per il Medioevo, 2005, n° 204, p. 125).

<sup>62</sup> *L Nicolas IV*, 15 juillet 1290. En 1296, il assiste ainsi Boniface VIII pour régler le délicat conflit entre Étienne de *Monte Areno*, abbé de Montmajour, et Aimone di Montanaro (ou Aymon de Montagne), grand maître de Saint Antoine. Ce différend finit par mettre en jeu les intérêts politiques du dauphin face à ceux de Charles II. Le conflit porte notamment sur la gestion des legs et des testaments disputés entre l'hôpital et le prieuré OSB de Saint-Antoine. *L Boniface VIII*, n° 2032 et MISCHLEWSKI, Adalbert – *Un ordre hospitalier au Moyen Âge. Les chanoines réguliers de Saint-Antoine-en-Viennois*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1995, pp. 27-37 et n° 5, pp. 146-155, 10 juin 1297, aux côtés de l'archevêque d'Embrun et de l'évêque de Viviers, Guillaume OFM. L'abbé de Montmajour s'efforce en effet de reprendre le contrôle de l'hôpital Saint-Antoine, qui relève en théorie de sa mense, fort de la décision de Clément IV qui attribuait en juillet 1267 les bénéfices et dons indéterminés en priorité à son prieuré détenteur des reliques, au détriment de l'hôpital. Malgré un premier arbitrage de Bertrand d'Anguissola, évêque de Nîmes, l'affaire est portée devant Nicolas IV qui délègue une commission de cardinaux, avec Bernard d'Anguissola, Giacomo Colonna, Pietro Peregrino et Benedetto Caetani. Le conflit devenant particulièrement violent et embrasant la région, il met en jeu le dauphin protecteur des Antonins et Charles II qui obtient la tutelle du prieuré. L'arbitrage finalement conclu à Romans en 1292 est contesté par Montmajour qui en appelle à Boniface VIII. Le pape désigne alors Durand de *Tres Eminas* en 1296, mais la procédure ne connaît une conclusion qu'en juin 1297 du fait des occupations fiscales de l'évêque de Marseille. Le pape prononce ainsi le 10 juin 1297 une séparation entre les Antonins érigés en ordre canonial et l'abbaye de Montmajour qui reçoit une compensation financière.

<sup>63</sup> FAILLON, M. – *Monuments inédits sur l'apostolat de Sainte Marie Madeleine en Provence*. T. 2. Paris: Jacques-Paul Migne, 1848, n° 98, col. 841-846; SAXER, Victor – "Les ossements dits de sainte Marie-Madeleine conservés à Saint-Maximin-la-Sainte-Baume". *Provence historique* 27 (1977), pp. 257-302; COULET, Noël – "Un couvent royal: les Dominicaines de Notre-Dame-de-Nazareth d'Aix au XIII<sup>e</sup> s.". *Cahiers de Fanjeaux: Les Mendiants en Pays d'Oc au XIII<sup>e</sup> siècle* 8 (1973), pp. 233-262.

<sup>64</sup> *L Boniface VIII*, n° 1818, 18 février 1297, faculté d'absoudre les censures contre ceux qui n'auraient pas payé correctement la décime; n° 3064, 28 mai 1299, n° 3467, 3469, 17-20 février 1300, n° 3641, 21 juin 1300, n° 4173, 28 septembre 1301, ordres d'assignation aux Spini et aux divers *mercatores camere*; n° 3068, 18 juin 1299, sur l'exemption de décime en faveur des moniales de Notre-Dame de Nazareth d'Aix, à la demande de Charles II. Assignations du produit de la décime à la chambre royale, en vue d'armer des navires, le 8 juillet 1298 (AD13, 5G 17, n° 114). *LCu Boniface VIII*, n° 4396-4397, les 8 et 24 septembre 1301. *GCNN, Marseille*, n° 343, 7 avril 1296: l'hôpital n'est pas tenu à la décime comme l'a rappelé le pape; BLANCARD, Louis – *Documents inédits sur le commerce de Marseille au Moyen Âge*. T. 2-4. *Pièces commerciales diverses tirées des archives marseillaises du XIII<sup>e</sup> siècle*. Marseille: Typographie et Litographie Barlatier-Feissat Père et Fils, 1885, n° 91, pp. 450-451, quittance du 21 août 1296 pour la décime du diocèse de Marseille levée par le sacriste Guillaume de *Florensiaco*, pour l'an 1, par des marchands toscans; *GCNN, Marseille*, n° 355, 18 février 1297; n° 361, 1<sup>er</sup> octobre 1298; n° 358, 17 mai 1298: lettre du

Guillaume de Mandagout se voit simultanément confier celles de Lyon, Vienne, Tarentaise, Besançon et Embrun. Durand doit veiller à l'assignation des sommes destinées à l'armement de la flotte en 1296<sup>65</sup>. Sur ce plan, on peut lui rapprocher son collègue Geoffroi de Lincel, avocat et canoniste, prévôt d'Apt puis évêque de Gap, dont nous avons retracé ailleurs la carrière<sup>66</sup>.

---

collecteur au sacriste Guillaume de *Florensiaco* sur une sentence d'excommunication contre l'aumônier de Saint-Victor; n° 360, 8 juillet 1298: quittance de Charles II après versement du produit de la décime par des sociétés florentines; n° 364 (et BLANCARD, Louis – *Documents inédits sur le commerce de Marseille au Moyen Âge...*, n° 112), 14 juillet 1299: instructions du pape à propos des assignations aux sociétés; BLANCARD, Louis – *Documents inédits sur le commerce de Marseille au Moyen Âge...*, n° 112, quittance par les Spini au collecteur Guillaume de *Florensiaco* et opérations de change entre royaux et provençaux coronats, 16 juillet 1299; *GCNN, Marseille*, n° 368, 24 septembre 1302: lettre du pape à Durand; n° 372, 13 janvier 1304, lettre de Benoît XI. *L Benoît XI*, n° 181, 13 janvier 1304, assignations aux Ciruli de Florence. *L Boniface VIII*, n° 497<sup>b</sup>, 28 octobre 1295, concession de la décime au roi de Sicile; *L Boniface VIII*, n° 1818, 18 février 1297, pouvoir de lever l'excommunication pour défaut de paiement; *LCu Boniface VIII*, n° 2888, 1<sup>er</sup> octobre 1298; *L Boniface VIII*, n° 3064, 20 mai 1299; *L Boniface VIII*, n° 3064, 28 mai 1299 et n° 3467, 17 février 1300, assignations aux Spini; *L Boniface VIII*, n° 3495, 4 janvier 1300; *L Boniface VIII*, n° 3641, 21 juin 1300; *L Boniface VIII*, n° 4173, 28 septembre 1301; *LCu Boniface VIII*, n° 4396-4397, 8 et 24 septembre 1301. En 1296, sur le conflit opposant les Mozzi, Spini et Clarenti au sénéchal, à propos des reversements non effectués, ce qui conduit ce dernier à saisir leurs marchandises dans le port de Marseille: HOUSLEY, Nornam – *The Italian Crusades...*, pp. 236. ASV, *Instr. Misc.* 359: l'instrument est passé dans le palais épiscopal le 23 août 1303, en présence d'Hugues *Lautandi* vicaire du Castellet, du prêtre Pierre *Picordi* de Méounes, de Bernard de *Hamis*, Pons *Samuelis*, du diocèse de Nîmes, de Pons de *Crota* et de son fils, de Beaucaire. Il s'agit vraisemblablement de membres de la *familia* de l'évêque Durand. Le procureur de la société des Spini, à l'appui de sa procuration du 5 décembre 1301, reconnaît avoir perçu divers montants de la part des sous-collecteurs, à la date du 24 juin 1303, échéance de la deuxième année, y compris les reliquats de la première année de la décime concédée par le pape en 1301. Les sous-collecteurs sont alors, pour Gap: Hugues de *Sancto Marcello*, chanoine, et Henri *Eduulphi*, précenteur; pour Sisteron, le chanoine Raymond de *Mura*; pour Apt, le sacriste Pierre *Ruffi*; pour Cavaillon, le chanoine Bertrand *Gerardi*; pour Arles, le prévôt Bertrand et l'archiprêtre Bertrand d'Eyguières; pour Avignon, le chanoine Bertrand *deAuriaco*; pour Aix, le chanoine Visdomino dei Visdomini; pour Toulon, le chanoine *Marquesius* d'Anduze; pour Fréjus, l'archidiacre Boniface *Dalmacii*; pour Riez, l'archidiacre Raymond *Robaudi*; pour Carpentras, le chanoine Siffred *Raffini*; pour Saint-Paul-Trois-Châteaux, le sacriste Pons *Salardi*; pour Orange, le sacriste Hugues *Jordanis*; pour Vaison, le prévôt Guillaume de *Seinhanos*; pour Marseille, le chanoine Raymond *Egidii*.

<sup>65</sup> *LCu Boniface VIII*, n° 1637, 1<sup>er</sup> août 1296, et *L Boniface VIII*, App., n° 5591, août 1296, sommes allouées à la construction de galères; *L Boniface VIII*, registre caméral, nos 5468-5469, 13 décembre 1296, assignations aux sociétés florentines de sommes destinées à la construction de galères; *L Boniface VIII*, registre caméral, n° 5500, 7 février 1298, financement d'armement naval. Sur les constructions navales à Marseille à ce moment et le rôle de Durand: KIESEWETTER, Andreas – "Karl II. von Anjou, Marseille und Neapel". in BONNOT-RAMBAUD, Isabelle (dir.) – *Marseille et ses rois de Naples. La diagonale angevine (1265-1382)*. Marseille / Aix-en-Provence: Archives Municipales / Edisud, 1988, pp. 61-75, et ici pp. 64-65; BRESCH, Henri – "Marseille dans la guerre des Vêpres siciliennes". in BONNOT-RAMBAUD, Isabelle (dir.) – *Marseille et ses rois de Naples...*, 1988, pp. 43-49.

<sup>66</sup> PÉCOUT, Thierry – "Les évêques de Gap, XII<sup>e</sup>-XIV<sup>e</sup> siècle: les enjeux d'un contrôle politique entre Provence et Dauphiné". in PLAYOUST, Pierre-Yves (dir.) – *Gap et les territoires gapençais de la préhistoire à nos jours*. Grenoble: Presses universitaires de Grenoble, 2016, pp. 15-53.

La décime est une opération en soi diplomatique et militaire. Chez nos clercs, elle met en œuvre les compétences du négociateur, la délégation pontificale, le service de la monarchie. Elle contribue à la mobilisation du clergé, qu'il soit contribuable ou collecteur, dans la défense d'une monarchie vassale du pape. Elle concourt à intégrer l'épiscopat de Provence au sein d'une société politique, dont les premières assemblées à la fin du règne de Charles II manifestent les formes d'organisation primordiales<sup>67</sup>.

En dépit de la diversité des cursus, le milieu ainsi esquissé se caractérise par sa grande cohésion. La formation intellectuelle y joue pour beaucoup, tout comme la reconnaissance de ses compétences par l'Église et l'État angevin. La collaboration avec l'une les met toujours en relation avec l'autre dans les terres angevines. Comme l'ont souligné les travaux sur les sacres royaux de 1266, 1289 et 1309<sup>68</sup>, le modèle monarchique qui y est à l'œuvre ne saurait imposer à l'épiscopat de choisir entre le service du pape et celui du prince. Il s'inscrit pleinement dans le discours théocratique. Le cardinalat couronne la carrière de ceux qui vivent le plus longtemps et qui ont su constituer les réseaux de soutien les plus influents. Ces prélats savent mener à son terme les potentialités du sacerdoce, dont la fonction médiatrice et pacificatrice est mise au service de l'ordre politique. Elle s'exerce dans le domaine de la paix, par l'arbitrage, l'exécution de commissions pontificales, la négociation. Elle conduit le pasteur à occuper une place centrale dans la fiscalité pontificale, quand son affectation à la sauvegarde de la monarchie angevine ajoute encore à son rôle d'intermédiaire. En Provence, la médiation procède aussi d'une position géopolitique précise, cœur d'un dispositif entre capétiens, papauté, couronne d'Aragon, couronne de Sicile, qui préexiste à l'installation de la papauté en Avignon et qui a certes présidé au choix de ce lieu comme résidence pontificale.

<sup>67</sup> Plus largement, sur les premières étapes d'un processus menant aux assemblées d'états: HÉBERT, Michel – "Une identité mise en scène: les premières assemblées représentatives dans les comtés de Provence et de Forcalquier (XIII<sup>e</sup>-début XIV<sup>e</sup> siècles)". in BOYER, Jean-Paul; MAILLOUX, Anne; VERDON, Laure (dir.) – *Identités angevines. Entre Provence et Naples (Aix-en-Provence, 20-22 octobre 2011)*. Aix-en-Provence: Presses universitaires de Provence, 2016, pp. 183-194.

<sup>68</sup> BOYER, Jean-Paul – "Sacre et théocratie. Le cas des rois de Sicile Charles II (1289) et Robert (1309)". *Revue des Sciences philosophiques et théologiques* 81/4 (1997), pp. 561-607.

## Références bibliographiques:

### Sources manuscrites

France, Digne-les-Bains, Arch. départementales des Alpes-de-Haute-Provence  
- 1G 25

France, Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône  
- 4G 1, n° 12, 21, 22, 65; 4G 2, n° 133, 138; 4G 3, n° 283, 291, 304, 317; 4G 4, n° 97;  
4G 5, n° 160, 161; 4G 6, n° 252; 4G 9, n° 223, 224;  
- 5G 17, n° 114;  
- B 1088;

Vatican, Archivio Apostolico Vaticano  
- *Instr. Misc.* 359

### Sources publiées

ALBANÈS, Joseph Hyacinthe - *Histoire des évêques de Saint-Paul-Trois-Châteaux au quatorzième siècle. Corrections et documents*. Montbéliard: Imprimerie de P. Hoffmann, 1885.

ALBANÈS, Joseph Hyacinthe - *Gallia christiana novissima, Marseille. / d'après les documents authentiques recueillis dans les registres du Vatican et les archives locales par le chanoine J.-H. Albanès [...]; complétée, annotée et publiée par le chanoine Ulysse Chevalier [...]*. Marseille: P. Hoffmann (Montbéliard); impr. valentinoise (puis), 1899.

ALBANÈS, Joseph Hyacinthe - *Gallia christiana novissima, Arles / d'après les documents authentiques recueillis dans les registres du Vatican et les archives locales par le chanoine J.-H. Albanès [...]; complétée, annotée et publiée par le chanoine Ulysse Chevalier [...]*. Valence: P. Hoffmann (Montbéliard) / impr. valentinoise (puis), 1900.

ALBANÈS, Joseph Hyacinthe - *Gallia christiana novissima, Avignon / par feu le chanoine J.-H. Albanès [...]; complétée, annotée et publiée par le chanoine Ulysse Chevalier [...]*. Valence: impr. valentinoise, 1920.

BLANCARD, Louis - *Documents inédits sur le commerce de Marseille au Moyen Âge. T. 2-4. Pièces commerciales diverses tirées des archives marseillaises du XIII<sup>e</sup> siècle*. Marseille: Typographie et Litographie Barlatier-Feissat Père et Fils, 1885.

BRESC, Henri (éd.) - *La correspondance de Pierre Ameilh, archevêque de Naples puis d'Embrun (1363-1369)*. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1972.

BUGHETTI, P. Benvenutus (éd.) – *Processus canonizationis et legendæ variæ sancti Ludovici O. F. M. episcopi Tolosani, Analecta franciscana*. T. 7. Quaracchi-Firenze: ex Typographia Collegii S. Bonaventurae, 1951.

CHEVALIER, Ulysse – *Regeste dauphinois. Répertoire chronologique et analytique des documents imprimés et manuscrits relatifs à l'histoire du Dauphiné, des origines chrétiennes à l'an 1349*. Valence: L'Imprimerie Valentinoise, 1913-1926.

DIGARD, Georges; FAUCON, Maurice; THOMAS, Antoine; FAWTIER, Robert (éd.) – *Les registres de Boniface VIII : recueil des bulles de ce pape publiées ou analysées d'après les manuscrits originaux des Archives du Vatican*. Paris: E. Thorin, 1907-1939, 4 vols. (BEFAR, 2<sup>e</sup> série, 4).

DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ, Santiago (éd.) – *Documentos de Bonifacio VIII (1294-1303) referentes a España*. León: Universidad de León, 2006.

DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ, Santiago(éd.) – *Documentos de Nicolás IV (1288-1292) referentes a España*. León: Universidad de León, 2009.

DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ, Santiago (éd.) – *Documentos de Martin IV (1281-1285) referentes a España*. León: Universidad de León, 2010.

DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ, Santiago (éd.) – *Documentos de Clemente V (1305-1314) referentes a España*. León: Universidad de León, 2014.

DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ, Santiago (éd.) – *Documentos de Honorio IV (1285-1287) referentes a España*. León: Universidad de León, 2015.

FAILLON, M. – *Monuments inédits sur l'apostolat de Sainte Marie Madeleine en Provence*. T. 2. Paris: Jacques-Paul Migne, 1848.

FILANGIERI, Riccardo (éd.) – *I registri della cancellaria angioina ricostruiti*. Naples: Regia Cancellaria, 1950.

GRANDJEAN, Charles (éd) – *Le registre de Benoît XI: recueil des bulles de ce pape publiées ou analysées d'après le manuscrit original des archives du Vatican*. Paris: E. Thorin, 1905, 1 vol. (BEFAR, 2<sup>e</sup> série).

LANGLOIS, Ernest (éd.) – *Les registres de Nicolas IV: recueil des bulles de ce pape publiées ou analysées d'après les manuscrits originaux des Archives du Vatican*. Paris: E. Thorin, 1886-1892, 2 vols. (BEFAR, 2<sup>e</sup> série, 5).

MARTINI, A. (éd.) – *ASV, Archivum Arcis, Arm. I-XVIII, 2177 et 2178*. Cité du Vatican, 2008, dactylographié.

PAPON, Jean-Pierre – *Histoire générale de Provence*. T. 3. Paris: L'Imprimerie de Ph. D. Pierres, 1784.

PÉCOUT, Thierry (dir.); BERNARDI, Philippe; BONNAUD, Jean-Luc; CASSIOLI, Marco; MAILLOUX, Anne *et al.* (éd.) – *L'enquête générale de Leopardo da Foligno*



*dans le comté de Forcalquier (juin-septembre 1332)*. Paris: Comité des travaux historiques et scientifiques, 2017.

POMMEROL, Marie-Henriette Jullien de; MONFRIN, Jacques (éd.) - *Bibliothèques ecclésiastiques au temps de la papauté d'Avignon*. T. 2. *Inventaires de prélats et de clercs français*. Édition. Paris: CNRS éditions, 2001.

*Regestum Clementis papae V [...]. nunc primum editi cura et studio monachorum ordinis S. Benedicti [...]*. Rome: ex Typogr. Vaticana, 1885-1892. 9 vols. et appendice.

RYMER, Thomas - *Fœdera, conventiones, literæ et cujuscumque generis acta publica, inter reges Angliæ et alios*. T. 1-2. Hagae comitis (apud Joannem Neauline), 1745.

SCARLATA, Marina (éd.) - *Carte reali diplomatiche di Giacomo II d'Aragona (1291-1327) riguardanti l'Italia*. Palermo: Società Siciliana per la Storia Patri, 1993.

SCHULTE, Johann Friedrich von - *Die Geschichte der Quellen und Literatur des Canonischen Rechts von Papst Gregor IX. bis zum Concil von Trient*. Stuttgart: Ferdinand Enke, 1877.

## Études

ANDRETTA, Stefano; PEQUIGNOT, Stéphane; WAQUET, Jean-Claude (dir.) - *De l'ambassadeur: les écrits relatifs à l'ambassadeur et à l'art de négociier du Moyen Âge au début du XIX<sup>e</sup> siècle*. Rome: École française de Rome, 2015.

BACHRACH, David S. - *Religion and the Conduct of War, c. 300 - c. 1215*. Woodbridge: Boydell Press, 2003.

BAGLIANI, Agostino Paravicini - *I testamenti dei cardinali del duecento*. Rome: Società alla Biblioteca Vallicelliana, 1980.

BAGLIANI, Agostino Paravicini - *Boniface VIII. Un pape hérétique?* Paris: Editions Payot & Rivages, 2003.

BALBERGHE, Émile van - "Une copie exceptionnelle du *Libellus de episcoporum electionibus* de Guillaume de Mandagout". in RAMAN, Anny; MANNING, Eugène (éd.) - *Miscellanea Martin Wittek. Album de codicologie et de paléographie offert à Martin Wittek*. Louvain-Paris: Peters, 1993, pp.315-322.

BEAUMONT, Jean-Pierre - *Une famille de banquiers italiens, les Anguissola de Plaisance (première moitié du XIV<sup>e</sup> siècle)*. Chartres: École Nationale des Chartes, 1968. Thèse de Promotion.

BÉGOU-DAVIA, Michèle - "Guillaume de Mandagout". in ARABEYRE, Patrick; HALPÉRIN, Jean-Louis; KRYNEN, Jacques - *Dictionnaire historique des juristes français, XII<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècle*. Paris: Éditions PUF, 2007, p. 533.

BERTHE, Pierre-Marie - *Les procureurs français à la cour pontificale d'Avignon, 1309-1376*. Paris: Université Paris 4, 2014. Thèse de doctorat en Histoire médiévale.

BOESPFLUG, Thérèse - *La Curie au temps de Boniface VIII. Étude prosopographique*. Rome: Istituto Storico Italiano per il Medioevo, 2005.

BONNOT-RAMBAUD, Isabelle (éd.) - *Marseille et ses rois de Naples. La diagonale angevine (1265-1382)*. Marseille / Aix-en-Provence: Archives Municipales / Edisud, 1988.

BOYER, Jean-Paul - "Sacre et théocratie. Le cas des rois de Sicile Charles II (1289) et Robert (1309)". *Revue des Sciences philosophiques et théologiques* 81/4 (1997), pp. 561-607.

BOYER, Jean-Paul - "Le droit civil entre *studium* et cour de Naples". in BOYER, Jean-Paul; MAILLOUX, Anne; VERDON, Laure (dir.) - *La justice temporelle dans les territoires angevins aux XIII<sup>e</sup> et XIV<sup>e</sup> siècles. Théories et pratiques (colloque d'Aix-en-Provence, 21-23 février 2002)*. Paris: École Française de Rome, 2005, pp. 47-82.

BRESC, Henri - "Les partis cardinalices et leurs ambitions dynastiques". in FAVIER, Jean; et al. (dir.) - *Genèse et débuts du Grand Schisme d'Occident (actes du colloque international du CNRS, Avignon 25-28 septembre 1978)*. Paris: Éditions du Centre national de la recherche scientifique, 1980, pp. 45-57.

BRESC, Henri - "Marseille dans la guerre des Vêpres siciliennes". in BONNOT-RAMBAUD, Isabelle (éd.) - *Marseille et ses rois de Naples. La diagonale angevine (1265-1382)*. Marseille / Aix-en-Provence: Archives Municipales / Edisud, 1988, pp. 43-49.

BRUNEL, Clovis - "Une table pascale de Guillaume de Mandagout". *Bibliothèque de l'École des chartes* 84 (1923), pp. 161-165.

CADIER, Léon - *Essai sur l'administration du royaume de Sicile sous Charles I<sup>er</sup> et Charles II d'Anjou*. Paris: E. Thorin, 1891.

CALENDINI, Paul - "Capre, Bx Rostang de". in BAUDRILLART, Alfred; VOGT, Albert; ROUZIÈS, Urbain (dir.) - *Dictionnaire d'histoire et de géographie ecclésiastiques*. T. 11. Paris: Letouzey et Ané, 1949, col. 957-958.

CANTEAUT, Olivier; HÉLARY, Xavier; THÉRY, Julien (dir.) - *1314, une Europe en crise? La conjoncture politique européenne à la mort de Philippe le Bel (Université de Paris-Sorbonne, 2-4 octobre 2014)*, à paraître.

COLLARD, Franck; COTTRET, Monique. (dir.) - *Conciliation, réconciliation aux temps médiévaux et modernes* [en ligne]. Nanterre: Presses universitaires de Paris Nanterre, 2012. [Consulté le 31 décembre 2015]. Accessible in <https://doi.org/10.4000/books.pupo.2016>.

COULET, Noël - "Un couvent royal: les Dominicaines de Notre-Dame-de-Nazareth d'Aix au XIII<sup>e</sup> s.". *Cahiers de Fanjeaux: Les Mendians en Pays d'Oc au XIII<sup>e</sup> siècle* 8 (1973), pp. 233-262.

DÉLIVRÉ, Fabrice - "Le *Libellus super electionibus* de Guillaume de Mandagout (1286/1287). Histoire d'un succès dans l'Occident médiéval". in GOERING, Joseph Ward; DUSIL, Stephan; THEIR, Andreas (dir.) - *Proceedings of the Fourteenth International Congress of Medieval Canon Law, Toronto, 5-11 August 2012*. Cité du Vatican: Biblioteca Apostolica Vaticana, 2016, pp. 233-242.

DÉLIVRÉ, Fabrice - "Mandagotus. Les avatars d'un traité juridique à succès". in BILOTTA, Maria Alessandra (dir.) - *Medieval Europe in Motion. Circulations juridiques et pratiques artistiques, intellectuelles et culturelles en Europe au Moyen Âge (XIII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècle)*. Lisbonne, 25-25 février 2016, à paraître.

DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ, Santiago - *Los procuradores de los reinos hispánicos ante la curia romana en el siglo XIII*. León: Universidad de León, 2007.

DOSSAT, Yves - "L'Université de Toulouse, Raymond VII, les Capitouls et le roi". *Cahiers de Fanjeaux: Les Universités du Languedoc au XIII<sup>e</sup> siècle* 5 (1970), pp. 58-91.

DROCOURT, Nicolas - "Ambassadeurs étrangers à Constantinople: moyens de contacts, d'échanges et de connaissances partielles du monde byzantin (VIII<sup>e</sup>-XII<sup>e</sup> siècles)". in CLÉMENT, François; TOLAN, John; WILGAUX, Jérôme (dir.) - *Espaces d'échanges en Méditerranée. Antiquité et Moyen Âge* [en ligne]. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2006, pp. 107-134. [Consulté le 31 décembre 2015]. Accessible in <https://doi.org/10.4000/books.pur.7841>.

FERRER MALLOL, María Teresa; MOEGLIN, Jean-Marie; PÉQUIGNOT, Stéphane; SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Manuel (eds.) - *Negociar en la Edad Media - Négociar au Moyen Âge*. Barcelone: CSIC, 2005.

GALLAND, Bruno - "Les hommes de culture dans la diplomatie pontificale au XIII<sup>e</sup> siècle". *Mélanges de l'École française de Rome. Moyen Âge, Temps modernes* 108/2 (1996), pp. 615-643.

GALLO, Alexandra - "Le développement d'un réseau diplomatique par le conseil de ville de Sisteron au XIV<sup>e</sup> siècle". in *Les relations diplomatiques au Moyen Âge. Formes et enjeux* [en ligne]. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2011, pp. 219-225 [Consulté le 31 décembre 2015]. Accessible in <https://doi.org/10.4000/books.porsorbonne.16469>.

GILLES, Henri - "Le traité de la coutume de Guillaume de Ferrières". in GILLES, Henri - *Université de Toulouse et enseignement du droit, XIII<sup>e</sup> - XVI<sup>e</sup> siècles*. Toulouse: Presses de l'Université Toulouse I Capitole, 1992, pp. 127-138.

GIORDANENGO, Gérard - *Lexikon des Mittelalters*. T. 4. *Erzkanzler bis Hiddensee*. München. Zürich: Artemis, 1989.

GIORDANENGO, Gérard - "Ferrières, Pierre de". in ARABEYRE, Patrick; HALPÉRIN, Jean-Louis; KRYNEN, Jacques - *Dictionnaire historique des juristes français, XII<sup>e</sup> XX<sup>e</sup> siècle*. Paris: Éditions PUF, 2007, pp. 327-328.

GIUNTA, Francesco; CORRAO, Pietro (dir.) - *La società mediterranea all'epoca del Vespro, 11<sup>o</sup> Congresso di Storia della Corona d'Aragona, Palermo, Trapani, Erice, 23-30 aprile 1982*. Palerme: Accademia di scienze lettere e arti, 1983-1984.

GRAVA, Yves - "Les ambassades provençales au XIV<sup>e</sup> siècle et les enjeux de la communication". in *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public, 24<sup>e</sup> congrès, Avignon. La circulation des nouvelles au Moyen Âge*. Paris-Rome: Éditions de la Sorbonne, École française de Rome, 1994, pp. 25-36.

GUENÉE, Benard - *Entre l'Église et l'État. Quatre vies de prélats français à la fin du Moyen Âge (XIII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècles)*. Paris: Gallimard, 1987.

GUILLEMAIN, Bernard - "Le milieu épiscopal et cardinalice de Bernard Gui". *Cahiers de Fanjeaux: Bernard Gui et son monde* 16 (1981), pp. 317-332.

HÉBERT, Michel - "Une identité mise en scène: les premières assemblées représentatives dans les comtés de Provence et de Forcalquier (XIII<sup>e</sup>-début XIV<sup>e</sup> siècles)". in BOYER, Jean-Paul; MAILLOUX, Anne; VERDON, Laure (dir.) - *Identités angevines. Entre Provence et Naples (Aix-en-Provence, 20-22 octobre 2011)*. Aix-en-Provence: Presses universitaires de Provence, 2016, pp. 183-194.

HOUSLEY, Norman - *The Italian Crusades. The Papal-Angevin Alliance and the Crusades against Christian Lay Powers, 1254-1343*. Oxford: Clarendon Press, 1982.

JUGIE, Pierre - "L'activité diplomatique du cardinal Gui de Boulogne en France au milieu du XIV<sup>e</sup> siècle". *Bibliothèque de l'École des chartes* 145/1 (1987), pp. 99-127.

KIESEWETTER, Andreas - "Karl II. von Anjou, Marseille und Neapel". in BONNOT-RAMBAUD, Isabelle (dir.) - *Marseille et ses rois de Naples. La diagonale angevine (1265-1382)*. Marseille / Aix-en-Provence: Archives Municipales / Edisud, 1988, pp. 61-75.

KIESEWETTER, Andreas - "La cancelleria angioina". in *L'État angevin. Pouvoir, culture et société entre XIII<sup>e</sup> et XIV<sup>e</sup> siècle. Actes du colloque international, Rome-Naples, novembre 1995*. Paris-Rome: École Française de Rome, 1998, pp. 361-415.

LAZZARINI, Isabella - "À propos de diplomatie médiévale: pratiques, modèles et langages de la négociation en Italie (XIV<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècles)". *Médiévales* [en ligne] 74 (2018), pp. 133-154 [Consulté le 31 décembre 2019]. Accessible in <https://doi.org/10.4000/medievales.8653>.

LE ROUX, Amandine - "Mise en place des collecteurs et des collectories dans le royaume de France et en Provence (1316-1378)". *Lusitania sacra. O papado de Avinhão nos reinos do Ocidente* 22 (2010), pp. 45-62.

LE ROUX, Amandine - "Des collecteurs spécialisés aux collecteurs généralistes, l'établissement du système collectoral en Provence (1249-1514)". in MORELLO BAGET, Jordi (dir.) - *Financiar el reino terrenal. La contribución de la Iglesia a finales de la Edad Media (s. XIII-XVI)*. Barcelone: CSIC, 2013, pp. 107-129.

LE ROUX, Amandine - "L'écrit, un outil de gouvernement financier de la papauté. L'exemple de la correspondance entre la papauté et ses collecteurs". in BÉRENGER, Agnès; DARD, Olivier (éd.) - *Gouverner par les lettres, de l'Antiquité à l'époque contemporaine. Actes du colloque de Metz, 10-12 octobre 2013*. Metz: Centre de Recherche Universitaire Lorrain d'Histoire, 2015, pp. 287-311.

LE ROUX, Amandine - "Le recouvrement de la décime par les collecteurs pontificaux de 1316 à 1503 (royaume de France et Provence)". in BALOUP, Daniel; SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Manuel (dir.) - *Partir en croisade à la fin du Moyen Âge. Financement et logistique*. Toulouse: Presses Universitaires du Midi, 2015, pp. 55-80.

LE ROUX, Amandine - "Pratiques comptables du gouvernement pontifical. L'histoire scripturale des comptes des collecteurs pontificaux provençaux (1274-1406)". *Comptabilités* [en ligne] 10 (2019) [Consulté le 31 décembre 2019]. Accessible in <https://journals.openedition.org/comptabilites/2545>.

MALECZEK, Werner - "Die Urkunden des päpstlichen Legaten Johannes Boccamazza, Kardinalbischofs von Tusculum, aus den Jahren 1286 und 1287 (Legation ins Reich in der Spätzeit König Rudolfs von Habsburg)". *Archiv für Diplomatik. Schriftgeschichte, Siegel- und Wappenkunde* 59 (2013), pp. 35-132.

MEIJERS, Eduard Maurits - "La première époque d'épanouissement de l'enseignement du droit à l'université de Toulouse (1280-1330)". in MEIJERS, Eduard Maurits; FEENSTRA, Robert; FISCHER, Herman Frederik Willem Daniel (éd.) - *Études d'histoire du droit. T. 3. Le droit romain au Moyen Âge*. Leyde: Universitaire Pers Leiden, 1959, pp. 167-208.

MINIERI-RICCIO, Camillo - *Genealogia di Carlo I d'Angiò, prima generazione*. Naples: Stabilimento Tipografico di Vincenzo Priggioba, 1857.

MISCHLEWSKI, Adalbert - *Un ordre hospitalier au Moyen Âge. Les chanoines réguliers de Saint-Antoine-en-Viennois*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1995.

MOLLAT, Guillaume - "Guillaume de Mandagout". in NAZ, Raoul (dir.) - *Dictionnaire de droit canonique*. T. 5. Paris: Letouzey et Ané, 1953, col. 1077-1078.

MONTI, Gennaro Maria - "Carlo II e i debiti angioino verso la Santa Sede". in MONTI, Gennaro Maria - *Da Carlo I a Roberto d'Angiò. Ricerche e documenti*. Trani: Vecchi, 1936, pp. 117-132.

MOREMBERT, Henri Tribout de - "Capre, Rostang de". in PRÉVOST, Michel; D'AMAT, Jean-Charles Roman - *Dictionnaire de biographie française*. T. 7. Paris: Letouzey et Ané, 1956, col. 1081.

MOREMBERT, Henri Tribout de - "Ferrières, Pierre de". in BAUDRILLART, Alfred ; VOGT, Albert ; ROUZIÈS, Urbain (dir.) - *Dictionnaire d'histoire et de géographie ecclésiastique*. T. 16. Paris: Letouzey et Ané, 1967, col. 1287-1288.

OTCHAKOVSKY-LAURENS, François - "Le statut des ambassadeurs marseillais au regard des pratiques diplomatiques au XIV<sup>e</sup> siècle". in *La diplomatie des villes au Moyen Âge et au premier âge moderne, XII<sup>e</sup>-XVI<sup>e</sup> siècle (actes du colloque international, Montpellier, 17-18 novembre 2017)*, à paraître.

PALMIERI, Stefano - *La cancelleria del regno di Sicilia in età angioina*. Naples: M. D'Auria Editore, 2006.

PÉCOUT, Thierry - "Une technocratie au service d'une théocratie. Culture et formation intellectuelle des évêques de Provence (milieu du XIII<sup>e</sup> siècle - milieu du XIV<sup>e</sup> siècle)". in CÉVINS, Marie-Madeleine; MATZ, Jean-Michel (dir.) - *Formation intellectuelle et culture du clergé dans les territoires angevins (milieu du XIII<sup>e</sup>-fin du XV<sup>e</sup> siècle), colloque d'Angers, 15-16 novembre 2002*. Paris: École Française de Rome, 2005, pp. 95-116.

PÉCOUT, Thierry - "Diplômes, diplomates et diplomatie: le registre du maître rational Jean de Revest, procureur de la reine Jeanne in Romana Curia, 1343-1347". in KORDÉ, Zoltán; PETROVICS, István (dir.) - *La diplomatie des États angevins aux XIII<sup>e</sup> et XIV<sup>e</sup> siècles, Actes du colloque international de Szeged, Visegrád et Budapest, 13-16 septembre 2007*. Rome-Szeged: Accademia d'Ungheria in Roma, 2010, pp. 251-287.

PÉCOUT, Thierry - *Ultima ratio. Vers un État de raison. L'épiscopat, les chanoines et le pouvoir des années 1230 au début du XIV<sup>e</sup> siècle (provinces ecclésiastiques d'Arles, Aix et Embrun)*. Paris: Université de Paris I, 2011. Mémoire d'Habilitation à diriger les recherches.

PÉCOUT, Thierry - "Jacques Duèze, évêque de Fréjus (1300-1310)". *Cahiers de Fanjeaux: Jacques Duèze-Jean XXII et le Midi* 45 (2013), pp. 41-68.

PÉCOUT, Thierry - "Épiscopat et papauté en Provence: une refondation". *Cahiers de Fanjeaux: Innocent III et le Midi* 50 (2015), pp. 419-452.

PÉCOUT, Thierry - "Les évêques de Gap, XII<sup>e</sup>-XIV<sup>e</sup> siècle: les enjeux d'un contrôle politique entre Provence et Dauphiné". in PLAYOUST, Pierre-Yves (dir.) - *Gap et les territoires gapençais de la préhistoire à nos jours*. Grenoble: Presses universitaires de Grenoble, 2016, pp. 15-53.

PÉCOUT, Thierry - "Aux origines d'une culture administrative: le clergé des cathédrales et la genèse d'une comptabilité princière en Provence à la fin du XIII<sup>e</sup> siècle". in PÉCOUT, Thierry (dir.) - *De l'autel à l'écritoire. Aux origines des comptabilités princières en Occident (XII<sup>e</sup>-XIV<sup>e</sup> siècle), Actes du colloque international d'Aix-en-Provence, 13-14 juin 2013*. Paris: De Boccard, 2017, pp. 49-67.

PÉCOUT, Thierry - "Docteurs et professeurs de droit civil parmi les grands officiers de Provence angevine, 1246-1343". in MATHIEU, Isabelle; MATZ, Jean-Michel (dir.)

- *Formations et cultures des officiers et de l'entourage des princes dans les territoires angevins (milieu XIII<sup>e</sup>-fin XV<sup>e</sup> siècle) - Percorsi di formazione e culture degli ufficiali e dell'entourage dei principi nei territori angioini (metà XIII-fine XV secolo)* [en ligne]. Rome: Publications de l'École Française de Rome, 2019, pp. 119-142 [Consulté le 31 décembre 2019]. Accessible in <https://doi.org/10.4000/books.efr.4047>.

PÉQUIGNOT, Stéphane - *Au nom du roi. Pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques II d'Aragon (1291-1327)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2009.

REYNAUD, Marcelle-Renée - "La politique de la Maison d'Anjou et la soustraction d'obédience en Provence (1398-1402)". *Cahiers d'histoire* 24 (1979), pp. 45-57.

RUSSEL, Frederick H. - *The Just War in the Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

SALAVERT Y ROCA, Vicente - *Cerdeña y la expansión mediterránea de la corona de Aragón (1297-1314)*. Madrid: CSIC, 1956.

SAXER, Victor - "Les ossements dits de sainte Marie-Madeleine conservés à Saint-Maximin-la-Sainte-Baume". *Provence historique* 27 (1977), pp. 257-302.

SOCIÉTÉ DES HISTORIENS MÉDIÉVISTES DE L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR PUBLIC (FRANCE), Congrès - *Les relations diplomatiques au Moyen Âge. Formes et enjeux*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2011.

THEIS, Valérie - *Le gouvernement pontifical du Comtat Venaissin (v. 1270-v. 1350)*. Rome: École Française de Rome, 2012.

TOOMASPOEG, Kristjan - *Decimae. Il sostegno economico dei sovrani alla Chiesa del Mezzogiorno nel XIII secolo. Dai lasciti di Eduard Sthamer e Norbert Kamp*. Rome: Roma Viella, 2009.

TOOMASPOEG, Kristjan - "L'Église et la fiscalité au royaume de Sicile (XI<sup>e</sup>-XIV<sup>e</sup> siècles)". in MENJOT, Denis ; SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Manuel (dir.) - *El dinero de Dios. Iglesia y fiscalidad en el Occidente medieval (siglos XIII-XV)*. Madrid: Instituto de Estudios Fiscales, 2011, pp. 91-100.

TRINCI, Annalaura - "Il collegio cardinalizio di Celestino V". in CAPEZZALI, Walter (dir.) - *Celestino V e i suoi tempi: realtà spirituale et realtà politica*. L'Aquila: Centro Celestiniano/Sezione storica, 1990, pp. 19-34.

VALÉRIAN, Dominique - "Les agents de la diplomatie des souverains maghrébins avec le monde chrétien (XII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècle)". *Anuario de Estudios Medievales* 38/2 (2008), pp. 985-900.

VALLERY-RADOT, Sophie - "La diplomatie menée par l'ambassade du roi de France au Concile de Constance". in SIGNORI, Gabriela; STUDDT, Birgit (dir.) - *Das Konstanzer Konzil als europäisches Ereignis: Begegnungen, Medien und Rituale* [en ligne] 79 (2014), pp. 89-106 [Consulté le 31 décembre 2015]. Accessible in <https://doi.org/10.11588/vuf.2014.0.41846>.

VIOLETT, Paul - "Les élections ecclésiastiques au Moyen Âge d'après Guillaume de Mandagout". *Revue canonique des églises* 4 (1907), pp. 65-91.

VIOLETT, Paul - "Guillaume de Mandagout, canoniste". in *Histoire littéraire de la France*. T. 34. Paris: Imprimerie Nationale, 1914, pp. 1-61.

**COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:**

PÉCOUT, Thierry - "Les évêques de Provence et la diplomatie royale sous Charles II (1285-1309)". *Medievalista* 28 (Julho - Julho 2020), pp. 225-254.  
Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.







**Clerk, Chancellor, Castaway (1374–1419): Faction and  
Politics in the International Career of a Lancastrian  
Servant \***

**Partidarismo e política na carreira internacional de um servidor  
da Casa de Lencastre (1374–1419)**

*Tiago Viúla de Faria*

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,  
Instituto de Estudos Medievais  
1070-312 Lisboa, Portugal

[tfaria@fcs.unl.pt](mailto:tfaria@fcs.unl.pt)

<https://orcid.org/0000-0001-6832-7024>

Data recepção do artigo / Received for publication: 8 de Março de 2020

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 27 de Abril de 2020

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.3331>

---

\* FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., and Norma Transitória – DL57/2016/CP, funded the research for this paper.

## RESUMO

Antigo membro da clerezia paroquial e servidor de Ricardo II de Inglaterra, Adam Davenport tornar-se-ia, em Portugal, num dos principais oficiais régios da rainha D. Filipa de Lencastre, filha de João de Gante (John of Gaunt) e irmã do futuro Henrique IV, alçado por rei após a deposição de Ricardo II. Desejando regressar ao país que o viu nascer, e como tal abandonando a corte portuguesa, Davenport irá enfrentar a resistência de Henrique IV, o que acabará por levá-lo a um *terminus vitae* em condições de relativa modéstia.

Este artigo delinea, pois, a carreira de Adam Davenport, ao longo de 45 anos (entre 1374 e 1419), através de dois países e de regimes políticos distintos, primeiro como beneficiado ao nível paroquial, depois como administrador régio e, por fim, como forasteiro no seu país de origem. À medida que as associações pessoais e laborais de Davenport com os seus sucessivos patronos se mantêm ou vão sendo perdidas, vê-se condicionado o seu acesso a redes de patronato e distribuição de mercês. Ao pôr em evidência o percurso tripartido de Adam Davenport, o artigo pretende chamar a atenção para a acção do desenraizamento (geográfico e socioeconómico) e dos poderes seculares sobre um grupo social em afirmação.

**Palavras-chave:** Henrique IV de Inglaterra; Casa e Dinastia de Lencastre; funcionalismo régio; Casa real e da rainha; Migração medieval.

## ABSTRACT

A former member of the parish clergy and an occasional servant of Richard II, the scholar Adam Davenport became one of the main household officials of the Portuguese queen, Philippa of Lancaster, the daughter of John of Gaunt and the sister of Richard II's usurper, Henry IV. On stepping down from office and Portugal's royal court, he returned to his native country only to meet with Henry IV's continued disapproval, which eventually led him to a *terminus vitae* in relative modesty and obscurity.

This paper traces Adam Davenport's professional trajectory of 45 years, from 1374 to 1419, across contrastive political regimes in two different countries, first as a local cleric, then as a senior administrator, and eventually as an unwaged outsider. As the social and financial ties between Davenport and his consecutive benefactors were kept or lost, according to the distribution of grace and the varying configuration of affinities, so Davenport's fortune changed. The details of this three-tiered career put into focus the critical role played by displacement (geographical as much as societal) and the secular patronage on which men like Davenport — a middling member of an expanding clerical class — came to depend for survival.

**Keywords:** Henry IV of England; House of Lancaster; Royal administration; Reginal / the queen's household; Medieval migration.



## Introduction

The primary focus of this biographical paper is the international trajectory of Adam Davenport. The professional career of this otherwise fairly unknown character started at the parish level and the local church, progressing to the royal administration, as a prosperous high officer, and eventually it finished in anonymity and almost redundancy. These three stages were separated by Davenport's travels, first from England to Lisbon, and then from Lisbon to the English southwest. As this career, spanning the period between 1374 and 1419, developed so did the political backdrop. The circumstances of Adam Davenport will be considered accordingly, in the remit of a background discussion about migration, displacement, service, and adaptation in between changing geographical and political conditions.

## Clerk

Adam Davenport, *clericus*, is known to have taken a first degree in Law and to have been ordained into the higher orders sometime in his career<sup>1</sup>. We first hear of him as the rector of St Peter Mancroft in Norwich, in 1374<sup>2</sup>. Probably in his mid-twenties at that time, he was a quite active member of the local church. Between September 1378 and September 1379, Davenport — described as “master” — held a *centum solidorum* prebend from the diocese of Lincoln, which on 17 March 1382 he had exchanged for another prebend, in Dinder, diocese of Wells, to which he was admitted on the following 5 of May<sup>3</sup>. For some time until 1381, he had tithes

<sup>1</sup> Around 1379 or 1380, Davenport was described as “*licenciatus in legibus*”: *The Diplomatic Correspondence of Richard II*. Ed. Édouard Perroy. London: Camden Society, 1933, doc. 8, p. 5. In 1416, he was in priest's orders: HINGESTON-RANDOLPH, F. C. – *The Register of Edmund Stafford (A.D. 1395-1419); An Index and Abstract of its Contents*. London: George Bell & Sons, 1886, pp. 211, 339-340.

<sup>2</sup> *Anglo-Norman Letters and Petitions from All Souls MS. 182*. Ed. Mary Dominica Legge. Oxford: Blackwell, 1941, doc. 28, pp. 73-74.

<sup>3</sup> KING, H. P. F. – “Prebendaries: *Centum Solidorum (de prepositis)*”. in LE NEVE, John (ed.) – *Fasti Ecclesiae Anglicanae, 1300-1541*. Vol. 1, *Lincoln Diocese*. London: Institute of Historical Research, University of London, 1962, pp. 50-52, p. 50; JONES, B. – “Prebendaries: Dinder”. in LE NEVE, John (ed.) – *Fasti Ecclesiae Anglicanae, 1300-1541*. Vol. 8, *Bath and Wells Diocese*. London: Institute of Historical Research, University of London, 1964, pp. 42-44, p. 42.

from the prebend of Caddington Major (Beds.), a manor belonging to the dean and chapter of St Paul's cathedral, London<sup>4</sup>. By the mid 1380s, therefore, it is likely that a young Adam Davenport enjoyed a comfortable livelihood, prospering as parish clergy.

It is conceivable that the connection to St Paul's either facilitated contacts with the crown or that it was an upshot of such contacts. Indeed, not only was Davenport under the eye of Richard II's government, he appears to have been in the king's confidence to a considerable degree. In 1379 or 1380, Richard sent him on a mission to the Roman curia, to personally deliver to Urban VI the king's letters, requesting certain benefices to be allotted to three prominent English clerks and royal administrators — the keeper of the privy seal, the treasurer, and the comptroller of the royal household<sup>5</sup>. In 1382, the Westminster courts also decided for Adam Davenport, clerk, and two associates in a civil lawsuit, the full circumstances of which are unspecified, that opposed them to other men<sup>6</sup>. In 1386, a second recorded voyage followed, as an expeditionary army assembled under the banner of John of Gaunt, the duke of Lancaster, as claimant to the Castilian throne. In early January that year, letters of protection were issued for over one hundred men going with Gaunt to "Spain", meaning the Iberian Peninsula. On 6 March 1386, protections were granted to a further two hundred fifty, or so, individuals<sup>7</sup>. There can be no doubt regarding the identity of the person in question, since Adam Davenport's name and occupation were reproduced in two further letters of protection<sup>8</sup>.

---

<sup>4</sup> HORN, Joyce M. – "Prebendaries: Caddington Major". in LE NEVE, John (ed.) – *Fasti Ecclesiae Anglicanae, 1300-1541*. Vol. 5, *St Paul's, London*. London: Institute of Historical Research, University of London, 1963, pp. 23-25, p. 23; RUSSELL, Peter E. – *The English Intervention in Spain and Portugal in the Time of Edward III and Richard II*. Oxford: Oxford University Press, 1955, p. 542.

<sup>5</sup> *The Diplomatic Correspondence of Richard II*, doc. 8, p. 5.

<sup>6</sup> *Calendar of the Patent Rolls preserved in the Public Record Office. A.D. 1381-1385*. Coord. H. C. Maxwell-Lyte. London: His Majesty's Stationery Office, 1920, p. 137.

<sup>7</sup> *Fœdera, conventiones, literæ, et cujuscunque generis acta publica, inter reges Angliæ, et alios quosvis imperatoris, reges, pontifices, principes, vel communitates...* Ed. Thomas Rymer. London: A. & J. Churchill, 20 vols, 1704-1735, vol. 7, pp. 490-491, 499-501.

<sup>8</sup> Since letters of protection remained valid for one year only, and Gaunt's departure seems to have suffered delay, reissuing them made sure that they remained up-to-date: London (Kew), The National Archives (henceforth TNA) C 76/70, m. 19 (of 1 April) and C 76/71, m. 11 (of 28 May).

Administrative military records can be particularly sparse in detail, and the letters of protection in question are no exception. They are concise — and yet consistent — in that they record “Adam Davenport, clericus” among the many members of Lancaster’s following. Clarification on the standing, as declared, of Davenport as *clericus* should help appreciate his existing and future career. It seems important, therefore, to ascertain in what quality did Davenport embark on this journey. The term *clericus* is particularly elusive. In accordance with custom, it should stand for the recipient of tonsure, or otherwise someone in the church’s orders. In practice, it denotes the ambiguity existing between the clergyman and the educated, literate layperson. By this period, being a *clericus* certainly did not imply that there was a clear-cut separation from the laity. Certainly, in some parts of England, men of that description filled a wide range of administrative occupations, from religious to secular<sup>9</sup>. It would be wrong, therefore, to presume that a member of such a polymorphous group would exclusively commit to the ecclesiastical life, even if ecclesiastical patronage was at stake<sup>10</sup>.

In this context, it seems sensible to accept the meaning of *clericus* as that of “clerk” — as an occupation, rather than a socio-cultural construct. To witness, staffers in the duke of Lancaster’s military convoy were variously described as goldsmiths, bowmakers, saddlers, embroiderers, painters; all of whom were clearly laymen. There were others whose attributions ranged from chaplain to parson to archdeacon — men such as Walter Levenaunt, Philip Kelsey, or John Chrischurch — indicating their employment as religious personnel. A small army of *clerici* followed along, made up of Adam Davenport, Peter Tebaud, Edmund Langham,

---

<sup>9</sup> RUTLEDGE, Elizabeth – “Lawyers and Administrators: The Clerks of Late-Thirteenth-Century Norwich”. in HARPER-BILL, Christopher (ed.) – *Medieval East Anglia*. Woodbridge: Boydell Press, 2005, pp. 83-98, p. 84. More widely, see CLANCHY, Michael T. – *From Memory to Written Record: England 1066-1307*. Oxford and Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2013 (1979); and OEXLE, Otto Gerhard – “Perceiving Social Reality in the Early and High Middle Ages: A Contribution to a History of Social Knowledge”. in JUSSEN, Bernhard (ed.) – *Ordering Medieval Society: Perspectives on Intellectual and Practical Modes of Shaping Social Relations*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2001, pp. 92-143.

<sup>10</sup> DAVIS, Virginia – “Clerics and the King’s Service in Late Medieval England”. in BARRALIS, Christine; BOUDET, Jean-Patrice; DELIVRÉ, Fabrice; GENET, Jean-Philippe (eds.) – *Église et État, Église ou État? Les clercs et la genèse de l’État moderne*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2014, pp. 25-33, §15.

Richard de Elnet, Master Robert Eldesley, Richard Stapildon, Hugh de Herle, and others<sup>11</sup>. Neither soldiers, craftsmen nor clerics, the clerks formed the backbone of Gaunt's itinerant officialdom.

### Chancellor

The armed force would leave to the Iberian Peninsula during the following summer, led by arguably the grandest magnate in England, second only to Richard II. The involvement of the house of Lancaster in Iberian affairs came on the tail of longstanding English interests in the region, although the key motivations of the moment stemmed from Gaunt's own circumstances. It is necessary to outline those circumstances if we are to make sense of Adam Davenport's presence in Portugal<sup>12</sup>.

In September 1371, John of Gaunt had taken as his second wife Constanza, the heiress of Pedro I of Castile. King Pedro had benefited from the enduring support of the English, including at the Battle of Nájera in April 1367, out of which Pedro's half-brother Enrique of Trastámara came defeated. The contribution of Gaunt, and especially of his older brother, the Black Prince, proved insufficient since two years later Pedro was killed at Enrique's own hands. Following through, Enrique lost no time in having himself crowned. By then, an explicitly anti-English treaty, signed between Enrique and Charles V of France in line with previous Franco-Castilian agreements, was already in force<sup>13</sup>. All of that made Gaunt — a *bona fide* candidate to becoming the king of Castile, as the consort of Pedro's rightful heiress — and his exile court the kernel of *petrismo*, attracting numerous partisans of the murdered king<sup>14</sup>. By the mid 1380s, Gaunt was finally able to persuade the English

<sup>11</sup> TNA C 76/70, m. 3, 11, 17, 20, 22, 26.

<sup>12</sup> GOODMAN, Anthony – “England and Iberia in the Middle Ages”. in JONES, Michael; VALE, Malcolm (eds.) – *England and her Neighbours, 1066–1453. Essays in Honour of Pierre Chaplais*. London and Ronceverte: The Hambledon Press, 1989, pp. 73-96, encapsulates well Anglo-Iberian relations up until the mid-fourteenth century.

<sup>13</sup> DAUMET, Georges – *Étude sur l'Alliance de la France et de la Castille au XIVe et XVe siècles*. Paris: E. Bouillon, 1898, pp. 30-31.

<sup>14</sup> YEAGER, Robert F. – “Gower's Lancastrian Affinity: The Iberian Connection”. *Viator* 35 (2004), pp. 483-515.

parliament to part-finance the armed intervention in Castile which he was to lead<sup>15</sup>.

Meanwhile, another understanding was being reached, by which Richard II and the Portuguese king João I came together against the Trastámaras. The covenant, known as the Windsor treaty, was signed in May 1386. It enabled João to levy troops for his defence against Juan I of Castile, Enrique II's successor. The promises that João made in return, to champion the English — or should we say the Lancastrian — ambitions in the Iberian Peninsula, soon materialised. As John of Gaunt and *Doña Constanza's* armies descended upon Galicia, in northwestern Iberia, in summer 1386, their intent was twofold. On the one hand, they sought to disrupt Castilian politics by pressing the royal claim on the enemy's own ground, and on the other to draw their Portuguese allies even closer. As he prepared to utilise the armies of João I, Gaunt was ready to give away one of his daughters in marriage. A settlement to marry his eldest (from his first marriage, to Blanche of Lancaster) to João was contracted in northern Portugal at Ponte do Mouro on 1 November 1386. Gaunt and Constanza ratified it soon thereafter<sup>16</sup>.

Philippa of Lancaster married the Portuguese king in the city of Porto the following February (1387). This was a good fit for João, for besides Lancastrian wealth it brought along Plantagenet prestige, especially if one considers the Portuguese king's greatest shortcoming. The half-brother of the preceding monarch, Fernando I, João had been born out of wedlock. Rather than coming to him by right of succession, the crown had been presented to João by a fraction of the political society, in the midst of a civil war. João's entitlement to kingship thus remained controversial and contested. For these reasons, it was essential for the new regime to rely on a dignified, aptly-serviced royal household. The queen's household

---

<sup>15</sup> GOODMAN, Anthony – *John of Gaunt: The Exercise of Princely Power in Fourteenth-Century Europe*. Harlow: Longman, 1992, pp. 115-116.

<sup>16</sup> RUSSELL, Peter E. – *The English Intervention in Spain and Portugal in the Time of Edward III and Richard II*. Oxford: Oxford University Press, 1955, p. 439.

should be just as adequate<sup>17</sup>. This was to be the blueprint for Adam Davenport's entire Portuguese career.

The fifteenth-century Portuguese chronicler Fernão Lopes remains the main source for the makeup of Queen Philippa's household. Adam Davenport does not appear in Lopes's list of reginal officials, which included positions such as "mordomo-mor" (the master chamberlain, Lopo Dias de Sousa), "governador de sua fazemda" (the treasurer of the exchequer, Lourenço Eanes Fogaça), and "vedor da casa [da rainha]" (the superintendent of the queen's estate, Afonso Martins), but not that of chancellor. In fact, notwithstanding the queen's origins, no English names are mentioned whatsoever; although Lopes does point out that the queen's esquires were a mix of "ingresses e portuguesas", that is people of English and Portuguese descent<sup>18</sup>. At some point, the Englishman Sir Thomas Elie Payn would replace Lourenço Eanes Fogaça as the treasurer of the exchequer, on account of Fogaça's absence as the crown's diplomatic envoy<sup>19</sup>.

It is certain, however, that Adam Davenport had remained in Portugal, and that he was attached to Philippa's retinue. On 28 September 1387, that is about seven months into the creation of the queen's household, he was made rector of St Mary's church in Povos. He was referred to at this point as the queen's chancellor ("chancellor da Rainha")<sup>20</sup>; a position, we shall see, that would remain his for a further nine years. His benefice in Povos had come directly from the king's

---

<sup>17</sup> All of this is described for example in COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I. O que recolheu Boa Memória*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, and SILVA, Manuela Santos – *Filipa de Lencastre: A rainha inglesa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.

<sup>18</sup> LOPES, Fernão – *Cronica del Rei Dom Joham I de boa memoria e dos Reis de Portugal o decimo. Parte Segunda*. Ed. William J. Entwistle. Lisboa: Imprensa Nacional, 1968, ch. 97, p. 210. Soares da Silva, drawing from original sources, was also unable to identify the chancellor: SILVA, José Soares da – *Memorias para a História de Portugal, que comprehendem o governo del rey D. Joaõ o I., do anno de mil e trezentos e oitenta e tres, até o anno de mil e quatrocentos e trinta e tres*, vol. 2. Lisboa: Joseph Antonio da Sylva, 1731, p. 558.

<sup>19</sup> RUSSELL, Peter E. – *The English Intervention in Spain and Portugal in the Time of Edward III and Richard II*. Oxford: Oxford University Press, 1955, p. 542 and n. 2.

<sup>20</sup> *Chancelarias Portuguesas. D. João I*. Ed. João José Alves Dias, vol. 2, tomo 1. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, 2005, doc. 272, p. 157.



patronage, on the death of Gonçalo Martins, the previous rector<sup>21</sup>. The presentation of Davenport to St Mary's ought to have yielded a substantial income. Sitting at the heart of the fertile *lezíria* plains, the riparian town of Povos, with its anchorage on the Tagus river, was located some thirty-five kilometers upstream from Lisbon<sup>22</sup>. St Mary's in Povos was provided with an endowment to match. A survey from 1320/1321 lists it as being worth 350 *libras* with its chaplaincy, while an estimate dating from before 1336 says 700 *libras*<sup>23</sup>. This placed St Mary's among the wealthiest foundations within the entire Lisbon bishopric. Centuries later, the clergy of St Mary were historically believed to have possessed numerous privileges<sup>24</sup>. As chancellor to the queen, Davenport was evidently also a waged household member in addition to his rectorship income. The office came with an annuity of no less than six or seven thousand *libras* — over twice as much as the average fee of a knight of the king's household<sup>25</sup>. Not only did this mean that Davenport had come under the royal protection, he had also been elevated to high office and given the corresponding means of income.

Davenport's appointment to St Mary's has been regarded as a mark of João I's affinity and trust<sup>26</sup>. The same is suggested by the fact that in 1394 a servant of

<sup>21</sup> FARELO, Mário – “O padroado régio na diocese de Lisboa durante a Idade Média: uma instituição *in diminuendo*”. *Fragmenta Historica* 1 (2013), pp. 39-107, table on p. 97 (“Santa Maria de Povos”).

<sup>22</sup> CONDE, Sílvio Alves – “A vila de Povos na Idade Média”. in *Senhor da Boa Morte: Mitos, História e Devoção*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2000, pp. 53-66; RIBEIRO, José Alberto – “A capela do Senhor da Boa Morte”. in *Senhor da Boa Morte: Mitos, História e Devoção*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2000, pp. 67-76.

<sup>23</sup> BOISSELLIER, Stéphane – *La construction administrative d'un royaume: registres de bénéfices ecclésiastiques portugais (XIII-XIV<sup>e</sup> siècles)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2012, docs. 2 and 4.

<sup>24</sup> SANTA MARIA, Fr. Agostinho de – *Santuário Mariano, e Historia das Imagens milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente apparecidas, em graça dos Prêgadores, & dos devotos da mesma Senhora*, vol. 2. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galraõ, 1707, p. 377: “os Parochos desta Igreja [de Santa Maria] gozavão de muytos privilegios”.

<sup>25</sup> This would have been the chancellor's fee somewhere between 1402 and 1406. See, with editorial variance: FARO, Jorge – *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (Subsídios documentais)*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 1965, pp. 22–47, at p. 42; *Monumenta Henricina*. Ed. António Joaquim Dias Dinis, vol. 1 (1143-1411). Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960, pp. 280-293 (on p. 289); SILVA, José Soares da – *Collecçam dos documentos, com que se authorizam as memorias para a vida del Rey D. João o I, escritas nos primeiros três tomos*. Tomo 4. Lisboa Occidental: na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734, pp. 214-221, on p. 218.

<sup>26</sup> VENTURA, Margarida Garcês – *Poder régio e liberdades eclesiasticas (1383-1450)*, 2 vols. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1993. Doctoral thesis, vol. 1, p. 280.

Chancellor Davenport, a man named Diogo, was awarded the privilege of ringing the church bells in Porto — presumably in lieu of his master — in commemoration of the birth of the royal prince Henrique, the future Henry *the Navigator*. The gesture earned Diogo a lavish 150 *libras*<sup>27</sup>. The fact that Adam Davenport had been deemed deserving of the chancellorship in the first place, and that he should stay in office seem to vouch for his professional and intellectual abilities. This firmly placed him in the top echelon of the non-noble court elite, as the highest standing member of the queen’s administration besides the *vedor*. At some point in this period, the clergyman fathered a baby boy from an unmarried woman<sup>28</sup>. Well catered for and apparently in the good graces of the king and queen, there is no apparent reason why Davenport would question what appears to have been a rather comfortable existence.

### Castaway

About two years later, Davenport was the subject of correspondence between his queen and Richard II. Writing on 1 October 1396, Philippa personally informed her cousin that after eight or nine years of service it had become her chancellor’s wish to return to his homeland of England — “son propre paijs, de naturele inclinacioun”. Philippa added, “il ad tresgrande desire si dieux li voleit ottoier de fe[re] ses darreins jours en v[ost]re tresnoble terre Dengleterre”<sup>29</sup>. As she recommended to Richard the letter-bearer, it was Philippa’s strong expectation that Davenport be given the best prospects possible. Indeed, at this point in his career, Davenport was a well-qualified and seasoned civil servant, besides the protégé of Richard’s Portuguese ally. Philippa’s appeal was of greater import because it explicitly acknowledged that Master Adam had no means left to support himself back at home<sup>30</sup>. For him, having left the country some ten years previously also meant leaving behind his prebends in Norwich and Wells, plus the one

<sup>27</sup> *Monumenta Henricina ...*, vol. 1, p. 271.

<sup>28</sup> “Tomas Porte” would not be legitimised until 1 February 1415: *Chancelarias Portuguesas. D. João I*. Ed. João José Alves Dias, vol. 3, *tomo* 2. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, 2006, doc. 756, p. 223.

<sup>29</sup> London, British Library MS Royal 10 B IX, ff. 7v-8.

<sup>30</sup> “[P]our tant qil nad b[ie]nfiges nautre possession par q[ue] Il se purra honestement sustener sicome app[er]tient a son estat”.

attached to St Paul's. Considering his mission to the papal curia on Richard II's orders, Davenport's absence from the country may have meant missing out on further opportunities for advancement in the English crown's service. As he was summoned before Richard in 1396, it must have seemed vital for him to reclaim back something of his former connections and benefices.

From the available records, it is certain that the former chancellor was far from contented after his return to England, even years since Philippa had first committed him to Richard II. This is abundantly clear from a string of communications about the living of Stokenham, Devonshire. On learning that the prebend had fallen vacant, Thomas FitzAlan, earl of Arundel and Surrey, addressed Richard II's successor, Henry IV, probably in June 1403, requesting that it be given to "Mestre Adam Dampont le Chaunceller du Roigne de Portugal". Davenport, he added, had proved valuable in assisting the earl with his own affairs. FitzAlan — a protégé of Henry, who re-invested him in the earldom after Richard II had Thomas' father convicted and executed for treason — must have been referring to his projected marriage with Beatriz of Avis, Philippa's Portuguese step-daughter, the planning of which likely involved Davenport. One might expect that his nomination for the prebend would do honour to the queen of Portugal, Henry's own sister<sup>31</sup>. In fact, by enlisting FitzAlan's support on the matter, Philippa had plausibly continued to look after her former attendant. She would also have counted on her brother's endorsement.

Yet another magnate seems to have taken Davenport's plea before King Henry. This was none other than the primate of England, Thomas Arundel<sup>32</sup>. The

---

<sup>31</sup> *Original Letters Illustrative of English History; including Numerous Royal Letters* [...]. Ed. Henry Ellis, vol. 1. London: Richard Bentley, 1846, letter 24, pp. 52-53. On the planning of the Anglo-Portuguese match, see especially SILVA, Manuela Santos – "O casamento de D. Beatriz (filha natural de D. João I) com Thomas Fitzalan (Conde de Arundel) – paradigma documental da negociação de uma aliança". in BRAGA, Isabel Drumond; FARIA, Ana Leal de (eds.) – *Problematizar a História: Estudos de História Moderna em Homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata*. Lisboa: Caleidoscópio, 2007, pp. 77-91.

<sup>32</sup> ENTWISTLE, William J.; RUSSELL, Peter E. – "A Rainha D. Felipa e a sua Côrte". in *Congresso do Mundo Português: Publicações*. Vol. II: *Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso de História Medieval (II Congresso)*. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, 1940, pp. 319-346, at p. 346, n. 1, though failing to identify their source.

archbishop of Canterbury (who was Thomas FitzAlan's uncle) was a staunch supporter of Henry. Once Richard II's chancellor, Arundel had since become one of the closest advisers to the new king. It is likely that Queen Philippa had reached out beforehand to Archbishop Arundel in Davenport's defence<sup>33</sup>. All factored in, Henry IV's refusal would have gone against the grain, but this was exactly what happened: the king did not nominate Davenport, and it was on his decision that the prebend fell on Richard Prentys, on 14 July 1404<sup>34</sup>.

It would be another twelve years before the living of Stokenham fell vacant once again, on 1 October 1416, by death of the said Richard Prentys<sup>35</sup>. Once again, two *clerici* vied for the position. One was Edward Prentys, possibly a relative of Richard, and the other an elderly Adam Davenport. The right of appointment to Stokenham had reverted to Thomas Montacute, fourth earl of Salisbury. On 14 October Montacute had Edward nominated. According to the register of Edmund Stafford (bishop of Exeter, 1395–1419), Edward Prentys was already “well beneficed elsewhere” as the archdeacon of Essex in St Paul's Cathedral, London. Interestingly, Thomas Montacute's mother, the Countess Matilda (the widow of John Montacute, beheaded for high treason in 1400), challenged him by presenting Adam Davenport as her own candidate, in turn. On 15 October 1416 a commission was instructed to enquire after the validity of Matilda's right of appointment. The commission found Davenport to be a clerk in his sixties, in priest's orders, deprived of any benefice<sup>36</sup>. Two decades after having abandoned a privileged position in the Portuguese royal court, Davenport was still effectively unwaged.

On 28 October 1416, upon the commission's decision in favour of Thomas Montacute, Edward Prentys was appointed to Stokenham without reservation. Yet,

---

<sup>33</sup> Further on Philippa of Lancaster's English correspondents, see FARIA, Tiago Viúla de, “From Norwich to Lisbon: Factionalism, Personal Association, and Conveying the *Confessio Amantis*”. in SÁEZ-HIDALGO, Ana; YEAGER, Robert F. (eds.) – *John Gower in England and Iberia: Manuscripts, Influences, Reception*. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2014, pp. 131-138.

<sup>34</sup> HINGESTON-RANDOLPH, F. C. – *The Register of Edmund Stafford (A.D. 1395-1419); An Index and Abstract of its Contents*. London: George Bell & Sons, 1886.

<sup>35</sup> Unless otherwise indicated, the data on Stokenham is drawn from HINGESTON-RANDOLPH, F. C. – *The Register of Edmund Stafford (A.D. 1395-1419) ...*, pp. 339-340.

<sup>36</sup> It is not known when Davenport was admitted into the higher orders.

Matilda decided to appeal to the Westminster courts. This time around, the verdict was in her favour and the commission's ruling was overturned. As she recovered the right of presentation to the prebend, Davenport came again on the cards. A mandate to Bishop Stafford to have him admitted was duly issued on 28 April 1417. On 10 May following, Davenport was finally invested into the rectory of Stokenham with its stipend, taxed at £33 6s. 8d.. His appointment of a proxy, one John Shyllyngford, seems to suggest that Davenport either lived elsewhere or was already in poor health<sup>37</sup>. Nonetheless, the old clerk did move to Stokenham, as he was allowed a three-month licence of non-residence, for between 1 August and 1 November 1419<sup>38</sup>. This is the last we hear of him.

His advancing age notwithstanding, the moment he was provided for Davenport moved a complaint against his old rival, the late Richard Prentys, alleging dilapidations. Accordingly, a commission of enquiry was set in motion, on 15 May 1417. Two weeks from that day, on the ruling of the archdeacon of Totnes, a commission for sequestration was in place. It found that there indeed had been dilapidations, the damage amounting to £50 or more<sup>39</sup>. Davenport had been proven right. If the onetime royal chancellor had been resentful of Prentys, this was the satisfaction he got.

### **Faction and Politics**

It is striking that Davenport was turned down, even for a comparatively modest benefaction, despite his name having been suggested by some of Henry IV's main co-religionists. A queen and ally — and Henry's own sister — had personally insisted on it. If Davenport had proven incapable to recoup any reasonable means of livelihood before 1416 (that is, three years after Henry IV's death), that must have been down to the king's ill will. What reasons lay behind Henry's continued disapproval?

<sup>37</sup> HINGESTON-RANDOLPH, F. C. – *The Register of Edmund Stafford (A.D. 1395-1419) ...*, p. 211.

<sup>38</sup> HINGESTON-RANDOLPH, F. C. – *The Register of Edmund Stafford (A.D. 1395-1419) ...*, p. 340.

<sup>39</sup> HINGESTON-RANDOLPH, F. C. – *The Register of Edmund Stafford (A.D. 1395-1419) ...*, p. 340.

The most reasonable explanation lies in political change, the restructuring of affinities around the crown, and personal preference in the dispensation of grace, all of which were synonym with Henry IV. Henry's choice for Stokenham had been Richard Prentys, hardly a chance pick. Prentys was already among the ecclesiastic administrators closest to the crown. In 1401, he had been reappointed (and seemingly promoted) a canon of the royal chapel of St Stephen at Westminster. Two years later, Henry created him dean of the chapel royal. Prentys's endowments beside the seat of royal power in London were further consolidated through his being appointed, in 1402, the master of the Royal Hospital and Collegiate Church of St. Katharine by the Tower. He held the positions of master of St. Katharine and dean of the chapel royal into the 1410s. As to Prentys's seat in the chapter of St Stephen's, it was eventually exchanged for another in St George's chapel in Windsor castle, of which he became a canon in April 1403<sup>40</sup>. The prestige of St George's chapel was perhaps unmatched among English royal foundations. Besides, it was the seat of the Order of the Garter, an institution whose pre-eminence in the early years of Henry IV's regime has been well proven<sup>41</sup>. It was therefore at the height of his career, and very much in the confidence of the king, that in 1404 Richard Prentys came up to Stokenham.

Although at some point both men had been in the patronage of Richard II, Adam Davenport was not nearly as successful as Prentys in coping with Henry of Lancaster's coming into power. Probably, this was more to do with Henry's political judgement than with the individual merits of either clerk, as both were equally accomplished. Adam Davenport's origins can perhaps be traced back to a gentry family variously known as Dampport, Daumpport, and Davenport — the Portuguese spelling of Adam's name, "Adam Porto" and "Adom Porte", suggesting the reading Daumpport<sup>42</sup>. The medieval Davenport estates, located in Marton, in

<sup>40</sup> OLLARD, S. L. – *Fasti Wyndesorienses: The Deans and Canons of Windsor*. Windsor: Oxley and Son, 1950, p. 98.

<sup>41</sup> COLLINS, Hugh E. – *The Order of the Garter, 1348-1461: Chivalry and Politics in Late Medieval England*. Oxford: Oxford University Press, 2000, pp. 107-118.

<sup>42</sup> Examples in the *Calendar of the Close Rolls preserved in the Public Record Office. Henry IV*, vol. 5: *Index volume*. Ed. A. E. Stamp, with an Index by J. J. O'Reilly. London: His Majesty's Stationery Office, 1938, pp. 232, 235; in Portuguese, *Chancelarias Portuguesas. D. João I*. Ed. João José Alves

Woodford, in Broomhall, and in the township of Davenport itself, were therefore concentrated in the hundred of Macclesfield, County Cheshire<sup>43</sup>. The protection which, as we saw, Adam Davenport enjoyed from Countess Matilda may further point towards his Cheshire origins, since the Montagues had control over a number of lordships in that county, including Hawarden, where the Davenports are known to have been based<sup>44</sup>.

Richard II's fondness for Chester and its people is well attested. The county was elevated to a principality in 1397 (only to be deprived of that honour by Henry IV, a mere two years later) and it provided the recruiting grounds for a permanent force of seven squadrons of archers, created with Richard's personal protection in mind. One of these squadrons had Ralph Davenport as its commander<sup>45</sup>. According to the Dieulacres chronicle, Ralph Davenport was among the captains that remained loyal to Richard in early August 1399, as the king's depleted royal army returned from Ireland, to face the future Henry IV<sup>46</sup>. Just a few months before, Richard had made by writ of privy seal Ralph Davenport, esquire, the grant of goods and chattels worth 100 *l.*, belonging to Archer and Henry Davenport, as the two men had been tried for murder<sup>47</sup>.

Members of the Davenport family besides Adam Davenport had links with the house of Lancaster, namely in the local echelons of the duchy. In July 1383, John of Gaunt had "nostre trescher et bien ame Roger Daunport" nominated as his justice

---

Dias, vol. 2, tomo 1. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, 2005, doc. 272, p. 157, and vol. 3, tomo 2, doc. 756, p. 223.

<sup>43</sup> Consultation of the Bromley Davenport Muniments (BDM) in the University of Manchester Library, which was not possible during the preparation of this paper, might illuminate Adam Davenport's putative links with the family.

<sup>44</sup> DAVIES, R. R. – "Richard and the Principality of Chester, 1397-9". in BOULAY, F. R. H. du; BARRON, Caroline M. (eds.) – *The Reign of Richard II: essays in honour os Mary McKisak*. London: University of London and Athlone Press, 1971, pp. 256-279, p. 260.

<sup>45</sup> DAVIES, R. R. – "Richard and the Principality of Chester, 1397-9" ..., pp. 256-279, p. 269.

<sup>46</sup> *Chronicles of the Revolution, 1397-1400: The Reign of Richard II*. Ed. Chris Given-Wilson. Manchester and New York: Manchester University Press, 1993, pp. 170-173.

<sup>47</sup> *Calendar of the Patent Rolls preserved in the Public Record Office. A.D. 1396-1399*. Coord. H. C. Maxwell-Lyte. London: His Majesty's Stationery Office, 1909, p. 544 (23 April 1399).

in Lancashire<sup>48</sup>. Another local justice was John Davenport<sup>49</sup>. Maybe this was the same John Davenport who took letters of attorney for one year, starting on 14 May 1381, so as to follow Juan Fernández Andeiro, a knight “of Spain” and a retainer of Gaunt, to Portugal<sup>50</sup>. Considering the association of both Davenports — John and Adam — to the duchy of Lancaster, the possibility that they were related can be admitted. John’s voyage to Portugal might mean that knowledge of this country was passed on following his return.

Henry IV himself can be tied to certain individuals of the Davenport stock, but it is equally clear that he had serious misgivings about others. In 1401 a certain Geoffrey Davenport, described as the king’s clerk, was confirmed as the prebendary of Blackrath, diocese of Ossory, Ireland. Subsequently, he was allowed to receive his stipend outside of Ireland<sup>51</sup>. Six years later, he was still tied to the king in some capacity, having received 100 marks from the royal coffers<sup>52</sup>. As part of the household confirmations made in August 1413, Henry V rewarded one John Davenport for life in the office of king’s messenger, which he had held from Henry IV’s time<sup>53</sup>. Others hardly fared so well. As Henry IV faced insurrection from Ricardian loyalists early in the reign, Robert, the son of John de Davenport of Broomhall, and the tailor Thomas Davenport were sued “specially and severely” for their treasonous conduct along with a number of other Chester men. They were notorious exceptions to the general pardon granted by the king to his people of Chester<sup>54</sup>. Two others — Arthur de Davenport, the owner of beasts and goods valued at 40 *l.*, and Roger Davenport, parson of Hawarden — would side with Henry Hotspur against the king at Shrewsbury, in 1403<sup>55</sup>.

---

<sup>48</sup> *John of Gaunt’s Register, 1379-1383*. Ed. Robert Somerville and Eleanor C. Lodge, vol. 2. London: Offices of the Royal Historical Society, 1937, p. xxvii, doc. 900 (p. 283).

<sup>49</sup> WALKER, Simon – *The Lancastrian Affinity, 1361-1399*. Oxford: Oxford University Press, 1990, p. 122, n. 28. No Davenports, however, are found among Gaunt’s retainers, annuitants (Appendix 1, pp. 262-284), and officials (Appendix 2, pp. 285-291).

<sup>50</sup> TNA C 76/65, m. 7.

<sup>51</sup> *Calendar of the Patent Rolls... A.D. 1399-1401 ...*, pp. 410, 424.

<sup>52</sup> *Calendar of the Close Rolls... A.D. 1405-1409 ...*, p. 195.

<sup>53</sup> *Calendar of the Patent Rolls... A.D. 1413-1416 ...*, p. 103.

<sup>54</sup> *Calendar of the Patent Rolls... A.D. 1399-1401 ...*, pp. 285-286.

<sup>55</sup> *Calendar of the Patent Rolls... A.D. 1401-1405 ...*, pp. 264, 365.



## Conclusion

Even Alcuin of York, a resident of Charlemagne's magnificent Aachen court, had been memorably homesick of his native England. Whatever Adam Davenport's own reasons were to return to his native country, they came at a risk. We stand reminded that the success of middling members of the clerical class, of which Davenport is but a single example, often depended upon the successful acquisition and maintenance of ties of solidarity and patronage before their regional lords, and ultimately before the crown itself. The former parish clerk had willingly let go of a privileged position in Portugal as a royal chancellor in return for uncertainty back home. In the decade spanning from 1386 to 1396, Davenport's working connections in England had been severed, at best dramatically weakened. Above all else, the 1399 regime change witnessed a full reshuffling of privilege and grace. Perceived as a player of little consequence, incapable of contributing to the new king's agenda, Davenport was left out of that new order perhaps deliberately — notwithstanding the repeated efforts from his high-flying patrons, including the king's own sister (the wife of a sworn overseas ally).

It is indeed striking that no dynastic and political considerations seem to have been taken into account in Henry IV's handling of Adam Davenport. Even as he proved himself a valuable go-between for Thomas FitzAlan in the early 1400s — playing smoothly into Henry's hands, as the earl's wedding with Beatriz helped with the Anglo-Portuguese alliance<sup>56</sup> — Davenport and his protectors found themselves utterly incapable of bending the king's will. As far as can be told, Henry could not find sufficient use for a well-schooled, seasoned civil servant with an "international" background of consequence; not even in the busy Lancastrian diplomacy with the Iberian kingdoms, Portugal in particular. For all its merits, Davenport's transboundary clerical and administrative career could not hold up to the dramatic political changes of 1399.

---

<sup>56</sup> NASCIMENTO, Aires Augusto (ed.) – *Princesas de Portugal: Contratos matrimoniais dos Séculos XV e XVI*. Lisboa: Cosmos, 1992, doc. 2, pp. 22-29.

## Bibliography

### Manuscript sources

London

- The British Library, MS Royal 10 B IX
- The National Archives, C 76/65, C 76/70, C 76/71

### Printed sources

*ANGLO-NORMAN LETTERS and Petitions from All Souls MS. 182.* Ed. Mary Dominica Legge. Oxford: Blackwell, 1941.

BOISSELLIER, Stéphane – *La construction administrative d'un royaume: registres de bénéfices ecclésiastiques portugais (XIII-XIV<sup>e</sup> siècles).* Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2012.

*CALENDAR of the Close Rolls preserved in the Public Record Office. A.D. 1405-1409.* Ed. A. E. Stamps. London: His Majesty's Stationery Office, 1931.

*CALENDAR of the Close Rolls preserved in the Public Record Office. Henry IV, vol. 5: Index volume.* Ed. A. E. Stamp, with an Index by J. J. O'Reilly. London: His Majesty's Stationery Office, 1938.

*CALENDAR of the Patent Rolls preserved in the Public Record Office. A.D. 1381-1385.* Coord. H. C. Maxwell-Lyte. London: His Majesty's Stationery Office, 1920.

*CALENDAR of the Patent Rolls preserved in the Public Record Office. A.D. 1396-1399.* Coord. H. C. Maxwell-Lyte. London: His Majesty's Stationery Office, 1909.

*CALENDAR of the Patent Rolls preserved in the Public Record Office. A.D. 1399-1401.* Coord. H. C. Maxwell-Lyte. London: His Majesty's Stationery Office, 1903.

*CALENDAR of the Patent Rolls preserved in the Public Record Office. A.D. 1401-1405.* Coord. H. C. Maxwell-Lyte. London: His Majesty's Stationery Office, 1905.

*CALENDAR of the Patent Rolls Rolls preserved in the Public Record Office. A.D. 1413-1416.* Coord. H. C. Maxwell-Lyte. London: His Majesty's Stationery Office, 1910.

*CHANCELARIAS Portuguesas. D. João I.* Ed. João José Alves Dias, vol. 2, tomo 1 and vol. 3, tomo 2. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, 2005-2006.

*CHRONICLES of the Revolution, 1397-1400: The Reign of Richard II.* Ed. Chris Given-Wilson. Manchester and New York: Manchester University Press, 1993.

*THE DIPLOMATIC CORRESPONDENCE of Richard II.* Ed. Édouard Perroy. London: Camden Society, 1933.

FARO, Jorge – *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (Subsídios documentais)*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 1965.

*FCEDERA, conventiones, literæ, et cujuscunque generis acta publica, inter reges Angliæ, et alios quosvis imperatoris, reges, pontifices, principes, vel communitates ...* Ed. Thomas Rymer. London: A. & J. Churchill, 20 vols, 1704-1735, vol. 7.

HINGESTON-RANDOLPH, F. C. – *The Register of Edmund Stafford (A.D. 1395-1419): An Index and Abstract of its Contents*. London: George Bell & Sons, 1886.

HORN, Joyce M. – “Prebendaries: Caddington Major”. in LE NEVE, John (ed.) – *Fasti Ecclesiae Anglicanae, 1300-1541*. Vol. 5, *St Paul's, London*. London: Institute of Historical Research, University of London, 1963, pp. 23-25.

*JOHN OF GAUNT'S Register, 1379-1383*. Ed. Robert Somerville and Eleanor C. Lodge, vol. 2. London: Offices of the Royal Historical Society, 1937.

JONES, B. – “Prebendaries: Dinder”. in LE NEVE, John (ed.) – *Fasti Ecclesiae Anglicanae, 1300-1541*. Vol. 8, *Bath and Wells Diocese*. London: Institute of Historical Research, University of London, 1964, pp. 42-44.

KING, H. P. F. – “Prebendaries: *Centum Solidorum (de prepositis)*”. in LE NEVE, John (ed.) – *Fasti Ecclesiae Anglicanae, 1300-1541*. Vol. 1, *Lincoln Diocese*. London: Institute of Historical Research, University of London, 1962, pp. 50-52.

LOPES, Fernão – *Cronica del Rei Dom Joham I de boa memoria e dos Reis de Portugal o decimo. Parte Segunda*. Ed. William J. Entwistle. Lisboa: Imprensa Nacional, 1968.

*MONUMENTA Henricina*. Ed. António Joaquim Dias Dinis, vol. 1 (1143-1411). Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

NASCIMENTO, Aires Augusto (ed.) – *Princesas de Portugal: Contratos matrimoniais dos Séculos XV e XVI*. Lisboa: Cosmos, 1992.

*ORIGINAL LETTERS Illustrative of English History; including Numerous Royal Letters [...]*. Ed. Henry Ellis. London: Richard Bentley, vol. 1, 1846.

SANTA MARIA, Fr. Agostinho de – *Santuário Mariano, e Historia das Imagens milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente apparecidas, em graça dos Prègadores, & dos devotos da mesma Senhora*, vol. 2. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galraõ, 1707.

SILVA, José Soares da – *Collecçam dos documentos, com que se authorizam as memorias para a vida del Rey D. João o I, escitas nos primeiros três tomos*. Tomo 4. Lisboa Occidental: na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734.

SILVA, José Soares da – *Memorias para a História de Portugal, que comprehendem o governo del rey D. João o I., do anno de mil e trezentos e oitenta e tres, até o anno de mil e quatrocentos e trinta e três*. Tomo 2. Lisboa: Joseph Antonio da Sylva, 1731.

## Studies

CLANCHY, Michael T. – *From Memory to Written Record: England 1066-1307*. Oxford and Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2013 (1979).

COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I. O que re-colheu Boa Memória*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

COLLINS, Hugh E. – *The Order of the Garter, 1348-1461: Chivalry and Politics in Late Medieval England*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

CONDE, Sílvio Alves – “A vila de Povos na Idade Média”. in *Senhor da Boa Morte: Mitos, História e Devoção*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2000, pp. 53-66.

DAUMET, Georges – *Étude sur l'Alliance de la France et de la Castille au XIVe et XVe siècles*. Paris: E. Bouillon, 1898.

DAVIES, R. R. – “Richard and the Principality of Chester, 1397-9”. in BOULAY, F. R. H. du; BARRON, Caroline M. (eds.) – *The Reign of Richard II: essays in honour of May McKisack*. London: University of London and Athlone Press, 1971, pp. 256-279.

DAVIS, Virginia – “Clerics and the King’s Service in Late Medieval England”. in BARRALIS, Christine; BOUDET, Jean-Patrice; DELIVRÉ, Fabrice; GENET, Jean-Philippe (eds.) – *Église et État, Église ou État? Les clercs et la genèse de l’État moderne*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2014, pp. 25-33.

ENTWISTLE, William J.; RUSSELL, Peter E. – “A Rainha D. Felipa e a sua Côrte”. in *Congresso do Mundo Português: Publicações*. Vol. II: *Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso de História Medieval (II Congresso)*. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, 1940, pp. 319-346.

FARELO, Mário – “O padroado régio na diocese de Lisboa durante a Idade Média: uma instituição *in diminuendo*”. *Fragmenta Historica* 1 (2013), pp. 39-107.

FARIA, Tiago Viúla de – “From Norwich to Lisbon: Factionalism, Personal Association, and Conveying the *Confessio Amantis*”. in SÁEZ-HIDALGO, Ana; YEAGER, Robert F. (eds.) – *John Gower in England and Iberia: Manuscripts, Influences, Reception*. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2014, pp. 131-138.

GOODMAN, Anthony – “England and Iberia in the Middle Ages”. in JONES, Michael; VALE, Malcolm (eds.) – *England and her Neighbours, 1066–1453. Essays in Honour of Pierre Chaplais*. London and Ronceverte: The Hambledon Press, 1989, pp. 73-96.

GOODMAN, Anthony – *John of Gaunt: The Exercise of Princely Power in Fourteenth-Century Europe*. Harlow: Longman, 1992.

OEXLE, Otto Gerhard – “Perceiving Social Reality in the Early and High Middle Ages: A Contribution to a History of Social Knowledge”. in JUSSEN, Bernhard (ed.) – *Ordering Medieval Society: Perspectives on Intellectual and Practical Modes of Shaping Social Relations*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2001, pp. 92-143.

OLLARD, Sidney Leslie – *Fasti Wyndesorienses: The Deans and Canons of Windsor*. Windsor: Oxley and Son, 1950.

RIBEIRO, José Alberto – “A capela do Senhor da Boa Morte”. in *Senhor da Boa Morte: Mitos, História e Devoção*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2000, pp. 67-76.

RUSSELL, Peter E. – *The English Intervention in Spain and Portugal in the Time of Edward III and Richard II*. Oxford: Oxford University Press, 1955.

RUTLEDGE, Elizabeth – “Lawyers and Administrators: The Clerks of Late-Thirteenth-Century Norwich”. in HARPER-BILL, Christopher (ed.) – *Medieval East Anglia*. Woodbridge: Boydell Press, 2005, pp. 83-98.

SILVA, Manuela Santos – “O casamento de D. Beatriz (filha natural de D. João I) com Thomas Fitzalan (Conde de Arundel) – paradigma documental da negociação de uma aliança”. in BRAGA, Isabel Drumond; FARIA, Ana Leal de (eds.) – *Problematizar a História: Estudos de História Moderna em Homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata*. Lisboa: Caleidoscópio, 2007, pp. 77-91.

SILVA, Manuela Santos – *Filipa de Lencastre: A rainha inglesa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.

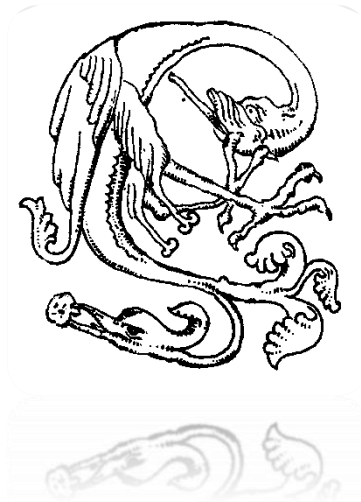
VENTURA, Margarida Garcês – *Poder régio e liberdades eclesíasticas (1383-1450)*, 2 vols. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1993. Doctoral thesis.

WALKER, Simon – *The Lancastrian Affinity, 1361-1399*. Oxford: Oxford University Press, 1990.

YEAGER, Robert F. – “Gower's Lancastrian Affinity: The Iberian Connection”. *Viator* 35 (2004), pp. 483-515.

**COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:**

FARIA, Tiago Viúla de – “Clerk, Chancellor, Castaway (1374–1419): Faction and Politics in the International Career of a Lancastrian Servant”. *Medievalista* 28 (Julho – Dezembro 2020), pp. 255-276. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



# ARTIGOS

*ARTICLES*

---







MEDIEVALISTA

N.º28 | Julho – Dezembro 2020

ISSN 1646-740X

---

**A Santidade Enfurecida: monges e bispos medievais em  
uma disputa pelas emoções públicas**

**The Infuriated Holiness: Medieval Monks and Bishops in a  
Struggle for Public Emotions**

*Leandro Duarte Rust*

Departamento de História, Universidade de Brasília

70910-900 Brasília, Brasil

[leandro.rust@unb.br](mailto:leandro.rust@unb.br)

<https://orcid.org/0000-0002-7410-1635>

Data recepção do artigo / Received for publication: 21 de Julho de 2019

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 27 de Abril de 2020

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.3333>

## RESUMO

A Europa do século XI foi marcada por conflitos eclesiásticos. Embora as tensões entre laicos e clérigos atraíam, há mais de um século, a maior parcela da atenção dos historiadores – especialmente as chamadas lutas entre o sacerdócio e o império -, as disputas travadas entre segmentos da própria Igreja se multiplicaram e intensificaram, logrando grande repercussão documental. Entre os casos mais frequentes da escalada de embates na “Era da Reforma Gregoriana”, estavam os confrontos entre monges e bispos, cuja eclosão repercutia em numerosas direções: sobre a dominação aristocrática, as cadeias de controle patrimonial, os fundamentos da eclesiologia, as mobilizações urbanas, os consensos jurídicos. As páginas a seguir consistem em um estudo sobre um caso assim: por volta de 1034, uma desavença opôs a alta cúpula do bispado florentino a uma parcela do monacato local preenchendo décadas com relatos de milagres aterradores, clamores populares, desafios abertos ao papado e disputas sangrentas pela autoridade jurídica. A análise histórica desse conflito articula crônicas, cartulários, epistolários e diplomática, orientada pela hipótese de que o campo de atuação dos agentes teria sido afetado por um fator singular: o desvelamento de certas emoções deslocava a geografia das prerrogativas públicas.

**Palavras-chave:** História Política; Emoções; Século XI.

## ABSTRACT

In the 11<sup>th</sup> century, Europe was marked by ecclesiastical conflicts. Although tensions between lay and clergy attracted, for more than a century, the largest share of the historians' attention - especially the so-called struggles between the priesthood and the empire -, the struggles between segments of the Church itself multiplied and intensified, achieving great documentary repercussion. Among the most frequent cases of disputes during the "Gregorian Reformation Era" were clashes between monks and bishops, whose outbreak had repercussions in numerous directions: on aristocratic domination, patrimonial control networks, foundations of ecclesiology, urban mobilizations, legal consensus. The following pages consist of a study of such a case: around 1034 a quarrel opposed the high echelon of the Florentine bishopric to a portion of local monasticism filling in decades with reports of terrifying miracles, popular clamours, open challenges to the papacy and bloody disputes by legal authority. The historical analysis of this conflict articulates chronicles, cartulars, epistolary and diplomatic, guided by the hypothesis that the field of action of agents would have been affected by a singular factor: the unveiling of certain emotions shifted the geography of public prerogatives.

**Keywords:** Political History; Emotions; 11th century.



“Uma vez que os cristãos interiorizam a proibição à ira e à vingança que lhes é imposta, desenvolve-se neles um interesse apaixonado pela capacidade de ira. Eles percebem que o enraivecer-se é um privilégio ao qual eles renunciam em favor do único ser que se pode enraivecer: Deus.” (Peter Sloterdijk, 2010)

Um poder público dirige emoções. Ele as localiza, as transforma e direciona como ações coletivas. Entre as razões que levam uma pessoa ou um grupo a desempenhar o papel de autoridade está a eficiência em orquestrar os sentimentos, em dominar certos repertórios de comunicação dos afetos. Reger as maneiras de reconhecer e expressar as emoções afeta as tramas do poder, pois desloca o campo de oportunidades para legitimar a concentração de riqueza, coerção, prestígio. Esculpida pela lógica e pela razão instrumental, a geografia do público é constantemente talhada pela paixão e pela emoção mobilizadora. Seu traçado é obra conjunta desses dois artesãos: o *logos* e o *pathos*. Consequentemente, a emergência pública de uma força social é um processo heterogêneo, aberto a combinações inesperadas entre ideias e condutas, a sobreposições desconcertantes de propósitos e práticas que um observador externo (ou posterior) pode julgar incongruentes, disparatadas e até mesmo sem sentido algum.

O parágrafo anterior enuncia uma hipótese para um trabalho historiográfico. Trata-se de uma resposta provisória para a pergunta “historicamente, como ocorre a emergência ou a alternância de forças públicas?”. Uma resposta de alcance restrito, ajustado a um objetivo preciso, comedido – se pode dizer. Seus limites têm a extensão do interesse pela dinâmica da mudança, a atenção às causas está além, noutra território. Aqui, nestas poucas páginas, busca-se compreender o *como*, não o *porquê*. Porém, ainda que circunscrita, essa hipótese articula um pressuposto de largo alcance, uma premissa que, graças a um rol crescente de estudos originais, tem se revelado a ideia guia para um admirável mundo novo de relações sociais:

emoções são repertórios de organização do mundo. Um vigoroso debate tem sido travado em torno dessa ideia, sobre como decifrá-la. Atualmente, as perspectivas de maior repercussão sobre a literatura científica as definem como “algoritmos biológicos”<sup>1</sup>. A expressão é um indicador loquaz da distância percorrida pelo estudo das emoções. Quase não há espaço para tratá-las como reações de uma mecânica sensorial ou como efeitos da excitação que embriaga uma consciência. Cada vez mais longínquas das ideias de pulsões somáticas e de singularidades do eu interior, tais abordagens têm apresentado as emoções como condutas avaliativas, isto é, maneiras de encadear certos índices de convívio: elas prescrevem regras, perpetuam diferenças, ajustam finalidades, validam funcionalidades<sup>2</sup>. Entre os historiadores, esse deslocamento dos modos de interpretar parece ter alcançado visibilidade quando Barbara Rosenwein reformulou o conceito de “regimes emocionais”<sup>3</sup>. Como regime, os afetos compõem um sistema implícito através do qual as comunidades se realizam, estabelecendo o que é valioso e o que é prejudicial a seus integrantes. Como regime, portanto, emoções são *performances* políticas do cotidiano e concentram enorme potencial para repercutir sobre a constituição ou a desestruturação dos espaços de poder<sup>4</sup>. Entre os gatilhos que disparam essa potencialidade, estão as lutas pelo controle de postos e recursos institucionais.

<sup>1</sup> ADOLPHS, Ralph; ANDLER, Daniel – “Investigating Emotions as Functional States Distinct from Feelings”. *Emotion Review* 10/3 (2018), pp. 191–201; BACK, Dominik; DAYAN, Peter – “Algorithms for survival: a comparative perspective on emotions”. *Nature Reviews/Neuroscience* 18 (2017), pp. 311-319; ZHUANG, Jyun-Rong; GUAN, Ya-Jing; NAGAYOSHI, Hayato; YUGE, Louis; LEE, Hee-Hyol; TANAKA, Eiichiro – “Two-Dimensional Emotion Evaluation with Multiple Physiological Signals”. in *Advances in Affective and Pleasurable Design. Proceedings of the AHFE 2018 International Conference on Affective and Pleasurable Design, July 21-25, 2018, Loews Sapphire Falls Resort at Universal Studios, Orlando, Florida, USA*. Ed. Shuichi Fukuda. S.l.: Springer, 2019, pp. 158-168. Ver ainda: HARARI, Yuval Noah – *Homo Deus: Uma breve história do amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, pp. 90-157.

<sup>2</sup> Para um panorama da trajetória da “História das Emoções”, ver: CASTANHO, Gabriel – “A construção de uma comunidade sensível: corpo, afeto e emoção nos escritos de Guigo I (Grande Cartuxa, 1109-1136)”. *Pasado Abierto* 9 (2019), pp. 34-59.

<sup>3</sup> Ver: ROSENWEIN, Barbara H. – “Worrying about Emotions in History”. *American Historical Review* 107 (2002), pp. 821–845; ROSENWEIN, Barbara H. – *Emotional Communities in the Early Middle Ages*. Ithaca: Cornell University Press, 2006; ROSENWEIN, Barbara H. – “Problems and Methods in the History of Emotions”. *Passions in Context: International Journal for the History and Theory of Emotions* [em linha] 1 (2010) [Consultado a 6 julho 2019]. Disponível em <http://www.passionsincontext.de>.

<sup>4</sup> KARANT-NUNN, Susan C. – *The Reformation of Feeling: Shaping the Religious Emotions in Early Modern Germany*. New York: Oxford University Press, 2010.

Emoções instituem espaços políticos, enquanto a vida política temporaliza comunidades emocionais. Reencontramos o cerne da hipótese. Cabe agora testá-la, submetê-la ao crivo daquilo que os historiadores veem: as evidências. Embora faça as vezes de nome cabível a uma impressão diretamente criada pelo vivido, como uma marca deixada pelo peso dos traços característicos do real, uma “evidência” não é um fragmento desnudo das coisas e dos seres, mas uma artesanaria da percepção. Ou na elegante definição de François Hartog: a evidência não é a visão em si, mas o *como se* da visão; não é a imagem, mas a *potência da imagem*<sup>5</sup>. Antes de ser o sinal judicial da verdade – prova –, ela é uma ferramenta para fazer ver. Tal definição é o fio de Ariadne para a metodologia que resultou nas páginas a seguir, com as quais buscamos compreender uma história ambientada na península itálica, nas cercanias do ano 1000. Época em que uma comunidade monástica protagonizou uma disputa política imprevisível, que a levou das raias da heresia às glórias do cardinalato; uma história de um julgamento divino, uma corte papal impiedosa, assassinatos noturnos, comoções populares e produção do direito.

Uma disputa pelas emoções públicas.

### **Ardor**

Em pé, imóvel sob vestes sacerdotais, o monge mantinha o olhar vidrado sobre o caminho incandescente<sup>6</sup>. Segurando uma cruz com a imagem do Salvador, Pedro se

---

<sup>5</sup> HARTOG, François – *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, pp. 11-16, 203-204. Ver ainda: ROMERO, Mariza – “Entrevista: François Hartog”. *Revista Brasileira de História* 35/70 (2015), pp. 281-291.

<sup>6</sup> Um esclarecimento. Como o leitor poderá notar desde aqui, faço um uso *explícito* de recursos estilísticos na composição do enredo histórico, especificamente da dramatização. Uma expressão como “olhar vidrado” é de minha lavra e não será encontrada na documentação. Mas não faço tal uso de maneira inadvertida ou descuidada – na realidade, sequer espontânea. Trata-se de um procedimento metodológico controlado e planejado. Sua aplicação foi integralmente regida por três critérios: 1) *a seletividade da análise histórica deve ser evidenciada como procedimento narrativo*, ao invés de ocultada sob o frágil verniz de um pretense mimetismo documental (portanto, recorro à dramatização para marcar minha ênfase em certas informações documentais); 2) *tornar o elemento ficcional tangível é exigência para delimitar sua operacionalidade*, ao invés de, quixotesicamente, travar a batalha para negar sua presença performática na escrita acadêmica da história (neste caso, evidenciando-o na narrativa, busco vinculá-lo a uma categoria, a seletividade da leitura das fontes, mais do que a outras, como a construção de relações causais. Portanto, o leitor atento perceberá que trechos como esse ocupam um papel tão somente preliminar na maneira como apresento

deteve diante do calor inumano que imanava do chão. Horas antes, havia ali duas pilhas de lenha de grandes proporções: dez pés de comprimento, cinco pés de largura e quatro e meio de altura – segundo a medida da época. Com três metros de extensão, um e meio de espessura e um pouco menos de tamanho, os dois paredões de madeira haviam cumprido seu destino ao estalar como fogueiras de apetite aterrador. As chamas mastigaram vorazmente a lenha e cuspiram de volta uma larga trilha de carvão ardente. As brasas formavam uma camada tão espessa que os pés daquele que ali pisasse afundariam até os calcanhares<sup>7</sup>. E esse era o propósito. Para isso as fogueiras foram acesas sob o olhar estupefato de três mil pessoas naquela manhã de quarta-feira: criar o caminho flamejante que o monge deveria percorrer vagarosamente.

Pedro, então, tracejou o sinal da cruz contra fogo e brasa e, retorcendo as mãos ao redor do crucifixo, ergueu o joelho e embarcou na coluna de ar fervente. Com “a

---

relações de causalidade entre os fenômenos históricos); 3) o recurso ficcional deve ser plausível à luz das informações documentais (logo, a dramatização obedece aos limites de um campo de possibilidades que não crio ou escolho arbitrariamente, já que demarcado a partir dos documentos). O esclarecimento é necessário em face da perspectiva corrente que apresenta tal procedimento como mero “recurso literário”, expressão que, por seu turno, costuma implicar o juízo de tratar o estilo como uma forma sem conteúdo científico ou função analítica, uma “impureza” no rigor do conhecimento histórico. Em face dessa leitura, é preciso recordar lições aprendidas há quase um século: “nenhum historiador, nem mesmo o pior de todos, se limita a copiar suas fontes. Mesmo que não acrescente nada de seu [...] é ele que é responsável pelo que se passa”, como dizia R. G. Collingwood. Ou, nos termos mais diretos de Michel de Certeau, isso implica reconhecer que: “o aparato científico possui igualmente aspectos de ficção no trabalho do historiador” – a configuração narrativa é *condição* da escrita acadêmica da história. Faço uso de um recurso estilístico para evidenciar minha perspectiva, denunciar minha presença no texto e, assim, tornar mais transparente o direcionamento imposto a certo exercício de crítica e análise documental. É uma tentativa de evidenciar ainda mais minha práxis, ao invés de refugiar-me na pretensão erudita de que a historiografia meramente rediz um real original. Logo, é um modo de reconhecer que “a linguagem do historiador tem papel cognitivo e não meramente retórico”, como lembrou Carlo Ginzburg. Modo arriscado, controverso – sem dúvida! Afinal, como advertiu Richard Utz, evidenciar a personalização da exposição científica cria o risco de fragmentar a história como disciplina, além de elevar o grau de instabilidade dos modelos interpretativos. Mas sigo o autor igualmente noutra constatação: tal prática é o passo adiante mais decisivo para a cientificidade das humanidades – e dos estudos medievais – atualmente. Ver: UTZ, Richard – *Medievalism: A Manifesto*. Kalamazoo: ARC Humanities Press, 2017, especialmente pp. 1-16. Quanto às demais citações e sobre a própria argumentação presente nesta nota, ver: COLLINGWOOD, Robin George – *A Ideia de História*. Lisboa: Ed. Presença, 2001, pp. 244-259, especificamente p. 248; DE CERTEAU, Michel – *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, pp. 45-70, em especial p. 48; GINZBURG, Carlo – “Controlando a evidência: o juiz e o historiador”. in NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério (Org.) – *Nova História em Perspectiva*. São Paulo: Cosa & Naify, 2011, pp. 342-358, especificamente p. 358.

<sup>7</sup> A descrição, incluindo as medidas das pilhas de madeira, consta em: ANDREA DE STRUMI – *Vita Sancti Johanni Gualberti*. MGH SS 30/2: 1098-1099; ANDREA DE STRUMI – *Vita*. AASS Iul. 3: 359-361.

fisionomia de uma coragem inabalada”, caminhou sobre as labaredas “com passos lentos e solenes”. A cada instante, as chamas revoavam ao seu redor, “envolvendo-o por todas as direções”, penetrando na camisa de linho, que estufava, percorrida por corredeiras de ar vulcânico. O calor soprava seus cabelos como um hálito infernal, agitando-os de uma parte a outra. Às suas costas, surgia uma trilha de pegadas enegrecidas, um rastro dos sulcos profundos criados a cada vez que os pés cavavam o chão de brilho avermelhado. O monge cumpriu toda a travessia. Ao final da marcha causticante, ele estava “miraculosamente ileso”. Não apenas “seu corpo, todos os paramentos que portava pela virtude de Jesus Cristo” estavam intactos. As chamas o envolveram como se esquecidas da própria natureza, “sem deixar qualquer sinal de queimadura”. O manípulo, a estola, as barras da batina: era inútil insistir, nada fora chamuscado. Nem mesmo os pelos dos pés, imersos no carvão ardente, haviam sido afetados, estavam intocados. Talhada no crucifixo, a presença de Deus privou o fogo do efeito natural: Sua bondade fez com que as “chamas o tivessem envolvido por todos os lados para manifestar a maravilhosa virtude do Salvador, não o poder da combustão”. Pedro “não queimava porque sentia o ardor da fé católica. Certamente nosso Deus, que é um fogo devorador, era presente e contra a Sua vontade o fogo corpóreo não podia causar nenhum dano”<sup>8</sup>.

No dia 13 de fevereiro de 1068, Pedro, um monge florentino, teria se submetido a um ordálio do fogo. Sua vitória sobre essa dramática prova corporal se tornou a memória de uma proeza espiritual arrebatadora. O relato foi composto por outro religioso, Andrea<sup>9</sup>. Nascido por volta do ano mil, o autor é figura cercada por

---

<sup>8</sup> Todas as citações apresentadas nesse parágrafo e demarcadas entre aspas são retiradas do trecho a seguir: ANDREA DE STRUMI – *Vita Sancti Johanni Gualberti*. MGH SS 30/2: 1098-1099; ANDREA DE STRUMI – *Vita*. AASS Iul. 3: 358-361. Sobre os detalhes da narrativa, ver também: MICCOLI, Giovanni – *Pietro Igneo: studi sull'età gregoriana*. Roma: Istituto Storico Italiano per il Medio Evo, 1962, pp. 150-154; SPINELLI, Giovanni; ROSSI, Giustino (Org.) – *Alle Origini di Vallombrosa: Giovanni Gualberto nella società dell'IX secolo*. Milão: Europia-Jaca Book, 1984, pp. 108-114.

<sup>9</sup> Tal autoria está cercada de controvérsias. O autor aqui selecionado como ancoragem documental é Andrea, abade de Strumi, cujo relato consiste na transcrição de uma carta enviada pelo clero e povo de Florença ao papa Alexandre II: tal epístola é a memória originária do relato, versão fundadora. Mas a correspondência de Alexandre não conta com um registro oficial; estruturado, organizado e preservado por uma chancelaria. Lidamos, portanto, com um universo documental repleto de incertezas: disperso, fragmentado, lacunar e, conseqüentemente, povoado por dúvidas e contestações. Diante desse cenário, parece-me consistente que a transcrição da epístola por Andrea seja tomada como parte do processo de *construção histórica da autoria* – e da autoridade – da

incertezas, mas o pouco que se sabe faz dele um personagem complexo. É tarefa penosa saber onde ele estava quando o caminho de brasas supostamente foi trilhado. Há indícios de que viajou para Milão anos antes; alguns registros o colocam de volta a Florença no início dos anos 1070. O paradeiro incerto entre 1067 e 1073 torna difícil considerá-lo uma testemunha ocular<sup>10</sup>. Difícil, mas não impossível. Não se pode refutar que ele fosse um dos três mil rostos que presenciaram a proeza. Mas, a bem dizer, sabe-se que o relato foi redigido por volta de 1092, quase um quarto de século após o momento em que teria ocorrido. A narrativa pode ser um registro lavrado pelos olhos e, simultaneamente, urdido pela imaginação. E não é só a cronologia da versão que se revela escorregadia: a ortodoxia também.

Andrea havia tomado a estrada até Milão para se juntar aos seguidores de Arialdo, um diácono que liderava uma campanha de rejeição ao alto clero local. Há mais de dez anos ele surgira na terra milanesa. Primeiro, perambulava pelo interior rural, abordando quem passava pelas estradas para anunciar uma verdade terrível: ali, naquele canto do mundo, todas as almas estavam em perigo. Em pouco tempo, o diácono de feições tacanhas e voz trovejante ganhou o interior das muralhas e transformou ruas e praças em púlpito habitual. Em sermões frequentes, Arialdo

---

mesma. A narrativa contida na missiva ganhou relevo histórico em razão de escolhas de Andrea. Ainda que não a tenha criado *ex nihilo*, Andrea foi o responsável por estabelecer essa versão, por perpetuar *especificamente* esse registro, como *narrativa primordial* do episódio, algo comprovado por sua incidência em versões posteriores, como a de Ato de Pistoia, composta posteriormente, no século XII. Para o conceito de “narrativa primordial” – modelo sociológico adotado para a configuração de autoria –, ver: SOMERS, Margaret – “The Narrative Constitution of Identity: a relationship and network approach”. *Theory and Society* 23/5 (1994), pp. 605-660; especialmente 605-629. Além disso, já se aventou que o relato de Ato deveria ser considerado a versão mais adequada para se conhecer o ordálio, por ser uma versão mais detalhada e, supostamente, “mais completa”. Quanto a isso, basta recordar que a versão de Ato é posterior e é, reconhecidamente, “um refazer do testemunho strumense, reelaborado [por Ato] de forma atenuada e acrescentado de detalhes específicos”, conforme lembra ANGELINI, Roberto – *La “Vita Sancti Iohannis Gualberti” di Andrea da Genova*. Florença: Sismel/Ed. Del Galuzzo, 2011, p. xxxii.

<sup>10</sup> Os indícios e registros aqui indiretamente mencionados constam em: SALA, Torello (Ed.) - *Dizionario Storico Biografico di scrittori, letterati ed artisti dell'ordine di Vallombrosa*. Vol. 1. Firenze: Iacobus Faber, 1929, pp. 250-251; BOESCH GAJANO, Sofia – “Storia e tradizioni vallombrosane”. *Bullettino dell'Istituto Storico Italiano per il Medio Evo* 76 (1964), pp. 99-125; ANGELINI, Roberto – “*Iniuriam pertulit*: dell'offesa ricevuta dal beato padre Giovanni Gualberto, fondatore di Vallombrosa, durante il soggiorno a Camaldoli: testimonianze, reticenze e trasformazioni nella tradizione agiografica”. in SALVESTRINI, Francesco (Ed.) – *Monaci e pellegrini nell'Europa medievale: viaggi, sperimentazioni, conflitti e forme di mediazione*. Florença: Ed. Polistampa, 2014, pp. 157-168.



denunciava o bispo e os clérigos, acusando-os de manter esposas e viver como magnatas mundanos. Violavam o celibato, rejeitavam a pobreza e se entregavam à caça, a jogatinas, bebedeiras, roupas ostensivas, ao luxo dos castelos. Em Milão, o clero evitava o reto caminho das virtudes, se afastava da luz espiritual, caía nas sombras da materialidade, negava Cristo – fulminava o diácono. Entre aqueles muros, as almas estavam mais próximas da perdição<sup>11</sup>. Os historiadores se referem a Arialdo como um reformador, mas o nome que se ouvia dos lábios de grande parte dos contemporâneos era outro: herege. O pregador de voz eletrizante e seus seguidores ganharam fama como adversários do poder episcopal, inimigos de uma instituição cristã e não só de “um” bispo. O antagonismo se difundiu rápido. Convocados por seu irmão milanês, numerosos bispos do norte itálico se reuniram em um sínodo que condenou o grupo e declarou que aquelas almas insolentes estavam marcadas com o ferrete da excomunhão<sup>12</sup>. Não foi o suficiente. As campanhas não cessaram. Na realidade, o antagonismo se intensificou e impulsionou uma guerra de propaganda, em que ambos os lados descreviam suas histórias por meio de episódios envolvendo visões, milagres e aparições para demonstrar a justiça de sua causa, legitimar suas decisões e edificar uma reputação gloriosa para suas condutas.

O relato sobre o ordálio do fogo é um desses episódios. Ele desponta como claro sinal de que Deus cerrava fileiras com o baixo clero citadino, com diáconos e monges como Pedro e Arialdo. Conquanto fosse abade do mosteiro de São Fedele de Strumi – posição que o eximia das obrigações e aflições do baixo clero –, Andrea narrou aquele episódio após ter escrito a *Vida de São Arialdo*. Aos seus olhos, o diácono condenado por heresia seguira o exemplo de Cristo, sacrificando-se pela fé e pela verdade. Seu alinhamento ideológico no conflito não poderia ser mais claro.

<sup>11</sup> Os registros documentais sobre a biografia e as pregações de Arialdo: ANDREA DE STRUMI – *Vita Sancti Arialdi*. MGH 30/2: 1051-1070; LANDOLFO – *Historia Mediolanensis*. MGH 8: 76-96; ARNULFO – *Gesta archiepiscoporum Mediolanensium*. MGH SS 8: 18-25; BONIZO DE SUTRI – *Liber Ad Amicum*. MGH Ldl 1: 591-592. Ver ainda: MICCOLI, Giovanni – *Chiesa Gregoriana: ricerche sulla Riforma del secolo XI*. Roma: Herder, 1999, pp. 130-159; GOLINELLI, Paolo – *La Pataria: lotte religiose e social nella Milano dell’XI secolo*. Milão: Europia-Jaca Book, 1984, pp. 13-19; NAGY, Piroska – “Collective Emotions, History Writing and Change: The Case of the *Pataria* (Milan, Eleventh Century)”. *Emotions: History, Culture, Society* 2/1 (2018), pp. 132-152.

<sup>12</sup> ARNULFO – *Gesta archiepiscoporum Mediolanensium*. MGH SS 8: 20; ANDREA DE STRUMI – *Vita Sancti Arialdi*. MGH 30/2: 1054-1056.

Logo, o relato sobre o ordálio integra uma narrativa militante, engajada, elaborada para recrutar o real como instrumento de convencimento e de justificação. Ter sido ou não uma testemunha ocular não desfaz a condição de se tratar de uma recordação seletiva, interessada, elaborada para ajustar e corrigir acontecimentos – não meramente descrevê-los<sup>13</sup>. Mas e então? O que se pode demonstrar através de uma recordação como essa? Qual a sua relevância histórica? Aliás, ela é relevante? Sim. Ainda que o fato ali narrado seja uma fantasia, a invenção de algo que nunca ocorrera senão na imaginação de uma parcela dos florentinos, o sentido conferido a essa criação era real. A data, o cenário, a multidão e a proeza podem ser idealizações, qual elementos de um faz-de-conta tornado crível em função de privilégios, interesses e reputações implicados. No entanto, o sentido geral que lhe confere unidade e coerência é ocorrência história: a trama deslindada, o enredo que dispõe as peças do faz-de-conta numa *ordem específica* resulta de experiências que o narrador não controla, das quais não pode dispor livremente<sup>14</sup>. Ele não as controla porque não são fenômenos estritamente pessoais, e, sim, intersubjetivos, partilhados coletivamente – razão pela qual o relato podia ser reconhecido e considerado plausível por ouvintes e leitores que sequer sabiam da existência de Andrea. O ordálio do fogo talvez nunca tenha ocorrido<sup>15</sup>, mas a maneira como ele é narrado tem um fundamento objetivo. O significado do relato é histórico. É preciso tentar decifrá-lo.

Um ponto de partida para a busca pode ser encontrado na caracterização da ação relatada. Voltemos à trama. Andrea foi incisivo ao identificar quem era o protagonista do ordálio. Não era o monge, mas Cristo. Pedro figura aí como um material humano através do qual a graça divina se desloca e desce dos céus para a

<sup>13</sup> BOESCH GAJANO, Sofia – “Storia e tradizioni vallombrosane” ..., pp. 99-125; APECITI, Ennio – “Andrea di Strumi, beato (sec. XI)”. *Dizionario della Chiesa Ambrosiana*. Vol. 1. Milão: NED, 1987, pp. 145-146; BOUCHERON, Patrick – “Palimpsestes ambroisienes: la commune, la liberte et le saint patron (Milan, XIe-XVe siècle)”. in CHASTANG, Pierre (Dir.) – *Le Passé à l'Épreuve du Présent: appropriations et usages du passé du Moyen Âge à la Renaissance*. Paris: PUPS, 2008, pp. 15-37.

<sup>14</sup> A argumentação adota o modelo heurístico para um exame narrativo proposto em: HARTOG, François – *Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2004.

<sup>15</sup> Sobre os historiadores e o problema do realismo do ordálio: D' ACUNTO, Nicolangelo – “Pietro Igneo”. in *Dizionario Biografico degli Italiani*, vol. 83 (2015) [Consultado a 13 novembro 2019]. Disponível em [http://www.treccani.it/enciclopedia/pietro-igneo\\_\(Dizionario-Biografico\)](http://www.treccani.it/enciclopedia/pietro-igneo_(Dizionario-Biografico)).

terra, um condutor espiritual em sangue e pele. Ele não é o sujeito do relato, mas o instrumento animado que se coloca ao dispor do verdadeiro autor da cena, Deus. Por certo que o religioso é descrito como um portador de valores excepcionais. A narrativa o aclama: quando ele deu o primeiro passo fora da trilha incandescente, a multidão se lançou sobre ele extasiada; suas vestes foram agarradas por mãos ávidas, centenas de bocas beijaram-lhe os pés com fervor – detalhes fornecidos pela própria documentação. Todavia, o destinatário daqueles gestos de adoração não era o corpo mortal que acabara de resistir ao fogo: “todos exaltavam o Senhor com lágrimas de glória, convictos de que a palavra de Deus se manifestara”<sup>16</sup>. A ação narrada como um ordálio ultrapassa as fronteiras de um ato devocional – inspirado ou guiado por Deus. Sua figuração é de uma ação efetivamente divina, de um desdobramento da presença celeste. As vozes que rodopiavam o ar em júbilo eram dirigidas aos ouvidos a Deus (*miserabilis ad Deum voces mittendo*). O ardor que fez o fogo das lenhas esquecer a própria natureza imanava do Criador, era Sua vontade (*Domini potentia*) revelando-se<sup>17</sup>. A caracterização torna plausível uma dedução: o episódio se passa em meio a uma participação humana severamente restringida.

O relato está estruturado sobre essa premissa. O que quer que fosse indicado como motivo para a realização do ordálio não afetaria a caracterização do monge e dos florentinos como agentes que careciam de meios de ação. Não havia outra opção disponível a não ser reunir coragem sobre-humana e esperar por um milagre (*miraculum*): que Deus recompensasse um sacrifício pessoal suspendendo o funcionamento que Ele mesmo conferiu à natureza, impedindo que as brasas varassem um corpo puro, inocente. A crença ressignificava um dado histórico, redizendo com temas da fé inefável uma realidade demasiado concreta: o dramático caso de uma comunidade que enfrentava a escassez de oportunidades para agir, que estava, por alguma razão, encurralada pelas relações sociais ao seu redor. Impedida ou desacreditada em seu recurso a competências e a condutas

---

<sup>16</sup> ANDREA DE STRUMI – *Vita Sancti Johanni Gualberti*. MGH SS 30/2: 1099; ANDREA DE STRUMI – *Vita*. AASS Iul. 3: 360.

<sup>17</sup> ANDREA DE STRUMI – *Vita Sancti Johanni Gualberti*. MGH SS 30/2: 1098; ANDREA DE STRUMI – *Vita*. AASS Iul. 3: 359.

humanas, só restava apelar ao ardor divino, essa “maravilhosa” “virtude do Salvador” (*mirabilia, virtus Salvatoris*). Essa noção de “maravilhoso” empregada pelo relato é um *topos* retórico: falar em algo que ocorre maravilhosamente (*mirabiliter*) é conferir autoridade ao visual, àquilo que se pode admirar com os olhos: se o ouvinte não foi testemunha ocular do narrado, cabe a ele acatar a autoridade da imagem apresentada sobre a lógica<sup>18</sup>. Na época em que o abade Andrea escrevia, o maravilhoso se impunha ao racional – como percebeu Jacques Le Goff<sup>19</sup>. No entanto, mencionar uma “maravilha” era também uma maneira de situar o limite da ação humana. O maravilhoso frequentemente surgia quando uma comunidade já não podia contar com outros grupos ou instituições.

O ardor divino era o contra-ataque da memória sobre a impotência para interferir no curso de certas relações sociais. No milagre das chamas, a revanche simbólica sobre a derrota em alguma disputa pelo poder. Que disputa?

### Frustração

A comunidade monástica à qual foi atribuído o ordálio do fogo teria nascido de uma rixa deflagrada por volta de 1034. Naquele ano, a cizânia se alastrou pelo riquíssimo mosteiro florentino de São Miniato. Um monge se recusou a aceitar o abade eleito por seus irmãos. Ao que parece, o religioso, João Gualberto, havia amealhado liderança suficiente para se rebelar contra Umberto, o novo superior<sup>20</sup>.

<sup>18</sup> Os termos *miraculum*, *miracula* e *mirabiliter* são recorrentes, surgindo em várias passagens documentais além do próprio enredo do ordálio. Ver: ANDREA DE STRUMI – *Vita Sancti Johanni Gualberti*. MGH SS 30/2: 1083, 1089, 1098-1099; ANDREA DE STRUMI – *Vita*. AASS Iul. 3: 350-351, 356-361; ATO DE PISTOIA – *Vita Altera*. AASS Iul. 3: 370-382. Os termos *miraculum* e *mirabiliter* estão igualmente presentes na *Vida de São Arialdo* composta pelo abade strumense: ANDREA DE STRUMI – *Vita Sancti Arialdi*. MGH 30/2: 1058, 1070-1071, 1075.

<sup>19</sup> LE GOFF, Jacques – *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1990. Ver igualmente: DASTON, Lorraine; PARK, Katharine – *Le Meraviglie del Mondo. Mostri, prodigi e fatti strani dal Medioevo all'Illuminismo*. Roma: Carocci, 2000; DI FEBBO, Martina – *Mirabilia e Merveille: le trasformazioni del meraviglioso nei secoli XII-XV*. Macerata: Edizioni Università di Macerata, 2015.

<sup>20</sup> Consagrada pelo bispo Hildebrando (1008-1025) em 1018, a abadia de São Miniato era uma das principais instituições de Florença. Bastião dos favores imperiais, a abadia resultava dos planos episcopais para expansão do controle sobre a região. Ver: MOSIICI, Luciana (Ed.) – *Le carte del monastero di San Miniato al Monte (secoli IX-XII)*. Florença: Olschki, 1990, pp. 124-128; DAMERON, George – “The cult of St Minias and the struggle for power in the diocese of Florence, 1011-1018”. *Journal of Medieval History* 13/2 (1987), pp. 125-141; MOORE, Robert Ian – “Family, Community, and Cult on the Eve of the Gregorian Reform”. *Transactions of the Royal Historical Society* 5 (1980), pp. 49-69.

Como o desacato violava deveres monásticos, João buscou apoio externo, indo aconselhar-se com um eremita influente na região, certo Teuzo. O conselheiro era um ancião experimentado naquele tipo de assunto, tendo vivido algo muito similar. Ele havia deixado seu mosteiro de origem após desentender-se com o abade. Desterrado, Teuzo adotou uma vida incomum: não deixou de ser monge, mas não se juntou a outra congregação, tampouco fundou uma casa religiosa. Na realidade, sequer fora longe. Instalou-se nas proximidades do mosteiro, levando uma vida duríssima. Suas frequentes autoflagelações eram comentadas entre a população local e logo renderam-lhe a reputação de homem santo e, com ela, generosas doações dos habitantes de Florença e dos príncipes itálicos. O eremita desertor era uma figura controversa, ambígua. O “ancião famosíssimo e de imensa reputação” (*magnum et famosissimum senem*) era venerado por imperadores – Conrado II e Henrique III estavam entre os peregrinos que buscavam seu conselho e cuja gratidão era demonstrada com valiosos *regalia* –, administrava a riqueza que a piedade popular sedimentava ao seu redor com uma cascata de oferendas, mas não estava sob a vigilância de um superior, de uma regra monástica e não observava o silêncio prescrito pela tradição. Para muitos contemporâneos, uma vida confusa, desajustada, um homem às vésperas da cegueira espiritual. Entre as lideranças cristãs, era censurado como o praticante de uma vida religiosa equivocada, “mais suscetível à voz da turba do que à da própria consciência”<sup>21</sup>.

O encontro com Teuzo deixou profundas marcas em João. Ao retornar, ele reuniu uma parcela dos irmãos de claustro e os dirigiu para o “foro público da cidade” (*foro publico civitatis*). Ladeado pelos companheiros, ele pregou em plena praça do mercado, bradando a remoção do abade e condenando o bispo local, responsável por aprovar aquela eleição que, João sentenciava, não passara de uma negociata vergonhosa da autoridade espiritual. Mas a medida da indignação escapou ao

---

<sup>21</sup> Sobre a reputação de santidade de Teuzo: ANDREA DE STRUMI – *Vita Sancti Johanni Gualberti*. MGH SS 30/2: 1081; ANDREA DE STRUMI – *Vita*. AASS Iul. 3: 345-349; ATO DE PISTOIA – *Vita Altera*. AASS Iul. 3: 367-370. Quanto à influência junto à corte imperial, ver: CONRADO II – Diploma 273. MGH DD K II: 378; *Vita S. Iohannis Gualberti Anonyma*. MGH SS 30/2: 1106. Sobre a reprovação por parte de seguimentos eclesiásticos da época, ver: PEDRO DAMIÃO – Epístolas 44 e 45. MGH Briefe 2: 13, 34-39; D’ ACUNTO, Nicolangelo; SARACENO, Lorenzo (Org.) – *Opere di Pier Damiani: Lettere* (41-67). Roma: Città Nuova, 2002, pp. 56-59, 84-91. Ver ainda: JESTICE, Phyllis G. – *Wayward monks and the religious revolution of the eleventh century*. Leiden: Brill, 1997, pp. 218-228.

controle dos acusadores. Seguiu-se um tumulto. A denúncia acendeu o pavio do ódio popular, que explodiu na presença do jovem monge: “não queremos que seja removido, queremos que seja morto”<sup>22</sup> – teria gritado a multidão. Nem o abade, nem o bispo foram mortos. O desfecho daquela irrupção coletiva foi outro: João deixou o mosteiro de São Miniato. Tornou-se errante, instalando-se provisoriamente em uma comunidade religiosa, depois em outra, e em outra... Até alcançar Aquabella, a um dia de distância de Florença, onde ele estabeleceu um eremitério conhecido pelo nome de “Vallombrosa”. A primeira menção documental ao novo estabelecimento é de 27 de janeiro de 1037. A fundação prosperou rapidamente. Promovido a prior, João Gualberto, recebeu das famílias locais a propriedade sobre outros mosteiros: São Pedro *in Moscheto*, São Paulo *in Razzuolo*, São Cassiano *in Monte Scalari*. Em algum momento entre 1040 e 1046, uma poderosa linhagem de condes, os Cadolingi, colocou a abadia de São Salvador *di Settimo* sob sua direção nominal. Em 1048, uma pequena igreja foi doada aos monges, que a consagraram a São Salvi: era o início do convento que levaria o nome daquele santo – e que será um palco crucial na história da comunidade. Em pouco mais de uma década, Vallombrosa saltou do patamar de edificação idealizada por um monge andarilho para o de uma congregação numerosa, socialmente enraizada, inserida nas redes da dominação aristocrática local. No mesmo ano, 1048, os monges adotaram a regra beneditina, marca espiritual de sua consolidação patrimonial<sup>23</sup>.

A expansão sobre a paisagem rural não desfez o fracasso inicial. Vallombrosa era obra de homens movidos por uma espiritualidade urbana. Teuzo e Gualberto eram filhos de um monasticismo singular, orientado para a mobilização popular e que zelava pela “voz da multidão” ao invés da solidão contemplativa do “deserto

<sup>22</sup> ANDREA DE STRUMI – *Vita Sancti Johanni Gualberti*. MGH SS 30/2: 1082. Ver ainda: ATO DE PISTOIA – *Vita Sancti Iohannis Gualberti*. PL 146: 674-675; ATO DE PISTOIA – *Vita Altera*. AASS Iul. 3: 367.

<sup>23</sup> SPINELLI, Giovanni; ROSSI, Giustino (Org.) – *Alle Origini di Vallombrosa: Giovanni Gualberto nella società dell’IX secolo ...*, p. 30; MEADE, Denis – “From Turmoil to Solidarity: The Emergence of the Vallumbrosan Monastic Congregation”. *The American Benedictine Review* 19 (1968), pp. 323-357, especificamente pp. 329-330; JESTICE, Phyllis G. – *Wayward monks ...* pp. 228-229; MILO, Yuram – *Tuscany and the Dynamics of Church Reform in the Eleventh Century*. Stanford, CA: Stanford University, 1979. Ph.D. Thesis. pp. 172-176; DAMERON, George – *Episcopal Power and Florentine Society (1000-1320)*. Cambridge: Harvard University Press, 1991, pp. 42-44.

espiritual”, o claustro. Como notou Kaspar Elm, a vida religiosa modelada por suas condutas implicava uma participação direta nas tensões sociais da cidade, onde acreditavam ser travada a luta contra os erros e os vícios, adversários mortais da *Libertas Ecclesiae* – a “Liberdade da Igreja”<sup>24</sup>. O espaço urbano florentino permanecia além de sua crescente influência. Não se pode esquecer que o apelo primordial ao fervor popular terminara desastrosamente: a tentativa de fazer a voz das ruas ecoar o clamor pela deposição do abade Umberto saíra de controle. O desfecho transformou João Gualberto na figura itinerante que fundou Vallombrosa, mas o manteve longe do “foro público”, seu berço espiritual. Agora, como prior de uma congregação que amealhara imensa fortuna em terras, rendas e reputação espiritual, ele estava em condição de voltar à carga e reparar a frustração. Mas a conquista religiosa de Florença seria uma empresa difícilíssima. Um concorrente à altura havia surgido. A cidade tinha um novo bispo.

### Escândalo

Os registros documentais sobre o prelado recém-chegado são minguados. Contudo, há o suficiente para considerar que Pedro Mezzabarba foi, quase imediatamente, a face de uma nova época para a autoridade episcopal. Os florentinos prestaram-lhe juramento logo após a eleição para o episcopado, em 1062<sup>25</sup>. Um dos primeiros gestos do novo pastor de almas foi doar, a título de *livello*, a igreja de São Procolo de Florença, juntamente com todas as suas possessões, ao abade de Santa Maria da Badia em troca de uma pensão anual de doze denários de prata. Comum entre o clero da época, esse tipo de acordo, o *livello*, permitia cumprir o papel de benfeitor de mosteiros, sendo uma das maneiras mais eficientes para apresentar-se como continuador das tradições locais, como o legítimo sucessor dos bispos falecidos à

---

<sup>24</sup> ELM, Kaspar – “La Congregazione di Vallombrosa nello Sviluppo della vita religiosa altomedievale”. in COMPAGNONI, Giordano Monzio (Org.) – *I Vallombrosani nella società italiana dei secoli XI e XII*. Vallombrosa: Ed. Vallombrosa, 1995, pp. 13-34. Para um panorama sobre o “novo monasticismo” que se difundiu pela Europa a partir do ano mil: LEYSER, Henrietta – *Hermits and the New Monasticism: A Study of Religious Communities in Western Europe 1000-1150*. Nova York: Macmillan Publishers Limited, 1984.

<sup>25</sup> BERNOLDO DE COSTANÇA – *De solution iuramentorum*. MGH Ldl 2: 149. Ver ainda: RUST, Leandro Duarte – “A autoridade, o desejo e a alquimia da política: linguagem e poder na constituição do papado medieval (1060-1120)”. *Varia Historia* [em linha] 27/45 (2011), pp. 161-187 [Consultado a 6 julho 2019]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-87752011000100008>.

frente da igreja florentina. Além disso, a doação muito provavelmente levava seu nome até os salões da mais poderosa linhagem aristocrática de todo o norte itálico: os canossanos. A abadia em questão contara recentemente com generosos atos de proteção da marquesa de Canossa, Beatriz, que, por meio de sentença pública, havia assegurado a inviolabilidade de todos os bens supervisionados pelo abade em um raio de duas milhas daquela mesma igreja e do mosteiro no lugar chamado Mandria<sup>26</sup>. Entre 1062 e 1066, o novo bispo concluiu aquela que se tornaria sua principal realização: a reedificação da hospedaria (*hospitio*) do mosteiro da Badia. O próprio abade louvara o empenho do bispo, que assegurou a restituição de todo patrimônio já doado para a hospedaria<sup>27</sup>. Numa época que monumentalizava a ideia de Igreja, quando o acesso ao sagrado cristão era delimitado no espaço e contido com formas arquitetônicas,<sup>28</sup> assegurar a integridade das possessões eclesiásticas era edificar a comunhão espiritual. Mezzabarba agia como bispo exemplar, que, por fortalecer a unidade florentina, a poupava do fracionamento e da dissidência, mantendo-a intacta e purificada. Progressivamente, ele cumpria os requisitos sociais que asseguraram a muitos outros dignitários da época uma reputação de “reformador”.

Não aos olhos vallombrosanos. Os monges viam Mezzabarba como concorrente pelo foro público. Enquanto o bispo atuava como patrono eclesial, os religiosos percorriam as ruas acusando-o de ter recebido a autoridade pastoral em troca de dinheiro, muito dinheiro. As pregações parecem ter se iniciado no próprio ano da eleição, em 1062. Mas, pelo que se viu há pouco, as enérgicas investidas retóricas não surtiram o efeito desejado. Mezzabarba seguia desempenhando a função regularmente e seus atos eram acolhidos como legítimos por outras casas monásticas. Os seguidores de Gualberto, então, aguçaram o antagonismo. Em 1065, o denunciaram à Sé Apostólica. Os rumores de que o pai de Pedro havia obtido o

<sup>26</sup> SCHIAPARELLI, Luigi (Ed.) – *Le Carte del monastero di S. Maria di Firenze (Badia)*. Vol.1. Roma: Ermanno Loescher, 1913, pp. 150-152, 146-148.

<sup>27</sup> SCHIAPARELLI, Luigi (Ed.) – *Le Carte del monastero...*, pp. 158-165. Ver ainda: D' ACUNTO, Nicolangelo – “Lotte religiose a Firenze nel secolo XI: aspetti della rivolta contro il vescovo Pietro Mezzabarba”. *Aevum* 66/2 (1993), pp. 279-312, especificamente p. 289.

<sup>28</sup> IOGNA-PRAT, Dominique – *La Maison Dieu: une histoire monumentale de l'Église au Moyen Âge*. Paris: Seuil, 2006, pp. 331-360; HOWE, John McDonald – *Before the Gregorian Reform: the Latin Church at the turn of the first millenium*. Ithaca: Cornell University Press, 2016, pp. 86-112.



episcopado para o filho pela polpuda soma de 3.000 libras embasaram uma carta que informava o Papa Alexandre II: a cabeça da igreja florentina estava *publicamente* tomada pela simonia<sup>29</sup>. Uma acusação difícil de ser confirmada.

Um dos maiores combatentes do tráfico material de bens clericais e dignidades espirituais (simonia) era o cardeal-bispo Pedro Damiano. Suas campanhas incansáveis circulavam por muitas paisagens através de cartas pessoalmente ditadas. Duas de suas epístolas, de 1066, contêm os argumentos de um debate farpado com dois capelães itálicos sobre a natureza da simonia. Damiano não faz qualquer alusão a irregularidades no episcopado de Florença: e não era do seu feitio ignorar um caso tão próximo e do conhecimento da Santa Sé<sup>30</sup>. No ano seguinte, o próprio pontífice se correspondeu com o acusado. Já ciente da denúncia, Alexandre fez chegar às mãos de Mezzabarba o privilégio em que confirmava a proteção apostólica à sua recente fundação, o mosteiro de São Pedro Maior. Por linhas elogiosas, o papa tratava o homem incriminado pelos vallombrosanos por “caríssimo filho Pedro, o bispo de Florença”<sup>31</sup>. É pouco provável que esse fosse o tratamento reservado pelo papado para um simoníaco. Ao que tudo indica, Alexandre enxergava no destinatário a iluminada figura do dignitário local que fundara um mosteiro feminino, dotando-o sozinho de bens e rendas. Ele não era o único. O ato de fundação atesta que o bispo agira respaldado pelo testemunho do marquês de Canossa em pessoa, Godofredo, além “de todos os clérigos e laicos de Florença”<sup>32</sup>. Há indícios suficientes para afirmar que Mezzabarba tenha sido um dos muitos casos identificados por Rudolf Schieffer de eclesiásticos acusados de simonia não porque a tivessem cometido, mas porque a

---

<sup>29</sup> O advérbio “publicamente” – aqui considerado um indicador de se tratar de uma disputa eminentemente cidadina pelo poder – se repete significativamente na documentação analisada, ver: ANDREA DE STRUMI – *Vita Sancti Johannis Gualberti*. MGH SS 30/2: 1094; ANDREA DE STRUMI – *Vita. AASS Iul. 3: 357, 360-361.; Vita S. Iohannis Gualberti Anonyma*. MGH SS 30/2: 1106. Versão acatada por: DESIDERIO DE MONTE CASSINO – *Dialogi de Miraculis Sancti Benedicti*. MGH SS 30/2: 1146.

<sup>30</sup> PEDRO DAMIÃO – Epístolas 140 e 141. MGH Briefe 3: 478-502; BOVO, Claudia Regina – *Em busca da Renovatio cristã: simonia e institucionalidade eremítica na correspondência de Pedro Damiano (1041-1072)*. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2012. Tese de Doutorado; D’ ACUNTO, Nicolangelo – “Lotte religiose a Firenze nel secolo XI [...]” ..., pp. 294-295.

<sup>31</sup> ALEXANDRE II – Epístola a Pedro de Florença. PL 146: 1330.

<sup>32</sup> UGHELLI – *Italia Sacra* 3: 75-76. Ver ainda: D’ ACUNTO, Nicolangelo – “Lotte religiose a Firenze nel secolo XI [...]” ..., pp. 292-293.

denúncia era dotada de imenso potencial comunicativo e jurídico. Antes de ser a marca de uma “verdade”, denunciar alguém como um “ladrão espiritual” era uma tática promissora para deslegitimá-lo e provocar sua ruína entre o clero<sup>33</sup>. Apresentada ao mundo como uma *evidência*, a tática foi um caminho sem volta.

A escalada de tensões foi aguda; a discórdia, irrefreável. Nos meses seguintes, os monges multiplicaram as pregações. Suas vozes pairavam sobre ruas e mercados. Respalado por um histórico de cooperação cultivado com outros bispados, especialmente os de Volterra e Todi, ocupados por preladados imperiais, João Gualberto enviou um grupo de cônegos até a corte de Henrique IV, para que averiguassem o ingresso de Mezzabarba no episcopado. Enquanto isso, uma névoa de rumores sinistros se adensava ao redor do bispo. As notícias eram cada vez mais perturbadoras. Em Roma, o cardeal Damião relatava que chegara aos seus ouvidos que os vallombrosanos administravam o batismo em três pias sem aspergir o santo crisma porque o que estava disponível fora consagrado por Mezzabarba. Não só. Em razão do comportamento dos monges, quase mil pessoas se convenceram de que era melhor morrer sem os sacramentos do que recebê-los de mãos clericais ordenadas pelo bispo<sup>34</sup>. Que retaliava. Por ordem sua, em 1066, os cônegos foram privados do direito de administrar as próprias possessões. Pouco depois, uma notícia acirrou os ânimos.

Arialdo, o austero diácono milanês seguido pelos vallombrosanos, surgiu flutuando sobre um espelho d’água. As marcas de tortura naquele corpo inchado pelo frio lago Maggiore indicavam que o bispo retomava a ferro o controle sobre a igreja e a cidade vizinhas. A causa do baixo clero desmoronava. De Milão sopravam ventos

---

<sup>33</sup> SCHIEFFER, Rudolf – “Spirituales Latrones. Zu den Hintergründen der Simonieprozesse in Deutschland zwischen 1069 und 1077”. *Historisches Jahrbuch* 92 (1972), pp. 19-60. Sobre a retórica da simonia como estratégia jurídica: ver também: VOLLRATH, Hannah – “L’accusa di simonia tra le fazioni contrapposte nella lotta per le investiture”. in VIOLANTE, Cinzio; FRIED, Johannes (Ed.) – *Il Secolo XI: una svolta?* Bolonha: Il Mulino, 1993, pp. 131-156; RONZANI, Mauro – “Pietro Mezzabarba e I suoi confratelli”. in BALOSSINO, Simones; GARBARINO, Gian Battista (Org.) – *Organizzazione ecclesiastica nel tempo di San Guido: istituzioni e territorio nel secolo XI*. Acqui Terme: Impressioni Grafiche, 2007, pp. 139-186, mais especificamente pp. 144-145.

<sup>34</sup> PEDRO DAMIÃO – Epístola 146. MGH Briefe 3: 535-539; ANDREA DE STRUMI – *Vita Sancti Johannis Gualberti*. MGH SS 30/2: 1094-1095, 1100; ANDREA DE STRUMI – *Vita*. AASS Iul. 3: 356-357. SIGEBERTO DE GEMBLoux – *Chronica*. MGH SS 6: 363.

favoráveis à retomada da hegemonia do poder episcopal<sup>35</sup>. Esse giro da roda da fortuna parece ter encorajado um grupo de cavaleiros, homens de Mezzabarba, a selar suas montarias sob o manto da noite e fazê-las deitar espuma sobre as rédeas. Eles desmontaram às portas do convento de São Salvi. Os monges foram surpreendidos em pleno altar. As orações foram interrompidas pelo tilintar das espadas, o conhecido anúncio de que as bainhas estavam soltas à cintura. A cena seguinte é aterrorizante. Um dos monges teve o crânio instantaneamente rachado. Outro foi golpeado na altura dos olhos tão impiedosamente que parte do nariz, do lábio superior e muitos dentes pendiam do rosto, presos à barba. Outro, com o ventre fendido, tentava reter as entranhas entre dedos sôfregos. Após o ataque, os cavaleiros saquearam o altar e atearam fogo, não sem antes arrancar as roupas dos religiosos, deixados nus e semimortos<sup>36</sup>.

Deste ponto em diante, Roma se envolveu diretamente. Pedro Damiano chegara à cidade – não se sabe se antes ou depois do ataque a São Salvi, pois a cronologia não é precisa<sup>37</sup>. A bem dizer, o cardeal não havia sido enviado pelo papa: a força da amizade com cônegos motivara a viagem até Florença. Não obstante falasse apenas em nome de seus interesses pessoais, Damiano exortou “o clero e o povo” a encaminharem o caso para julgamento em Roma, em um concílio da Santa Sé<sup>38</sup>. Assim foi feito. Na quaresma, os vallombrosanos compareceram a uma assembleia convocada por Alexandre. A decisão se revelaria fatal.

O pontífice não os via com bons olhos. Ele mesmo o dissera. Alguns anos antes, a abadia de Vallombrosa foi um dos destinatários da epístola em que o papa advertia

<sup>35</sup> UGHELLI – *Italia Sacra* 3: 53-62; PIATOLLI, Renato (Ed.) – *Le Carte della canonica della cattedrale di Firenze*. Florença: Istituto Storico Italiano per il Medio Evo, 1938, pp. 114-116, 167. GOLINELLI, Paolo – “I Vallombrosani e I movimenti patarinici”. in COMPAGNONI, Giordano Monzio (Org.) – *I Vallombrosani nella società italiana dei secoli XI e XII*. Vallombrosa: Ed. Vallombrosa, 1995, pp. 35-56, especificamente pp. 44-45.

<sup>36</sup> A descrição da invasão ao mosteiro, incluindo a caracterização de ferimentos, golpes desferidos e cenário, encontram-se em: ANDREA DE STRUMI – *Vita Sancti Johannis Gualberti*. MGH SS 30/2: 1094-1095; ANDREA DE STRUMI – *Vita*. AASS Iul. 3: 357; ATO DE PISTOIA – *Vita Sancti Iohannis Gualberti*. PL 146: 691-693.

<sup>37</sup> LUCCHESI, Giovanni – “Per una Vita di San Pier Damiani. Componenti cronologiche e topografiche”. in *San Pier Damiano. Nel IX centenario della morte (1072-1972)*. Vol. 1. Cesena: Centro studi e ricerche sulla antica provincia ecclesiastica ravennate, 1972, pp. 13-179, especificamente p. 59.

<sup>38</sup> PEDRO DAMIÃO – Epístola 146. MGH Briefe 3: 531-542.

sobre o dever elementar de todo religioso: separar-se do mundo. A Regra de São Bento e o Concílio da Calcedônia exigem que monges se mantenham dentro dos muros do mosteiro, proibidos de pregar nos campos, nas cidades e fortificações – repreendia o texto<sup>39</sup>. Outra carta, de datação incerta, mas que parece mencionar o que transcorria entre 1065 e 1066, gravou a indignação de Alexandre ao saber que cônegos florentinos buscaram a corte imperial para arbitrar a elevação do bispo<sup>40</sup>. O concílio não era um tribunal favorável à causa daqueles monges. Mas o que era desaprovação se metamorfoseou em hostilidade no momento que Pedro Damiano tomou a palavra. Sua boca ressoava como a trombeta de um anjo vingador: “senhor Papa, eis os gafanhotos que destroem o verdor da Santa Igreja!”<sup>41</sup>. Esses monges se tornaram tão heréticos quanto a simonia que denunciavam – disse o cardeal. Desprezaram a missa e rejeitaram os sacramentos ministrados por sacerdotes. Amaldiçoando bênçãos e absolvições como atos meramente humanos, eles pisotearam as graças que o Altíssimo derrama sobre a humanidade – Damiano era mordaz. Por sua causa, centenas deixaram este mundo sem receber o corpo e o sangue de Cristo<sup>42</sup>. Os demais bispos logo fizeram eco ao alarme de escândalo, vociferando que os florentinos foram contaminados pela blasfêmia, vaidade e desobediência daqueles monges caídos em desgraça. O plenário encolerizado teria proclamado a condenação não fosse a interferência de um diácono romano chamado Hildebrando de Soana<sup>43</sup>.

Encerrou-se o concílio sem sentença; nenhuma decisão foi formalmente anunciada. Nada parecia ter mudado – exceto para os vallombrosanos. A assembleia pincelou cores ainda mais trágicas sobre sua comunidade. Quando deixaram Roma, estavam à beira da derrota. O efeito político foi o de um isolamento no interior da eclesiologia itálica. Já não podiam contar com os “reformadores” milaneses, em debandada desde o assassinato de Arialdo; o episcopado da região tomara o

<sup>39</sup> ALEXANDRE II – Epístola ao Clero e Povo Florentino. PL 146: 1406; EWALD, Paul – “Die Papstbriefe der Britischen Sammlung”. *Neues Archiv der Gesellschaft für ältere deutsche Geschichtskunde*, vol. 5 (1880), pp. 274-414, especificamente p. 333.

<sup>40</sup> EWALD, Paul – “Die Papstbriefe der Britischen Sammlung” ..., p. 340.

<sup>41</sup> *Vita S. Iohannis Gualberti Anonyma*. MGH SS 30/2: 1107.

<sup>42</sup> PEDRO DAMIÃO – Epístola 146. MGH Briefe 3: 531-542.

<sup>43</sup> *Vita S. Iohannis Gualberti Anonyma*. MGH SS 30/2: 1107.

partido de Mezzabarba, que contava ainda com o suporte das grandes famílias senhoriais, entre elas os canossanos; a corte imperial não entraria em rota de colisão com Alexandre, com quem se reconciliara há pouco<sup>44</sup>; o pontífice e o clero romano estavam dispostos a entregá-los aos bispos como “ovelhas aos lobos” – segundo um cronista daquela época<sup>45</sup>. Os monges não dispunham da aliança com uma força social expressiva. Não havia um poder ou uma autoridade disposta a respaldar suas acusações. Ao menos não neste mundo.

### Fúria

Pedro, um monge vallombrosano, ocupa o centro da cena no ordálio do fogo, mas não era o personagem terreno mais importante naquela trama repleta de maravilhoso. Esse lugar de honra cabe ao “povo de Florença” (*populi Florentini*). Na narrativa de Andrea, o povo envia uma carta ao papa anunciando que a prova das chamas despiu a “lepra simoníaca” de Mezzabarba perante o juiz justo e supremo – Deus. Aqui, uma ressalva: “povo” não é um vocábulo classista. Ele não caracteriza uma classe ou nomeia a confluência de certos extratos sociais. Trata-se de um vocábulo político: “povo” é uma prosopopeia do espaço público, a cidade metaforizada como humanidade, dotada de voz, consciência e emoções. Tal função representacional é razão para o termo ser intercambiável com outro, a “plebe” (*plebi Florentinae*). Tais nomes emergem para tornar tangível um argumento decisivo: a cidade tomara o partido dos monges, cuja ação era inquestionavelmente pública<sup>46</sup>. Ênfase ampliada pela declaração de que a decisão de realizar o ordálio contara com o apoio da maior parte do clero secular, dos distintos integrantes do Capítulo da igreja de São João Batista – os cônegos – e dos padres das ordens menores<sup>47</sup>. Segundo o cronista, a decisão era apenas o mais recente

<sup>44</sup> Para o conflito envolvendo Alexandre e a Corte: RUST, Leandro Duarte – *Bispos Guerreiros: violência e fé antes das cruzadas*. Petrópolis: Vozes, 2018.

<sup>45</sup> LANDOLFO – *Historia Mediolanensis*. MGH 8: 77, 80-81. Ver: ARNULFO – *Gesta archiepiscoporum Mediolanensium*. MGH SS 8: 19; ANDREA DE STRUMI – *Vita Sancti Arialdi*. MGH 30/2: 1054.

<sup>46</sup> Para as referências sobre *populus* e *plebi*: ANDREA DE STRUMI – *Vita Sancti Johannis Gualberti*. MGH SS 30/2: 1096; ANDREA DE STRUMI – *Vita*. AASS Iul. 3: 358. O mesmo sentido povoa a redação da Vida de São Arialdo: ANDREA DE STRUMI – *Vita Sancti Arialdi*. MGH 30/2: 1053, 1058, 1064, 1066, 1069, 1070.

<sup>47</sup> ANDREA DE STRUMI – *Vita Sancti Johannis Gualberti*. MGH SS 30/2: 1096-1098; ANDREA DE STRUMI – *Vita*. AASS Iul. 3: 358-360.

desdobramento do clamor popular suscitado pela crueldade do bispo e seus homens. Eis a sequência de acontecimentos que se lê na carta.

No dia 9 de fevereiro, no sábado que precedia o início do jejum quaresmal, padres foram caçados à luz do dia pelo magistrado da cidade. A mando do bispo, ele os perseguiu até a igreja de São Pedro *in Ciel d'Oro*, invadiu o sacrossanto recinto e arrastou para fora os acusados de recusar obediência a Mezzabarba. Ao testemunhar tamanho “crime” (*scelere concursus*), quem estava presente foi arrebatado por uma comoção indizível. Os homens levaram as mãos à cabeça em gestos nervosos, como se arrancassem os próprios cabelos, no que foram seguidos pelas mulheres, que agitaram os véus e, desgrenhadas, começaram a bater duramente sobre o próprio tórax, gritando e suplicando a Deus com “triste lamento pela morte de seus homens e filhos”. A grita rapidamente se voltou contra os clérigos que foram deixados na igreja. Em meio aos lamentos rasgados, “os homens e, especialmente, as mulheres católicas” (*catholicorum virorum et maxime feminarum*) os chamavam, aos berros, de asseclas de um criminoso espiritual. Os gritos de cúmplices foram rapidamente sucedidos pelo rugido de “heresia! heresia!”. Amedrontados, os sacerdotes fecharam as portas do santuário e interromperam a missa. Essa dramática reação é a primeira descrição de um apelo popular à fúria celestial: a uma manifestação divina capaz de “defender a fé católica e, combatendo a heresia simoníaca, destruí-la” (*catholicam fidem [...] defendere et symoniacam haeresim impugnando destruere*). Um clamor pela aniquilação<sup>48</sup>.

No dia seguinte, ainda aturdidos pela comoção (*acclamabamur*), os clérigos recorrem aos monges, para que, juntos, encontrassem uma maneira de pôr um fim àquele conflito que se prolongava, sangrento e traumatizante: era preciso “dissipar

---

<sup>48</sup> Para todas as citações deste parágrafo: ANDREA DE STRUMI – *Vita Sancti Johannis Gualberti*. MGH SS 30/2: 1097; ANDREA DE STRUMI – *Vita*. AASS Iul. 3: 359. O trecho que descreve a reação do “povo” – “arrancassem os próprios cabelos [...] agitaram os véus e, desgrenhadas, começaram a bater duramente sobre o próprio tórax, gritando e suplicando à Deus com “triste lamento pela morte de seus homens e filhos” – é quase uma tradução da seguinte passagem: “[...] velamina capitum a proicientium et passis ab crinibus flebiliter incedentium, pectora pugnibus miserabiles ad Deum voces mittendo dure tudentium et super virorum ac filiorum mortem triste lamentantium”.

toda dúvida e conhecer a verdade”. Em poucas horas, o mensageiro enviado ao mosteiro de São Salvador retornou com a notícia de que os religiosos conheciam um procedimento que continha a “virtude do Salvador” (*virtus Salvatoris*) e que, como tal, era capaz de “eliminar toda a dúvida dos corações”. Eles se propunham a realizá-lo em três dias. A revelação teria lugar na quarta-feira. O clero aderiu unanimemente. A segunda e a terça seriam passadas em orações, nas quais todos implorariam a Deus para que a verdade, a única palavra que seria obedecida, fosse revelada, e que “seus efeitos recaíssem sobre o inimigo” (*veritatis huius reseraret hostium*)<sup>49</sup>. Aqui, façamos ponto. É preciso ser enfático. A história lembrada por Andrea não é apenas uma busca pela verdade. Mas, isto sim, uma busca pela verdade transmissora de uma emoção divina: a fúria justiceira. Sua narrativa rege o ritmo de uma revelação que eclodiria como a sentença desapiedada que desceria sobre um adversário há muito tempo impune. A face enfurecida de Deus seria a vara que conduziria a cidade de Florença para a unidade. Como o resultado esperado era a restauração da união cidadina, o “povo” era o personagem imprescindível. Razão pela qual é ele quem inaugura e encerra os eventos do dia 13.

Na manhã de quarta-feira, três mil pessoas estavam diante do mosteiro escolhido pelos vallombrosanos. Um dos “servos de Deus”, então, se dirige à multidão: “irmãos, porque vos reunis aqui?”. Segundo Andrea, “todos os clérigos e laicos, de ambos os sexos e todas as idades” (*omnibus clericis et laicis promiscui sexus et etatis*) responderam em uníssono: “para que abandonemos o erro e sigamos a verdade”. A voz inquisidora volta à carga: “e de que modo, assim ordenamos, desejam ser iluminados?”. E, mais uma vez: “prove, com um fogo de grandes proporções, isto que sustentais sobre Pedro [Mezzabarba]”. O povo não apenas proclama o ordálio como é descrito erguendo as pilhas de lenha que formariam a trilha de brasas. Uma vez preparado o madeiro seco, a liturgia foi celebrada. Mas o ato exclusivamente clerical não diminui a relevância atribuída à multidão. Andrea afirma que todos cantavam com máxima devoção, “não só o coro dos monges e o clero, mas também os laicos, que choravam copiosamente” (*chorus monachorum et*

<sup>49</sup> ANDREA DE STRUMI – *Vita Sancti Johannis Gualberti*. MGH SS 30/2: 1097; ANDREA DE STRUMI – *Vita*. AASS Iul. 3: 359.

*clericorum necnon et laicorum ex corde lacrimatur*). Enquanto o *Agnus Dei* era entoado, quatro monges foram até as pilhas de lenha: o primeiro, portando a imagem do Cristo crucificado; o segundo, água benta; o terceiro, doze velas abençoadas acesas; o quarto, o turíbulo fumegante. Eles acenderam as chamas e então “o clamor geral se elevou aos céus” (*His igitur visis clamor omnium in celum attollitur*)<sup>50</sup>. Muitos homens, e um número ainda maior de mulheres, se voltavam para Maria, suplicando sua intervenção. Em mil direções ressoava o nome do apóstolo Pedro – assegura o cronista.

*Viris plurimumque a feminis*: “pelos homens e ainda mais pelas mulheres”<sup>51</sup>. A ênfase na presença de mulheres é recorrente no relato. Talvez seja mais preciso afirmar que um *uso estratégico* da alusão às mulheres é recorrente. Nesse ponto, Andrea faz das palavras um contrapeso a uma das maiores vantagens reputadas ao bispo. Mezzabarba era o fundador de um mosteiro feminino consagrado a São Pedro Maior e que contava com a proteção pontifícia. Ao enfatizar a participação feminina na prova dirigida pelos monges, o relato qualifica os vallombrosanos como uma instância capaz de suprir uma demanda religiosa que vinha sendo *publicamente* absorvida pelo prelado. A narrativa maravilhosa surte um efeito jurídico ao apresentar a congregação como instituição capaz de prover às mulheres, *publicamente*, espaço para participar diretamente na comunicação com o sagrado. Afinal, o clamor que subia aos céus e roçava os ouvidos de Pedro e Maria era dos homens tanto quanto delas. Noutras palavras, as vozes femininas da narrativa não são necessariamente indícios de uma igualdade espiritual entre os gêneros, mas uma evidência da necessidade da abadia de Vallombrosa de se apresentar como um concorrente legítimo dos privilégios institucionais assegurados pelo papado ao bispo. A narrativa de Andrea foi composta para seduzir o olhar e convencê-lo de que as vozes das esposas e filhas florentinas eram mais numerosas e sonoras sob a direção monástica. Mas, essa potência visual não

<sup>50</sup> Para todas as citações deste parágrafo: ANDREA DE STRUMI – *Vita Sancti Johannis Gualberti*. MGH SS 30/2: 1097-1098; ANDREA DE STRUMI – *Vita*. AASS Iul. 3: 359-360.

<sup>51</sup> Ênfase que repercute também no clamor pela intervenção espírito, afinal o ordálio era realizado em nome do Apóstolo Pedro e da Virgem Maria: ANDREA DE STRUMI – *Vita Sancti Johannis Gualberti*. MGH SS 30/2: 1097-1098; ANDREA DE STRUMI – *Vita*. AASS Iul. 3: 359-360.



era um dado ou algum depoimento. Era uma técnica forjada para criar um efeito: tornar presente uma autoridade que João Gualberto e seus seguidores não possuíam<sup>52</sup>.

Mal havia saído do caminho ardente e o monge Pedro girou sobre os calcanhares, pronto a retornar às labaredas, mas foi “contido pelo povo” (*capitur a populo*). Os lábios que não buscavam tocar-lhe os pés cantavam aos céus, exaltando o Senhor por revelar a verdade. É relevante notar como a carta nomeia a natureza divina: “nosso Deus é fogo devorador” contra o qual o “fogo corpóreo” nada pode. *Deus noster ignis consumens est* (“nosso Deus é um fogo devorador”) não é uma frase cunhada pela epístola. Essa a solicitou a um livro bíblico, tal como transcrito na *Vulgata*<sup>53</sup>. E a frase não parece ter sido a única referência buscada naquelas páginas. Muitos elementos da cena do ordálio ressurgem de uma leitura da Epístola aos Hebreus: o jugo imposto pelos pecadores, a resiliência para suportar repreensões, a devassidão profana que surge da venda de um direito sagrado. Mas chama especial atenção a fórmula de santidade aí mencionada: “fazei veredas direitas para os vossos pés, para que o que manqueja não se desvie inteiramente, antes seja sarado. Segui a paz com todos, e a santificação, sem a qual ninguém verá o Senhor” (12: 13-14, 29). É o arquétipo do ordálio vallombrosano. Narrando aquela fria manhã de fevereiro, a epístola redizia a Sagrada Escritura. É impossível saber onde termina a autoridade bíblica e onde começa a realidade florentina. Mas isto é certo: os monges de João Gualberto trouxeram de volta à vida uma emoção que, segundo a Epístola aos Hebreus, um dia açoitara a mente de Moisés. O sentimento terrível, assombroso, de estar na presença de Deus, juiz de todos, que prometera: “ainda uma vez comoverei, não só a terra, senão também o céu” (12:26). Os vallombrosanos tornaram-se instrumentos da vontade inefável, do fogo que consome, destrói e aniquila no céu e na terra. Os derrotados canalizaram a fúria da santidade.

<sup>52</sup> Ver: HARTOG, François – *Evidência da História ...*, pp. 253-264.

<sup>53</sup> Versão utilizada para consulta: GAROFALO, Salvatore (Ed.) – *Biblia sacra Vulgatae editionis Sixti V Pont. Max. iussu recognita et Clementis VIII auctoritate edita*. Turim: Marietti, 1965.

As Sagradas Escrituras não teriam sido as únicas páginas a ganhar vida naquele dia. O que quer que tenha ocorrido em 13 de fevereiro de 1068 foi uma *performance jurídica* de alto rendimento. Ao tornar os florentinos partícipes da santa fúria, os monges cumpriam à risca uma exigência do *Digesto*. Essa seção da obra monumental compilada por ordem do imperador Justiniano no longínquo ano de 533 carregava a autoridade para determinar o que era público. A definição, curta e certa: “direito público é aquilo que compete ao estado das coisas romanas”<sup>54</sup>. Como notou Maria Filomena Coelho, nessa formulação, a palavra “estado” não era uma referência a um aparato governamental ou a algum conjunto de instituições centralizadas. *Status* significa aí “uma condição das coisas romanas”<sup>55</sup>. O termo se refere ao que pertence ao *populus*, ao que caracteriza particularidades do “povo”. Esse é precisamente um dos sentidos maiores da narrativa de Andrea. O ordálio é a forma visível de algo que dizia respeito singularmente ao “povo da cidade de Florença” (*populus Florentinae civitatis*). Redizendo a *Vulgata* e o *Digesto*, o relato sobre a prova do fogo é a narrativa de uma experiência controlada de manipulação da produção do direito e, como tal de localização da conduta pública. Expressadas como crença maravilhosa, as emoções ocupavam posição central na capacidade de construir a cooperação, expressar a agressão, intermediar a derrota e, finalmente, apresentar-se como um legítimo detentor da faculdade de julgar. Apelar à santificação pela fúria divina modificou o campo de ação disponível aos vallombrosanos ou, no mínimo, legitimou a ação do que quer que, naquela manhã de fevereiro, tenha ocorrido, deslocando tal campo. Modificação coroada com a deposição de Mezzabarba naquele mesmo ano e com a elevação do monge Pedro – posteriormente conhecido como “Pedro Igneo” – a cardeal da Sé Romana. Com o “indubitável prestígio adquirido por Pedro Igneo graças à prova do fogo”<sup>56</sup>, instituições eclesiásticas citadinas estavam finalmente abertas à influência dos monges de Vallombrosa, que contavam agora com duas

---

<sup>54</sup> Digesto 1.1.2. Ver: *Corpus iuris civilis*. Vol.2. *Codex Justinianus*. Berlim: Weidmannos, 1906.

<sup>55</sup> COELHO, Maria Filomena – “Um universo plural: política e poderes públicos na Idade Média (séc. XII XIII)”. in TORRES FAUAZ, Armando (ed.) – *La Edad Media en perspectiva latinoamericana*. Heredia: Ed. de la Universidad Nacional de Costa Rica, 2018, pp. 145-146.

<sup>56</sup> D’ ACUNTO, Nicolangelo – “Pietro Igneo” ...; ver também: MICCOLI, Giovanni – *Pietro Igneo ...*, pp. 150-154.

novas frentes para reaver seu berço espiritual, o “foro público”: o bispado e o cardinalato.

No século XI, um poder público dirige emoções.

## Referências bibliográficas

### Fontes impressas

ALEXANDRE II – *Epistolae*. PL 146: 1330.

ANDREA DE STRUMI – *Vita Sancti Arialdi*. MGH 30/2.

ANDREA DE STRUMI – *Vita Sancti Johanni Gualberti*. MGH SS 30/2.

ANDREA DE STRUMI – *Vita*. AASS Iul.

ARNULFO – *Gesta archiepiscoporum Mediolanensium*. MGH SS 8.

ATO DE PISTOIA – *Vita Altera*. AASS Iul. 3.

ATO DE PISTOIA – *Vita Sancti Iohannis Gualberti*. PL 146.

BERNOLDO DE COSTANÇA – *De solution iuramentorum*. MGH Ldl 2.

BONIZO DE SUTRI – *Liber Ad Amicum*. MGH Ldl 1.

CONRADO II – *Diplomae*. MGH DD K II.

*Corpus iuris civilis*. Vol.2. *Codex Justinianus*. Berlim: Weidmannos, 1906.

D'ACUNTO, Nicolangelo; SARACENO, Lorenzo (Org.) – *Opere di Pier Damiani: Lettere (41-67)*. Roma: Città Nuova, 2002.

DESIDERIO DE MONTE CASSINO – *Dialogi de Miraculis sancti Benedicti*. MGH SS 30/2.

GAROFALO, Salvatore (Ed.) – *Biblia sacra Vulgatae editionis Sixti V Pont. Max. iussu recognita et Clementis VIII auctoritate edita*. Editio emendatissima apparatus critico instructa, cura et studio Monachorum Abbatiae Pontificiae Sancti Hieronymi in Urbe Ordinis Sancti Benedicti. Turim: Marietti, 1965.

LANDOLFO – *Historia Mediolanensis*. MGH 8: 76-96.

MOSIICI, Luciana (Ed.) – *Le carte del monastero di San Miniato al Monte (secoli IX-XII)*. Florença: Olschki, 1990.

PIATOLLI, Renato (Ed.) – *Le Carte della canonica della cattedrale di Firenze*. Florença: Istituto storico italiano per il Medio Evo, 1938.

PEDRO DAMIÃO – *Epistolas*. MGH Briefe 2.

SCHIAPARELLI, Luigi (Ed.) – *Le Carte del monastero di S. Maria di Firenze (Badia)*. Vol.1. Roma: Ermanno Loescher, 1913.

SIGEBERTO DE GEMBLoux – *Chronica*. MGH SS 6: 363.

UGHELLI – *Italia Sacra*, 3.

*Vita Sancti Iohannis Gualberti Anonyma*. MGH SS 30/2: 1106.

### Estudos

ADOLPHS, Ralph; ANDLER, Daniel – “Investigating Emotions as Functional States Distinct from Feelings”. *Emotion Review* 10/3 (2018), pp. 191–201.

ANGELINI, Roberto – *La “Vita Sancti Iohannis Gualberti” di Andrea da Genova*. Florença: Sismel/Ed. Del Galuzzo, 2011.

ANGELINI, Roberto – “*Iniuriam pertulit*: dell’offesa ricevuta dal beato padre Giovanni Gualberto, fondatore di Vallombrosa, durante il soggiorno a Camaldoli: testimonianze, reticenze e trasformazioni nella tradizione agiografica”. in SALVESTRINI, Francesco (Ed.) – *Monaci e pellegrini nell’Europa medievale: viaggi, sperimentazioni, conflitti e forme di mediazione*. Florença: Ed. Polistampa, 2014, pp. 157-168.

APECITI, Ennio – “Andrea di Strumi, beato (sec. XI)”. *Dizionario della Chiesa Ambrosiana*. Vol.1. Milão: NED, 1987, pp. 145-146.

BACK, Dominik; DAYAN, Peter – “Algorithms for survival: a comparative perspective on emotions”. *Nature Reviews/Neuroscience* 18 (2017), pp. 311-319.

BOESCH GAJANO, Sofia – “Storia e tradizioni vallombrosane”. *Bullettino dell’Istituto Storico Italiano per il Medio Evo* 76 (1964), pp. 99-125.

BOUCHERON, Patrick – “Palimpsestes ambroisienes: la commune, la liberte et le saint patron (Milan, XIe-XVe siècle)”. in CHASTANG, Pierre (Dir.) – *Le Passé à l’Épreuve du Présent: appropriations et usages du passé du Moyen Âge à la Renaissance*. Paris: PUPS, 2008, pp. 15-37.

BOVO, Claudia Regina – *Em busca da Renovatio cristã: simonia e institucionalidade eremítica na correspondência de Pedro Damiano (1041-1072)*. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2012. Tese de Doutorado.

CASTANHO, Gabriel – “A construção de uma comunidade sensível: corpo, afeto e emoção nos escritos de Guigo I (Grande Cartuxa, 1109-1136)”. *Pasado Abierto* 9 (2019), pp. 34-59.

COELHO, Maria Filomena – “Um universo plural: política e poderes públicos na Idade Média (séc. XII-XIII)”. in TORRES FAUAZ, Armando (Ed.) – *La Edad Media en perspectiva latinoamericana*. Heredia: Ed. de la Universidad Nacional de Costa Rica, 2018, pp. 145-146.

COLLINGWOOD, Robin George – *A Ideia de História*. Lisboa: Ed. Presença, 2001.

D' ACUNTO, Nicolangelo – “Lotte religiose a Firenze nel secolo XI: aspetti della rivolta contro il vescovo Pietro Mezzabarba”. *Aevum* 66/2 (1993), pp. 279-312.

D' ACUNTO, Nicolangelo – “Pietro Igneo”. in *Dizionario Biografico degli Italiani*, vol. 83 (2015) [Consultado a 13 novembro 2019]. Disponível em [http://www.treccani.it/enciclopedia/pietro-igneo\\_\(Dizionario-Biografico\)](http://www.treccani.it/enciclopedia/pietro-igneo_(Dizionario-Biografico)).

DAMERON, George – “The cult of St Minias and the struggle for power in the diocese of Florence, 1011-1018”. *Journal of Medieval History* 13/2 (1987), pp. 125-141.

DAMERON, George – *Episcopal Power and Florentine Society (1000-1320)*. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

DASTON, Lorraine; PARK, Katharine – *Le Meraviglie del Mondo. Mostri, prodigi e fatti strani dal Medioevo all'Illuminismo*. Roma: Carocci, 2000.

DE CERTEAU, Michel – *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DI FEBBO, Martina – *Mirabilia e Merveille: le trasformazioni del meraviglioso nei secoli XII-XV*. Macerata: Edizioni Università di Macerata, 2015.

ELM, Kaspar – “La Congregazione di Vallombrosa nello Sviluppo della vita religiosa altomedievale”. in COMPAGNONI, Giordano Monzio (Org.) – *I Vallombrosani nella società italiana dei secoli XI e XII*. Vallombrosa: Ed. Vallombrosa, 1995, pp. 13-34.

EWALD, Paul – “Die Papstbriefe der Britischen Sammlung”. *Neues Archiv der Gesellschaft für ältere deutsche Geschichtskunde* 5 (1880), pp. 274-414.

GINZBURG, Carlo – “Controlando a evidência: o juiz e o historiador”. in NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério (Org.) – *Nova História em Perspectiva*. São Paulo: Cosa & Naify, 2011, pp. 341-358.

GOLINELLI, Paolo – “I Vallombrosani e I movimenti patarinici”. in COMPAGNONI, Giordano Monzio (Org.) – *I Vallombrosani nella società italiana dei secoli XI e XII*. Vallombrosa: Ed. Vallombrosa, 1995, pp. 35-56.

GOLINELLI, Paolo – *La Pataria: lotte religiose e social nella Milano dell’XI secolo*. Milão: Europia-Jaca Book, 1984.

HARARI, Yuval Noah – *Homo Deus: Uma breve história do amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HARTOG, François – *Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

HARTOG, François – *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

HOWE, John McDonald – *Before the Gregorian Reform: the Latin Church at the turn of the first millenium*. Ithaca: Cornell University Press, 2016.

IOGNA-PRAT, Dominique – *La Maison Dieu: une histoire monumentale de l’Église au Moyen Âge*. Paris: Seuil, 2006.

JESTICE, Phyllis G. – *Wayward monks and the religious revolution of the eleventh century*. Leiden: Brill, 1997.

KARANT-NUNN, Susan C. – *The Reformation of Feeling: Shaping the Religious Emotions in Early Modern Germany*. New York: Oxford University Press, 2010.

LE GOFF, Jacques – *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1990.

LEYSER, Henrietta – *Hermits and the New Monasticism: A Study of Religious Communities in Western Europe 1000-1150*. Nova York: Macmillan Publishers Limited, 1984.

LUCCHESI, Giovanni – “Per una Vita di San Pier Damiani. Componenti cronologiche e topografiche”. in *San Pier Damiano. Nel IX centenario della morte (1072-1972)*. Vol.1. Cesena: Centro studi e ricerche sulla antica provincia ecclesiastica ravennate, 1972, pp. 13-179.

MEADE, Denis – “From Turmoil to Solidarity: The Emergence of the Vallumbrosan Monastic Congregation”. *The American Benedictine Review* 19 (1968), pp. 323-357.

MICCOLI, Giovanni – *Pietro Igneo: studi sull’età gregoriana*. Roma: Istituto Storico Italiano per il Medio Evo, 1962.

MICCOLI, Giovanni – *Chiesa Gregoriana: ricerche sulla Riforma del secolo XI*. Roma: Herder, 1999.

MILO, Yuram – *Tuscany and the Dynamics of Church Reform in the Eleventh Century*. Stanford, CA: Stanford University, 1979. Ph.D. Thesis.

MOORE, Robert Ian – “Family, Community, and Cult on the Eve of the Gregorian Reform”. *Transactions of the Royal Historical Society* 5 (1980), pp. 49-69.

NAGY, Piroska – “Collective Emotions, History Writing and Change: The Case of the Pataria (Milan, Eleventh Century)”. *Emotions: History, Culture, Society* 2/1 (2018), pp. 132–152.

ROMERO, Mariza – “Entrevista: François Hartog”. *Revista Brasileira de História* 35/70 (2015), pp. 281-291.

RONZANI, Mauro – “Pietro Mezzabarba e I suoi confratelli”. in BALOSSINO, Simones; GARBARINO, Gian Battista (Org.) – *Organizzazione ecclesiastica nel tempo di San Guido: istituzioni e territorio nel secolo XI*. Acqui Terme: Impressioni Grafiche, 2007, pp. 139-186.

ROSENWEIN, Barbara H. – *Emotional Communities in the Early Middle Ages*. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

ROSENWEIN, Barbara H. – “Problems and Methods in the History of Emotions”. *Passions in Context: International Journal for the History and Theory of Emotions* [em linha] 1 (2010). [Consultado a 6 julho 2019]. Disponível em: <http://www.passionsincontext.de>.

ROSENWEIN, Barbara H. – “Worrying about Emotions in History”. *American Historical Review* 107 (2010), pp. 821–845.

RUST, Leandro Duarte – “A autoridade, o desejo e a alquimia da política: linguagem e poder na constituição do papado medieval (1060-1120)”. *Varia Historia* [em linha] 27/45 (2011), pp. 161-187 [Consultado a 6 julho 2019]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-87752011000100008>.

RUST, Leandro Duarte – *Bispos Guerreiros: violência e fé antes das cruzadas*. Petrópolis: Vozes, 2018.

SALA, Torello (Ed.) – *Dizionario Storico Biografico di scrittori, letterati ed artisti dell'ordine di Vallombrosa*. Vol.1. Firenze: Iacobus Faber, 1929.

SCHIEFFER, Rudolf – “Spirituales Latrones. Zu den Hintergründen der Simonieprozesse in Deutschland zwischen 1069 und 1077”. *Historisches Jahrbuch* 92 (1972), pp. 19-60.

SLOTERDIJK, Peter – *Ira e Tempo: ensaio político-psicológico*. Belo Horizonte: Estação Liberdade, 2010.

SOMERS, Margaret – “The Narrative Constitution of Identity: a relationship and network approach”. *Theory and Society* 23/5 (1994), pp. 605-660.

SPINELLI, Giovanni; ROSSI, Giustino (Org.) – *Alle Origini di Vallombrosa: Giovanni Gualberto nella società dell'IX secolo*. Milão: Europa-Jaca Book, 1984.

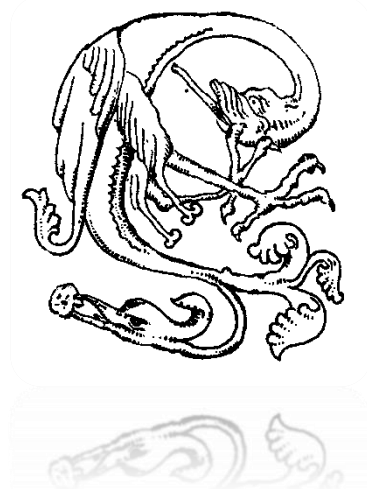
UTZ, Richard – *Medievalism: A Manifesto*. Kalamazoo: ARC Humanities Press, 2017.

VOLLRATH, Hannah – “L’accusa di simonia tra le fazioni contrapposte nella lotta per le investitura”. in VIOLANTE, Cinzio; FRIED, Johannes (Ed.) – *Il Secolo XI: una svolta?* Bolonha: Il Mulino, 1993, pp. 131-156.

ZHUANG, Jyun-Rong; GUAN, Ya-Jing; NAGAYOSHI, HAYATO; YUGE, LOUIS; LEE, Hee-Hyol, TANAKA, Eiichiro. “Two-Dimensional Emotion Evaluation with Multiple Physiological Signals”. *Advances in Affective and Pleasurable Design*. AHFE (2018); vol 774, 2019, pp. 158-168.

#### COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

RUST, Leandro Duarte – “A Santidade Enfurecida: monges e bispos medievais em uma disputa pelas emoções públicas”. *Medievalista* 28 (Julho – Dezembro 2020), pp. 279-310. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.







MEDIEVALISTA

N.º 28 | Julho – Dezembro 2020

ISSN 1646-740X

---

## **O realismo direto na teoria da cognição intelectual de Tomás de Aquino: análise e objeções**

**Direct realism in Tomás de Aquino's theory of intellectual  
cognition: analysis and objections**

*Gilson Damasceno Linhares*

Bolsista da FAPESB (Fundação de Amparo a Pesquisa da Bahia)  
42738845 Lauro de Freitas, Bahia, Brasil

[linhares753@gmail.com](mailto:linhares753@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-4008-3379>

Data recepção do artigo / Received for publication: 27 de Dezembro de 2019

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 27 de Abril de 2019

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.3341>

## RESUMO

Este texto tem como objetivo uma apresentação introdutória da hipótese interpretativa do realismo direto, no que diz respeito à relação entre o conceito e o objeto, na gnosiologia tomasiana. O realismo direto levanta a hipótese de que há uma relação de identidade formal entre a *species intelligibilis*/conceito e a coisa externa. Devido a esta tese da identidade formal, devemos negar que tais entidades sejam intermediárias entre o intelecto e a coisa. Portanto, a negação de uma entidade mental intermediária excluiria uma interpretação representacionista. Pretendemos, após analisar as principais teses do realismo direto, propor algumas objeções a estas. Teremos como foco de objeção a tese central da identidade formal e o fundamento desta, a saber, a forma comum.

**Palavras-chave:** Tomás de Aquino, Conceito; Objeto; Identidade; Intelecto; Coisa.

## ABSTRACT

This text aims at an introductory presentation of the interpretative hypothesis of direct realism, with regard to the relationship between the concept and the object, in Thomasian gnosiology. Direct realism raises the hypothesis that there is a formal identity relationship between the species intelligibilis / concept and the external thing. Due to this thesis of formal identity, we must deny that such entities are intermediaries between the intellect and the thing. Therefore, the denial of an intermediate mental entity would exclude a representationalist interpretation. After analyzing the main theses of direct realism, we intend to propose some objections to these. We will object to the central thesis of formal identity and its basis, namely, the common form.

**Keywords:** Thomas Aquinas, Concept; Object; Identity; Intellect; Thing.



O conceito é o produto do ato intelectual, mas o que se encontra em nosso intelecto é a mesma forma da coisa ou uma representação da essência desta? Neste contexto surgem duas interpretações possíveis que aparecem no século XX, a saber, o realismo direto e o representacionalismo. Tais interpretações divergem a respeito da relação que o conceito tem com o objeto externo, na teoria do conhecimento, elaborada por Tomás de Aquino ao longo de suas obras. O foco do presente texto será apresentar apenas a interpretação do realismo direto e veremos algumas possíveis objeções.

Começaremos apresentando a interpretação do realismo direto a respeito da relação entre conceito e objeto em Tomás, de acordo com as três teses argumentativas principais. Os realistas, pelo fato de defenderem uma cognição direta da coisa, reclamam para si a afirmação de que o objeto imediato de conhecimento do nosso intelecto são as coisas do mundo exterior. O principal motivo pelo qual os realistas negam o representacionalismo, pelo menos do modo como eles o apresentam, é que se o conceito é uma entidade representacional, ela passa a ser necessariamente o nosso objeto imediato de conhecimento. Para conhecer o objeto externo, primeiro precisaríamos direcionar a nossa atenção para o conceito e só depois conhecer o mundo exterior. Por isto deve-se negar o representacionalismo.

A segunda tese que iremos expor é que o termo “semelhança” ou “similitude” em outras traduções deve ser entendido no sentido de que há uma identidade formal entre a forma da coisa e o conteúdo formal do conceito. A terceira tese é a noção de intencionalidade. Esta é a maneira como Kenny procura explicar o duplo modo de existência das formas na filosofia do aquinate. Um é o modo natural<sup>1</sup>, tal como se

---

<sup>1</sup> KENNY, Anthony – “Intentionality: Aquinas and Wittgenstein”. In *Thomas Aquinas. Contemporary Philosophical Perspectives*. Ed. B. Davies. Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 146.

encontra no mundo, unida à matéria. O segundo modo é intencional<sup>2</sup>, tal como existe no intelecto, sem matéria. Esta tese procura defender que, apesar da forma existir na realidade de uma maneira e no intelecto de outra, não há falsidade no conhecimento de tal forma, pois há a preservação dos aspectos essenciais destas.

### **1. Intelecção direta e o objeto imediato do conhecimento humano.**

O realismo direto se caracteriza pela afirmação de que nosso conhecimento intelectual a respeito da coisa material é direto. Por isso, o nosso intelecto tem como objeto imediato de conhecimento as coisas do mundo exterior. A partir daí se pode afirmar que é a coisa material que se encontra em nosso intelecto. Claro que se encontra presente neste ao modo do intelecto, sem matéria.

Portanto, no realismo direto nega-se uma entidade mental que garanta o acesso ao objeto material. Isto é, não há representações intermediárias entre o sujeito e a coisa conhecida. Ou pelo menos, não há intermediários que sejam necessários para que possamos conhecer a coisa externa. Então, basta para os realistas admitirem apenas dois elementos no ato cognitivo humano, o sujeito cognoscente e a coisa material.

Entretanto, segundo Stump é importante evitar uma leitura tão rigorosa, quando olharmos o realismo direto, como uma interpretação que diz que temos uma cognição direta das coisas. Pois, quando dizemos cognição direta, compreende-se que a nossa apreensão de um objeto ocorre através de um ato indivisível, isto é, sem que haja a necessidade de que algo cause a nossa percepção desta coisa. Não haveria também a necessidade de nenhum processo intermediário entre o conhecedor e a coisa conhecida. Segundo Stump, isto nos levaria a um realismo ingênuo, pois conhecer deste modo compete apenas a Deus<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> KENNY, Anthony – “Intentionality: Aquinas and Wittgenstein“ ..., p. 146.

<sup>3</sup> STUMP, Eleonore – *Aquinas*. London: Routledge, 2003, p. 245.

Devemos compreender a cognição<sup>4</sup> direta como uma apreensão que tem como objeto de conhecimento a coisa externa e não uma *species* interna. Tal *species* é apenas a semelhança, efeito da afecção causada em nós pela coisa, e pela qual nós conhecemos o objeto externo. A *species* aparece como a presença, em nós, da coisa que se encontra no mundo externo. Assim como sei o que acontece em uma partida de futebol, mesmo não estando no estádio, quando a assistimos pela televisão. O que acontece na TV é a transmissão do que ocorre no estádio, porque a TV transmite os dados captados do que está acontecendo no estádio. De fato, há diversas passagens onde Tomás procura reforçar<sup>5</sup> que as *species* são o modo pelo qual conhecemos o mundo externo.

Portanto, podemos distinguir duas versões do realismo direto segundo o que foi dito. A primeira versão é chamada de realismo ingênuo, onde não admitiria nenhum processo intermediário entre o sujeito e o objeto. A segunda versão seria um realismo direto modificado, pois admite que há um processo intermediário, contudo, este intermediário não impediria um conhecimento direto. Isto se tornaria possível apenas se admitíssemos que esse intermediário, *species intelligibilis*, possui uma relação de identidade formal para com a forma presente na coisa material.

Feita a ressalva para evitar uma leitura ingênua do realismo direto em Tomás, iremos focar na segunda versão do realismo. Vejamos como se apresenta o primeiro argumento que caracteriza o realismo direto, que é como o objeto imediato do nosso intelecto são as coisas do mundo externo.

Precisamos deixar claro neste tópico da interpretação representacionista que sempre que nos referirmos a esta interpretação, falaremos dela sob a ótica dos realistas diretos. Os realistas<sup>6</sup> parecem se concentrar em um representacionismo

---

<sup>4</sup> O termo cognição se repetirá muito ao longo do nosso texto. Ele deve ser entendido como o processo de aquisição dos dados intelectuais recebidos.

<sup>5</sup> TOMÁS DE AQUINO – *Suma de Teologia* I<sup>o</sup> q.85, a.2, ad.2. p. 522

<sup>6</sup> Apenas para citar alguns: KRETZMANN, Norman – “Philosophy in Mind”. in KRETZMANN, Norman; STUMP, Eleonore (org.) – *The Cambridge companion to Aquinas*. Cambridge: Cambridge

inferencial ou idealista, como chama Pasnau. Este representacionalismo é claramente rejeitado por Tomás em diversas passagens, como veremos no decorrer do texto. Tal leitura tem como característica central a afirmação de que objeto imediato do nosso conhecimento é o conceito e apenas secundariamente e indiretamente conheceríamos a coisa externa.

Dois argumentos ganham destaque, contra a tese de que os conceitos são o objeto de nossa cognição. O primeiro é de que seriam impossíveis as ciências naturais, tais como a física, pois esta tem como objeto as coisas que existem fora do intelecto<sup>7</sup>. Se o objeto da nossa cognição fosse o conceito, não conheceríamos os corpos externos e isso impossibilitaria a produção de ciências como a física.

O segundo é de que o relativismo seria inevitável. Isso ocorreria pelo fato de que nossos julgamentos se dão sempre sobre aquilo que apreendemos individualmente. Cada indivíduo formaria para si um conceito com base em sua percepção individual e o tomaria como verdadeiro. Isto faria com que todos os nossos julgamentos fossem verdadeiros, mesmo que eles se contradissem entre si. Com base nesses dois argumentos, Perler se apoia para afirmar que Tomás defende um realismo direto, onde os objetos do nosso intelecto são as formas das coisas do mundo exterior. Portanto, podemos acessá-las diretamente, garantindo assim a objetividade do nosso conhecimento.

Para afirmar que a coisa material é o objeto imediato da nossa cognição, por que nossa cognição é direta, os realistas se apoiam em algumas teses para fundamentar sua interpretação da epistemologia tomasiana. A cognição só é dita direta, porque estas teses são pressupostas. A primeira que veremos a seguir é como o termo similitude costuma ser interpretado pelos realistas. O segundo argumento é o da

---

University Press, 1993, pp. 128-159; PERLER, Dominik – “Essencialism and Direct Realism: Some Late Medieval Perspectives”. *Topoi* 19 (2000), pp. 111-122.

<sup>7</sup> TOMÁS DE AQUINO – *Suma de Teologia* 1<sup>o</sup> questão 84, artigo 1, p. 509.

identidade formal, esta prega a igualdade entre o intelecto e a coisa pensada<sup>8</sup>. Aliada a esta, está a tese ontológica da dupla existência da forma, que existe de um modo no intelecto e de outro na coisa. Só é possível admitir a tese da identidade formal, se admitirmos que a mesma forma esteja presente no sujeito e na coisa. Estas teses serão objeto de investigação das próximas seções. Outra tese é que o acesso direto do intelecto à coisa, ocorre porque há uma relação de intencionalidade<sup>9</sup> entre o ato intelectual e a coisa externa. A intencionalidade nos permitiria prescindir de intermediários cognitivos. Assim, a cognição das coisas materiais é direta e imediata. Não caberia a acusação de um realismo ingênuo, pois a coisa causa sobre nós uma afecção e é recebida como *species*, isto é, ao modo do sujeito. Contudo, tais *species* possuem um mero papel instrumental, como veremos. As *species* possuem um papel fundamental no processo de atualização do intelecto, tornando possível a intelecção, mas não é o alvo de nosso conhecimento. Tornam-se objeto de conhecimento apenas secundariamente. Porém, agora a coisa material já não é mais o alvo do conhecimento.

## 2. Interpretação do Realismo Direto sobre o termo *similitude* em Tomás de Aquino.

O termo “similitude” é a palavra-chave sobre a qual há uma divergência interpretativa entre os realistas diretos e os representacionistas. Como visto anteriormente, a *species* é uma forma intencional, isto é, é o modo como a forma da coisa se torna presente em nossa faculdade cognitiva. Tal *species* é descrita como uma similitude da forma presente na coisa.

---

<sup>8</sup> Norman Kretzmann se apoia na seguinte passagem para afirmar isto: “o intelecto em ato e o inteligível em ato são a mesma coisa da mesma maneira que os sentidos em ato e os sensíveis em ato”. TOMÁS DE AQUINO – *Suma Contra os Gentios*, livro IV, capítulo II, nº59, p. 721.

<sup>9</sup> Estamos utilizando o termo intencionalidade aqui apoiados no artigo de Anthony Kenny, onde ele descreve a noção de intencionalidade na filosofia do aquinate como um modo de recepção das formas sensível e inteligível: “Tanto na percepção sensorial quanto na aquisição de informação intelectual, a recepção da forma é feita de uma maneira mais ou menos imaterial, por um ser humano. Em ambos, na percepção e no pensamento, existe uma forma intencional. Quando vejo a vermelhidão do sol poente, a vermelhidão existe intencionalmente na minha visão, quando penso na redondeza da Terra, a circularidade existe no meu intelecto. Em cada caso a forma existe sem a matéria a que se juntou na realidade: o próprio sol não entra no meu olho, nem a Terra, com toda a sua massa, passa para o meu intelecto” (KENNY, Anthony – “Intentionality: Aquinas and Wittgenstein” ..., p. 253).

Portanto, o termo “similitude”<sup>10</sup> aparece nesta discussão com dois modos possíveis de interpretação. De um lado, o realismo direto interpreta a similitude ou semelhança como uma identidade formal entre as *species* e a coisa externa. O representacionalismo compreende a *species* como uma representação mental da forma presente na coisa. A escolha de um dos modos de interpretar obviamente nos conduz a uma compreensão radicalmente distinta da epistemologia tomasiana.

Os realistas negam que o termo similitude traga a conotação de representação. Além disso, há muito mais passagens que afirmam a relação de identidade entre o objeto e a nossa faculdade cognitiva<sup>11</sup>.

Segundo os realistas, o termo similitude deve ser visto à luz geral do processo de conhecimento humano. Isto significa dizer que o conhecimento ocorre mediante uma identidade formal, pois a cognição acontece sempre quando a forma da coisa está presente no sujeito. A forma se encontra presente no sujeito de modo composto. Todavia, a forma do sensível se encontra no sujeito ao modo de *species sensibilis*. A forma inteligível se encontra no intelecto ao modo de *species intelligibilis*.

Em seu artigo, D. Perler apresenta o motivo pelo qual devemos negar o representacionalismo, se a justificativa for apenas as passagens onde o termo similitude sugerisse representação. Por isso, ele defende como, segundo o realismo, deve ser entendida a noção de similitude:

“Dado esse entendimento técnico do termo latino *similitudo*, seria bastante errôneo atribuir uma posição representacionista a Tomás de Aquino com base em suas declarações sobre similitude. Pelo contrário, essas afirmações claramente falam a favor de uma versão modificada do realismo direto. Para o que está imediatamente presente ao intelecto

---

<sup>10</sup> Em latim *similitudo*.

<sup>11</sup> As principais passagens mais utilizadas pelos realistas que afirmam uma relação de identidade e que o objeto imediato de cognição é a coisa externa são: TOMÁS DE AQUINO – *Suma de Teologia I*° q.78, a.3 c, p. 402.



quando apreende uma *species* como semelhança, é a forma de uma coisa - a mesma forma que também é presente na coisa material. É de fato essa relação de identidade, não uma relação de similaridade, que faz uma *species* uma semelhança. A *species* funciona como uma semelhança e é, portanto, sobre algo, porque a mesma forma é instanciada em dois lugares diferentes: dentro e fora do intelecto”<sup>12</sup>.

Nesta passagem, Perler indica como o termo similitude é interpretado no realismo direto. A similitude não deve ser interpretada como uma semelhança representacional, isto é, o conceito não é um intermediário entre o sujeito e a coisa. Nem deve ser entendida como imagem da coisa. Antes, deve ser lido com base em duas teses: a noção de identidade formal e de que a forma é algo instanciável. Portanto, similitude deve ser entendida ao modo de identidade formal, assim a *species intelligibilis* é idêntica à forma da coisa. Só há identidade formal quando similitude é entendida como um compartilhamento de formas. A forma só pode ser compartilhada entre sujeito e coisa quando afirmamos a tese de que a forma é um instanciável. Pois, é a mesma forma que existe no intelecto e fora dele.

Com a união das duas teses realistas, o termo similitude ganha o significado de compartilhamento de formas<sup>13</sup>, em seu sentido mais técnico do realismo direto. Na mesma página do texto Perler distingue três modos de similitude, ou seja, três maneiras como pode ocorrer um compartilhamento de formas.

O primeiro sentido é quando X e Y compartilham a mesma forma sobre aspecto e modo iguais. Assim como duas coisas compartilham o mesmo grau de brancura. No segundo sentido, X e Y compartilham a mesma forma, segundo o mesmo aspecto, todavia de modos distintos. Duas coisas compartilham a forma da brancura, todavia, em X a brancura possui grau mais forte do que em Y. No terceiro sentido de similitude, X e Y compartilham a mesma forma, contudo, o aspecto e modo são distintos. Como quando uma coisa quente aquece a outra. A coisa X compartilha a

---

<sup>12</sup> PERLER, Dominik – “Essentialism and Direct Realism” ..., p. 116.

<sup>13</sup> PERLER, Dominik – “Essentialism and Direct Realism” ..., p. 115.

forma da quentura com Y, contudo, o faz em graus e aspectos distintos. Pois, X é a causa da quentura de Y. Para Perler, o que é evidenciado com esta distinção entre os sentidos de similitude é o compartilhamento das formas que é comum aos três tipos. Ainda que eles sejam compartilhados de modos e aspectos distintos, não perdem a similitude.

Apenas quando se admite que a *species* é a presença da mesma forma da coisa, quando instanciada no sujeito, temos a tese de que a mesma forma é compartilhada entre ambos. A partir daí, poderíamos admitir que nossa faculdade cognitiva tivesse a coisa externa como objeto imediato de cognição.

### **2.1. Forma comum e a tese da identidade formal.**

Antes de falarmos sobre a identidade formal, vale ressaltar certo pressuposto que está conectado a tal tese. Vimos no tópico anterior que os realistas reduzem a noção de similitude à identidade formal. O termo similitude aparece com significado técnico de compartilhamento de formas, daí ser possível admitir identidade entre a forma presente no intelecto e na coisa. Neste sentido, a relação de conhecimento entre sujeito e objeto se concretiza quando o sujeito tem presente consigo a mesma forma do objeto. Em outros termos, podemos afirmar que a coisa compartilha a sua forma com o sujeito, já que a coisa é a causa da existência da forma no intelecto humano. Por isso, nesta relação a forma é o que há de comum entre sujeito e objeto. Esta forma comum é o que fundamenta e torna possível a tese da identidade formal do realismo direto. Justamente ela será alvo de breve apresentação, antes de expormos a tese da identidade formal.

#### **2.1.1. Forma comum**

Para que a mesma forma esteja instanciada em mais de um objeto ou intelecto, devemos admitir que ela possuísse certa universalidade<sup>14</sup>. É justamente a partir

---

<sup>14</sup> Há diversas passagens onde Tomás afirma a existência desta forma comum ou natureza comum. Como se segue: “toda forma recebida em um refratário singular (matéria) pelo qual é individualizada é comum a muitos, seja realmente, seja pelo menos quanto à razão. Por exemplo, a natureza humana é comum a muitos, realmente e quanto à razão” – TOMÁS DE AQUINO – *Suma de Teologia I*<sup>a</sup> q.19, a.1 ad.3, p. 262.

daí que Perler afirma que as formas precisam ser universais<sup>15</sup>, apenas assim poderiam estar presentes no intelecto e na coisa ao mesmo tempo. Universal é definido como aquilo que é ou deve ser apto para estar instanciado em diversos.

A forma tomada como universal é essencial para que se possa afirmar a tese da identidade formal. Pois ela nada mais é do que a afirmação de que uma mesma forma existe instanciada na coisa e no intelecto do sujeito de modo conceitual. Se a forma não for, por si, um universal, não poderia encontrar-se nos diversos entes, menos ainda no intelecto. Por consequência, seria impossível conhecermos a coisa, visto que segundo a interpretação realista conhecer é receber a mesma forma da coisa individual.

A epistemologia do realismo direto se caracteriza por dois pontos principais em Tomás, a cognição direta e o processo de assemelhação. Na cognição direta se afirma que não é necessário admitir formas representacionais. Mesmo as *species* são apenas resultado do processo de assemelhação. Portanto, conhecemos a coisa diretamente. Não é preciso conhecer a *species* e depois conhecer a coisa. Isto não é necessário simplesmente porque elas não diferem quanto aos dados estruturais (essenciais). Quanto ao processo de assemelhação, no qual as *species* são o resultado da atividade de recepção da forma da coisa, a forma recebida dos objetos se adequa ao sujeito cognoscente. Por isso, o intelecto recebe a forma inteligível.

Na tentativa de explicar como a mesma forma se encontra no intelecto e fora dele, Perler afirma:

“... há uma segunda tese metafísica à espreita no fundo do realismo direto de Tomás de Aquino. Ele assume que a forma (às vezes também chamada de "natureza") de uma coisa pode ter dois tipos de existência. “Mas essa mesma natureza”, afirma, “a chamada natureza humana, tem uma dupla existência: uma material, segundo o modo natural tal como está na matéria, e [outra] imaterial, tal como está no intelecto.” O ponto

---

<sup>15</sup> PERLER, Dominik – “Essentialism and Direct Realism” ..., p. 116.

é que é uma e a mesma forma (ou natureza) que pode existir tanto na realidade extramental quanto no intelecto”<sup>16</sup>.

Para explicar a característica de universalidade desta forma comum entre o intelecto e o objeto, segundo Perler, há uma tese metafísica sustentada por Tomás. Esta consiste na afirmação de que a forma possui duplo modo de existência: material e imaterial<sup>17</sup>. A existência material é o modo natural da forma, que existe unida a matéria. A existência imaterial é o modo como se encontra no intelecto. Devido à possibilidade de uma mesma forma manter sua identidade mesmo neste duplo modo de existência é que podemos afirmar a tese da identidade formal. Pois, é a mesma forma que está instanciada em distintos.

Procuraremos analisar algumas dificuldades desta tese em contraposição com outros pontos da filosofia tomasiana. Isto será feito no tópico dificuldades na interpretação realista.

### **2.1.2. Identidade formal**

Esta talvez seja a principal tese do realismo direto: a identidade formal entre a forma da coisa e o conceito presente no intelecto. Para explorar essa tese, veremos as principais passagens tomasianas utilizadas para fundamentá-la. Acompanhada destas passagens veremos os argumentos desta proposta interpretativa.

A tese da identidade formal é tão fundamental para a interpretação realista que Norman Kretzmann afirma o seguinte:

“A garantia de que o acesso é totalmente direto, ao ponto de [haver] identidade formal entre o objeto extra mental e a faculdade cognitiva ao conhecer esse objeto...”<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> PERLER, Dominik – “Essentialism and Direct Realism” ..., p. 113.

<sup>17</sup> TOMÁS DE AQUINO – *De Anima* II, 12, Leonina XLV/1, 116 (Marietti edition: II, 12, n. 378)

<sup>18</sup> KRETZMANN, Norman – “Philosophy of Mind” ..., p. 138.

Então a identidade formal é o que garante que o acesso intelectual ao objeto seja totalmente direto. Isto se deve ao fato de que, quando o intelecto está conhecendo o objeto, ambos são formalmente idênticos. A identidade ocorre no ato de conhecer. Tomás de fato afirma algo neste sentido em alguns textos. N. Kretzmann se apoia na seguinte passagem para afirmar isto: “o intelecto em ato e o inteligível em ato são a mesma coisa da mesma maneira que os sentidos em ato e os sensíveis em ato”.<sup>19</sup> A concordância entre intelecto e coisa é tal que não basta que a coisa esteja em ato para haver identidade entre eles. O intelecto deve estar necessariamente em ato ao mesmo tempo. Apenas quando está em ato, o intelecto está atualmente conhecendo. Para Tomás o ato de conhecer significa ter presente consigo a forma daquilo que se conhece. Todavia, com a afirmação de identidade formal apresentada pelos realistas, podemos inferir que conhecer é ser, em certa medida, a forma que se conhece, visto que a afirmação tomasiana diz que o intelecto enquanto conhece é a mesma coisa que o objeto. A tese de que conhecer é se assemelhar a coisa conhecida pode reforçar ainda mais esta ideia. Conhecer deste modo, com identidade formal, garante certa objetividade da atualização da faculdade cognoscitiva em relação ao seu objeto. Ora, é a mesma coisa que está no objeto que também atualiza o nosso intelecto. Há ainda a garantia de que todos os seres acessam a mesma forma. Assim formamos universalmente o conhecimento.

Além de a forma comum fundamentar a possibilidade de haver identidade formal, é preciso também que esta forma possua outra característica, como vimos que é a universalidade. Só podemos admitir identidade formal porque é a mesma forma que se encontra atualmente presente no intelecto do sujeito e no objeto conhecido. Por isso, vamos falar sobre esta condição postulada pelos realistas da forma estar instanciada de dois modos.

Kenny, ao falar desta dupla instanciabilidade da forma, apresenta resumidamente o que P. Geach diz sobre as ocorrências individuais da forma:

---

<sup>19</sup> Tomás também afirma algo semelhante em: *Suma Contra os Gentios*, livro IV, cap. II, n°59, p. 721.

“O que faz uma sensação ou pensamento de um X ser um X é que é uma ocorrência individual dessa mesma forma ou natureza que ocorre em um X — é assim que nossa mente 'alcança a realidade'; o que faz com que seja uma sensação ou pensamento de um X em vez de um X real ou um X (...) é que ocorre aqui da maneira especial chamada *esse intencionale*, e não da maneira “comum” chamada *esse naturale*”<sup>20</sup>.

Segundo Kenny, a forma pode ser instanciada de dois modos: intencional e natural<sup>21</sup>. O modo intencional<sup>22</sup> é a maneira característica de como recebemos a forma do objeto conhecido, sem o acompanhamento da matéria individual. O modo natural é a maneira como a coisa existe, materialmente. Assim, a identidade formal pode ser justificada porque a mesma forma vem a existir de modo duplo. Existe intencionalmente no intelecto e naturalmente no objeto.

Uma questão que surge a esta tese é a de que o objeto seria apreendido de modo distinto da realidade. Isto, por conseguinte, nos levaria a apreender falsamente o objeto externo. Todavia, Kenny diz que não haveria falsidade alguma, na apreensão intencional das coisas. Pois, a forma intencional traz consigo a mesma estrutura essencial que se encontra no objeto externo. A única distinção entre tais formas é o modo como elas estão instanciadas<sup>23</sup>.

É possível encontrar algumas passagens nos textos de Tomás que se referem à dupla existência da forma. No comentário ao *De Anima* o filósofo diz:

---

<sup>20</sup> KENNY, Anthony – “Intentionality: Aquinas and Wittgenstein” ..., p.247.

<sup>21</sup> KENNY, Anthony – “Intentionality: Aquinas and Wittgenstein” ..., p. 248.

<sup>22</sup> O termo intencional ou intencionalidade será objeto de atenção no próximo tópico, onde explicaremos com mais detalhes como Kenny apresenta a intencionalidade na filosofia tomasiana.

<sup>23</sup> Especificamente Norman Kretzmann fala sobre isto em seus dois textos: “Philosophy of mind”, cit. e *The Metaphysics of Creation*. Oxford: Oxford Clarendon Press: 2005.

“Agora uma natureza - digamos a natureza humana -, que pode ser pensada universalmente, tem dois modos de existência: um, material, na matéria fornecida pela natureza; o outro, imaterial, no intelecto”<sup>24</sup>.

Com base nesta passagem, a tese da recepção intencional da forma, apresentada por Kenny, tem fundamento na filosofia de Tomás, onde a forma existe unida à matéria<sup>25</sup>, na coisa, no caso das substâncias compostas e sem esta, quando recebida no intelecto. Uma questão pode ser levantada. O que torna possível a forma ter a chamada, por Kenny, existência intencional? É a noção de intencionalidade que será abordada no tópico seguinte.

### 3. Intencionalidade

Em seu artigo<sup>26</sup>, Kenny procura fazer uma análise sobre a noção de intencionalidade em Tomás. De modo resumido Kenny apresenta a noção de intencionalidade da seguinte maneira:

“Ambos a percepção dos sentidos e a aquisição de informações intelectuais, a recepção de formas de maneira, mais ou menos imaterial, por um ser humano. Tanto na percepção quanto no pensamento, existe uma forma intencional. Quando eu vejo a vermelhidão do sol poente, a vermelhidão existe intencionalmente em minha visão; quando penso na redondeza da terra, a sua forma circular existe no meu intelecto. Em cada caso, a forma existe sem a matéria à qual está associada na realidade: o sol em si não entra nos meus olhos, nem a terra, com toda a sua massa, muda para o meu intelecto”<sup>27</sup>.

---

<sup>24</sup> TOMÁS DE AQUINO – *De Anima* II, 12, Leonina XLV/1, 116 (Marietti edition: II, 12, n. 378): “Ista autem natura, cui advenit intentio universalitatis, puta natura hominis, habet duplex, tal: unum quidem materiale, secundarium quod est in materia naturali; aliud autem imateriale, secundarium quod est in intellectu”.

<sup>25</sup> Neste caso, a matéria tomada como princípio de individuação.

<sup>26</sup> KENNY, Anthony – “Intentionality: Aquinas and Wittgenstein” ..., p. 252.

<sup>27</sup> KENNY, Anthony – “Intentionality: Aquinas and Wittgenstein” ..., p. 253.

Portanto, a intencionalidade trata do modo humano de recepção de dados do mundo externo. A intencionalidade procura explicar como a forma da coisa passa a existir no sujeito que conhece. Este modo de existência se aplica tanto às formas sensíveis, que passam a existir nos sentidos – como visto, o processo de recepção de tais formas conservam as características individuais da coisa –, quanto às formas inteligíveis que existem no intelecto. Esta forma existe no intelecto sem nenhum traço de individualidade, pois é pensada sem matéria individual.

Kenny procura, ainda, distinguir existência intencional de existência imaterial. Para isto, o autor oferece dois exemplos que se referem à existência de algo e à recepção deste algo. Basicamente, a distinção entre a existência intencional e a imaterial é esta. A coisa B pode existir imaterialmente, mas quando pensada, ela é recebida intencionalmente. Sua existência é intencional quando está presente em um sujeito. Kenny oferece dois exemplos, um se refere à recepção de uma forma sensível e outro à de uma inteligível. Na recepção da forma sensível ele oferece o seguinte exemplo: uma coisa existe natural e materialmente em um objeto colorido. Entretanto, quando é recebido no olho, passa a existir intencionalmente. No exemplo da recepção de uma forma inteligível ele diz: o arcanjo Gabriel é uma forma naturalmente imaterial, mas, quando pensado por Rafael, então toma uma existência imaterial e intencional no intelecto do sujeito cognoscente. Para Kenny este é o modo característico do pensamento intelectual humano, a imaterialidade. Pois o intelecto é imaterial, e a intencionalidade, modo como este recebe a forma da coisa externa.

#### **4. Dificuldades na interpretação realista**

Neste tópico, pretendemos apresentar algumas dificuldades que surgem na admissão das teses realistas. Iniciaremos analisando a tese de identidade formal. Esta é uma suposição metafísica do realismo direto que, como demonstrado em tópicos anteriores, visa tornar possível a objetivação do conhecimento intelectual humano. Esta objetividade se tornaria possível através do estabelecimento de uma forma comum entre o intelecto e a coisa. Após isto, apontaremos a dificuldade na aceitação da tese a respeito da forma comum. Pois esta é tomada como um



universal que existe na coisa singular. Todavia, Tomás diz que tudo no indivíduo é totalmente individualizado.

Passaremos agora para a análise da dificuldade que a tese da identidade formal nos impõe.

#### **4.1. Dificuldades na tese da identidade formal**

A tese central do realismo direto é a noção de identidade formal. Para ficarem claras as dificuldades que pretendemos apontar, vamos relembrar algumas coisas. Esta tese afirma a identidade entre a forma presente no intelecto e na coisa material. Segundo os realistas, a mesma forma está instanciada em dois lugares distintos. Isto, porque a forma possui um duplo modo de existência intencional no intelecto e natural, quando instanciada na coisa.

A tese da identidade formal é defendida pelos realistas com base em passagens onde Tomás sugere coisas como “o intelecto em ato e o inteligível em ato são uma e a mesma coisa, da mesma maneira que o sentido em ato e o sensível em ato”.<sup>28</sup>

Duas são as dificuldades que podemos apontar com base nesta passagem. A primeira é a transposição da relação, no âmbito sensível, entre os sentidos e os sensíveis, para a relação, no âmbito inteligível, entre o intelecto e os inteligíveis. A segunda é a identidade entre o intelecto e o inteligível, tese negada por Tomás. Afirmar isto seria um erro ainda pior cometido pelos realistas.

Quanto a esta transposição da relação das faculdades cognitivas com seus objetos será analisada. Na faculdade sensível os sentidos são colocados em ato na recepção dos sensíveis. Ora os objetos sensíveis já se encontram em ato. Por isso, eles podem atualizar os nossos sentidos que antes estavam em potência. Esta é a primeira diferença entre as faculdades sensível e inteligível, a passividade inicial na cognição da coisa.

---

<sup>28</sup> TOMÁS DE AQUINO – *Suma Contra os Gentios*, livro IV, cap. II, n.º 59, p. 722.

O segundo ponto é que no âmbito sensível não há diferença genérica entre a natureza dos sentidos e dos objetos. Ambos são compostos de matéria. Portanto, há a preservação de todas as características singulares do objeto sensível. Ficando patente a identidade em ato entre os sentidos e sensíveis.

Surge um problema quando os realistas tentam igualar este processo que ocorre no âmbito sensível ao ato intelectual. Pois, o inteligível só existe em ato no intelecto. Sua existência na coisa é apenas potencialmente inteligível. Verificamos nesta relação o oposto do que ocorre entre os sentidos e os sensíveis. Se lá havia igualdade genérica entre a natureza dos sentidos e os respectivos objetos, aqui não há essa igualdade, pois, o intelecto sendo totalmente imaterial só conhece inicialmente os universais. Todavia, a forma sobre a qual ele abstrai está unida à matéria. Sendo, portanto, uma forma individual.

Então para haver identidade formal entre conceito e objeto é preciso enfrentar duas teses: 1. O inteligível em ato só existe no intelecto, como resultante da abstração; 2. A coisa é inteligível apenas potencialmente, pois está unida à matéria.

A segunda dificuldade da passagem e que seria um erro absurdo dos realistas é a afirmação da identidade entre o intelecto e o inteligível em ato. Aqui já não é a relação entre o inteligível potencial, tal como existe na coisa, e o intelecto. Entretanto, o inteligível em ato no intelecto, como resultado da abstração, ao modo de *species intelligibilis*, que se tornará conceito, como produto final do ato intelectual. Ambos não podem ser igualados, como o próprio Tomás afirma:

“Ademais, que a intenção inteligida em nós não se identifica com o intelecto, depreende-se do fato de que o ser da intenção inteligida

consiste na própria intelecção; não, porém, o ser do nosso intelecto, pois este ser não se identifica”<sup>29</sup>.

Esta passagem deixa claro que Tomás distingue o inteligível, o conceito<sup>30</sup>, e o intelecto. Podemos afirmar a identidade entre o inteligível e o ato do intelecto, mas este também é distinto do intelecto. Tomás afirma em outras passagens que apenas em Deus o ato e o ser se identificam. Pois, Deus é ato puro. Nosso intelecto, por outro lado, precisa ser atualizado na recepção do universal. Enquanto isso está em potência para seu objeto de conhecimento.

Para falarmos de identidade formal no realismo direto, precisamos ter claro que esta relação não é entre intelecto e inteligível. Todavia, é uma relação entre o conteúdo formal do conceito atualmente no intelecto e a forma presente na coisa.

Como solução para a identidade entre a forma presente no intelecto, ao modo de conceito, e a que atualiza a coisa, os realistas propõem a tese da dupla existência da mesma forma, a saber, intencional e natural. Esta tese pode ser encontrada textualmente em Tomás. A partir disto surge o termo forma comum: a forma que é compartilhada entre intelecto e a coisa, no ato do conhecimento. Tal tese da forma comum enquanto universal existente na coisa será nosso objeto de análise a seguir.

#### **4.2. Dificuldade na tese da forma comum**

A noção de forma comum<sup>31</sup> exige dois elementos fundamentais. O primeiro é a composição hilemórfica das coisas materiais. Estas são as substâncias compostas de forma e matéria, onde os dois princípios, formal e material, constituem a essência da coisa. O segundo elemento fundamental é a tese da dupla existência da mesma forma. Vimos que a mesma forma pode existir de dois modos. Uma é a

---

<sup>29</sup> TOMÁS DE AQUINO – *Suma Contra os Gentios*, livro IV, cap. 11, n.3466, p. 722: “Quod autem intentio intellecta non sit ipse intellectus in nobis, ex hoc patet quod esse intentionis intellectae in ipso intelligi consist: non autem esse intellectus nostri, cuius esse non est suum intelligere.”

<sup>30</sup> No decorrer desta passagem, Tomás se refere ao conceito como verbo ou intenção inteligida.

<sup>31</sup> Isto é, apto a existir em muitos ou algo que é comum a muitos. Daí o nome forma comum ou natureza comum.

existência imaterial, segundo está disposta no intelecto, outra é a existência material, tal como está disposta na coisa, unida à matéria.

A dificuldade que apontaremos se concentrará na segunda tese, a saber, a dupla existência da forma. Ora, a forma comum que existe de modo duplo, no intelecto e na coisa material, como afirmado anteriormente, é universal. No primeiro modo de existência afirmado, no intelecto, existe sem matéria. Portanto, não há nenhuma contradição. Visto que a forma é universal e está no intelecto sem a matéria. Todavia, a tese do realismo direto afirma que é a mesma forma que está instanciada no intelecto e no sujeito. Isto nos leva a afirmar que a mesma forma universal<sup>32</sup> que se encontra no intelecto está presente na coisa material.

O problema que surge com esta suposição da coisa ser composta por forma universal e matéria determinada é uma tese metafísica tomasiana. Em tal tese Tomás afirma que tudo no indivíduo é totalmente individualizado<sup>33</sup>. Então a forma presente no sujeito não pode ser universal.

Além disso, admitir a tese da forma comum, entendida como universal presente nas coisas, seria ao mesmo tempo admitir a existência de universais independentes do intelecto. Se houver a admissão da existência de tal forma, independente da cognição intelectual, então seria possível defender a tese da identidade formal. Pois, haveria a ocorrência da mesma forma. De um modo a mesma forma seria especificadora da essência da coisa. De outro modo especificaria o conteúdo inteligido.

Parece que, segundo a interpretação realista, a essência da coisa material é composta de uma forma universal e matéria determinada<sup>34</sup>, onde a forma universal ao ser recebida pela matéria determinada se torna algo individual. A

---

<sup>32</sup> Estamos utilizando o termo forma comum no mesmo sentido de forma universal.

<sup>33</sup> TOMÁS DE AQUINO – *Ente e a essência ...*, p. 32. Neste trecho específico, Tomás fala sobre o modo de existência da forma universal nas coisas singulares. Mesmo que a forma seja um universal, quando existente nas coisas singulares, ela existe individualizada no indivíduo.

<sup>34</sup> O termo matéria determinada é o princípio de individuação.

forma qualifica a espécie do indivíduo, contudo, não o determina enquanto singular. Tal forma seria a propriedade que pode ser afirmada de muitos, visto que é universal. Todavia, não nos permitiria distinguir as coisas. Entretanto, garantiria a unidade e a identidade formal dos diversos indivíduos.

Todavia, este é o papel da matéria, a individuação da coisa. Nesta visão das substâncias hilemórficas que é a coisa material, o único componente que a tornaria individual é a sua matéria, visto que tal matéria, enquanto princípio de individuação, é a única coisa que não é comum a outros indivíduos. A matéria enquanto propriedade singular nos permitiria distinguir os indivíduos entre si. Então tudo que corresponde à parte formal, como o intelecto, por exemplo, seria compartilhado entre os indivíduos da mesma espécie? Seria absurdo admitir isso para Tomás.

Portanto, se a parte formal das substâncias materiais for um universal, como os realistas a interpretam, precisaríamos negar a tese metafísica tomasiana de que tudo no indivíduo é totalmente individualizado. Pois, o aspecto formal, enquanto compõe a substância hilemórfica, não é algo individualizado, segundo os realistas.

Com as teses da identidade formal e forma comum, os realistas não conseguem explicar como conhecemos as coisas singulares em Tomás. Visto que a matéria seria o único princípio de individuação, esta, a matéria, não pode ser conhecida diretamente pelo intelecto devido à imaterialidade deste.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes (Obras de Tomás de Aquino):

THOMAS AQUINAS in English. Org. Joseph Kenny. Dominican House of Philosophy, 1963. Versão eletrônica disponível em <http://www.dhspriory.org/thomas/>

TOMÁS DE AQUINO – *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio*. Trad. Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

TOMÁS DE AQUINO – *Corpus Thomisticum*. Org. Enrique Alárcon. Panplona: Universidade de Navarra, 200. Versão eletrônica disponível em <http://www.corpusthomisticum.org/iopera.html>.

TOMÁS DE AQUINO – *O ente e a essência*. Trad.: Mário Santiago de Carvalho, Covilhão: LusoSofia, 2008.

TOMÁS DE AQUINO – *Questões Disputadas sobre a Alma*. Trad. Luiz Astroga. São Paulo: Realizações, 2012.

TOMÁS DE AQUINO – *Suma contra os gentios*. 2 vols. Trad. D. Odilão Moura. Porto Alegre: Sulina, 1990.

TOMÁS DE AQUINO – *Suma teológica. Primeira parte. v. I e II*. Trad. Carlos Josaphat. São Paulo: Loyola, 2001.

### Estudos:

DAVIES, Brian (ed.) – *Thomas Aquinas. Contemporary philosophical perspectives* Oxford: Oxford University Press, 2002.

HALDANE, John – “Aquinas on Sense-Perception”. *The Philosophical Review* 92:2 (1983), pp. 233-239.

HOFFMAN, Paul – “Direct Realism, Intentionality and the Objective Being of Ideas”. *Pacific Philosophical Quarterly* 83 (2002), pp. 163-179.

JANUNZI NETO, Antonio – *Tomás de Aquino e a viabilidade do Realismo Direto: questões sobre a natura communis*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017. Tese de Doutorado.

KENNY, Anthony – *Aquinas: A collection of critical essays*. Garden City, N.Y.: Anchor Books, 1969.

KENNY, Anthony – *Aquinas on Mind*. New York: Routledge, 1994.

KENNY, Anthony – *Aquinas on Being*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

KENNY, Anthony – “Intentionality: Aquinas and Wittgenstein”. In DAVIES, Brian (ed.) – *Thomas Aquinas. Contemporary Philosophical Perspectives*. Oxford: Oxford University Press, 2002, pp. 243-256.

KRETZMANN, Norman – “Infallibility, error, and ignorance”. *Canadian Journal of Philosophy* 21, supplementary volume 27 (1991), pp. 159-194.

KRETZMANN, Norman – “Philosophy of mind”. in KRETZMANN, Norman; STUMP, Eleonore (org.) – *The Cambridge companion to Aquinas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, pp. 128-159.

KRETZMANN, Norman – *The Metaphysics of Creation*. Oxford: Oxford Clarendon Press, 2005.

KRETZMANN, Norman; STUMP, Eleonore (org.) – *The Cambridge companion to Aquinas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

LANDIM FILHO, Raúl F. – “Tomás de Aquino: Realista Direto?”. *Analytica* 15:2 (2011), pp. 13-38.

PASNAU, Robert – *The Identity of Knower and Known*. Chicago/Illinois: American Philosophical Association Central Division, April 25, 1996. Disponível em <https://faculty.fordham.edu/klima/APAPasnau.htm>

PERLER, Dominik – “Essentialism and Direct Realism: Some Late Medieval Perspectives”. *Topoi* 19 (2000), pp. 111-122.

SPRUIT, Leen – *Species Intelligibilis: From Perception to Knowledge*. Leiden: Brill, 1994.

STUMP, Eleonore – *Aquinas*. London: Routledge, 2003.

TORRELL, Jean-Pierre – *Iniciação a Santo Tomás de Aquino: segundo sua pessoa e obra*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1999.

**COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:**

LINHARES, Gilson Damasceno – “O realismo direto na teoria da cognição intelectual de Tomás de Aquino: análise e objeções”. *Medievalista* 28 (Julho-Dezembro 2020), pp. 311-334. Disponível em <https://medievalista.iem.fcs.unl.pt>.







MEDIEVALISTA

N.º 28 | Julho – Dezembro 2020

ISSN 1646-740X

---

## **The Evolution of Different Fonts in the Coptic Churches Throughout the Centuries**

**A evolução das diferentes fontes de água nas igrejas coptas ao  
longo dos séculos**

***Mary Magdy Anwar***

Faculty of Tourism and Hotels Alexandria University, Tourist Guidance Department  
21500 Alexandria, Egypt

[marymagdy1982@gmail.com](mailto:marymagdy1982@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0001-8974-0598>

Data recepção do artigo / Received for publication: 10 de Fevereiro de 2020

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 15 de Maio de 2020

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.3348>

## RÉSUMÉ

Bien que le Christianisme fût répandu en Egypte dès le premier siècle, les Chrétiens n'eurent le droit d'exercer librement leur culte qu'après le décret de Milan. A partir de cette date, le Christianisme fut reconnu et les églises furent édifiées.

L'architecture adoptée dans la fondation des églises impliquait la construction de quelques bassins pour différents usages comme le bassin baptismal qui changea de forme et d'emplacement au cours des siècles. Les églises contenaient également "El Maghtas" utilisé pour l'eau bénite durant la fête de l'Épiphanie. Le bassin appelé "El Laqân" de forme circulaire pas profond était sculpté sur le sol des anciennes églises. A part ceux-ci, on utilisait d'autres bassins pour se laver et pour exercer l'Extrême-Onction.

Ainsi, nous expliquerons dans la recherche la différence entre les bassins, leur évolution et leur importance tout en se référant sur des exemples figurant dans différentes anciennes églises coptes.

**Mots clés:** Architecture; Bassin; Patrimoine; *Maghtas*; *Laqân*.

## ABSTRACT

Although Christianity was widespread in Egypt since the 1st century, Christians were only allowed to exercise their worship freely after the Milan decree. From this date, Christianity was recognized and the churches were built.

The architecture adopted in the foundation of the churches involved the construction of some basins for different uses such as the baptismal basin which changed shape and location over the centuries. The churches also contained "El Maghtas" used for holy water during the feast of the Epiphany. The basin called "El Laqân" of circular shape not deep was carved on the floor of the old churches. Besides these, other pools were used for washing and for exercising Extreme Unction.

Thus, we will explain in this research the difference between the basins, their evolution and their importance while referring to examples from various ancient Coptic churches.

**Keywords:** Architecture; Basin; Heritage; *Maghtas*; *Laqân*.



Only after the promulgation of the Milan decree of Emperor Constantine I in 313 A. D. that Christians in Egypt had the right, after long years of persecution, to build churches by adopting the architectural styles of rectangular basilica and Byzantine known as domes. The church consisted of a nave, choirs, aisles and shrines. Baptisteries, fonts of the *laqqān*, as well as a basin named *Al Maghtas* were also built in the architecture of the Coptic Orthodox churches during the centuries that followed.

Our research aims to first of all emphasize the differences between these basins, their use and their evolution. Second to highlight their importance by exposing various examples appearing in the different ancient monasteries and churches, especially that these buildings represent a significant part of the Coptic Egyptian heritage that should not be overlooked.

### **The rite of Baptism and the Baptisteries**

The baptism, in arabic *El-Ma'mūdia* (المعمودية) is derived from Greek *baptisma* (βάπτισμα) which means “dyeing”<sup>1</sup>. It is surnamed “gate of the mysteries” and represents the first sacrament of the Coptic Church where pure water is used<sup>2</sup>.

The priest performs trine immersion<sup>3</sup>, which symbolizes the three days since the death until the Resurrection of Christ. Those three days evoke also the crossing of the Red Sea by Moses and the Israelis and related to the Trinity<sup>4</sup>. In the first centuries, the immersion was total (that was why the baptisteries were deep in the

---

<sup>1</sup> GUIRGUIS, Benjamin – *Ttb'tārihyāğrā'ātsrālm'mwdia'ālmqdsldyālāqbāālārṭwḍk*. Cairo: Institut of Coptic studies, n.d. Master unpublished., p.95; GUIRGUIS, Habib – *Āsrārāknisa'ālsb'a*. Cairo: El Tawfik Coptic Publisher, 1934, p. 44.

<sup>2</sup> TROSTYANSKIY, Sergey – “Baptism”. in *The Encyclopedia of Easter Orthodox Christianity*. Edited by John Anthony McGuckin, vol. I. Singapore: Wiley Blackweell, 2011, pp. 65-67.

<sup>3</sup> WASSEF, Céres. W. – *Pratiques rituelles et alimentaires coptes*. Le Caire: Institut Français de l'Archéologie Orientale, 1971, p.156.

<sup>4</sup> TROSTYANSKIY, Sergey – “Baptism” ..., p. 66.

old churches). Then the custom changed, only the last immersion remained total, the first two became partial; one to the half of the body and the other to the neck<sup>5</sup>.

The priest pours oil of gladness (*ghâlîlâû*, الغاليلاون) and Chrism (*Myron*) on the baptismal waters, then he takes the *Myron* and applies 36 unctions to the different parts of the neophyte's body for confirmation<sup>6</sup>.

Although, this rite recalls the one that was established by Saint John the Baptist on the banks of the Jordan and to which he invited the sinners as a sign of repentance, Jesus himself was baptized there (Matthew 3:6). The date of the beginning of baptism by the Apostles is not known. The ritual took place in the rivers, as happened to the first three thousand converts by Peter and the Apostles (Acts 2:41), and in the case of Philip and the Ethiopian's eunuch (Acts 8:36)<sup>7</sup>.

We note that the timing of baptism was changeable. From the 2<sup>nd</sup> to the 4<sup>th</sup> century, baptism only took place during the feasts of the Resurrection or Pentecost. Then from the 4<sup>th</sup> to the 7<sup>th</sup> century, the Epiphany became the day consecrated to baptism<sup>8</sup>. However, Ibn El Seba' wrote that in the first centuries, baptismal rites were held only on one day which was the Holy Friday: the baptized person is buried in the baptismal font in the image of Christ who died and who entered the tomb<sup>9</sup>. Thus, baptism is literally and symbolically not only cleansing, but also dying and rising again with Christ.

On the other hand, Butler and Ceres pointed out that it was forbidden to baptize during the Holy Week, Easter Time (*Al-ḥmāsin*, الخماسين)<sup>10</sup> as well as during all Lent

<sup>5</sup> WASSEF, Céres. W. – *Pratiques rituelles ...*, pp. 156-157.

<sup>6</sup> VIAUD, Gerard – *La liturgie des coptes d'Égypte*. Paris: Librairie d'Amérique et d'Orient, 1978, pp. 78-79.

<sup>7</sup> EL MESKIN, Matta – *ālm'mwdia' (ālāšwlālāwlyllmsiḥin)*. Wadi El Natrun, Egypt: Monastery of Saint Maqar, 2000, p.322; KILLEN, William – *The Ancient Church: Its History. Doctrine, Worship and Constitution*. Alexandria: The Library of Alexandria, 2005, p. 306.

<sup>8</sup> BASILIOS – "Baptism". in *The Coptic Encyclopedia*. Edited by Aziz S. Atiya, Vol. II. New York: Macmillan publishing company, 1991, pp. 339-342; BUTLER, Alfred – *The Ancient Coptic Churches in Egypt*. Translated by Ibrahim Salama Ibrahim, vol. II. Cairo: ālhiaa'āl'mallktāb, 2001, p. 208.

<sup>9</sup> IBN EL SEBA' – *Ktābālḡwhra'ālnfisa' fi 'lmāknisa'*. Edited by Victor Mansur El-Francicie. Le Caire: Institut Franciscaine chrétienne orientale, 1966, p. 78.

<sup>10</sup> WASSEF, Céres W. – *Pratiques rituelles ...*, p. 157.

except on the 6<sup>th</sup> Sunday of Lent at *āhdāl-tnāšir*, and this was according to the recommendations of Christodolus in the 11<sup>th</sup> century<sup>11</sup>, who was the patriarch that applied baptism<sup>12</sup>.

During the era of martyrdom and strong persecution, services took place in houses where baptism was carried out secretly. When Christians were allowed to build churches, they built baptismal tanks<sup>13</sup>.

As for the age of the baptized person, in the first centuries he had to wait until the age of 30, exactly like the age of Christ when he was baptized<sup>14</sup>. Since many people died before that age, the newborns were baptized, 40 days after the boy's birth and 80 days for the girl<sup>15</sup>.

### **The Baptistery: Forms, Evolution and Emplacement**

The term “baptismal font – baptistery” is derived from the Latin word *baptistērium* and from the ancient Greek *βαπτιστήριον*, which comes from the Greek verb *βαπτίζω* (*baptízō*). This means “plunges” or “immerses”, while the Latin word *fons* means “source”, “fountain”<sup>16</sup>.

According to the *Didaskalia*, the building of the font should be located at the end of the north-west aisle of the church, in the narthex to the left of the entrance<sup>17</sup>. However, this habit was not always respected<sup>18</sup>. Some historians explained that there was a difference between the location of the font and the location of the

<sup>11</sup> BUTLER, Alfred – *The Ancient Coptic Churches ...*, vol. II, pp. 208-213; CROSS, F.L. – *The Oxford Dictionary of the Christian Church*. Oxford: Oxford University Press, 1990, p.126.

<sup>12</sup> DUVAL, N. – “Church buildings: baptistery.” in *Encyclopedia of Ancient Christianity*. Edited by Angelo Di Berardino, vol. II. Dowhers Grove, Illinois: IVP Academic, 2014, pp.524-537.

<sup>13</sup> HABIB, Georges – *Alm'mwdia' fi ālknisa'āwāḥdhālǧm'a'ālrswlia'*. 1<sup>st</sup> book. Cambridge: 2012, p.113.

<sup>14</sup> IBN EL SEBA' – *Ktābālǧwhra'ālnfisa'...*, p. 78.

<sup>15</sup> BASILIOS – “Baptism” ..., p. 338.

<sup>16</sup> ATHANASIUS EL MAKARY – *M'ǧmālmṣṭlḥātālknsia'*. Vol. III. Cairo: Nubar Publishing company, 2002, p. 233.

<sup>17</sup> BURMESTER, Oswald Hugh Ewart – *A Guide to the Ancient Coptic Churches of Cairo*. Le Caire: Société d'Archéologie Copte, 1955, p. 14; MALATY, Tadros – *Alknisa' bit Allah*. Alexandria: church of Saint Georges Sporting, 1979, p. 402; EL FARAS, Robert – *Mbāny mn bhwr (knā'swaādirt mšria')*. Cairo: ālhia'āl'māllqšwrāltqāfa', 2012, p. 39.

<sup>18</sup> GODLEWSKI, W. – “Baptistery (Architectural elements of churches)”. in *The Coptic Encyclopedia*. Edited by Aziz S. Atiya, vol. I. New York: Macmillan publishing company, 1991, pp.197-200.

baptismal ceremony<sup>19</sup>. The baptistery usually consisted of a double portico: the baptized person entered the baptistery by one of the doors on the west side, then after baptism and confirmation, he passed through the other door on the east side which overlooked the church to receive the Eucharist<sup>20</sup>.

In some early churches, the baptistery consisted of a single room, but in others it contained an adjoining “Myron anointing room” and a vestibule for dressing<sup>21</sup>. It is rare to find a baptistery outside the church building<sup>22</sup>, with the exception of the one located in the place of Saint Mina in Mariout; and the one that exists in the Ashmunein Basilica in the northern part of the church and finally the one of Dayr Anba Shenouda (The White monastery) in Sohag, which is located in the northern part of the South aisle outside the church. The latter consisted of a square room, sometimes used as a chapel because it includes a limestone niche dating from the 4<sup>th</sup> century and which contained a deep font that was accessed by the help of steps<sup>23</sup>. Their importance lies in the fact that they represent Episcopal places or pilgrimage sites<sup>24</sup>.

### The Forms of the Baptismal Tanks

In certain places, the font stands on a central pillar or a support, which is considered as a symbol of the axis of the world, in others it is raised by four columns – the four cardinal points of the universe – that allude to the four evangelists<sup>25</sup>. The baptismal font is known among the Copts as “the Jordan”<sup>26</sup>.

<sup>19</sup> ATHANASIUS EL MAKARY – *M'ǧm ālmṣṭlḥāt ālknisia'*. Vol. I. Cairo: Nubar Publishing company, 2011, p. 342.

<sup>20</sup> AWAD ALLAH, Mancarius – *Mnārt ālāqdās fi šrḥtqws ālknisa'ālqbṭia'waālqdās*. Cairo: ālmṭb'aāltǧāria'ālḥdīṭa, 1969, p. 105; QASD ALLAH, Nusrat – *Tāṭir āsālib wa ṭrq ālānša'lyālt'birālm'māryll'mār'*. Cairo: Ain Shams University, Faculty of Engineering, 2006. Master unpublished, p. 12.

<sup>21</sup> DUVAL, N. – “Church buildings” ..., p. 534.

<sup>22</sup> ATHANASIUS EL MAKARY – *M'ǧm ālmṣṭlḥāt* ..., p.343.

<sup>23</sup> WALTERS, Colin Christopher – *Monastic Archeology in Egypt*. Warminster: Aris et Philips, 1974, p.73; BUTLER, Alfred – *Ancient Coptic Churches*..., p. 289.

<sup>24</sup> GODLEWSKI, W – “Baptistery (Archeological elements of churches)” ..., p. 197.

<sup>25</sup> CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain – *A Dictionary of Symbols*. Translated by John Buchanan-Brown. Oxford (USA): Basil Blackwell, 1994, p. 397.

<sup>26</sup> GUIRGUIS, Benjamin – *Ttb'tāriḥy*..., p. 182.

When the baptistery became a single room not separate from the church, it was built in a rectangular or square form that is due to:

- 1 - The influence of the normal form of rooms built inside houses.
- 2 - The baptisteries that underwent the same evolutions of cubic *frigidarium* rooms in public baths (*Thermee*).
- 3 - The shape of square or cubic mausoleums<sup>27</sup>.

The baptismal fonts are divided into two types:

I - One is dug in the ground. It consists of a basin with stairs on both sides by which the catechumen descends to receive the baptism and an upper step for the priest to apply baptism by immersion<sup>28</sup>. This shape is inspired by the image of the Jordan River which contains marble steps<sup>29</sup>.

Several kinds of geometric shapes are derived from this type:

1 - The square-rectangular form represents the shape of the tombs of the martyrs of the first centuries with internal steps and also symbolizes the tomb of Christ<sup>30</sup>.

Examples illustrate this aspect as the circular baptismal basin inscribed in a rectangular form without steps, located in the north-eastern part of the temple church of Abusir (Taposiris Magna, Borg El Arab) (Fig.1) discovered in 1990, which

---

<sup>27</sup> El MESKIN, Matta – *ālm'mwdia' (ālāšwlālāwlyllmsiḥin)*. Wadi El Natrun, Egypt: Monastery of Saint Maqar, 2000, p. 329.

<sup>28</sup> YOUSSEF, Samer – *Tāṭir ālātḡāht āl'qādia''ly tsmim ālknisa*. Cairo: Helwan University, faculty of Arts, 2004-2005. Master unpublished, p. 145; GUIRGUIS, Benjamin – *Ttb'tāriḥy*, pp. 188-189.

<sup>29</sup> YOUSSEF, Hanan – *Tṭwr'mārtālṭrāz ālbāziliky fi mšr fi āl'sr ālrwmāny*. Tanta: Tanta University, faculty of Arts, 2008. Master unpublished, p. 322.

<sup>30</sup> GUIRGUIS, Benjamin – *Ttb'tāriḥy...*, p. 187; HELMY, Bishoy – *Knisty ālārṭksia'..mā āḡmlk!!* Cairo: Nubar Publishing Company, 2013, p. 62.

dates back to the 4<sup>th</sup> and 5<sup>th</sup> centuries and the reminiscent of the form of the baptistery of the monastery of Saint Simon in Aswan<sup>31</sup>.

2 - The hexagonal form refers to the 6<sup>th</sup> day of the week (Good Friday).

3 - The octagonal, 8<sup>th</sup> day of the week, evokes the day of the resurrection; a rare form in Egypt.



**Fig. 1 – The circular baptismal basin inscribed in a rectangular in the north-eastern part of the temple church of Abusir, red brick stone, dates back to the 4<sup>th</sup> century. (©Author’s photography)**

4 - The cylindrical shape symbolizes the matrix: baptism is the second birth of the church matrix. It also symbolizes eternity: the circle is the infinity of God<sup>32</sup>. This is the most common form, with two steps to get down. There are many examples, such as:

The Basilica in Ashmunein and the North Basilica of Abu Mina in Mariout<sup>33</sup>, the patriarchal residence, located in the southern part of the church, surrounded by small chapels and that includes a cylindrical font surmounted by a dome supported

---

<sup>31</sup> PERKINS, Ward – “The Monastery of Taposiris Magna”. *Bulletin de la Société Royale d’Archéologie d’Alexandrie* 36 (1944), pp. 48-53; GROSSMANN, Peter – “A new church at Taposiris Magna- Abusir”. *Bulletin de la Société Royale d’Archéologie d’Alexandrie* 31 (1992), pp. 24-30.

<sup>32</sup> MALATY, Tadros – *Alknisa’ bit Allah...*, p. 407; EL FARAS, Robert – *Mbāny mn bhwr...*, p. 40.

<sup>33</sup> GODLEWSKI, W. – “Baptistery” ..., p. 199.



by six columns. It dates back to the 6<sup>th</sup> century<sup>34</sup>. An adjoining baptistery room with three niches in the east was likely to contain the *Myron*<sup>35</sup>.

Cylindrical forms without stairs appear in the Old Cairo churches as the one situated in the western of the narthex of Abu Sergah church<sup>36</sup> (Fig. 2), constructed in limestone sculpted in high relief with cross forms, with a pedestal decorated with crosses surrounded by birds and gazelles, placed inside a niche; it dates back to the 4<sup>th</sup> century.



**Fig. 2 - The cylindrical baptismal font, in the western of the narthex of Abu Sergah church, limestone, dates back to the 4<sup>th</sup> century.  
(©Author's photography)**

<sup>34</sup> GROSSMANN, Peter – “Abu Mina.” in *The Coptic Encyclopedia*. Edited by Aziz S. Atiya, vol. I. New York: Macmillan publishing company, 1991, pp. 24-29.

<sup>35</sup> Bishop SAMUEL – *Dlilāl knās wa ālādira’ ālqdimh fī mṣr*. Vol. I. Cairo: 2002, p. 37.

<sup>36</sup> SIMAIKA, Marcus – *A Brief Guide to the Coptic Museum and the Ancient Coptic Churches and Monasteries*. 2 vols. Cairo: El Amiria’publishing, 1932, p. 211; COQUIN, Charalambia – *Les Edifices chrétiens du Vieux Caire*. Vol. I. Le Caire: Institut Français d’Archéologie Orientale, 1974, p. 103.

The exceptional example is the stone baptismal font recently discovered in the south-eastern part inside the Holy Family crypt in Abu Sergah dates back to the 4<sup>th</sup>/5<sup>th</sup> centuries<sup>37</sup>.

5 - The cruciform shape that symbolizes the crucifixion of Christ, with stairs like the one in Pelusium (Al-Farama) (Fig. 3), discovered near the western church, dates back to the 4<sup>th</sup> century. These remains exist actually in the north-western side, with a marble sailing and ruins of steps in the eastern and the western of the pool<sup>38</sup>.



**Fig. 3 - The cruciform baptismal font discovered near the western church in Pelusium, red brick stone, dates back to the 4<sup>th</sup> century. (© Author's photography)**

6 - The shape of four-petal flowers that resemble the cross<sup>39</sup>.

II - The other kind is built above the floor level. It contains a cylindrical basin not deep but which suits children to plunge into the water. It is built in marble or stone, its diameter varies between 0.80 to 1m. It stands on a pedestal fixed to the wall inside the niche usually ornamented by the image of Jesus Christ's baptism. In this way, water is filled and emptied manually. It is a current model which we find it in Al Moallaqa church in old Cairo. This font goes back to the 10<sup>th</sup> century (Fig. 4). It is

---

<sup>37</sup> CAPUANI, Massimo – *Christian Egypt: Coptic Art and Monuments Through Two Millennia*. Cairo: AUC Press, 2002, p.108; GARIN, Alberto – *Abu Sirga: la iglesia copta de San Sergio y San Baco del Viejo Cairo: las primeras huellas del cristianismo en Egipto*. Madrid: Ministerio de Asuntos Exteriores, Agencia Española de Cooperación Internacional, Fundación Carolina, El Viso, 2004, p. 35.

<sup>38</sup> GROSSMANN, Peter; HAFEZ, Mohamed – “Results of the 1997 excavations in the North-West church of Pelusium (Farama- west).” *Bulletin de la Société d'Archéologie Copte* 40 (2001), pp. 109-116.

<sup>39</sup> El MESKIN, Matta – *ālm'mwdia' ...*, pp. 323-324.

a cylindrical shape in pink granite decorated with lines in the form of waves that represent the hieroglyphic sign of water (MW) fixed to the wall in a niche ornamented with mosaic with different geometrical forms and lotus flowers<sup>40</sup>.



**Fig. 4 – The cylindrical baptismal font in Al Moallaqa church in old Cairo, in pink granite, dates back to the 10<sup>th</sup> century, 1.50 m deep.  
(©Author's photography)**

In Abu Hennes at Melawi, the font is dug inside a wall in the western of the north sanctuary with two openings from the two sides that serve in maintaining the jars of the holy oil<sup>41</sup>. In Dayr El Anba Bichay (Red monastery), we find a small font that dates back to the 4<sup>th</sup> century<sup>42</sup>, flanked to the wall without any decorations, only with a small hole in its pedestal that helps to empty the water after baptism (Fig. 5).

---

<sup>40</sup> SIMAIKA, Marcus – *A Brief Guide to the Coptic Museum...*, p. 190; BURMESTER, Oswald Hugh Ewart – *A Guide do The Ancient Coptic Churches ...*, p. 30; BUTLER, Alfred – *The Ancient Coptic Churches...*, p. 195.

<sup>41</sup> Visit on the field.

<sup>42</sup> WALTERS, Colin Christpher – *Monastic Archeology ...*, pp. 73-74.



**Fig. 5 - The small font in Dayr El Anba Bichay, stone, that dates back to the 4<sup>th</sup> century, 65 cm deep.  
(©Author's photography)**

In ancient times, the large capitals of columns sometimes served as baptismal basins. A hole was made to clear the water after baptism. The splendid marble capital found in the Coptic Museum in Cairo provides a good example. It was discovered in the ruins of the Suspended Church of Saint Mark in Alexandria, which dates back to the 6<sup>th</sup> century. It takes the shape of a basket with reliefs of palm trees in the four corners<sup>43</sup>.

In the 6<sup>th</sup> century, a double font was built; one of small size for infants and the other larger for adults, accompanied by an annex that contains the holy oil<sup>44</sup>. The baptistery of Saint Mina at Mariout, west of *Martyrium*, discovered in 1905-1907, bears witness to this type. It dates back to the 6<sup>th</sup> century in the time of Pope Timothy and consists of several pieces: the first large square-shaped on the outside and octagonal on the inside. It contains a large circular marble basin, 1.55 m deep and 2.30 m diameter covered with a dome with steps on both sides for adults. Its

---

<sup>43</sup> Visit on the field.

<sup>44</sup> DUVAL, N. – “Church buildings” ..., p. 534.

walls are composed of four niches covered with two layers of mosaics. As for the second, it also consists of several niches, with a small font made for children<sup>45</sup>.

A different type of baptismal font exists in Catholic churches known as the "chalice cup" where the practice of baptism is by aspersion. This font is built of marble and is adorned with different motifs<sup>46</sup>, such as that which appears in the font of the Church of Saint Catherine in Alexandria, which dates back to the 18<sup>th</sup>/ 19<sup>th</sup> century and is decorated by the statue of Christ, surrounded by high relief motifs<sup>47</sup> (Fig. 6).



**Fig. 6 - The marble font in the Church of Saint Catherine in Alexandria, this dates back to the 18<sup>th</sup> / 19<sup>th</sup> century.  
(©Author's photography)**

<sup>45</sup> MULDER, Nicole F. – "The early Christian Pilgrimage: The Case of Abu Mena". *Essays on Coptic Art and Culture* 1 (1994), pp. 18-35; GROSSMANN, Peter; KOSCIUK, Jack – "Report on the excavations at Abu Mina in spring 2000". *Bulletin de la Société d'Archéologie Copte* 40 (2001), pp. 97-108.

<sup>46</sup> YOUSSEF, Samer – *Tātir ālātġāht...*, p. 141.

<sup>47</sup> Visit on the field.

### Other Examples of Ancient Baptisteries

The “Sultan's Baptistry” found in the Abu Seifein Church in Old Cairo dates back to the 10<sup>th</sup> century and is erected in stone. It is located to the right of the chapel of Mari Yacub el Mocata', 92 cm deep, 1.58 cm high and 33 cm wide<sup>48</sup>.

Dayr Al-Maimoun at Atfih embraces two baptismal fonts; one in the church of Saint Anthony placed in the left sanctuary in the shape of a circular limestone, the other is in the church of Abu Seifein a square shaped shallow stone used for children (Fig.7)<sup>49</sup>. Gothic graffiti of pilgrims with escutcheons decorate their walls<sup>50</sup>. The Wadamon El Armanty Church also contains a circular large hole for emptying the water<sup>51</sup>.



**Fig. 7 - Squarefont in the Church of of Abu Seifein in Dayr Al-Maimoun at Atfih, limestone, 95 cm deep.  
(©Author's photography)**

---

<sup>48</sup> KHALIL, Morcos – *Ālqdis āl'zim ālšhid Filwbātir Mrqūriūs ālšhir bāby Sifin*. Cairo: AnbaRwiyas Publisher, 1995, p. 109.

<sup>49</sup> DAOUAD, Nabih; FAKHRY, Adel – *Tāriḥālmsiḥi'waālrhbna'wa'ātārhmā fi āibāršitālḡiza'*. Cairo: Saint Marc Foundation of Coptic history, 2011, p.361.

<sup>50</sup> MARTIN, Maurice – *Monastères et Sites Monastiques d'Egypte*. Le Caire: Institut Français d'Archéologie Orientale, 2015, p. 69.

<sup>51</sup> Visit on the field.

### The “*Laqan*” Basin

This basin, which appears in the ancient churches, is used in three ceremonies by the sanctification of water: the eve of the Epiphany (19-20 January), to memorize the baptism of Christ; Holy Thursday, when Christians commemorate the washing of the feet made by Christ to all his Apostles, and the feast of the Apostles (12<sup>th</sup> of July)<sup>52</sup>.

It is a 60 cm long and 30 cm wide tank that is dug into the ground, in the center of the western end of the third khurus<sup>53</sup>, of the central nave<sup>54</sup>. It is filled with pure water and a pottery jar is placed at its side. The priest wears the *epitrichalion*<sup>55</sup> during the ritual<sup>56</sup>.

The ancient sources insist on the importance of *laqân*. Sawiris Ibn El Moqaffa in the 10<sup>th</sup> century considered the *laqân* as purgatory and explained in *Tartib al-Kahanût* that all the churches were provided with a basin so that the faithful wash their feet on Holy Thursday<sup>57</sup>. This basin was located to the west of the church, because the priest officiates while directing his eyes during the ritual towards the East in the direction of the sanctuary<sup>58</sup>.

<sup>52</sup> VIAUD, Gerard – *La liturgie des coptes...*, p.76.

<sup>53</sup> Khurus (greek *choros*) presumably derived from a row of columns, unconnected to the ceiling, that was set up in front of the opening of the apse and whose purpose was purely aesthetic, to enrich the appearance of apsidal openings that in some churches appeared small. It can be as a row in the western wall (as a type of cancelli). GROSSMANN, Peter – “Khûrus”. in *The Coptic Encyclopedia*. Edited by Aziz S. Atiya, vol. I. New York: Macmillan publishing company, 1991, pp. 212-213.

<sup>54</sup> Archbishop BASILIOS – “Epiphany (liturgy of)”. in *The Coptic Encyclopedia*. Edited by Aziz S. Atiya, vol. III. New York: Macmillan publishing company, 1991, pp. 967-968; MOHAMED, Hagagy – “âllaqân fi âlknisa’sâlâtria’mn âlGiza’hty Aswân”. *Journal of the faculty of Arts in Tanta* (n.d), pp. 819-823.

<sup>55</sup> *Epitrichalion* of the priest named *sadriah* is a long band that covers the chest and a small part of which descends on the back, with an interlock in the middle for the head [ANWAR, Mary Magdy – “Des pieces représentant les insignes et les vêtements liturgiques coptes conservés dans les musées archéologiques d’Egypte”. *Journal of the Faculty of Tourism and Hotels* 12 (2015), pp. 13-35].

<sup>56</sup> BURMESTER, Oswald Hugh Ewart – *The Egyptian or Coptic Church (A detailed description of her liturgical services and the rites and ceremonies observed in the administration of her sacraments)*. Le Caire: Société d’archéologie copte, 1967, pp. 256-261.

<sup>57</sup> YOUSSEF, Youhanna – “The Book Order of the Priesthood, by Severus Ibn Al-Muqaffa’ Bishop of Al-Ashmunein”. *Bulletin de la Société d’Archéologie Copte* 45 (2006), pp. 135-145.

<sup>58</sup> IBN AL MOQAFFA’ – *Die Ordnung des Priestertums ein altes liturgisches Handbuch der koptischen Kirche (Tartib al-Kahanût)*. II Teil. Edited by Julius Assfalg. Le Caire: Publications du Centre d’Etudes Orientales de la Custodie Franciscaine de Terre Sainte, 1955, p.20.

Abu El Makarm (12<sup>th</sup> century), also testified to the presence of *laqân* at Deir Abu Maqar in Wadi Habib (Wadi El-Natroun). After the celebration of Holy Thursday, the monks took water from the *laqân* and poured it into the Nile to bless it and thus served its flood<sup>59</sup>. Otherwise, Ibn El Saba (13<sup>th</sup> century) noted the ritual of *laqân* in his book, chapter 99, saying that the priest takes a cloth and wraps it round his waist as Jesus has done before (John 13, 4), begins to wash the feet of the faithful and then wipe with the linen with which he is girded<sup>60</sup>.

Butler pointed out that the first Christians who entered the church barefoot, following the recommendations of the decree of Pope Christodolus in the 11<sup>th</sup> century, were to purify their feet in these pools called “basins of purification, washing or ablution”<sup>61</sup>. However, this habit fell into disuse in the 14<sup>th</sup> century. In fact, these vats recall the basins that were held at the entrance of ancient Egyptian temples<sup>62</sup>.

Butler asserted the existence of such basins. Indeed, a stone basin, below the level of pavement, devoted to washing, located at the entrance of the main church of the Anba Bishay monastery (The Red Convent) in Sohag, was discovered in 2017 (Fig. 8)<sup>63</sup>.



**Fig. 8 - The stone basin, located at the entrance of the church of the Anba Bishay monastery in Sohag, 15 cm deep.  
(©Author's photography)**

<sup>59</sup> ABŪ AL-MAKARAM – *Tāriḥ alkanā's wa ālādira'*. Edited by Bishop Samuel, vol.1. Cairo: 1984, p. 100.

<sup>60</sup> IBN EL SEBA' – *Ktāb ālḡwhra'ālnfisa'...*, p.333.

<sup>61</sup> BUTLER, Alfred – *The Ancient Coptic Churches ...*, pp. 35-36.

<sup>62</sup> QASD ALLAH – *Tāṭir āsālib...*, p. 14.

<sup>63</sup> Visit on the field.



### **The Forms of *Laqân* Basins:**

1 - Octagonal form, inscribed in a square, exists to the west of the nave in the temple church of Habou in Luxor and it dates back to the 4<sup>th</sup> century<sup>64</sup>. The other is at Abu Seifein Church in Old Cairo. It is made of marble, inlaid with red and black marble, 90 cm x 90 cm (length and width), 25 cm deep, decorated on the inside with semi-circular shapes of the four corners<sup>65</sup>.

2 - Square shape inscribed in a rectangle with interrupted sides by circular beads, in the church of the Virgin Mary in the village of Oskar in Helwan, and dates back to the 18<sup>th</sup>/ 19<sup>th</sup> century<sup>66</sup>.

3 - The most famous form in Egypt is the circular *laqân* inscribed in a rectangle or a square. The oldest was located at the Basilica El Ashmunein in the central nave between the sixth and seventh columns, which dates back to the 4<sup>th</sup> century<sup>67</sup>. In the monasteries of Wadi El-Natroun, to the west of the central nave of the churches, there is the marble *laqân*, like that of the Baramus, which dates back to the 7<sup>th</sup> century, with a depth of 14 cm, 35 cm diameter<sup>68</sup>. It is also found in Anba Bishoy and El-Surian monasteries. At Dayr of El-Maimun, in the Abu Seifein church in front of the entrance, there is a stone *laqân* (Fig. 9)<sup>69</sup>.

These forms of *laqân* are also numerous in the old churches of Old Cairo: in El-Moallaqah where a *laqân* is located west of the central nave between the first and the second column<sup>70</sup>; in the church of Santa Barbara and Abu Sergah (Fig. 10).

---

<sup>64</sup> YOUSSEF, Hanan – *Tṭwr'mārtālṭrāz ...*, p. 263.

<sup>65</sup> BURMESTER, Oswald Hugh Ewart – *A Guide to the Ancient Coptic Churches ...*, p. 42.

<sup>66</sup> Bishop SAMUEL – *Dlilāl knās ...*, p. 26.

<sup>67</sup> WACE, Alain John Bayard – *Hermopolis Magna, Ashmunein: the Ptolomaic sanctuary and the basilica*. Alexandria: Alexandria University Press, 1959, p. 38.

<sup>68</sup> EVELYN WHITE, H. G. – *The Monasteries of the Wadi 'N-Natrun*, Part III (The Architecture and Archeology). New York: The Metropolitan Museum of Art, 1973, p. 146; BURMESTER, Oswald Hugh Ewart – *A Guide to the Monasteries of the Wadi 'N-Natrun*. Le Caire: Société d'archéologie copte, 1954, p. 26.

<sup>69</sup> DAOUAD, Nabih; FAKHRY, Adel – *Tāriḥ ālmsiḥi'wa ālrbna' ...*, p. 361.

<sup>70</sup> BURMESTER, Oswald Hugh Ewart – *A Guide to the Ancient Coptic Churches ...*, p. 26.



Fig. 9 - The stone *laqân* in the Abu Seifein church at Dayr of El-Maimum, in a bad situation.  
(©Author's photography)



Fig. 10 - The *laqân* basin in Abu Sergah church in Old Cairo, marble, 15 cm deep.  
(©Author's photography)

### ***El Maghtas (Epiphany Pool):***

Formerly, according to an ancient Coptic tradition, a region of the Nile was chosen to plunge in before the Epiphany celebration, and children were brought down there, in spite of the cold, to imitate Christ who had descended into the Jordan<sup>71</sup>.

El Maqrizi specified that sometimes several governors participated in the celebration of this festival, as Mohamed Ibn-Tougague in 941 A.D. and some Fatimid Caliphs like El Zaher Aziz Allah. Others completely canceled the celebration, like El-

---

<sup>71</sup> GROSSMANN, Peter – “Epiphany Tanks”. in *The Coptic Encyclopedia*. Edited by Aziz S. Atiya, vol. III. New York: Macmillan publishing company, 1991, p. 968; STATY, Essam – *Mqdma' ālfwlklwr ālqbty*. Cairo: ālhiāālmşria'āl'ma'llktāb, 2010, p. 119.

Moazz and El-Aziz. As for El-Hakim (according to his mood), he participated a few times but in 1008 A.D. he promulgated a decree that totally prohibited this kind of celebration<sup>72</sup>. This is why the pool of the *Maghtas* is currently inside the churches as an alternative to the Nile<sup>73</sup>.

In the 10<sup>th</sup> century, Sawiris Ibn El Moqaffa wrote that the faithful, men and women, required the presence of the *Maghtas* inside the church to help them to be purified from their sins<sup>74</sup>. Abu El Makarem also mentioned the presence of the *Maghtas* that was cleaned from sand and filled with water at Abu Maqar Monastery<sup>75</sup>. In turn, Ibn El Seba' in the 13<sup>th</sup> century, quoted that the Epiphany celebration was held at night, in front of the *Maghtas* and that it was better to seek water from the Jordan and pour it into the *Maghtas*<sup>76</sup>. Ibn Kabr confirmed the presence of the *Maghtas* in the 14<sup>th</sup> century churches<sup>77</sup>.

### **The Form of *el Maghtas*:**

No details indicate its exact location, outside or inside the church. It is an underground room in cubic, rectangular, round or parallelogram shape, 1.5 m deep. This basin is capped with a wooden cover (no longer used)<sup>78</sup>.

Different examples of the *Maghtas* in the old churches:

1 - Inside the churches of Old Cairo at Abu Sergah, there is a sumptuous rectangular *Maghtas* covered with marble (Fig. 11) in the middle of the narthex to the west of

<sup>72</sup> EL MAQRIZI – *Ktāb ālmwā'z waāl'tbār fi dkr ālḥṭṭ waāla'tār*. Edited by Ayman Fouad El Saïd, vol. I. London: ālfrqān institute, 2002, pp. 256-266; IBN IAA'S – *Bdā' ālzhwr fi wqā' āldhwr*. Vol. I. Cairo: Dārālktb, 2008, p. 190.

<sup>73</sup> WASSEF, Céres. W. – *Pratiques rituelles ...*, p. 192.

<sup>74</sup> IBN AL MOQAFFA' – *Die Ordnung des Priestertums ...*, p. 18.

<sup>75</sup> ABŪ AL-MAKARAM – *Tāriḥālkanā'...*, p. 98.

<sup>76</sup> IBN EL SEBA' – *Ktābālgwhra'ālnfisa'...*, p. 313.

<sup>77</sup> IBN KABR – *Msbāḥālzlm' fi āidāḥālhdm'*. Edited by Samuel El Suriany. Cairo: Dayr al-Suryan, 1992, p. 227.

<sup>78</sup> BURMESTER, Oswald Hugh Ewart – *The Egyptian or Coptic Church...*, pp. 251-252.

the central nave, 1.40 m deep (2.60 x 1.7 m length and width)<sup>79</sup>. It is in laid with black and red marble.



**Fig. 11 - The rectangular *Maghtas* covered with marble in the Abu Sergah church, black and red marble, 1.40 m deep, 2.60 x 1.7 m length and width. (©Author's photography)**

2 - A beautiful Pharaonic lotus shaped *Maghtas* with circular pearls, located at the ancient church of Saint Mina in Taha El-Ama'da at Samalut, 1.75 m deep,<sup>80</sup> was used until 1975, then it was abandoned because of a strange conflict between two families. Each of these two families sought to descend first into this *Maghtas*. Then, to take revenge, one of them decided to throw in it pieces of glass. Following this aggressive act, several people were seriously injured; therefore, the priests forbade the use of this *Maghtas*<sup>81</sup>.

3 - The church of the Archangel Gabriel in the Beni-Magued village in Manfalout, has an octagonal *Maghtas*, inscribed in a square behind the sanctuaries in the East, 2m x 2m (length and width)<sup>82</sup> (Fig. 12).

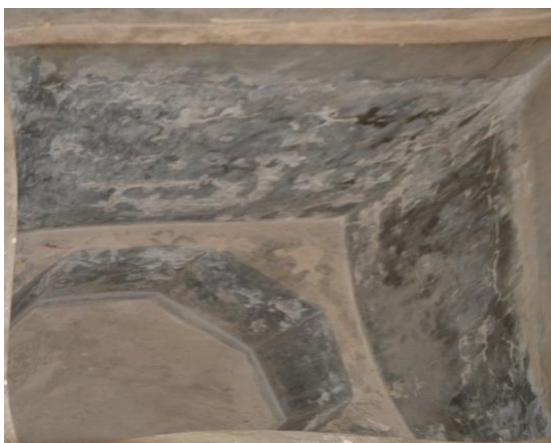
---

<sup>79</sup> GROSSMANN, Peter – “Epiphany Tanks”, p. 968; BURMESTER, Oswald Hugh Ewart – *A Guide to the Ancient Coptic Churches...*, p. 19.

<sup>80</sup> Bishop SAMUEL – *Dlilāknās ...*, p. 53.

<sup>81</sup> EL HEWMY, Youssef – *ālāḥtfālb'idālġtāsālmġid (Epiphania) fi ktbālmwrḥināl'rb*. Alexandria-Cairo: Biblioteca Alexandrina, 2016, p. 18.

<sup>82</sup> YOUSSEF, Samer – *Tātīr ālātġāht āl'qādia' ...*, p. 150.



**Fig. 12 - The octagonal *Maghtas*, inscribed in a square in the church of the Archangel Gabriel in Manfalout, stone, 2m x 2m length and width.  
(©Author's photography)**

4 - In the west wall of a special room at Saint Anthony's Church in Deir El-Maimoun, there is a 2.60 x 2.50 cubic stone *Maghtas* with two steps<sup>83</sup>.

5 - The palace of Saint Helena in the monastery of Saint Bishay (Deir El Ahmar), which is being restored, embraces the ancient monumental *Maghtas* of stone octagon form inscribed in a square. It was used previously by lay people and not monks<sup>84</sup> (Fig. 13).



**Fig. 13 - The octagonal *Maghtas*, inscribed in a square in the palace of Saint Helena in the monastery of Saint Bishay, stone, 1.50 m deep.  
(©Author's photography)**

---

<sup>83</sup> Visit on the field.

<sup>84</sup> Visit on the field.

6 - In the ancient Monastery of Anba Moussa El Baramus, discovered between 2002 and 2005, which fell into ruins, a 1.5 cubic meter limestone *Maghtas* was found dug in the plastered rocks, with steps. It appears in a room in the East next to the sanctuary of the second church<sup>85</sup>.

7 - Finally in July 2017, by undertaking extensions to the church of the Virgin Sitt Miriam at El-Surian monastery, accidentally a *Maghtas* was also discovered towards the western end glued to the wall, 80 cm deep, higher than the ground of the church of two bleachers because this *Maghtas* belonged to another church (the church of Mari- Ruta')<sup>86</sup> (Fig. 14).



**Fig. 14 - The *Maghtas* discovered in July 2017 in the church of the Virgin Sitt Miriam at El-Surian monastery, stone, 80 cm deep.  
(©Author's photography)**

### **The Pool of Extreme Unction**

We found only one example of this basin. It is the one that dates back to 1395, and that exists in the church of Saint Abaskhirion El Qalini, Deir Abu Maqar in Wadi El Natroun, in the sanctuary on the left, towards the North-West part, flanked on the wall<sup>87</sup> (Fig. 15).

---

<sup>85</sup> INNEMÉE, Karel – *Excavations at the site of Deir Al-Baramus 2002-2005*. Leiden: Leiden University, 2005, p. 4.

<sup>86</sup> Visit on the field - first publication.

<sup>87</sup> EVELYN WHITE, H. G. – *The Monasteries of the Wadi 'N-Natrun ...*, p. 117; El MESKIN, Matta – *ālrbna' ālqbṭia' ...*, pp. 675-676.



**Fig.15 - The Pool of Extreme Unction in the church of Saint Abaskhirion El Qalini, Deir Abu Maqar in Wadi El Natroun, marble, dates back to 1395.  
(©Author's photography)**

This demonstration confirms that

- 1 - The fonts (baptismal vessels) of the ancient Orthodox Coptic churches are varied and totally different from those of the Catholic churches in their structure and form. They are generally simpler than others that are artistically made.
- 2 - The basin of *el laqân* and the *Maghtas* are confined to the Coptic Orthodox Church.
- 3 - The fonts erected in the monasteries, churches of the province and the countryside are simpler than those built in the urban churches; inlaid with marble and mosaic.
- 4 - The largest number of basins has fallen into disuse; however, we continue to cover them in glass to preserve them as witnesses of Coptic heritage.
- 5 - All ancient churches and monasteries contain treasures often hidden that must be discovered, so it would be necessary to conduct continuous excavations in different locations.

The fonts were only used as baptisteries in the first centuries while other fonts were added successively for other uses and celebrations.

In conclusion, the fonts are an authentic legacy that links the past to the present and reflects our traditions. It is a heritage difficult to find elsewhere and of which we should be proud.

## Bibliography

ABŪ AL-MAKARAM – *Tāriḥ ālkanā's wa ālādira'*. Edited by Bishop Samuel. Cairo: 1984.

ANWAR, Mary Magdy – “Des pièces représentant les insignes et les vêtements liturgiques coptes conservés dans les musées archéologiques d’Egypte”. *Journal of the Faculty of Tourism and Hotels* 12 (2015), pp. 13-35

ATHANASIOS EL MAKARY – *M'ǧm ālmṣṭlḥāt ālknisia'*. 3 vols. Cairo: Nubar Publishing company, 2002-2011.

AWAD ALLAH, Mancarius – *Mnārt ālāqdās fi šrḥtqws ālknisa'ālqbṭia'waālqdās*. Cairo: ālmṭb'aāltǧāria'ālḥdiṭa, 1969.

Archibishop BASILIOS – “Baptism”. in *The Coptic Encyclopedia*. Edited by Aziz S. Atiya, Vol. II. New York: Macmillan publishing company, 1991, pp. 339-342.

Archibishop BASILIOS – “Epiphany (liturgy of)”. in *The Coptic Encyclopedia*. Edited by Aziz S. Atiya, Vol. III. New York: Macmillan publishing company, 1991, pp. 967-968.

BEATRICE, P. F. – “Foot washing”. in *Encyclopedia of Ancient Christianity*. Edited by Angelo Di Berardino, Vol. II. Dowhers Grove, Illinois: IVP Academic, 2014, pp. 49-51.

BURMESTER, Oswald Hugh Ewart – *A Guide to the Monasteries of the Wadi 'N-Natrun*. Le Caire: Société d'Archéologie Copte, 1954.

BURMESTER, Oswald Hugh Ewart – *A Guide to the Ancient Coptic Churches of Cairo*. Le Caire: Société d'Archéologie Copte, 1955.

BURMESTER, Oswald Hugh Ewart – *The Egyptian or Coptic Church (A detailed description of her liturgical services and the rites and ceremonies observed in the administration of her sacraments)*. Le Caire: Société d'Archéologie Copte, 1967.



BUTLER, Alfred – *The Ancient Coptic Churches in Egypt*. Translated by Ibrahim Salama Ibrahim, 2 vols. Cairo: ālhiaa'āl'mallktāb, 2001.

CAPUANI, Massimo – *Christian Egypt: Coptic Art and Monuments Through Two Millennia*. Cairo: AUC Press, 2002.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain – *A Dictionary of Symbols*. Translated by John Buchanan-Brown. Oxford (USA): Basil Blackwell, 1994.

COQUIN, Charalambia – *Les Edifices chrétiens du Vieux Caire*. Vol. I (Bibliographie et topographique historiques). Tome XI. Le Caire: Institut Français d'Archéologie du Caire, 1974.

CROSS, F. L. – *The Oxford Dictionary of the Christian Church*. Oxford: Oxford University Press, 1990.

DAOUAD, Nabih; FAKHRY, Adel – *Tāriḥ ālmsiḥi' waālrhbna' wa'ātārh mā fi āibāršitālgiza'*. Cairo: Saint Marc Foundation of Coptic history, 2011.

DUVAL, N. – “Church buildings: baptistery”. in *Encyclopedia of Ancient Christianity*, edited by Angelo Di Berardino, Vol. II. Dowhers Grove, Illinois: IVP Academic, 2014, pp. 524-537.

EL FARAS, Robert – *Mbānymbnhwr (knā's waādirt mšria')*. Cairo: ālhia'āl'mallqšwrālṭqāfa', 2012.

EL HEWMY, Youssef – *ālāḥtfālb' idālgṭāsālmḡid (Epiphania) fi ktbālmwrḥināl'rb*. Alexandria-Cairo: Biblioteca Alexandrina, 2016.

EL MAQRIZI – *Ktāb ālmwā'z waāl'tbār fi dkr ālḥṭṭ waāla'tār*. Edited by Ayman Fouad El Saïd. London: ālfrqān institute, 2002.

EL MESKIN, Matta – *ālrhbna' ālqbṭia' fi 'aṭr ālqdis AbwMaqār*. Wadi El Natrun, Egypt: Monastery of Saint Maqar, 1972.

EL MESKIN, Matta – *ālm'mwdia' (ālāšwl ālāwly llmsiḥin)*. Wadi El Natrun, Egypt: Monastery of Saint Maqar, 2000.

EVELYN WHITE, H. G. – *The Monasteries of the Wadi N-Natrun*, Part III (The Architecture and Archeology). New York: The Metropolitan Museum of Art, 1973.

GARIN, Alberto – *Abu Sirga: la iglesia copta de San Sergio y San Baco del Viejo Cairo: las primeras huellas del cristianismo en Egipto*. Madrid: Ministerio de Asuntos Exteriores, Agencia Española de Cooperación Internacional, Fundación Carolina, El Viso, 2004.

GODLEWSKI, W – “Baptistery (Architectural elements of churches)”. in *The Coptic Encyclopedia*. Edited by Aziz S. Atiya, Vol I. New York: Macmillan publishing company, 1991, pp. 197-200.

GROSSMANN, Peter – “Epiphany Tanks”. in *The Coptic Encyclopedia*. Edited by Aziz S. Atiya. Vol. III. New York: Macmillan publishing company, 1991, p. 968.

GROSSMANN, Peter – “Abu Mina”. in *The Coptic Encyclopedia*. Edited by Aziz S. Atiya. Vol I. New York: Macmillan publishing company, 1991, pp. 24-29.

GROSSMANN, Peter – “Khūrus”. in *The Coptic Encyclopedia*. Edited by Aziz S. Atiya, vol. I. New York: Macmillan publishing company, 1991, pp. 212-213.

GROSSMANN, Peter – “A new church at Taposiris Magna- Abusir”. *Bulletin de la Société d'Archéologie Copte* 31 (1992), pp. 24-30.

GROSSMANN, Peter; HAFEZ, Mohamed – “Results of the 1997 excavations in the North-West church of Pelusium (Farama- west)”. *Bulletin de la Société d'Archéologie Copte* 40 (2001), pp. 109-116.

GROSSMANN, Peter; KOSCIUK, Jacek – “Report on the excavations at Abu Mina in spring 2000”. *Bulletin de la Société d'Archéologie Copte* 40 (2001), pp. 97-108.

GUIRGUIS, Habib – *Āsrār ālknisa' ālsb'a*. Cairo: El Tawfik Coptic Publisher, 1934.

GUIRGUIS, Benjamin – *Ttb'tārihy lāgrā'āt srālm'mwdia' ālmqds ldy ālāqbā ālārṭwḏk*. Cairo: Institut of Coptic studies, n.d. Master unpublished.

HABIB, George – *Alm'mwdia' fi ālknisa'āwāḥdh ālḡm'a' ālrswlia'*. 1<sup>st</sup> book. Cambridge: 2012.

HELMY, Bishoy – *Knisty ālārṭksia'..mā āḡmlk!!* Cairo: Nubar Publishing Company, 2013.

IBN ALMOQAFFA' – *Die Ordnung des Priestertums ein altes liturgisches Handbuch der koptischen Kirche (Tartīb al-Kahanūt)*. II Teil. Edited by Julius Assfalg. Le Caire: Publications du Centre d'Etudes Orientales de la Custodie Franciscaine de Terre Sainte, 1955.

IBN ELSEBA' – *Ktāb ālḡwhra' ālnfisa' fi 'Im ālknisa'*. Edited by Victor Mansur El-Francicie. Le Caire: Institut Franciscaine chrétienne orientale, 1966.

IBN IAA'S – *Bdā' ālzhwr fi wqā' āldhwr*. Cairo: Dārālktb, 2008.

IBN KABR – *Msbāḥ ālzlm' fi āidāḥ ālhdm'*. Edited by Samuel El Suriany. Cairo: Dayr al-Suryan 1992.

INNEMÉE, Karel – *Excavations at the site of Deir Al-Baramus 2002-2005*. Leiden: Leiden University, 2005.

KHALIL, Morcos – *Ālqdis āl'zim ālšhid Filwbātir Mrqūriūs ālšhir baby Sifin*. Cairo: AnbaRwiyas Publisher, 1995.

KILLEN, William – *The Ancient Church: Its History. Doctrine, Worship and Constitution*. Alexandria: The Library of Alexandria, 2005 (Original Publishing 1859).

MALATY, Tadros – *Alknisa' bit Allah*. Alexandria: church of Saint Georges Sporting, 1979.

MARTIN, Maurice – *Monastères et Sites Monastiques d'Égypte*. Le Caire: Institut Français d'Archéologie Orientale, 2015.

MOHAMED, Hagagy – “āllaqān fi ālknisa'sālāṭria' mn ālGiza'ḥty Aswān”. *Journal of the faculty of Arts in Tanta* (n.d): pp. 819-823.

MULDER, Nicole. F. – “The early Christian Pilgrimage: The Case of Abu Mena”. *Essays on Coptic Art and Culture* 1 (1994), pp. 18-35.

PERKINS, Ward – “The Monastery of Taposiris Magna”. *Bulletin de la Société Royale d'Archéologie d'Alexandrie* 36 (1944), pp. 48-53.

QASD ALLAH, Nusrat – *Tāṭir āsālib wa ṭrqālānša'lyālt'birālm'māry ll'mār'*. Cairo: Ain Shams University, Faculty of Engineering, 2006. Master unpublished.

Bishop SAMUEL – *Dlilāl knās wa ālādira' ālqdimh fi mṣr*. Vol. I. Cairo: 2002.

SIMAIKA, Marcus – *A Brief Guide to the Coptic Museum and the Ancient Coptic Churches and Monasteries*. 2 vols. Cairo: El Amiria' publishing, 1932.

STATY, Essam – *Mqdma' ālḥwklwr ālqḥty*. Cairo: ālhiāālmṣria'āl'ma'llktāb, 2010.

TROSTYANSKIY, Sergey – “Baptism”. in *The Encyclopedia of Easter Orthodox Christianity*. Edited by John Anthony McGuckin, Vol I. Singapore: Wiley Blackweell, 2011, pp. 65-67.

VIAUD, Gerard – *La liturgie des coptes d'Égypte*. Paris: Librairie d'Amérique et d'Orient, 1978.

WACE, Alan John Bayard – *Hermopolis Magna, Ashmunein: the Ptolemaic sanctuary and the basilica*. Alexandria: Alexandria University Press, 1959.

WALTERS, Colin Christopher – *Monastic Archeology in Egypt*. Warminster: Aris et Phillips, 1974.

WASSEF, Céres W. – *Pratiques rituelles et alimentaires coptes*. Le Caire: Institut Français d'Archéologie Orientale, 1971.

YOUSSEF, Hanan – *Tṭwr'm ārtālṭrāz ālbāziliky fi mṣr fi āl'srālrmāny*. Tanta: Tanta University, faculty of Arts, 2008. Master unpublished.

YOUSSEF, Samer – *Tātir ālātḡāht āl'qādia'lytṣ mim ālknisa*. Cairo: Helwan University, faculty of Arts, 2004-2005. Master unpublished.

YOUSSEF, Youhanna – “The Book Order of the Priesthood, by Severus Ibn Al-Muqaffa' Bishop of Al-Ashmunein”. *Bulletin de la Société d' Archéologie Copte* 45 (2006), pp. 135-145.

#### COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

ANWAR, Mary Magdy – “The Evolution of Different Fonts in the Coptic Churches Throughout the Centuries”. *Medievalista* 28 (Julho – Dezembro 2020), pp. 335-362. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt> .



# RECENSÕES

*BOOK REVIEWS*

---





**Recensão / Book review: ANDRADE, Amélia Aguiar;  
TENTE, Catarina; SILVA, Gonçalo Melo; PRATA, Sara (eds.)  
– *Inclusão e Exclusão na Europa Urbana Medieval.*  
*Inclusion and Exclusion in Medieval Urban Europe.* Lisboa:  
Instituto de Estudos Medievais-Câmara Municipal de  
Castelo de Vide, 2019 (552 pp.)<sup>1</sup>**

***Maria Helena da Cruz Coelho***

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras,  
Centro de História da Sociedade e da Cultura  
3004-530 Coimbra, Portugal

[coelhomh@gmail.com](mailto:coelhomh@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-8030-4578>

Data recepção do artigo / Received for publication: 12 de Janeiro de 2020

---

<sup>1</sup> Esta recensão corresponde ao texto de apresentação do livro *Inclusão e Exclusão na Europa Urbana Medieval. Inclusion and Exclusion in Medieval Urban Europe* (2019), apresentado a 10 de Outubro de 2019, em Castelo de Vide, durante as *IV Jornadas Medievais Internacionais de Idade Média: Abastecer a Cidade na Europa Medieval*, que decorreram entre os dias 10 e 12 de Outubro de 2019.



Com muito proveito li este livro que desenvolve o seu conteúdo em cinco partes: I – *A intervenção dos poderes*; II – *Instituições e Processos*; III – *Marcas de exclusão no urbanismo medieval*; IV – *Inclusão e exclusão no registo material. Perspectivas desde a Arqueologia*; V – *Acolher ou excluir: os estrangeiros na cidade*.

Percebemos claramente por estas denominações que estamos perante uma temática desenvolvida a partir de diversas fontes – das arqueológicas às escritas – e perspectivada sob múltiplos enfoques históricos, percorrendo poderes, instituições, sociedades, economias e urbanismo. Cruzam-se espaços da Europa urbana e temporalidades. Combinam-se metodologias e conceptualizações. Entrecruzam-se especialistas, dos mais experientes aos mais jovens, entre historiadores, filólogos, arqueólogos, arquitectos e juristas, dos nacionais aos estrangeiros de Espanha, França, Alemanha, Holanda e Itália. Constrói-se uma obra com vinte e dois estudos, saídos da pena de vinte e oito especialistas.

A primeira parte – *A intervenção dos poderes* – inicia-se com uma ampla e clarificante síntese de Wim Blockmans que nos apresenta o quadro da inclusão e da exclusão na sociedade medieval. Os padrões de inclusão/exclusão podem advir do género – e as mulheres são evidentemente as grandes excluídas –, das crenças – e o Cristianismo reinante exclui os demais credos religiosos –, da etnicidade, da nacionalidade, da família ou parentesco, da pertença a uma comunidade. Os estratos privilegiados da sociedade são por natureza excludentes. Mas os códigos sociais da aristocracia vão ser justamente os que o patriciado urbano irá reproduzir. Aliás a cidade, com os seus muros, torres e portas, mimetizando o modelo do castelo feudal, é inclusiva para os seus cidadãos e exclusora para os de fora. Detem-se ainda o Autor na formação das comunidades urbanas no norte e centro da Europa com as suas associações socioeconómicas, religiosas ou culturais, das hansas, dos mercadores e guildas dos artesãos às confrarias e universidades demonstrando como elas são inclusivas para os seus membros, mas fechadas e



exclusoras para os demais. Virá assim a concluir que a paisagem urbana medieval, prolongada por tempos de Antigo Regime, era uma tessitura complexa de variados privilégios e privilegiados locais, identificados por diferentes códigos e marcas sociais.

Abre o caso português Hermínia Vilar com um texto sobre a comunicação entre o rei e as cidades na Idade Média. Definem-se nele as fronteiras e os limites dos intervenientes nesse espaço político e os níveis de sobreposição ou confluência do discurso entre o rei e a cidade. Põem-se em destaque as linhas de interacção no governo do reino, como no da cidade, que exigiam a ambos os poderes uma política de negociação e de equilíbrios. Analisando a documentação de produção régia – as leis gerais – e de produção local – as posturas e as vereações – evidencia as temáticas centrais e comuns aos dois corpos legislativos, bem como a denominação e justificação das leis produzidas, que nos remetem para os modelos de governação e de articulação entre os diferentes níveis da prática política. No seu todo percebe-se que há mais convergências que divergências de linhas políticas no governo do reino e da urbe e uma profunda contaminação e interacção entre os objectivos e a prática do poder régio e do poder local.

Após estes dois textos, que diríamos introdutórios, mergulhamos na questão das minorias religiosas – judeus e muçulmanos – que, na sociedade cristã medieval, de imediato nos remete para a problemática da exclusão e inclusão.

Jean-Luc Fray, revisitando a historiografia francesa e alemã sobre as novas noções de *concivilitas* de sentido político, de evolução paralela e de convergência, e convocando a produção historiográfica sobre as pequenas cidades, lança um outro olhar sobre a inserção das comunidades judaicas na “paisagem social” urbana. Seguirá desenvolvendo os paralelismos, as influências e as trocas de serviços entre cristãos e judeus no meio urbano. Demonstra como a progressão geográfica de judeus na Alemanha medieval desenvolveu o processo de urbanização, comercialização e monetarização; como a implantação das comunidades e bairros judaicos na topografia urbana abria espaço à convivência quotidiana; como existia

uma colaboração intelectual entre ambos. Em síntese, como afirma, a presença das comunidades judaicas na rede urbana do ocidente medieval apresenta-se como um espelho da própria Europa medieval cristã, que se articula entre coabitações frequentes, numerosas trocas e incontestáveis tensões.

Maria Filomena Barros põe-nos perante o relacionamento entre cristãos, judeus e muçulmanos em que confluem, consoante os tempos e a diferentes níveis, inclusões, exclusões e interações. Releva para esta análise o conceito de “entrelaçamento”, caracterizando-o desde a formação dos reinos ibéricos até à expulsão dos judeus de Castela e Portugal. Particulariza a inclusão, aludindo ao contexto político da organização e governo das comunas de judeus e mouros e à sua comunicação com os demais poderes, do régio ao concelhio. Acentua depois as exclusões legislativas, exigidas pela Igreja e reproduzidas pelo poder real, particularmente no que se refere às leis do vestuário, em que se visa, através do corpo, demarcar e tornar visível a alteridade destas minorias étnico-religiosas, a par do crescendo de leis que obrigam à separação espacial de mouros e judeus em bairros próprios. Por fim atem-se às interações entre os concelhos e as comunas de judeus e mouros ou entre os concelhos e membros individualizados das minorias, e à transgressão dos interditos legislativos, o que aponta para um relacionamento social frequente entre todos no quotidiano de vida e de trabalho.

A análise das leis contidas nas *Ordenações Afonsinas* respeitantes a judeus é objecto de estudo de Ricardo Rodrigues, que analisa trinta e três títulos relativos aos judeus, que se condensam no Livro II. Na dilucidação do conteúdo de tais leis, agrupa-as dicotomicamente em privilégios – quer quanto à autonomia das comunas de judeus, quer quanto aos direitos e garantias dos judeus perante os cristãos – e em limitações. Nestas limitações começa por referir o regime fiscal; em seguida as leis de afastamento entre a maioria cristã e a minoria judaica; depois as leis de carácter económico-financeiro e contratual; as leis sobre ofensas dos judeus ao cristianismo; ou ainda outras proibições e penas, como, por exemplo, a interdição de porte de armas. Acentua, a terminar, a existência nas *Ordenações Afonsinas* de uma transposição do Direito Canónico para o Civil, anota o balanço legislativo

entre os privilégios e as proibições, para vir a dar conta, por fim, de um endurecimento da política legislativa contra os judeus a partir do século XV.

Os judeus continuarão a estar presentes nesta obra pela marca indelével das judiarias na paisagem urbana medieval, temática abordada na terceira parte deste livro.

Jean Passim propõe-nos a reconstituição, a partir de textos e da arqueologia, dos bairros judaicos de Toledo. A Grande Judiaria da cidade, composta por três bairros de desiguais dimensões, começou a ser abandonada depois do *progrom* de 1391 para se esvaziar completamente em 1492, tendo sofrido ao longo de cinco séculos profundas transformações. O Autor estuda os três primeiros séculos da sua existência, bairro por bairro. Havia ainda uma outra judiaria apartada na colina de Alacava, destruída em 1355, que possuía uma sinagoga e uma escola rabínica (*midrash*). Acrescentavam-se-lhes mais o bairro de Caleros com outra sinagoga, abandonado depois do referido movimento antijudaico de 1391. Percebe-se claramente através deste estudo, bem apoiado em imagens, a inserção da comunidade judaica no tecido urbano da cidade de Toledo.

E de Toledo passamos a Lisboa, desenhando-nos Manuel Fialho Silva, apoiado em elucidativas reconstituições cartográficas, a morfologia urbana das Judiarias Velha e Nova de Lisboa. Permitem-lhe estas um estudo comparado, que não se pode estender à judiaria de Alfama, cuja forma urbana não foi ainda reconstituída, nem ao núcleo populacional da Pedreira, que permanece ainda bastante desconhecido. A morfologia urbana da Judiaria Grande ou Velha, situada no Arrabalde Ocidental, local privilegiado de comércio, foi condicionada pela orografia da colina ocidental do castelo e pelo sistema viário romano ainda existente e caracterizava-se por uma disposição de ruas e casario organizada em torno da sinagoga, situada no centro da judiaria. Já a Judiaria Pequena ou Nova, resultante de um plano de reestruturação da Ribeira, levado a cabo por D. Dinis, apresenta uma estrutura linear com lotes muito provavelmente iguais ao longo da rua que separava a Judiaria Pequena das Tercenas régias. Percebe-se assim como as diferentes géneses das duas Judiarias

de Lisboa plasmam uma oposta morfologia urbana, a primeira de complexa matriz mediterrânica, afeiçoada por diversas condicionantes, a segunda baseada numa organização linear, testemunho do modo de urbanização de finais de Duzentos.

De Sul para Norte, somos levados pelo estudo de Maria do Carmo Ribeiro, que se apoia em fontes escritas, cartografia e iconografia, a conhecer a inserção da comunidade judaica no urbanismo da cidade de Braga em tempos medievais. Não existia, até finais do século XIV, um local exclusivo de fixação dos judeus em Braga, os quais se dispersavam por diferentes casas e tendas, situadas nas variadas artérias da cidade, ainda que se detecte uma maior concentração na Rua da Sapataria. A primeira Judiaria da cidade, a dita Judiaria Velha, resultante do aumento do número de judeus na urbe, deverá ter sido criada na primeira metade do século XV. Era aberta e situava-se na Rua da Erva, inserindo-se, portanto, no sector urbano da cidade de malha bastante regular de artérias, herdada da ocupação romana, e na centralidade da cidade cristã, demarcada pela catedral, paços do concelho e açougues, pólo de um vivo fluxo comercial. A Judiaria Nova, para onde se transferiu a comunidade judaica a partir de 1466, estabeleceu-se também na parte sul do núcleo amuralhado, na Rua da Triparia. Estava, porém, numa área mais afastada da catedral, menos urbanizada e concentrava-se numa rua mais estreita e menos extensa, que poderia ser melhor controlada pelos cristãos. Os contrastes entre as duas judiarias, que a Autora destaca a concluir, bem como a dispersão de alguns judeus a morarem fora delas, são sinais do jogo das inclusões e exclusões que se detectam entre a comunidade judaica e a cristã, ditado por fluxos migratórios e por diferentes objectivos políticos do poder real e do poder religioso e civil da cidade.

Emerge pelo estudo de Tiago Ramos, Alcina Camejo e Daniel Martins o enquadramento da Judiaria da Guarda. Data esta de finais do século XIII e situava-se no espaço amuralhado da cidade, na área noroeste, encontrando-se mesmo adossada à muralha, e inseria-se também num espaço privilegiado do núcleo urbano, nas proximidades da Praça e da Rua de S. Vicente, numa área de propriedade régia. Os Autores, à luz dos contributos das intervenções

arqueológicas nela realizadas, revêm anteriores propostas historiográficas sobre a sua morfologia e os seus espaços religiosos – sinagoga, banhos rituais e cemitério – ou espaços domésticos, apelando ao incremento de estudos criteriosos e científicos, apoiados numa metodologia interdisciplinar, que permitam conhecer melhor o caso concreto da comunidade judaica da Guarda em particular e desta minoria religiosa da sociedade medieval no seu todo.

As perspectivas da arqueologia, que deixam perceber, através da cultura material, sinais da inclusão e da exclusão, integram a quarta parte desta obra.

Moisés Alonso Valladares e Alberto García Porras detêm-se sobre a cronologia do sector setentrional das muralhas da alcáçova de Granada. Os Autores dão conta das diversas e controversas cronologias propostas por historiadores e arqueólogos ao longo dos tempos, bem como dos resultados de recentes escavações realizadas no século XXI. E se parecem aceitar que a muralha interna da cidade data do século XI, afirmam que a datação da muralha externa continua a ser muito controversa. Exigida esta nova muralha pela expansão urbana dos arrabaldes, deve ter sido construída na época almóada, ainda que com tramos mais tardios dos finais do emirado nazari (provavelmente entre 1425 e 1456). A construção de uma porta e de mais um lanço de muralha podia estar relacionada com a vontade de segregar as propriedades reais face ao entorno urbano mais próximo, ainda que possam também admitir-se outras hipóteses interpretativas de natureza militar, urbanística ou arquitectónica, enunciadas pelos Autores.

Inés María Centeno Cea, Maria J. Negrodo García, Ángel L. Palomino Lázaro, Manuel Moratinos García estudam, com base em investigações documentais e intervenções arqueológicas, o nascimento de La Mota, que se integra no município de Castrillo Mota de Judios, situado próximo de Burgos. Este município, antigamente conhecido como Castrillo Matajudios, por vontade dos seus dirigentes locais e da sua população, mudou de nome, em consonância com a realidade histórica, e adoptou uma política activa de uma mais correcta e científica memória judaica e sefardita da localidade. De facto, em La Mota existiu, entre os séculos XI e XIV, uma

importante judiaria e foram esses judeus, já convertidos ao cristianismo, que depois deram origem à actual localidade de Castrillo. As escavações arqueológicas recentemente realizadas deram a conhecer que a cerâmica encontrada data dos séculos XII e XIII e é de diferentes tipos, muito detalhadamente estudados pelos Autores, constando de objectos domésticos, sobretudo com fins culinários, e de certas peças especificamente judaicas, os candis, utilizados na conhecida festa das luzes desta religião. As análises arqueobotânicas e arqueozoológicas dos materiais escavados são também do maior interesse, permitindo conhecer a vocação agrícola e ganadeira da comunidade e a sua dieta vegetal e carnívora, o que reforça o valor patrimonial material e imaterial desta judiaria, cujo conhecimento será acessibilizado ao público no Centro de Memória Sefardita da localidade.

Ainda nesta quarta parte do livro, Catarina Meira recua no seu trabalho para tempos romanos, que nos revelam o sítio do Loteamento do Quintal, na cidade de Viseu, junto à igreja de S. Miguel do Fetal. Aí existiu uma necrópole romana, localizada no exterior da cidade junto à porta oriental, que se manteve durante a Alta Idade Média como a mais importante área cimiterial ao redor da mencionada igreja. A Autora remete para as mais antigas e recentes escavações arqueológicas no local e para os seus resultados, estando o abundantíssimo material recolhido a ser analisado pela própria para a elaboração da sua tese de doutoramento. Como nos dá a saber, o mesmo elucida-nos sobre as diferentes produções cerâmicas, sobre as múltiplas tipologias dos objectos, entre peças de servir à mesa, de armazenamento, de cozinha e de contentores de líquidos, e sobre os circuitos de trocas comerciais da cidade. O estudo finaliza com a demonstração e explicação das cinco fases de utilização/abandono desse local, que nos testemunham o dinamismo de ocupação e transformação de um espaço da cidade de Viseu desde a Antiguidade Tardia à Alta Idade Média.

Esta obra contempla ainda duas outras problemáticas de inclusão e exclusão, olhadas a partir dos pobres e dos estrangeiros.

Assim, na parte segunda da mesma, que se agrupa sob a designação *Instituições e Processos*, engloba-se especialmente a questão das franjas sociais decorrentes da pobreza, sob diversos contextos políticos.

Ana María Carballeira Debasa, tratando fontes árabes de natureza histórica, biográfica e jurídica, analisa a pobreza na comunidade islâmica do Al-Andaluz. Começa por caracterizar o pobre, distinguindo a pobreza involuntária da pobreza voluntária, assumida por ideais ascéticos e místicos. Discute, em seguida, os comportamentos sociais face à pobreza, seja marginalizando-a, tanto do ponto de vista religioso como socioeconómico, o que, no limite, podia remeter o pobre para a criminalidade, seja integrando-a por meio de actos particulares ou públicos de caridade, assumidos tanto como uma obrigação religiosa como também como uma responsabilidade social. E rematará afirmando que a sociedade islâmica não pretendia erradicar a pobreza, que religiosamente era mesmo necessária para que o preceito corânico da esmola se cumprisse, mas antes mitigar as suas consequências e assegurar que ela não pudesse ser um factor que levasse a subverter ou a ameaçar a ordem social estabelecida.

Pablo Ortego Rico atenta na comunidade mudéjar de Madrid durante a Baixa Idade Média, buscando rastrear os mecanismos de integração económica desta minoria religiosa. Na verdade, se a legislação a marginaliza, o papel económico desta minoria no seio das sociedades urbanas promovia a sua integração e mesmo ascensão social, ligada ao desempenho de certos ofícios especializados. Predominam os mudéjares que se dedicavam à actividade artesanal – 67,7% – seguidos dos que se dedicavam à actividade comercial – 22,2% – e por fim os que desempenhavam algum ofício institucional ou religioso – 10,1%. Comprovadamente se evidencia que as interacções económicas entre cristãos e muçulmanos nestes sectores produtivos relegavam para um segundo plano as diferenças religiosas e conduziam a uma convivência social pacífica.

José Manuel Triano Milán fixa-se no sistema de taxaço fiscal em Sevilha no século XV para perceber os diversos níveis de enquadramento social. Demonstra como a

inscrição do nome do contribuinte nestas listas de fiscalidade era a mais cabal evidência da condição de vizinho, que, todavia, como sabemos, contem em si muitas distinções. Todavia, não menos importante se torna atentar nos que não vêem os seus nomes inscritos em tais listas, que se agrupam, tripartidamente, em privilegiados, minorias religiosas e os que não tinham rendimentos suficientes para contribuir nos impostos, seja os pobres fiscais ou os pobres de solenidade que nada possuíam por velhice, viuvez ou doença. O autor verifica que os padrões fiscais hispalenses e as estratégias das oligarquias municipais que nela se espelham dão conta de um grande dinamismo e mobilidade sociais e evidenciam processos de inclusão e exclusão de vária natureza e conotações de sentido positivo ou negativo.

Os dois últimos estudos desta parte da obra incidem sobre a institucionalização dos pobres e doentes.

Ana Rita Rocha centra-se sobre a rede hospitalar de Coimbra, considerando a sua inserção no tecido urbano, social, religioso e político. Logo a abrir apresenta o desenvolvimento das instituições assistenciais por séculos, verificando-se o seu fortíssimo crescimento no século XIV, e aponta para um total de 45 hospitais, albergarias, mercearias e gafarias entre os séculos XII e XV. Percebe-se, ao particularizar a sua implantação urbana, que a maior parte destas casas se encontra nos arrabaldes e não na Almedina, o que a Autora descreve com desenvolvimento. E virá a concluir que em Coimbra, à semelhança de outras cidades e regiões, as instituições hospitalares se situavam preferencialmente junto dos principais eixos viários, em ligação com portas e pontes, pois que a maioria dos seus ocupantes eram gente que se movimentava, entre pobres, doentes, peregrinos e viajantes, havendo, porém, algumas outras junto a edifícios de prestígio, o que mais comprovava a sua integração na sociedade urbana, que deste modo as protegia mas também melhor as controlava.

Por sua vez Pablo Alberto Mestre Navas estuda o Hospital de São Lázaro de Sevilha, que data de época próxima da conquista da cidade (1248) e cuja fundação



se ficou a dever à iniciativa real de Fernando III ou Afonso X de Castela, havendo este último monarca, bem como Afonso XI, obrigado todos os leprosos do arcebispado de Sevilha e do bispado de Cádiz a ingressar nele. Foi instalado numa construção islâmica, nas imediações da cidade, que assim o vigiava, mas também amparava. O Autor deixa-nos entrever as suas fontes de rendimento, as autoridades que o regiam, os privilégios que detinha e as normas religiosas e económicas que orientavam a vida no Hospital. E virá a referir que, apesar dos favores concedidos pela Igreja e pela Coroa, o estabelecimento subsistiu sempre em condições precárias devido à má administração e aos sucessivos atropelos cometidos pelos seus oficiais.

Termina este livro com uma última parte intitulada: *Acolher ou excluir: os estrangeiros na cidade*.

Abre-a Gisela Naegle que procura elucidar as atitudes de acolhimento ou expulsão dos forasteiros na França e na Alemanha na Baixa Idade Média, numa perspectiva de história política e jurídica comparada. No contexto da Guerra dos Cem Anos, o rei de França perseguiu uma política de acolhimento dos forasteiros, justificando-a com a necessidade de aprovisionamento da população, enquanto as cidades pretendiam excluir os intrusos e proteger os seus interesses. Anota, por exemplo, casos de gente especializada repudiada (por exemplo os juristas, em especial nas cidades comerciais alemãs) ou procurada, como os artesãos altamente qualificados. Na realidade, como a Autora vem a evidenciar, a inclusão e a exclusão são duas faces da mesma medalha, que estão ligadas à honra e à prosperidade económica e demográfica da cidade. A nível dos discursos as atitudes justificam-se com o argumento do bem comum e, no caso de refugiados de guerra, com o da caridade, argumentação que encobre por vezes os verdadeiros móveis das atitudes para com os forasteiros, podendo estes englobar todas as camadas da sociedade medieval.

Elena Maccioni estuda um pleito ocorrido em 1433 entre barceloneses e genoveses, levado perante a rainha de Aragão, por causa de um imposto, que teve grandes implicações diplomáticas e políticas. Sabemos que Barcelona detinha uma

forte política protecionista e hostil à presença estrangeira no seu território, que o rei Afonso V de Aragão apoiava. O processo deixa conhecer o nome de mercadores italianos e os produtos que comercializavam, mas igualmente permite averiguar as decisões políticas, económicas e fiscais aplicadas pelas elites mercantis e navais catalãs aos estrangeiros, em particular aos genoveses. A quebra da paz fiscal entre as duas cidades levou Génova, na segunda metade do século XV, a preferir negociar com Valência, como aliás o fizeram outros mercadores estrangeiros.

Javier Añibarro Rodriguez coloca-nos perante a realidade da presença de navegantes do Norte de Castela nos portos irlandeses, nos finais da Idade Média, a partir do caso de estudo de San Vicente de la Barquera e de Laredo. Começa justamente por ilustrar a convivência entre marinheiros castelhanos e mulheres irlandesas, que, tal com noutras partes, era no geral uma fonte de problemas que as normativas procuravam regulamentar. Os cântabros receberam também licenças para pescar nos mares da Irlanda e estabeleceram trocas comerciais com os naturais ou emprestaram-lhes mesmo navios, o que dinamizava a economia local e a enriquecia com o pagamento de taxas fiscais. Mas se havia relações pacíficas também existiam algumas conflituosas, embora as relações de interação, ainda que descontínuas dada a sua característica de sazonalidade, se sobrepusessem às de exclusão, e comprovem mesmo um relacionamento estreito com os senhores locais e os poderes eclesiásticos.

Enrique José Ruiz Pilares perscruta a presença de estrangeiros no governo das cidades da Andaluzia em finais da Idade Média. Percebemos, por exemplo, que em Sevilha marcavam presença, entre os regedores, vários membros da família portuguesa Portocarreiro e, entre os jurados, homens de famílias italianas; em Sanlúcar ascenderam ao poder alguns ingleses; em Cádiz encontravam-se certos dirigentes de origem genovesa. Mas, como vem a concluir a Autor, apesar da integração dos estrangeiros nas cidades e vilas andaluzas, a sua penetração nos governos urbanos é muito limitada até meados do século XVI. Também, por sua vez, a comunidade estrangeira estaria mais interessada no controlo do mercado e da fiscalidade que no exercício do poder local.

A finalizar a derradeira parte da obra, Lorenzo Lage Estrugo debruça-se sobre os casos dos genoveses Manuel Pessanha e Egídio Bocanegra, ao serviço das Coroas de Portugal e Castela, comparando as suas diferentes trajectórias de integração. Analisando com minúcia as especificidades de recrutamento de ambos para o almirantado pelos reis D. Dinis de Portugal e Afonso XI de Castela, evidencia como no primeiro caso se está a implantar, sob a supervisão da Coroa, o cargo de almirante de uma forma estável e contínua, enquanto no segundo se recrutava um reformador da marinha castelhana para as lutas a haver no estreito de Gibraltar. Torna-se claro, todavia, que as duas contratações responderam a necessidades de reconfiguração das instituições navais, quando ambas as Coroas pretendiam projectar-se maritimamente, recorrendo a estrangeiros com provas dadas no domínio do mar Mediterrâneo.

Espero ter demonstrado, com o que deixei exposto nesta nota de leitura, que, para conhecer e aprofundar a temática da inclusão e da exclusão, a nível da conceptualização, das metodologias e das concretizações históricas, sob múltiplas abordagens e manejando diversas fontes, este livro se torna imprescindível. Em boa hora o escreveram os seus Autores, o creditaram os seus Avaliadores, o organizaram os seus Coordenadores e o subsidiaram os seus Patrocinadores.

Os conceitos de inclusão e exclusão, relacionados com tantos outros, desde logo os de identidade e alteridade, afeiçoam as duas faces de Janus e imbricam-se na complexidade da sociedade medieval percorrida por estrangeiros, pobres e viandantes e composta por maiorias e minorias religiosas devidamente hierarquizadas. Fronteiras, limites, marginalização, interacção, integração, composição descobrem-se nas políticas, nos actos e nos comportamentos sociais ao ler este livro.

Creio não ser preciso mais acrescentar para que todos desejem mergulhar na sua leitura, sentindo-se incluídos no seu saber e excluídos do seu desconhecimento.

**COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:**

COELHO, Maria Helena da Cruz – “ANDRADE, Amélia Aguiar; TENTE, Catarina; SILVA, Gonçalo Melo; PRATA, Sara (eds.) – *Inclusão e Exclusão na Europa Urbana Medieval. Inclusion and Exclusion in Medieval Urban Europe*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais-Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2019 (552 pp.)”. *Medievalista* 28 (Julho – Dezembro 2020), pp. 365-378. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.





**Recensão / Book review: CLÉMENT, François (dir.) –  
*Épidémies, épizooties. Des représentations anciennes aux  
approches actuelles. Rennes: Presses Universitaires de  
Rennes, 2017 (264 pp.)***

***André Filipe Oliveira da Silva***

Universidade do Porto, Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e  
Memória”/ Universidade de Évora, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e  
Sociedades

4150-564 Porto, Portugal / 7000 Évora, Portugal

[afosilva@uevora.pt](mailto:afosilva@uevora.pt)

<https://orcid.org/0000-0003-0223-8314>

Data recepção do artigo / Received for publication: 23 de julho



O livro sobre o qual se redige esta recensão resulta dos trabalhos de duas jornadas de investigação, relacionadas com dois projetos realizados em unidades de investigação das Universidades de Nantes e de Poitiers. Tratando-se de uma obra coletiva – são 17 os autores que colaboram neste volume de 12 capítulos, aos quais se acrescentam uma nota introdutória e um posfácio do diretor do volume –, importa julgar a coerência da composição de uma obra que deve ser mais do que uma amálgama de capítulos. Furtar-me-ei, assim, a fazer micro-recensões por capítulo, que adulterariam a leitura da obra e o seu propósito. Este livro é o segundo número de uma nova coleção, sendo antecedido por uma obra igualmente resultante dos projetos suprarreferidos<sup>1</sup>.

A Epidemiologia Histórica tem conhecido avanços extraordinários nesta última década, fruto do trabalho multi e interdisciplinar e intercomunicante. Também em *Épidémies, épizooties* parece ser esse o caso. As quase duas dezenas de autores constituem uma equipa multi-geracional, de investigadores em fase de pós-doutoramento a professores eméritos, verificando-se igual variedade frutuosa nos diversos *backgrounds* disciplinares: paleoclimatólogos, filólogos, historiadores sociais, do ambiente, das ciências e das mentalidades, arqueozoólogos, biólogos, arqueólogos, arabistas, bizantinistas e hebraístas, enfim, uma constelação multidisciplinar que contribui em muito para uma obra coerente, ainda que diversa nos seus conteúdos, métodos e formas. Poder-se-á apontar uma certa ‘endogamia nacional’, pois, entre os 17 autores, apenas um, proveniente do Museu Comarcal de l’Urgell-Tàrrrega, na Catalunha, não se encontra filiado a uma instituição sediada em França. Porém, isto dever-se-á mais à constituição das equipas dos projetos em causa do que a uma preferência não justificada ou a um

---

<sup>1</sup> CLÉMENT, François (dir.) – *Histoire et nature: Pour une histoire écologique des sociétés méditerranéennes (Antiquité et Moyen-Age)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2011. ISBN 978-2753517202. 312 pp.

desconhecimento do que se faz fora da esfera francófona, não resultando em nenhum prejuízo do produto final.

As abordagens e as questões metodológicas são a peça central desta obra e o grande fio condutor entre os seus capítulos. Estes sucedem-se seguindo um critério tripartido, mas harmonioso – a) a cronologia do tema, b) a doença ou fenómeno estudado e c) o tipo de abordagem. Creio que, assumindo essa organização, poder-se-á distinguir três grandes blocos. No primeiro, partimos da Antiguidade e vamos até ao final da Idade Média em seis capítulos dedicados à Peste e à compreensão coletiva e erudita dos fenómenos epidémicos, passando pelos universos culturais greco-romano, islâmico, judaico, bizantino e cristão latino, indo das análises textual e lexical a uma reflexão e ponto de situação sobre o estado da arte do tema, nesse caso concreto sobre a peste no espaço bizantino. No segundo bloco, no qual incluem o sétimo, oitavo e nono capítulos<sup>2</sup>, são repensadas as abordagens históricas feitas a diversas doenças: no primeiro caso, a várias doenças num determinado contexto geográfico e cronológico – o Próximo Oriente alti-medieval; no segundo, a abordagem médica do persa Razes (c. 825-c. 925), que distinguiu pela primeira vez a rubéola da varíola; no terceiro, uma crítica metodológica e retrospectiva ao estudo histórico do paludismo/malária. O terceiro e último bloco que individualizo incide sobretudo, mas não exclusivamente, sobre fontes materiais, mormente arqueozoológicas e antropológicas; assim, em três capítulos, apresenta-se o estudo sobre um enterramento coletivo romano como exemplo de fonte potencial para o estudo de crises sanitárias, uma proposta metodológica de estudo multidisciplinar de fenómenos epizooticos e a apresentação de achados arqueozoológicos e respetiva análise individual para deteção de potenciais sinais de epizootia ou crise de mortalidade animal numa área partilhada entre as atuais França e Suíça, em várias fases da Idade Média.

Todos os capítulos recorrem a abundantes fontes e bibliografia, entre os clássicos e a mais recente produção. Obras em línguas vernáculas, latim, grego, árabe e

---

<sup>2</sup> Os capítulos não estão numerados, e a contagem que faço exclui as já referidas notas de introdução e posfácio.

hebraico constituem o cerne dos textos analisados, com excertos na língua original citados em nota de rodapé, no corpo do texto ou em tabelas, permitindo uma visão verdadeiramente transversal, ainda que sempre em forma de amostra exemplificativa. Poder-se-á sentir falta de alguma bibliografia não-francófona em alguns capítulos, mas a existência de diversos estudos de caso, muitas vezes pouco frequentes ou com raros paralelos, pode justificar essa ausência. Nos capítulos onde o mote é uma reflexão mais alargada, a bibliografia em inglês, italiano, alemão, castelhano e catalão, para nomear as mais representadas, vai enriquecendo e consolidando as propostas desenvolvidas pelos diversos autores. Nota também para a existência de tabelas em vários capítulos, no corpo do texto quando o tamanho permite, ou em anexo, sistematizando informação ou fornecendo dados individuais, aos quais se acrescentam fotos, desenhos e mapas, concentrados sobretudo no terceiro bloco de capítulos, e que permitem a todos os leitores menos familiarizados com a terminologia e análise arqueozoológica e paleopatológica compreender melhor os temas e casos abordados, não sendo em nada afetados pela impressão a preto e branco.

Aproveito para deixar algumas observações sobre outros aspetos da obra como objeto de trabalho. A edição, em capa mole, permite o manuseamento e transporte fáceis, o que nem sempre acontece neste tipo de edições académicas. O preço de capa, 21€, representa uma agradável surpresa, contrastando com edições do mesmo género que atingem facilmente valores 3, 5 ou até 10 vezes superiores. Se este preço é relativamente acessível em Portugal, muito mais o será em França, país onde foi editado, e é um exemplo que deveria ser seguido de perto por outras editoras académicas, cuja principal função deverá ser sempre divulgar e difundir o conhecimento produzido sob o seu patrocínio.

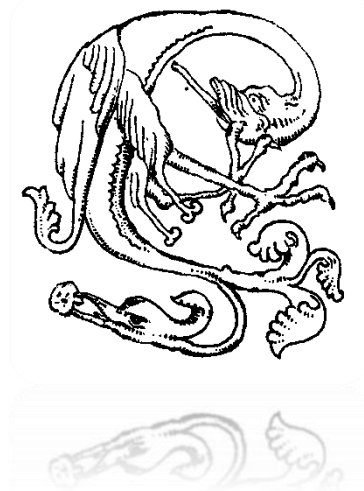
Terminando esta breve digressão por *Épidémies, épizooties*, cumpre dizer que é uma obra de qualidade, onde os critérios de seleção e organização, que são sempre questionáveis, conduzem a um resultado francamente positivo e que, mais do que constituir uma síntese – que nunca é proposta –, ou uma amálgama de capítulos sem coerência sob um título vagamente interconectante, apresenta vários pontos



de partida ou reflexões de percurso, uma verdadeira troca multidisciplinar e mais um contributo coletivo para uma área entusiasmante que tem sido decisiva para o avanço do conhecimento histórico global, integrado e transversal a todas as cronologias.

**COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:**

SILVA, André Filipe Oliveira – “CLÉMENT, François (dir.) – *Épidémies, épizooties. Des représentations anciennes aux approches actuelles*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2017 (264 pp.)”. *Medievalista* 28 (Julho – Dezembro 2020), pp. 379-383. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.







**Recensão / Book review: MUÑOZ GÓMEZ, Víctor – *El poder señorial de Fernando “el de Antequera” y los de su Casa. Señorío, redes clientelares y sociedad feudal en Castilla durante la baja Edad Media*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2018 (533 pp.).**

***Arsenio Dacosta***

Universidad de Salamanca  
37007 Salamanca, Espanha

[adacosta@usal.es](mailto:adacosta@usal.es)

<https://orcid.org/0000-0002-3069-028X>

Data recepção do artigo / Received for publication: 19 de Setembro



La obra objeto de esta reseña es, posiblemente, una de las más solventes y ambiciosas de las que, últimamente, han abordado el periodo bajomedieval en la Corona de Castilla. Como otras, forma parte de una renovación historiográfica española, sólida y silenciosa, superviviente de los rigores de una política científica miope y cortoplacista en nuestro país. Su autor, Víctor Muñoz, es uno de tantos jóvenes investigadores cuyo currículum debería enrojecer a algunos responsables académicos y políticos. En un contexto tan poco propicio Víctor Muñoz defendió su tesis doctoral en la Universidad de Valladolid en enero de 2016, ofreciéndonos en este volumen la sección central de la misma. Su objeto es el análisis de la conformación y gestión del poder señorial de la *Casa* de Fernando de Trastámara y su esposa Leonor de Alburquerque, dos figuras centrales para comprender el juego de poderes en las Corona de Castilla y, también, de Aragón en el tránsito del siglo XIV al XV. Aunque da buena cuenta de ello, la obra no se centra en la vida política del infante Fernando en Castilla ni su ascenso a monarca en Aragón tras el Compromiso de Caspe. El objeto es otro, claramente definido y desarrollado: desvelar cómo se construyó un estado señorial de extraordinarias dimensiones – que sirvió a aquellos objetivos políticos – y cómo se mantuvo merced a una no menos extraordinaria red clientelar. La monografía conserva el espíritu formal del original, perfectamente organizado en una amplísima introducción de casi cien páginas, y seguida de una segunda sección que la cuadruplica en extensión y se subdivide en cinco capítulos.

La Introducción es rotunda por cuanto plantea las cuestiones de fondo que han ocupado – y ocupan – el debate historiográfico en el seno del Medievalismo europeo. ¿Cuáles fueron las características y alcance de la crisis bajomedieval? ¿Cómo reaccionaron los señores, si es que hubo una única y uniforme respuesta? ¿En qué medida dicha crisis transformó la sociedad castellana? ¿Cuál es la naturaleza del poder señorial, o lo que es lo mismo, qué es eso que llamamos “feudalismo”? Nada de ello se aborda a la ligera pero tampoco con temor: el autor

reconoce a cada paso las sólidas bases de sus planteamientos teóricos: de Bloch a Valdeón, de Estepa a Monsalvo, de Guerreau a Morsel, de McFarlane a Coss, se repasa con sorprendente agilidad un debate multiforme y complejo en torno a la aludida crisis, a la definición de “aristocracia” bajomedieval, al sentido de la voz “señorío”, y a sus manifestaciones concretas en la *longue durée* al final del Medievo en la Corona de Castilla. No es posible penetrar aquí en todos sus argumentos pero sí destacaré el enfoque novedoso de acompañar a tan solventes precedentes con una revisión profunda y crítica de los mismos, particularmente las categorías de la propiedad feudal de Estepa y el alcance de la metodología “sistémica” del poder que encontramos en Monsalvo. Además, Muñoz hace algo que ya no es raro, pero sigue siendo necesario: aporta un enfoque abiertamente antropológico a su análisis, enriqueciendo los debates del medievalismo con aportaciones de algunos destacados teóricos franceses. Su reivindicación de la *oeconomica* de Otto Brunner es loable, y le sirve de andamiaje para su ulterior análisis de la *Casa* señorial de Fernando el de Antequera y Leonor de Alburquerque, aunque merece una revisión más detenida. Lo mismo ocurre con la definición sociológica de “linaje”, algo que ni Duby, ni Guerreau (ni Bourdieu, véase la nota 56) han resuelto, aunque contemos con el diagnóstico de Morsel y con las orientaciones – no atendidas aún – de Jack Goody. Otro aspecto abordado en esta sección inicial que quiero destacar es la selección y tratamiento documental: si la primera es sorprendentemente amplia, con análisis de un amplísimo *corpus* repartido en innumerables publicaciones y abundantísimos archivos, el segundo está magníficamente resuelto, con un atinado equilibrio entre la perspectiva macro que exige el objeto de estudio y el gusto por el detalle y el dato, nunca superfluo.

Adoptada una visión “sistémica” del poder señorial, la parte analítica se inicia con una descripción detallada de la dotación de los infantes y de su acrecentamiento durante el reinado de Enrique III y la minoría de Juan II, periodo en el que se consolidan y amplían los derechos sobre numerosos lugares de Castilla. Se analiza incluso la adquisición de derechos materiales y sobre todo simbólicos de la extinta Casa de Lara, la más poderosa de Castilla junto a la de Vizcaya, desde la unificación de Castilla y León hasta los albores del triunfo Trastámara. El trabajo continúa con

un capítulo dedicado a aplicar las categorías de la propiedad feudal definidas por Carlos Estepa, simplificando su esquema y haciéndolo más operativo para la cronología y objeto escogidos. Sigue el trabajo con un análisis detallado de los aspectos económicos del poder señorial de Fernando y Leonor. He de señalar que, más allá de los cálculos económicos, Muñoz nos ofrece un análisis social de sus implicaciones y, particularmente, de los agentes involucrados en el mismo: donantes (fundamentalmente los monarcas castellanos), recaudadores y administradores y, he aquí un punto de enorme interés, los beneficiarios del sistema de redistribución de la renta feudal, esto es, la clientela de la *Casa*. Es en este punto donde se nota que el autor ha sacrificado material del original para componer esta necesaria – y exitosa – versión de su trabajo. Ya en el capítulo 2 se hacía alusión a la composición heterogénea y abrumadoramente amplia de la red de deudos del infante Fernando, y de nuevo aquí se retoma la cuestión de la mecánica de la retroalimentación del *amor* y del servicio que tantos prelados, nobles, hidalgos y plebeyos ofrecieron al regente y futuro rey. Me consta que ese material y ese análisis existe; esperemos que en todo su exuberante detalle nos lo pueda ofrecer pronto. El último capítulo se destina a cómo se organiza, manifiesta y retroalimenta el poder feudal en los concejos bajo jurisdicción de la Casa: como era de esperar, los mecanismos que encontramos emulan los que Enrique III fundamentalmente trata de implementar durante su reinado, particularmente el primitivo corregimiento castellano.

Dejo para el final el capítulo que, en toda obra académica, es el más importante: el conclusivo. El autor cumple sobradamente, de nuevo, demostrando su abrumadora capacidad de síntesis; además de resumir todo lo abordado, reflexiona sobre el objeto último ya anunciado: las manifestaciones del poder – y la competencia – señorial en un contexto de crisis y con una multitud de actores que desbordan las fronteras de un reino. La red de vínculos y favores es tan tupida que es prácticamente imposible de deslindar para este periodo y para las dimensiones de una corona tan extensa como la castellana. Desde la corte regia hasta las élites concejiles, no hay persona relevante que no esté inserta en estas redes de favor y dependencia. O, quizá, como sugiere la lectura de este trabajo, el enfoque deba ser

el inverso: es merced a la participación en dichas redes clientelares como se procura la ascensión social y se posicionan políticamente los privilegiados en la Castilla bajomedieval.

El trabajo se completa con los correspondientes apéndices referidos a las fuentes y bibliografía utilizada por el autor, acompañados de una sección de información genealógica que, aunque sobrada y práctica, merecería una codificación gráfica algo más sofisticada. Es difícil afear nada a una obra compacta y ambiciosa, respetuosa y renovadora, que recuerda en su rigor a maestros como Valdeón, Mattoso o García de Cortázar.

#### **COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:**

DACOSTA, Arsenio – “MUÑOZ GÓMEZ, Víctor – *El poder señorial de Fernando “el de Antequera” y los de su Casa. Señorío, redes clientelares y sociedad feudal en Castilla durante la baja Edad Media*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2018. (533 pp.)”. *Medievalista* 28 (Julho – Dezembro 2020), pp. 385-389. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.









**Recensão / Book review: LADERO QUESADA, Miguel Ángel**  
**– *Ciudades de la España Medieval. Introducción a su***  
***estúdio*. Madrid: Dykinson, 2019 (264 pp.)**

***Paula Pinto Costa***

Universidade do Porto, Faculdade de Letras  
4150-564 Porto, Portugal

[ppinto@letras.up.pt](mailto:ppinto@letras.up.pt)

<https://orcid.org/0000-0002-1926-2276>

Data recepção do artigo / Received for publication: 13 de Janeiro de 2020



Miguel Ángel Ladero Quesada traz a público uma síntese sobre cidades da Espanha medieval organizada em oito capítulos ilustrados e enriquecidos por um conjunto de vinte e oito plantas de cidades, na sua esmagadora maioria peninsulares, a que juntou outras, de centros urbanos centro-sul americanos. A estas soma-se um significativo conjunto de mapas, imagens, fontes documentais escritas e selos municipais, distribuídos ao longo da obra.

Neste livro começa por colocar a problemática das cidades na Idade Média, procurando traçar um enquadramento para a boa explanação do assunto. O tema da história urbana tem colhido desde há muito o interesse dos investigadores e esta obra reflete o amplo conhecimento que o seu autor tem do mesmo. Move-se ao longo de uma cronologia bastante ampla, que se situa entre os séculos XI e XV. Reafirma que o século XI coincide com o renascimento urbano europeu, já apontado por inúmeros autores, abrindo-se a partir daí um tempo profícuo de fundação de cidades novas e de renovação da vida urbana. Embora estas delimitações cronológicas sejam válidas em termos gerais, a diversidade de áreas geográficas em que este estudo incide dá lugar a uma problematização destes limites e a uma necessária adequação a cada uma delas em concreto. A formação da rede urbana hispânica teve lugar entre 1060-1330, em sintonia com a conquista, ocupação e colonização do território e teve implicações no traçado urbanístico e no sistema económico das cidades. O livro incide sobre a Espanha, em sentido alargado, a Hispânia, deixando num plano secundário a emergência política dos vários reinos no contexto da reconquista, e acaba por fazer uma chamada de atenção para a realidade Quinhentista da América centro-sul pelo facto de poder ser considerado um espaço de prolongamento da cidade hispânica de tempos anteriores. Em termos gerais, são abordadas a organização urbanística, a dinâmica social, nomeadamente a multiplicidade das hierarquias e das possibilidades de mobilidade social, a ordenação jurídica, fazendo-se a distinção

entre a tutela régia, a episcopal e a senhorial sobre diferentes cidades, e a dimensão religiosa e cultural dos espaços urbanos.

No primeiro capítulo, dedicado à discussão sobre regiões e cidades entre os séculos XI e XV, é avançada uma geografia das mesmas que ultrapassa a espacialidade da Espanha continental, nesta obra seccionada em grandes áreas, a saber: o caminho de Santiago, compreendendo os focos de urbanização entre Jaca e Compostela, Castela e Leão, Portugal, Navarra, Aragão e Catalunha, incluindo ainda dados sobre Granada e as Canárias. As singularidades e os principais traços de cada uma destas áreas são apresentados de forma bastante sistematizada. Deste modo, o autor refere que no Caminho de Santiago apareceram novas cidades quase sempre de iniciativa régia e verificou-se a renovação e o crescimento de cidades pré-existentes, fatores que tiveram impacto na redistribuição da população e na atratividade das próprias cidades. Já para Castela e Leão, evidencia a importância da colonização com origem nos meios rurais e a consolidação dos meios urbanos que asseguravam a fronteira, reforçados com a concessão de foros e de privilégios jurídicos e económicos. A sul do Douro, nas áreas correspondentes a Castela e a Leão, é entendido que a cidade assumiu o papel de cabeça de uma “*tierra, término o alfoz*”, tratando-se de um modelo hierarquizado, em que a colonização e a defesa do território eram prioritários. Em relação a Portugal, é valorizada a importância da tradição urbanística anterior e o papel da monarquia que, por vezes, concedeu a jurisdição sobre alguns núcleos urbanos, sobretudo às Ordens Militares. Já da Andaluzia e de Múrcia é reafirmado o aproveitamento das estruturas urbanas pré-existentes, não se justificando a fundação de novos núcleos em tempos medievais. Acrescenta que a organização destes centros urbanos se baseou na grande experiência obtida em situações anteriores de colonização de novos territórios e assentou na definição dos chamados *repartimientos* e de foros que favoreceram o governo desses núcleos, referindo que na zona mais a norte de Navarra e de Aragão apenas se registou o desenvolvimento decorrente do Caminho de Santiago, enquanto na Catalunha *Vieja*, a necessidade de demarcar os vários condados deu lugar à fundação ou à promoção de alguns núcleos urbanos. Faz notar que, em contraste, em Granada e nas Canárias, o fenómeno urbano em apreço revelou-se

tardio. O reino de Granada foi conquistado pelos Reis Católicos, que tinham uma força política incomparável com a dos monarcas anteriores, razão pela qual o direito real terá sido a matriz do governo urbano.

O capítulo segundo é dedicado à inserção das cidades nas suas paisagens, enquanto indicador privilegiado da consciência da formulação da identidade da própria cidade. Topografia, morfologia e urbanismo são elementos essenciais para a sistematização que o autor nos proporciona. Assim, são alvo de reflexão a relação da cidade com os seus territórios envolventes, a sua articulação com a rede de caminhos, bem como algumas das preocupações com o espaço público e mesmo com a saúde pública no contexto urbano.

No capítulo três, a cidade é vista como centro económico, sendo salientada a articulação profunda com o mundo rural, tanto na perspectiva de que a cidade depende desse entorno, sobretudo por razões de abastecimento de alimentos, de matérias-primas e de população e, por consequência, de mão-de-obra, como o influencia e transforma, afirmando-se como centro dirigente e regulador do mercado na sua complexa globalidade. O artesanato e o comércio, atividades que se distinguem na cidade, por vezes concentravam-se em algumas zonas do espaço urbano, o que contribuía para o seu dinamismo e singularidade e, também, para o estabelecimento de sociabilidades únicas nem sempre marcadas por relações pacíficas.

Por sua vez, no capítulo quatro, o autor fala sobre a ordem e as hierarquias sociais. Começa por insistir na profunda articulação entre os mundos urbano e rural, embora saliente as especificidades da economia urbana que influenciavam certos fenómenos ímpares de estratificação e de mobilidade social, contemplando tanto as franjas desse amplo espectro social, compostas por diversas elites e patriciados urbanos e pelos marginais, como os vizinhos, os judeus e os muçulmanos.

O papel desempenhado pela cidade no contexto do poder político constitui o objetivo do capítulo cinco. Explica-se que o direito local, plasmado em documentos

que na generalidade se podem designar por foros e costumes, privilégios e ordenanças, foi adquirindo contornos cada vez mais elaborados. É também alvo de atenção a questão da autonomia municipal com base num recorte geográfico, e com um sentido evolutivo ao longo da cronologia em estudo. Neste capítulo são ainda focados os lugares de exercício do poder, bem como os títulos, símbolos e insígnias com que se punha de manifesto a imagem política da cidade e alguns traços da sua identidade.

As milícias concelhias e as estruturas defensivas, como muralhas e castelos, são os objetos centrais do sexto capítulo. Realça-se que a prestação de serviço com armas era crucial em tempos medievais peninsulares, sendo estas milícias parte integrante do exército régio, a par de outros corpos militares, o que as expôs a uma intervenção crescente por parte da monarquia. Em causa estava tanto a defesa da ordem pública, como a mobilização e a participação na guerra em territórios mais ou menos afastados, o que exigia esforços, por vezes conjuntos e que poderiam envolver mais do que uma cidade. Em cenários em que a guerra pontuava com alguma frequência, emergia a dimensão real e simbólica das estruturas defensivas.

A profunda relação entre a Igreja e a cidade é explanada no capítulo sete, parte da obra em que se destaca tanto a importância do fator eclesiástico ao nível da origem e das identidades de algumas cidades, como o papel socioeconómico do clero. Mostra-se que Sés catedrais e outros edifícios eclesiásticos foram pontos axiais dos mais diversos espaços urbanos e, frequentemente, veículos de transmissão de memórias escritas e de acervos documentais ímpares para a investigação histórica.

Por fim, no capítulo oitavo, é feito um apanhado sobre certos aspetos da cultura urbana e sobre a teoria da cidade em termos globais. Destacam-se a este nível a festa no espaço público, encabeçada pela procissão do *Corpus Christi*, o ensino em geral e a Universidade em particular, as retóricas literárias, iconográficas e cartográficas, domínios especiais de manifestação de aspetos simbólicos e de afirmação da identidade de algumas cidades. Sem que o livro inclua uma conclusão formal, este último capítulo aponta nesse sentido, sobretudo quando, a partir de

algumas fontes históricas, se aproxima da teoria da cidade e da conceção da cidade ideal.

Curiosamente, o autor optou por atribuir ao livro o subtítulo “*Introducción a su estudio*”, alertando, ainda que de forma velada, para o facto de haver muito para estudar na temática em foco. Como suporte à presente obra e à prossecução da investigação sobre o tema em si mesmo, o livro conta com uma bibliografia seletiva, organizada em diferentes categorias temáticas e em várias áreas geográficas. Em síntese, o livro oferece uma excelente sistematização de dados históricos, alguns dos quais de natureza quantitativa, e proporciona uma explicação organizada e clara sobre as cidades da Espanha medieval, a qual é de grande utilidade no âmbito da historiografia ibérica.

#### COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

COSTA, Paula Pinto – “LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *Ciudades de la España Medieval. Introducción a su estudio*. Madrid: Dykinson, 2019 (264 pp.)”. *Medievalista* 28 (Julho – Dezembro 2020), pp. 391-396. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.





**Recensão / Book review: DONNELLY, Andrew - *Cooking pots, and cultural transformation in Imperial and Late Antique Italy*. PhD thesis. Loyola University Chicago, 2016  
(298 pp.)**

***José Carlos Quaresma***

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,  
Instituto de Estudos Medievais  
1070-312 Lisboa, Portugal

[josecarlosquaresma@gmail.com](mailto:josecarlosquaresma@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0003-3139-1975>

Data recepção do artigo / Received for publication: 12 de Setembro de 2019



Já com três anos de vida, a tese que apresentamos nesta recensão é de uma importância maior para Historiadores e Arqueólogos da Antiguidade Tardia, que se debruçam sobre a evolução da dieta humana e dos utensílios para a sua confecção e degustação – no caso vertente, a evolução das cerâmicas de uso culinário, sob o ponto de vista funcional das morfologias.

Desde a formulação do conceito de Antiguidade Tardia, por Peter Brown, em 1971<sup>1</sup> – à época, um sucedâneo ao marcante estudo sobre o *Later Roman Empire* de A. H. M. Jones, editado em 1964<sup>2</sup> –, que se marcou no tempo, em definitivo, uma nova etapa de estudo conjugando séculos de profunda transformação entre o sistema tardo-romano e o novo mundo alto-medieval. A definição conceptual de um mundo tardo-antigo permitia abandonar a dicotomia simplista entre um mundo *civilizado*, romano, de tradição clássica, e um mundo *bárbaro*, multifacetado étnica e geopoliticamente e que, embora parcialmente herdeiro de mundividências romanas, era tradicionalmente visto pela Historiografia e pela Arqueologia como o fim de um tempo áureo.

Essa ideia, mormente a acumulação neste meio-século de estudos que apontam para tantos vectores de continuidade, ainda tem defensores mais ou menos acérrimos, que vêem na queda de Roma, no ano de 476, o fim definitivo de um mundo ocidental europeu. Esta tese fez sucesso editorial, ainda recentemente, nos anos 2000, através do livro redigido por Brian Ward-Perkins, académico de Oxford, com o inequívoco título de *A queda de Roma e o fim da civilização*<sup>3</sup>.

Por norma, este tipo de estudos baseia-se muito mais em dados de cariz eminentemente historiográfico, i.e., fontes escritas, do que eminentemente arqueológico, i.e., cultura material. Esse pecado original, embora justificável pelas

<sup>1</sup> BROWN, Peter – *O fim do mundo clássico. De Marco Aurélio a Maomé*. Lisboa: Verbo, 1971.

<sup>2</sup> JONES, Arnold Hugh Martin – *The later Roman Empire. 284-602. A social economic and administrative survey*. Oxford: Basil Blackwell, 1964-1973.

<sup>3</sup> WARD-PERKINS, Bryan – *A queda de Roma e o fim da civilização*. Lisboa: Aletheia, 2005.



dinâmicas ainda pouco conseguidas e constantes entre estes dois saberes do passado humano, torna-se menos justificável em face dos profundos avanços que a Arqueologia fez do ponto de vista da metodologia estratigráfica, tão crucial (como em qualquer período...) para a identificação dos fenómenos tardo-antigos na cultura material.

Na verdade, fontes históricas como a *Crónica* do Bispo Idácio de Chaves<sup>4</sup>, escrita por volta do ano de 470, marcaram ambos os campos científicos, com a sua imagem *negativa* da turbulência política do período em que viveram homens como o sacerdote flaviense. A sua mundividência, então suevo-visigótica, estava eivada de pessimismo, um sentimento que marcava muitas das elites cristãs desde o século IV, pelo menos. Por outro lado, até há bem poucas décadas atrás, a falta de dados arqueológicos para o século V em diante era o resultado da persistência de escavações com pouca ou nenhuma base metodológica, que assim destruíram, sem registo, os *ruídos*, por vezes toscos e heterogéneos, que se sobrepunham estratigraficamente às estruturas arquitectónicas, rurais ou urbanas, de época romana. A isto se podia ainda juntar a tentativa de conjugar dados historiográficos com dados arqueológicos, que originaram, por exemplo, a identificação de níveis de destruição em cidades como *Conimbriga*, com as descrições de abandono urbano descritas pelo bispo flaviense, para os anos de 465-468. Hoje sabe-se que esta cidade, como outras amiúde, mantiveram-se vivas, ainda com aparente configuração urbana nalguns casos; noutros, com ocupações pontuais, como provas o estudo de López Quiroga, em 2013<sup>5</sup>.

Serve este longo introito para enquadrar a falta de estudos tipológicos no âmbito da ceramologia tardo-antiga, já que – num mundo em que muitas das linhas comerciais estavam enfraquecidas ou extintas, e muitos sítios residenciais, urbanos ou rurais, para além de centros produtores, haviam sido abandonados –, identificar, no caso peninsular, estratigrafias posteriores à primeira metade do

---

<sup>4</sup> TRANOY, Alain – *Hydace. Chronique*. 2 vols. Paris: Les Éditions de Cerf, 1974.

<sup>5</sup> LÓPEZ QUIROGA, Jorge (ed.) – *Conimbriga tardo-romana y medieval. Excavaciones arqueológicas en la Domus Tancinus (2004-2008) (Condeixa-a-Velha, Portugal)*. Archaeopress. (*Bar International Series* 2466), 2013.

século V, constitui tarefa árdua. Na verdade, com a escassez ou mesmo inexistência de materiais finos de importação, em circulação, identificar essas realidades pós-romanas exige o estudo aprofundado das cerâmicas comuns, um fenómeno de matriz profundamente local e regional, longe das grandes tipologias de cerâmicas finas de grande circulação. Mas, o que os estudos vão indicando, pouco a pouco, é também que, apesar da evidente atomização do mundo tardo-antigo, algumas linhas de contacto de longa-distância permanecem, por exemplo, entre o extremo Mediterrâneo Oriental e o Atlântico, de que são exemplo primeiro a chegada de *Late Roman Amphorae* e de *Terra Sigillata* Foceense Tardia à fachada atlântica peninsular e à *Britannia*, particularmente até meados do século VI, mas com extensões posteriores; ou o envio de um grande carregamento de cereais por parte do Bispo de Alexandria, João, o Esmoler, para o território britânico, em carestia, já no século VII<sup>6</sup>.

A tese de doutoramento de Andrew Donnelly, defendida em 2016 na Loyola University Chicago, versa o estudo comparativo entre fontes históricas, relativas à gastronomia tardo-antiga, e as cerâmicas culinárias encontradas nas estratigrafias do espaço itálico, entre os séculos IV/V e VII d.C.. Do ponto de vista estratigráfico, esta tese propõe-se assim analisar criticamente as morfologias funcionais de cozinha, e subjacentes hábitos alimentares, ao longo de depósitos que atravessam o período tardo-romano, ostrogodo (em parte sob a influência comercial do reino vândalo, instalado no Norte de África entre 439 e 533 d.C.), bizantino e lombardo.

Do ponto de vista historiográfico, analisa três grandes fontes: Vinidário, que representa a tradição romano-gótica, no século V ou VI; Anthimo, que terá trabalhado nas cortes do rei franco Teodorico e do rei ostrogodo homónimo, no século VI, e finalmente o bispo de Sevilha, Isidoro, já do século VII.

A tese divide-se em quatro grandes capítulos:

---

<sup>6</sup> QUARESMA, José Carlos – *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano. Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?)*. Lisboa: UNIARQ (*Estudos e Memórias*, 4), 2012.

- um primeiro, dedicado às cerâmicas de cozinha: vocabulário, contexto e uso do ponto de vista arqueológico;
- dois outros capítulos, consagrados às cerâmicas de cozinha e suas referências nas fontes escritas;
- um último, votado à análise das estratigrafias urbanas e rurais, no espaço itálico, que possuem cerâmicas culinárias: evolução cronológica e espacial dos tipos e morfologias e das funcionalidades decorrentes.

Este estudo, tal como muitos dos que vão saindo amiúde, e que procuram fazer uma análise antropológica dos espólios arqueológicos, aplica um método quase que diríamos estruturalista, identificando dois polos básicos: uma gastronomia de matriz clássica-romana que se conjuga com uma gastronomia de cariz *bárbaro*, multifacetada geopolítica e etnicamente. Tal é-nos revelado por dois grandes conjuntos cerâmicos funcionais: o tacho como grande representante dos guisados e da preferência pelos ovi-caprinos, aos quais se pode juntar, em muito menor grau, a sobrevivência do prato covo/frigideira, para frituras com azeite; a panela como grande representante da confecção de cozidos e da preferência pelo gado *vacum*. Os tachos (e pratos covos/frigideiras) representam a manutenção do gosto clássico; as panelas crescem em número com a consolidação progressiva do mundo pós-romano.

Esta dicotomia é já abordada em outros autores<sup>7</sup> e muito deve, não só às novas realidades políticas e étnicas que marcam o mundo ocidental europeu, mas também à consolidação do novo período climático denominado como *Dark Ages Cold Period*, ou seja, do período glacial vivido entre os séculos IV e VIII, sucedâneo do período interglacial puro, denominado por *Roman Warm Period*, que havia durado entre os séculos II a.C. e o século III/IV d.C.. Este novo contexto ambiental influi cumulativamente nas novas realidades políticas que vão separando lentamente o Continente do Mediterrâneo e este último do Atlântico.

---

<sup>7</sup> Por exemplo, ARTHUR, Paul – “Pots and boundaries. On cultural and economic areas between Late Antiquity and the Early Middle Ages”. in BONIFAY, M., TRÉGLIA, J.-M. (eds.) – *LRCW 2. Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae in the Mediterranean. Archaeology and Archaeometry*. BAR-IS 1662 (I), 2007, pp. 15-27.

No espaço itálico, para além da consolidação progressiva da panela, vemos, porém, até meados do século VI, um papel ainda marcante do tacho, por vezes, e sobretudo em Roma, acompanhado pelo prato covo/frigideira. Para o autor, na Itália ostrogoda dos séculos V e VI, ocorre um aumento significativo do consumo de carne, atestado pelas fontes escritas e no registo arqueológico dos sítios rurais (em clara oposição aos dados referentes ao período médio-imperial), que agora estão menos constrangidos pelas regras fundiárias romanas. A verdadeira ruptura deste mundo tardo-antigo, do ponto de vista alimentar, dar-se-á por volta de meados do século VI e deverá relacionar-se com a crise demográfica, nos espaços mais ligados ao poder bizantino, entretanto reconquistador do Norte de África, de parte de Itália e do Sul hispânico. A *Renovatio Imperii* de Justiniano é marcada não só por guerras esgotantes a Ocidente, mas também por uma praga de consequências devastadoras e contornos geográficos ainda por determinar com precisão no Mediterrâneo ocidental (e no Atlântico?).

A pertinência do estudo de Andrew Donnelly é hoje evidente, em face do avanço dos estudos crono-estratigráficos e crono-tipológicos, um pouco por todos os espaços da Antiguidade Tardia, mas assume uma importância maior quando comparado com os dados, por exemplo, que a investigação arqueológica está a obter em regiões tão distantes como Lisboa, importante porto da fachada atlântica peninsular, onde sectores como o das Escadinhas de São Crispim, com fases de 500-525 e 525-550 d.C., apontam para um equilíbrio entre tachos e panelas, dando-se a ruptura definitiva em 550-575 d.C., segundo os dados de um sector próximo, o do Palácio dos Condes de Penafiel<sup>8</sup>.

Do ponto de vista comercial, a investigação arqueológica já havia começado a intuir uma quebra ao longo do século V, seguida de retoma pontual tardo-vândala, no Mediterrâneo ocidental, com extensão em menor grau ao Atlântico. E que o

---

<sup>8</sup> QUARESMA, José Carlos – “Late contexts from Olisipo (Lisbon, Portugal): Escadinhas de São Crispim”. in DUGGAN, M.; TURNER, S.; JACKSON, M. - *Ceramics and Atlantic Connections: Late Roman and early medieval imported pottery on the Atlantic Seaboard. International symposium. New Castle University, March 26-27<sup>th</sup> 2014*. Oxford: Archaeopress (*Roman and Late Antique Mediterranean Pottery*; 15), 2020, pp. 94-107.

segundo quartel/meados do século VI representavam um novo decréscimo acentuado das importações, que no caso do território lusitano se tornam mesmo efémeras a partir desse ponto temporal<sup>9</sup>. O que a investigação da cerâmica comum em estratigrafia começa a anunciar é um paralelismo transregional (que urge ainda estudar em quantidade, estando longe de especificado!) ao nível dos hábitos culinários, que sofrem uma atomização clara, não só a partir das convulsões do século V, mas novamente, e em maior grau, a partir de meados do século VI.

**COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:**

QUARESMA, José Carlos – “DONNELLY, Andrew - *Cooking pots, and cultural transformation in Imperial and Late Antique Italy*. PhD thesis. Loyola University Chicago, 2016 (298 pp.)”. *Medievalista* 28 (Julho – Dezembro 2020), pp. 397-403. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



<sup>9</sup> QUARESMA, José Carlos – *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano...*; REYNOLDS, Paul – *Hispania and the Roman Mediterranean. AD 100-700. Ceramics and trade*. London: Duckworth, 2010.



# APRESENTAÇÃO DE TESES

*DISSEMINATION OF ACADEMIC THESIS*

---







***Arquivos e práticas arquivísticas de famílias de elite  
(Portugal, séculos XV-XVII). Tese de Doutoramento em  
História/Arquivística Histórica, apresentada à FCSH-UNL  
em Novembro de 2019. Orientação da Professora  
Doutora Maria de Lurdes Rosa***

***Alice Borges Gago***

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,  
Instituto de Estudos Medievais  
1070-312 Lisboa, Portugal

[alicegago@gmail.com](mailto:alicegago@gmail.com)

<http://orcid.org/0000-0003-3680-1195>

Data recepção do artigo / Received for publication: 11 de Janeiro de 2020



Quando, em 2014, nos propusemos realizar o doutoramento, foi-nos sugerido pela Professora Maria de Lurdes Rosa um arquivo – o Almada e Lencastre Bastos (ALB), depositado na Biblioteca Nacional. O acervo, apesar de utilizado por alguns investigadores, não tinha um verdadeiro instrumento de descrição documental, apenas umas listas, muito genéricas, elaboradas nos anos 50 do século XX, o que fazia com que, prática e efetivamente, se desconhecesse o seu conteúdo. Complementavam estas listas o inventário de seis caixas do acervo, que Pedro Pinto publicou em apêndice a um pequeno estudo sobre a história custodial do arquivo, nas atas do colóquio *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, organizado por Maria de Lurdes Rosa em 2010.

E foi desta forma que, praticamente às escuras sobre o conteúdo do acervo, iniciámos o longo trabalho de inventariação, caixa a caixa, folha a folha, descobrindo famílias, pessoas, casas, cartórios. Reconhecendo nomes, estabelecendo ligações familiares.

O objetivo desta dissertação foi estudar os arquivos e as práticas arquivísticas de famílias das elites portuguesas pré-modernas e demonstrar em que sentido é que essas práticas foram fundamentais na estruturação e consolidação dessas famílias.

A tese é composta por dois volumes: o primeiro, dividido em cinco capítulos, e o segundo que contém dois anexos: o primeiro é constituído pelos ficheiros de autoridade/biografias dos produtores documentais das famílias estudadas e o segundo pelo inventário que realizámos do fundo Almada e Lencastre Bastos (ALB).

O primeiro capítulo, intitulado “A História, a Arquivística e os arquivos de família”, incide sobre os conceitos e as problemáticas em torno da Arquivística Histórica e dos arquivos de família e nele são apresentados os pressupostos teóricos e

métodos arquivísticos que nos permitiram estabelecer o quadro de classificação adotado para a proposta de organização do ALB.

O capítulo está dividido em três partes: a primeira aborda a Arquivística Histórica enquanto conceito interdisciplinar que reúne e articula conceitos da História e da Arquivística, concebida esta como uma Ciência da Informação. São apresentadas as novas perspectivas de estudo sobre os arquivos, considerando estes como objeto de estudo em si mesmo.

Em seguida faz-se o estado da arte no que diz respeito à História, referindo os principais e mais recentes trabalhos, nacionais e internacionais, sobre as elites e oligarquias, refletindo ainda, no que diz respeito à Arquivística, sobre os pressupostos teóricos e os métodos arquivísticos aplicados aos arquivos de família, e onde apresentamos o modelo sistémico, teorizado por Armando Malheiro da Silva, segundo o qual o Arquivo de Família é entendido como um sistema de informação. Dos vários modelos possíveis para o seu estudo, optámos por aquele que nos permitiu, por um lado, estudar a história das famílias e dos seus elementos, proporcionar um conhecimento mais aprofundado do contexto social e económico das elites de Antigo Regime. Por outro lado, permitiu estudar as formas de organização do arquivo, as suas construções e reconstruções e qual a sua importância para a preservação da memória documental das famílias nele representadas, assim como propor uma nova forma de acesso à informação.

O modelo proposto por Armando Malheiro da Silva tem a vantagem de ser dinâmico, aplicar-se independentemente do volume de documentação existente, permitir compreender a distribuição cronológica e contextual da documentação, assim como analisar e descrever a documentação, respeitando a forma como foi ordenada através da elaboração de um quadro orgânico-funcional. O recurso a regras internacionais de descrição multinível, como as ISAD(G)<sup>1</sup> e as ISAAR<sup>2</sup>,

---

<sup>1</sup> CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - *ISAD (G)*. *Norma internacional de descrição arquivística*. [em linha]. 2.<sup>a</sup> edição. Lisboa: Ministério da Cultura, Torre do Tombo, 2002. [Consultado a 11 janeiro 2020]. Disponível em <http://arquivos.pt/wp-content/uploads/sites/11/2010/08/isadg.pdf>.

permitem uma normalização descritiva que, com alguns ajustes à teoria sistémica, imprimem uma certa uniformidade ao sistema de informação. Na prática, segundo este autor, o sistema familiar é visto à luz de um quadro orgânico-funcional, cujos subsistemas são os documentos produzidos no exercício de um cargo ou incorporados por matrimónio ou doação, e por sua vez organizado em tantas secções arquivísticas quantas as gerações envolvidas, reservando-se as subsecções para inserir o casal representante da linhagem, a documentação de cada um deles, e depois dos seus familiares.

A abordagem interdisciplinar proporcionada pela Arquivística Histórica permitiu-nos reconhecer e estabelecer as relações que existiram entre produtores e os documentos produzidos, assim como compreender mais completa e aproximadamente os contextos de produção e de conservação documental e, conseqüentemente, um conhecimento mais aprofundado do arquivo e dos seus produtores. O que vem em linha de continuidade com os vários trabalhos que têm vindo a ser feitos sobre arquivos de família, nomeadamente na Universidade Nova de Lisboa, mas também na Universidade do Porto.

No segundo capítulo “O Sistema de Informação Almada e Lencastre Bastos – história custodial e arquivística”, apresentamos o *corpus* documental do arquivo.

Trata-se da junção de dois cartórios – o dos Viscondes de Vila Nova de Souto del Rei (famílias Almada Melo) e Forjaz Coutinho, cujo último representante foi titulado conde da Feira em 1820.

Para tal foi fundamental procedermos à reconstituição da sua história custodial elaborada a partir dos elementos que pudemos apurar quer no arquivo quer em bibliografia acessória. Neste aspeto começámos o nosso trabalho pelo fim. Ou seja, numa primeira fase procurámos saber como tinha chegado à Biblioteca Nacional

---

<sup>2</sup> CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAAR (CPF). *Norma internacional de registo de autoridade arquivística para pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias*. [em linha]. 2.<sup>a</sup> edição. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2004. [Consultado a 11 janeiro 2020]. Disponível em <http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/isaar.pdf>.

de Portugal, quem o tinha vendido. Recuperámos o seu processo de venda, as pessoas e as famílias envolvidas, as relações de parentesco que tinham. Elaborar a história custodial do arquivo foi um elemento determinante para se perceber as dinâmicas do mesmo, as transmissões de família em família, as ligações familiares, as quebras de varonia, as heranças, as suas condições de conservação, os locais onde esteve guardado.

Assim, chegámos à seguinte história custodial:

Em 1957, João de Almada e Lencastre Bastos, um dos últimos proprietários, propõe a venda do acervo; em 1958, iniciou-se a sua avaliação, interrompida por doença e posterior morte de João de Almada e Lencastre Bastos; em 1961, Maria José Sousa Teles, prima de João Almada e Lencastre Bastos, depositou a sua parte na Torre do Tombo; em 1970, faleceu Isabel de Almada, tia de João Almada e Lencastre Bastos e por fim, em 1974, efetuou-se a compra aos herdeiros e depósito da “totalidade do arquivo” na Biblioteca Nacional de Portugal.

Como já referimos, o arquivo tem como instrumentos de descrição documental, mais recentes, as listas elaboradas pela comissão de avaliação das três cotas e o inventário de Pedro Pinto (apenas seis caixas da cota ANTT<sup>3</sup>), para além dos inventários oitocentistas dos dois cartórios, que no seu todo perfazem um total de duzentas e noventa e uma unidades de instalação.

Os documentos encontram-se acondicionados em caixas de cartão *acid-free* e caixas de arquivo originais, dentro das quais se encontram os maços, encimados por um cartão reaproveitado do cartório da Casa da Feira. Nesses maços podemos encontrar os documentos que conseguimos identificar dos dois cartórios – Viscondes de Vila Nova de Souto del Rei com numeração infrapaginal e resumo no interior do documento; para a Casa da Feira, com capilha numerada. No mesmo

---

<sup>3</sup> Parte do acervo que pertenceu a Maria José de Almada Teles, que esteve em depósito no Arquivo Nacional da Torre do Tombo entre os anos de 1961 e 1974.

capítulo explicamos como se processa a sua disponibilização ao público, apresentando um mapeamento das cotas do seu acervo, falhas detetadas, etc.

No terceiro capítulo “Proposta de reorganização e classificação: famílias e sistemas de informação, séculos XV-XVII”, propomos a reorganização e classificação do acervo segundo o modelo sistémico, delimitando a investigação, no vasto *corpus* documental, a um conjunto de famílias da Baixa Idade Média/primeira Época Moderna. Nele são definidas, justificadas e apresentadas as propostas de reconstituições orgânicas da produção de informação dos subsistemas de informação, por gerações de produtores, assim como os quadros de classificação do acervo, seguidos da apresentação das famílias estudadas.

Mediante os quadros orgânicos estabelecidos, foi elaborada uma base de dados prosopográfica dos elementos que, por limitação de espaço, foi colocada no volume II, em anexo. A enumeração de todos os produtores de informação por geração permitiu-nos compreender as formas de organização dos subsistemas de informação, suas construções e reconstruções, as suas incorporações, em que momento se deram e qual a sua importância para a preservação da memória da família, assim como apreender as tendências de produção documental, explicadas através dos percursos individuais que serviram propósitos de manutenção do *status* socioeconómico de acrescentamento e de mobilidade social ascendente das várias famílias.

Assim, de entre as várias famílias que compõem o ALB delimitámos a nossa análise a um conjunto de famílias pertencente às elites urbanas ou senhoriais da região do Entre-Douro-e-Minho, que apresentavam claros percursos de ascensão social; uma muito frequente, por vezes cerrada, prática de instituição de vínculos até ao terceiro quartel do século XVI e por fim, a existência de comportamentos oligárquicos, afins aos de outros grupos de poder urbanos, um pouco por todo o reino de Portugal e pelo conjunto da Península Ibérica.

O modelo de sucessão vincular permitiu a estas famílias concentrarem, não dispersarem e aumentarem a propriedade ao restringirem a um elemento, geralmente o varão primogénito, a sucessão e administração dos bens vinculados, responsabilizando-o também pela sua manutenção e acrescentamento económico e social, quer através de compra ou da incorporação de propriedade por via de casamento com elementos de famílias do mesmo estrato social ou superior. A instituição de vínculos mas, sobretudo, a gestão de património morganático, instituído, administrado e transmitido por mulheres e homens, foi uma das formas que mais contribuiu para que estes arquivos familiares chegassem aos nossos dias. Cremos que foi em função destes três parâmetros que as famílias em estudo produziram um muito significativo volume de documentos, constituindo os núcleos documentais a elas associados exemplos muito ricos e diversos no que ao estudo da produção, gestão e usos dos arquivos de família diz respeito. Foram seis as famílias escolhidas, que passamos a apresentar: os Valadares (do Porto, com vários elementos ligados à vereação da cidade); os Ribeiro (do Porto, elementos ligados à corte); os Magalhães (senhores da Barca); os Carvalho (de Lisboa e Guimarães, dois elementos pertencentes ao Desembargo do Paço); os Cunha (de Monção, com elementos ligados ao serviço militar à coroa e ao Desembargo do Paço) e por fim os Barreto (de Aveiro e Porto, ligados à vereação desta última cidade e Misericórdia do Porto)<sup>4</sup>.

No capítulo quarto, intitulado “Uma história social do arquivo: produção, usos documentais e institucionais da informação”, pretendemos demonstrar que a produção, os usos documentais e institucionais da informação e os arquivos contribuíram para a estruturação e consolidação das famílias pré-modernas. O capítulo foi dividido em três alíneas. A primeira analisa a produção documental e os usos documentais das seis famílias/subsistemas e respetivas secções produtoras, acompanhadas de gráficos representativos das tipologias documentais associadas.

---

<sup>4</sup> Estas famílias encontram-se resumidas nos quadros apresentados em GAGO, Alice Borges – *Arquivos e práticas arquivísticas de famílias de elite (Portugal, séculos XV-XVII)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2019, pp. 128, 130, 137, 141, 144, 148. [Consultado a 17 Junho 2020]. Tese de Doutoramento. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/91290>.

Dessa análise concluímos que a administração dos bens vinculados implicava um profundo conhecimento dos mesmos e da utilização de práticas de gestão informacional advinda, em parte, da progressiva literacia das novas gerações – muitas frequentaram a universidade (Carvalhos, Cunhas, Machuchos), outros movimentavam-se na esfera da coroa (Carvalhos, Cunhas), outros ainda desempenhavam cargos há longos anos ligados ao registo escrito (Valadares, Carneiros, Barretos) quer nas vereações quer administrando negócios próprios (Carneiros), outros ainda no desempenho de funções jurisdicionais (Magalhães).

Para todas estas funções era necessário o controlo da informação e, portanto, da propriedade e dos rendimentos que dela provinham, o que levou à necessidade da conservação documental. Dela encontramos vestígios nos vários testamentos que nos chegaram – conservaram-se documentos em arcas, em taleigos, em barjuletas, em caixas, em cofres, em cartórios.

E eram desses locais que eram retirados para resolver qualquer pendência ou para justificar qualquer direito; eram entregues a herdeiros, a filhos e filhas como dote de casamento. Eram nesses locais que se depositavam documentos de compras de propriedade, ou das que entravam por via de casamentos realizados entre famílias da mesma categoria social ou superior. Os casamentos proporcionaram novas relações familiares e de poder, assim como permitiam a entrada de novos domínios territoriais por via de dote e, conseqüentemente, dos documentos que atestavam a sua posse, para além de, também por esta via, se terem transmitido práticas de produção e arquivagem documental. A mobilidade da documentação dentro do acervo pôde ainda ser demonstrada pelas incorporações documentais por via de heranças e nomeações de parentes na administração de vínculos, quando os próprios não tinham descendentes diretos.

Para controlar a informação e sobretudo o seu crescente volume foram redigidos inventários, inventários-cartulários, róis de documentos. As designações são variadas mas o propósito o mesmo – controlar de alguma forma a documentação pertencente a um vínculo e à família. A prova perante as instituições régias e os



tribunais e o recurso a estes para defesa de direitos e da propriedade levaram, também, à crescente e necessária conservação documental.

A produção de inventários foi, por isso, uma forma de controlar a documentação ao longo dos séculos, como pudemos observar pelos vários que pudemos detetar no ALB.

Foram várias as famílias que os produziram e conservaram até meados do século XIX – Carvalhos, Magalhães, Pereiras, Almadás e Lencastres. Organizados aleatoriamente ou por vínculos, como no caso dos Almadás e Lencastres, Viscondes de Vila Nova de Souto del Rei, os inventários foram um instrumento de recuperação documental, de conteúdo informativo e utilização prática e ainda uma resposta ao registo vincular que se verificou em meados do século XIX e que extinguiu esses mesmos vínculos. Essa extinção fez com que os documentos que lhes estavam adscritos deixassem de ter valor de prova, o que originou uma certa dispersão dos cartórios. No caso do ALB alguns documentos foram dispersos, mas um conjunto ainda considerável permaneceu na posse dos seus últimos proprietários, apesar de muito desarrumado face à ordem dada pelos últimos inventários conhecidos.

Práticas arquivísticas efetuadas pela nobreza ou nobreza de corte, letrada, mas também por mercadores, homens ligados à vereação das cidades, por elites. Por homens e mulheres, casados, viúvas, solteiras, por famílias. Todos com uma característica comum – representavam e estavam ligados a alguma forma de poder. Poder político, social, familiar e linhagístico, económico, que se refletiu e se reproduziu nos seus arquivos, porque tinham consciência da importância do registo escrito.

Por fim, após o trabalho desenvolvido na descrição das famílias/sistemas de informação na terceira parte da tese, chegamos à disponibilização ao utilizador dos documentos produzidos e/ou acumulados por cada um desses sistemas.

Baseada na proposta de quadro de classificação orgânico, esta organização do arquivo foi disponibilizada publicamente através de uma aplicação informática AtoM, alojada no servidor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. A base AtoM adapta-se a este modelo, uma vez que é uma base de dados multinível, cuja flexibilidade confere grande inteligibilidade ao modelo de organização dos sistemas de informação familiares, o que permite a compreensão historiográfica e arquivística dos vestígios documentais deixados por múltiplas famílias de Antigo Regime, num equilíbrio na aliança entre a História e a Nova Arquivística.

A base de dados contempla não só os registos de autoridade dos produtores, mas também a produção documental associada de cada elemento das famílias estudadas na dissertação. Embora tenha sido necessário restringir o número de registos nesta base – por falta de tempo disponível dentro do prazo útil da tese – o seu preenchimento, feito sequencial e cronologicamente a partir do produtor do documento mais antigo conservado, pode ser completado a qualquer momento, quer na introdução de novos subsistemas e subsistemas, secções, subsecções, quer na introdução de descrições documentais, sem desvirtuar o trabalho feito anteriormente.

### **Em conclusão**

Produção documental, conservação e transformação de documentos em arquivos ou, como refere Eric Ketelaar, em monumentos com valor de memória, foi uma atividade transversal na sociedade portuguesa de Antigo Regime. O património familiar e a sua gestão geraram a acumulação de grande número de documentos que justificaram a posse sobre os bens, transmissões de posse e gestão de direitos, assim como todas as circunstâncias que implicaram o aumento ou diminuição do património.

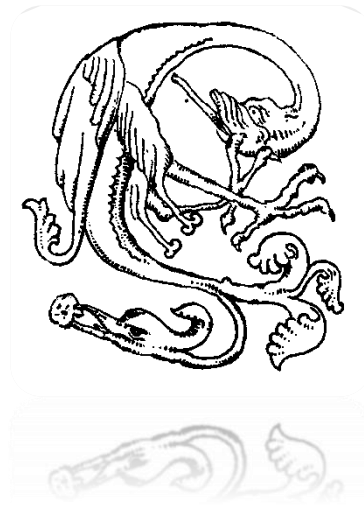
Terminamos referindo alguns aspetos que gostaríamos de ter feito, e que fica como um roteiro para a investigação futura. Por um lado, dado que apenas uma parte de toda a produção documental destas famílias chegou aos nossos dias, esta dissertação não esgota todas as possibilidades de investigação sobre o sistema de

informação ALB e sobre os arquivos de família nele contidos. Por outro lado, estamos conscientes de que alguns ficaram por desenvolver. No caso dos subsistemas Valadares, Ribeiro, Magalhães e Barreto, não pudemos proceder à comparação entre o que terá sido produzido, o que foi inventariado no século XIX, e o que nos chegou, tal como fizemos para os subsistemas Carvalho e Cunha. Esse impedimento adveio por um lado do facto de os inventários da família Pereira Forjaz estarem incompletos e por outro pela volumosa documentação, especialmente no caso da família Barreto. Esse trabalho requeria algum tempo que, de todo, se verificou inexequível no prazo disponível para a investigação e redação da tese. Ficou também por aprofundar a relação entre as características sociais e culturais dos grupos familiares e a produção documental/conservação de arquivos, tanto nos grupos estudados, como noutros possíveis de isolar. Com novos fundos familiares, outros atores poderão ajudar a tornar mais claros os usos da documentação e dos arquivos. A investigação não se encerra por aqui.

Novas e quase infindas possibilidades de trabalho aguardam o interesse dos investigadores. Sobre outras famílias, sobre outras épocas, sobre outras temáticas. Urbanismo, toponímia, onomástica, história económica, história do direito e das instituições, história política, história da arte, história do livro e das bibliotecas. Sobre sociabilidade – recordamos a este propósito as largas dezenas de cartas enviadas por procuradores aos seus senhores, trocadas entre maridos e mulheres, irmãos e irmãs, entre mulheres, revelando assuntos comezinhos do dia-a-dia, combinações de matrimónio ou desavenças familiares. Sobre história militar, invasões e guerras, sobre os seus atores – vencedores e vencidos. De todos reza a História... e todos estão presentes neste arquivo, que temos a satisfação de ter tornado mais acessível.

**COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:**

GAGO, Alice Borges – “*Arquivos e práticas arquivísticas de famílias de elite (Portugal, séculos XV-XVII)*”. Tese de Doutoramento em História/Arquivística Histórica, apresentada à FCSH-UNL em Novembro de 2019. Orientação da Professora Doutora Maria de Lurdes Rosa”. *Medievalista* 28 (Julho – Dezembro 2020), pp. 407-418. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt> .





MEDIEVALISTA

N.º 28 | Julho - Dezembro 2020

ISSN 1646-740X

---

***Paisajes monásticos. El monacato altomedieval en los condados catalanes (siglos IX-X). Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade de Barcelona (Espanha), Julho de 2019. Orientação das Professoras Blanca Garí e Maria Soler-Sala***

***Xavier Costa Badia***

Universitat de Barcelona, Facultat de Geografia i Història,  
Departament d'Història i Arqueologia  
08001 Barcelona, Espanya

[xaviercostabadia@gmail.com](mailto:xaviercostabadia@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0003-2454-1584>

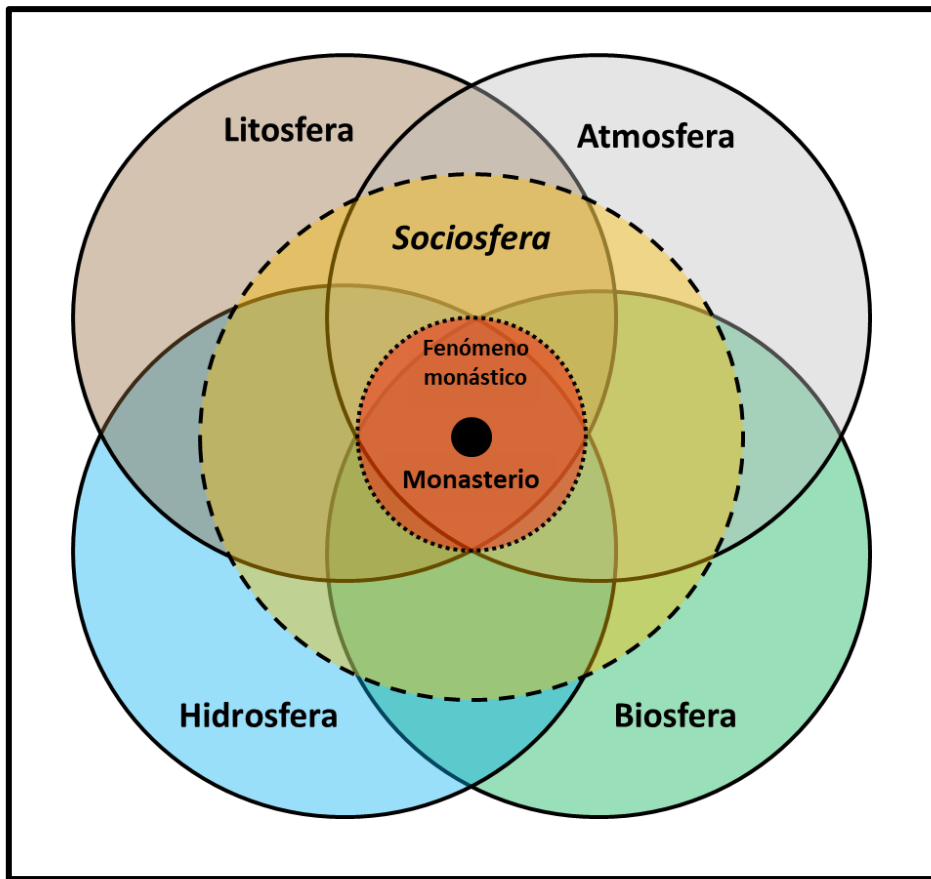
Data recepção do artigo / Received for publication: 10 de Novembro de 2019



La tesis doctoral que aquí se presenta plantea una aproximación global y holística al paisaje monástico de los condados catalanes altomedievales con el objetivo de ofrecer una visión del fenómeno en su conjunto y, al mismo tiempo, conocer mejor las relaciones que este entretejió con su entorno físico y social.

Este planteamiento, que pretende superar la tradición historiográfica de analizar los distintos monasterios de forma aislada e individualizada, se fundamenta en dos premisas básicas: 1) el principio de que todos los cenobios, a pesar de sus numerosas peculiaridades, formaban parte de un mismo fenómeno histórico con unas lógicas compartidas que se pueden historiar; y 2) la idea de que cada centro monástico participaba de un paisaje más amplio, entendido como un geosistema complejo en el cual todos los elementos que configuraban la realidad, ya fueran de carácter natural o antrópico, se encontraban profundamente interrelacionados y mutuamente influenciados (**fig. 1**). En otras palabras, el estudio parte del supuesto que, sin tener en cuenta el conjunto de los casos conocidos, así como su contexto histórico y geográfico, sería del todo imposible comprender la razón de ser de los monasterios altomedievales y el rol que jugaron en la articulación y significación de la sociedad de su tiempo.

Estudiar el monacato desde una perspectiva de paisaje, sin embargo, es una tarea compleja que plantea importantes dificultades conceptuales y metodológicas. Para visualizar correctamente las relaciones sincrónicas que se establecieron entre los diferentes elementos que compartieron un mismo tiempo y un mismo espacio, no solo debe ponerse en valor la variable espacial dentro de la Historia, muchas veces marginada en pro de la cronológica, sino que también debe superarse la diacronía propia del discurso textual. Por ese motivo, la tesis presentada empieza por definir una innovadora metodología diseñada para sistematizar todos los datos disponibles y explotarlos conjuntamente teniendo en cuenta tanto su cronología como su ubicación; un objetivo que alcanza gracias a las múltiples posibilidades que ofrecen las tecnologías de la información y, especialmente, los Sistemas de Información Geográfica (SIG).



**Fig. 1 - Diagrama que muestra a los monasterios como parte de un geosistema complejo en que todos los elementos que configuran la realidad están profundamente interrelacionados.**  
© Xavier Costa Badia

El resultado es un complejo sistema de bases de datos relacionadas y debidamente georreferenciadas que, a través de su proyección en una cartografía secuencial por intervalos de diez años, muestra la distribución espacial y la evolución temporal de varias realidades vinculadas al fenómeno estudiado. En concreto, se presentan dos proyectos cartográficos complementarios: uno en el cual se representa la progresión de los distintos cenobios documentados en los condados catalanes antes del año mil; y otro en el que se mapean las propiedades de aquellos centros que se estudian con mayor profundidad en el interior del texto, visualizando con claridad cómo se conformaron sus dominios patrimoniales, en qué zonas se concentraron sus principales intereses, qué estrategias de expansión y gestión siguieron, así como las comunidades con las que se relacionaron. Por lo tanto, la cartografía elaborada adopta un rol central dentro de la tesis y es utilizada como

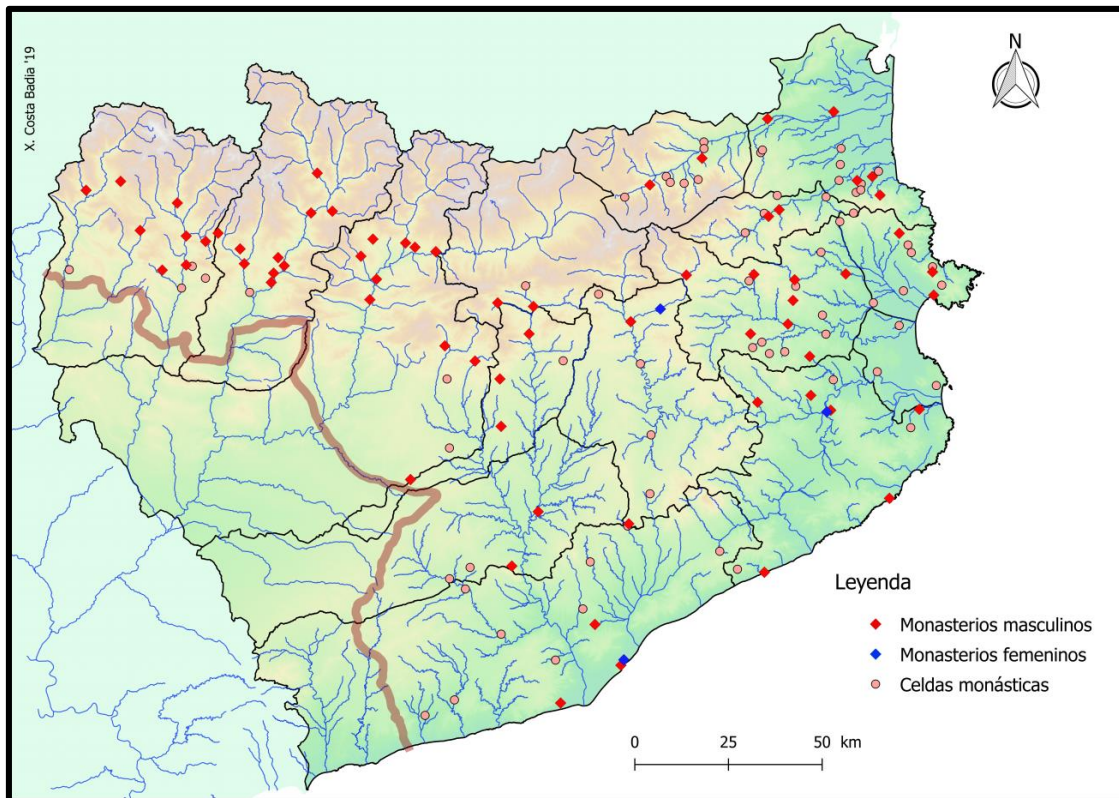
una verdadera fuente de información sobre la cual analizar patrones de comportamiento espacial y formular nuevas hipótesis que formular nuevas hipótesis que permiten entender mejor, permiten entender mejor el fenómeno monástico.

Este particular planteamiento teórico y metodológico, en el cual la aproximación visual a las realidades sincrónicas juega un papel primordial, condiciona de manera evidente toda la investigación, hasta el punto de que la propia memoria de tesis se estructura de manera no lineal y analiza el paisaje monástico a través de dos zooms con una escala y un grado de detalle diferentes. Así pues, en primer lugar, se presenta un apartado más general, centrado en el estudio comparativo de todos los monasterios de los condados catalanes de manera conjunta, para pasar después a un segundo bloque, mucho más acotado a nivel geográfico, en el cual, a través del análisis minucioso de tres paisajes concretos, se precisa de manera detallada la relación de influencia mutua que se estableció entre los diferentes cenobios y su entorno más próximo.

Entrando más a fondo en las características del primer bloque, cabe destacar que su objetivo principal es la creación de una cartografía sólida y bien documentada de todos los cenobios de los condados catalanes altomedievales capaz de sustentar un estudio comparativo de su ubicación geográfica y, a partir de ahí, definir unos modelos con unos patrones de comportamiento compartidos. Antes de afrontar este reto, sin embargo, se dedican no pocos esfuerzos a elaborar un catálogo completo de todos los centros monásticos fundados en ese período. Para ello, se analiza toda la documentación conservada y, además, se plantea una profunda reflexión sobre qué era un monasterio en la Alta Edad Media y cuáles son los rasgos que permiten identificarlos en las distintas fuentes disponibles, ya que, en los siglos IX y X, ni el monacato era un fenómeno con unas características perfectamente definidas, ni la documentación se refería siempre a él con un lenguaje inequívoco. Gracias a este trabajo previo, finalmente, se presenta una extensa relación de 144 monasterios documentados antes del año mil en el ámbito geográfico en el que se circunscribe la tesis, incluyendo algunos que hasta ese momento no habían sido reconocidos como tales y excluyendo otros que, a pesar



de haberseles atribuido la condición de antiguos cenobios, no se han encontrado evidencias suficientes para poderlo corroborar (**fig. 2**).



**Fig. 2 - Mapa de todos los monasterios documentados en los condados catalanes durante los siglos IX y X.**  
© Xavier Costa Badia

Una vez elaborado este catálogo y la correspondiente cartografía secuencial, se procede a valorar comparativamente las características de los distintos monasterios, tanto desde el punto de vista de su emplazamiento como de su evolución histórica. Este ejercicio permite identificar cinco arquetipos con unos patrones de comportamiento bien definidos: 1) los monasterios situados en valles de montaña o en otros territorios geográficamente coherentes sobre los cuales adoptaron un rol central en la articulación del espacio y de su población; 2) los cenobios encaramados en lo alto de montañas aisladas con una sacralidad telúrica motivada por su propia singularidad geomorfológica; 3) las pequeñas celdas situadas en el centro de las extensas llanuras litorales, con un evidente carácter

económico, y las abadías de su periferia; 4) los monasterios emplazados en el frente litoral, muy condicionados por la presencia inmediata del mar; y 5) los cenobios urbanos, nacidos en torno a las principales ciudades condales. Por lo tanto, realmente se consiguen distinguir unos modelos monásticos que vinculan entre sí varios cenobios con unas dinámicas compartidas, avanzando así en el estudio comparado del fenómeno monástico en la Alta Edad Media.

Esta última cuestión es uno de los temas en los que más se incide en la segunda parte de la tesis. Sin embargo, aún en el primer bloque, también se presta atención a dos evidencias negativas que nos muestran los mapas elaborados. La primera es la inexistencia de fundaciones monásticas en el amplio y fértil valle de la Cerdaña, un desajuste que abre la puerta a valorar, como ya se ha hecho en otras partes de Europa, hasta qué punto, en la Edad Media, la estructura de la propiedad de la tierra podía condicionar el desarrollo del monacato en algunas regiones concretas. No en vano, uno de los pocos elementos diferenciales que se detectan entre ese territorio y los valles vecinos es la presencia de un paisaje especialmente antiguo, con muchos elementos heredados de época romana, y con una propiedad de la tierra muy fragmentada. En consecuencia, se plantea la hipótesis de que el monacato podría haber tenido una incidencia menor en la zona de la Cerdaña por el hecho de que las autoridades condales no habrían tenido que servirse de él para reorganizar aquel territorio y, al mismo tiempo, porque no habría existido una élite local de pequeños propietarios con capacidad suficiente para reunir los bienes necesarios para dotar una fundación monástica de manera adecuada.

La segunda evidencia negativa sobre la cual se reflexiona es la poca presencia que el monacato femenino tuvo en el conjunto de los condados catalanes, ya que, para un total de 140 monasterios masculinos, solo encontramos 4 de femeninos, dos de los cuales, además, tuvieron una vida efímera. Este evidente desequilibrio, que contrasta con el gran número de *devotae* y *dedicatae* que aparecen dispersas en la documentación, lleva a plantear la existencia de otros espacios de espiritualidad no reglada en los cuales habrían vivido esas mujeres dedicadas a la vida religiosa. De hecho, a través de una lectura atenta de las fuentes, se consigue probar que muchas de ellas desarrollaron su vivencia espiritual en casas particulares situadas

cerca de iglesias seculares o, incluso, de cenobios masculinos; unos espacios que, a pesar de aparecer muy raramente en los documentos por su poca entidad institucional, podrían haber tenido una fuerte incidencia social y haber terminado por sustituir a los monasterios como principales centros de religiosidad femenina en los condados catalanes, como mínimo hasta el siglo XI. Así pues, en este último apartado del primer bloque se demuestra que, a través de un análisis comparativo, incluso la falta de evidencias puede ser una vía muy fructífera para conocer mejor el fenómeno monástico y ver como el contexto paisajístico de los monasterios condicionó su evolución y su implantación territorial.

En la línea de estas últimas observaciones, como ya he indicado anteriormente, en la segunda parte de la tesis se insiste en la forma como los monasterios se relacionaron con el paisaje de su entorno, transformándolo profundamente; pero, al mismo tiempo, viéndose muy condicionados por él. Para hacerlo, ante la imposibilidad de estudiar todos los cenobios identificados en el bloque anterior, se focaliza únicamente en tres ejemplos concretos, cada uno correspondiente a un paisaje bien definido con varios cenobios que marcaron profundamente su evolución histórica.

El primer estudio de caso que se analiza es el de los condados de Pallars y Ribagorza, dos territorios con un gran número de monasterios y con unas fuentes que, a pesar de ser relativamente pocas, presentan una cronología muy amplia que cubre todo el período estudiado. Esto los convierte en un ejemplo especialmente adecuado para ofrecer una primera aproximación a la evolución del monacato a lo largo de la Alta Edad Media e insistir en algunos aspectos interesantes como, por ejemplo, las causas que llevaron a la fundación de los primeros cenobios en esos territorios, los cambios que sufrieron a medida que el contexto histórico fue evolucionando así como la forma en que contribuyeron a transformar el paisaje de su entorno. No olvidemos, en ese sentido, que las fuentes escritas, debido a su naturaleza esencialmente económica, son especialmente indicadas para visualizar cómo los diferentes cenobios levantaron sus dominios patrimoniales e, indirectamente, articularon unas redes sociales muy complejas que vinculaban un

gran número de actores diferentes, entre los cuales se contaban las autoridades francas, las élites locales y los pequeños propietarios del lugar.

Profundizando en las principales conclusiones derivadas de este primer estudio, cabe destacar su aportación a nuestro conocimiento sobre las causas del rápido resurgimiento monástico que experimentaron los condados pirenaicos a principios del siglo IX. No en vano, frente a una tradición historiográfica que tendía a vincular ese fenómeno a la acción colonizadora de las nuevas autoridades carolingias, se propone una relectura de las fuentes primarias que, obviando aquellas que en los últimos años se ha demostrado que eran falsas, permite poner en valor el papel que también jugaron en ese proceso los precedentes monásticos de la región y, sobre todo, las élites locales. Así, se termina por concluir que la proliferación de monasterios que se produjo a lo largo del siglo IX no tuvo una única causa exógena, sino que constituyó un fenómeno mucho más complejo que solo fue posible por la convergencia de una serie de circunstancias muy particulares: 1) la existencia de un substrato monástico previo que había sobrevivido al período de dominio islámico; 2) la presencia de unas élites locales que necesitaban consolidar su poder dentro del ámbito local y frente a los nuevos gobernantes francos; y 3) la irrupción de unas autoridades con bases muy lejanas que requerían de instituciones con una buena implantación territorial que les ayudasen a hacerse presentes sobre el territorio, a introducirse en las redes sociales que regían las relaciones de poder entre sus habitantes y, al mismo tiempo, a reorganizar el espacio a nivel político y religioso.

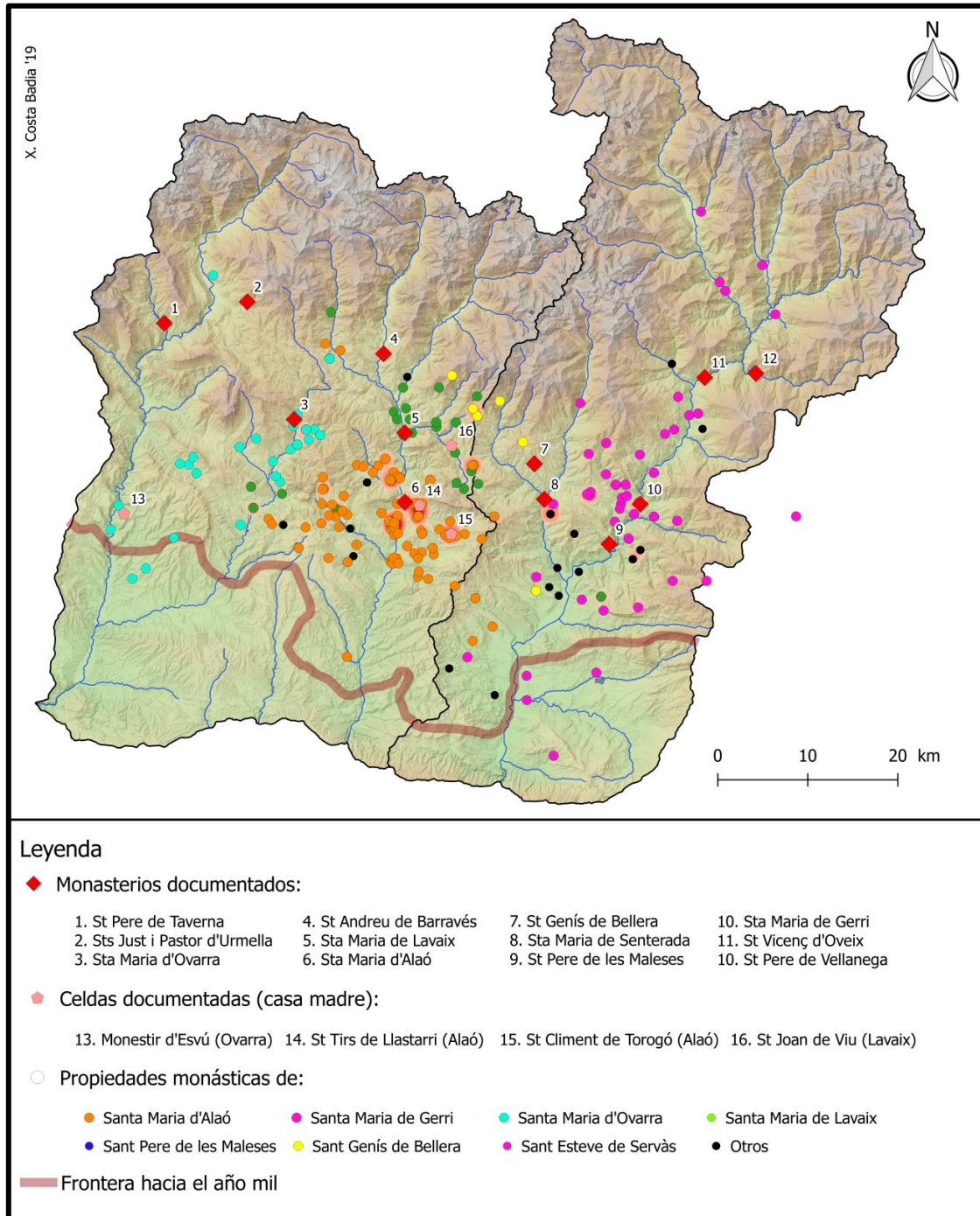
Derivado de esta última observación, este primer ejemplo también pone de manifiesto que detrás de la fundación y/o promoción de un cenobio no había una única causa, sino una combinación de motivaciones muy diversas y prácticamente imposibles de separar. Los patronos, como resalta la tesis aquí tratada, establecían monasterios con claras pretensiones de carácter religioso y simbólico, esperando contribuir a la salvación de su alma y a la construcción de una imagen pública del poder. Sin embargo, también podían tener intenciones mucho más prosaicas como, por ejemplo, la de utilizarlos para introducirse en las comunidades locales, hacerse presentes de manera más eficaz sobre el territorio y, a través de ellos, reorganizar

sus estructuras sociopolíticas. Así pues, en cada fundación monástica debe verse esta multiplicidad de causas y significados que para la población del momento eran del todo consubstanciales y que, por lo tanto, deben ser historiadas conjuntamente, evitando caer en simplificaciones que solo conseguirían dificultar aún más nuestra aproximación a ese complejo fenómeno.

A parte de estas interesantes precisiones, como ya he comentado, el estudio del monacato pallarense y ribagorzano también se muestra muy útil para ver cómo los cenobios fundados a principios del siglo IX se adaptaron a los cambios contextuales que se fueron sucediendo. En este sentido, se puede ver con gran claridad como la aparición de un linaje condal privativo en esos territorios provocó importantes transformaciones en el paisaje monástico previo, ya que, pasados unos primeros momentos de dudas, los nuevos condes tomaron el relevo a los viejos representantes del poder carolingio como principales fundadores de cenobios. Además, haciendo gala de una gran capacidad económica, procuraron hacerse con el control de muchas abadías preexistentes. Se trató, sin duda, de una operación premeditada que, más allá de su significado religioso, pretendía reforzar la imagen de poder de las nuevas autoridades, aumentar su presencia sobre el territorio y, a través de la apropiación de antiguos monasterios, poner bajo su patronazgo todas las estructuras sociales, políticas y religiosas que, como principales protagonistas de la reorganización de aquella región, habían ido construyendo durante el siglo anterior. De nuevo, por lo tanto, este apartado pone blanco sobre negro la importancia de los centros monásticos como articuladores del espacio y, sobre todo, como nodos en el complejo entramado social que vinculaba toda su población.

El ejemplo del Pallars y la Ribagorza, finalmente, también resulta muy interesante para visualizar cómo los monasterios se sirvieron de la centralidad que les daba su rol político-religioso para obtener importantes beneficios económicos y construir grandes dominios patrimoniales que se extendían a lo largo de toda la región (**fig. 3**). Así, por ejemplo, se puede apreciar con claridad como su creciente capacidad financiera, pero sobre todo los vínculos de patrocinio que los unían a los grandes poderes del país, los convirtieron en vecinos muy poderosos para todos aquellos

que vivían en su entorno, muchos de los cuales acabaron por darles parte de sus bienes, o la totalidad de ellos, para ponerse bajo su protección y/o progresar socialmente.



**Fig. 3 - Distribución de las propiedades adquiridas por los monasterios de los condados de Pallars y Ribagorça antes del año mil.**  
© Xavier Costa Badia

Además, como defienden cada vez más historiadores, ello pone de manifiesto que los monasterios no fueron actores pasivos en la construcción de sus patrimonios, ya que, incluso en las adquisiciones de propiedades más lejanas, se observa que estas no tenían un carácter accidental, sino que eran bienes muy apreciados, bien controlados y directamente relacionados con la voluntad de conformar unos dominios lo más diversificados posible. Así pues, en contra de la idea tradicional que atribuía los bienes más lejanos de los distintos cenobios al azar de las donaciones, la tesis aquí presentada demuestra que detrás de toda transacción, y sobre todo cuando eran hechas por personas acomodadas, se daba un proceso de negociación más o menos largo que permitía a los monasterios obtener de sus donantes aquellos bienes que más interesantes les resultaban.

Sus intereses, sin embargo, no siempre eran de carácter únicamente agrícola, ya que el análisis de la expansión de los dominios monásticos pallarenses y ribagorzanos a partir del siglo X permite apreciar que la ganadería tuvo también un papel determinante a la hora de definir las estrategias expansivas de los cenobios altomedievales. Prueba de ello es que, a pesar de ser una práctica escasamente representada en las fuentes escritas, probablemente por la poca utilidad que tendría el documento resultante como título de propiedad para unos bienes semovientes, la cartografía elaborada en este apartado muestra que muchos de los alodios monásticos dispersos seguían una lógica claramente trashumante y estaban situados cerca de las zonas donde se concentraban los pastos estivales o de las numerosas cañadas que los comunicaban con las llanuras más meridionales, lugar de estabulación del ganado durante el invierno. Por lo tanto, la investigación realizada para estos territorios contribuye a reforzar la idea de que la ganadería constituía una de las principales prácticas económicas de los cenobios altomedievales, siendo muy posible que en esas fechas tan tempranas ya hubiera empezado a articularse una primera red trashumante de corta y media distancia.

Muchas de las observaciones comentadas para el ámbito pallarense y ribagorzano, sobre todo por lo que se refiere a los diversificados intereses económicos de los monasterios y a la multiplicidad de roles que tomaron en la reorganización de los paisajes previos, también se ven corroboradas en el estudio de los centros monásticos fundados en la comarca natural del Ripollés, que es el segundo ejemplo planteado en la tesis. Esto se debe a que se trata de unos territorios muy parecidos, tanto por sus características geográficas y físicas como por los antecedentes culturales con los que contaban.

Este segundo ejemplo, sin embargo, es especialmente adecuado para profundizar en uno de los temas que el estudio referido al Pallars y a la Ribagorza solo permite apuntar: el rol que los nuevos linajes condales autónomos, en este caso la casa de Barcelona, otorgaron a esas instituciones para que les ayudaran a consolidar su poder, legitimar su posición de fuerza y controlar aquellos territorios más importantes desde un punto de vista geoestratégico. En este sentido, debemos recordar que los monasterios de Ripoll y Sant Joan de les Abadesses fueron fundados a finales del siglo IX como parte de un proyecto encabezado por el conde Guifré el Pelós que, además de tener un profundo sentido religioso y simbólico para mostrar su poder y preservar su memoria, también debía contribuir a reorganizar y controlar en nombre de su familia unos territorios que, hasta ese momento, habían escapado a su autoridad y que, debido a la gran cantidad de caminos que los surcaban, presentaban un claro interés geoestratégico.

En cuanto a la forma en que los cenobios podían contribuir a ese proceso de reorganización, San Joan y su abadesa Emma constituyen un ejemplo paradigmático. No en vano, su extenso archivo, uno de los mejor conservados de todos los condados catalanes, permite vislumbrar claramente como, a través de compras sucesivas, el monasterio pudo hacerse un lugar cada vez más preponderante dentro de la esfera local, cosa que terminó propiciando que sus vecinos se mostrasen progresivamente más interesados en vincularse a él a través de nuevas donaciones y, así, de manera indirecta, entrar también dentro de la red de fidelidad de los condes, sus patronos. Por lo tanto, este ejemplo permite entender un poco mejor la complejidad de las transacciones que beneficiaban a las



instituciones monásticas; unos actos que, más allá de una mera transferencia de bienes inmuebles, propiciaban el establecimiento de una relación vinculante entre el donante, la institución monástica, los santos que allí se veneraban y los patronos laicos que pudiera tener detrás, generalmente las autoridades condales.

El caso del Ripollés, finalmente, constituye también un buen ejemplo para observar como el contexto sociopolítico de los monasterios, y especialmente las disputas entorno a su patrocinio, pudieron condicionar su vida interna. Esto es así porque, a medida que las relaciones entre los descendientes de Guifré el Pelós se fueron deteriorando a lo largo del siglo X, los cenobios de aquella comarca se convirtieron en verdaderos caballos de batalla y se vieron profundamente afectados por ello. Los efectos, sin embargo, fueron muy dispares, ya que Ripoll salió reforzado de la crisis, pues todos los sucesores de Guifré se esforzaron en su promoción para mostrarse como sus legítimos herederos; mientras que Sant Joan salió fuertemente damnificado, sobre todo porque, ante su apropiación por el conde Sunyer de Barcelona, muchos bienes le fueron usurpados y los condes de Besalú, que no querían perder influencia en el Alto Valle del Ter, fundaron el cenobio de Sant Pere de Camprodon en sus inmediaciones. De hecho, la tesis plantea la posibilidad de que la conocida decisión del conde Bernat Tallaferro de Besalú, patrón del cenobio, de substituir la comunidad femenina de Sant Joan por una canónica masculina en 1017 podría haber escondido, en realidad, la voluntad de romper los vínculos de aquella institución con sus primos, los condes de Barcelona, y evitar así que pudieran seguir reclamando derechos de patrocinio sobre ella. No hay duda, pues, que los cambios contextuales acontecidos fuera de los cenobios tenían importantes repercusiones en su interior, llegando al punto de provocar la desaparición de algunas comunidades.

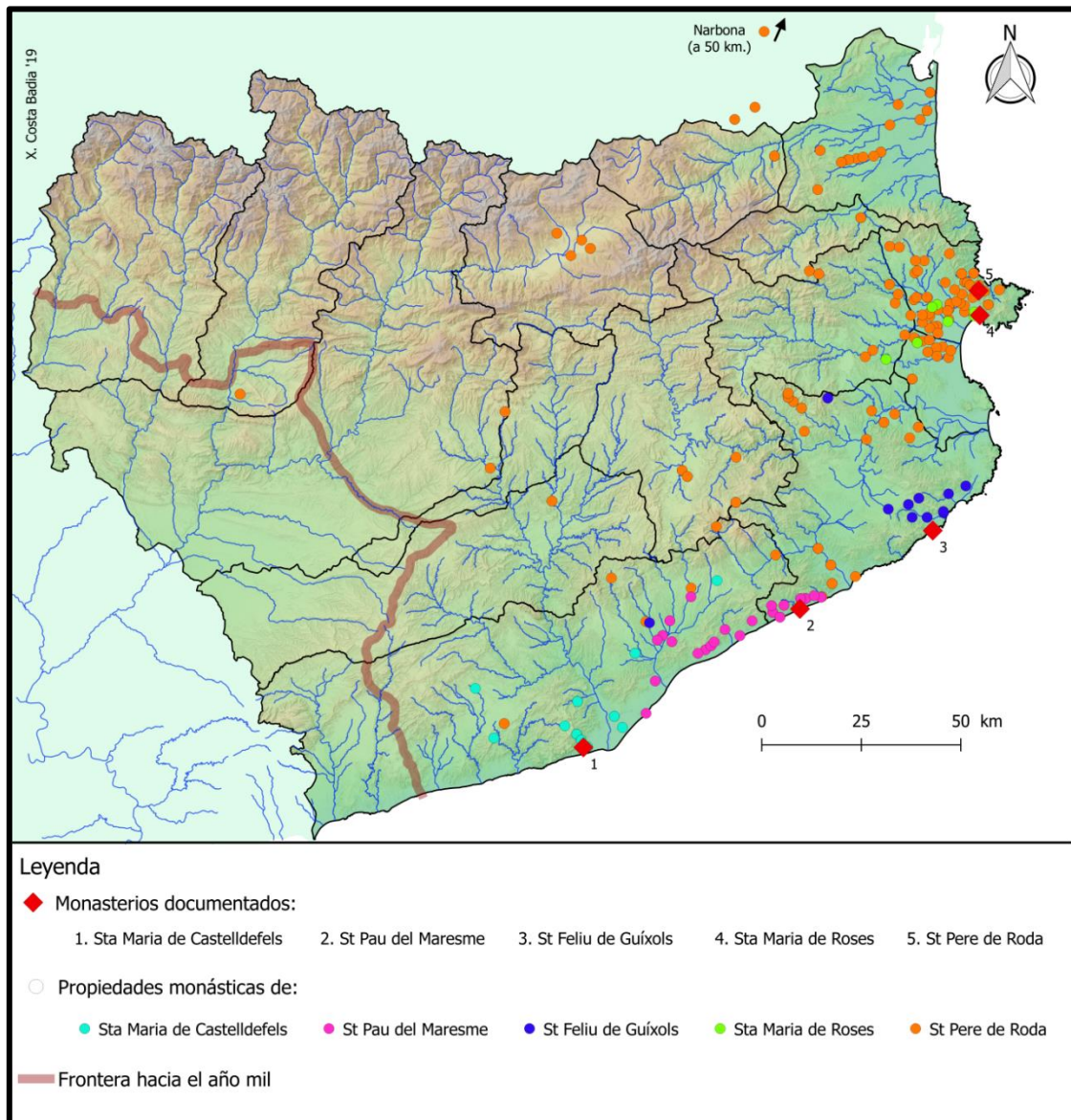
El tercer estudio de caso que se presenta, el más breve de todos, se centra en el análisis de los monasterios fundados en el litoral mediterráneo, sobre todo para ofrecer un contrapunto a los dos paisajes analizados anteriormente, con un claro perfil de media y alta montaña. Así pues, este tercer ejemplo se centra en dilucidar si existían similitudes entre las causas que motivaron la fundación de nuevos cenobios en los territorios pirenaicos y costeros así como en los condicionantes

que marcaron su evolución y la forma que tomaron sus dominios. En este sentido, permite comprobar que el mar y el paisaje litoral, con sus evidentes singularidades, tuvieron una influencia muy elevada sobre los monasterios que allí se asentaron. No en vano, el mar constituía al mismo tiempo una fuente de inestabilidad permanente que dificultaba su consolidación y un recurso económico de primera importancia que, con el paso de los años, les permitió dotarse de un gran poder e influencia, especialmente en aquellos casos, como Sant Feliu de Guíxols, que controlaban un puerto mercantil de primer orden.

Al lado de estas particularidades, sin embargo, el análisis de los monasterios litorales también permite observar algunos paralelismos interesantes. Por ejemplo, muestra que los patrones de esos cenobios también les otorgaron un rol fundamental en la reorganización del territorio. Buena prueba de ello es que su fundación por parte de las principales familias condales y vicariales del país se produjo en el mismo momento en que la costa, hasta entonces una zona de peligro prácticamente olvidada por las autoridades políticas, empezaba a verse como un posible espacio de expansión que debía ser controlado y administrado. Por lo tanto, este último caso permite confirmar la idea de que los cenobios eran instituciones muy complejas que, más allá de su vida interna de carácter espiritual, jugaron un papel primordial en la transformación de los paisajes donde se asentaban, contribuyendo a estructurar su población y a vincularla a unos nuevos poderes políticos que, progresivamente, iban consolidándose.

También se observan paralelismos interesantes al estudiar la formación de los dominios monásticos de los cenobios litorales, pues, aunque la proximidad del mar dio a sus posesiones nucleares algunas características muy particulares, se sigue constatando un interés evidente de los monasterios para conformar patrimonios lo más diversificados posible. De hecho, al tiempo que muchos monasterios pirenaicos acumularon importantes bienes en las zonas costeras, los cenobios del litoral no dudaron en hacerse con numerosas propiedades en entornos de montaña (**fig. 4**). Esta evidencia, de nuevo, permite intuir que la ganadería habría jugado un rol fundamental en el sustento de esas instituciones religiosas, reforzando la hipótesis de que, a pesar de su clara infrarrepresentación en las fuentes escritas, su

explotación habría sido un rasgo común de todo el monacato altomedieval y, probablemente, de todas las comunidades humanas de ese período. Así pues, este último ejemplo resulta también muy útil para avanzar en el conocimiento de los dominios monásticos y, sobre todo, de las estrategias que tenían detrás.

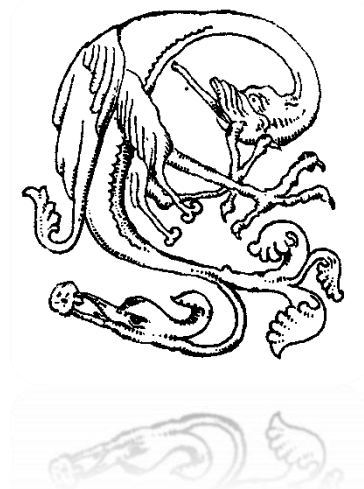


**Fig. 4 - Distribución de las propiedades adquiridas por los monasterios del litoral catalán antes del año mil.**  
© Xavier Costa Badia

Llegados al final de este extenso resumen, se puede concluir que la tesis presentada propone una innovadora aproximación conceptual y metodológica al monacato, ofreciendo una herramienta muy útil y eficaz para estudiarlo desde una perspectiva holística que pone el acento en los procesos compartidos por los distintos cenobios y las relaciones que establecieron con su entorno físico y social. Constituye, por lo tanto, un notable avance en el conocimiento del fenómeno monástico altomedieval y nos permite comprender mejor su extrema complejidad, así como el papel que jugó en la articulación de los condados catalanes, que en ese momento estaban en proceso de formación.

**COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:**

COSTA BADIA, Xavier – “*Paisajes monásticos. El monacato altomedieval en los condados catalanes (siglos IX-X)*”. Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade de Barcelona (Espanha), Julho de 2019. Orientação das Professoras Blanca Garí e Maria Soler-Sala”. *Medievalista* 28 (Julho – Dezembro 2020), pp. 419-434. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.





MEDIEVALISTA

N.º 28 | Julho – Dezembro 2020

ISSN 1646-740X

---

***The Discourses of Holy War and the Memory of the First Battles of Islam. Al-Andalus, 10<sup>th</sup> - 13<sup>th</sup> centuries.*** Tese de doutoramento em História Medieval, apresentada à Universidad Autónoma de Madrid, 2020. Orientação dos Professores Carlos de Ayala Martínez e Mercedes García-Arenal

***Javier Albarrán Iruela***

Universidad Autónoma de Madrid  
28049 Madrid, España

[j.albarran.iruela@gmail.com](mailto:j.albarran.iruela@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-8838-8841>

Data recepção do artigo / Received for publication: 4 de Janeiro de 2020



Beyond the imposing walls of Theodosius and at the foot of the hill where the famous Pierre Loti café sits –a place where you can enjoy one of the best panoramic views of the Golden Horn–, there is one of the most sacred corners of Istanbul: the mosque known as Eyüp Sultan. This building, pilgrimage destination and a sacred place chosen by thousands of adorned children who celebrate the rite of circumcision, was ordered by the Ottoman Sultan Mehmet II to house the tomb where it is believed that the remains of Abū Ayyūb al-Anṣārī (d. 674) rest.

After the fall of Constantinople in the year 1453, the remains of this companion of the Prophet Muḥammad, who was killed and buried under the walls of the Byzantine capital during the first Islamic siege of the city, were rediscovered in this location<sup>1</sup>. In this way, Mehmet connected the city of the Bosphorus to the Islamic sacred history, thus creating a link of legitimacy between the early days of Islam and the Ottoman conquest. Significantly, it was in this memory *locus* of holy war and of the origins of the *umma*, where the Turkish sultans received the sword of Osman (‘Uthmān Ghāzī, d. 1326), founder of the dynasty, in a performance representing the ascension to power. Furthermore, it was also the place where they blessed their ceremonial weapons before each military campaign.

This is not the only place in Istanbul where the remembrance of *jihād* and the battles of the early Islamic community are revealed through the evocation of the Muslim warriors who participated in them, as well as in the primitive attacks on Constantinople. In the mosque known as the Arabs’ Mosque (Arap Çamii), in the district of Galata, rests the presumable tomb of Maslama b. ‘Abd al-Mālik, the Umayyad commander who led the siege to the Byzantine city in the year 715. The popular tradition says that he founded the mosque and that the first call to prayer

<sup>1</sup> BONNER, Michael – *Jihad in Islamic History. Doctrines and Practices*. Princeton: Princeton University Press, 2006, p. 79; COOK, David – *Martyrdom in Islam*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, pp. 23-30; PICARD, Christophe – *Sea of the Caliphs: The Mediterranean in the Medieval Islamic World*, Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2018, pp. 57-58.

over Byzantium was issued from there. In addition, between Sultanahmet and Hagia Sophia, right next to the great square formed by the ancient Roman hippodrome, lies the alleged tomb of ‘Abd al-Raḥmān al-Shāmī, who was the banner-bearer of Abū Ayyūb al-Anṣārī himself.

In these locations, particularly in the Eyüp Sultan mosque, the two main issues that occupy this doctoral dissertation intermingle: the ideology of holy war and the memory of the first battles of Islam. The Ottoman sultans used the memory –and the symbolic capital– of one of the protagonists of the inaugural Islamic expansion as part of the staging of their *jihād* expeditions, as well as a framework in which the dynastic continuity and its legitimacy were ritualized.

This research examines how both parts of this binomial were developed and linked to each other in al-Andalus; that is, my aim was to study the articulation of the discourse of holy war and its relation to the remembrance of the *maghāzī* and the *futūḥ*. Likewise, I have analyzed with special interest how *jihād* and memory constituted a main power tool, as it was also for the Ottoman rulers. Therefore, this Ph.D. dissertation, framed within the fields of Medieval History and the knowledge of the Islamic West, is intended as a contribution to several grounds of debate on historiography and humanities, such as the study of religious violence –especially focused on the notion of holy war and *jihād*–, the analysis of the configuration of power and its legitimacy, or the so-called Memory Studies.

The time framework I have chosen for this study covers the period between the rise to the throne of ‘Abd al-Raḥmān III until the fall of the Almohad caliphate, from the year 912 to 1269. As for the geographical framework, although my focus is primarily on al-Andalus, I will also refer to the reality of the Islamic West as a whole. Both scenarios are inseparable from numerous points of view: demographic, intellectual, economic, religious, cultural, etc. In addition, the vast majority of powers established in the Andalus territory were also settled, to a greater or lesser extent, in the Maghreb, from the Umayyads of Cordoba to the Almohads, including the Almoravids or the Zirids.

The choice of the Andalusí context as a framework for this study has also allowed me to bring a new perspective to a historiographic debate that has been developing among specialists for decades: was the Andalusí society unreceptive to the ideology of *jihād*?

The hegemonic historiographic vision presents the Andalusí population as lacking a “warrior spirit”<sup>2</sup>. The scarce militarization of the Andalusí society in comparison with the Christian kingdoms of northern Iberia has been underlined as one of the historical and structural causes of al-Andalus’ own disappearance<sup>3</sup>. One of the evidences that are most invoked when explaining the alleged scarce militarization of Andalusí society is a text of the well-known *Memories* of ‘Abd Allāh, the Zirid king of Granada, that talks about the military reforms that Almanzor carried out at the end of 10<sup>th</sup> century, and the impact they had on al-Andalus. The ‘Amiri leader would have suppressed the recruitment that affected the whole of the inhabitants of al-Andalus to leave military obligations in the hands of a professional army composed mainly of Berber mercenaries. Thus, the military function was exclusively in the hands of the central power and ceased to permeate the social network<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> For a good synthesis of this historiographic debate, see GARCÍA FITZ, Francisco – *Las Navas de Tolosa*. Barcelona: Ariel, 2012, p. 266 and the following; GARCÍA SANJUÁN, Alejandro – “La noción de yihad en la época nazarí: el tratado de Ibn Hudayl”. in AYALA, Carlos, PALACIOS, Santiago y RÍOS SALOMA, Martín (Eds.) – *Guerra santa y cruzada en el estrecho: el Occidente peninsular en la primera mitad del siglo XIV*. Madrid: Sílex, 2016, pp. 369-398; SUÑÉ, Josep – “El ejército andalusí y su actuación guerrera según la historiografía: aspectos desatendidos y explicaciones renovadas”. *Índice Histórico Español* 131 (2018), pp. 115-139. For the rest of the studies dedicated to the analysis of *jihād* in al-Andalus, see the bibliography included in the PhD dissertation itself.

<sup>3</sup> BARCELÓ, Miquel – “Vísperas de feudales. La sociedad de *Sharq* al-Andalus justo antes de la conquista catalana”. in MAÍLLO, Felipe (Ed.) – *España. Al-Andalus. Sefarad: síntesis y nuevas perspectivas*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1988, pp. 99-112; BARCELÓ, Miquel – “El Califa patente: el ceremonial omeya de Córdoba o la escenificación del poder”. in PASTOR, Reyna (Ed.) – *Estructuras y formas de poder en la Historia*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1991, pp. 51-72; MAÍLLO, Felipe – *¿Por qué desapareció al-Andalus?*. Buenos Aires: Cálamo de Súmer, 1997, pp. 18-19; GUICHARD, Pierre – *Al-Andalus frente a la conquista cristiana: los musulmanes de Valencia*. Valencia: Universidad de Valencia, 2001, pp. 525-527.

<sup>4</sup> ‘ABD ALLĀH – *Mudhakkirāt al-amīr ‘Abd Allāh, ākhir mulūk Banī Zīrī bi-Gharnāṭa (469-483), al-musammā bi-Kitāb al-tibyān*. Ed. Évariste Lévi-Provençal. Cairo: Dār al- Ma‘ārif, 1955, pp. 16-17.



Researchers have also stressed that from the Zirid king's speech –“they were not prepared to fight”, “they were not people of war”– it should be deduced that the poor inclination of Andalusí society towards warlike purposes would not have begun with Almanzor's reforms, but were rather the reflection of a social configuration unfavorable to a “warrior spirit”. This issue has led scholars to affirm that in the Muslim populations of al-Andalus there was some difficulty in assuming ideological and discursive presuppositions such as that of holy war.

In this sense, Dominique Urvoy, for example, argued that the religious elites of al-Andalus were not able to reinvent the concept of *jihād*, so that the Muslim population was not involved in the fight against Christians, and the dependence of the Maghrebi armies became increasingly important. He also defended that in the entire Andalusí period only one jurist, who had been linked to the holy war, could be highlighted: Abū 'Alī al-Ṣadafī, better known as Ibn Sukarra<sup>5</sup>.

However, the scholar who has contributed the most to prop up this historiographic vision has been the great reformer of Andalusí studies: Pierre Guichard. He pointed out that, ideologically, the Andalusí social environment was very little receptive to the notion of holy war, that there was a “lack of sensitivity to *jihād*”<sup>6</sup>. Moreover, he saw a structural inferiority of al-Andalus in the lack of dedication of resources to maintain a military sector comparable to the feudal elite. Likewise, he also questioned the development in the 12<sup>th</sup> century, in al-Andalus, of a true mobilizing ideology of holy war, at the same time popular and official, comparable to the one that effectively encouraged the eastern “counter-crusade” under the Zenkids, Ayyubids and Mamluks. In addition, he defended, as Urvoy had already done, that great intellectuals such as Ibn Ḥazm and Ibn Rushd were unable to innovate in the

---

<sup>5</sup> URVOY, Dominique – “Sur l'évolution de la notion de Ğihād dans l'Espagne musulmane”. *Mélanges de la Casa de Velázquez* 9 (1973), pp. 335-371.

<sup>6</sup> GUICHARD, Pierre – *Al-Andalus frente a la conquista cristiana...*, pp. 528-529; GUICHARD, Pierre – *Esplendor y fragilidad de al-Andalus*. Granada: Universidad de Granada, 2015, p. 283.

ideology of holy war. This was nothing more than an instrument of state policy that did not respond to any demand from popular sensibility<sup>7</sup>.

Certainly, this relationship that has been established between a poorly militarized Andalusi society and a poor rooted notion of holy war in al-Andalus is very problematic and needs to be qualified<sup>8</sup>. For example, such an argument would then lead us to affirm that the greater militarization of feudal social structures is due, among other things, to a strong presence of holy war ideology, which is something difficult to sustain.

The historiographical vision of the scarce warlike, warrior and *jihād* spirit of the Andalusis has perhaps been propitiated by a reductionist perspective of the phenomenon of holy war, as well as by a somehow uncritical and “literalist” reading of certain texts such as that of ‘Abd Allāh, without attending to the ideological and legitimizing factors present in these sources. In this Ph.D. dissertation, therefore, I have tried to contribute with new arguments and perspectives to this debate, especially to the question of whether or not *jihād*'s notion and ideology had important roots in al-Andalus.

The concept of “holy war” has been used, in different religious traditions, to describe diverse phenomena: war acts inspired directly by the divine will, military confrontations led by religious authorities, wars carried out in defense of religion or for its expansion, campaigns in which combatants are spiritually remunerated,

---

<sup>7</sup> GUICHARD, Pierre – *Al-Andalus frente a la conquista cristiana...*, pp. 116, 136, 198 ff.; GUICHARD, Pierre – *Esplendor y fragilidad...*, pp. 281 ff.

<sup>8</sup> Some researchers have already qualified these assessments. See, for example, LAGARDÈRE, Vincent – “Évolution de la notion de djihad à l'époque almoravide (1039-1147)”. *Cahiers de Civilisation Médiévale* 161 (1998), pp. 3-16; BURESI, Pascal – “La réaction idéologique almoravide et almohade à l'expansion occidentale dans la péninsule Ibérique (fin XIe-mi XIIIe siècles)”. in *L'expansion occidentale (XIe - XVe siècles) Formes et conséquences XXXIIIe Congrès de la S.H.M.E.S.* Paris: Publications de la Sorbonne, 2003, pp. 229-241; GARCÍA SANJUÁN, Alejandro – “La noción de yihad...”, pp. 369-398; TORRÓ, Josep – “Was the Christian conquest of al-Andalus irreversible?”. *Journal of Medieval Iberian Studies* 4/1 (2012), pp. 59-65; SUÑÉ, Josep – “Indicios de participación *ḍimmī* o *muladí* en los asedios carolingios a Tortosa (804/806-809)”. *Anuario de Estudios Medievales* 46/2 (2016), pp. 975-1008; SUÑÉ, Josep – *Ġihād, fiscalidad y sociedad en la Península Ibérica (711-1172): evolución de la capacidad militar andalusí frente a los reinos y condados cristianos*. Ph.D. Dissertation, Barcelona: Universitat de Barcelona, 2017.

etc<sup>9</sup>. In this study, I propose a way of application of this concept through which all these different –but at the same time, I believe, compatible– realities can be covered. For this aim, I have focused on two issues. First, the set of images and symbols of the discourse of holy war, through which it can be affirmed that we are facing a war action that was understood as sacred by those who carried it out. Second, its functionality as a power tool in different contexts will be underlined.

Therefore, holy war is basically an ideology of justification of violence acting as a discursive tool which appeals to sacred elements accepted and shared by those to whom it is addressed. Thus, I underline the perspective of those who carry out the holy war. With its articulation, a great legitimation framework is constructed for carrying out different actions in order to obtain and consolidate authority. Also, this ideology –the discursive tool that we call holy war– has a specific language that manifests through a symbology and its own features, as well as a *mise-en-scène*, a liturgy and rituals that have been described, especially by the German tradition, as the “phenomenology of holy war”.

The discursive features that I have considered most important when analyzing holy war and its language, and therefore detecting its presence, are those listed below. In turn, as we shall see, they have their own elements of ritualization.

- God’s presence in war and divine help to his warriors. It can be seen through images such as the appearance of angels in battle or miracles. Likewise, there are also a series of symbols and rituals that show the direct participation of God in war: blessed banners, war liturgy and use of relics as means of connection with the divinity in the military context, carrying out campaigns on festivities considered sacred, etc.

---

<sup>9</sup> Alexander P. Bronisch wrote a good summary of them. BRONISCH, Alexander P. – *Reconquista y Guerra Santa. La concepción de la guerra en la España cristiana desde los visigodos hasta comienzos del siglo XII*. Granada: Universidad de Granada, 2006, p. 277 and the following.

- Missionary nature of war and defense of the “true” religion against adversaries conceptualized as enemies of God. It manifests itself, for example, through rituals such as the invitation to conversion, campaign announcements or the purification of conquered territory and the destruction of the enemy’s religious symbols.
- Meritorious, and even salvific, nature of war from a religious point of view. The best discursive evidence of this feature is martyrdom, although there are also others such as the need for warriors to enter into battle in a state of purity.

All these discursive features and this phenomenology have been taken into account and studied in this dissertation when analyzing the discourse of holy war in al-Andalus.

On the other hand, this broad approach to the analysis of holy war leads me not to limit this notion terminologically in the Arab-Islamic lexicon. That is, although the term *jihād* has been used as the main synonym for holy war, where it has been necessary and evident following my conceptual proposal<sup>10</sup>, there are other words such as *ghazwa*, *qitāl*, *ḥarb* or *fath* that I have also used in that way. And, even, I have also defined as holy war other phenomena in which some of the discursive features mentioned above are present, although in the sources they are not described with terms relative to the semantic field of war.

The second issue on which I have focused my proposal for the conceptualization of holy war is its functionality as a power tool, as I have said before. The discourse of

---

<sup>10</sup> Patricia Crone stated that, although “holy war” is a term of the Western tradition, it seems appropriate to describe the war ordered by God, which is how, according to her, *jihād* was conceived. As she argues, “[t]he holiness lays entirely in the fact that God’s will was being done”. CRONE, Patricia – *God’s Rule: Six Centuries of Medieval Political Thought*. New York: Columbia University Press, 2004, pp. 362-363. On the other hand, my conceptual proposal also avoids legal limits to the concept of *jihād* according to legal treaties. That is, I will not seek to verify whether a campaign is “legal” or not analyzing whether it meets all the requirements of the legal doctrine of *jihād*. I believe that the discourse of holy war in Islam and its presentation in various types of sources is much broader, more complex and multifaceted.

holy war and its conduction and realization became a powerful instrument for the construction of authority and political justification. In order to study this feature of holy war I have used the model of centralized versus decentralized *jihād* that Michael Bonner proposed for the eastern context of the Arab-Byzantine frontier, and that other scholars like Deborah Tor later on developed<sup>11</sup>.

This model defends that the central authority, represented by a warrior-ruler, a *ghāzī*-sultan, pursues the monopoly of religious violence, especially of holy war, and the legitimacy it confers. *Jihād* –centralized– thus becomes a political tool against the centrifugal power of, for example, border lords or warrior-scholars, who in turn also use *jihād* –decentralized– as a means of legitimization and construction of authority. That is, this model emphasizes the struggle that various powers hold for the political and symbolic capital granted by the leading of holy war.

Regarding the memory of the first battles of Islam, I have considered the *maghāzī* and *futūḥ* texts as the main producers and reproducers of this remembrance. Halfway between historiographical texts and epic narratives, these reports broadly refer to the first battles and conquests carried out by the Islamic community. Particularly, the military expeditions led by the Prophet Muḥammad in the case of the *maghāzī*, and the conquests made by the first caliphs of Islam in that of the *futūḥ*.

Although I have not limited the study of the memory of these first Islamic expeditions to these genres, they have been the most important tool for it. In this sense, my methodological proposal to analyze these works is inserted in the epistemological trend that understands “memory” as the repeated impulse to

---

<sup>11</sup> BONNER, Michael – *Aristocratic Violence and Holy War. Studies in the Jihad and the Arab-Byzantine Frontier*. New Haven: American Oriental Society, 1996; TOR, Deborah – “Privatized Jihad and Public Order in the Pre-Seljuq Period: The Role of the Mutatawwi’a”. *Iranian Studies* 38/4 (2005), pp. 555-573; TOR, Deborah – *Violent Order: Religious Warfare, Chivalry, and the ‘Ayyār Phenomenon in the Medieval Islamic World*. Istanbul-Wurzburg: Orient-Institut-Ergon Verlag, 2007. What I have called decentralized *jihād*, Tor called it “privatized”. A good summary of that model can be found in HAUG, Robert – “Frontiers and the State in Early Islamic History: Jihād Between Caliphs and Volunteers”. *History Compass* 9/8 (2011), pp. 634-643.

remember the past from shifting perspectives in the present. That is, the phenomenon of production, reproduction, circulation and transformation of narratives about a collective past; remembering as an act of creation of meaning in the present that intertwines current topics of interest with reports about the past.

As events of a “golden era”, the narrations of the first battles of Islam become *lieux de mémoire*, a notion created by Pierre Nora and a concept that I have used in my approach to the *maghāzī* and *futūḥ*<sup>12</sup>. Places of memory are signals and references, such as facts, objects, places or institutions, which represent certain values, symbols of collective interest that become part of the memory. Likewise, as Sean Anthony says, “*maghāzī* are also sites of sacred memory”, events and stories of sacred history that left their mark on the collective memory of the community of believers<sup>13</sup>. They are also disputed episodes, whose memory generates identities, consensus and obligations.

In summary, when studying the commemoration of the first battles of Islam through its reports and narrations –and, to a lesser extent, other memory mediators as objects or rituals– what I have carried out is an exercise in “mnemohistory”. Coined by Assmann, this term “is concerned not with the past as such, but only with the past as it is remembered. It surveys the story-lines of tradition, the webs of intertextuality, the diachronic continuities and discontinuities of reading the past”<sup>14</sup>. My focus has been on the history of memory, that is, I understand that the episode itself, in this case the expeditions of early

---

<sup>12</sup> NORA, Pierre – “Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire”. *Representations* 26 (1989), pp. 7-24. See also HO TAI, Hue-Tam – “Remembered Realms: Pierre Nora and French National Memory”. *The American Historical Review* 106/3 (2001), pp. 906-922. For an example of the use of the concept of “place of memory” in Islamic studies see HARTMANN, Angelika – “Rethinking memory and remaking history: methodological approaches to ‘lieux de mémoire’ in Muslim societies”. in PELLITTERI, Antonino (Ed.) – *Mağāz: culture e contatti nell’area del Mediterraneo. Il ruolo dell’Islam*. Palermo: Facoltà di Lettere e Filosofia dell’Università di Palermo, 2003, pp. 51-61; BORRUT, Antoine – *Entre mémoire et pouvoir. L’espace syrien sous les derniers Omeyyades et les premiers Abbassides (v. 72-193/692-809)*. Leiden: Brill, 2011, pp. 177-228.

<sup>13</sup> MA’MAR B. RĀSHID – *Kitāb al-maghāzī*. Ed. Sean W. Anthony. New York: New York University Press, 2014, p. xviii.

<sup>14</sup> ASSMANN, Jan – *Moses the Egyptian: The Memory of Egypt in Western Monotheism*. Cambridge: Harvard University Press, 1997, p. 54. One of the first examples of “mnemohistory” in Medieval Studies is DUBY, George – *Le dimanche de Bouvines 27 juillet 1214*. Paris: Gallimard, 1973.

Islam, is less important –for my study– than the way it is remembered or forgotten. Therefore, the interest has not only been the reality of the *maghāzī* and *futūḥ*, but their subsequent impact, reception, reinvention and recontextualization, the creation of memory around them. Thus, one of the aims of this dissertation has been to study how the process of “memorialization” and commemoration of the first battles of Islam constituted an important element of the conduction and legitimization of holy war in al-Andalus and the Islamic West<sup>15</sup>.

On the other hand, in addition to the works of *maghāzī* and *futūḥ*, for the realization of this Ph.D. dissertation I have used a wide range of Arab-Islamic sources that include chronicles, biographical dictionaries, legal and doctrinal texts, or documentary and epistolary material. I have also tried to complement the information obtained about some episodes in the Islamic sources by resorting to Christian works. Moreover, I have used several manuscripts –most of them from Moroccan archives and libraries, but also some of them preserved in France and Spain– that have helped me, above all, to examine in greater detail that memory of the first battles of Islam. The most important of them are the Gayangos XVIII manuscript of the Royal Spanish Academy of History, which contains a compendium of *futūḥ* works titled *al-Durr al-nafīs*; the manuscript 3/164 of the Ibn Yūsuf library in Marrakech, which includes the text titled *Ḥijāb mawlā-nā Ya’qūb al-Manṣūr*, a talisman that evidences the sanctification process of the Almohad caliph due to the conduction of holy war; and, finally, the manuscript 296 of the al-Qarawiyyīn library in Fes, which contains a *maghāzī* work from the Almohad period titled *Kitāb al-rawḍāt al-bahiya al-wasīma fī ghazawāt al-nabawiyya al-karīma*.

Therefore, throughout this doctoral dissertation, I have shown how *jihād* and its leadership became a powerful device for the construction of authority and political justification. What I have called centralized holy war and its embodiment in the

---

<sup>15</sup> On the use of memory in the discourse of *jihād* see, for example, ANOOSHAHR, Ali – *The Ghazi Sultans and the Frontiers of Islam. A comparative study of the late medieval and early modern periods*. London-New York: Routledge, 2009; SHOSHAN, Boaz – *The Arabic Historical Tradition and the Early Islamic Conquests. Folklore, Tribal Lore, Holy War*. London: Routledge, 2016.

figure of the *ghāzī*-caliph, was but a powerful political tool manifested through the attempt to monopolize the discourse of religious violence, of *jihād*, by the different central powers that ruled in the Islamic West. I have seen how in the Umayyad Caliphate period the sources point out that holy war was an obligation, “the greatest of duties”, and that the Umayyad sovereign did not stop fulfilling it, fighting against the enemies of God. The triumph in this endeavour, moreover, brought safety as well as well-being to his population, according to the chroniclers.

Likewise, this position as a defender of Islam and its community was one of the main reasons that justified the *auctoritas* that he possessed. The campaigns launched by the Cordovan power were a magnificent political asset with a strong discursive component directed towards the internal audience. It is not surprising that, when describing the government of ‘Abd al-Raḥmān Sanchuelo, the chroniclers commented that, under his rulership, the war expeditions ceased, the civil war was declared and the dynasty was destroyed, thus transmitting the idea that it was the victorious leadership of holy war –even though the sovereign did not physically lead the campaign, as in the case of al-Ḥakam II– which had prevented the disintegration of al-Andalus.

That is to say, that *jihād* and its discursive performance must be understood not as a reflection of a permanent confrontation between religions, but as one of the power tools that Cordova had, which served diverse purposes. Therefore, although the main enemies in the discursive articulation of *jihād* and its leader, the *ghāzī*-ruler, were the infidels, throughout the Umayyad period holy war was also directed against other opponents who, *a priori*, were not Christians. They were discursively turned into enemies of God through a policy of *takfīr*, usually implicit, although sometimes quite explicit, and in that way the war carried out against them was sacralised.

Similarly, holy war was also an effective tool for centralization and for the control of the frontier: the fight against the infidel served as a justification framework for the control and submission of centrifugal powers, thus becoming a powerful



element of cohesion whose main aim was, on many occasions, more internal than external.

On the other hand, I have shown how the discourse of centralized holy war was completed and presented through a series of rituals and symbols –a protocol of *jihād* that I have analysed through elements such as exhortations, parades, banners, announcement of victory or the creation of a particular season for the fight against the infidel– that allowed the sacredness of its actions to be recognizable and recognized by the audience.

In the Taifa era, a period characterized more by the struggle between the different rulers and the pacts with the Christian kingdoms than by the leading of *jihād*, there are some traces suggesting that, despite this negative context, the discourse of holy war and the use of the figure of the *ghāzī*-ruler continued to be an effective ideological device. However, this could only be implemented on limited occasions, due to the situation of political fragmentation and the Christian advance of the period. The paradigmatic example is that of the reconquest of Barbastro, where al-Muqtadir, presented as king-warrior, obtained great legitimacy and authority with his victory.

The model of centralized holy war reappeared strongly with the Almoravids, a dynasty linked from its origins to the conduction of *jihād*. Its fulfilment, headed by Yūsuf b. Tāshufīn, winner of the battle of Zallāqa, was the most repeated argument by the sources to justify the arrival and conquest of the Iberian Peninsula by the Berber Empire. Likewise, with the Almoravids the combination of *jihād* with asceticism in the case of centralized holy war is observed for the first time. The appearance of this binomial –more related to an individual character of *jihād*– makes visible the transmission of notions between the centralized and decentralized models of holy war.

In this period, *jihād* was also an effective tool of centralization, of unification of the different independent Islamic powers that operated in the region. In this sense, the

Almoravids justified their conquest of the Taifa territories due to their failure in the realization of holy war, as well as their rebellion. For this aim, and as can be seen in the *fatwa* with which al-Ghazālī responded to the request of Abū Muḥammad b. al-‘Arabī, they came to sacralise the fight against the Andalusī rulers.

Although in the Taifa period we find almost no ritualization of holy war –or at least the sources do not depict it, perhaps due to the shortage of campaigns of this type–, under the Almoravid rule this phenomenology of *jihād* is recovered. However, it will do so to a lesser extent than in the Umayyad period, maybe because of the lack of contemporaneity of the sources we have available to carry out the analysis, owing to the loss of the Caliphate dignity, or to a lower consolidation of the organizational and administrative structures of the Almoravid power.

As for the Almohad period, holy war and the figure of the *ghāzī*-sultan were one of the main axes of this movement, reaching absolute levels. Since the beginning, this image of the warrior-ruler appears in Ibn Tūmart’s depiction in the sources, although this idea will be best shaped by his successors, ‘Abd al-Mu‘min, Abū Ya‘qūb Yūsuf and Abū Yūsuf Ya‘qūb al-Manṣūr. After Las Navas and the death of al-Nāṣir, it seems that this political and rhetorical discourse was abandoned, although some evidence leads me to think that the appeal to holy war might have continued to be an effective legitimation tool for the caliphs.

Once more, the Almohad period shows, perhaps more clearly than any other through the progressive process of *ḥisba*, *takfīr* and, finally, *jihād*, that holy war and its discursive performance not only served to confront the infidels and obtain significant legitimacy, but it was also a powerful tool for the unification of the Islamic territory and for cohesion and centralization of power. All those Muslims who did not adhere to the Almohad movement and who did not recognize their power, were converted into infidels, and the struggle against them was sacralised. The Almoravids and Ibn Mardanīsh were the main victims of this policy.

The power with which the Almohads launched the centralized holy war model and its ritualization even exceeded that of the Umayyad caliphate. The recovery of the Caliphal dignity, together with the development of an enormous level of war religiosity, made the *jihād* “protocol” to be intensely developed. The vanguard of the Almohad army, the so-called *sāqa*, is the best example of this process.

However, as I have stated, so that violence can be justified through religion, and in order to define holy war as a political tool, its discourse needs to be effective: it must produce a result in the audience to whom it is addressed, who must accept and adhere to that speech legitimizing violence and the authority that it confers.

In this sense, I have shown how the different powers analysed used various devices to address their audience and to attract and link it to the discourse of holy war, an ideology that, therefore, would be alive and effective amongst the Andalusí society. The pre-campaign parades, for example, were used by the ruler as propaganda to demonstrate that he fulfilled his duty to conduct *jihād*, and also served as a public ostentation to “propitiate the spirits of the people”<sup>16</sup>, that is, to involve his community in his warlike actions, thus obtaining legitimacy through popular support.

Another of the procedures was the sending of letters, both of exhortation to holy war and of victory, which were read in the different great mosques and that, therefore, were addressing the whole of the *umma*. If these public readings were not effective, what was the point of its performance? A good example is the Almohad *kutub al-fath*, or the letter written in Marakech by the Almoravid *kātib*, Ibn Abī al-Jiṣāl, on March 25<sup>th</sup> of 1114 on behalf of the emir ‘Alī b. Yūsuf, and addressed to the entire people of al-Andalus. In this text, among other things, *jihād* was exhorted and believers were asked to beg God for the triumph.

---

<sup>16</sup> IBN ḤAYYĀN – *Al-Muqtabas V. Al-Muqtabas li-Ibn Ḥayyān al-Qurṭubī (al-juz’ al-khāmis)*. Eds. Pedro Chalmeta, Federico Corriente y Mahmud Şubḥ. Madrid-Rabat: Instituto Hispano-Árabe de Cultura-Kulliyat al-Ādāb, 1979, p. 157.

Victory rituals were also part of this same phenomenon that suggests that the Andalusí society, or at least a part of it, was fully involved in that ideology of holy war. The sources even show us the attendance to these ceremonies of scholars that travelled long distances for it. The ritualization of the architecture where these ceremonies were carried out in the Almohad era, through its decoration with inscriptions related to *jihād*, would have helped to complete this process.

Along with the centralized model of *jihād*, a decentralized model of the fight against the infidel appeared, which also gave legitimacy to its protagonists, questioning and thus limiting the authority of the rulers through the disputation of the monopoly of the leadership of holy war.

In the Umayyad case, for instance, this peripheral model is observed clearly through the figure of the governors or lords of the frontiers, and of the volunteers who settled in the *thughūr*. Linked to this, and through the circulation and analysis of works, such as al-Fazārī's *Kitāb al-siyar* or Ibn Abī Zamanīn's *Kitāb qudwat al-ghāzī*, the merits of those who participate in combat, the bonding of asceticism with *jihād*, or the correct intention, *niyya*, of the combatant, I have also traced the existence of a certain "individual" nature of holy war. Undoubtedly, this phenomenon is perfectly illustrated in the figure of the scholar-warriors. A significant number of members of the religious and intellectual elite of al-Andalus participated in war activities, many of them considered as *jihād*, as volunteers, thus contributing to the existence of that holy war of "individual" tendency. Moreover, I have been able to verify that the notion of the fight against the infidel and in defence of Islam as a socially meritorious war that granted prestige and recognition, existed among Andalusí society. The fulfilment of *ribāṭ* is also part of this reality, an issue that I have been able to analyse through the examples found in the different biographical dictionaries. The privileged area for this practice, undoubtedly due to the number of settlements and the amount of military activity that was taking place, was the northeast corner of the Iberian Peninsula, around the eastern sector of the Duero River and along the Ebro.

Throughout the chapters of this doctoral dissertation, I have also analysed the specific language of holy war, its features and its own symbology. The three fundamental discursive elements that I have examined are martyrdom, the best image of the salvific character of the struggle; the divine help in battle represented through symbols such as *takbīr*, premonitory dreams or the appearance of angels; and the performing of the victory of the true faith through the purification of the enemy and his possessions. The presence of these features, to a greater or lesser degree, in the three periods analysed, have led me to conclude that, without doubt, there was an important development of *jihād* ideology in al-Andalus, and that this was a powerful discursive tool used by the different powers.

However, certain issues allow me to trace some changes in the discourses of holy war between the different periods. For example, from the eleventh century onwards, and due to the advance of the Christian kingdoms, a providentialist vision of war will be enhanced with its eschatological reading, as can be seen in the letter of Abū Muḥammad b. ‘Abd al-Barr about the fall of Barbastro, in the *Fatḥ al-Andalus*, or in the explicit appearance of the idea of “God's judgment”. Moreover, in the Almohad period I have added a fourth discursive feature that takes on special prominence: the linking of the metaphor of light –and its idea of rebirth or revival– with the ideology of holy war.

After the analysis of the different discourses of holy war and its phenomenology, symbology and representation, I have studied how the memory of the first battles of Islam was part of the ideological dimension of *jihād*. For this purpose, I have examined the data related to the production and transmission of *maghāzī* and *futūḥ* works in al-Andalus during the different periods.

In the Umayyad Caliphate era, the circulation of this type of texts was constant (mainly those of Ibn Ishāq/Ibn Hishām and Mūsā b. ‘Uqba), although works of this genre were barely written in the Andalusian territory. The memory of the *futūḥ* was transmitted not through this type of works, but through general “histories”, such as the chronicles of Khalīfa b. Khayyāṭ, al-Ṭabarī and Ibn Abī Khaythama. It seems,

therefore, that at this stage there was an important transmission of the memory of the first battles of Islam, but not a production of it, at least not mediated by texts of *maghāzī* and *futūḥ*. This remembrance was expressed in an unsystematic way, only through sporadic images that highlight the existence of that cultural memory and its use, but without a methodical nature. The best example of this phenomenon is the *urjūza* of ‘Abd al-Raḥmān III that Ibn ‘Abd Rabbihi included in his *al-‘Iqd al-farīd*. The Umayyad caliph was depicted performing the same holy war that Muḥammad had accomplished, thus renewing the triumphant and victorious cycle that the Prophet had already launched. Additionally, in the discourse of *jihād*, the instrumentalization of the memory of the first Islamic expeditions was combined with the commemoration of the “war memory” of the Umayyad dynasty itself, as I have shown through the cases of Abū Sufyān or the battle of Marj Rāḥiṭ. This issue must be linked to the historiographical process, promoted by the Cordovan court, which took place in al-Andalus in the 10<sup>th</sup> century with the composition of works such as Ibn al-Qūṭiyya’s *Ta’rīkh iftitāḥ al-Andalus*. The Umayyads attempted to reconfigure the narrative about their past and clearly bond it with the previous path of the dynasty in Damascus.

As for the Taifa and Almoravid period, there was an exponential growth in the composition and transmission of works in which the first expeditions and conquests of Islam are a main issue. The most important texts on which the memory of the Prophet’s expeditions was built remained to be the Ibn Ishāq’s/Ibn Hishām’s *Kitāb sīrat rasūl Allāh*, followed by the *Durar fī ikhtiṣār al-maghāzī wa al-siyar* by the Andalusī Ibn ‘Abd al-Barr. That is, the works produced in al-Andalus began to have importance. Regarding the *futūḥ* texts, sources of this genre did circulate in this context: for example, Sayf b. ‘Umar’s *Kitāb al-ridda wa al-futūḥ*, al-Azdī’s *Kitāb futūḥ al-Shām* or Ibn ‘Abd al-Ḥakam’s *Kitāb futūḥ Miṣr wa Ifrīqiya*. Works of this type were also produced in the Andalusī territory, such as Abū ‘Umar al-Ṭalamankī’s *Futūḥ al-Shām* or Ibn Ḥazm’s *futūḥ* epistle. It can be said that in this period there was an increase of the transmission and production of the memory of the early days of Islam, and of the remembrance of the triumph of the *umma*, thus creating a *counter-present* in response to the territorial retreat.

The work by Abū ‘Umar al-Ṭalamankī is a clear example of how the model of decentralized holy war was also legitimized through the memory of the first battles and conquests of Islam. Al-Ṭalamankī, in the framework of *ribāṭ* and of the growing Christian threat, found in the memory of the *futūḥ* the ideal vehicle for exhortation to *jihād*. Meanwhile, in his *Durar fī ikhtiṣār al-maghāzī wa al-siyar*, Ibn ‘Abd al-Barr summarized the Prophet’s expeditions through works such as those of Mūsā b. ‘Uqba and Ibn Ishāq through Ibn Hishām. The analysis of the materials he decided to include convey the idea of the importance of the defence of Islam and the need to resist infidelity in order to obtain the final triumph, particularly in times of notorious danger. That is, in recovering the figure of Muḥammad and the first Muslims, he made a call to the resistance of the *umma* in a context in which no one led *jihād* or protected the borders. Similarly, in the *Risāla fī jumal futūḥ al-islām*, Ibn Ḥazm makes use of the memory of the Islamic expansion with the aim of provoking a reaction on the Andalusī society in a period of *fitna* and retreat, a matter closely related to the revitalization trend of a certainly offensive *jihād* that he suggests in another of his works. For this aim, he underlines the need for a holy war of a centralized nature and uses the experience of figures such as that of Maḥmūd of Ghazna –whom he “turned” into a *ẓāhiri*– to give a solution for al-Andalus. In his *Jawāmi‘ al-sīra al-nabawiyya* –his summary of the Prophet’s biography–, the survival in al-Andalus of a pro-Umayyad filter when commemorating the battles of the Prophet can be perceived, a reality that could also be seen, although to a lesser extent, in Ibn ‘Abd al-Barr’s work. Moreover, contrary to the tendency observed in the *Durar*, Ibn Ḥazm’s text seems to bet more on an unlimited *jihād*.

In the Almoravid context, a recontextualization of the first battles of Islam was carried out related to the conduction of holy war by the ruler. As in the Umayyad period, this commemoration did not occur through a specific production of works, but through a series of images meaningful for the Islamic cultural memory, such as the comparison of the battles of Yarmūk, al-Qādisiyya or Badr with the victory of Zallāqa, which are displayed, above all, in the historiographical discourse.

In the Almohad period, the linking of the centralized holy war with the memory of the first battles of Islam, through the production of specific works on this theme, reached its peak. Moreover, the general use of memory as a discursive and legitimizing tool reached its zenith, an issue that undoubtedly has to do with the fact that the *Mu'minid* movement presented itself as the rebirth of a golden age. I have studied this recontextualization of the past, and particularly its connection with the *jihād* discourse, by analysing several elements: the creation of a parallel with the life of the Prophet; the recovery and imitation of the early days of Islam; the recourse to the Andalusian past through the Umayyad memory, the revival of the *fath al-Andalus*, and the memory of the great Iberian battles; the remembrance of the Almohad period itself; and the commemoration of the first battles of Islam.

As for the number of transmissions of *maghāzī* and *futūḥ* works, it remains quite stable with respect to the Taifa-Almoravid period, taking into account that the latter was longer. However, the production of this type of works almost doubled. The most important texts on the expeditions of the Prophet remained to be Ibn Ishāq's/Ibn Hishām's *Kitāb sīrat rasūl Allāh*, followed by texts written in al-Andalus such as al-Suhaylī's *Kitāb al-rawḍ al-unuf fī sharḥ al-sīra li-Ibn Ishāq*, composed in the Almohad period itself, and Ibn 'Abd al-Barr's *Durar fī ikhtisār al-maghāzī wa al-siyar*. On the other hand, the works dedicated to the life of Muḥammad produced in al-Andalus were of various types, thus confirming the interest in this topic in the Almohad era: from exegetical comments of Ibn Ishāq/Ibn Hishām's *Sīra*, like that of al-Suhaylī, to works directly dedicated to narrating the *maghāzī*, such as those of al-Kalā'ī and Ibn al-Qaṭṭān. Secondly, *futūḥ* texts such as al-Azdī's *Kitāb futūḥ al-Shām* and Sayf b. 'Umar *Kitāb al-ridda wa al-futūḥ* continued to be transmitted, and al-Balādhurī's *Kitāb futūḥ al-buldān* reached al-Andalus for the first time. Likewise, works of this genre were also composed in the Almohad context itself, specifically the *Kitāb al-ghazawāt* by the Andalusian Ibn Ḥubaysh and al-Kalā'ī's *Kitāb al-iktifā'*.

Regarding these works, Ibn Ḥubaysh's and Ibn al-Qaṭṭān's were directly commissioned by the Almohad caliphs, a phenomenon that we had not testified so far in any of the previous periods analysed and that shows the degree of the use by



the *Mu'minids* of the memory of the first battles of Islam. However, this discourse, although it was emphasized to the maximum, is not original, since it must be rooted in the process of revitalization and commemoration of the *maghāzī* and the *futūh* initiated in the eleventh century by authors such as al-Ṭalamankī. That is, the Almohads, in their policy of updating the early days of Islam, understood as a golden age, brought to its maximum splendour a trend that had begun previously.

Thus, Ibn Ḥubaysh's *Kitāb al-ghazawāt*, in addition to participating in the *Mu'minid* attempt to build its project as a return to a pure origins, also played an important role within Abū Ya'qūb Yūsuf's ideology of *jihād* –and its exhortation–, for whom the work was written. As for al-Kalā'ī's *Kitāb al-iktifā' fī maghāzī al-muṣṭafā wa al-thalātha al-khulafā'*, it was written in a context of setback and decomposition of the Almohad power in al-Andalus and the Maghreb, situation in which this work is presented as an instrument with which to seek, through the example of the Prophet and the first Muslims, the individual war effort of each believer. Finally, Ibn al-Qaṭṭān's *Kitāb al-rawḍāt al-bahiya al-wasīma fī ghazawāt al-nabawiyya al-karīma*, became one of the discursive tools with which the caliph al-Murtaḍā, through the creation of a parallel between the times of the Prophet, those of Ibn Tūmart, and his own, tried to revitalize a dying Almohad movement.

In conclusion, contrary to the generalized historiographical cliché that has been discussed before, I believe that the discourses of holy war were fully active, in force and rooted in al-Andalus between the 10th-13th centuries. Likewise, these were not a mere rhetorical tool used by the central powers without any echo on the *umma*. On the contrary, the society of the Islamic West adhered to these discourses, making them a source of legitimacy and authority, and even participated in them, as I have shown, mobilized through the existence of an “individual” notion of *jihād*. The presence, as have been shown, of a remarkable “culture of martyrdom”, also evidences that reality. Moreover, these discourses were deeply developed through their ritualization, symbology and phenomenology. It can also be stated that the memory of the first battles of Islam

was a fundamental discursive component of this reality, an element that helped its legitimacy and its strength as a power tool.

For all these reasons, I think that it is not possible to assert, as has been done, that the lack of *jihād's* ideology was one of the reasons for the scarce militarization of Andalusí society –something that undoubtedly need also to be clarified– and, above all, it is not possible to argue that was one of the causes of the impossibility to resist the Christian advance. Likewise, if we approach some of the specific arguments that have been made in this regard, we will realize that they are not quite solid. Let me take a look on three of them. As I have mentioned, Noth and Urvoy defended the almost total non-existence of scholar-warriors in al-Andalus, something that I have denied through the analysis of several biographical dictionaries. Not only there were scholars that participated in war activities, but also this fact granted social prestige. Also, Urvoy, and subsequently, Guichard, affirmed that Andalusí '*ulamā'*, such as Ibn Ḥazm, were unable to propose a renewed vision of the idea of holy war with which to try to curb Christian advance. In this regard, I have shown how the Cordovan scholar himself, among others, proposed a new reading of *jihād*, oriented to the resistance against the infidel, not only in his legal works but also in his texts of *maghāzī* and *futūḥ*. The different works of this typology that I have analyzed for the Taifa-Almoravid and Almohad periods must be understood in this sense, that of a renewal and revitalization of the discourse of *jihād* by the religious elites and the different powers.

On the other hand, authors like Guichard have also argued that comparing the situation of the Islamic West with that of the East evidences this lack of ideology of holy war in al-Andalus. However, a careful analysis of both realities shows that they share many of the elements I have been examining. The figure of the *ghāzī*-ruler developed equally with rulers such as Nūr al-Dīn and Saladin<sup>17</sup>, who likewise used the link between asceticism and *jihād*<sup>18</sup>; there was an equivalent ritualization

<sup>17</sup> ALBARRÁN, Javier – *El sueño de al-Quds. Los musulmanes ante la conquista cruzada de Jerusalén (1099-1187)*. Madrid: La Ergástula, 2017, pp. 79, 115, 163.

<sup>18</sup> ALBARRÁN, Javier – *El sueño de al-Quds...*, pp. 115, 163.

and phenomenology of the holy war<sup>19</sup>; the appearance in the sources of volunteers is similar<sup>20</sup>; the importance of the *niyya* in warlike context was emphasized<sup>21</sup>; faced with a situation of growing threat, the providentialist conception of war was underlined<sup>22</sup>; and the memory of the first battles of Islam was an important element of *jihād's* discourse<sup>23</sup>. Moreover, at both ends of the Mediterranean, the rulers commissioned works related to holy war, which were even transmitted amongst both territories. That is, if the so-called “counter-crusade” triumphed in the East, it was not because there was a greater spirit of holy war or because this ideology was more developed, but simply because the political situation was very different.

Finally, many of these holy war features were shared between not only the Islamic West and the East, but also between other religious traditions, as I have noted throughout this dissertation. The symbology of the Christian holy war, its discourse, its phenomenology and its ritualization had much in common with the reality of *jihād*. There is no doubt that both traditions, with a common anthropological substrate, were in permanent contact and fed each other, thus creating a transcultural discourse and culture of holy war.

---

<sup>19</sup> ALBARRÁN, Javier – “He was a Muslim knight who fought for religion, not for the world’. War and religiosity in Islam: A comparative study between the Islamic east and west (12<sup>th</sup> century)”. *Al-Masaq: Journal of the Medieval Mediterranean* 27/3 (2015), pp. 191-206.

<sup>20</sup> ALBARRÁN, Javier – “He was a Muslim knight who fought for religion, not for the world...”, pp. 191-206.

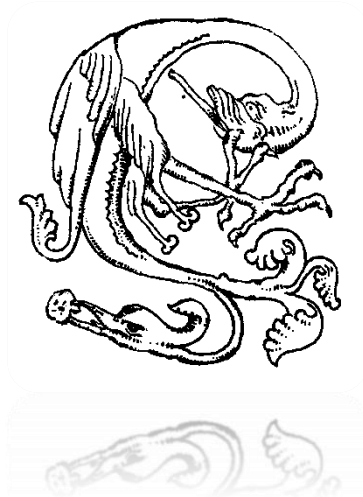
<sup>21</sup> ALBARRÁN, Javier – *El sueño de al-Quds...*, p. 68.

<sup>22</sup> ALBARRÁN, Javier – *El sueño de al-Quds...*, p. 68.

<sup>23</sup> Ibn al-Zakī (d. 1192), the preacher in charge of giving the victory sermon after the conquest of Jerusalem by Saladin, said: “You have renewed for Islam the glorious days of al-Qādisiyya, of the battle of Yarmūk, of the siege of Khaybar and the impetuous attacks of Khālid b. al-Walīd”. IBN KHALLIKĀN – *Kitāb wafayāt al-a’yān wa anbā’ abnā’ al-zamān*. Trans. Barón De Slane. Paris: Oriental translation fund of Great Britain and Ireland, 1843-1871, vol. II, pp. 635-636.

**COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:**

ALBARRÁN IRUELA, Javier – “*The Discourses of Holy War and the Memory of the First Battles of Islam. Al-Andalus, 10th - 13th centuries*. Tese de doutoramento em História Medieval, apresentada à Universidad Autónoma de Madrid, 2020. Orientação dos Professores Carlos de Ayala Martínez e Mercedes García-Arenal”. *Medievalista* 28 (Julho – Dezembro 2020), pp. 435-458. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



*VARIA*

*VARIES*

---





## **Materialidades e Devoções (sécs. V-XV) <sup>1</sup>**

### **Materialities and Devotions (5th-15th centuries)**

***Vincent Debiais***

École des Hautes Études en Sciences Sociales, Centre de Recherches Historiques,  
Anthropologie Historique du Long Moyen Âge  
75006 Paris, France

[vincent.debiais@ehess.fr](mailto:vincent.debiais@ehess.fr)

<https://orcid.org/0000-0002-3397-4421>

Data recepção do artigo / Received for publication: 27 de Março de 2020

---

<sup>1</sup> Texto originalmente publicado em 14/12/2019 no blogue *de visu – cultures visuelles du Moyen Âge en perspectives*, consultável em: <https://devisu.hypotheses.org/351>. Tradução de Miguel Metelo de Seixas (IEM – NOVA FCSH).



Entre os dias 6 e 9 de Novembro de 2019, teve lugar no Mosteiro da Batalha (Portugal) um vasto congresso dedicado ao tema "Materialidades e Devoções". Reunindo mais de sessenta investigadores provindos de uma dúzia de países diferentes, este evento muito concorrido propôs aos participantes o questionamento da dimensão objectal da relação com o divino no contexto de uma longa Idade Média, percorrendo, de leste a oeste e de norte a sul, uma extensa Europa. Foi uma oportunidade para descobrir ou redescobrir imagens e artefactos que medeiam ou traduzem várias formas de devoção.

Livros, cálices, móveis, tectos, pinturas monumentais, vestes, amuletos, túmulos, relicários, letreiros. Os cerca de 2.000 diapositivos que desfilaram durante quatro dias pelos auditórios do mosteiro da Batalha não esgotaram decerto a diversidade material da Idade Média, mas permitiram apreciar a variedade dos materiais utilizados, das técnicas dominadas, dos conhecimentos mobilizados e, mais geralmente, dos meios humanos e económicos envidados para produzir os objectos postos em acção no contexto das devoções medievais. Esta inesgotável diversidade de formas requer o uso da forma plural para todos os descritores de tais fenómenos: devemos falar de devoções, religiosidades, liturgias, experiências rituais que ocorrem em contextos culturais e sociais precisos, determinados por uma série de factores históricos que não podem ser reduzidos a um modelo único de relações entre objecto e devoção.

Não era intenção dos organizadores do colóquio da Batalha, naturalmente, propor tal análise estrutural, que empobreceria necessariamente a especificidade do discurso em imagens, a empatia própria de cada acto de devoção, as condições particulares - porque sociais - dos rituais medievais. Por esta razão, Miri Rubin (Queen Mary, University of London), na conferência plenária que pronunciou, teve o cuidado de não "concluir" o colóquio, preferindo apresentar um exercício de autocrítica em relação ao seu importante livro *Corpus Christi. The Eucharist in Late*



*Medieval Culture* (Cambridge, 1991) mediante o prisma das tendências historiográficas actuais: a activação dos sentidos, o género de práticas devocionais, uma abordagem antropológica da liturgia, a dimensão performativa dos rituais, a espacialidade e os objectos de culto...

Este balanço pleno de pistas ainda por explorar no estudo da cultura material medieval veio, de forma geral, revelar a forma como o *material turn* tem tendido - e por vezes continua a fazê-lo - a esvaziar dois aspectos que são, no entanto, fundamentais na relação com o divino. O primeiro diz respeito à dissimulação do social pelo material. Poder-se-ia esperar que a atenção dada aos objectos, ao seu valor, ao seu significado, à sua função, conduzisse a investigação para o ser humano que encomenda, fabrica, vende, compra, manipula, conserva, destrói, transmite o artefacto; esperar-se-ia finalmente uma incorporação do objecto na esfera social e a sua instituição nas relações entre indivíduos e grupos: relações comerciais, relações de poder, relações estéticas... Contudo, as comunicações apresentadas na Batalha mostraram que tal raramente acontece: as imagens, as formas colectivas ou individuais de devoção, os objetos existiriam por si próprios, desencarnados, instrumentos fora-de-solo de práticas capazes de dispensar qualquer ancoragem no mundo vivido. Em semelhante contexto, o manuscrito não precisa nem de leitor nem escriba, tal o livro cerimonial dispensa qualquer liturgia, a imagem qualquer espectador, o relicário qualquer relíquia, a igreja qualquer comunidade, o material quaisquer propriedades. O segundo esvaziamento diz respeito à dimensão espiritual da relação dos objetos com o divino. A atenção prestada à cultura material da prática religiosa amputa a dimensão transcendente de tal experiência. A devoção, a contemplação, a oração, a meditação, quando consideradas por via dos objectos e das imagens que as medeiam, vêem-se amiúde reduzidas a uma acção desprovida de efeito, ou então a uma eficácia de ordem mágica. Tudo acaba por se passar como se a cultura material não pudesse conter em suas formas as intenções espirituais dos homens e das mulheres da Idade Média. O recurso ao conceito de *affordance*, formulado no final dos anos 70 por James Gibson, entre outros, permite-nos por um lado pensar o objecto e o homem nas possibilidades das suas interacções, mas acaba por reduzir a função da cultura

material a quanto ela autoriza no campo mecânico; desaparece de tal análise, logo, tudo quanto ela induz necessariamente no campo imaterial da relação com o transcendente, a qual, devido ao seu carácter inefável, se torna, portanto, resistente à abordagem historiográfica.

Estas duas tendências – o objeto como extra-social e o objeto como uma intranscendência – constroem de facto uma abordagem museográfica das materialidades; artefactos pensados sem contexto e sem efeito, exibidos na vitrine de uma abordagem abertamente dessacralizada; uma colecção de objectos que são apenas rasto e traço de si próprios, que não se reenviam a nada que possa, de uma ou outra forma, escapar ao historiador. Esta é uma visão assaz redutora – e, portanto, falsa – do que a antropologia histórica tem permitido tirar da exploração das fontes materiais da Idade Média. E foi sobre isto, aliás, que Jean-Claude Schmitt (École des hautes études en sciences sociales, Paris) insistiu na sua palestra inaugural. Tal como Miri Rubin – é interessante notá-lo de um ponto de vista retórico e heurístico – Jean-Claude Schmitt optou também por comentar um trabalho essencial sobre esta questão da ligação entre materialidades e devoções, o livro *Christian Materiality* de Caroline Walker Bynum (New York, 2011). Este orador situou, assim, o paradigma da Encarnação no centro da ligação entre visível e invisível, não separando, na relação com o real, quanto releva da experiência dos sentidos (o ritmo marcado pelos sinos, o contacto das imagens...) e da transcendência que ela sinaliza.

Claro que é caricatural extrair de tal forma estas duas tendências do programa riquíssimo do colóquio, e as comunicações apresentadas na Batalha proporcionaram de facto muitas pistas de investigação para pensar as devoções medievais. Entre tais pistas, podem assinalar-se três temáticas transversais. A primeira diz respeito aos fenómenos do efémero. A concepção museográfica dos objectos leva-nos, por inércia, a pensar neles num quadro de estabilidade e permanência que é, na realidade, estranho à encenação destes objectos e imagens. É preciso, pelo contrário, considerar uma alternância entre exposição e confinamento, entre manipulação e repouso, entre instalação definitiva e mostra

temporária. A cultura material, inclusive na sua utilização devocional, assume uma fluidez de princípio que se manifesta de forma evidente nas cerimónias pontuais da liturgia (paramento do altar, instalação de “decoreção”, alternância das cores litúrgicas), mas que se manifesta também noutros domínios (deposições funerárias de objectos litúrgicos, transformação de objectos quotidianos em “reliquias”, entesouramento de manuscritos). A segunda temática transversal é a da tensão entre símbolo e instrumento. Várias comunicações insistiram no facto de que os objectos e as imagens manipulados no quadro das práticas devocionais não passavam afinal de símbolos, sinais tangíveis de uma entidade inatingível da qual eles manifestavam desde logo a existência, e em seguida a presença no mundo sob uma determinada forma: o crucifixo para Cristo, o relicário para o respectivo santo, o vinho para o sangue, o livro para a palavra. Ao mesmo tempo, estes sinais constituem os instrumentos do procedimento devocional, que permite atingir pela mediação dos sentidos aquilo que está fora de si, fora do mundo. Ora, tal tensão vem interrogar o estatuto do próprio objecto: o cálice permanece cálice fora do sacrifício eucarístico? O que dizer das imagens pintadas num manuscrito quando o livro se encontra fechado? É esta tensão que subjaz ao conceito de *agency* de Alfred Gell quando descreve o processo de virtuosidade activo na eficiência do objecto. O que nos leva à terceira temática, que diz respeito à dimensão multimodal dos objectos de devoção que operam sempre na matéria e simultaneamente além dela, mobilizando diversos sentidos, gestos, movimentos, para a elaboração de discursos complexos. A devoção apresenta-se, assim, ligada por natureza ao conceito de *performance* que coloca o objecto em relação com aquilo que ele permite atingir. A multiplicação das impressões materiais da devoção (insígnias de peregrinação, imagens votivas, medalhas, ex-votos) testemunha a necessidade de apropriação de objecto e imagem, de incorporá-la, de transformar a matéria em corpo, por fim, na prática devocional, numa espécie de gigantesca analogia cristã do processo eucarístico.

O quadro monumental do mosteiro da Batalha forneceu um eco peculiar a estas questões históricas e antropológicas. Uma organização sem mácula, debates de bom nível e trocas intensas contribuíram para que estas jornadas decorressem

num clima estimulante. No final, o conceito de objecto ou de imagem devocional continua a alimentar muitas questões quanto à sua pertinência para as culturas cristãs do Ocidente medieval e para as suas traduções na matéria e no visual.

**COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:**

DEBIAIS, Vincent – “Materialities and Devotions (5th-15th centuries)”. *Medievalista* 28 (Julho-Dezembro de 2020), pp. 461-466. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.





## Investigando os cancioneiros medievais galego-portugueses – novas pistas de trabalho\*

### New research trails on medieval galician-portuguese songbooks

(a) *Margarida Leme*, (b) *Graça Videira Lopes*

Unoversidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,  
Instituto de Estudos Medievais  
1070-312 Lisboa, Portugal

(a) [mleme@netcabo.pt](mailto:mleme@netcabo.pt)

<https://orcid.org/0000-0002-0726-0572>

(b) [gvl@fcsh.unl.pt](mailto:gvl@fcsh.unl.pt)

<https://orcid.org/0000-0002-9213-2910>

Data recepção do artigo / Received for publication: 2 de Abril de 2020

---

\* Este estudo insere-se no âmbito do projeto *STEMMA. Do canto à escrita – produção material e percursos da lírica galego-portuguesa* (PTDC/LLT-EGL/30984/2017), projeto cujo site está disponível em <https://stemma.fcsh.unl.pt/>.



No âmbito do projeto “STEMMA - Do canto à escrita: produção material e percursos da lírica galego-portuguesa” (PTDC/LLT-EGL/30984/2017), decidimos partilhar, desde já, alguns dados que a investigação até agora desenvolvida nos permitiu apurar. São dados que dizem respeito

1) ao percurso moderno do Cancioneiro da Ajuda, tanto no que se refere ao próprio manuscrito, como às suas cópias mais antigas e

2) a António Ribeiro, o célebre «*quel da Ribera*» citado por Angelo Colocci numa conhecida nota manuscrita que se encontra numa das suas miscelâneas (*Vat. Lat.* 4817), e que teria sido o portador do «*libro di portughesi*» aí também referido, decerto o cancionero perdido a partir do qual Colocci mandou fazer as duas cópias sobreviventes (os hoje designados Cancioneiro da Biblioteca Nacional e Cancioneiro da Vaticana).

Trata-se, em ambos os casos, de dados novos e que consideramos interessantes, até por dizerem respeito a matérias onde a escassez documental é quase a regra. Embora preliminares, a sua publicação nesta breve nota parte da nossa certeza de que a circulação da informação entre a comunidade dos especialistas e demais interessados é um instrumento fundamental para o avanço científico.

## **1. O percurso moderno do Cancioneiro da Ajuda: alguns contributos**

### **1. 1. O Cancioneiro da Ajuda esteve em Tomar?**

Ignorado durante séculos, o Cancioneiro hoje designado da Ajuda irá aparecer, cerca de 1810, na biblioteca do Colégio dos Nobres<sup>1</sup>. Desconhece-se como terá

---

<sup>1</sup> Instituído em 1761 com a designação de Colégio Real de Nobres, teve os seus estatutos publicados na mesma data. Neles se estabelece, nos títulos XVIII e XIX, que o colégio terá não só um cartório como uma livraria (biblioteca). Cf. AGUILAR, Manuel Busquets de – *O Real Colégio de Nobres (1761-1837)*. Lisboa: Tip. da Ciência Penitenciária de Lisboa, 1935. O fundo primitivo da biblioteca terá sido constituído pelos livros duplicados da Biblioteca Real e por aqueles que haviam pertencido aos

chegado à referida biblioteca, aventando-se geralmente a possibilidade de ter pertencido a algum colégio jesuíta, uma vez que o Colégio dos Nobres se instalou, depois da sua instituição em 1761, na casa que havia sido o Noviciado da Cotovia, da Companhia de Jesus (expulsa de Portugal em 1759)<sup>2</sup>.

O percurso desse Cancioneiro, desde a sua execução, em finais do século XIII até ao seu reaparecimento moderno, tem sido estudado por diversos autores<sup>3</sup>. O que se traz hoje aqui é apenas mais uma hipótese para a determinação desse percurso, na sua vertente moderna.

Já Carolina Michaëlis, no seu magno estudo sobre o Cancioneiro da Ajuda, e no capítulo dedicado ao elenco de todas as referências históricas ao mesmo<sup>4</sup>, cita um texto, datado de 1846, do erudito francês Ferdinand Denis (1798-1890), que refere a possibilidade de ter existido no final do século XVIII, no Convento de Cristo em Tomar, um cancionero de D. Dinis. A referência de D. Carolina é muito breve e sem qualquer comentário adicional. A investigação que temos vindo a desenvolver permitiu-nos agora completá-la com alguns dados novos. Assim, foi-nos possível apurar que já muito antes, em Outubro de 1800, o viajante inglês Robert Southey<sup>5</sup>

---

extintos colégios jesuítas. Cf. CARVALHO, Rómulo de – *História da fundação do Colégio Real dos Nobres de Lisboa*. Coimbra: Atlântida, 1959.

<sup>2</sup> Mas é interessante anotar que o Catálogo do Colégio dos Nobres integra o Cancioneiro como um «acrescento» ao catálogo inicial (CEPEDA, Isabel – “Antiga cota do Cancioneiro da Ajuda.” in *À volta do Cancioneiro da Ajuda. Actas do colóquio «Cancioneiro da Ajuda (1904-2004)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2016, pp. 65-66. [Consultado a 27 Março 2020]. Disponível em [https://books.google.pt/books?id=VqbCCwAAQBAI&pg=PA61&lpg=PA61&dq=Isabel+Cepeda+%22Antiga+cota&source=bl&ots=NDel5ZysQS&sig=ACfU3U1UkV6aRhcTWc4i188lo\\_bXU-84HQ&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKewikkKeX2MToAhXQx4UKHffkCjEQ6AEwCnoECAkQAQ#v=onepage&q=Isabel%20Cepeda%2C%20%22Antiga%20cota&f=false](https://books.google.pt/books?id=VqbCCwAAQBAI&pg=PA61&lpg=PA61&dq=Isabel+Cepeda+%22Antiga+cota&source=bl&ots=NDel5ZysQS&sig=ACfU3U1UkV6aRhcTWc4i188lo_bXU-84HQ&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKewikkKeX2MToAhXQx4UKHffkCjEQ6AEwCnoECAkQAQ#v=onepage&q=Isabel%20Cepeda%2C%20%22Antiga%20cota&f=false)

<sup>3</sup> Cf. por todos, VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de – *Cancioneiro da Ajuda*. Halle: Max Niemeyer Buchdruckerei des Weisenhauses, 1904, 2 vols.; ARBOR ALDEA, Mariña; PULSONI, Carlo – “Il «Cancionero da Ajuda» prima di Carolina Michaëlis (1904).” *Critica del Testo* 2 (2004), pp. 721-789; RAMOS, Maria Ana – *O Cancioneiro da Ajuda: confecção e escrita*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2008, 2 vols. Tese de Doutoramento.

<sup>4</sup> VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de – *Cancioneiro da Ajuda... Vol. 2*, pp. 235-236.

<sup>5</sup> Robert Southey (1774-1843), filho de um negociante de Bristol, foi um escritor, historiador e poeta que se especializou na História de Portugal e do Brasil. Esteve por duas vezes em Portugal, em 1796 e em 1800-1801. De ambas as vezes esteve instalado em casa de seu tio Robert Hill (1749-1828), capelão da feitoria inglesa em Lisboa entre 1782 e 1807. A sua correspondência está disponível em [http://romantic-circles.org/editions/southey\\_letters](http://romantic-circles.org/editions/southey_letters). [Consultado a 27 Março 2020]. Cf. também SOUTHEY, Robert – *Journals of a residence in Portugal, 1800-1801 and a visit to France*,

enuncia a mesma hipótese, mas, neste caso, citando como fonte dessa informação Francisco Dias Gomes (1745-1795), um poeta e crítico literário então muito reputado<sup>6</sup> (e que foi também a fonte da nota posterior de F. Denis, como este nos diz<sup>7</sup>). Dias Gomes escreve, de facto, num texto publicado em 1793 nas *Memórias da Litteratura Portugueza*<sup>8</sup>:

“Deixemos também as Poesias anteriores ao Século de quinhentos, muitas das quaes existem em algumas bibliothecas antigas, **como as d’ElRei D. Diniz na do Convento da Ordem de Christo em Thomar**, e outras andão empregadas no célebre Cancioneiro de Resende, collecção preciosa, donde se podem extrahir as maiores luzes a respeito da natureza, e origem da nossa Poesia”.

Dias Gomes não refere a fonte para esta sua informação, embora o que diz um pouco mais adiante (no contexto da história crítica da língua portuguesa que se propõe fazer nessas páginas<sup>9</sup>) deixe no ar a suspeita de que terá lido e eventualmente tido contacto direto com as próprias poesias de D. Diniz (ou que acreditava serem dele):

“As Poesias dos Reis D. Diniz, D. Pedro I, e vários fragmentos de escritos daquelles tempos estão consignados em huma linguagem tão confusa e bárbara, que quasi não se entendem”<sup>10</sup>.

---

1838: *supplement by extracts from his correspondence* (ed. Adolfo Cabral). Oxford: The Clarendon Press, 1960.

<sup>6</sup> Filho de um pequeno comerciante de Lisboa, estudou na Universidade de Coimbra mas teve que regressar Lisboa por morte do pai, para dirigir o negócio da família. Embora desenvolvendo a sua atividade literária e crítica apenas nos tempos livres, foi sócio da Academia das Ciências. Vide COELHO, J. do Prado– “Francisco Dias Gomes, Crítico Literário.” *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa* 13 (1971), II Série (Separata).

<sup>7</sup> DENIS, Ferdinand – *Portugal*. Paris: Firmin Didot Frères, 1846, p. 31.

<sup>8</sup> *Memorias da Litteratura Portugueza*. Tomo IV. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1793, p. 33. [Consultado a 27 Março 2020]. Disponível em <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.b3763628&view=1up&seq=537>.

<sup>9</sup> Grande admirador de Voltaire e dos iluministas, Dias Gomes tem um olhar muito crítico sobre a Idade Média, que considera, genericamente, um tempo bárbaro. Desta forma, a literatura portuguesa começa, para ele, apenas em Sá de Miranda (como se pode ler no mesmo texto).

<sup>10</sup> Também Ferdinand Denis parece, de resto, convencido que Dias Gomes teria visto o próprio Cancioneiro em Tomar, quando, no seu texto, escreve: “Les poésies du roi Diniz, écrites à peu près dans le style dont se servit Alphonse le Sage, furent longtemps conservées à Thomar; la



Seja como for, o certo é que, aquando da sua segunda viagem a Portugal, Robert Southey se dispôs a apurar *in loco* a veracidade da informação de Dias Gomes. E assim, em Outubro de 1800, em carta dirigida ao seu amigo Charles Danvers<sup>11</sup>, escreve:

“I have business with a MSS. at Thomar – a collection of very early Poems, collected by King Diniz”.

A ida a Tomar concretiza-se apenas em Abril de 1801. Mas sem lograr, infelizmente, o que pretendia. Com efeito, escreve no seu Diário:

“I sought, as Francisco Dias Gomes directed, the Poems collected by K[ing] Diniz. They were not at Thomar, and the Fathers fancied that they had with other valuable MSS. been removed by John IV to Torre do Tombo. Adjoining the Library was a room of books and Mss. rotting with damp and scattered without any arrangement – many even on the floor”<sup>12</sup>.

As informações de que dispomos indicam, de facto, que pelo menos uma parte da documentação administrativa do Convento de Cristo (livros da Chancelaria, tombos) teve a Torre do Tombo como destino (embora apenas a partir de finais do século XVIII). Já sobre a antiga biblioteca do convento, pouco se sabe em concreto, embora, em termos gerais, se possa avaliar ter sido bastante rica<sup>13</sup>. Foi-nos, no entanto, impossível apurar, pelo menos de momento, se a informação dada pelos

---

bibliothèque du couvent de l'ordre du Christ possédait encore ce précieux dépôt en 1793”, DENIS, Ferdinand – *Portugal...*, nota à mesma p. 31.

<sup>11</sup> Charles Danvers (c.1764-1819), abastado mercador de Bristol, amigo de Southey desde a juventude. Cf. [http://romantic-circles.org/editions/southey\\_letters/people.html](http://romantic-circles.org/editions/southey_letters/people.html). [Consultado a 27 Março 2020].

<sup>12</sup> SOUTHEY, Robert – *Journals of a residence in Portugal, 1800-1801 and a visit to France, 1838: supplement by extracts from his correspondence ...*

<sup>13</sup> Dos pouquíssimos estudos sobre o assunto, destacamos o de Ana Cristina da Cunha MACHADO, o qual, versando em específico sobre o restauro de dois livros de coro sobreviventes, inclui, no âmbito do contexto geral desses manuscritos, uma breve história da biblioteca: *Estudo e intervenção de códices dos Séculos XVII e XVIII do Convento de Cristo, de Tomar*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2013. Relatório de Estágio. [Consultado a 27 Março 2020]. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/5902>.

frades a Robert Southey e relativa a uma eventual intervenção de D. João IV neste âmbito, tem alguma credibilidade<sup>14</sup>.

De qualquer forma, e como referido, alguns anos depois da viagem de Robert Southey a Tomar, o manuscrito hoje designado Cancioneiro da Ajuda será localizado no Colégio dos Nobres. E, em data indeterminada, o próprio Southey dele manda fazer uma cópia (ver ponto seguinte). Mas parece-nos, mesmo assim, que os dados acima referidos sobre a eventual passagem do manuscrito por Tomar abrem uma nova linha de investigação, que iremos evidentemente prosseguir.

## 1. 2. As primeiras cópias do Cancioneiro da Ajuda

Logo depois da notícia do aparecimento de um Cancioneiro no Colégio dos Nobres (entre 1802 e 1810)<sup>15</sup>, ele foi copiado mais do que uma vez, sendo que uma dessas cópias serviu para a sua já célebre 1ª edição, datada de 1823 e realizada por Lord Stuart<sup>16</sup>.

Essas cópias iniciais modernas, se bem que sem grande utilidade para a fixação dos textos, têm alguma relevância, porque nos permitem ter uma imagem relativamente fiel da fisionomia do manuscrito na época, antes da introdução dos fólhos posteriormente encontrados em Évora, levada a cabo por D. Carolina

---

<sup>14</sup> D. João IV era um amante de música e mesmo um notável músico, pelo que não seria impossível que se interessasse pela rica coleção de Tomar, descrita nestes termos pelo frade espanhol agostiniano Frei Hieronimo Roman (que, em 29 de julho de 1523, assistiu à cerimónia da tomada de posse do Mestrado de Cristo por D. João III). “A livreria de cantochão são quarenta tomos da maior grandeza que pode haver em pergaminho e rica e fortemente encadernados tendo ferros e cantoneiras e as demais reais e esfera e divisa e empresa dos Reis de Portugal e a Cruz de Cristo tudo com tanto primor que não há mais que pedir nem desejar...” (COTA, Cristina – *“A música no Convento de Cristo em Tomar – desde finais do séc. XV até finais século XVIII”*. Lisboa: Edições Colibri, 2007, p. 133. [Consultado a 27 Março 2020]. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/36277> .

<sup>15</sup> Descoberto pelo reitor, Ricardo Raimundo Nogueira, foi descrito por Ribeiro dos Santos, antes de 1818, em “Notícia de hum Cancioneiro inédito”, mss. 4061 e 4602 da BNL. Cf. VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de – *Cancioneiro da Ajuda...*, vol. II, pp. 2-4.

<sup>16</sup> Lord Charles Stuart of Rothesay (1779-1845), diplomata britânico, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Lisboa entre 1810 e 1814 e depois entre 1825 e 1826. Desempenhou um papel importante nas negociações que culminaram no reconhecimento por Portugal da independência do Brasil. Foi feito por D. João VI conde de Machico e Marquês de Angra (Brasil) por D. Maria II. Era embaixador em Paris em 1823 quando publicou à sua custa *Fragmentos de hum cancionero inedito que se acha na Livreria do Real Collegio dos Nobres de Lisboa*. Para referências sobre Stuart, vide RAMOS, Maria Ana – *O Cancioneiro da Ajuda ...*, vol. I, pp. 33-34, nota 4.

Michaëlis segundo um plano que está longe de ser consensual. A própria D. Carolina refere duas cópias completas precoces, uma delas mandada efetuar por Lord Stuart (e cuja localização desconhecia à data) e a outra por Robert Southey (que estaria em Berlim – cf. nº 2, adiante). E desde então pouco mais se tem avançado nesta matéria, salvo no que diz respeito à nova localização dessa cópia de Berlim, hoje em Cracóvia (por razões que se prendem com a transferência dos manuscritos de Berlim aquando da Segunda Guerra Mundial)<sup>17</sup>. Tem havido, no entanto, alguma discussão sobre a cronologia das cópias e também sobre qual delas corresponde ao manuscrito de Cracóvia. No estudo mais recente sobre o assunto, Mariña Arbor Aldea e Carlo Pulsoni, contrariando D. Carolina, defendem que se trata da cópia de Lord Stuart<sup>18</sup>, o que consideramos improvável (pelos motivos que expomos adiante). Retomamos, pois, o assunto aqui, com o resumo do que conseguimos apurar.

As cópias iniciais de A foram, a saber:

1) A que pertenceu a Lord Stuart, executada por Bernardo José de Figueiredo e Silva<sup>19</sup>, terminada em Maio de 1810 (cf. citação em baixo). Arrematada em leilão em 1855<sup>20</sup>, foi comprada pelo colecionador britânico Thomas Phillipps<sup>21</sup>, e vendida, anos após a sua morte em 1872, a alguém que se desconhece. Foi a cópia

<sup>17</sup> O estado da questão foi inicialmente feito por SHARRER, Harvey L. – “Estado actual de los estudios sobre el Cancionero da Ajuda”. *O Cancionero da Ajuda, cem anos depois. Congreso Internacional*, 25 a 28 de Maio 2004. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2004, pp. 41-54.

<sup>18</sup> “Il Cancionero da Ajuda prima di Carolina Michaëlis (1904).” *Critica del testo* VII/2 (2004), pp. 721-789. [Consultado a 27 Março 2020]. Disponível em

[https://www.academia.edu/4111484/Il\\_Cancionero\\_da\\_Ajuda\\_prima\\_di\\_Carolina\\_Micha%C3%A4lis\\_1904](https://www.academia.edu/4111484/Il_Cancionero_da_Ajuda_prima_di_Carolina_Micha%C3%A4lis_1904).

<sup>19</sup> Figueiredo e Silva foi funcionário da Torre do Tombo, habilitado a assinar cópias e certidões, pelo menos desde 1783. Cf. ANTT – Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.14, f. 309.

<sup>20</sup> *Catalogue of the Valuable Library of the Late Right Honourable Lord Stuart de Rothesay, Including Many Illuminated and Important Manuscripts ...: Which Will be Sold by Auction by Messrs. S. Leigh Sotheby & John Wilkinson, Auctioneers ... the 31st Day of May, 1855, and Fourteen Following Days.*

<sup>21</sup> Sir Thomas Phillipps (1792-1871) foi um dos maiores, senão o maior colecionador de manuscritos do seu tempo. O catálogo da sua biblioteca, que foi publicando em fascículos ao longo de mais de trinta anos, com o título *Catalogus librorum manuscriptorum in bibliotheca d. Thomae Phillips, Bt.*, contava mais de 60.000 manuscritos. Com o nº 14162 aparece o *Canzionero Portoguezoo*, cuja descrição corresponde exatamente à cópia de Lord Stuart. Em Anexo incluímos a imagem da página. A partir de 1885, a biblioteca começou a ser vendida pelo seu neto Thomas FitzRoy Fenwick, mas num processo extremamente lento, que durou mais de 50 anos. Sobre o assunto, ver <http://www.historyofinformation.com/detail.php?id=1525>. [Consultado a 27 Março 2020].

que serviu para a edição de Paris de 1823 e foi compulsada por Raynouard<sup>22</sup>, a quem Lord Stuart a emprestou, e que a descreve nos seguintes termos:

“Le chevalier Charles Stuart, ambassadeur d’Angleterre en France, avait fait prendre une copie de ce manuscrit pendant son séjour à Lisbonne. Il a bien voulu me le communiquer, et il m’a autorisé à en prendre des extraits. [...] La copie que possède le Ch. Stuart est terminée par ces mots: Copiado e conferido por mim Bernardo Jozè de Figueiredo e Silva, com faculdade regia para autenticar documentos de letra antiga. Lisboa 19 de mayo 1810. Bernardo Jozè de Fig<sup>do</sup> e Sa<sup>a</sup>”.

2) A de Robert Southey, que foi vendida, em 1844, no leilão da sua biblioteca. Poderá ser a cópia que foi executada depois de 1814<sup>23</sup> e se encontra atualmente em Cracóvia (Polónia). Adquirida por Carl Herman von Thile (1812-1889)<sup>24</sup>, foi por este doada à Biblioteca Real de Berlim, passando posteriormente para a Biblioteka Jagiellońska de Cracóvia, atualmente com reprodução disponível online<sup>25</sup>. Como esta cópia não contém qualquer informação sobre a sua execução, não pode ser a que pertenceu a Lord Stuart, terminada por Figueiredo e Silva em Maio de 1810, como já sabemos<sup>26</sup>. O próprio papel da cópia de Cracóvia tem marcas de água datadas de 1811-1814 (informação do site onde a cópia está digitalizada), o que também não se coaduna com a data de 1810.

---

<sup>22</sup> François Juste Marie Raynouard (1761-1836), historiador, filólogo e dramaturgo francês. O comentário encontra-se na obra *Grammaire comparée des langues de l’Europe latine dans leurs rapports avec la langue des troubadours*. Paris: F. Didot, 1821, p. XLI, n. 3.

<sup>23</sup> As marcas de água do papel datam de 1811-1814. Cf. <http://info.filg.uj.edu.pl/fibula/pl/content/lus-fol-1>. [Consultado a 10 Janeiro 2020].

<sup>24</sup> Diplomata alemão e, posteriormente, ministro dos negócios estrangeiros da Prússia. Como diplomata, um dos postos que ocupou foi Londres.

<sup>25</sup> Disponível em <https://jbc.bj.uj.edu.pl/dlibra/publication/380697/edition/362767/content>. [Consultado a 27 Março 2020]. No manuscrito é visível o *ex libris* de Von Thile.

<sup>26</sup> Mariña Arbor e Carlos Pulsoni argumentam que faltará a página onde esta informação se encontrava, mas o argumento não parece ter qualquer fundamento.

3) Por fim, existirá talvez uma terceira cópia anterior à edição de 1823. O olissipógrafo Gustavo de Matos Sequeira, em *Depois do Terramoto*<sup>27</sup>, refere ter visto, entre a documentação que consultou na Torre do Tombo, um *Aviso dos Governadores do Reino*, datado de 16 de Abril de 1810, dirigido ao reitor do Colégio dos Nobres, que determinava o empréstimo do Cancioneiro “a Francisco José Dias, para que dele pudesse copiar uma parte um tal Mr. Harent”<sup>28</sup>. Dada a proximidade de datas (Abril e Maio de 1810), será esta a cópia executada por Figueiredo e Silva para Lord Stuart, ou não? Até à data, não nos foi possível apurar quem seria este Mr. Harent<sup>29</sup>.

## 2. Quem era António Ribeiro?

Citado por Angelo Colocci na nota já antes referida, o nome de António Ribeiro («*quel da Ribera*») parece ser indissociável do processo das cópias italianas de um desaparecido Cancioneiro medieval galego-português. Ainda que a sua intervenção no dito processo seja lateral – simples portador do manuscrito original – António Ribeiro acaba por ganhar uma importância acrescida por ser, efetivamente, o único elemento conhecido deste misterioso percurso. Foi Elsa Gonçalves a primeira investigadora a situar a questão e a adiantar alguns dados sobre esta figura. Tratar-se-ia, sem grande margem para dúvidas, de “António Ribeiro, camarário de Clemente VII, encarregado pelo Pontífice, em 1525, de levar a Rosa de ouro ao Rei de Portugal e de lhe expor *verbis* o que o embaixador D. Miguel da Silva havia explicado *per litteras* acerca da gravíssima situação da Cristandade”<sup>30</sup>. Um pouco mais tarde, Sylvie Deswarte acrescentou novos dados à sua biografia, reforçando a

<sup>27</sup> SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *Depois do Terramoto*. Lisboa: Academia das Ciências, 1967. Vol. I, p. 308.

<sup>28</sup> Matos Sequeira não fornece a cota do documento, que até agora não foi possível localizar no ANTT.

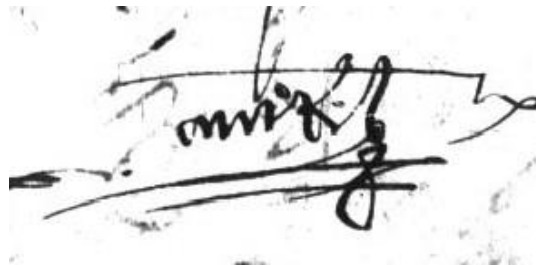
<sup>29</sup> D. Carolina refere ainda mais duas cópias, sem indicar qualquer data (mas referindo que a informação lhe chegou de Teófilo Braga), uma para o Morgado de Mateus e outra para a Casa de Villareal (*Cancioneiro da Ajuda...* p. 103). A primeira encontra-se efetivamente no espólio de Teófilo Braga (Biblioteca Pública e Arquivo Regional, Angra do Heroísmo). Cf. BITAGAP manid 4042.

<sup>30</sup> “*Quel da Ribera.*” *Cultura neolatina* 44 (1984), pp. 219-224; republicado em «Pressupostos históricos e geográficos à crítica textual no âmbito da lírica medieval galego-portuguesa: (1) «*Quel da Ribera*»; (2) *A Romaria, de San Servando*», no volume *De Roma ata Lixboa. Estudos sobre os cancioneiros galego-portugueses*. A Coruña: Real Academia Galega, 2016.

sua proximidade à notável figura de erudito humanista que foi o Bispo de Viseu, D. Miguel da Silva, uma proximidade que dataria já, pelo menos, de 1516<sup>31</sup>.

Ora, na investigação que temos vindo a desenvolver, deparámo-nos com dois homónimos, claramente diferenciados pelas assinaturas. Um deles é o António Ribeiro, próximo de D. Miguel da Silva (então já embaixador em Roma), que de Bordéus escreve ao Secretário António Carneiro, em Abril de 1516 (na carta citada por Deswarte, exatamente). Diz ele nesta carta:

“O embaixador escreve a V. M. de minha demora nesta terra e por isso não digo mais, somente que como me achar em boa disposição logo me partirei do que estou muito desejoso. E **quanto ao negócio sobre que vim de D. Miguel** já creio que terá lá recado porque por via de Lião o mandei.”



“Assinatura de António Ribeiro (I)”.

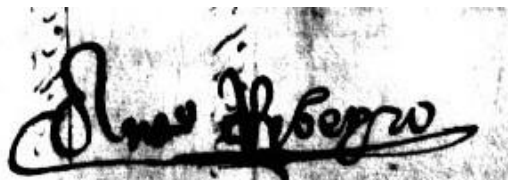
(Fonte: *Carta de António Ribeiro ao Secretário António Carneiro, de Bordéus, 18 de Abril de 1516. ANTT - Corpo Cronológico, pt.1, mc. 20, n.º 18.*)

---

<sup>31</sup> *Il Perfetto Cortegiano. D. Miguel da Silva*. Roma: Bulzoni Editore, 1989; o livro retoma e alarga um artigo aparecido no ano anterior, em DESWART, Sylvie – “La Rome de D. Miguel da Silva (1515-1525)”. Lisboa: separata de Publicações do II Centenário da Academia de Ciências, 1988. [Consultado a 27 Março 2020]. Disponível em [https://www.academia.edu/12491251/La\\_Rome\\_de\\_D.\\_Miguel\\_da\\_Silva\\_1515-1525\\_in\\_O\\_Humanismo\\_Portugu%C3%AAs\\_1500-1600\\_.Primeiro\\_Simp%C3%B3sio\\_Nacional\\_21-25\\_de\\_Outubro\\_de\\_1985\\_Lisbonne\\_Academia\\_das\\_Ci%C3%Aancias\\_de\\_Lisboa\\_1988\\_pp.\\_177-307](https://www.academia.edu/12491251/La_Rome_de_D._Miguel_da_Silva_1515-1525_in_O_Humanismo_Portugu%C3%AAs_1500-1600_.Primeiro_Simp%C3%B3sio_Nacional_21-25_de_Outubro_de_1985_Lisbonne_Academia_das_Ci%C3%Aancias_de_Lisboa_1988_pp._177-307).

Deste António Ribeiro (I) temos pelo menos três documentos na Torre do Tombo, incluídos na coleção denominada Corpo Cronológico, datados respetivamente de 1516<sup>32</sup>, 1525<sup>33</sup> e 1528<sup>34</sup>, todos eles assinados, constatando-se pelas assinaturas pertencerem à mesma pessoa. No documento datado de 1528, António Ribeiro (I) é dito «*escudeiro da casa d'el rei*». Será também ele provavelmente o António Ribeiro referido numa carta datada de 1532, enviada pelo embaixador em Madrid, Álvaro Mendes de Vasconcelos, que propõe ao rei D. João III a sua nomeação como «correio-mor» por morte do anterior detentor do ofício, Luís Homem<sup>35</sup>.

Na realidade, pela análise das assinaturas verifica-se, como dissemos, que este António Ribeiro (I), se bem que contemporâneo, não é o mesmo António Ribeiro clérigo bracarense, que em Roma foi camareiro do Papa (e, segundo Elsa Gonçalves e Sylvie Deswarte, secretário pessoal do bispo D. Miguel da Silva e provavelmente o “*quel da Ribera*” mencionado por Colocci). É este António Ribeiro (II) que em 1558<sup>36</sup>, ao escrever de Roma à rainha, pedindo-lhe que interceda acerca da usurpação de um benefício que tinha recebido em Portugal, se diz familiar e criado do Papa Júlio III e a viver em Roma há 40 anos. Como se pode verificar na imagem infra, a sua assinatura é inteiramente diferente.



**“Assinatura de António Ribeiro (II)”.**

**(Fonte: Carta de António Ribeiro à rainha D. Catarina, de Roma, 20 de Fevereiro de 1558. ANTT - Corpo Cronológico, pt. 1, mç. 102, n.º 77)**

<sup>32</sup> ANTT – *Corpo Cronológico*, pt.1, mç. 20, n.º 18.

<sup>33</sup> ANTT – *Corpo Cronológico*, Gaveta 2, mç. 10, n.º 20.

<sup>34</sup> ANTT – *Corpo Cronológico*, pt.1, mç. 39, n.º 80.

<sup>35</sup> Carta de Álvaro Mendes de Vasconcelos para D. João III, Madrid, 10 de Novembro de 1532. ANTT – *Corpo Cronológico*, pt.1, mç. 50, n.º 32. António Ribeiro acabou por não conseguir o lugar (Cf. MACHADO, Luís Guilherme – “Luís Homem e a criação do ofício de correio-mor do Reino em 1520”, *Códice 6* (2009), II Série).

<sup>36</sup> Carta de António Ribeiro para a rainha D. Catarina, de Roma, 20 de Fevereiro de 1558. ANTT - *Corpo Cronológico*, pt. 1, mç. 102, n.º 77.

Também este António Ribeiro (II) parece ter sido próximo de D. Miguel da Silva. É plausível, pelo menos, que seja ele o “António Ribeiro que aqui faz os negócios do bispo de Viseu” referido nestes termos numa carta que um tal António de Barros dirige ao infante D. Luís, em 12 de junho de 1540<sup>37</sup>. Escrita pouco tempo depois da morte do cardeal-infante D. Afonso e cerca de um mês antes da fuga de D. Miguel para Roma, é já visível na carta uma certa animosidade para com o Bispo de Viseu e os da sua casa, nomeadamente nas informações que o autor da carta dá sobre a manifesta (e para ele nefasta) influência que D. Miguel tem na Cúria, em particular através do cardeal Farnese, neto do papa e afilhado do mesmo D. Miguel<sup>38</sup>. E é neste contexto que nos informa ainda que “o dito António Ribeiro está com o dito cardeal Frenese e come seu paom e bebe seu vinho”.

A localização agora feita destes dois homónimos, ambos com relações documentadas com o Bispo de Viseu, vem, pois, juntar mais alguma incerteza a um problema já de si complicado. Sendo certo que António Ribeiro (II), camareiro do Papa e procurador de D. Miguel da Silva parece mais apto a ser o “quel da Ribera” referido por Colocci, o facto de António Ribeiro (I) viajar e tratar de negócios de D. Miguel (como em França, em 1516) não deixa de gerar justificadas dúvidas sobre a sua identidade. Enfim, se a homonímia é uma situação corrente na época, estes dois homónimos ao serviço do Bispo de Viseu, e na mesma época, acrescentam alguma perplexidade a essas dúvidas. Seja como for, aqui deixamos estes novos dados, enquanto a nossa investigação prossegue.

---

<sup>37</sup> ANTT – *Corpo Cronológico*, pt.1, mç. 67, n.º 108.

<sup>38</sup> Segundo o autor da carta, António Ribeiro, recebendo, por mensageiro especial, a notícia da morte de cardeal-infante D. Afonso antes que chegasse a Roma a notícia oficial, tê-la-ia feito chegar ao Papa e a outras altas figuras da Cúria, que logo se teriam apressado a estabelecer barreiras quanto ao futuro preenchimento do seu lugar.



## ANEXO

Página do [catálogo da biblioteca de Sir Thomas Phillipps](#), com o Cancioneiro Português

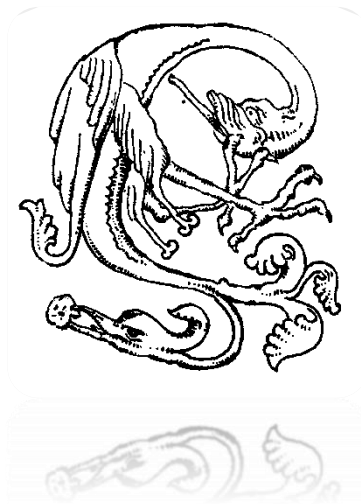
208

CATALOGUS LIBRORUM USCRMANIPTORUM IN BIBLIOTHECA PHILIPPICA.

- ¶ Catechismo Imperial Politico.  
 ¶ Memorial del Conde Öropesa al Rey, 1699.  
 ¶ Autos da fee en Lisboa desde 1543 ate 1732.  
 ¶ Ao Ventura Parta da Reynha, Oracio Panegyrica. *f. ch. s. xvii. yell. mor. not paged.* 2926.
- 14161 La Corte de Roma, or Diversos Papeles e Letteras concernenti. 4to. *ch. s. xviii. † yell. mor. grn. sides, not paged.* Incip. "L'Ambasciatore di Spagna in Roma." 3227.
- 14162 Canzonero Portuguez: from a MS. in the Library of the Royal College of Nobles at Lisbon. of the 13th. Century. *Transcript. with a Fac-simile which begins "Guer vos me tolle de este poder, que eu." The Preface begins "Notizia de hum Manuscripto antigo." The Title "Cancioneiro tuedito, em Portuguez Galleziano, que parece ser obra do seculo XIII." At the end of this Copy is written, "Copiado e conferido por mim, Bernardo Jose de Figueiredo e Silva, com faculdade Regia para authenticar Documentos de Letra antiga; Lisboa, 19 de Mayo de 1810. Bernardo Jose Figo e Sa." L. f. ch. s. xix. † cf. 118 pages, besides 3 leaves of Preface, & Title.*
- 14163 The Book of Donough o Fliin.  
 ¶ Poetical, & Prose Pieces of Hugh Boyd Mac Curtain.  
 ¶ Genealogies of Irish Kings.  
 ¶ Do. Gabala Eirion ria, &c.  
 ¶ Dialogue of Patrick, & Ossian.  
*f. ch. s. xviii. † bd. o. cf. gt. Arms on Sides.* 370 pp. Sale 4318.
- 14164 Gaspar Correa Cronicas des Reys de Portugal e Summarios das suas Vidas, com a Historia de India e Armadas que se mandaram athé o anno 1533. Aqui em junta a Carta de Don Juan de Mascarenhas Capitán do acdo. Cerceo de Dio.
- 5 The Sultan on a white Horse, in a green field, talking with his ? Pursebearer.  
 6 The Sultan receiving a Cup from a ? Sultan a seated before him.  
 7 A Person (? Christ, or Joseph) with a Glory round his head, on an ass.  
*All on Cardboard. f. ch. s. .... Sale 981.*
- 14169 Indian Tumblers, being "Paintings exhibiting a great variety of Attitudes, Feats of Activity, & Strength, Tumbling, &c. performed by Sets of Mendicant People, a remarkably expert company of which, at Trichinopoli, the Proprietor hired to remain with his Painters, for some weeks, to enable them to take Sketches of all their attitudes," &c. *This is Vol. 2nd. containing only 30 Drawings, from No. 36 to 65. On Cardboard. l. f. ch. s. xviii. (? If this is not from Lord Macartney's Library.) No. 1407.*
- 14170 A Collection of Indian Paintings. The chief are,  
 1 An Army in battle array, with cannon pointed, & fired, with 4 Battalions of Soldiers encircling 4 Elephants, which carry the Generals, or Emperors.  
 2 Dancing Girls before the Emperor.  
 3 A Man in a Tree with a Falcon on his wrist.  
 4 A Wrestling Match before the Sultan.  
 5 A Female, prostrate before the Sultan.  
 6 A Harem.  
 7 A Pacha, with a long tail which is supported by 5 men, the end of it lying on a dish.  
 8 Sultan on his throne.  
 9 An Elephant in a fury, throwing down a Horse, & Rider.  
 10 A Chase.  
 11 Hawking.  
 12 Fable (separately) of a Lion & other Ani.

**COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:**

LEME, Margarida; LOPES, Graça Videira – “Investigando os cancioneiros medievais galego-portugueses – novas pistas”. *Medievalista* 28 (Julho-Dezembro 2020), pp. 467-480. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.





MEDIEVALISTA

N.º28 | Julho – Dezembro 2020

ISSN 1646-740X

---

**Exposição MNAA: Alvaro Pirez d'Évora. Um pintor português em Itália nas vésperas do Renascimento**

**Alvaro Pirez d'Évora. A portuguese painter in Italy on the eve of the Renaissance**

*Isabel Cristina Fernandes*

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,  
Instituto de Estudos Medievais;  
Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago (Município de Palmela)  
1070-312 Lisboa; 2954-001 Palmela, Portugal

[isacrisff.ed@gmail.com](mailto:isacrisff.ed@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0003-0725-7768>

Data recepção do artigo / Received for publication: 16 de Abril de 2020



Esteve patente no Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA), entre 29 de novembro de 2019 e 15 de março de 2020, a notável exposição “Alvaro Pirez D’Évora. Um pintor português em Itália nas vésperas do Renascimento”, organizada por este museu em colaboração com o Polo Museale della Toscana (Itália). Comissariada por Lorenzo Sbaraglio e Joaquim Oliveira Caetano, contou com o patrocínio da Fundação La Caixa/BPI, parceiro do MNAA e o apoio de várias outras entidades. As obras expostas foram emprestadas por privados e por museus europeus de renome, como a Gallerie degli Uffizi (Florença), a Pinacoteca Nazionale di Siena, o Museo Nazionale di San Matteo (Pisa), o Museo di San Marco (Florença), a Galleria d’ Arte Moderna (Milão), a Gemaldegalerie de Berlim, o Musée du Petit Palais (Avignon), o Szépművészeti Múzeum de Budapeste, entre outros. De Portugal, os painéis selecionados provieram das coleções do Museu de Évora e do MNAA.

Álvaro Pirez nasceu em Évora (c. 1370/80), mas desenvolveu a sua formação e produção artística em Itália, documentada entre 1410 e 1434. É referido pelo pintor, arquiteto e biógrafo Giorgio Vasari como “Alvaro di Piero di Portogallo”. O principal objetivo da mostra foi a apresentação do percurso de trabalho do pintor, dando a conhecer o enquadramento cultural em que decorreu e as influências que teve. A maior parte da sua produção centrou-se na Toscana – Volterra, Lucca, Pisa e Prato –, considerando-se que foi em Pisa que teve lugar o período de maior maturidade da sua produção e o mais duradouro, embora tivesse realizado obra mais abundante para as igrejas de Volterra. Trabalhou também noutras partes de Itália, como Cagliari (Sardenha) e Nola (Nápoles). É considerado um pintor do tardo-gótico, seguidor da tradição de Trezentos mas com clara influência de mestres florentinos como Gherardo Starnina, Lorenzo Ghiberti, Lorenzo Monaco e, mais tarde, de Gentile da Fabriano.

A exposição foi organizada em sete núcleos. O primeiro, dedicado aos “Grandes Mestres”, expôs “A Anunciação”, requintada e preciosa obra que pertenceu ao

chanceler Konrad Adenauer e foi atribuída a Álvaro Pirez pelo professor Frederico Zeri. Recentemente adquirida pelo MNAA, foi a escolhida para imagem de cartaz. Nesta sala de abertura mostraram-se obras de outros pintores que terão feito parte da formação de Álvaro Pirez e contribuído para a definição do seu estilo. De entre as obras expostas destaquem-se duas de Fra Angelico e a “Virgem da Humildade”, de Gentile da Fabriano.

O segundo núcleo, “Mediterrâneo”, foi concebido para evocar a circulação artística no espaço mediterrânico e particularmente as relações entre a Península Ibérica e a Itália, lembrando as passagens de Starnina e Veneziano por Toledo e o seu contributo para a renovação tardo-gótica florentina. Aqui se expôs o magnífico “Cristo Ressuscitado Abençoando”, de Álvaro Pirez (c. 1430-1435).

O terceiro centrou-se em “Portugal”, para relacionar os novos ambientes da dinastia de Avis com o gótico pujante e internacionalizado dos estaleiros da Batalha, as encomendas pictóricas e escultóricas da corte. O núcleo destacou o *Retrato de D. João I* e uma interessante seleção de esculturas.

Os núcleos seguintes (4 a 7) correspondiam às escolas pictóricas das cidades onde o pintor mais trabalhou – Lucca, Pisa, Volterra e Prato. Na sala de “Lucca” (4) foram evidenciados os pintores Spinello Aretino, Angelo Puccinelli, Battista di Gerio e Gherardo di Starnina, e a influência de Álvaro Pirez na formação de pintores da geração seguinte, como Priamo della Quercia e Borghese di Piero, mostrando-se, deste último, uma grande cruz que dominava a parede frontal da sala. Este núcleo incluiu também a reconstrução parcial de um políptico de Pirez (c. 1424).

Na sala dedicada a “Pisa” (5), evocaram-se artistas de Siena que aqui trabalharam, em inícios do séc. XV, como Taddeo di Bartolo e Martino di Bartolomeo, nomeadamente na pintura de bandeiras das confrarias, de que se puderam admirar três, de di Bartolo, que é reconhecido como o mestre de Álvaro Pirez. A peça nuclear da sala foi a belíssima “Virgem com o Menino e Anjos”, que Pirez

pintou para a Igreja de Santa Croce in Fossabanda e que exhibe a inscrição em português: ALVARO PIREZ D'EVORA PINTOV.

O núcleo 6, “Volterra”, organizou-se apenas com obras de Álvaro Pirez, entre as quais a tábua “A Virgem com o Menino e Dois Anjos” (c. 1425-1430) e a reconstituição do “Políptico de Santa Catarina”.

A participação de Pirez com pintores florentinos, em 1411, no programa de frescos (que não subsistiram) do Palácio Dattini, da cidade de Prato, motivou, no núcleo 7, “Prato”, a apresentação cenográfica de um conjunto de desenhos preparatórios desses frescos. Desta última sala destaque-se ainda, de Niccolò di Pietro Gerini, o “Cristo em Piedade com os Símbolos da Paixão” (c. 1400-1405).

A exposição mereceu elogiosas apreciações nacionais e internacionais, de historiadores e críticos de arte, nomeadamente de Geoffrey Nuttal (Courtland Institute of Art, Universidade de Londres).

O catálogo faz jus à excelência da exposição, com artigos de especialistas que convidam o leitor a um aprofundamento do percurso e da leitura artística das obras de Álvaro Pirez e de outros grandes nomes do *quattrocento* italiano, representados nesta mostra.

MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA

# Alvaro Pirez d'Évora

Um pintor português em Itália nas vésperas do Renascimento

29 nov 19  
— 15 mar 20

REPUBLICA PORTUGUESA  
PATRIMÓNIO CULTURAL  
MNAA  
POLO MUSEALE della TOSCANA

BPI  
Fundação "In-Carte"

LUSITANIA  
ANTENA 2  
ANTENA 1  
RTP

Fig. 1 - Cartaz da exposição.  
© MNAA.



**Fig. 2 - Aspeto do núcleo 4 da exposição, dedicado a "Lucca"**  
© MNAA.



**Fig. 3 - Aspeto do núcleo 7 da exposição, dedicado a "Prato".**  
© MNAA.





**Fig. 4 - Gentile di Niccolò di Giovanni di Massio, dito Gentile da Fabriano, *Virgem da Humildade*, final da segunda década do século XV, têmpera e ouro sobre madeira. Pisa, Museo Nazionale di San Matteo, inv. 4909.**

**© Su concessione del Ministero per i beni e le attività culturali – Polo Museale della Toscana – Firenze. Foto: Nicola Gronchi, Pisa, Italy.**



**Fig. 5 - Álvaro Pirez d'Évora, *Santa Luzia*, 1430, têmpera e ouro sobre madeira. Nola, Convento dei Cappuccini.  
© Diocesi di Nola, Ufficio Beni Culturali.**



Fig. 6 - Álvaro Pirez d'Évora, *Cristo Ressuscitado Abençoando*, c. 1430-1435, têmpera e ouro sobre painel de freixo. Budapeste, Szépművészeti Múzeum, inv. 51.801.  
© Szépművészeti Múzeum - Museum of Fine Arts Budapest, 2019.



**Fig. 7 - Álvaro Pirez d'Évora, *Virgem com o Menino e Anjos*, c. 1425-1430, têmpera e ouro sobre madeira. Pisa, Igreja de Santa Croce in Fossabanda.  
© Chiesa di Santa Croce in Fossabanda. Foto: Nicola Gronchi, Pisa, Italy.**

## Bibliografia

Desdobrável da exposição “Alvaro Pirez d'Évora - um Pintor Português em Itália nas Vésperas do Renascimento”, DGPC, Museu Nacional de Arte Antiga, 2020.

*Press Release* da exposição “Alvaro Pirez d'Évora - um Pintor Português em Itália nas Vésperas do Renascimento”, DGPC, Museu Nacional de Arte Antiga, 2020.

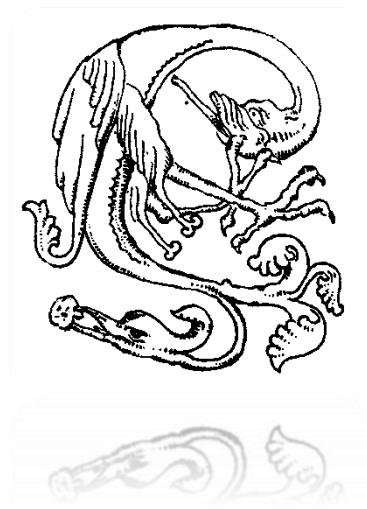
CAETANO, Joaquim – *Descobrir as Coleções do MNAA – Álvaro Pires d'Évora – «Anunciação»*, DGPC, MNAA, 2018 - Vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=7FVkJwAKdDg>

CAETANO, Joaquim e SBARAGLIO, Lorenzo (coord. cient.) – *Álvaro Pirez d'Évora, um pintor português em Itália nas vésperas do Renascimento*. Catálogo da exposição. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga / Polo Museale della Toscana / Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2020.

PEREIRA, Fernando António Baptista – “Álvaro Pirez de Évora: Um Pintor Português na Itália dos Alvares do Renascimento”. *Jornal de Letras* (fevereiro 2020), pp. 23-24.

## COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

FERNANDES, Isabel Cristina – “Exposição MNAA: Alvaro Pirez d'Évora. Um pintor português em Itália nas vésperas do Renascimento”. *Medievalista* 28 (Julho-Dezembro 2020), pp. 481-491. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.







MEDIEVALISTA

N.º 28 | Julho – Dezembro 2020

ISSN 1646-740X

---

**Terra, Pedras e Cacos do Garb al-Andalus.  
Jornadas Internacionais**

**Earth, Stones and Sherds of Gharb al-Andalus.  
International Congress**

*Isabel Cristina Fernandes*

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,  
Instituto de Estudos Medievais;  
Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago (Município de Palmela)  
1070-312 Lisboa; 2954-001 Palmela, Portugal

[isacrisff.ed@gmail.com](mailto:isacrisff.ed@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0003-0725-7768>

Data recepção do artigo / Received for publication: 21 de Abril de 2020



Entre 23 e 25 de janeiro de 2020 realizou-se em Palmela as Jornadas Internacionais “Terra, Pedras e Cacos do Garb al-Andalus”, com coordenação científica do Grupo CIGA<sup>1</sup> e organização, em parceria, do Município de Palmela e do Campo Arqueológico de Mértola.

A ideia de realizar esta reunião partiu do Grupo CIGA que, doze anos após a sua criação e na senda das regulares investigação e publicação de estudos em torno da cerâmica medieval islâmica, considerou prioritário o relançamento do debate sobre este período. Vários aspetos contribuíram para a constatação dessa necessidade: o grande número de escavações de emergência do período islâmico nas últimas décadas; a reduzida divulgação dos resultados; algum esmorecimento

<sup>1</sup> GRUPO CIGA (Cerâmica Islâmica do Garb al-Andalus): FERNANDES, Isabel Cristina; GOMÉZ MARTÍNEZ, Susana; BUGALHÃO, Jacinta; CATARINO, Helena; CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaquelina; GOMES, Ana Sofia; GONÇALVES, Maria José; INÁCIO, Isabel; LIBERATO, Marco; LOPES, Gonçalo; SANTOS, Constança.



do interesse público por este período histórico, depois da visibilidade do final da centúria passada; a necessidade de um incremento do diálogo entre a Arqueologia e a História.

As jornadas foram estruturadas em quatro sessões: Sessão 1 - *Revelações e novas abordagens sobre o Garb no século XXI*; Sessão 2 - *Arqueologia preventiva: transformar salvaguarda em conhecimento do Garb al-Andalus*; Sessão 3 - *O Garb e o Mediterrâneo*; Sessão 4 - *Da história à arqueologia e da arqueologia à história do Garb al-Andalus*. Seguindo este elenco temático, foi elaborado um programa que incluiu oradores convidados, comunicantes e autores de posters.

Na sessão inaugural dos trabalhos teve lugar uma breve evocação do historiador francês Christophe Picard, vinte anos após a publicação da sua obra de referência para o estudo do Garb: *Le Portugal Musulman (VIII<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècle). L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*, editada pela Maisonneuve & Larose, Paris. Pioneiro na construção de uma história em diálogo com a arqueologia, impulsionou a investigação do período islâmico em Portugal e fê-lo insistindo no cruzamento da informação documental escrita com a leitura das materialidades.

A comunicação de abertura coube ao Grupo CIGA, que após um breve historial do grupo e do trabalho desenvolvido, apresentou doze peças do período islâmico, selecionadas por cada um dos membros, segundo critérios diversos.

A **Sessão 1** iniciou-se com abordagens histórico-arqueológicas de Manuel Luís Real e Paulo Almeida Fernandes: a primeira centrada no contexto político da presúria de Coimbra de 878, com interpretações coadjuvadas pela análise de um capitel e duas epígrafes; a segunda, sobre as dinâmicas artísticas moçárabes, questionando períodos e lugares de desenvolvimento para, a partir de materialidades de Lisboa, traçar uma síntese sobre aspetos vários da população moçárabe do Garb. Catarina Tente prosseguiu esta sessão com inferências de âmbito económico-social, de gestão do território e de articulação dos poderes, no séc. X, a partir dos dados do registo arqueológico na região fronteiriça da Beira Alta. O estudo do território e do

povoamento da diocese/ kura de Ossónoba/Ocsonoba, entre a antiguidade tardia e o período islâmico, foi objeto da análise histórico-arqueológica de Helena Catarino, com incidência particular nos castelos de Alcoutim e Relíquias. As sínteses desta sessão seriam completadas pela comunicação de Maria Antónia Martínez Núñez e Pilar Delgado Blasco, uma reflexão sobre a importância da epigrafia para o conhecimento do Garb, através do conhecimento que proporciona a vários níveis: cronológico, antroponímico, toponímico, ideológico, político, cultural, matizando com frequência os dados fornecidos pela arqueologia ou pelos textos.



**Fig. 1 – Momento de debate da sessão 1.**  
© Isabel Cristina Fernandes



**Fig. 2 – Comunicação de Maria Antónia Martínez Núñez e Pilar Delgado Blasco, apresentada pela segunda (sessão 1).  
© Isabel Cristina Fernandes**

Trabalhos arqueológicos recentes proporcionaram várias abordagens com novidade: Maria José Gonçalves, Carlos Oliveira e Miguel Costa relançaram a discussão sobre a localização de espaços de culto na *Xīlb* islâmica, com base em novos dados arqueológicos apoiados em informação da documentação escrita; o estudo da atividade metalúrgica no sítio fortificado de Albalat (Cáceres, Espanha), através de estruturas, escórias e produções identificadas arqueologicamente, permitiu a Sophie Gilotte e Pauline De Keukelaere uma aproximação ao trabalho desenvolvido pelos ferreiros locais, às matérias e às técnicas que utilizaram; Teresa Ricou da Ponte, Luciana de Jesus e Vasco Abegoaria apresentaram estudo sobre numismas – *felus* emirais, provenientes do sítio da Quinta do Estácio 3, Beja, escavado em 2018 e onde se registaram vestígios romanos, tardo-antigos e emirais; no Alto da Vigia, em Colares, Sintra, onde antes se localizou um santuário romano, foram registados arqueologicamente uma mesquita, silos e uma necrópole, estruturas de um *ribat* muçulmano, descoberta transmitida a estas jornadas por Alexandre Gonçalves e Helena Catarino.

Através de posters, Fábio Capela informou sobre a ocupação emiral do castelo de Alferce e a intenção de avançar com um projeto de investigação arqueológica no local e Cézer Santos, Fernando Henriques e Nuno Barraca anunciaram a possível identificação de níveis de ocupação islâmica no Largo do Castelo da Bemposta (Penamacor), onde realizaram sondagens arqueológicas.

No capítulo da cerâmica islâmica, o Grupo CIGA, com Pilar Lafuente, realizou uma síntese sobre aspetos técnicos, estéticos e iconográficos dos ornamentos na cerâmica do Garb al-Andalus, procurando, através deles, uma crescente precisão das atribuições cronológicas. Para cerâmicas do século XIV da mouraria de Moura, Santiago Macias e José Valente deram a conhecer um conjunto de peças de produção local e algumas importações.

Várias arqueociências tiveram a sua representação nesta reunião, mostrando a importância do seu contributo para clarificar e completar a percepção das ocupações do período islâmico. Foram os casos: do estudo arqueométrico de um conjunto de cerâmica islâmica de Mértola (séculos X-XII), apresentado por Massimo Beltrame, Susana Gómez e José Mirão, com resultados para a proveniência e as tecnologias de produção; da reflexão crítica de Maria João Valente sobre o alcance dos estudos zooarqueológicos no Garb, através de uma metodologia de análise que permita chegar a modelos da utilização/gestão animal no período e no território em questão, e sobre o futuro da investigação das arqueofaunas. Ainda neste âmbito temático, expuseram-se três posters: um sobre as faunas medievais do castelo de Palmela (Cleia Detry e Isabel Fernandes), outro sobre análise multi-isotópica de material osteológico de necrópoles muçulmanas e cristãs de Évora (Rebecca Macroberts *et. al.*) e um terceiro sobre dieta e padrões de mobilidade através da análise de ossadas de necrópoles de Loulé e Cacela-a-Velha (Judith López-Aceves *et. al.*).

A sessão 1 encerrou com uma abordagem inovadora de Bruno Almeida à questão da terminologia cerâmica, partindo de uma perspetiva linguística e conceptual e

recorrendo à análise e à organização de terminologia multilingue, com o intuito de vir a criar um recurso terminológico a disponibilizar on-line.

A **Sessão 2**, focada nas ações e nos resultados da arqueologia preventiva, complementou a sessão anterior no que se refere a novas descobertas, logrando demonstrar o que a temática anunciava: a construção de mais e melhor conhecimento do Garb a partir deste tipo de ações.

O ponto de situação das intervenções de categoria C do período islâmico em Portugal, apresentado pelo Grupo CIGA, revelou que se realizaram, nos últimos 25 anos, 1500 intervenções arqueológicas nesta categoria, quais os seus principais condicionalismos e resultados, e destacou exemplos de especial relevância.

Nos estudos de caso de maior abrangência geográfica, evidenciaram-se: a reflexão de Ricardo Costeira da Silva sobre Coimbra alto-medieval, partindo dos trabalhos realizados no antigo fórum e criptopórtico de *Aeminium* para ir revisitando vários outros locais de investigação arqueológica da cidade e problematizando até que ponto a salvaguarda tem revertido para conhecimento; o ponto de situação dos registos arqueológicos funerários de Mérida (sécs. VIII-XIII), por Miguel Alba, que proporcionou uma visão da organização, implantação e evolução das áreas funerárias e, através delas, da extensão e das dinâmicas de uma cidade de capital importância no Garb.



Fig. 3 – Comunicação de Ricardo Costeira da Silva (sessão 2).  
© Isabel Cristina Fernandes



Fig. 4 – Comunicação do Grupo CIGA (sessão 2).  
© Isabel Cristina Fernandes

Este painel integrou ainda um variado conjunto de comunicações que deram a conhecer investigações arqueológicas do período islâmico, originadas de planos de prevenção e salvaguarda, algumas muito recentes e expressivas da riqueza dos achados. Neste grupo incluem-se: uma panorâmica, por Susana Duarte, Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva dos registos islâmicos em Setúbal, decorrentes de intervenções do Museu de Arqueologia do Distrito de Setúbal, entre os quais se inclui uma necrópole; o estudo de uma epígrafe funerária do século XII, também de Setúbal, da autoria de Artur Fontinha, M. Antónia Martínez Núñez e Maria João Cândido; os novos registos arqueológicos do castelo de Palmela, dados a conhecer por Luís Pereira e Michelle Santos, proporcionados por uma intervenção na encosta sul, e que incluem o registo de silos com abundantes materiais de finais da ocupação islâmica e início da portuguesa.

Para a região do Algarve, dois posters deram conta do avanço do conhecimento do período islâmico através da arqueologia: o de Carlos Oliveira e Maria José Gonçalves, sobre materiais arqueológicos de uma vasta área escavada na Rua da Arrochela (Silves) e o de Isabel Luzia *et. al.*, sobre os banhos islâmicos de Loulé.

Neste grupo de comunicações que correspondem a descobertas recentes, Lisboa teve um enfoque especial, mostrando bem as dinâmicas de investigação arqueológica na cidade e as suas importantes apertações para o conhecimento da urbe medieval: dos Armazéns Sommer, intervencionados entre 2004 e 2016, foram apresentados por Paulo Rebelo, Vanessa Filipe, Ricardo Ribeiro, Virgílio Martínez e Nuno Neto, aspetos da evolução arquitetónica doméstica e defensiva, esta última com incidência na cisterna/muralha desde a antiguidade tardia ao período islâmico; do Largo da Atafona (Lisboa), com intervenção em 2018, Vanessa Filipe, José Pedro Henriques, Vasco Vieira e Tiago Pereira apresentaram um estudo das cerâmicas islâmicas exumadas, procurando uma leitura da produção oleira de Lisboa nesse período; sobre os trabalhos na Praça da Figueira (escavações entre 1999 e 2001), Rodrigo Banha da Silva, André Bargão, Sara Ferreira, Inês Pires e Duarte Mira mostraram, através de uma síntese do estudo das cerâmicas provenientes de contextos do arrabalde ocidental da cidade, aspetos evolutivos

entre o final das taifas e o período almorávida; por fim, Vanessa Filipe, Nuno Neto, José Pedro Henriques, Sara Brito, Alice Toso, Sílvia Casimiro, Raquel Granja, Joana Inocência e Sónia Ferro forneceram uma panorâmica da necrópole da área oriental da Lisboa islâmica, através de dados recolhidos nas escavações realizadas na Calçadinha do Tijolo, em 2014, no Largo do Sequeira, em 2016 a 2018 e no Largo de Santa Marinha, em 2019. Dois dos posters expostos eram também consagrados a Lisboa: o de Tânia Casimiro, Vanessa Filipe e José Pedro Henriques sobre escavações no Largo dos Lóios e análise do respetivo espólio, e o de Andreia Rodrigues, sobre os silos da igreja de S. Lourenço (Mouraria).

A **Sessão 3**, sobre os pontos de contacto entre o Garb e o Mediterrâneo, abriu com uma reflexão sobre *Madīna Mayūrqa*, de Guillermo Rosselló Bordoy, autor de primordiais estudos sobre cerâmica do al-Andalus. As relações entre o Garb e o Sharq através das cerâmicas foram tratadas por Rafael Azuar, que concluiu pela intensidade de contactos costeiros, entre o Atlântico e o Mediterrâneo, tanto ao nível económico como cultural, desde o califado omíada até ao período merínida (século XIV). Tocando igualmente a questão das relações das costas do Garb com o mundo mediterrânico, a comunicação de Cristina Tété Garcia e Patrícia Dores partiu da análise de cerâmicas do período almóada de Cacela-a-Velha.





Fig. 5 - Comunicação de Guillermo Rosselló Bordoy (sessão 3).  
© Isabel Cristina Fernandes

No que respeita às relações com o Norte de África, Yaiza Hernández Casas, Bilal Sarr e Luca Mattei propuseram-se apresentar um *corpus*, em construção, de cerâmica medieval das costas do Rif, incluindo produções berberes locais, valorizando os intercâmbios com o al-Andalus. Por seu lado, Fernando Villada e Rodrigo Álvarez González apresentaram materiais cerâmicos dos períodos califal, taifa e merínida de dois silos de Ceuta, estabelecendo afinidades com peças registadas no Garb.

A original abordagem de Patrice Cressier, sobre questões de imagem no al-Andalus, colocou em relevo aspetos usualmente menos trabalhados, como a relação entre a difusão da imagem e o seu suporte, a identificação do encomendante e dos difusores, as motivações dos destinatários, para além do questionamento sobre o significado do tema da imagem, nas suas diversas expressões, selecionando para o efeito a representação humana e animal.



Fig. 6 – Comunicação de Patrice Cessier (sessão 3).  
© Isabel Cristina Fernandes

A **Sessão 4** teve como propósito estimular abordagens de evidente interligação entre a história a arqueologia. José Avelino Gutiérrez mostrou como os avanços da investigação arqueológica estão a comprovar a importância da presença islâmica no Norte peninsular (Astúrias, Leão, Zamora) para a fase omíada inicial (711-722), correspondente a um impacto da conquista até há pouco não reconhecido e agora evidenciado, nomeadamente, nas estruturas defensivas de hispano-visigodos e muçulmanos. Alejandro García Sanjuan debruçou-se sobre a pertinente questão da relação entre Garb al-Andalus e Burtuqāl, provando, a partir das fontes árabes, que não existe entre eles uma identificação absoluta e como os nomes evoluíram na dimensão geográfica e, no caso de “Portugal”, também na dimensão política.

A região de entre Tejo e Sado contou com quatro comunicações neste apartado. Rui Gil e Rafael Santiago ensaiaram hipóteses sobre a Sesimbra almorávida, através da documentação escrita e de cerâmicas provenientes do castelo, que registaram como produções de Lisboa. Para o território entre Palmela e Alcácer do Sal, espaço de fronteira na segunda metade do século XII e primeiras décadas do XIII, Isabel Cristina Fernandes procurou desenhar aspetos da paisagem social e política,

recorrendo às marcas materiais do quotidiano em articulação com as fontes escritas. Manuel Fialho fez um percurso pelas visões da historiografia ocidental em relação ao urbanismo islâmico, para se fixar na sua própria interpretação do modelo das cidades medievais hispano-muçulmanas, partindo do caso de Lisboa e fundamentando-se em dados arqueológicos e documentais. Filomena Barros transportou-nos aos bairros oleiros muçulmanos de Lisboa, permitindo-nos vislumbrar particularidades da tessitura social e económica do período pós-conquista portuguesa. Santarém esteve presente no poster de Javier Albarrán, que nos trouxe uma análise da ideologia de *jihād* na expedição almóada a esta cidade.



**Fig. 7 – Sessão 4, no auditório da Biblioteca de Palmela.  
© Isabel Cristina Fernandes**

O sul do Garb foi também abordado por vários autores. A partir do *Muqtabis* de Ibn Hayyan, Fernando Branco Correia centrou-se na análise da revolta do berbere Mahmud Ibn al-Ġabbar e seguidores, na Mérida do século IX, seguindo a geografia dos seus movimentos para chegar a uma leitura de aspetos do quotidiano do grupo. Hermenegildo Fernandes explicou o projeto almóada de reocupação de Beja, com recurso a um variado leque de fontes muçulmanas e cristãs. Santiago

Macias dedicou a sua intervenção à identificação de sítios do período islâmico, com base arqueológica no caso de Laqant (concelho de Moura) e a partir das fontes muçulmanas e da toponímia para a identificação de Halq az-Zawiya e de Kanisat al-Gurab, colocando como hipótese a sua correspondência, respetivamente, ao *ribāṭ* de Arrifana e à zona de Porches.

Na sessão de encerramento das jornadas, Cláudio Torres tomou a palavra para sublinhar o enquadramento mediterrânico do Garb e incitar a comunidade científica a prosseguir com afinco a investigação arqueológica e histórica do período islâmico no território português.



**Fig. 8 – Sessão de encerramento, com intervenção de Cláudio Torres.**  
© Isabel Cristina Fernandes

As visitas orientadas incluídas no programa deste evento completaram, de forma harmoniosa, a visão teórica dos estudos arqueológicos e permitiram conhecer de perto três importantes projetos de musealização de sítios intervencionados em Lisboa: os Armazéns Sommer, hoje o Lisboa Eurostars Museum, cuja visita foi guiada por Paulo Rebelo e Nuno Neto; o Núcleo de Interpretação da Muralha de D.

Dinis – Museu do Dinheiro/Banco de Portugal, com percurso guiado por Artur Rocha; o núcleo arqueológico da Muralha Fernandina – Corpo Santo Hotel, com visita orientada por António Valongo.

Uma nota final para a apresentação de um livro, por André Teixeira, no final do segundo dia das jornadas: *Scripta Manent. Inventario de Signos lapidarios de Ceuta / I. La ciudad*, da autoria de Gabriel Fernández Ahumada e Fernando Villada Paredes, datado de 2017 e editado pela Ciudad Autónoma de Ceuta. A obra enquadra-se num projeto em curso, de recolha de marcas de canteiro e de grafitos traçados nos rebocos das muralhas de Ceuta, que resultou num inventário numeroso e muito significativo de exemplares, de que se publica o desenho e, nalguns casos, a leitura interpretativa. Os motivos dos grafitos aparecem ordenados nas seguintes categorias: antropomorfos, armamento, arquitetónicos, cordiformes, contas, elementos de localização, elementos de mira, emblemas, epigráficos, geométricos, navais, religiosos, vegetais, zoomorfos, tabuleiros de jogo e indeterminados. Nas palavras dos autores, estes signos “(...) são uma janela aberta (...) à vida quotidiana de homens e mulheres de outros tempos cujos nomes não figuram nos anais da história, que nos oferecem um valioso testemunho para compreender os seus anseios, inquietudes e, em definitivo, a sua forma de entender o mundo”.

**COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:**

FERNANDES, Isabel Cristina – “Terra, Pedras e Cacos do Garb al-Andalus. Jornadas Internacionais”. *Medievalista* 28 (Julho-Dezembro 2020), pp. 493-508. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt> .

